unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Campus de Presidente Prudente
Departamento de Geografia

ISSN 1806-6755

Revista NERA

n. 27

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

CONSOLIDAÇÃO DA HEGEMONIA DAS CORPORAÇÕES, MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO. O CASO DA CARGILL NO BRASIL E NA ARGENTINA
Yamila Goldfarb

LA CRISIS CAFETERA: ELEMENTOS PARA UNA DISCUSIÓN SOBRE LOS ANÁLISIS DE LOS SISTEMAS ALIMENTARIOS
David Vásquez Cardona

ITAIPU E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CAPITAL
Leonardo Bauer Maggi

O(S) MOVIMENTO(S) POR TRÁS DAS DISSENSÕES: RUPTURAS, AGREGAÇÃO, LIDERANÇAS E PODER NAS DISSIDÊNCIAS DO PONTAL DO PARANAPANEMA
José Sobreiro Filho

A DISPUTA TERRITORIAL E O CONTROLE DAS POLÍTICAS NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ: A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E O PAPEL DO ESTADO
Vítor de Moraes e Clifford Andrew Welch

ANÁLISE DO PROCESSO DE ESPACIALIZAÇÃO DO MST NO ESTADO DE SÃO PAULO EM DIFERENTES CONTEXTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS
Camila Ferracini Origuéla

TRANSIÇÃO ALIMENTAR EM COMUNIDADE QUILOMBOLA NO LITORAL SUL DE SÃO PAULO/BRASIL
Rafael Navas, Andréa Yumi Sugishita Kanikadan, Kátia Maria Pacheco dos Santos e Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello

A TEORIA E A PRÁTICA DO MST PARA A COOPERAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS
João Augusto de Andrade Neto

A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL AOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NOS ANOS DE 2002 A 2008: DIRETRIZES, FORMATOS INSTITUCIONAIS E DINÂMICA DE EXECUÇÃO
César Augusto Da Ros e Marcos Botton Piccin

DISPUTAS PELA TERRA E NA TERRA: POSSIBILIDADES PARA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO CUNHA, EM CIDADE OCIDENTAL, GO
Edson Batista Silva e Manoel Calaça

PROPRIEDADE COLETIVA EM DEBATE: CAMINHOS DA REVOLUÇÃO AGRÁRIA EM CUBA (1959-1964)
Joana Salém Vasconcelos

ESTRUCTURA AGRARIA, ÁREAS DE CONCENTRACIÓN DE LA AGRICULTURA FAMILIAR Y PROCESOS DE EXPANSIÓN DE LA FRONTERA AGROPECUARIA EN SANTIAGO DEL ESTERO
Raúl Paz, Héctor Lipshitz , Hugo Raúl Zerda e José Tiedeman

REVISITANDO LA AGROECOLOGÍA: ENTREVISTA A EDUARDO SEVILLA GUZMÁN
David Gallar Hernández e Rosemeire Aparecida de Almeida

RESENHA: DINÂMICAS DE CLASSE DA MUDANÇA AGRÁRIA
Edson Sabatini Ribeiro

Jan./Jun.
2015

Revista NERA nº. 27

http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera

EDITORES

Djoni Roos
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Camila Ferracini Origuéla
Lara Cardoso Dalpério
José Sobreiro Filho
Eduardo Paulon Girardi
Bernardo Mançano Fernandes
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Jan.-Jun./2015

Revista NERA (RNERA) nº. 27

EDITORES

Djoni Roos
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Camila Ferracini Origuéla
Lara Cardoso Dalpério
Lorena Izá Pereira
Eduardo Paulon Girardi
Bernardo Mançano Fernandes
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

CORPO EDITORIAL

Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva
Hellen Charlot Cristancho Garrido
José Sobreiro Filho
Leandro Nieves Ribeiro
Luis Felipe Rincón Manrique

CONSELHO CIENTÍFICO

Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – FATEC (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Antonio Thomaz Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Camila Ferracini Origuéla - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ciro de Oliveira Bezerra – UFAL (Maceió, AL, Brasil)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Eduardo Paulon Girardi – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eliane Tomiasi Paulino – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Emilia de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Fernando Mendonça Heck – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hellen Charlot Cristancho Garrido – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Márcio Mendes Pereira – UFRRJ (Seropédica, RJ, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Jorge Ramón Montenegro Gómez – UFPR (Curitiba, PR, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Aparecido Lima Dourado – UEA (Tabatinga, AM, Brasil)
José Sobreiro Filho – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez – UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Manoel Calaça – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Mara Edilara Batista de Oliveira – UFPR (Curitiba, PR, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)

Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Marta Inez Medeiros Marques – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Munir Jorge Felício – UNOESTE (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Nelson Rodrigo Pedon – UNESP (Ourinhos, SP, Brasil)
Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
Paulo Roberto Alentejano – UERJ (São Gonçalo, RJ, Brasil)
Renato Emerson Nascimento dos Santos – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Ricardo Pires de Paula – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior– UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Rodrigo Simão Camacho – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Sam Moyo – African Institute for Agrarian Studies (Harare, Zimbábue)
Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Silvio Simione da Silva – UFAC (Rio Branco, AC, Brasil)
Tiago Egídio Avanço Cubas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por

Indexada por

Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2009 – ano 12, n°. 15
1999 – interrompida	2010 – ano 13, nº. 16
2000 – ano 3, nº. 3	2010 – ano 13, nº. 17
2001 – interrompida	2011 – ano 14, nº. 18
2002 – interrompida	2011 – ano 14, nº. 19
2003 – interrompida	2012 – ano 15, nº. 20
2004 – ano 7, nº. 4	2012 – ano 15, Edição Especial
2004 – ano 7, nº. 5	2012 – ano 15, nº. 21
2005 – ano 8, nº. 6	2013 – ano 16, nº. 22
2005 – ano 8, nº. 7	2013 – ano 16, nº. 23
2006 – ano 9, nº. 8	2014 – ano 17, nº. 24
2006 – ano 9, nº. 9	2014 – ano 17, nº. 25
2007 – ano 10, nº. 10	2015 – ano 18, nº. 26, Edição Especial
2007 – ano 10, nº. 11	2015 – ano 18, nº. 27
2008 – ano 11, nº. 12	
2008 – ano 11, nº. 13	Semestral
2009 – ano 12, nº. 14	ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
Site: http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

08

APRESENTAÇÃO

PRESENTACIÓN

PRESENTATION

Lara Cardoso Dalperio

11

CONSOLIDAÇÃO DA HEGEMONIA DAS CORPORAÇÕES, MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO: O CASO DA CARGILL NO BRASIL E NA ARGENTINA

CONSOLIDACION DE LA HEGEMONIA DE LAS CORPORACIONES, MONOPOLIZACION DEL TERRITÓRIO Y ACUMULACION POR ESPOLIACIÓN: EL CASO DE DE CARGILL EN BRASIL Y ARGENTINA

CONSOLIDATION OF CORPORATION'S HEGEMONY, TERRITORY'S MONOPOLIZATION AND ACUMULATION FOR DISPOSSESSION: CARGILL'S CASE IN BRASIL AND ARGENTINA

Yamila Goldfarb

38

LA CRISIS CAFETERA: ELEMENTOS PARA UNA DISCUSIÓN SOBRE LOS ANÁLISIS DE LOS SISTEMAS ALIMENTARIOS

CRISE DO CAFÉ: ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE ANÁLISE DO SISTEMA DE ALIMENTOS

COFFEE CRISIS: ELEMENTS FOR A DISCUSSION ON THE ANALYSIS OF FOOD SYSTEMS

David Vásquez Cardona

53

ITAIPU E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DO CAPITAL

ITAIPU Y LA FORMACIÓN DEL TERRITORIO DEL CAPITAL

ITAIPU AND THE FORMATION OF CAPITAL'S TERRITORY

Leonardo Bauer Maggi

64

O(S) MOVIMENTO(S) POR TRÁS DAS DISSENSÕES: RUPTURAS, AGREGAÇÃO, LIDERANÇAS E PODER NAS DISSIDÊNCIAS DO PONTAL DO PARANAPANEMA

EL/LOS MOVIMIENTO(S) DETRÁS DE LAS DISENSIONES: DISENSIONES, AGREGACIÓN, LÍDERES Y PODER EN LAS DISENSIONES EN EL PONTAL DO PARANAPANEMA

THE MOVEMENT(S) BEHIND DISSENSION: RUPTURES, AGGREGATION AND THE OFFSHOOT OF LEADERSHIP AND POWER IN THE DISSIDENCE IN THE PONTAL

DO PARANAPANEMA

José Sobreiro Filho

A DISPUTA TERRITORIAL E O CONTROLE DAS POLÍTICAS NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ: A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E O PAPEL DO ESTADO

96 LAS POLÍTICAS DE SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS Y DE CONTROL TERRITORIAL EN EL TERRITORIO CANTUQUIRIGUAÇU - ESTADO DE PARANÁ: LA PARTICIPACIÓN DE LOS MOVIMIENTOS SOCIO-TERRITORIAL Y EL PAPEL DEL ESTADO

THE TERRITORIAL DISPUTE AND CONTROL POLICIES IN THE TERRITORY CANTUQUIRIGUAÇU - STATE OF PARANÁ: THE PARTICIPATION OF SOCIO-TERRITORIAL MOVEMENTS AND THE ROLE OF THE STATE

Vitor de Moraes e Clifford Andrew Welch

ANÁLISE DO PROCESSO DE ESPACIALIZAÇÃO DO MST NO ESTADO DE SÃO PAULO EM DIFERENTES CONTEXTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS

113 ANÁLISIS DEL PROCESO DE ESPACIALIZACIÓN DEL MST EN EL ESTADO DE SÃO PAULO EN DIFERENTES CONTEXTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS

ANALYSIS OF THE PROCESS OF MST SPATIALIZATION IN THE STATE OF SÃO PAULO IN DIFFERENT SETTINGS HISTORICAL AND GEOGRAPHICAL

Camila Ferracini Origuéla

TRANSIÇÃO ALIMENTAR EM COMUNIDADE QUILOMBOLA NO LITORAL SUL DE SÃO PAULO/BRASIL

TRANSICIÓN ALIMENTARIA EN COMUNIDAD QUILOMBOLA EN LITORAL SUR DE SÃO PAULO/BRAZIL

138 DIETARY TRANSITION IN MAROON COMMUNITY IN THE SOUTH COAST OF SÃO PAULO/BRAZIL

Rafael Navas, Andréa Yumi Sugishita Kanikadan, Kátia Maria Pacheco dos Santos e Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello

A TEORIA E A PRÁTICA DO MST PARA A COOPERAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS

TEORÍA Y PRÁCTICA DE MST PARA LA COOPERACIÓN Y LA ORGANIZACIÓN DE
156 LOS ASENTAMIENTOS RURALES

THEORY AND PRACTICE OF MST FOR COOPERATION AND ORGANIZATION IN RURAL SETTLEMENTS

João Augusto de Andrade Neto

A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL AOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NOS ANOS DE 2002 A 2008: DIRETRIZES, FORMATOS INSTITUCIONAIS E DINÂMICA DE EXECUÇÃO

183 LA EJECUCIÓN DEL PROGRAMA DE LA ASISTENCIA TÉCNICA, SOCIAL Y AMBIENTAL DE LOS ASENTAMIENTOS DE LA REFORMA AGRARIA EN EL ESTADO DE RÍO DE JANEIRO EN LOS AÑOS 2002-2008: DIRECTRICES, FORMATOS INSTITUCIONALES Y LA EJECUCIÓN DINÁMICA

THE IMPLEMENTATION OF THE PROGRAM OF TECHNICAL, SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ASSISTANCE TO AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO IN THE YEARS 2002 TO 2008: GUIDELINES, INSTITUTIONAL FORMATS AND DYNAMIC EXECUTION

César Augusto Da Ros e Marcos Botton Piccin

DISPUTAS PELA TERRA E NA TERRA: POSSIBILIDADES PARA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO CUNHA, EM CIDADE OCIDENTAL, GO

214 DISPUTAS POR LA TIERRA Y EN LA TIERRA: POSIBILIDADES PARA PRODUCCIÓN AGROECOLÓGICA EN EL ASENTAMIENTO CUNHA EN CIUDAD OCIDENTAL, GO

DISPUTE OVER THE LAND AND ON THE LAND: POSSIBILITIES FOR AGRO-ECOLOGICAL PRODUCTION AT CUNHA SETTLEMENT, IN CIDADE OCIDENTAL, GOIÁS

Edson Batista Silva e Manoel Calaça

PROPRIEDADE COLETIVA EM DEBATE: CAMINHOS DA REVOLUÇÃO AGRÁRIA EM CUBA (1959-1964)

240 PROPIEDAD COLECTIVA EN DEBATE: CAMINOS DE LA REVOLUCIÓN AGRÁRIA EN CUBA (1959-1964)

COLLECTIVE PROPERTY IN DEBATE: PATHS OF AGRARIAN REVOLUTION IN CUBA (1959-1964)

Joana Salém Vasconcelos

ESTRUCTURA AGRARIA, ÁREAS DE CONCENTRACIÓN DE LA AGRICULTURA FAMILIAR Y PROCESOS DE EXPANSIÓN DE LA FRONTERA AGROPECUARIA EN SANTIAGO DEL ESTERO, ARGENTINA

259 ESTRUTURA AGRÁRIA, ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E PROCESSOS DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA EM SANTIAGO DEL ESTERO, ARGENTINA

AGRARIAN STRUCTURE, FAMILY FARMING CLUSTERING AND EXPANDING PROCESSES OF THE AGRICULTURAL BORDER IN SANTIAGO DEL ESTERO, ARGENTINA

Raúl Paz, Héctor Lipshitz, Hugo Raúl Zerda e José Tiedeman

REVISITANDO LA AGROECOLOGÍA: ENTREVISTA A EDUARDO SEVILLA GUZMÁN

280 REVISITANDO A AGROECOLOGIA: ENTREVISTA COM EDUARDO SEVILLA GUZMÁN

FACING LA AGROECOLOGY: INTERVIEW WITH EDUARDO SEVILLA GUZMÁN

David Gallar Hernández e Rosemeire Aparecida de Almeida

RESENHA: DINÂMICAS DE CLASSE DA MUDANÇA AGRÁRIA

296 DINÁMICAS DE CLASE EN EL CAMBIO AGRARIO

CLASS DYNAMICS OF AGRARIAN CHANGE

Edson Sabatini Ribeiro

COMPÊNDIO EDIÇÕES

301 COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

COMPÊNDIO AUTORES

315 COMPENDIO AUTORES

COMPENDIUM AUTHORS

APRESENTAÇÃO

A Revista NERA de número 27 aborda diferentes questões que envolvem a territorialização da agricultura capitalista por meio das empresas estrangeiras, as disputas territoriais entre o Estado, capital, agronegócio e movimentos socioterritoriais, as formas organizativas destes movimentos desde a sua espacialização a produção de alimentos, bem como o debate sobre a participação em políticas públicas. Assim, as discussões contidas nos 12 artigos, uma entrevista e uma resenha demonstram a diversidades de temas que podem ser estudados a partir da questão agrária brasileira e mundial como na Colômbia, no Paraguai, na Argentina e em Cuba.

O primeiro artigo apresentado tem como título "Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação. O caso da Cargill no Brasil e na Argentina" cuja autora é Yamila Goldfarb, que apresenta uma discussão sobre as transformações no campo argentino e brasileiro, a partir da década de 1970. Em que o neoliberalismo permitiu uma maior consolidação e aprofundamento da hegemonia das corporações do setor alimentar, afetando as questões que envolvem a soberania alimentar. O artigo apresenta a territorialização da Cargill para a produção de grãos e óleos, principalmente da soja em ambos os países. Onde as unidades processadoras e estocadoras estão próximas às localidades que mais produzem grãos.

Na seguida, o artigo de David Vásquez Cardona intitulado "La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios" debate sobre a história da terriorialização da produção de café na Colômbia, mostrando como o Estado e as organizações como a Federação Nacional de Cafeteros da Colômbia, foram importantes para tornar o país um dos principais produtores no mercado internacional e também a crise gerada após o Pacto Internacional do Café que aumentou excessivamente a oferta dos grãos provocando uma queda nos preços. O artigo também discute a globalização e as relações entre os países devido ao mercado de café, analisando por meio da sociologia rural os elementos dos sistemas globais de alimentos.

No artigo "Itaipu e a formação do território do capital", Leonardo Bauer Maggi analisa a Usina Hidrelétrica de Itaipu demonstrando o quanto ela está integrada aos interesses do capital financeiro e industrial, os aspectos políticos e econômicos do período da sua instalação, bem como os instrumentos e recursos pra sua manutenção. Itaipu é considerada uma manifestação de um território que tem como objetivo atender o capital industrial, ou seja, é um território do capital, apropriado pelo capital financeiro legitimado politicamente pelo Paraguai e Brasil em que aproximam e afastam seus respectivos interesses, sendo que a exploração do trabalho aparece como um elemento importante. E a resistência faz-se por meio da "retomada da soberania energética" defendida pelos movimentos sociais.

José Sobreiro Filho em seu artigo "O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema", faz um debate sobre um dos principais processos que modificou a dinâmica da luta pela terra no Pontal do Paranapanema - a dissidência, que ocorre no interior dos movimentos socioterritoriais, tendo desdobramentos socioterritoriais. Este processo tem contribuições tanto para o enriquecimento da diversidade dos movimentos socioterritoriais como também para o refluxo e desarticulação da luta no Pontal. Além deste debate, o autor propõe uma tipologia dos movimentos socioterritoriais de acordo com suas formas de lutas, posturas político-ideológicas, ações socioterritoriais e estruturas político-organizacionais.

No artigo "A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - Estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado" escrito por Vitor de Moraes é analisado o papel do Estado, a construção do plano diretor, a participação dos movimentos socioterritoriais e as atividades do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC) no de Cantuquiriguaçu. Ou seja, a discussão central é sobre conflitos: a disputa territorial e o controle das políticas neste território. Para analisar as mudanças e permanências foram apresentados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1191, 2000 e 2010) e do Atlas de

Desenvolvimento Humano (2013). Já as resistências, as lutas pelo território e por políticas públicas foram representados pelo Movimento dos Pequenos Agricultores e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Camila Ferracini Origuéla em seu artigo "Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos" analisa a espacialização por meio das ocupações de terra e dos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo, nos quais os acampamentos se transformam em espaços de socialização política precários, bem como as relações socioespaciais e organizacionais são esporádicas nessas localidades. Ela faz sua análise a partir de três contextos histórico-geográficos: 1) em que a espacialização do Movimento ocorreu por meio do multidimensionamento dos espaços de socialização política no final da década de 1980 e início de 1990; 2) por meio da análise da sobreposição de espaços de socialização política do MST no final da década de 1990 e início dos anos 2000; 3) na atualidade.

Os autores Rafael Navas, Andréa YumiSugishitaKanikadan, Kátia Maria Pacheco dos Santos e Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello, elaboraram o artigo "Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil" que tem como objetivo analisar o sistema agroalimentar da comunidade remanescente de quilombo Mandira de Cananéia em São Paulo, relacionando com as atividades produtivas das famílias residentes. O artigo aponta que ocorre uma tendência de homogeneização alimentar na comunidade a partir dos produtos industrializados obtidos através da compra em supermercados, em que alguns dos produtos comprados eram produzidos anteriormente na comunidade. As famílias com mais autonomia e diversificação de dieta alimentar são as que trabalham com sistemas florestais, diferentemente das que trabalham com o manejo de recursos marinhos que possuem dependência maior da obtenção de alimentos industrializados.

No artigo "A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais" João Augusto de Andrade Neto, analisa os fundamentos teóricos e políticos que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) se baseou para o desenvolvimento da organização e da cooperação em seus assentamentos, realizando um regate histórico principalmente em 1980 e 1990. Outros pontos apresentados no texto foram os elementos que mostram e problematizam os referenciais leninistas adotadas nas questões que envolvem a cooperação e seu desempenho por camponeses e a questão de como é possível conciliar a autonomia que os assentados desejam com o projeto de cooperação proposto pelo MST, sendo possível ao mesmo tempo o seu fortalecimento político e a reprodução socioeconômica dos assentados.

César Augusto da Ros e Marcos BottonPiccin escreveram o artigo "A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução" com o objetivo de analisar entre 2002 e 2008 no estado do Rio de Janeiro, o programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, aliando as diretrizes, os formatos institucionais e o modo de funcionamento preconizado dos seus Manuais Operacionais (MO's), na qual a correspondência desses fatores com os assentados estão relacionadas as lutas pela reforma agrária e a posição que esta política ocupa nas estratégias de desenvolvimento rural no Brasil.

No artigo "Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no Assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO", os autores Edson Batista Silva e Manoel Calaça analisaram como a conquista e a produção territorial do assentamento contribuiu para a produção agroecológica e a interferência do agronegócio. Foi constatado que mesmo com a conquista do território do agronegócio por meio da Fazenda Cunha, o mesmo interfere no assentamento, pois ocorre a pulverização de agrotóxicos, em consequente o envenenamento da comunidade, do solo e da água, bem como provoca a vinda de "espécies-praga" o que prejudica na produção agroecológica. Também, a disposição dos limites do assentamento prejudicou a execução de alguns principios agroecológicos como a autonomia dos produtores.

Joana Salém Vasconcelos em seu artigo “Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)”, analisa as estratégias de desenvolvimento da revolução cubana (1958-1970) e as reformas agrárias do governo, buscando mostrar a polêmica da conversão da propriedade coletiva de Cooperativas Canavieiras (mistas) em Granjas do Povo (estatais), a partir de dois debates “pequeno debate agrário” (1961-1962) que se opunha as Cooperativas a Granjas Estatais discutindo as formas da propriedade coletiva e o “grande debate econômico cubano” (1963-1964) que fazia oposição ao sistema de cálculo econômico defendido por Carlos Rafael Rodríguez ao sistema orçamentário de financiamento de Ernesto Guevara.

O último artigo “Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero” dos autores Raúl Paz, Héctor Lipshitz , Hugo Raúl Zerda e José Tiedeman, analisa a estrutura fundiária de Santiago del Estero, debatendo a agricultura familiar com o desenvolvimento rural, a expansão da fronteira agrícola no período de 1970-2010 devido a disponibilidade e falta de regularização da terra com baixo custo, as variações dos preços tanto interno como externos, a rentabilidade econômica de curto prazo e a presença e/ou ausência da população.

Nesta edição temos uma entrevista com o pesquisador Guzmán realizada por David Gallar Hernández e Rosemeire Aparecida de Almeida, intitulada “Revisitando la agroeología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán”, apresentando diversos debates sobre a questão agrária em Andalucía, sobre a agroecologia com os povos indígenas e camponeses, os problemas políticos da agroecologia, o papel das políticas publicas para o desenvolvimento da agroecologia, o debate do campesinato enquanto classe e da sua cultura, os estudos de Marx, Chayanov, Hobsbawn entre outros elementos.

Por fim, a Revista Nera também apresenta a resenha do livro “Dinâmicas de classe da mudança agrária” de Henry Bernstein, elaborada por Edson Sabatini Ribeiro, que apresenta uma reflexão sobre a questão agrária no modo capitalista de produção buscando envolver as classes sociais.

Deste modo, desejamos um bom trabalho e uma boa leitura a todos.

Lara Cardoso Dalperio
Editora da Revista NERA

Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação. O caso da Cargill no Brasil e na Argentina[1]

Yamila Goldfarb
Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP)
e-mail: yamilamata@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de elucidar algumas das transformações ocorridas no campo do Brasil e da Argentina a partir da década de 1970, por meio da análise do estabelecimento do que chamamos regime alimentar corporativo, mais especificamente no que se refere ao segmento de grãos e óleos, e seus impactos no desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo em ambos países. Fizemos isso focando nas estratégias de territorialização da Cargill, empresa com forte presença em ambos os países, e buscamos ver o que elas nos revelam acerca da estruturação do regime alimentar corporativo. Uma das hipóteses averiguadas foi a de que com o advento do neoliberalismo houve a consolidação e aprofundamento da hegemonia das corporações do setor agroalimentar. É sobre isso que trataremos no presente artigo.

Palavras-chave: Brasil-Argentina; Cargill; coorporações; regime alimentar corporativo; monopólios.

Abstract

Consolidation of corporation's hegemony, territory's monopolization and acumulation for dispossession: Cargill's case in Brasil and Argentina

This work aims to bring to light some of the transformations in agriculture in Brazil and Argentina since the decade of 1970, using the analysis of the establishment of what we call corporate food regimen, more specifically in grain's and oils sector and their impacts on the uneven geographical development of capitalism in both countries. That was done with a focus on the strategies of territorialization of Cargill, a company with strong presence in both countries. We did that relationing it to the advent of a more finantial economy. One hypothesis ascertained was that neoliberalism estimulate consolidation and deepening the hegemony of corporations of food farming sector. It about that hipótisis that this article deals.

Keywords: Brazil-Argentina, Cargill; corporations; corporate food regime; monopolies.

Resumen

Consolidacion de la hegemonia de las corporaciones, monopolizacion del território y acumulacion por espoliación: el caso de de Cargill en Brasil y Argentina

[1] Artigo adaptado a partir da tese de doutorado *Financeirização, poder corporativo e expansão da soja no estabelecimento do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o caso da Cargill,* apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da USP, com o apoio da CAPES.

Este trabajo tiene el objetivo de traer a la luz algunas de las transformaciones ocurridas en el agro de Brasil y Argentina a partir de la decada del 1970, através del análisis del establecimiento de lo que llamamos regimen alimentar corporativo, más especificamente en lo que se refiere al sector de granos y aceites, y sus impactos en el desarrollo geográfico desigual del capitalismo en los dos países. Eso fue hecho con foco en las estratégias de territorialización de la Cargill, empresa con fuerte presencia en las dos naciones y buscamos ver lo que ellas nos muestran con relación al advento de una economia financierizada. Una de las hipotesis averiguadas fue de que con el neoliberalismo hubo, por un lado, la consolidación y profundización de la hegemonia de las corporaciones del sector agroalimentar. Es sobre esa hipótisis que este artículo trata.

Palvras Clave: Brasil-Argentina, Cargill; coporaciones; regimen alimentar corporativo; monopolios.

Introdução

No período que se inicia após os anos 1970, algumas transformações foram marcando a realidade no campo e transformando a organização dos complexos agroindustriais e as relações entre produtores e destes com o Estado. Veremos como as transformações que se dão, tanto no Brasil como na Argentina, vão caminhar no sentido de aumentar o poder das corporações do setor alimentar. Para tal, nos utilizaremos do caso de uma grande corporação em particular, a Cargill. A Cargill é uma empresa que nos permite elucidar aspectos do regime alimentar corporativo pois possui atuação global; faz parte do oligopólio da comercialização de grãos tanto na Argentina como no Brasil; na Argentina, além de dominar a comercialização de grãos, é a principal processadora de soja; e, embora possua capital fechado, está diretamente ligada ao mercado financeiro uma vez que opera um grande braço de serviços financeiros, determinando o preço de importantes produtos, gerenciando riscos nos mercados de commodities para empresas, atuando no Mercado Futuro e etc. A Cargill possui importante parcela do mercado de alimentos, e em especial de grãos, nos dois países, sendo que em ambos ela se encontra entre as maiores empresas do agronegócio (EXAME, 2011 e RULLI, 2007). Nos dois países ela se encontra estabelecida há mais de 40 anos, o que nos permite uma análise temporal de mais longo alcance. Acreditamos que analisando dois países distintos mas uma mesma empresa, e um mesmo setor, o de grãos, poderemos compreender como os processos que se dão no campo assumem formas diversas e desencadeiam conflitos diversos, de acordo com a formação social onde ocorre, suas diferenças regionais etc. É importante no entanto colocar que o objetivo não foi esgotar a comparação em todos os aspectos, mas sempre e quando houvesse questões relevantes para se colocar. Destacamos alguns momentos relevantes no caso argentino que nos possibilitam uma compreensão mais ampla dos processos histórico-geográficos que marcam o campo. Há, porém, que se considerar a dificuldade em se estabelecer comparações de caráter quantitativo uma vez que tanto a disponibilidade como a metodologia das séries históricas dos dados são sumamente distintas em ambos países.

Presente na Argentina desde 1947 e no Brasil desde 1965, a Cargill possui atuação nas seguintes áreas: produção, beneficiamento, processamento e industrialização de produtos relacionados ao setor do agronegócio em geral, bem como de produtos químicos para fins industriais, óleos e lubrificantes, metais, minérios e seus derivados; compra e venda, importação e exportação e operações comerciais e financeiras derivadas de exportação, por conta própria ou de terceiros, sob comissão ou consignação, de produtos de origens agrícola, animal ou mineral, em estado natural ou industrializados; na fabricação e no comércio de coberturas e recheios doces, molhos e condimentos; na prestação de serviços por conta própria ou de terceiros, bem como na assistência especializada, comercial, industrial e serviços decorrentes de exportação; no transporte de mercadoria própria ou de terceiros; no desenvolvimento de atividades portuárias concernentes a de operador portuário e de agências de navegação; na exploração dos ramos de incorporação,

compra e venda, hipoteca, permuta, locação, loteamento e administração de imóveis; no exercício da administração de carteira de valores mobiliários; na distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, mistura de óleo diesel e biodiesel e outros combustíveis automotivos.

No Brasil a Cargill age ainda na produção e comercialização de açúcar e álcool e realiza operações de compra e venda de algodão. Ela produz produtos prontos para o consumidor como os azeites Maria, Olívia e Gallo, maionese Gourmet, óleos Mazola, Liza e Purilev, entre outros. Fornece ainda, por meio da marca Innovatti, óleos vegetais e lubrificantes para a indústria de lubrificantes, medicamentos, cosméticos, tintas e produtos químicos e também amidos, féculas, dextrinas e adesivos para as indústrias de papel, papelão, têxtil, de mineração e gesso acartonado. Produz também ingredientes destinados à alimentação animal.

Mas, além dessa ampla gama de atividades em ambos os países, chama a atenção uma linha de serviços financeiros oferecidos: gerenciamento de risco, crédito corporativo, carteiras de empréstimos, investimentos imobiliários, entre outros, particularmente no Brasil. Para viabilizar todas essas operações ela se subdivide em diversas subsidiárias, tanto no Brasil como na Argentina, o que nos permite denominá-la como um Conglomerado (quando uma corporação atua em diversos ramos por meio de diferentes empresas) (CARGILL, 2009).

É muito difícil fazer um retrato global da atuação dessa grande corporação, bem como de outras corporações. Segundo Kneen (2002) isso não é acidental. Esse retrato seria perturbador para muitos e revelaria o poder da corporação. Ele demonstra isso relatando que, dos inúmeros escritórios da empresa espalhados pelo mundo, uma parte enorme não possui nenhuma indicação sequer de pertencer a Cargill. A dificuldade para conseguir informações da corporação vai além: seus websites são desatualizados e muitas vezes vagos, o retorno de chamadas telefônicas ou e-mails são vagos ou não acontecem. Não existe obrigação alguma de expor relatórios financeiros ao público. Tudo isso se explica em parte pelo fato de a Cargill ser uma empresa de capital fechado o que faz com que não tenha obrigação, assim como pessoas físicas, de expor assuntos de sua pessoa.

Por essa e outras razões, a Cargill recebeu de Kneen o “apelido” de *Invisible Giant* (Gigante Invisível) justamente porque chama a atenção a sua invisibilidade frente a dimensão de sua atuação em todo o mundo. Nesse mesmo sentido, como afirma Kneen, a Cargill “revela apenas o que entende ser do interesse da corporação” (KNEEN, 2002, p. 8, tradução nossa).

Embora invisível, essa gigante tem se feito cada vez mais presente ao longo dos anos e, particularmente, a partir do período neoliberal. A consolidação da hegemonia das grandes corporações fica evidenciada na conformação do regime alimentar corporativo e não nos é difícil estabelecer uma clara relação entre esse processo e o advento do neoliberalismo.

Frente ao desafio de analisar a questão da produção e circulação dos alimentos hoje, e frente ao inegável papel que as grandes corporações possuem nessa questão, optamos por utilizar a noção de regime alimentar, entendida como um conjunto de relações presentes na produção dos alimentos, na base técnica dessa produção, no tipo de capital envolvido e na forma como esses alimentos circulam mundialmente. Assim, ao destacar padrões de circulação de alimentos no mundo, essa noção sublinha a dimensão agroalimentar da geopolítica e complementa visões da economia política que tradicionalmente colocam apenas o poder industrial e tecnológico como veículos de desenvolvimento. A análise desses padrões de circulação dos alimentos permite analisar as formas pelas quais a acumulação de capital na agricultura constitui arranjos de poder globais (McMICHAEL, 2009). Essa noção nos ajuda a explicar o papel da agricultura e da alimentação na construção da economia capitalista mundial. O conceito de regime alimentar permite historicizar o sistema alimentar global, problematizar as representações lineares da modernização agrícola, sublinhando o papel fundamental dos alimentos na economia política global (McMICHAEL, 2009).

A primeira formulação do conceito de regime alimentar foi feita por Harriet Friedmann em 1987. Sua formulação veio da análise da ordem alimentar do pós guerra na qual traça a ascensão e a queda do programa de ajuda alimentar realizada pelos EUA como uma arma geopolítica da Guerra Fria. Diversos autores trabalham com essa noção e cada um foi-lhe dando diferentes nuances. Nos basearemos para este trabalho fundamentalmente nas contribuições de Harriet Friedmann (2005), Philip McMichael (2009) e Araghi (2003).[2]

O amadurecimento dessa noção permite compreendê-lo como um regime político de relações globais, uma vez que o alimento é intrínseco às relações de valor na medida em que é fundamental para a reprodução da força de trabalho. O foco da análise se mantém nas relações do capital e não no alimento em si (ARAGHI, 2003). O que se destaca é que a agricultura e a alimentação devem estar num plano central da análise pois são inseparáveis da reprodução da força de trabalho assalariada.

Assim, o conceito de regime alimentar é chave para desvendar "não apenas momentos e transições na história das relações alimentares capitalistas, mas também a história do capitalismo. Não se trata do alimento em si, mas das relações dentro das quais o alimento é produzido e por meio das quais o capitalismo é produzido e reproduzido." (McMICHAEL, 2009 p. 282, tradução nossa). Por isso nosso interesse em analisar as relações alimentares na transição para o neoliberalismo e suas configurações no campo.
Vejamos:

Diversos autores (GREEN, 1988; SANTOS, 1991; BELIK, 1994; WILKINSON, 1999) trabalham com a ideia de que houve uma reestruturação do sistema agroalimentar a partir da década de 1970 resultante de mudanças tanto na produção, como circulação, distribuição e consumo dos alimentos em todo o mundo. A desregulação dos mercados agroalimentares representa uma importante característica desse processo de reestruturação do sistema que atinge desde o padrão tecnológico até os modos de consumo passando pela reorganização de sua estrutura produtiva e de distribuição.

Essa reestruturação que ajudou a formar o regime alimentar corporativo fez com que o segmento de logística e distribuição dos alimentos passasse a exercer maior poder na determinação dos preços e do "mix de produtos" a serem colocados no mercado (BELIK, 1994). Ao mesmo tempo que as grandes corporações do setor agroalimentar têm de atender a uma demanda de diversificação de produtos, elas passam a aumentar sua área de atuação, em grande parte por meio de fusões e aquisições. A partir de meados da década de 1970 o setor agroalimentar passa a se caracterizar pela "merger mania" ou mania de fusões, que foi levando à concentração empresarial que temos hoje.

Esse processo resulta da neoliberalização da economia e da política a partir dos anos 1979/80. A maior liberdade de mercado do neoliberalismo proporcionou um meio para a disseminação do poder monopolista corporativo.

É justamente do início da neoliberalização que se dá a ampliação, por meio de Decretos, das atribuições das *Trading Companies* (empresas que têm como negócio principal a comercialização de *commodities* no mercado mundial). A legislação brasileira que regula parte do comércio internacional foi elaborada em 1972, durante o governo Médici, por meio do Decreto de Lei no. 1.248, nos moldes da legislação estadunidense que em 1982 amplia a gama de atividades nas quais as *tradings* poderiam atuar. Nesse momento, o Brasil novamente se baseia no exemplo estadunidense e realiza as modificações baseadas no exemplo desse país. Essas atividades são, além do comércio internacional em si, consultorias, pesquisas de mercado internacional, propaganda e marketing, seguro, design

[2] No primeiro momento da divisão internacional do trabalho agrícola, no qual se estabelece um padrão mundial de circulação, havia uma divisão colonial por meio do qual as colônias enviavam produtos para a Europa e possibilitavam a reprodução do seu proletariado. Nesse momento, a Europa, particularmente a Grã-Bretanha, dominava os circuitos dos alimentos do ponto de vista internacional. Mais tarde se estabeleceu a hegemonia dos Estados Unidos que haviam criado cadeias agroindustriais (de carnes e grãos) e que passavam a dominar os fluxos de circulação de alimentos em âmbito mundial. Se analisamos o período desenvolvimentista vemos que nesse momento o regime alimentar ocorria sob um Estado que criara políticas e formas de subsídios que estimulavam a produção de alimentos, formava estoques reguladores e tratava de garantir uma remuneração satisfatória para os produtores agrícolas. Um dos principais propósitos disso era controlar os preços dos alimentos com vistas a reduzir o custo de reprodução da força de trabalho.

e pesquisa de produtos, assistência legal, transporte, documentação de transações, despachos de mercadorias, aviso de processamento de compras internacionais, armazenagem, financiamentos etc. Isso demonstra como se ampliaram as possibilidades de atuação das *tradings* e com isso as possibilidades de controlar cadeias produtivas inteiras. Todos esses fatores farão com que o poder das grandes corporações vá subordinando cada vez mais o setor alimentar.

Capacidade de influência política

A ideia de que uma corporação avança sozinha, pelas próprias pernas e assim conquista o monopólio de determinados setores como mérito por sua administração eficiente é falsa e perigosa, pois esconde as verdadeiras relações que se estabelecem entre os diversos agentes da economia e da política. Podemos chamar o atual regime alimentar de corporativo justamente porque as corporações se constituem como o principal agente da produção (processamento), distribuição e comercialização (em especial desses dois últimos) dos alimentos no mundo, mas o fazem a medida que sua capacidade de influenciar políticas agrícolas, comerciais e de abastecimento aumenta. É importante que a geografia atente para esse aspecto dos processos.

Marta Andrich (2004), analisando os documentos de organismos como OMC, FMI, GATT (Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio), OEA (Organização dos Estados Americanos), OMC (Organização Mundial do Comércio)[3] entre outros, defende a ideia de que as relações alimentares criam poder. O poder, em especial dos países centrais, atua de tal modo que, apesar de os alimentos serem criadores de riqueza, esta escapa das mãos daqueles que os produzem. A autora trata de determinar onde se produzem os desvíos que nos levaram a esta situação de distorção e inequidade no acesso aos alimentos, analisando documentos de acordos internacionais. Esses documentos, no geral tratados, se impõem e se acatam porque sua força provém não dos Estados, mas do poder de grupos econômicos (financeiros e empresariais); e porque há temor das desvantagens e das aplicações de medidas compensatórias e represárias comerciais, da superioridade tecnológica, do controle das comunicações e das informações e da ameaça da fuga de capitais. E isso contraditoriamente ao discurso que afirma e publicita que a força desses documentos depende dos órgãos e do poder político dos Estados.

De fato os Estados são responsáveis por acatar esses tratados, mas a responsabilidade deles consistiria, na realidade, em abrir caminho para a penetração de forças não estatais.

A autora explica que o poder social se cria e se transmite por meio de usos verbais, tanto pela persuação linguistica, como pelo simples contágio que um discurso pode produzir através da repetição de ideias que supostamente são aceitas por todos. Os documentos deixam claro quais são os países em desenvolvimento[4] e os detentores de recursos naturais, mas deixa no anonimato os que têm que suprir recursos financeiros e fornecer ajuda. Separam sempre os países entre possuidores de recursos naturais e utilizadores desses recursos. Usam termos que relativizam compromissos e não denominam os agentes. Fica evidente, segundo a autora, que existe uma distribuição de poder e uma proteção privilegiada daqueles que possuem tecnologia. Ao mesmo tempo transmite-se a ideia de que não haveria possibilidade futura de alimento para todos, sem o uso de

[3] A título de exemplo, alguns dos documentos analisados foram: Convencão sobre a diversidade biológica (CBD); Acordo sobre a agricultura (AoA); Acordo sobre obstáculos técnicos ao comércio (TBT); Acordo sobre os direitos de propriedade intelectual relacionados com o comércio (TRIPs); Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Agenda 21; Acordo sobre a aplicação de medidas sanitárias e fitosanitárias (SPS); Decisão da Comissão (UE) relativa a comercialização do milho modificado geneticamente (ZEA Milho) etc.

[4] Marta Andrich utiliza os termos países desenvolvidos e países em desenvolvimento pois são os termos utilizados nos documentos analisados. Também por isso escolho reproduzir dessa maneira aqui.

tecnologia, incluindo a biotecnologia. Com isso oculta-se a preocupação com os efeitos da tecnologia.

Ela mostra como aos países em desenvolvimento correspondem os verbos que implicam em compromisso de ação, enquanto que para os desenvolvidos, correspondem os verbos que não criam esse compromisso. No geral, com relação aos alimentos, o que se nota nos documentos analisados é que os países importadores tem mais vantagens para fazer valer suas condições. Os que têm mais recursos têm mais oportunidades de fazer valer seus pontos de vista. Já os que exportam devem demonstrar que seus produtos são saudáveis.

Um outro exemplo de influência no âmbito político é descrito por Susan George em O Mercado da Fome de 1978. No caso, tratava-se do lobby feito para aumentar as possibilidades de uso da soja e a necessidade de se garantir um mercado livre.

> Será esse também o caso das proteínas vegetais estruturadas (PVE) – o nome genérico de uma série de novos processos que podem tornar a soja diretamente digestível por seres humanos. [...] As PVEs serão indubitavelmente o maior lance comercial das CMNs [Corporações Multi Nacionais], desde que capturaram a indústria pecuária européia. Um congresso internacional, realizado em Munique, dedicou-se integralmente ao assunto, em novembro de 1973; a lista dos participantes era um "quem é quem" dos maiores interessados em soja: Archer Daniels, Cargill, Unilever, ITT (através da Continental Banking), Central Soya, Swift, General Mills, Ralston Purina, Soypro International, etc, mais o indispensável número de funcionários do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, funcionários europeus e um considerável grupo de professores universitários, nutricionistas e pesquisadores. Earl Butz[5] dirigiu a delegação norte-americana. Anunciou mais uma vez que os Estados Unidos seriam um "leal" vendedor de soja em grão, mas em condições que garantissem aos produtores e exportadores norte-americanos um "mercado livre", particularmente dentro do MCE [Mercado Comum Europeu]. Explicou que as PVE tinham enormes possibilidades comerciais e pediu aos outros países representados neste congresso, que ajudassem a eliminar obstáculos à expansão dos mercados. Chegou ao ponto de dar instruções aos europeus de como atuar em eventuais negociações de tarifas de soja para consumo humano [...] (GEORGE 1978, p. 141-142).

Mas como se faz tudo isso? Uma das estratégias é tratar de convencer a sociedade de que os interesses da empresa são, na realidade, os interesses do país ou então de interesse humanitário.

Kneen (2002) descreve como uma das estratégias da Cargill cultivar relações com todos os níveis de jurisdições políticas, de prefeitos a presidentes e primeiros ministros. Ele afirma ainda que ela nunca foi tímida em toda sua história em dizer aos governantes de qualquer nível, públicos ou privados, o que eles deveriam fazer. "Às vezes isso é vestido em termos de desenvolvimento econômico, às vezes em termos humanitários e frequentemente descaradamente como interesse próprio." (KNEEN 2002, p. 9, tradução nossa.) Junto aos sistemas de comercialização dos excedentes agrícolas do norte, ocorreu a proliferação da agroexportação dos países do sul, muitas vezes sob o mando das políticas de ajuste estrutural do FMI e do Banco Mundial em nome da máxima "alimentar o mundo" (McMICHAEL, 2009 p. 154).

Curiosamente essa é uma expressão central na missão da Cargill, descrita em seus sites oficiais e relatórios anuais. Um exemplo é o nome do relatório anual de 2012 sobre responsabilidade social da Cargill América Central: *Nutriendo el futuro.* O discurso político da Cargill é muito revelador de sua atuação. Kneen faz uma ampla pesquisa dos discursos de seus representantes em *Invisible Giant*. Transcrevo aqui dois fragmentos cujo argumento

[5] Foi Secretário de Agricultura dos EUA nos governos de Eisenmhower e Nixon (1954 e 1971) e foi também delegado dos EUA na FAO.

chama atenção. O primeiro é uma fala de Withney MacMillan, presidente da Cargill durante 18 anos (até 1995):

> É um erro acreditar que a maior necessidade da agricultura no mundo em desenvolvimento é desenvolver a capacidade de cultivar alimento para consumo local. Isso é um equívoco... Países devem produzir o que melhor produzem, e comercializá-lo... Agricultura de subsistência encoraja mal uso e danos ao meio ambiente (KNEEN, 2002, p. 10, tradução nossa).

Na mesma linha podemos ver a fala de seu vice-presidente Robbin Johnson:

> Romper com o ciclo de pobreza significa mudar da agricultura de subsistência para a agricultura para comercialização. A Agricultura de subsistência estanca o crescimento da renda dos camponeses; deixa populações fora do comércio de alimentos e portanto mais vulneráveis aos desastres nas safras, e prejudica o meio ambiente por meio do uso excessivo dos frágeis recursos naturais (Idem p.10).

Vemos que existe não apenas uma clara oposição à agricultura de subsistência, ou, como afirma Kneen (2002), a tudo o que represente uma alternativa a ser incorporado pelo sistema de dependência da Cargill, mas uma conotação pejorativa da agricultura camponesa ou se preferirem, da pequena e média produção. Afinal a subsistência permite que se sub exista. Ignora-se portanto que é nas pequenas e médias propriedades que se produz a maior parte dos alimentos consumidos no mundo e que é nessa áreas que se emprega mais gente. No entanto, uma das estratégias da empresa foi e ainda é, a de associar a sua imagem ao combate à fome. Frases como “ajudamos a alimentar o mundo” podem ser encontradas frequentemente em seus relatórios e folders corporativos. Nesse sentido ela afirma que sua missão é prover de alimento o mundo e combater a fome e sustenta essa visão em dois argumentos principais:

• A produção e a distribuição local de alimento é vulnerável às instabilidades das condições locais, que vão desde o clima, passando por pestes até desordem civil.
• A maior produção agrícola alcançada por meio de economias de escala decorrentes da especialização de culturas específicas e métodos de alimentação animal mais eficientes podem tanto aumentar os rendimentos agrícolas como reduzir os preços ao consumidor.

Na fala de MacMillan notamos o uso dessa ideia:

> Companhias como a Cargill [...] fazem coisas que vão ao coração do nosso problema da fome. Nós trazemos bens e serviços necessários à população para seu bem-estar. Nós criamos mercados que de outra forma poderiam não ser viáveis. Nós trazemos capital necessário e transferimos tecnologia e conhecimento que agregam eficiência ao mercado e transferimos os ganhos econômicos dessa eficiência agregada às pessoas das quais compramos e para as quais vendemos (KNEEN 2002, p. 10, tradução nossa).

Historicamente a Cargill se utilizou desse discurso para ampliar a possibilidade de comercialização de grãos, como por exemplo a venda por meio do *programa Food for Peace* (mais conhecido como PL 480, de 1954). Segundo dados da ONG indiana *Research Foundation for Science, Technology and Ecology*, 7 dos 10 países que receberam essa ajuda ao longo das décadas de 60 e 70, tornaram-se 7 dos 10 melhores clientes para os grãos estadunidenses. Esse Programa de Ajuda minou a competição existente dos grãos nesses países, segundo a ONG (CORPORATE WHATCH, 2001). Esse programa fez, conforme George (1978) com que o óleo de soja fosse introduzido em países que até então consumiam prioritariamente o óleo de oliva ou manteiga, como Espanha ou Tunísia.

Mais recentemente, na década de 1990, dada a óbvia incapacidade de os países industrializados reduzirem a fome tanto em seus próprios países como nos demais, a Cargill

tem “reduzido sua elevada visão de alimentar o mundo para uma tarefa mais mundana de proporcionar soluções aos seus clientes...” (KNEEN, 2001 p. 14). Mas essas “soluções” não deixam de ter um papel estratégico para o desenvolvimento da empresa. A Cargill teve papel fundamental ao pressionar o governo dos EUA a retirar gradativamente os programas de apoio ao agricultor e implementar a lei conhecida como *Freedom to Farm*, cunhada de *Freedom to Fail* por seus críticos. Essa lei, que retirava gradualmente os subsídios do governo mas deixava os produtores livres para decidirem o que e quanto produzirem, fez com que a Cargill pudesse comprar mais barato a produção dos agricultores ao mesmo tempo em que os deixou expostos às flutuações do mercado interno.

Segundo Araghi (2009), Daniel Amstutz, chefe executivo da Cargill foi um participante importante das negociações do GATT, que mais tarde viria a se tornar a OMC (Organização Mundial do Comércio) com relação à elaboração dos acordos sobre a agricultura. Mais tarde, ele foi encarregado de redigir as políticas de agricultura e alimentação da constituição do Iraque. Segundo documento da Corporate Watch, a Cargill tem um papel importante nos conselhos consultivos do governo dos EUA. Recentemente, a física indiana Vandana Shiva, conhecida militante contra os transgênicos, afirmou em entrevista que o vice-presidente da Cargill foi designado para escrever a lei de comércio e agricultura dos EUA. Dave Ostendorf, diretor de um grupo que defende o direito dos produtores rurais de Iowa, afirmou que não há dúvida de que durante a administração Reagan, a Cargill foi chamada para dar "pitacos", tanto na política agrícola nacional como na internacional. E completou dizendo que muitos dos funcionários do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), e até mesmo membros do Congresso, estão "no bolso da Cargill" (multinationalmonitor.org).

O que é importante destacar aqui é o papel que corporações como a Cargill possuem no desenho de um sistema global de circulação e troca de valor. Como esclarece Araghi (2009), o GATT, instância na qual a Cargill esteve tão presente, pode ser entendido como um acordo entre os EUA e a Europa para resolver suas crises de superprodução, fazendo do sul global seu mercado para escoar excendentes por meio de *dumping*.

Em 1978 Susan George já pontava para o que podemos chamar de relação simbiótica entre governos e corporações:

> [em 1972] um vice-presidente da Cargill tornou-se o Delegado Especial da Casa Branca para Negociações Comerciais (e a seguir voltou para a Cargill). Tudo o que se pode dizer é que os membros e os membros do governo e os da agroindústria são velhos conhecidos, mas nenhuma prevaricação relativa a tais intercâmbios jamais pôde ser provada. Se isso tivesse sido, duvido muito que isto causasse grandes transtornos nas carreiras dos homens em causa (GEORGE, 1978, p. 138).

A empresa comentou durante a reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio em Seattle em novembro de 1999 o seguinte:

> Abrir o sistema alimentar para um comércio mais livre dará oportunidades para crescer e prosperar, satisfazer os consumidores, agricultores desejosos de uma maior escolha e de segurança, e promover a prosperidade pacífica em todo o mundo. Os ministros reunidos em Seattle não podem servir a causa mais nobre (CORPORATE WATCH, 2001, p. 4).

Nota-se então como a corporação trabalha no sentido de uma campanha neoliberalizante, tanto desqualificando a agricultura de subsistência, como colocando a agricultura de mercado como a solução para a fome no mundo.

A Cargill esteve fortemente envolvida no desenvolvimento do *Africa Growth and Opportunity Act* (AGOA), também conhecida como "NAFTA para a África", ou na imprensa Africana como a "Lei de Recolonização Africana". De acordo com a Lei, os países africanos devem impor duras mudanças na política social e econômica, no estilo FMI, em troca de relações comerciais com os EUA. Essas mudanças incluem cortes no orçamento em saúde

e educação, a privatização de bens públicos, e os cortes nos impostos. A AGOA, de evidente caráter neoliberal, é contestada por uma grande variedade de grupos, incluindo igrejas africanas, organizações pelo desenvolvimento, por justiça, e as organizações de trabalhadores (CORPORATE WATCH, 2001).

Essa íntima relação entre membros da Cargill e os sucessivos governos estadunidenses vem de longa data. O ex-presidente e diretor executivo (CEO) da Cargill Micek Ernest, foi presidente do *Emergy Committee for American Trade*, uma organização composta pelo comando das 53 principais empresas estadunidenses que apoiam as políticas de comércio dos EUA de melhoria com relação à competitividade no mercado internacional. (KNEEN, 2001 p. 11) Um ano depois, em 1998, foi nomeado por Bill Clinton presidente do Conselho de Exportação, que assessora o presidente dos EUA com relação a políticas e programas governamentais que afetam o desempenho do comércio dos EUA. Micek também foi nomeado por Clinton para o Conselho Consultivo Empresarial da Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico (APEC).

Ernest Micek foi um dos três CEOs que acompanhou Clinton em uma visita a África em março de 1998, durante as discussões sobre o *Africa Growth and Opportunity Act*. Predecessor de Micek, Whitney MacMillan foi nomeado em 1993 (quando ainda era presidente da Cargill) para um painel que discutia as negociações finais do GATT.

Outro claro exemplo da influência da Cargill nos governos estadunidenses é o caso de Frank Sims, presidente da Cargill Ag, uma das subsidiárias da empresa, que foi nomeado membro do Departamento de Agricultura dos EUA no comitê de consultoria em Biotecnologia Agrícola, que aconselha o secretário sobre a política relacionada com a criação, aplicação, comercialização, comércio e uso de biotecnologia agrícola.

No Brasil, a Cargill faz parte, por exemplo, da ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais). Atualmente, o presidente da ANEC é Felício Paschoal da C. Aguiar, da Cargill. O vice presidente é Luis Rheingantz Barbieri, da Louis Dreyfus. A ANEC possui representação nos seguintes órgãos:

- Consagro - Conselho do Agronegócio, do Ministério da Agricultura
- Cosag - Conselho Superior do Agronegócio, da Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- Conselho Diretor da Fecomércio Camex - Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento
- Câmara de Logística do Ministério da Agricultura
- Câmara Temática da Soja, do Ministério da Agricultura
- Câmara Temática do Milho, do Ministério da Agricultura
- Câmara Temática das Culturas de Inverno, do Ministério da Agricultura

Não que empresas, assim como os demais setores da sociedade civil não devam possuir representação e participação nos governos, no entanto, em alguns casos se estabelece uma relação simbiótica com os governos que permite às grandes corporações manter um mercado concentrado. O caso dos grãos e mais especificamente o da soja é emblemático. Vejamos o que consta no site da ANEC:

> Na categoria de sócio contribuinte, sua empresa poderá nomear um ou mais representantes para participar das reuniões do Comitê Técnico da ANEC, constituído pelas empresas Controladoras e Laboratórios. Este Comitê é responsável pela criação de normas que, uma vez discutidas e sancionadas pelo Ministério da Agricultura e pelo CCE - Comitê de Contratos Externos da ANEC, passam a fazer parte das cláusulas internacionais de comercialização.
> Associar-se à ANEC nesta categoria é adquirir o direito de participar ativamente do estabelecimento das regras brasileiras e internacionais de comércio. Como associado efetivo, sua empresa estará em contato direto com os maiores representantes do setor de cereais e terá participação

> perante entidades governamentais. Nós reunimos freqüentemente nossos associados para discutir questões do interesse dos exportadores, permitindo à sua empresa, participação intensa nos debates (ANEC, 2013).

Novamente afirmo que a participação/representação em órgãos governamentais não é o alvo da crítica aqui exposta. A questão é evidenciar como algumas classes possuem acesso privilegiado à determinações de políticas públicas enquanto outras (como por exemplo a do campesinato) possuem extrema dificuldade em estabelecer canais de diálogo com a esfera governamental.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento

McMichael (2009) defende que a ordem mundial do período do neoliberalismo é organizada em torno de uma divisão politicamente construída de trabalho agrícola entre o norte e o sul. Ocorre nesse momento o estabelecimento do 3º. regime alimentar[6], o regime corporativo, um regime do "Livre Comércio" que preserva os subsídios agrícolas para as potências do norte, enquanto os Estados do sul são forçados a reduzir as proteções agrícolas. Isso levou a uma desnacionalização dos sistemas alimentares desses países.

Na divisão mundial do trabalho agrícola as corporações transnacionais subcontratam camponeses dos países do sul para produzir horticultura, frutas e vegetais fora das estações. Elas também são responsáveis pelo processamento de alimentos. No início dos anos 1990 ficou mais evidente a participação das corporações por meio das modificações tecnológicas das sementes, do desenvolvimento dos sistemas de refrigeração, preservação e transporte dos alimentos. A mudança mais significativa, na opinião de McMichael (2009), foi de caráter político: o terceiro regime revela a tendência a se retirar o Estado do lugar de pivô central do desenvolvimento agrícola e substituí-lo pela indústria privada. Como consequência disso, por exemplo, o crescimento das indústrias privadas nos investimentos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) agrícola aumentou exponencialmente, enquanto os investimentos estatais diminuíram.

> O papel do Estado nesse processo era reforçado pelo fato de que a tecnologia agrícola, na maioria das vezes, era vista como um bem público [...] cabendo, consequentemente, ao Estado a responsabilidade de gerá-la. Esse contexto modificou-se nos últimos 20 – 25 anos. Não só a crise do endividamento limitou sensivelmente o nível dos recursos à disposição do setor público para tais atividades, como vem se manifestando um sentimento cada vez mais forte de que as instituições públicas dessa área são um meio ineficiente de abordar os problemas tecnológicos da agricultura. A "crise" financeira é ampliada, ademais, por um processo mais profundo e de consequências mais duradouras. Este traduz a tendência atual de revisão de ajustamento e liberalização das economias. Criam-se com isso condições para um grave "círculo vicioso"; as restrições orçamentárias limitam a efetividade das instituições públicas de pesquisa e

[6] O 1º.. regime alimentar, marcado pela hegemonia da Inglaterra, durou aproximadamente entre 1870 e 1930 e combinava importações vindas das colônias tropicais para a Europa, o que permitia fornecer alimentos baratos aos trabalhadores europeus, com exportações de produtos manufaturados. Um dos pilares desse regime era a monocultura imposta às colônias. Esse regime se centrava na delegação por parte da Grã Bretanha da tarefa da produção de alimentos às colônias tropicais, transformadas em exportadoras de café, açúcar, chá, banana, óleo de palma etc. Já às colônias de colonos, ou de povoamento, coube a produção de alimentos de clima temperado como grãos e carnes. Sendo assim, o 1o. regime resultou de uma Divisão Colonial do Trabalho Agrícola.
Por sua vez, o segundo regime alimentar se inicia no pós Segunda Grande Guerra, com o advento da hegemonia dos EUA e o estabelecimento de novas relações comerciais, produtivas e culturais no plano mundial. Os EUA se livravam de seus excedentes agrícolas através de assistência alimentícia (à Europa destruída pela Guerra, ao Japão e depois ao chamado naquele momento de Terceiro Mundo). Os EUA ainda exportavam alimento para os países em situação de pós-independência como parte da estratégia da Guerra Fria, já que políticas de ajuda alimentar asseguravam a lealdade contra o comunismo e aos mercados imperiais
Esse regime, que durou até aproximadamente a década de 1970, teve, como uma de suas principais características, o alimento barato.

> transferência tecnológica; estas, por sua vez, em virtude dessa mesma "ineficiência", tornam-se fortes candidatas aos cortes determinados pelo movimento, no sentido de reduzir a participação do setor público nas atividades econômicas e sociais (TRIGO, 1992, p. 17).

As empresas estaduais de pesquisa agropecuária recebiam grande parte de seus recursos da Embrapa e ficaram sem esse recurso a partir de 1988. Programas de pesquisa ficaram sem recursos. Pesquisadores sem assistentes. O Sistema Federal de Extensão Rural (Sibrater) foi extinto. Para setores como o da soja, carnes suínas e aves, a solução se deu com a entrada de grandes grupos que custearam as atividades de pesquisa.

> Assim, os grandes grupos estrangeiros que ampliaram sua atuação no Brasil na década de 1990, mais do que desenvolver tecnologias, apropriaram-se da estrutura montada anteriormente com recursos públicos e dos seus resultados. Inclusive na iniciativa privada ocorreu processo semelhante uma vez que empresas como a Agroceres e a FT Sementes e Pesquisa que desenvolviam pesquisas com sementes, foram compradas pela Monsanto e seus resultados foram apropriados. (MEDEIROS, 2009, p.170).

Mas é importante lembrar que no Brasil, o setor público foi e ainda é o maior responsável pelos esforços de pesquisa. Até 1990, as grandes empresas atuavam por meio da cooperação com organismos estatais de pesquisas agropecuárias. No entanto, a partir dessa década, com a lei de Proteção de Cultivares, que garantia a proteção intelectual dos direitos de criação do pesquisador, e a criação dos Organismos Geneticamente Modificados, as grandes empresas passaram a adquirir empresas nacionais produtoras de sementes. "*Mais do que ampliar a sua participação no mercado de sementes, as grandes empresas anseiam pelas informações acumuladas pelas empresas nacionais, para que possam levar adiante as suas inovações tecnológicas*" (FREDERICO, 2008, p. 131).

> Para facilitar o acesso à informações privilegiadas, grandes empresas estabelecem círculos de cooperação com outras ligadas ao mesmo circuito espacial. Para Castells (2000, p. 183), o aumento dos custos em P&D fez com que o acesso às informações privilegiadas se tornasse cada vez mais difícil num momento em que a inovação tornou-se a força motriz da competitividade. Para solucionar esse problema, as grandes empresas desenvolvem "alianças corporativas estratégicas", para produzirem um determinado produto num determinado período, com vistas a um determinado mercado, sem excluir, entretanto, a concorrência nas demais áreas. A aliança entre as empresas Cargill e Monsanto, com o objetivo de compartilhar o conhecimento sobre a produção e o desenvolvimento de novas sementes e insumos agrícolas pode ser considerada um exemplo desse tipo de união corporativa (Idem, p. 104).

Algo que tem ilustrado essa tendência é a criação de fundações de pesquisa e assistência financeira de caráter privado em diversos países latinoamericanos. Por outro lado é crescente também a proporção de novas tecnologias (em especial as baseadas na biotecnologia) que permanecem fora do domínio público por conta da maior invocação dos direitos de propriedade intelectual sobre as tecnologias. Isto é, patentes.

Martinelli Jr. (1999) aponta as empresas do setor alimentar que mais investem em P&D, mais especificamente em biotecnologia: a Nestlé e a Unilever, em seguida Aginomoto, Tate & Lyle, Ferruzy, Danone, Snow Brand, ADM, Cargill, Sappore entre outras. Em 2007 a Cargill iniciou a construção de um Centro de pesquisa em Campinas (SP) voltado para atender as demandas das unidades da Cargill na América Latina. Inaugurado apenas em 2011, esse centro para inovações em tecnologia e alimentos contou com investimentos da ordem de R$20 milhões. Conforme consta em seu site:

> O Centro de Inovação está instalado em uma área de 20 mil m2 e conta com múltiplos laboratórios para atender clientes nas áreas de bebidas, panificação, confeitos, comidas de conveniência e derivados de leite. Também inclui um laboratório de sabores e aromas, além de um laboratório industrial para a criação e desenvolvimento de ingredientes e aplicações para os mercados de papel, têxteis, corrugados e biopolímeros. Além do desenvolvimento de aplicações, as novas instalações permitirão atividades como a análise sensorial de produtos, desenvolvimento de protótipos, criação e avaliação de ingredientes, testes com consumidores e preparação e degustação de alimentos no centro culinário (CARGILL, 2012).

Considerando a capacidade de acúmulo financeiro e tecnológico dos conglomerados agroindustriais, eles passam a ser atores centrais da dinâmica de desenvolvimento de cultivos no 3º. regime alimentar. A gradativa privatização das pesquisas agrícolas é um ponto chave no estabelecimento desse regime e no projeto de globalização da economia.

Capacidade estocadora: controle de preços e do abastecimento

Sob o regime alimentar corporativo ocorre a redução da intervenção do Estado na produção e comercialização de alimentos. O atrelamento da produção de alimentos ao sistema financeiro tornou-se maior na medida em que os governos reduziram a sua participação na regulação do mercado e eliminaram as empresas estatais responsáveis pela administração de estoques reguladores. Burch e Lawerence (*in* McMICHAEL, 2009, p. 158) afirmam que o que há de novo no regime alimentar corporativo é o papel

> desempenhado por uma série de instituições e instrumentos financeiros que possuem a capacidade de voltar a organizar as distintas etapas da cadeia de produtos agroalimentares e de modificar os termos e condições em que os outros atores da cadeia podem operar.

As empresas que processam e fabricam alimentos impõem preços de monopólio aos produtores locais para o fornecimento de ingredientes e outros insumos necessários. Segundo McMichael (2009), as grandes corporações submetem a produção à uma lógica especulativa e buscam tirar proveito dos preços em alta, agravando as crises de abastecimento alimentar. Elas controlam os preços que são pagos aos produtores e os preços que são cobrados no mercado. Basta ver o caso da Cargill que, apenas no Brasil, possui a capacidade de armazenar mais de 4 milhões de toneladas de grãos, segundo a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). Na Argentina, somente nos armazéns localizados nos portos, a Cargill tem capacidade para quase 1 milhão de toneladas de grãos.

A oferta do crédito, da circulação e dos insumos necessários à produção são os principais instrumentos utilizados pelas empresas[7] para subjugar os produtores e o próprio território as seus desígnios (FREDERICO, 2008). As empresas exercem uma hegemonia sobre a logística, em especial por meio do sistema de armazenamento. No Brasil,

> O sistema de armazenamento se destaca como um dos principais elos logísticos dos diversos circuitos espaciais produtivos agrícolas, em especial aqueles localizados nos fronts agrícolas devido à distância entre as regiões produtoras e os portos exportadores e locais de consumo. Os armazéns são de fundamental importância em todas as etapas produtivas dos produtos agrícolas (FREDERICO, 2008, p. 3).

[7] Mas é importante lembrar que o investimento em infraestrutura para transporte e armazenagem de grãos é feito em parceria com o Estado, que aporta volumes imensos de recursos financeiros. Por isso, podemos dizer que o papel do Estado passa a ser o de garantir fluidez ao território e de superar barreiras materiais e imateriais à produção ou circulação das commodities (como legislações ou direitos).

Como nos explica Frederico 2008, os armazéns podem ser classificados segundo a localização, a modalidade e o controle. No que se refere à localização podem ser classificados em unidades de fazendas, silos coletores, intermediários e terminais (portos). No Brasil há um déficit de unidades de armazenagem de fazenda, o que torna a logística de grãos ineficiente ao sobrecarregar as unidades terminais em determinados períodos. Ao mesmo tempo torna os produtores dependentes das unidades armazenadoras das grandes empresas exportadoras. A existência destas unidades é fundamental para garantir a autonomia do produtor, possibilitando a escolha do momento certo de vender e escoar sua produção, o que diminui o poder regulatório das grandes empresas (FREDERICO, 2008, p. 188). No entanto, apesar das vantagens, os armazéns de fazendas representam apenas 15% da capacidade estática do país. Na Argentina representam 40%, na União Européia 50% e nos EUA 65% (FREDERICO, 2008).

Até os anos 80, a grande maioria das unidades armazenadoras eram estatais ou de cooperativas, em especial na região Sul. No entanto, a partir da década de 1990, grandes empresas exportadoras de grãos começaram a construir silos graneleiros em especial nas novas fronteiras agrícola[8], ao mesmo tempo que o Estado se desfazia de suas unidades. Conforme Frederico (2008), atualmente 74% da capacidade de armazenamento pertencem a agentes privados, 21% a cooperativas e apenas 5% são controladas pelo Estado. O total de capacidade estática do Brasil é de 158 milhões de toneladas, sendo que apenas 1,96 milhões pertencem a CONAB.

Segundo o IBGE, entre janeiro e junho de 2010, o governo brasileiro tinha estocado 1.730.014 toneladas de produtos agrícolas. Por sua vez, a iniciativa privada (com excessão de cooperativas) tinha 26.408.687 toneladas. Entre janeiro e junho de 2012, o governo tinha 980.607 toneladas e a iniciativa privada 27.678.476 toneladas. A maior parte encontrava-se armazenada em serviços de estocagem, seguida por empresas ligadas ao comércio e depois à indústria.

As unidades estatais são convencionais, o que representa uma inadequação técnica para a armazenagem de alguns produtos por não possuírem transportadores de carga e descarga, já que eram destinados apenas ao armazenamento de sacarias, e além do mais, se encontram basicamente na região Sul do país. Isso dificulta uma política pública de abastecimento eficiente.

Nos *fronts* agrícolas o controle do sistema de armazenamento se torna ainda mais estratégico, por se tratar da principal região produtora de grãos do país, pela grande distância em relação aos portos exportadores e regiões consumidoras e pela precariedade dos sistemas de transporte. Esse contexto torna a posse do sistema de armazenamento um elemento chave para o controle da produção (FREDERICO, 2008, p. 5).

Frente a isso, o governo tomou duas medidas no ano de 2013: por um lado liberou, por meio do BNDES, 1 bilhão de reais para financiar a construção e ampliação de silos e estruturas de armazenagem para produtores de grãos (BRUNO; SARAIVA, 2013) e por outro, a CONAB determinou que irá investir cerca de R$350 milhões em dez novos armazéns nos municípios de Campina Grande (PB), Maracanã (CE), Eliseu Martins (PI), Petrolina (PE), Anápolis (GO), Viana (ES), Xanxerê (SC), Estrela (RS), Luís Eduardo Magalhães (BA) e Iataquí (MA). A CONAB afirmou ainda que irá destinar R$ 150 milhões para modernizar 84 unidades da atual rede de armazenagem. Com isso, a capacidade

[8] Embora alguns dos autores citados neste trabalho ultilizem o termo *front*, nós optamos por utilizar a noção de fronteira, nos termos elaborados por José de Souza Martins (1997). Nese sentido, a fronteira é " na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos" (MARTINS, 1997, p.12). A fronteira avança num primeiro momento como Frente de Expansão e num segundo momento como Frente Pioneira. A primeira envolve o deslocamento de grupos populacionais atrás de meios de sobrevivência, sem a mediação do capital. O segundo envolve a presença do capital e das relações de exploração capitalistas. Assim, não se trata apenas do avanço sobre novos territórios de uma agricultura técnicamente moderna, ideia presente na noção de *front*. Mais do que isso, se trata do avanço de novas relações de produção, novas relações com a terra e de conflitos com as formas sociais existentes nesse território em disputa. Com isso, podemos entender o avanço da fronteira da soja para o Centro-Oeste e para a região dos estados de MA, PI, TO, BA como algo que ocorre com a presença de muitos conflitos, o que a noção de *fron*t não nos permite apreender.

estática de armazenagem da CONAB vai passar de 1,96 milhão de toneladas para 2,81 milhões de toneladas (TARSO, 2013b).

Dada à escassez de unidades de armazenamento, a maioria dos produtores é obrigada a vender sua produção antecipadamente para as empresas exportadoras não apenas pela necessidade de crédito para o plantio, mas pela falta de infraestrutura de armazenagem e transporte (TARSO, 2013a). Segundo notícia veiculada no jornal Valor Econômico (BRUNO; SARAIVA, 2013), a safra recorde de milho em 2013 e a escassez de armazéns obrigaram produtores a estocar o grão a céu aberto e em silos de lona no Mato Grosso. Como o preço da *commoditie* caiu, as *tradings* não estão dispostas a pagar caro pelo transporte do milho até os portos.

Como foi dito, a estratégia de controlar redes de armazenamento e transporte não é uma estratégia nova aplicada por grandes empresas como a Cargill no Brasil ou na Argentina. Frederico (2008) aponta como o desenvolvimento da Cargill esteve intimamente ligado ao controle de uma rede de silos ao longo das ferrovias no meio-oeste estadunidense e nos portos dos Grandes Lagos. Ao final do século XIX, o controle dessas redes permitiu que a empresa comprasse grãos dos produtores e os exportasse para a Europa. Mas durante a recessão da década de 1930, a Cargill continuou comprando e construindo silos e barcaças o que lhe permitiu comprar e estocar grãos do centro dos EUA, tirando proveito da baixa dos preços daquele momento. Não apenas a Cargill fez isso, mas também a Bunge a Louis Dreyfus. Com o término da segunda guerra, o comércio de grãos se intensifica. As empresas que haviam, durante a década de 1930, adquirido silos e barcaças passam definitivamente a ser as maiores comercializadoras de grãos do mundo. A partir da década de 1960, o que essas empresas fazem é seguir crescendo com a compra de indústrias de processamento de grãos, sistemas de transporte e silos em diversos países produtores. O que deve ser observado é como a questão do controle do transporte e estocagem dos grãos foi e é uma estratégia central das grandes corporações, tanto no Brasil, como na Argentina e nos EUA.

> O importante é ressaltar que o controle dos sistemas técnicos de transporte está relacionado à origem das empresas do comércio mundial de grãos e configura-se como a sua principal estratégia. O exemplo dos *fronts* brasileiros é ilustrativo, mas a situação acima descrita pode ser verificada também na Argentina ou no Meio-Oeste dos EUA. Com poucas exceções, as empresas que controlam os sistemas de transporte de grãos nesses países são as mesmas (FREDERICO, 2008, p. 123).

Sistema de armazenagem e controle sobre o território: o exemplo da atuação da Cargill no Brasil

O principal programa de incentivo à expansão da agropecuária no cerrado foi o Polocentro, criado em 1975. Esse, juntamente a outros programas que visavam a ocupação dos cerrados brasileiros tinham como objetivo aumentar a produção de alimentos para a crescente população urbana; aumentar a produção de *commodities* exportáveis; ocupar a área central e fronteiriça do país, já que se tratava de governos militares com objetivos geopolíticos e por fim, fazer uma distribuição de terras sem a necessidade de, de fato, realizar uma verdadeira reforma agrária (FREDERICO, 2008).

As áreas que mais receberam incentivos (seja em forma de aporte de capital ou introdução de tecnologia) foram a região de Dourados (MS), de Rio Verde (GO), de Rondonópolis (MT) e a região do Triangulo Mineiro, em especial Uberaba e Uberlândia. Notadamente, regiões com presença da Cargill e outras grandes corporações. Conforme explica Frederico 2008:

> As *tradings* também possuem um papel fundamental na ocupação dessas novas áreas. Essas grandes empresas chegam aos *fronts* em expansão

> logo após os produtores e são responsáveis por assegurar toda a logística de escoamento de grãos, assim como fornecer o crédito necessário à produção. Os primeiros sistemas técnicos implantados são os silos, imprescindíveis ao armazenamento e tratamento dos grãos, ao lado dos escritórios, que além de fornecer crédito, exportam a produção e importam os insumos agrícolas (p.53).

Essas grandes empresas, ao construírem sistemas de armazenamento, transporte e comunicação, estimulam a especialização dos lugares. As regiões, especializadas em uma determinada produção passam a estar inseridas na divisão territorial do trabalho que vai além das fronteiras entre os países.

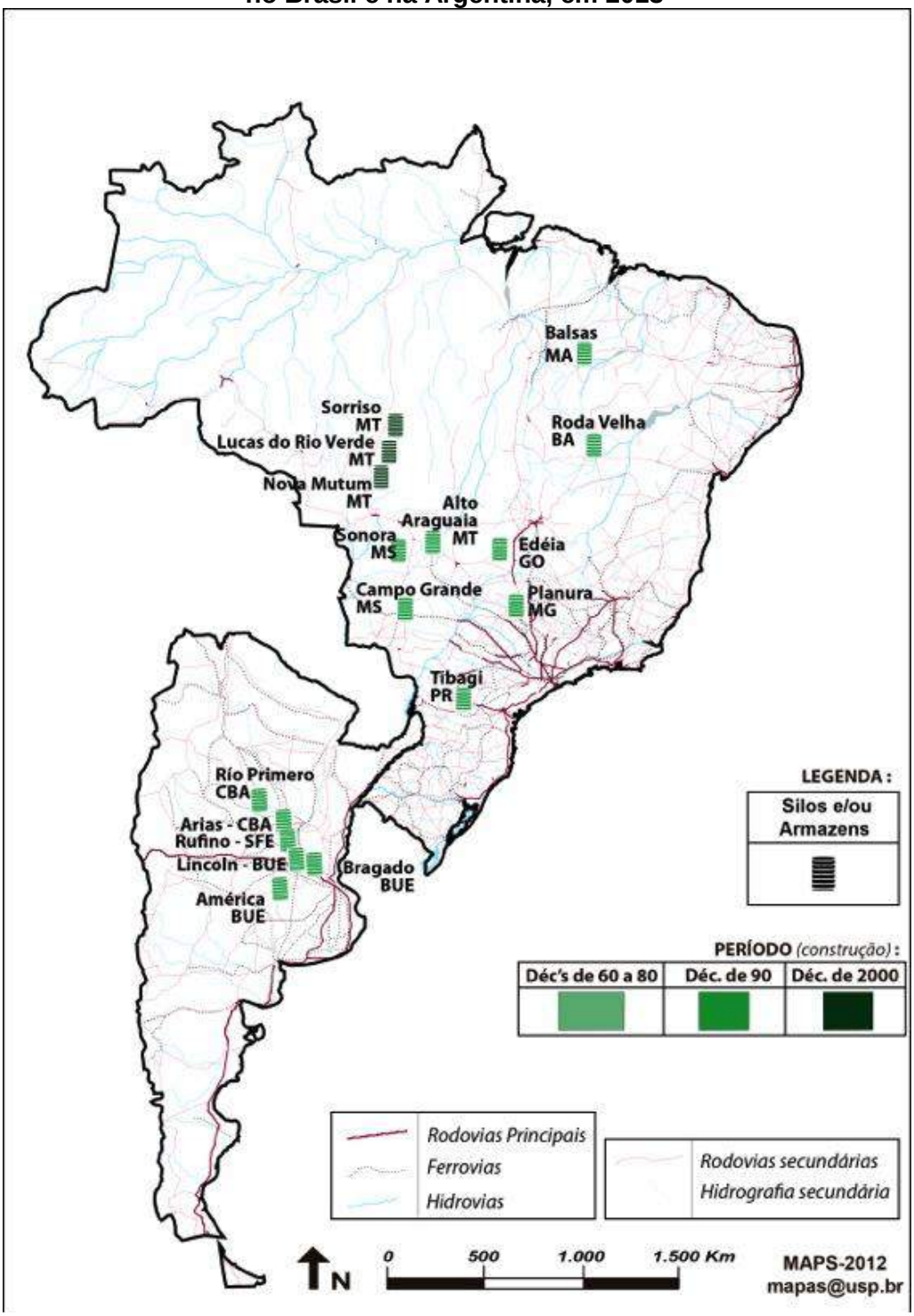
Frederico (2008) afirma que as empresas transnacionais como Cargill, Bunge, ADM e Louis Dreyfus acabam por promover uma organização do território que lhes permite controle privilegiado da produção. Elas acabam com isso controlando fluxos não apenas de mercadorias, mas também de informações e capitais entre regiões e países. Para mostrar como as grandes empresas controlam os fluxos de grãos, Frederico (2008) explica que, em 2006, dos 20 escritórios exportadores (de valores acima de R$100 milhões) de grãos presentes no Brasil, 16 eram das quatro Gigantes dos Grãos, Cargill, ADM, Louis Dreyfus e Bunge, o que corresponde a 80% do total.

Com a modernização conservadora da agricultura ocorrida na década de 1960 os armazéns que existiam tornaram-se obsoletos pois estavam preparados apenas para armazenar sacarias, em especial de arroz e café. Para solucionar esse déficit, a partir da década de 1970 o Estado passou a criar linhas de financiamento para a construção de infraestrutura agrícola como o Programa de Investimentos Agropecuários (PROINAP), o Programa Nacional de Armazenagem Comunitária (PRONAC) e o Programa Nacional de Armazenagem (PRONAZEM). Em 1975, como coloca Frederico (2008), o Brasil possuía uma capacidade de armazenagem estática de 36 milhões de toneladas para uma safra de 40 milhões o que representava um déficit de 10%. Em 1979, quando termina o PRONAZEM, a capacidade estática do país havia passado para 50 milhões de toneladas, o que representava 20% a mais da safra de grãos daquele ano. Durante a década de 1980, os incentivos do Estado mantiveram em crescimento a capacidade de armazenagem do país. Na década seguinte, com a menor intervenção estatal, a capacidade estática de armazenagem permanece estável mas a produção agrícola aumenta, gerando um grande descompasso. É nesse momento que a grandes *tradings* passam a investir na construção de sistemas de armazenamento, em especial nas novas fronteiras agrícolas. Soma-se a esse quadro a privatização de algumas unidades armazenadoras estatais. Nesse mesmo momento é extinta a Cibrazem (Companhia Brasileira de Armazenagem), órgão responsável por administrar e regular a armazenagem do país.

Em 2000 o governo volta a incentivar a criação de infraestrutura de armazenamento agrícola, mas ao mesmo tempo Cria a Lei de Armazenagem (em 2001) que, além de regulamentar do ponto de vista técnico o armazenamento, libera a comercialização dos grãos pelos armazéns gerais. Como resultado disso e do aumento da atuação das *tradings*, a capacidade de armazenagem aumentou 39%, fazendo com que o déficit de capacidade com relação à produção caísse de 14% para 8% entre 2001 e 2007. Como exemplo, no município de Barreiras (BA), a Cargill possui capacidade estática de armazenamento de 151 mil toneladas, o que representa 40% da capacidade total do município. No município vizinho, Luiz Eduardo Magalhães, a Bunge possui capacidade de armazenagem que representa 65% da capacidade total da cidade (FREDERICO, 2008).

A Cargill, conforme levantamento de Frederico (2008), possui 126 unidades armazenadoras espalhadas em 59 cidades. As cidades com maior capacidade são justamente aquelas localizadas em pontos estratégicos para o escoamento: Ponta Grossa (PA), São Paulo (SP), Uberlândia (MG) e Sinop (MT). O mapa da página seguinte mostra a distribuição das principais unidades armazenadoras da Cargill no Brasil e na Argentina, segundo seu site. É possível perceber que grande parte encontra-se nas principais regiões produtoras e nas frentes pioneiras.

Mapa 1- Principais Unidades Armazendadoras de Grãos da Cargill (Segundo seu Site), no Brasil e na Argentina, em 2013



Fonte: Goldfarb, 2014.

Chama a tenção a diferença de dados com relação às unidades armazenadoras disponibilizadas no site da empresa e as disponibilizadas pela CONAB. Pelo site chegamos ao número de onze unidades no Brasil, mas pela CONAB podemos verificar que na realidade são muito mais, já que ela possui unidades em mais de 50 municípios e em alguns deles, possui mais de uma unidade. Mas no entanto, o que importa é poder ver como essas estruturas da empresa estão espalhadas pelos territórios dos dois países. Elas encontram-se nas áreas produtoras de grão e, particularmente, nas frentes pioneiras da soja.

Ainda que exista um menor déficit ou mesmo um superávit em relação à capacidade de estocagem com os investimentos atuais do governo, essa questão segue como um problema haja visto que os armazéns privados e em especial os das *tradings* não armazenam toda espécie de alimento consumido no país e sim basicamente *commodities*, o que significa que não contribuem com políticas de controle de preços ou de abastecimento interno. Isso faz com que exista também um grande desequilíbrio entre a capacidade produtora de grãos dos estados e sua capacidade armazenadora. Um exemplo interessante é a dificuldade encontrada por produtores de milho para armazenar a produção. Obrigados a armazenar a céu aberto, se vêm impelidos a vender a produção o quanto antes, no lugar de esperar por um preço melhor A escassez de armazéns de fazenda e de armazéns gerais de uso público torna os produtores de alimentos dependentes das grandes empresas, obrigando-os a vender rapidamente a produção no lugar de esperar um momento de preço melhor.

Na Argentina o quadro é um pouco distinto. No total, o país possui capacidade de armazenar pouco mais de 40 milhões de toneladas de cereais em armazéns e mais 30 milhões de toneladas em bolsas-silos[9] no campo. No entanto, pela ausência de um sistema de registro preciso, esses números são apenas estimativas. Segundo dados da Oficina Nacional de Control Comercial Agropecuario (ONCCA), 40.929.000 toneladas encontram-se distribuídas em 2.711 plantas de armazenamento ou processamento. No entanto, a distribuição é bastante desigual. Existem 762 empresas com apenas uma planta e uma empresa com 97 plantas. Há 14 anos atrás, a Argentina tinha capacidade para apenas 24.954.810 toneladas, o que representa um aumento de 64,2%. É importante destacar a inexistência de um sistema de armazenagem de grãos públicos na Argentina, já que todos os armazéns e silos foram privatizados com as políticas neoliberais.

Controle do território

Ao analisar a atuação das grandes corporações, é fundamental para a análise geográfica perceber como ela se territorializa e quais impactos isso causa ao território. O poderio dessas corporações está diretamente relacionado à capacidade que elas possuem de dominar parcelas do espaço e assim impor sua lógica de reprodução.

Nos dias atuais, é muito marcante a presença das grandes corporações em determinadas regiões do país, o que nos demonstra a territorialização cada vez maior do capital no campo por meio de instalação de grandes estruturas de escoamento, armazenagem e produção. Cada estabelecimento desses emprega pessoas permanentemente ou esporadicamente.

Esse fato corrobora com a noção do estabelecimento do regime alimentar corporativo, tendo em vista que evidencía o controle que grandes corporações exercem sobre espaço, configurando territórios próproprios ao dominar circuitos completos de produção, circulação, distribuição e comercialização. Outro fato demonstra o aumento do controle sobre o território por parte das grandes corporações: Não é preciso que a Cargill em si produza soja em determinado local para que ela exerça influência acerca do que e como será cultivado aí. Vejamos como isso tem se dado no caso da Cargill e outras corporações, atrelado aos sistemas de escoamento. Lembremos que já vimos como isso se dá com relação ao sistema de armazenagem:

> Quando corporações, como as grandes *tradings* da soja, principalmente a Cargill, encorajam a construção de grandes sistemas de engenharia, como o asfaltamento da BR 163 (Cuiabá-Santarém), e são atendidas pelo Estado, presenciamos o fortalecimento do processo de uso corporativo do território. [...] A Cargill é a principal interessada no asfaltamento do trecho Paraense

[9] As bolsas-silo foram uma solução encontrada para o déficit na capacidade de armazenamento das unidades produtivas. Trata-se de gigantes bolsas de plástico nas quais se pode armazenar, fumigar e limpar os grãos.

> da BR 163, porque após modernizar o porto fluvial de Santarém pretende exportar soja para a União Européia a partir dali (TOLEDO, 2005, p.17).

O estabelecimento de infraestrutura para transporte e armazenagem de grãos tem ocorrido historicamente por meio de muita parceria com o setor público. Mazzali (2000) afirma que houve muitas alianças para reduzir o custo do frete da Região Centro-Oeste, nova frente de produção de grãos, até os terminais portuários, localizados na região sudeste. É importante notar como a infraestrutura criada pela Cargill para o transporte dos grãos ultrapassa fronteiras nacionais. A soja boliviana é transportada em barcas pelo rio Paraguai-Paraná até a Província de Buenos Aires. A Cargill comprou 51% da participação do porto de grãos Puerto Aguirre, localizado no Tamengo, Canal na Bolívia, perto da cidade brasileira de Corumbá, no rio Paraguai.

Depois de inaugurado o terminal de Itacoatiara, em 1997, 145 caminhões de soja começaram a chegar em Porto Velho diariamente para daí ser transferida para barcaças que a transportavam 800 km a jusante de Itacoatiara do outro lado do Rio Madeira, onde é armazenada e carregada em navios de exportação. Esta nova rota de exportação diminuiu o custo do transporte. A soja, que vem do sul do Estado de Rondônia e do Mato Grosso é embarcada em Porto Velho segue a Itacoatiara, de balsa, e de lá em navios para a América do Norte, Europa e Ásia, neste caso atravessando o canal do Panamá. Novos investimentos têm reforçado essa estratégia frente ao aumento do consumo de soja por parte da China e índia.

A Cargill também movimenta grãos a partir de São Luis, no Estado do Maranhão, norte brasileiro. Ela utiliza instalações que possui dentro da área do Terminal Portuário Ponta de Madeira, da empresa Vale, e exporta pelo berço 105 do Porto do Itaqui, atualmente arrendado à mineradora.

Ao mesmo tempo em que os caminhos para exportar a soja pela Amazônia se desenvolvem, continuam a prosperar os tradicionais corredores da soja, que unem a Região Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) ao Sudeste (Santos) e Sul (Paranaguá). No Nordeste, as empresas buscam novas alternativas em portos na Bahia e Pernambuco para exportar a produção. Hoje, o Porto de Itaqui (MA) é o principal exportador da oleaginosa da região (TOLEDO 2005). São utilizados ainda para o escoamento da soja o porto de Vitória (ES), os portos fluviais de Itacoatiara (AM) e de Porto Velho (RO), dois portos do Sul, São Francisco do Sul (SC) e Rio Grande (RS). Em Santarém, a Cargill investiu R$ 40 milhões para concluir um terminal graneleiro (TOLEDO, 2005) o que, como veremos, causou grande impacto na região.

A Cargill Agrícola, em parceria com a Bunge Alimentos e a Codeba (Companhia Docas do Estado da Bahia), inaugurou um novo terminal de grãos em 2003 no porto de Ilhéus. O investimento da ordem de R$ 4 milhões assegurou à Cargill e à empresa parceira a redução de 15% na tarifa portuária cobrada pela movimentação de cargas até 2005.

Embora o maior volume de soja seja embarcado pelos portos de Santos (SP), Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS), alguns dos portos que se encontram no Norte e Nordeste do país têm ganho importância com relação ao volume recebido. No caso da soja em grãos, o Porto de Santos é o que embarca o maior volume, sendo que os valores são crescentes em quase todos os anos desde 1994 e em 2011 o porto chegou a embarcar mais de 9 milhões de toneladas. O porto de Paranaguá teve leve queda entre 2006 e 2009, mas seguiu num volume crescente chegando a embarcar quase 7 milhões de toneladas de soja em grão em 2011.

Os demais portos embarcam volumes bem inferiores que aos de Santos, Paranaguá e Rio Grande, mas têm, no geral, apresentado um volume crescente de embarque ano a ano. Em 1994, o porto de Vitória embarcou 555 mil toneladas de soja em grão, e o de São Luiz 142 mil toneladas. Em 2011 eles tinham embarcado 2453 mil toneladas e 2514 mil toneladas respectivamente. O porto de Santarém iniciou em 2003 embarcando 285 mil toneladas e, em 2011, embarcou 790 mil.

Um novo corredor exportador está sendo criado no Rio Tapajós para escoar até 20 milhões de toneladas de grãos do Mato Grosso pela Região Norte, ao invés de ir até os

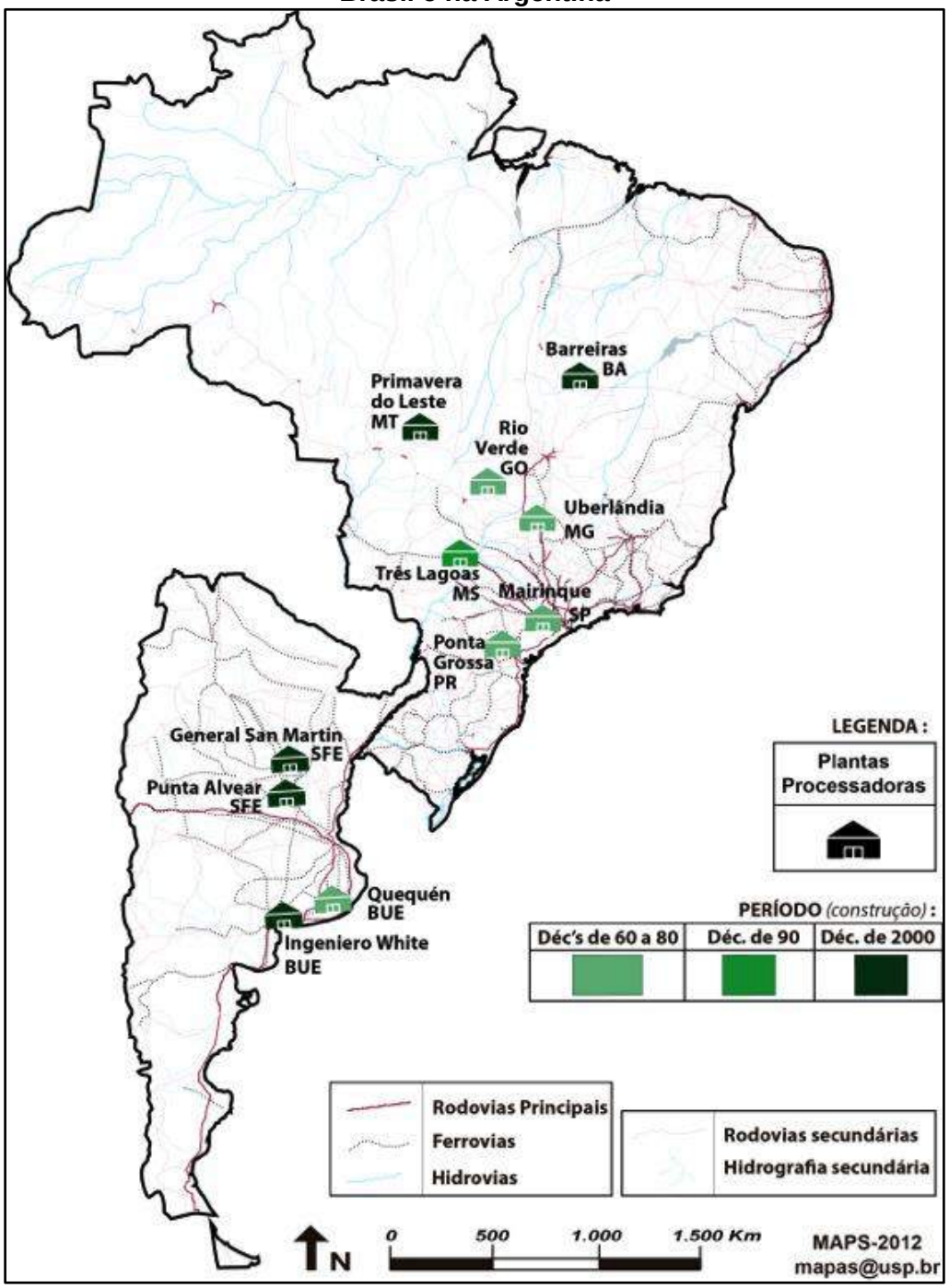
portos de Santos ou de Paranaguá, na região sudeste do país, a mais de 2000 quilômetros. Essa rota escoaria a soja e o milho produzidos nos municípios de Sinop, Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, cortados pela BR 163. Oito empresas já compraram terrenos no município de Miritituba para a construção de transbordo, entre elas a Cargill e a Bunge. Essas empresas criaram a Associação dos Terminais Privados do Rio Tapajós para representar seus intereses no plano do novo corredor. A Cargill, segundo o jornal Valor Econômico, pretende investir 200 milhões para receber a produção em Miritituba e transportá-la pelo Rio Tapajós até o Porto de Santarém. Com isso ela pretende dobrar a quantidade de soja transportada por Santarém, passando de 1,9 milhão de tonelada por ano para 4 milhões de toneladas. Cada barcaça pode transportar até 30 mil toneladas de grãos, o que equivale a 800 caminhões. Hoje, a soja exportada pela Cargill na região vai de caminhão até Porto Velho de onde segue em barcaças até Santarém (FREITAS JR., 2013a).

A substituição do cacau pela soja em Santarém, em função de uma demanda específica da Cargill que tem terminais graneleiros e controla um porto fluvial no município, é um exemplo das mudanças impostas pelas empresas aos lugares (TOLEDO, 2005 p.44).

Vale destacar que o porto construído em Santarém, no norte do país possui como base estratégica o escoamento da soja proveniente das regiões centro-oeste e norte do país, que vem crescendo de forma considerável nos últimos anos, para a Europa, América do Norte e Ásia. Já em outra direção, podemos observar a utilização do porto em Roraima, no município de Porto Velho. Voltado para o interior do continente, esse porto permite o escoamento para outros países da América do sul e encurta a saída para o Oceano Pacífico.

Como podemos ver no Mapa 2, as principais unidades de processamento da Cargill no Brasil encontram-se próximas às localidades que mais produzem grãos, como soja, milho e trigo. O mesmo ocorre na Argentina, onde podemos ver que a maioria das unidades processadoras e estocadoras da Cargill (Províncias de Córdoba, Santa Fé e Buenos Aires) encontram-se na região onde está concentrada a produção de soja (Santa Fé, Córdoba, Entre Rios e Buenos Aires). E assim como no Brasil, sua rede de escoamento também está conectada com essas regiões, em especial por meio de portos em Santa Fé. Aprofundaremos a questão da expansão da soja no capítulo seguinte.

Mapa 2 - Unidades de Processamento de Soja da Cargill, por Período Selecionado, no Brasil e na Argentina



Fonte: Goldfarb, 2014

Um pouco mais sobre o caso argentino

A Argentina era um país de indústrias nacionais e de cadeias agroindustriais nacionais tanto no que se refere a carnes como farinhas. No entanto, com a ditadura e o advento da globalização e da financeirização da economia isso começou a mudar. Para Boy (2005), está claro que o pagamento da dívida externa impôs o modelo agroexportador de commodities e marginalizou a produção de alimentos locais.

O campo se transforma cada vez mais em produtor de *commodities;* cada vez menos um meio de vida para a maioria dos produtores agropecuários, e menos ainda para os produtores familiares. O país vai perdendo sua qualidade de produtor de alimentos básicos. Vão-se formando os denominados complexos agroindustriais, com grandes empresas que estendem seu poderio "*para frente" e "para trás" na cadeia agroindustrial, integrando verticalmente, seja de forma direta ou mediante alguma forma de agricultura de contrato os produtores agropecuários.Fortalece-se uma "agricultura sem agricultores*" (BOY, 2005, p. 146).

Durante a ditadura militar (1976-1983) o banco de sementes do INTA (Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária) foi desmontado e repassado às corporações que chegavam ao país (GIACARRA et TEUBAL, 2011). Além disso, o mesmo período foi marcado pela flexibilização das leis de arrendamento e pela promoção dos chamados contratos acidentais por colheita que potencializaram a figura do contratista com ou sem terra própria. Privatizaram-se ainda os silos e portos e foi-se configurando um novo complexo agroexportador dominado por grandes empresas. É nesse momento que surgem os *pools de siembra* -grupos de investidores que se unem para arrendar terra e contratar a produção da soja.

Os primeiros *pools* surgem entre o final dos anos 1980 e início dos 1990, a princípio apenas como uma junção de produtores agropecuários para ganhar escala, mas com o aumento dos preços internacionais nos anos 2000, esses *pools* foram tornando-se alternativa para outros investidores não ligados às atividades agropecuárias, que passaram a arrendar terras para produzir, no geral, soja. De 1997 a 2002, a área cultivada pelos *pools* passou de aproximadamente 400.000 hectares para 2 milhões de hectares.

Por sua vez, a indústria alimentar se estrangeiriza quase completamente nesse período e aumenta a presença dos supermercados e hipermercados. Segundo o MAGyP (Ministério de Agricultura, Ganadería y Pesca) 83,5% do total de grãos de soja exportados foram produzidos pelas empresas Cargill, Noble, ADM, Bunge, Louis Dreyfus, A.C. Toepfer e Nidera. 82% do comércio de óleo de soja ficaram concentrados nas mãos da Bunge, Louis Dreyfus, Cargill, AGD e Molinos Rio de la Plata. 89,34% dos demais derivados de soja foram vendidos pela Cargill, Bunge, Loius Dreyfus, AGD, Vicentin e Molinos Rio de la Plata.

Surge um novo regime de acumulação e o sistema agroalimentar em sua totalidade começa a operar em função da lógica do agronegócio. A partir de então cresce a influência de grandes empresas transnacionais ou transnacionalizadas na definição de aspectos essenciais da política agropecuária que também se articulam com o setor financeiro através dos *pools de siembra*. Um fato marcante que impulsionou esse processo foi o decreto 2284 de desregulamentação econômica de 31 de outubro de 1991 que, entre outras tantas medidas de desregulamentação, eliminou desde a raiz todas as entidades reguladoras da atividade agropecuária (Junta Nacional de Grano, Junta Nacional de Carnes, entre outras) que operavam desde os anos 1930. Repentinamente, o agro argentino se tornou um dos mais desregulamentados do mundo e sujeito como nenhum, às flututacões da economia mundial. Se tratava de produzir *commodities* orientadas para a exportação, baseadas em tecnologia de ponta e em grandes unidades produtivas. Segundo funcionários do governo, deveriam desaparecer 200.000 produtores agropecuários considerados ineficientes (TEUBAL et PALMISANO in GARRACA et TEUBAL, 2011, p. 202 e 203, tradução nossa).

Chama atenção, assim como no caso brasileiro, como a década de 1990 é marcada pela desregulamentação do setor agroalimentar e, dessa forma, pelo avanço do papel regulador entre as empresas. Boy (2011) destaca como as grandes empresas se colocavam para os clientes nesse processo e exemplifica essa atuação transcrevendo um folheto comercial da Cargill de 1989:

> Quando pensarem em vender sua colheita, podem contar com que a experiência da Cargill os ajudará a obter os melhores resultados. Oferecemos alternativas flexíveis no comércio de grãos para reduzir os riscos de preço e incrementar os lucros. Se preferir, podemos armazenar

> sua colheita para auxiliar a reduzir seu investimento na granja e oferecer os seus grãos para venda. (BOY, 2011, p. 87, tradução nossa)

Boy informa que após a abertura econômica, muitos estocadores regionais desapareceram frente à impossibilidade de competir. Muitos dos que persistiram foram comprados pelas multinacionais, dentre elas a Cargill. Cargill exportou 4.094 milhões de dólares em 2007, o que representou um aumento de 65% em relação ao ano anterior (GIARRACA et TEUBAL, 2011). Há denúncias contra a Cargill que a acusam de manobras para evitar o pagamento das retenções.

A Cargill, junto com a Bunge, a Dreyfus, a Nidera, a Aceitera General Deheza, a Molinos Rio de la Plata e a Vicentin são processadas pelo fisco pela evasão de 650 milhões de dólares por cereais e oleaginosas e 300 milhões de dólares por óleo, somente entre janeiro de 2007 e maio de 2008. Tudo em retenções não pagas. Ou seja, assim como no Brasil, o aumento do poderio da Cargill e de outras corporações não se deu sem conflitos.

Sobre a acumulação por espoliação, a financeirização e o poder das grandes corporações

É importante destacar que o processo de monopolização do setor agroalimentar e a crescente financeirização da economia fazem aumentar os processos de acumulação por espoliação[10]. Harvey (2004) afirma que alguns mecanismos de acumulação primitiva foram aprimorados e desempenham hoje papel mais forte ainda que no passado: o sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A grande financerização, como aponta Harvey, a partir de 1973 (portanto pós acordo de Bretton Woods como vimos) foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório.

> Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados , a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrentes de manipulações de crédito e das ações – tudo isso são características da face do capitalismo contemporâneo (HARVEY, 2004, p. 123).

Dessa década aos dias de hoje foram criados mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. A ênfase nos direitos de propriedades intelectual nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e o licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais. Vimos até agora como o poderio das grandes corporações do setor agroalimentar, entre elas a Cargill, se deu com base nesses direitos. E, nesse sentido, a aproximação dessas empresas com órgãos do Estado é reveladora.

[10] A noção de acumulação por espoliação que Harvey (2004) elabora serve para mostrar como todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem presentes na geografia histórica até hoje: expulsão de populações camponesas e formação de um proletariado sem terra; recursos antes partilhados ou de uso comum como água ou florestas passam a ser privatizados e inseridos na lógica capitalista de acumulação (e como bem destaca Harvey, muitas vezes por insistência do Banco Mundial); formas alternativas e autóctones de produção e consumo têm sido suprimidas; indústrias nacionais tem sido privatizadas, o agronegócio tem substituído a agricultura familiar, o trabalho escravo permanece existente; formas de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc) têm se convertido em direitos exclusivos de propriedade privada etc. (Harvey, 2004)

Isso se relaciona com a financerização da economia e a estruturação de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear surtos de desvalorização e de acumulação por espoliação. Para tal, além da finaceirização e do comércio livre, era preciso que o Estado tivesse um outro papel. “O surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização a ela associada simbolizaram grande parcela do tom geral dessa transição” (HARVEY, 2004, p. 129).

Como boa parte das grandes corporações, a Cargill sofre inúmeras acusações que vão de descumprimento de leis trabalhistas, práticas monopólicas e de dumping, até crimes ambientais. O número de denúncias e acusações reflete o caráter espoliativo de suas estratégias de espacialização e atuação. Vejamos alguns exemplos:

No Brasil, a principal ação enfrentada pela empresa foi acerca do desmatamento ilegal e da falsificação de EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental) para construção do porto em Santarém, no estado do Pará, para escoamento de soja. Diversas organizações da sociedade civil como movimentos sociais, sindicatos e ONGs ambientalistas se manifestaram contra a construção do porto pelo impacto ambiental direto e pelo efeito que o porto teria na expansão da soja na região.

Na Argentina também há muitas denúncias com relação a Cargill. Conforme relatado em informes das ONGs FOCO e OET (2008), as plantas processadoras da Cargill na Argentina além de contaminarem as águas em Bahía Blanca, geram grandes impactos sociais e urbanísticos. Em Gobernador Gálvez, a Cargill entrou em conflito com a população ao construir um complexo industrial em plena área residencial causando grande impacto urbanístico e social na cidade, além do impacto ambiental que já havia sido causado com a construção do porto. Em novembro de 2004, o governador da Província de Santa Fé liberou 8 milhões de pesos para construir acessos para a empresa, desde a autopista Rosário – Buenos Aires, coisa que a Cargill havia se comprometido a fazer em acordo com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Santa Fé. Com isso, o governo terminou por se ocupar com um gasto que cabia a Cargill realizar.

A Corporate Watch, ONG que acompanha a atuação de grandes corporações, lista algumas outras acusações feitas a Cargill pelo mundo: Em 1937, a Cargill foi suspensa da Chicago Board of Trade (EUA) por monopolizar o mercado de milho. Acusações semelhantes foram feitas em 1963 em relação ao trigo, e em 1973 com relação à soja. Em 1976, uma subcomissão do Senado dos EUA acusou a Cargill e cinco outros comerciantes de grãos de fornecer dados de mercado falsos, a fim de influenciar os preços de mercado e, em 1984, o Brasil a acusou de fazer o mesmo com a soja.

Houve uma investigação acerca de 63.000 toneladas de sementes de trigo tratadas com metilmercúrio, uma prática proibida na maioria dos países ocidentais, mas que a Cargill decidiu experimentar em 1970 no Iraque e que teria causado a morte de 93 pessoas.

A Cargill sofreu processos trabalhistas nos EUA onde, de acordo com Brewster Kneen (2002), ao comprar a fábrica de fertilizantes Seminole em Fort Meade, em 1993, a empresa fez com que todos os funcionários assinassem carta de demissão e então contratou de volta aqueles que queriam, com salários mais baixos e com apenas duas semanas de férias. Caso similar se deu com a compra de quatro fábricas de farinha da Grand Metropolitan, nas quais foram recontratados aproximadamente 30% dos ex-empregados.

Também nos EUA a Cargill enfrentou denúncias por danos ambientais: em 1993, a empresa foi colocada na lista *Ten Toxic* da revista *Mother Jones*. A revista observou que a empresa tem sido citada em 2000 violações ao meio ambiente desde 1987 (KNEEN, 2002).

As acusações também dizem respeito às estratégias de negociação com seus fornecedores. Nos EUA, em 1989, a Cargill foi condenada a pagar cerca de US $ 2,6 milhões em um acordo de ação coletiva para produtores de aves da Flórida, fornecedores para uma de suas plantas de processamento. O processo alegava que a Cargill tinha intencionalmente pesado de forma incorreta as aves.

A empresa também enfrentou processos na Bolívia por danos ambientais. Em 1997, o governo boliviano realizou a dragagem maciça no porto de Puerto Aguirre em parceria com a Cargill, que tem participação no controle do terminal de grãos. O objetivo foi abrir o

Canal Tamengo - que conecta o rio Paraguai com o Atlântico - para a passagem de comboios de barcaças transportadoras de soja e farelo. O projeto ia contra as recomendações dos estudos de impacto ambiental.

Também na Venezuela a Cargill foi acusada por danos ambientais. De acordo com Brewster Kneen (2002), a produção de sal realizada pela Cargill em Los Olivitos na Venezuela, vem ameaçando os manguezais e a pesca no ecossistema lagunar local. A empresa foi acusada de descarregar "ouriço", subproduto da produção de sal que é altamente tóxico, diretamente no lago Maracaibo. Esta área é reconhecida nacional e internacionalmente como valiosas, com 33.000 hectares de manguezais, lagoas litorâneas (estuários), restingas, praias arenosas e dunas situadas no estuário do Maracaibo. Grande parte do estuário Olivitos já foi declarado um refúgio de vida selvagem e reserva de pesca nos termos da legislação venezuelana. A Cargill construiu um dique de 17 km com consequências desastrosas. A pesca caiu pela metade, enquanto inundações e deslizamentos de terra aconteceram.

Na Índia, a Cargill enfrentou oposição em relação ao patenteamento de sementes. Ela tem sido alvo de um movimento em massa de agricultores que temem que o patenteamento de sementes vá roubar-lhes a liberdade de usar variedades de culturas indígenas. Em 1992, 500 agricultores pertencentes a Karnataka Rajya Ryyota Sangha (KRRS), um movimento de pequenos agricultores, ocuparam seus escritórios e queimaram amostras de todas as sementes e papéis que puderam encontrar. Em 1993, a KRRS demoliu uma fábrica de processamento de sementes da Cargill em Bangalore, utilizando postes e as próprias mãos. Kneen (2002) comenta,

> Os líderes da KRRS me levaram às aldeias e cidades para conversar com agricultores e comerciantes de sementes e em toda parte a história foi a mesma: a semente de girassol híbrido que a Cargill vendeu para a produção comercial nos últimos dois anos produziu apenas uma fração do rendimento anunciado, não importa o quão rigorosamente as orientações para o plantio tenham sido seguidas, e não importa o quão caro os fertilizantes e produtos químicos tenham custado (p. 178, tradução nossa).

Considerações finais

Como pudemos notar ao analisar o processo de expansão do poder das corporações e suas ações locais, o processo de territorialização do capital, por meio da ação das grandes corporações se dá de forma espoliativa. O poder dessas grandes corporações avança pelos territórios nacionais impactando as mais diversas esferas e tais impactos só tendem a aumentar com o processo de financeirização da economia que vem ocorrendo. Essa crescente expansão se dá a partir dos anos 1970, quando se estabelece um outro padrão de circulação do alimento no mundo no qual as grandes corporações é que passam a exercer a hegemonia. Vale lembrar que a passagem para esse padrão de circulação é marcada também pela consolidação de um padrão alimentar ocidentalizado, levado justamente pelas grandes corporações do setor alimentar que, com o neoliberalismo, passam a expandir seus mercados mundo a fora.

O domínio das grandes corporações se mostra pela sua presença física nos territórios nacionais por meio de grandes estruturas de processamento, armazenagem e escoamento da produção, mas também pela influência que, ao se estabelecerem numa região, exercem sobre o que e como será produzido. Para isso estabelecem estratégias de participação no âmbito político, tanto nacional como internacional.

A maior liberdade de mercado do neoliberalismo proporcionou um meio para a disseminação do poder monopolista corporativo que se dá conectado em escala mundial, ou seja, a acumulação do capital se dá em escala mundial. Nesse sentido é importante entender o regime alimentar como define Araghi (2009), como um regime que produz, distribui e transfere valor.

O estabelecimento do regime alimentar corporativo que se estabelece a partir do neoliberalismo, gera um agravamento nas condições de vida de populações rurais e urbanas, pois afeta diretamente questões relacionadas à soberania alimentar. Planta-se o que é interessante para o capital financeiro e para as grandes corporações e não para a população. Diferente do que se pregava ao longo da Revolução Verde, o regime alimentar "mercadificado" não acabou com a fome no mundo e o regime alimentar corporativo veio a piorar o quadro, aumento níveis de desperdício e dificuldado o acesso aos alimentos. As soluções devem passar portanto, pelo fortalecimento de outros sujeitos, tanto da produção de alimentos como da circulação e distribuição. Ou seja, fortalecer a agricultura camponesa e viabilizar sua comercialização.

Referências

ARAGHI, Farshad. **Food regimes and the production of value: some methodological issues.** The Journal of Peasant Studies, 30(2), 41–70, 2003.

_____. The invisible hand and the visible foot. Peasants, dispossession and globalization. in: **Peasants and globalization. political economy, rural transformation and the agrarian question**. AKRAM-LODHI, A. et KAY, C. Ed. Routledge. New York, 2009.

BELIK, Walter. **Agroindústria e reestruturação industrial no brasil: elementos para uma avaliação**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.11, n.1/3, p.58-75, 2008.

BELIK, Walter et MALUF, Renato S. (Orgs) **Abastecimento e segurança alimentar. Os limites da liberalização**. Instituto de Economia Unicamp e CPDA. Campinas, 2000.

BOY, Adolfo Cambios productivos y sus repercusiones en el nível agronomico in: Norma Giarraca y Miguel Teubal (coord). **El campo argentino em la encrucijada. Estratégias y resistências sociales, ecos em La ciudad**. Buenos Aires Ed. Alianza Argentina, 2005.

BRUNO, Luciana; SARAIVA, Alessandra BNDS cria programa para armazenagem de grãos. **Valor Econômico,** 11 de julho de 2013, (2013a).

CARGILL **Relatório de desempenho dos negocios 2009** disponível em www.cargill.com.br, acesso em novembro de 2012.

CORPORATE WATCH. GE briefing serires: **Cargill Arrogance Incorporated** disponível em http://www.corporatewatch.org em outubro de 2011, (2001).

FOCO et OET. **Programa de vigilancia social de las empresas transnacionales. Informe de investigación sobre las operaciones de Cargill en Argentina**. Buenos Aires, 2008.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado. Expansão dos Fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos.** Tese de doutoramento pelo Departamento de Geografia USP. São Paulo, 2008

FREITAS Jr., Gerson. Megainvestimento abre nova rota para soja, **Valor Econômico,** 24 de janeiro de 2013 (a)

GOLDFARB, Yamila. **Financeirização, poder corporativo e expansão da soja no estabelecimento do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o caso da Cargill.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

HARVEY, David. 2004 **Novo Imperialismo** São Paulo Edições Loyola. 2004

KNEEN, Brewster 2002 **Invisible Giant. Cargill and its transnational strategies**. Londres editora Pluto Press, 2002.

LLAMBÍ, Lis. **Reestruturaciones Mundiales de la Agricultura y la Alimentación. El papel de las transnacionales y los grandes estados.** Revista Agroalimentária N. 1 Setembro 1995 disponível em www.saber.ula.vr/ciaal/agroalimentaria/

MARTINELLI JR., Orlando. **As tendências mundiais recentes da indústria processadora de alimentos.** Revista Pesquisa & Debate, volume 10, número 1(15), 1999 (a).

_____. **A globalização e a indústria Alimentar: um estudo a partir das grandes empresas.** Marilia: UNESP. Marilia-publicações; São Paulo: Fapesp, 1999.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede".** São Paulo Editora Unesp, 2000.

MCMICHAEL, Philip. **A food regime analysis of the 'world food crisis***'* Agric Hum Values 26:281–295, 2009.

_____. **A food regime genealogy** Journal of Peasant Studies, 36: 1, 139-169, 2009.

MEDEIROS, Marlon Clovis 2009 **A geografia econômica do setor agroalimentar brasileiro: investimentos, recursos ociosos e dinâmica cíclica (1990 – 2007).** Tese de doutoramento FFLCH- USP, São Paulo.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista**, Agricultura e Reforma Agrária. Labur Edições. FFLCH. São Paulo, 2007.

_____. **Os agrocombustíveis e a produção de alimentos** anais do EGAL 2009 disponível em http://egal2009.easyplanners.info

REVISTA CARGILL. Departamento de assuntos corporativos Cargill. Revista trimestral. Números 18 -27, São Paulo.

TRIGO, Eduardo Jr. **Pesquisa agrícola para o ano 2000: algunas considerações estratégicas e organizacionais.** Cadernos de Ciência e Tecnologia V9 No. 1/3 p:9 – 25. Brasília, 1992.

VELOSO, Tarso. Falta de armazenagem deixa milho ao relento em MT. **Valor Econômico,** 17 de julho de 2013 (2013a)

VELOSO, Tarso. CONAB vai investir cerca de R$ 350 milhões em novos armazéns. **Valor Econômico,** 4 de junho de 2013 (2013b)

WILKINSON, John. **Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante.** Revsita Estudos, Sociedade e Agriocultura. P. 147 – 174. Rio de Janeiro 2002

Acesso a websites

http://lapoliticaonline.com Cambio de escenario: Los pools de siembra en crisis terminal. acesso em: 2 de setembro de 2013

http://www.multinationalmonitor.org: /hyper/issues/1988/07/mm0788_09.html acesso em:13 de setembro de 2013

www.cargill.com.br: acesso de agosto de 2010 a novembro de 2013 www.cargill.com.ar, acesso de agosto de 2010 a novembro de 2013 http://www.anec.com.br/associados.html consultado em 14/03/2013

Recebido para publicação em 25 de outubro de 2014

Devolvido para revisão em 27 de março de 2015

Aceito para publicação em 03 de maio de 2015

La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios

David Vásquez Cardona
Ph. dc. En Estudios Sociales Agrarios, Universidad Nacional de Córdoba
CIECS-CONICET Universidad Nacional de Córdoba
e-mail: dvsaudadeazul@gmail.com

Resumen

El trabajo aborda la historia del café en Colombia para explorar la forma en la que el Estado Nación y las organizaciones gremiales, como la Federación Nacional de Cafeteros de Colombia, fueron determinantes en la producción de café en Colombia, que posicionaron al país como uno de los principales productores de un mercado regulado por la dinámica internacional de los sistemas alimentarios. Discurre en un análisis documental por las crisis que experimentan los países productores a partir de la caída del pacto cafetero. Dicho pacto expresa las relaciones de subordinación de los Estados Nación del Sur con las Naciones dominantes, enmarcado en los procesos de desregulación económica promovidos por las políticas neoliberales. También discute las relaciones que se establecen entre las naciones en tiempos de la globalización, en especial sobre el mercado del café, como base para analizar los elementos de los sistemas alimentarios mundiales estudiados por la sociología rural.

Palabras clave: Crisis cafetera; Colombia; globalización; Estado-Nación; sistemas alimentarios.

Abstract

Coffee crisis: elements for a discussion on the analysis of food systems

This paper discusses about the history of coffee in Colombia to explore the way in which the State - Nation and union organizations, such as the National Federation of coffee growers of Colombia, were decisive in coffee production in Colombia, and positioned the country as one of the leading producers of a regulated market for the international dynamics of food systems. It runs in a documentary analysis by the crisis experienced by the producing countries with the fall of the coffee Pact. This Pact expresses a subordination relation between the nation States of South and the dominant Nations, framed in the processes of economic deregulation promoted by neo-liberal policies. It also discusses the relationships established between different Nations in globalization´s time, in particular on the coffee market, as a basis for analyzing the elements of global food systems studied by rural sociology.

Keywords: Coffee crisis; Colombia; globalization; State-Nation; food systems.

Resumo

Crise do café: elementos para uma discussão sobre análise dos sistemas de alimentos

O documento trata da história do café na Colômbia para explorar a forma em que o Estado-Nação e as organizações comerciales, como a Federação Nacional de Cafeteros da

Colômbia, foram fundamentais para a produção de café na Colômbia, que posicionou o país como um dos principais produtores em um mercado regido por dinâmicas internacionais de sistemas alimentares. O trabalho faça uma análise documental da crise dos países produtores após a queda da experiência o pacto cafetero. Tal acordo expressa a subordinação dos Estados-Nação do sul com as Nações dominantes, enquadrado no processo de desregulamentação econômica promovida pelas políticas neoliberais. Também discute as relações estabelecidas entre as nações em tempos de globalização, especialmente no mercado de café como base para a análise dos elementos dos sistemas globais de alimentos estudados pela sociologia rural.

Palavras-chave: Crise do café; Colombia; globalização; Estado-Nação; sistemas de alimentos.

Introducción

En la comprensión de los sistemas alimentarios y los cambios acontecidos durante la globalización neoliberal, aparecen en tela de juicio la importancia que tiene lo local y los Estados dentro del sistema de producción de alimentos. En un ejercicio relevante de amplia revisión de literatura, Bonanno (2006), señala la importancia de comprender lo local en su relación dialéctica con lo global y los cambios del "Estado Nación", que en la globalización está dando paso a Estados Trasnacionales. Un ejemplo puede ser la OMC (Organización Mundial del Comercio) o el acuerdo entre países como el TLC (Tratado de Libre Comercio), en los cuales se disputan los elementos sustanciales de la política de producción y de la regulación de las actividades económicas de las corporaciones multinacionales[1].

Este artículo discute la forma en la que participan los Estados Nacionales en la actual fase de acumulación del capital, definida por Harvey (2005) como acumulación por desposesión y problematiza la idea de que los Estados Nacionales han perdido fuerza política en las determinaciones económicas. La discusión se fundamenta en los elementos empíricos de la caficultura colombiana y la crisis generada en los países productores del grano en el año de 1989, cuando se disolvió el Pacto Internacional del café, lo que desató el aumento desmedido de la oferta del grano y por lo tanto la caída de los precios.

El análisis parte de un recorrido histórico por el desarrollo de la caficultura en Colombia, el papel que han jugado el Estado Nación y las organizaciones gremiales propias de la sociedad civil en dicho proceso. Además, se realiza un análisis argumental de las políticas de la Federación Nacional de cafeteros para enfrentar la crisis, efectuando un estudio documental que permita una discusión contextual entre la historia y las políticas de la caficultora, con el fin de ver la relación entre lo Global, los Estados Nacionales y lo Local.

En la exposición aparecen elementos de las discusiones desarrolladas en la sociología rural, tales como la política alimentaría global (MCMICHAEL, 1999), la calidad como elemento determinante de las cadenas agroalimentarias (BONANNO y CALVACANTI, 2011), el valor de origen en la producción de mercancías (MARSDEN, 1999; LLAMBI, 2002), la flexibilización de la agricultura (C. de Grammont y LARA, 2007; BENDINI, 2006), la discusión sobre el territorio en la disputa entre los paradigmas del agronegocio y la cuestión agraria (FERNANDES, 2004); y los elementos planteados por la nueva ruralidad, en la construcción de "nuevos espacios y actores locales" (GIARRACA, 2001).

La presencia del Estado Nación en las disputas globales y el Imperialismo

[1] Dice al respecto Bonanno: "El control y la reglamentación se están dando en otros ámbitos como las trasnacionales y en otras formas de Estados trasnacionales (Es decir TLC, OMC, etcétera.) y que las posturas políticas de estas entidades estatales permiten el control y la reglamentación distintas a las del pasado."(BONANNO, 2006, p. 258)

La tesis desarrollada por Bonanno (2006) desde una perspectiva histórica y dialéctica, nos resulta similar al esfuerzo hecho por Hardt y Negri (2002), quienes reclamaron desde una postura fundamentada en la filosofía posmoderna francesa, la ciencia política italiana y le economía norteamericana, la disolución de la forma del Estado Nación, dando paso a un Imperio del Capital en el cual desaparecen las disputas de las naciones dominantes y por lo tanto el Imperialismo. Esta cuestión es rebatida por Boron (2004), al demostrar, en detalle, la continuidad del Imperialismo. Tesis que se considera pertinente, dados los hechos de la guerra en Irak, donde no cabe duda del poder Imperial de Estados Unidos, quien no tuvo, ni tiene en cuenta la instancias de la ONU, cuando estas interpelan su determinación, de igual forma tampoco tuvo restricciones para generar una crisis en la OTAN e invadir a Irak, con la intención del control territorial, para explotar sus reservas de petróleo, además de promover la guerra como forma de realizar las mercancías bélicas y generar espacios para la reproducción del capital, buscando las superación de las crisis del mismo.

Mas, las argumentaciones de Hardt y Negri, por lo menos se toman el deber de elaborar de manera detalla los elementos filosóficos, políticos y económicos que configuran las relaciones de los Estados Nacionales, en el marco del capitalismo y las contradicciones que se presentan para hablar de la idea de la disolución de la Forma del Estado Nación.

No se puede realizar una afirmación de tal envergadura, hablando de los elementos empíricos de cadenas alimentarías de compañías transnacionales en particular, sin comprender, o poner en discusión los contextos de las políticas de los Estados Nacionales, interpelados en los negocios de las compañías, y las formas en las que se determinan las leyes y la política para la presencia de dichas compañías. Sobre todo, cuando muchas de ellas son promovidas por la banca internacional y directamente impuestas por intereses de las naciones dominantes, en el marco de las políticas neoliberales que determinan las regulaciones del mercado del trabajo en cada nación, las disposiciones financieras, las retenciones hechas a las empresas y las políticas de subsidios de los Estados.

Otros elementos, a tener en cuenta, son las formas en las que se vinculan la clase dirigente de cada nación con la política económica y su relación con las compañías transnacionales, la forma en la que dichas compañías participan de las campañas electorales dentro de los Estados Nación, la necesidad del Estado para la generación de nuevos mercados, intensificación de sistemas de producción o ampliación de los territorios para el desarrollo de la producción y la reinvención de los espacios para la superación de la crisis, lo cual es efectuado en muchas ocasiones a partir de la guerra.

Comprender los cambios al interior del Estado en el marco de la globalización requiere un análisis de los elementos que son constitutivos en su configuración. Existen relaciones de dominación, explotación, consentimiento y liderazgo dentro del Estado y la sociedad, que permiten que un bloque histórico compuesto por las alianzas entre clases y sectores de clase, determinan la hegemonía en un “equilibrio inestable” dentro del Estado y los grupos de Estados, en la disputa por el poder. Estos elementos que son estudiados por Gramsci, quien al respecto señala:

> La unidad histórica de las clases dirigentes se realiza en el Estado y la historia de estas es esencialmente la historia de los Estados y de los grupos de Estados. Pero no hay que creer que tal unidad sea puramente jurídica y política, aunque esta forma de unidad tenga su importancia y no solamente formal: la unidad fundamental, por su concreción, es el resultado de las relaciones orgánicas entre Estado o sociedad política y “sociedad civil. (GRAMSCI, 2011, p. 491).

Gramsci muestra la importancia de leer las diferenciaciones a partir de las sobredeterminaciones que se dan entre lo político, lo económico y lo ideológico en las “formaciones sociales” para pensar la hegemonía. Hall (2010) ha destacado que en el “Príncipe moderno”, Gramsci expone la necesidad de analizar el desarrollo de las fuerzas de producción que definen el contorno de las relaciones y las luchas sociales, teniendo la

precaución de no pensarlas como determinantes absolutos de las formaciones política e ideológicas, pues estas no son un simple reflejo de aquellas.

Los cambios actuales en el capitalismo caracterizados por el "posfordismo" y un sistema de "acumulación flexible" que han sido destacados por Harvey (1998), aluden a una trasformación del papel de los "Estados Nacionales de bienestar" que se consolidaron en el periodo de la posguerra mundial a mediados del siglo XX, gracias a las luchas sociales y a las necesidades económicas de estabilización de la demanda y estimulación del aparato productivo después de la depresión de la guerra. Lo anterior obligo a una mayor intervención del Estado en tanto garantía de bienestar: vivienda, educación, empleo para todos, programas de salud, expandiendo los "derechos de la ciudadanía" y el crecimiento del aparato administrativo del Estado. Tales derechos fueron incorporados a partir de las reformas Keynesianas instauradas para superar la crisis de sobreacumulación de los años 30.

Las razones de la ruptura del "Estado de Bienestar" pueden encontrarse en los impulsos del mismo capital que lo ayudó a configurar. La crisis global crónica y duradera desde 1970[2], condujo ajustes financieros y a la volatilidad del capitalismo internacional, que buscaba ajustes espacio-temporales, que han fracasado y que han conducido a una crisis de la hegemonía de los EEUU, que se evidencia en un imperialismo abierto respaldado por la fuerza militar norteamericana. La incapacidad de acumulación ampliada ha conducido a los crecientes intentos de acumular mediante la desposesión.

El neoliberalismo como política aparece agenciado por el bloque de clases dirigentes al interior del Estado Moderno, dada la necesidad del capital de superar las barreras que se imponían para la circulación de capital y para el mantenimiento de la tasa de ganancia media con la crisis desatada. Tanto las argumentaciones críticas del "Estado Totalitario" como las conservadoras del Estado como "Niñera", permitieron emprender y justificar las reformas, poniendo límites a la intervención del Estado, cortar el gasto público, reducir las políticas de bienestar, entregar empresas estatales a la economía privada a la par que se abren nuevas infraestructuras gestionadas por capitales privados bajo los ajustes espacio-temporales (y las cuales eran anteriormente administradas por el Estado), romper la tendencia al colectivismo de las organizaciones de la sociedad civil, limitar el poder de los sindicatos efectuando reformas para la desregulación laboral, restaurar el "individualismo competitivo y las doctrinas liberales del libre mercado, que constituye los programas de la "Nueva derecha" (HALL, 2010, p. 532).

Diversos autores que se sitúan dentro del pensamiento dominante, han caracterizado dicha transformación como un debilitamiento del Estado (HAESBAERT, 2012)[3]. Bonanno (2006), va más lejos en su argumentación al no correlacionar las formas en las que se establecen los vínculos entre el mercado interno, las organizaciones sociales, la sociedad civil y las comunidades, y recurre rápidamente en su argumentación a la disolución histórica del Estado.

La producción del café y la relevancia de los Estados Nacionales

[2] Harvey (2005) soporta su argumentación en los datos empíricos compilados por Brenner (2002) sobre la crisis desatada en la década de 1970.

[3] Haesbaert (2012), ha mostrado como dichas posiciones van desde autores como Badie (1995), que centra sus apuestas en una lectura de la disminución del Estado, a partir de una sociedad que funciona en Red, que se superpone a la sociedad territorial, cuando realmente se está refiriendo al territorio del Estado- nación. Por su parte, Ohmae (1996), consultor de las multinacionales, escribe un libro titulado "*El fin del Estado nación: la emergencia de las economías regionales"* y defiende la idea de "cuanto menos estado mejor", refiriéndose a la idea del Estado región, mas centrando su propuesta en la Región sin Estado, pues pretende que la conformación de lo social esté comandada por los intereses del mercado. Por último advierte el abuso del concepto de desterritorialización de Negri y Hard (2001), quienes lo interpretan de modo positivo, al reafirmar sus argumentaciones en la consolidación de un Imperio mundial del Capital y la muerte del Estado- nacional en la determinación política.

La producción del café a nivel mundial está determinada por relaciones asimétricas desde su génesis y ha mantenido dicha condición en su desarrollo. Los beneficiarios de este negocio no son en mayor proporción los productores del grano, sino los países consumidores, quienes desarrollaron las industrias tostadoras y las empresas de comercialización. Es decir, este negocio se construyó sobre la base de la división internacional del trabajo, donde los países del sur producen las materias primas, en este caso el café trillado y los países del Norte se encargan de la agroindustrailización y la comercialización.

Lo anterior confirma que la tecnología y el poder político de los complejos agroindustriales de los países del Norte, determinaron la estructuración de la economía global alimentaría, como bien lo señala McMichael (1999), cuestión a la que no escapa la industria del café.

La caficultura en Colombia tiene dos momentos de expansión, el primero se da hacia la segunda mitad del siglo XIX, fundamentado en condiciones precapitalistas de trabajo, que se observa en el uso de la aparcería y jornaleros en condiciones semiserviles, formas de trabajo que son propias de la colonia. La producción se daba en la hacienda de los departamentos de Santander, Cundinamarca y Tolima, los cuales contaban con facilidades para la expansión de la frontera agrícola, que se logró por medio de concesiones y adjudicaciones de baldíos y el uso de hipotecas (MACHADO, 2001).

La introducción del café fue posible gracias a que las exportaciones de quina, añil y tabaco habían sufrido un revés y se requería, para continuar al mando de la nación de parte de la clase dominante, participar en la exportación dentro del mercado mundial. Lo anterior lo destaca Palacios cuando dice: “La idea puesta en sus términos más crudos, era exportar o perecer en medio de la barbarie” (PALACIOS, 1979, p. 5).

Otro factor que ayudó a la expansión de las haciendas cafeteras, era la condición de que América Latina se había convertido en la primera región productora del mundo, después de que plagas devastaran la producción de Java y Ceilán. Así, la producción colombiana entraba a competir con países vecinos como Venezuela, Brasil y Costa Rica que ya estaban en el Mercado.

Para finales del siglo XIX el café se expandió hacia el departamento de Antioquia, donde el oro y su comercialización, generaron un capital que fue invertido en el cultivo de café. Es característica en esta región la mano de obra independiente que surgirá desde el siglo XVII y XVIII a partir la actividad del mazamorreo del oro (MACHADO, 2001). El fin de la esclavitud en el siglo XIX, la no permanencia de las instituciones de la colonia y las relaciones semiserviles, favoreció, bajo la escasez de mano de obra, la generación de trabajo asalariado, constituyendo rápidamente un mercado de trabajo. Lo anterior permitió que se fuera consolidando al lado de las grandes haciendas, zonas de producción campesina alrededor del café.

En las distintas regiones durante esta época aparece la figura del comerciante que a la vez era caficultor y exportador, caracterizado por su condición de terrateniente y en muchos de los casos manteniendo la producción bajo las condiciones de trabajo antes destacadas. Como lo indica Palacios (1979) el hacendado cafetero fue un empresario capitalista en una atmósfera oligárquica, el cual en su relación con el exterior fue influenciado por el pensamiento y las ideologías europeas que lo impulsaron a desarrollar el negocio del café y la infraestructura para garantizar el comercio del grano.

El segundo momento de expansión de la producción del grano se gesta a partir de la primera crisis que tuvieron que enfrentar los hacendados cafeteros de las distintas regiones, quienes tuvieron a inicios del siglo XX dos condiciones que limitaron la producción. La primera es la guerra de los mil días[4], que generó la interrupción en el transporte (incrementando los fletes), el reclutamiento forzoso, y el abandono de los campos, lo que

[4] La guerra de los mil días se prolonga desde octubre 1899 a noviembre de1902, da inició cuando los liberales marchan hacia Santander para formar un ejército que combatiera contra el gobierno conservador presidido por Manuel Antonio San clemente, la guerra civil termina con tres tratados de paz donde el gobierno del país continuaba bajo el mando del partido Conservador (JARAMILLO, 1989).

limitaba la mano de obra para los cultivos. La segunda condición es la crisis en la producción internacional en el mercado del grano, los precios cayeron en un 50% para estos años. Las haciendas enfrentadas a estos factores, que duraron después de la guerra, producían a perdida y con el tiempo la producción se volvió marginal (BEJARANO, 1988).

Algunas zonas no fueron tan afectadas por la guerra como Antioquia, Valle y lo que se conoce como el epicentro actual del café, el Viejo Caldas (hoy los departamentos de Risaralda, Quindío y Caldas). En estos últimos departamentos el café entró por medio de lo que se denominó la colonización antioqueña, la cual se estableció desde 1874 a 1920. La producción de café se desarrolló a partir de la ocupación individual que se generó gracias a la ley 61 de 1878, que trataba sobre adjudicación de baldíos a cultivadores, al igual que las leyes 48 de 1882, y la ley 56 de 1905 y otras que le sucedieron en los años siguientes (MACHADO, 2001).

De este proceso surgió una colonización bimodal dando paso al asentamiento de latifundios y de producción campesina que pese a los conflictos generados, constituyó un mercado de tierras muy activo estimulado por la pequeña y la mediana propiedad. Los campesinos podían propagar el café dada la facilidad en el manejo, la poca inversión que requería en capital y las condiciones de clima y de suelo de la zona para dicho cultivo[5].

Un componente, que también favoreció el desarrollo del cultivo después de la guerra de los mil días, fue el esfuerzo del Gobierno de Rafael Reyes (quien gobernó de 1904 a 1909), para reconstruir el país, impulsando la infraestructura para la exportación, especialmente, por medio de la construcción vial de los ferrocarriles. En este mismo sentido tenían mejores condiciones de comercialización las tierras del occidente del país, que se encontraban más cercanas de los principales puertos del Pacífico.

Hacia 1932 el occidente producía 60.8% del café mientras que el oriente del país estaba produciendo el 37.5%. Para 1943 la proporción era ya 66% versus 34%; mientras que para 1874 el oriente producía el 87.6% de la producción. Se va a consolidar así, una relación de dos formas de producción que van a ser determinantes en la estructura económica del café, de la que el país dependió durante muchos años, la producción de la gran hacienda y la producción campesina. Los datos muestran que para 1932, la pequeña propiedad representaba el 95,4% de las fincas que producían el 56,4% de la producción, mientras que el 4,6% de los predios producían el 43,6% de la producción, existiendo predios con más de 1 millón de palos de café. (MACHADO, 2001).

El comercio del café en los años 30 estaba en manos de 10 firmas de las cuales 6 eran extranjeras, que vendían el 40% de la producción, el resto lo comerciaban 170 firmas pequeñas, que luchaban por posicionarse en el mercado. Las labores del cultivo hasta el beneficio se realizaban en las fincas desde 1912, cuando se empezó a utilizar la despulpadora manual, la cual para los años 20 era empleada por el 80% de los productores. La trilla del café se realizaba por las mismas empresas de comercialización y representaba una de las grandes industrias del momento en Cali, Manizales y Medellín. Para 1923 representaba la ocupación del 32% de los 5.702 empleados y obreros de la industria de dichas ciudades. (OCAMPO, 1989).

Hacia 1927 se va a consolidar unas de las organizaciones más emblemáticas en el sector agrícola del país, la Federación Nacional de Cafeteros de Colombia. La cual fue creada por el gremio buscando superar todas las dificultades que presentaban como: inestabilidad de los precios (algo propio de los mercados no regulados), altos costos del

[5] La zona poseía ventajas comparativas para el desarrollo de la caficultura, pues tiene suelos fértiles de origen volcánico, alimentados permanentemente por cenizas; precipitaciones cerca a los 2000 mm anuales, lo que garantiza el agua requerida por el cultivo; y radiaciones solares de 5 horas, lo que es de gran beneficio para una planta de sombra como el café. Es decir, la cuestión de la ventajas comparativas como forma de competencia dándole valor a los productos por el origen y las condiciones de los territorios como lo sugiere Llambí (2002), es una cuestión que no aparece en el periodo de la Globalización, sino que acontece con la especialización de la producción propia de la división del trabajo que establece el desarrollo del capitalismo, a diferencia de lo también expuesto por Marsden (1999), sin desconocer los cambios cualitativos que se dan en el proceso, con la participación de nuevas empresas encargadas de desarrollar la certificación.

transporte, impuestos, endeudamiento, y el manejo del comercio exterior por parte del capital extranjero.

La Federación fundada y manejada por parte de la clase dirigente del país, tiene por condición ser un órgano que en sí mismo no tiene ánimo de lucro, de carácter privado, que cuenta con un vínculo estatal al ser un cuerpo consultivo del Estado, lo que le otorga funciones públicas y privadas. Su estructura se establece por su congreso nacional, que elige un comité nacional y los comités departamentales elegidos por las juntas municipales, garantizando la presencia y la participación de todos los municipios donde se encuentra.

La Federación desarrolló con el apoyo del Estado, el comercio y el transporte del café desplazando las firmas extranjeras y nacionales que participaban del negocio. Lo que se dio en la década del 40 con la creación El Fondo Nacional del Café[6], el establecimiento del pacto de cuotas del mercado americano y la creación de la flota mercante, lo que la convirtió en una gran empresa exportadora.

Como se señala por diversos autores (BERQUIST, 1981; NIETO 1971; OCAMPO, 1989), las condiciones sobre las que se desarrolló el café, permitieron la construcción de un mercado interno, gracias a la capacidad adquisitiva de los diversos productores (grandes y pequeños), lo que estimuló el consumo. El café cambio el uso del suelo de zonas que en otros contextos podrían ser consideradas marginales (suelos de laderas de la cordillera de occidental y oriental), modernizó el transporte, construyó la industria de la trilla, modernizó prácticas comerciales, permitió la creación de organizaciones sociales y gremiales, generó el crecimiento industrial y los ingresos financieros para la nación.

Es así, que las políticas del Estado para la generación de divisas a partir de exportación de bienes primarios se constituyeron en el modelo de crecimiento. Al igual el desarrollo de las instituciones propias de la sociedad civil, como la Federación Nacional de Cafeteros, fueron determinantes en la regulación de la producción, la industria de la trilla y la comercialización del grano en los mercados internacionales, combinando en la base de la producción la gran propiedad capitalista, la mediana y la pequeña producción campesina. Sin embargo, no se puso en tela de juicio la transformación final del producto generando una dependencia de las agroindustrias del norte[7] quienes se quedan con la mayoría del valor generado en la cadena producción, cuestión que aparece como novedosa en los tiempos de la globalización cuando se exponen los argumentos del poder de la multinacionales en el proceso de producción.

Lo anterior estaba en consonancia directa con las dinámicas de regulación de los mercados, como forma predilecta de la política keynesiana y la producción fordista de los Estados. La división internacional del trabajo consolidada durante el siglo XIX por el Imperio Inglés, es claramente seguida por los Estados Unidos a partir de su política imperial durante el siglo XX. Son quienes, en el marco de la posguerra mundial y superada la crisis del 30 de sobreproducción de mercancías[8], financiaron el crecimiento económico de los países que requerían de la reconstrucción de las economías, estableciendo nuevos mercados para sus diversas mercancías, entre ellos los agrícolas, donde se dio la venta de insumos y maquinarías de manera continuada (HARVEY, 2005).

Ante estos hechos regular el comercio de productos como el café entre países consumidores y productores, no resultaba nada nocivo para las industrias agroalimentarias, lo que no menoscababa sus ganancias, sino que por el contrario, las fortalecía al garantizar

[6]El Fondo Nacional de Café, es una entidad creada en 1940 con el objetivo de regular la comercialización interna y externa, y manejar los inventarios para poder cumplir con el acuerdo interamericano de cuotas de exportación. El Fondo es una entidad del tesoro público, administrada por el comité de cafeteros a partir de contratos que se celebran cada 10 años con el Estado. Los recursos con los que se alimenta el Fondo provienen directamente de los caficultores a quienes se les recauda en el momento de la exportación del grano. (FONSECA, 2003).

[7] El café fue y sigue siendo un producto propio de la dominación imperial que se consume en el norte y se produce en el sur

[8] La crisis se superó por medio de la regulación de capitales especulativos, impulsando el consumo interno a partir de mejorar las condiciones salariales, y promoviendo hacia el exterior nuevos centros de desarrollo del capital, lo que permitió una nueva ola de crecimiento económico.

sobre una base determinada los costos de producción de la industria alimentaria, en dicho momento de reconstrucción del capital a nivel mundial.

Los Estados en cuestión, la crisis cafetera y el modelo neoliberal

En el marco de la teoría neoliberal aplicada en Latinoamérica desde el año 1982, dada crisis de la deuda externa, que obligó a las naciones aceptar la imposiciones de la banca internacional y los parámetros del consenso de Washington (GUILLEN, 2007), y dada la necesidad de impulsar diversas estrategias por parte del capital para evitar la sobreacumulación que se presenta de manera recurrente y desde la década del 70 de manera crónica, como los sostiene Harvey (2005), aparece al orden del día la desregulación de los mercados, la apertura económica y la reprimarización de la economía[9] en nuestras naciones.

En este escenario aparece el rompimiento del acuerdo internacional del café en el año de 1989, entre los países productores y los países consumidores, lo cual generó el aumento de la producción y con ello la caída de los precios, lo que llevó a la crisis del sector en los países productores.

Los precios cayeron a tal punto que para el año 2002 se registraban los precios más bajos en dólares constantes en los últimos 100 años. En 1977 el café se vendía a 9 dólares por libra, a julio del 2002 a 45 centavos de dólar y en diciembre llegó a 67 centavos (Aguilar, 2003). Lo anterior condujo a la reducción de las áreas de siembra que disminuyeron hacia el año 2000 en un 25%, quedando 750.000 hectáreas cultivadas (Fonseca, 2003). En Colombia el café representaba para 1985 el 50% del total de las exportaciones lo que se redujo drásticamente pasando al 21% en 1998 y el 8% en el año 2000. La participación en el mercado mundial paso del 19% en la década del 90 al 14% en el año 2005 (TOBASURA, 2005).

Como se muestra en la gráfico 1 los precios a nivel internacional subieron lentamente desde el año 2002 hasta los 2 dólares en septiembre de 2010, luego subió aceleradamente a los 3 dólares en julio de 2011, para caer de nuevo a 1 dólar con 32 centavos en enero de 2014. Para enero del año 2013 cuando la libra se cotizaba en la bolsa a 1,62 dólares el precio de la carga de café se encontraba aproximadamente 55 dólares por debajo de los costos de producción[10].

El aumento de la oferta y la fluctuación de los precios se explica por el avance en la producción de café robusto por parte de Vietnam, que bajo un sistema de producción de mano de obra barata y apalancada por la banca internacional, pasó de 5,7 millones de sacos de 60 kilos en 1996/97 a 14,8 millones de sacos en el 2000/2001 (AGUILAR, 2003), convirtiéndose así en el primer productor de robustas y en el segundo a nivel mundial de todo el mercado.

[9] Por reprimarización de la economía, entendemos: “la recuperación de los sectores primarios en el producto agregado y en las exportaciones” (retorno de las economías “primario-exportadoras” conocido como reprimarización de “tipo A”)” (NADAL, 2009, p. 3). Este proceso, también puede estar acompañado de un síndrome maquilador, constituyéndose en una reprimarización donde se exportan recursos naturales y mano de obra barata, lo que se conoce como reprimarización de “tipo B”.

[10] Análisis del autor tomando como referencia los datos suministrados por Portafolio, sección económica del periódico el Tiempo, en su versión electrónica, http://www.portafolio.co/negocios/paro-cafetero-colombia. Consultado el: 10 de marzo de 2013.

Gráfico 1 - Fluctuaciones de los precios del café desde 1989

Fuente: el autor tomando las estadísticas de la Federación Nacional de Cafeteros de Colombia

La producción vietnamita de café robusto ayudó aún más a disminuir los precios, en la medida en la que las empresas tostadoras por medio de la tecnología, han buscado disminuir los costos agregando mayor cantidad de robustas que arábigos (cafés producidos por Colombia, Centroamérica y Brasil). Sin embargo, en el proceso de transformación se mantiene una proporción mayor de las arábigas en el proceso.

Colombia en el concierto internacional al igual que los países centroamericanos conserva un precio mayor en el mercado, en la medida en que produce arábigos lavados[11]. Lo anterior resulta ser un beneficio generado por la estructura de producción, construida históricamente en el proceso de utilización de tierras de ladera, donde la cosecha como el beneficio del café se realiza de manera manual lo que determina la calidad de tasa, que se ve reflejada en el precio del mercado, dada la predilección de los consumidores.

De antemano la discusión de la calidad era uno de los elementos sobre los que se desarrolló la industria del Café, su control en Colombia estuvo regulado por la estructura de la Federación Nacional de Cafeteros. Con el Fondo Nacional del Café, no solo se garantizaba la compra de los productores y la regulación del mercado, sino que se hicieron las inversiones necesarias en empresas que permitieron la comercialización[12] como la producción de calidad. Se invirtió así, en Cenicafé (Centro Nacional de investigaciones de café) encargado de la investigación y la extensión de tecnología para los agricultores, al igual que en los Comités departamentales de cafeteros y la cooperativas, entidades responsables de garantizar la política de compra; el estimulo de las plantaciones y el control de la calidad.

Mas, lo que resulta ser una ventaja comparativa para posicionarse en el mercado, también aparece como limitante en la medida en la que los territorios en donde se cultiva el café, se caracterizan por ser ecosistemas de montaña, lo cual limita la tecnificación del cultivo por medio de la mecanización de las labores. Este elemento resulta determinante en

[11] Que se cotizan preferentemente en la bolsa de New York, mientras que las robustas se cotizan en la Bolsa de Londres. Desde 1996 al 2002 la cotización de los arábigos estuvo en un 50% por encima de las robustas, lo que impulsa a las multinacionales a tratar de consumir estas últimas, cuestión que está limitada por condiciones de calidad de tasa. En diciembre del año 2014 los cafés suaves colombianos en la bolsa de New York se cotizaban a 1,91 dólares, mientras que los robustos en la misma bolsa en el mismo periodo se cotizaban a 1,03 dólares. (Datos tomados de la estadísticas de la Federación Nacional de Cafeteros de Colombia).

[12] Las empresas alrededor de la comercialización y la exportación del grano fueron la Flota Mercante Gran Colombiana, Almacafé encargada de administrar los inventarios del grano y realizar la trilla del mismo, el Banco cafetero, y compañías agrícolas de seguros. Empresas que después de la crisis en su mayoría tuvieron que ser liquidadas en el marco de la crisis cafetera y de las dificultades financieras que presentaron en el contexto de la competencias propia del libre mercado pautado como regla en el escenario internacional, drenando con ello el patrimonio del Fondo Nacional del Café.

la reducción de costos de producción[13]. El comité de cafeteros a través de Cenicafé ha tratado de impulsar tecnologías de mecanización de la cosecha, pero debido a la condición de la producción en ladera, y a los cambios en la calidad de la tasa (lo que reduciría el precio), no ha podido avanzar en dicha tecnología.

Los campesinos[14] son los que en los momentos más difíciles de la crisis, por su modo de vida y modo de producción en el territorio[15], han enfrentado de mejor forma a la crisis cafetera. Ello se evidencia en el aumento de las producciones de minifundio menores a 1 hectárea que pasaron a representar del 12,6% de 1977 al 60,6% del total del área sembrada en café, mientras que las mayores de 20 hectáreas pasaron del 50% al 11% del área cafetera, siendo el 0,5% de las unidades de explotación para el año de 1997, cuando en el 1977 representaban el 16,5% de los predios (TOBASURA, 2005) Para el año 2010 el 95% de los productores de café tenían menos de 5 hectáreas y responden por el 41% de la producción (MURILLO, 2010).

Lo anterior se explica porque los costos de producción en los peores momentos de la crisis, que fueron en el año 2002, no se lograron cubrir con el precio de venta[16], Los campesinos, no pagan directamente la mano de obra de los jornales en el cultivo, sino que se autoexplotan, lo cual les permitió mantener la caficultura. Entre otras de las razones porque el café es un cultivo que permite la convivencia con otros cultivos de pancoger (cultivos de autoconsumo para la familia campesina), que hacen parte del sustento campesino; por los hábitos aprendidos y apropiados durante la vida de caficultor; además, porque el café les permite un ingreso económico permanente dada la estabilidad relativa del mercado, regulado a nivel internacional, a pesar de las fluctuaciones de los precios en la bolsa y las variaciones de dólar. La institucionalidad del café es algo que no se presenta en los demás cultivos, que al momento de la comercialización siempre conducen a pérdidas económicas para los campesinos, pues los intermediarios les compran a cualquier precio jugando con las existencias de mercaduría.

En el análisis se debe comprender las relaciones de explotación que se ejercen sobre el campesino desde la Federación Nacional de Cafeteros, quien impone la política en el sector, fundamenta relaciones paternalistas con los agricultores, y controla el manejo de los recursos del Fondo Nacional del Café, los cuales han ido a parar en las arcas del Estado, como lo muestra Tobasura (2005)[17]. Los que han acumulado sobre el trabajo de los campesinos, además de la Federación de Cafeteros y de aquellos grandes productores que

[13] En Brasil, uno de los componentes sobre los que se sustentó el aumento de la producción y la disminución de costos, es la mecanización de los cultivos entre los años 1996 a 2001, pasando del 26% de la producción mundial ha producir el 32 % en el 2001. (AGUILAR, 2003). Producción que siguió creciendo en los años siguientes.

[14] Los campesinos no son los nuevos actores locales que aparecen en los relatos de la nueva ruralidad, la cual los desdibuja en el contexto de la globalización; sin embargo, son los que persisten en los territorios, son la clase pensada por Marx en su condición en sí, son la clase para sí, que desde sus historias y mitos tejieron las luchas por la tierra y la existencia latinoamericana (BARTRA, 2010), son los explotados de siempre por el capital para lograr su acumulación.

[15] En el territorio se configuran las disputas entre campesinos y comunidades enfrentados al capital, dándose de manera múltiple la expresión de la territorialización, desterrritorialización y reterritorialización como lo presenta Fernandes (2004) en la conflictualidad territorial propia del capitalismo. El Capital subordina en el mercado mundial la existencia campesina en un territorio, que no puede ser dominado al interior de la producción campesina por relaciones sociales de producción capitalista, como sucede en el caso del café, mas, la existencia del campesinado, puede orientar disputas posibles en el futuro sobre las realidades rurales, como se está configurando el escenario colombiano en las diversas regiones de producción, reconociendo las luchas previas en el Tolima en la década del 90 contra el Estado, por la vida campesina.

[16] Para el año 2002 el precio de la libra de café se vendía al mismo precio que costaba producir dicha libra (FONSECA, 2003). En el año 2013 y 2014 no cubría si quiera los costos de producción, según las estadísticas de los precios de la Federación Nacional de Cafeteros contrastadas con la información sobre los costos de producción referidos por Portafolio, sección económica del periódico el Tiempo, en su versión electrónica, http://www.portafolio.co/negocios/paro-cafetero-colombia. Consultado el: 10 de marzo de 2013.

[17] En la década del 1980 el Fondo Nacional del Café prestó al Estado 30.895 millones de pesos colombianos y se transfirieron 29.007 millones de pesos. Mientras que hoy el Estado les da la espalda a los productores de café al aumentar las retenciones en la exportación del grano en los últimos años, y en la actual crisis a negarse a proteger con subsidios la producción por el desplome de los precios, el encarecimiento de los insumos y los cambios del dólar.

están más cerca de los negocios centrales de la Federación (planteados para superar la crisis por parte de la entidad), son las grandes multinacionales, como, General Foods, Starbucks, Nestlé, Procter & Gamble, Folgers, Sara Lee, Tchibo, entre otras, que se encargan de la comercialización y tostado del grano.

Para superar la crisis la Federación ha estimulado la renovación de los cafetales; la utilización de variedades mejoradas desarrolladas por Cenicafé; el aumento de la densidad de siembra[18]; la instauración de nuevos mercados sobre cafés especiales y de calidad, utilizando estrategias de certificación (Según los datos de la Federación Nacional de cafeteros en el 2012, los cafés especiales representaban el 46% de las exportaciones totales)[19]; la transformación total llegando a implementar el tostado y la comercialización del grano; además de la generación de tiendas de café para venderlo de manera directa.

A pesar de los esfuerzos la crisis no desaparece del espejo proyectado hacia el futuro, pues las relaciones asimétricas de control del mercado están demarcadas, tanto es así, que el presidente de la Federación del Comité de Cafeteros en una declaración del año 2005[20], solicitaba a los países productores el control de los inventarios para evitar sufrir disminuciones en el precio, pide además de manera sentida, a los países consumidores que eliminen las barreras arancelarias, siguiendo las determinaciones de libre mercado (cuestión que si cumplen cabalmente los países del sur), para poder competir en los mercados internacionales. Por supuesto, el llamado no es atendido por los Estados Nación del Norte que controlan las ganancias del negocio y la imposición de la política a favor de sus empresas.

Hoy en la escena nacional la crisis se agudiza, de nuevo como en el año 2002 los caficultores producen por debajo de los costos de producción, es decir, producen a perdida, pues la carga de café costaba producirla a inicio del año 2013, 325 dólares, mientras, que recibían al venderla 255 dólares[21]. En un solo año, en la bolsa de Nueva York, el precio de la carga de café (125 kilos) cayó en un 30%, pasando de 450 dólares a 250 dólares[22]. Lo que se explica en relación a los elementos económicos y políticos expuestos y a la sentida crisis de capitales desde el 2008, producto de la especulación financiera que se desato en los

[18] Aspectos que han llevado a que el 65,5% de los cafetales estén tecnificados y que la producción se mantenga alrededor de los 11 millones de saco por año, a pesar de la disminución de las áreas. Sin embargo, en los últimos dos años la producción no ha llegado a más de 8 millones de sacos, por razones ambientales y disminución de la producción de las variedades incorporadas, que requieren del aumento en la fertilización, lo que se ha visto limitado por los altos costos de los insumos. La tecnificación de los cafetales evidencia la flexibilización de la agricultura señalada por Bendini (2006), Lara (1998) y C. de Grammond y Lara (2007), con quienes se concuerda, en que a la par que se desarrolla la modernización y la tecnificación de la agricultura, se mantienen relaciones de explotación y dominación, donde los trabajadores y en este caso los campesinos son totalmente vulnerables.

[19] La discusión sobre la calidad del café, es algo necesario para mantener el precio en los mercados internacionales. Mas, como respuesta a la crisis se presenta la intensificación de los mercados especiales para garantizar nuevas ganancias; es así, que aparecen las empresas certificadoras de cafés especiales en consonancia con el papel que juegan en otras cadenas de producción agrícola, pero a diferencia de lo que señalan Bonnano y Calvancanti (2011), el papel central en la construcción y acceso al mercado no está determinado por las empresas certificadoras, sino por el Comité de Cafeteros, quien establece la línea de cafés especiales y los mercados utilizando a las empresas certificadoras como intermediarias en el proceso. Cabe aclarar, que no todo el café lo vende directamente la federación, sino que se hace por vendedores privados, lo cual viene en aumento, es así que se diversifica el papel de las certificadoras en la cadena de comercialización.

[20] En el Discurso del Dr. Gabriel Silva Luján, Gerente General de la Federación Nacional de Cafeteros de Colombia. Pronunciado en la II Conferencia Mundial Cafetera, realiza en Salvador de Bahía, Brasil, septiembre 24 de 2005, afirma que el precio está siendo afectado por las políticas fiscales de Estados Unidos y Europa que no regulan la especulación del capital y el exceso de liquidez lo que disminuye el valor de las monedas extranjeras; señala de igual manera los problemas de las inversiones de los fondos de inversión que se mueven en la bolsa hacia otros productos, que resultan más interesantes, como el petróleo, desestimulando el precio. Lo que demuestra el conocimiento de la especulación del capital y su forma de destrucción de las economías.

[21] Información tomada de Portafolio, sección económica del periódico el Tiempo, en su versión electrónica, http://www.portafolio.co/negocios/paro-cafetero-colombia. Consultado el: 10 de marzo de 2013.

[22] Datos tomados de la Editorial del semanario Espectador, 27 de febrero de 20013, en su versión electrónica, http://www.elespectador.com/opinion/editorial/articulo407367-dice-el-paro-cafetero. Consultada el: 2 de marzo de 2013.

EEUU a partir de la derivación de los créditos inmobiliarios, que disminuyó la demanda y capacidad de compra de los países consumidores.

Lo anterior condujo a una de las movilizaciones sociales más fuertes del sector, que duró 11 días, con bloqueo de las principales vías en 20 puntos del país. Los diversos movimientos populares del campo afectados por la crisis se hicieron presentes, más de 50 mil campesinos e indígenas exigían al gobierno, además de subsidios a la compra de café para garantizar la producción, que se condone la deuda de los cafeteros y se flexibilicen los créditos; se controlen los precios de los insumos agrícolas; se detengan las importaciones de café; se prohíba la minería en zonas cafeteras y se democratice la Federación Nacional de Cafeteros.

En el acuerdo final el Gobierno se comprometió a dar una "Protección de Ingresos a los Productores" de 145 mil pesos por carga de café, y a reprogramar los créditos de los agricultores. Los otros temas cruciales para los cafeteros, quedaron a ser trabajados por comisiones, donde se debatirían las diversas propuestas[23].

Consideraciones Finales

En el recorrido histórico de la producción del café en Colombia observamos que el Estado Nación, es determinante en la construcción de la política de producción, comercialización, fiscalización de recursos y desarrollo de acuerdos entre Naciones para la generación del Mercado.

Se presentan de igual forma cambios sustanciales en el modelo Neoliberal, impuestos desde el Norte, que obliga la desregulación de los mercados como estrategia de acumulación, deteriorando condiciones estructurales de la economía de los países productores. La crisis en los países productores como Colombia, obliga explorar alternativas como la industrialización del grano, lo que se ve limitado por las relaciones asimétricas entre los países del Sur y los países del Norte y el poder Imperial que sigue gobernando en los tiempos de la globalización.

Se observa así una relación dialéctica entre, las dinámicas impuestas por los países consumidores que son los mismos países que participan en las disputas imperiales y las regulaciones macroeconómicas del grupo de los 7, y la forma en las que las políticas son asumidas en una relación de subordinación por parte de los países dominados, que para el caso son los vendedores de una materia prima, el café pergamino, que ante la crisis buscan alternativas como la generación de valor a partir de la transformación del grano, además de la intensificación en tecnología y la diversificación del mercado por medio de cafés especiales, pero ven limitados los mercados por el poder de los países compradores de café pergamino y los consumidores finales.

La relación dialéctica del poder global no se establece directamente en una relación con lo local, en la supuesta disolución de los Estados Nacionales, y con la aparición de los Estados Trasnacionales, como la nueva forma en la que se determina la política y la economía en la globalización como lo sugiere Bonnano (2006). Sino que, se mantiene la complejidad según la cual los Estados Nacionales del Norte continúan determinando la política y la construcción del poder, expresada en mercados y formas de acumulación de capital, en disputa por la intensificación de mercados y el acaparamiento de nuevos mercados internacionales, sin dejar de lado el poder que han ganado las compañías trasnacionales en los tiempos de la globalización, usando los Estados a su favor. Aparecen así, los Estados Nacionales del Sur subordinados, los cuales a su vez subordinan las relaciones de la sociedad civil al interior de las naciones, lo que en una apuesta dialéctica expresa posibles insubordinaciones, resistencias y emergencias de disputas locales enfrentadas a lo nacional. En el caso colombiano, los campesinos y productores medianos

[23] Ver al respecto de las conclusiones de la negociación ver la revista Semana en su versión electrónica 08 de marzo de 2013. http://www.semana.com/nacion/articulo/gobierno-cafeteros-llegaronacuerdo/336126-3. Consultado el: 15 de abril de 2013.

enfrentados a las imposiciones de la Federación Nacional de Cafeteros y al Estado Colombiano, por las ganancias del café y la política de producción. También en el caso de las Naciones del Sur enfrentadas a los poderes de las Naciones dominantes y de los capitalistas globales de las multinacionales, que se pueden expresar en políticas de diversificación y construcción de mercado interno, relacionadas con procesos de industrialización y construcción de mercados regionales entre países, hoy subordinados o en disputa de liberación. Cuestiones que están la luz del día en Latinoamérica.

Los campesinos son, en este caso el soporte de un negocio de escala, que por la forma histórica en que se desarrolló los necesita para mantener la calidad y la producción, pero precariza sus condiciones de vida y los mantiene en condiciones de explotación y marginación en un proceso económico en el que opera la flexibilización de la agricultura en tiempos de la globalización, excluidos de las políticas de acumulación de capitales de la Federación Nacional de Cafeteros, organización que trata de mantener un negocio subordinado históricamente.

No obstante, dichas condiciones pone a los campesinos en el centro del debate dada su capacidad de movilización, recientemente probada contra el Estado (solicitando subsidios a la producción, protección territorial contra la minería, control de precios de los insumos, disolución de la deudas adquiridas por los productores, créditos blandos, democratización de la Federación Nacional de Cafeteros), lo que puede generar cambios sustanciales de las políticas del sector en futuros cercanos, en la disputa con el Capital en los marcos del Estado colombiano.

Quedan pendientes elementos sustanciales para próximas investigaciones, como son, la diferenciación campesina y formación socio-económica de los productores de café en las regiones de Colombia, a partir de la cantidad de tierra de las unidades de explotación, como factor estructurante de los procesos de producción; alternativas de diversificación en la producción campesina, vinculando al sistema de pancoger, policutlivos comerciales; y expresiones organizativas y políticas de los campesinos en las regiones que establecen estrategias diversas de movilización para transformar la estructura cafetera que subordina a los campesinos.

Referencias

AGUILAR, Ignacio. Crisis del café y el desarrollo regional. **Cuadernos de Economía**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. v. 22, n. 38. Mar. 2003. p. 239-272.

Badie, Bertrand. **La fin des territoires***.* Paris: Fayard, 1995.

BARTRA, Armando. La Nación, CAMPESINDIOS, aproximaciones al campesino en un contexto colonizado. **Revista Memoria.** n. 248. Nov. 2010. p. 4 – 13.

BEJARANO, Jesús Antonio. El despegue cafetero (1900-1928). OCAMPO, José. (comp). **Historia económica de Colombia**. Bogotá: Fedesarrollo -Siglo XXI, 1988. p. 173-207.

BENDINI, Mónica. Modernización y persistencias en el campo latinoamericano. **Revista ALASRU**. Chapingo: Universidad Autónoma de Chapingo. n.4. Nov. 2006. p. 221-242.

BERQUIST, Charles. **Café y conflicto en Colombia 1886-1910*.* La guerra de los mil días: sus antecedentes y consecuencias***.*** Medellín: Faes/ Biblioteca de Ciencias sociales, 1981.

BONANNO, Alessandro. Globalización agro-alimentaria: elementos empíricos y reflexiones teóricas. **Revista ALASRU**. Chapingo: Universidad Autónoma de Chapingo. n. 4. Nov. 2006. p. 243-264.

BONANNO, Alessandro., CALVALCANTI, Josefa. Globalization, Food Quality and Labor: The Case of Grape Production in North-Eastern Brazil. **International Journal of Sociology of Agriculture & Food**. Florida: Research Committee on Sociology of Agriculture and Food (RC-40). v. 20, n. 20. Dic. 2011. p. 1-19.

BORON, Atilio. **Imperio e Imperialismo: Una lectura crítica de Michael Hardt y Antoni Negri.** Buenos Aíres: Clacso, 2004.

C. DE GRAMMOND, Hubert., LARA, Sara. Características de las empresas y del empleo en la horticultura exportación mexicana. En: RADONICH, M., STEIMBREGER, N. (comp.). **Reestructuraciones sociales en cadenas agroalimentarias**. Buenos Aíres: Cuadernos GESA 6 Cicus, 2007. p. 165-193.

FEDERACIÓN NACIONAL DE CAFETEROS. Comportamiento de la industria cafetera colombiana 2012. Disponible en: http://www.federaciondecafeteros.org/static/files/Informe_Industrial_Completo2012.pdf. Acceso el: 10 de febrero de 2015.

FERNANDES, Bernardo M. Cuestión agraria: conflictualidad y Desarrollo territorial. Cambridge: Harvard University. 2004. Disponible en: http://web.ua.es/en/giecryal/documentos/documentos839/docs/bmfunesp-2.pdf. Acceso el: 8 de julio de 2012.

FONSECA, Luz. **Colombia: escenario social, económico e institucional de la actual crisis cafetera**. Bogotá: Oficina CEPAL en Colombia, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Antología Antonio Gramsci**. Buenos Aíres: Siglo XXI editores, 2011.

GIARRACA, Norma. **¿Una nueva ruralidad en América latina?**. Buenos Aíres: CLACSO/ASDI, 2001.

GUILLÉN, Arturo. La teoría latinoamericana del desarrollo. Reflexiones para una estrategia alternativa frente al neoliberalismo. En: VIDAL, Gregorio., GUILLÉN R., Arturo. (comp). **Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización**. Homenaje a Celso Furtado. Buenos Aíres: CLACSO, 2007.

HAESBAERT, Rogério. “Del mito de la desterritorialización a la multiterritorialidad”. **Revista Cultura y Representaciones Sociales** n. 15. 2013 Disponible en: http://www.culturayrs.org.mx/revista/num15/Haesbaert.pdf. Acceso, 13 de agosto 2014.

HALL, Stuart. **Sin Garantías. Trayectorias y problemáticas en estudios culturales**. Popayán: Instituto de estudios sociales y culturales Pensar, Universidad Javeriana - Instituto de Estudios Peruanos-Universidad Andina Simón Bolívar, sede Ecuador, Envión Editores, 2010.

HARD, Michael., NEGRI, Antonio. **Imperio**. Buenos Aires: Paidos, 2002

HARVEY, David. El nuevo imperialismo: acumulación por desposesión. En: PANITCH, Leo y LEYS, Colin (eds.). **El nuevo desafío imperial** – Socialist Register. Buenos Aíres: CLACSO, 2005. p. 99-129.

_____. **La condición de la posmodernidad**. Buenos Aíres: Amorrortu editores, 1998.

JARAMILLO, Carlos. La guerra de los Mil Días, 1899-1902. En: TIRADO, Alvaro (Director científico y Académico). **Nueva historia de Colombia. Historia política 1886-1946**, Tomo I. Bogotá: Planeta Colombiana editorial, 1989.

LARA, Sara. **Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización flexible del trabajo en la agricultura mexicana**. México: Juan Pablo Editor, 1998.

LLAMBÍ, Luis. El desarrollo rural sostenible de la ecorregión tropical andina. **Revista de Políticas Agrícolas***.* Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana. n. 12. Dic. 2002. p. 9-43.

MACHADO, Absalon. El café en Colombia a principios del siglo XX. En: MISAS, Gabriel. (ed.) **Desarrollo económico y social en Colombia***.* Bogotá*:* Universidad Nacional de Colombia, 2001. p. 77-97.

MARSDEN, Terry. Rural futures: The consumption countryside and its regulation. **Sociologia Ruralis**. Netherlands: Editorial Board. v. 39, n.4. Oct. 1999. p. 501-520

McMICHAEL, Philip. Política alimentaria global. **Cuadernos Agrarios.** México D.F. n. 17-18, Jun/Jul. 1999. p.9-27.

MURILLO, Margalida. La Caficultura Colombiana en el Siglo XXI: Una Revisión de la Literatura Reciente. **Revista Gestión y Región.** Pereira: Universidad Católica de Pereira. n. 9. Jun. 2010. p. 127-152.

NADAL, A. La reprimarización de las economías Latinoamericanas e impactos ambientales. **IV Congreso Iberoamericano sobre Desarrollo y Ambiente -CISDA**. Bogotá, 7 -10 de octubre, 2009.

NIETO-ARTETA, Luis. **El café en la sociedad colombiana.** 2. edición. Bogotá: La soga al cuello. 1971.

NEGRI, Antonio, HARDT, Michael. **Império***.* Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001 (2000).

PALACIOS, Marcos. **El café en Colombia (1850-1970)**. *Una historia económica, social y política.* Bogotá: Editorial Presencia Ltda, 1979.

OCAMPO, José. Los orígenes de la Industria cafeteras, 1830-1929*.* En: TIRADO A. (dir.) **Nueva Historia de Colombia.** V*ol. V* Economía, Café, Industria. Bogotá: Editorial Planeta,1989.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-nação: a ascensão das economías regionais***.* Rio de Janeiro: Campus. 1996 (1995).

TOBASURA, Isaías. La crisis cafetera, una oportunidad para el cambio en las regiones cafeteras de Colombia. **Revista Agronomía**. v. 13, n. 2. Dic. 2005. p. 35-46

Recebido para publicação em 25 de abril de 2014

Devolvido para revisão em 07 de janeiro de 2015

Aceito para publicação em 09 de março de 2015

Itaipu e a formação do território do capital[1]

Leonardo Bauer Maggi
Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (UNESP-FCT)
e-mail: leonardo.bauer@terra.com.br

Resumo

Neste artigo, Itaipu é analisada como resultado da organização dos fatores de produção para apropriação e transformação de recursos naturais, nesse caso eletricidade, que por sua vez é uma mercadoria fundamental. A organização dos fatores de produção cria um ambiente ora de integração, ora de exclusão dos países membros, instituindo o que o autor denomina de um território do capital. O artigo faz uma análise do significado de Itaipu para a indústria de eletricidade do Brasil e Paraguai e quanto de avanços exigiu, não apenas em aspectos de engenharia, mas sobre novos arranjos nas relações diplomáticas no extremo sul do continente, além de um forte aparato jurídico institucional capaz de viabilizar, financeira e politicamente, o projeto, demonstrando o quanto Itaipu está integrada aos interesses do capital industrial e financeiro, tanto no nível regional e no mundo.

Palavras-chave: América do Sul; integração elétrica; eletricidade; Itaipu, território do capital.

Abstract

Itaipu and the formation of capital's territory

In this article, Itaipu is analysed not as a product by itself, but as a result of the organization of production factors for the appropriation and transformation of natural resources, in this case electricity, which is a fundamental commodity. The organization of the production factors creates an environment of integration but also of exclusion of the countries' members, implementing a territory which the author names capital's territory. This article analyses what Itaipu represents for the electricity industry in Brazil and Paraguay, not just the advances regarding engineering aspects, but the new arrangement in diplomatic relations in the extreme south of the Latin American continent, the strong legal and institutional apparatus capable of enabling financially and politically the Itaipu project demonstrating how Itaipu is integrated to the interests of the industrial and financial capital on international and regional levels.

Keywords: South America; Electric Integration; Electricity; Itaipu; Capital's Territory.

Resumen

Itaipu y la formación del territorio del capital

En ese artículo, Itaipu es analizada como resultado de la organización de los factores de producción para la apropiación y transformación de los recursos naturales, en este caso la electricidad, que a su vez es un bien esencial. La organización de los factores de producción crea un ambiente ora de integración, ora de exclusión de los países miembros, instituyendo

[1] Artigo produzido a partir da dissertação “Contribuições de Itaipu no processo de integração elétrica regional”, defendida pelo autor em dezembro de 2013 para obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/FCT, campus de Presidente Prudente – SP.

un territorio del capital, así denominado por el autor. El artículo hace una analices del significado de Itaipu para la industria de electricidad de Brasil y Paraguay, y cuanto exigió,además de avances en los aspectos técnicos de ingeniería, de un nuevo acuerdo en las relaciones diplomáticas en el extremo sur del continente, así como de un fuerte aparato jurídico institucional que hizo posible viabilizar el proyecto financiera y políticamente, demostrandohasta dónde este proyecto se integra con los intereses del capital industrial y financiero, tanto en el plano regional y en mondo.

Palabras clave: América del Sur; integración eléctrica; Itaipú; el territorio de la capital; electricidad;

Introdução

O presente artigo demonstra como a indústria da eletricidade, através da construção de hidrelétricas, institui territórios de uso exclusivo para produção e apropriação de valor. Essa análise é feita a partir da instalação e manutenção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, doravante denominada UHE de Itaipu, e todo o rol de benefícios e exclusividades que ao mesmo tempo acolhem e afastam interesses dos dois países anfitriões do empreendimento, no caso Brasil e Paraguai.

O artigo apresenta aspectos políticos e econômicos do período de instalação de Itaipu, a evolução do processo de exploração e os instrumentos e recursos que mantém em operação esse fabuloso mecanismo de apropriação de valor, que tem como origem a capacidade que a eletricidade possui em potenciar o trabalho dos trabalhadores e a produção de excedente.

A UHE Itaipu

A UHE Itaipu está localizada na divisa do Brasil com o Paraguai, 14 km a montante da Ponte da Amizade. Essa localização permite um excelente aproveitamento da força hidráulica do rio Paraná, pois a imensa cadeia de barramentos a montante regulariza a vazão do rio, permitindo que essa hidrelétrica opere na forma de fio d'água[2]. Até a UHE Itaipu, a bacia do rio Paraná possui 54 hidrelétricas, com capacidade instalada de 39.262 MW (BRASIL ONS, 2013), o que corresponde a 33,24% da potência hidrelétrica brasileira. Se considerarmos a parte brasileira da UHE Itaipu, essa participação sobe para 41,73%.

O lago da barragem da UHE Itaipu ocupa uma área de 1.350 km², sendo 770 km² do lado brasileiro (margem esquerda) e 580 km² do lado paraguaio (margem direita), tendo 170 km de comprimento e sete quilômetros de largura média, com uma capacidade de armazenamento de 29 bilhões de metros cúbicos de água. A altura máxima do barramento é de 196 metros (proporcionando que a água, em períodos de cheia, alcance a cota 223,10) e uma largura total de 7.919 metros (ITAIPU BINACIONAL, 2012c, 41 e 45).

No que concerne à geração, trata-se de uma composição de 20 turbinas tipo Francis com potência de 700 MW cada, conferindo uma potência instalada total de 14 GW, sendo dez turbinas operando em 50 hertz e outras dez turbinas, em 60 hertz. Cada turbina é alimentada por adutoras com 10,5 metros de diâmetro que proporcionam uma vazão de 690 m³/s (ITAIPU BINACIONAL, 2012c, p. 45 e 47).

A produção média de eletricidade dos últimos cinco anos (2007 a 2011)[3] foi de 91.034,5 GWh. Isso corresponde a 10,39 GW médios, ou seja, um aproveitamento de

[2] Sua vazão de saída corresponde à vazão de entrada (a função principal do barramento não é armazenar água). Isso lhe permite ser apenas o 7º maior lago entre outras hidrelétricas brasileiras. Sua capacidade de geração está intimamente ligada à capacidade de operação dos empreendimentos a montante.

[3] Período em que a UHE de Itaipu começou a operar com 20 máquinas.

74,22% em relação a sua total capacidade instalada[4]. Ou 82,47%, se comparada com sua capacidade permitida[5].

De toda a energia produzida pela UHE Itaipu, o Brasil fica com tudo que lhe é previsto (sua metade) e ainda compra cerca de 83% da energia de direito do Paraguai. A quantidade de energia que um país pode ceder ao outro deve ser declarada com antecedência, conforme prevê o Item II "Condições de Suprimento" do Anexo C do Tratado de Itaipu.

Aspectos históricos de Itaipu

De 1952 até 1966, os projetos pretendidos para exploração do rio Paraná eram nacionais apenas, quase todos elaborados no âmbito da Comissão Interestadual das Bacias dos rios Paraná e Uruguai (CBPIU)[6]. Em 1964, as políticas nacionais desenvolvimentistas são substituídas por um novo arranjo político institucional, quando setores conservadores representados pelas Forças Armadas impõem um golpe de estado.

Em nível internacional, o período compreendido entre o Pós-Segunda Guerra Mundial até os anos 1970 representou grande êxito para a acumulação capitalista. Contudo, com o fim da reconstrução da Europa, não havia mais onde aplicar o capital excedente. Havia excesso de liquidez. Uma das saídas encontradas pelo capital rentista mundial foi fazer investimentos em países não desenvolvidos. Sobre esse período, Harvey faz a seguinte consideração:

> Os bancos de investimento de Nova York, então lotados de excedentes [...] e desesperados por novas oportunidades de investimento num momento em que o potencial de rentabilidade de investimento dentro dos Estados Unidos estava exausto, fizeram empréstimos maciços para países em desenvolvimento como México, Brasil, Chile e até mesmo para Polônia (2011, p. 24).

A política de financiamento externo foi bem recebida pelos países latino americanos, principalmente aqueles que mantinham o poder político sob o comando das forças armadas. A presença de maciço investimento externo foi uma das primeiras marcas da retomada do crescimento econômico no Brasil e a indústria elétrica foi um dos principais destinos desses recursos. Esse conjunto de investimentos foi incorporado ao Plano Nacional de Desenvolvimento (PND – 1972 a 1974).

Em 1966, na Ata do Iguaçu ou Ata das Cataratas, a possibilidade de exploração em condomínio das águas do rio Paraná foi apresentada pela primeira vez.Na prática, o esforço nacional brasileiro até então coordenado pela CBPIU foi substituído por um consórcio internacional contratado pela Comissão Internacional Mista Técnica, que recomendou a instalação justamente (e apenas) no trecho contiguo do rio Paraná, entre Brasil e Paraguai. Tal opção foi determinante para definição do restante do projeto, principalmente do ponto de vista jurídico e econômico.

[4] Capacidade instalada máxima: 14 GW x 365 dias x 24 horas = 122.640 GWh.

[5] Capacidade permitida – dado pelo Acordo Tripartite: 12,6 GW x 365 dias x 24 horas = 110.376 GWh. Apenas para efeito de comparação, a UHE Belo Monte, terceira maior hidrelétrica do mundo, localizada no rio Xingu e que está sendo construída, é projetada para operar em regime de fio d'água, com uma capacidade instalada total de 11,233 GW. Estima-se que vai gerar aproximadamente 4,569 GWh médios, o que corresponderá a 40,6% de sua capacidade instalada, ou seja, menos da metade da eficiência da UHE Itaipu.

[6] A Comissão Interestadual das Bacias dos rios Paraná e Uruguai – CIBPU, criada em 1952, é composta por governadores dos estados do Mato Grosso, Paraná, São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa comissão teve a responsabilidade de projetar o conjunto das grandes obras para essas duas bacias.

Em 26 de abril de 1973[7], Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu. Esse instrumento define os principais pontos de entendimento necessários para dar continuidade tanto à formalização jurídica como para o início das obras. Ele é composto por três anexos, sendo o Anexo A exclusivamente dedicado à constituição jurídica e atribuições das Altas Partes, enquanto que o Anexo B trata da obra e construção do equipamento, e o Anexo C discrimina os mecanismos de operação financeira. O Tratado define a Eletrobrás e a ANDE[8]como proprietárias de Itaipu.

A mercadoria eletricidade

Para entender outros interesses implícitos em Itaipu, é necessário analisar algumas propriedades da *mercadoria* bem como da *mercadoria energia*. Para Marx (1962, p. 3), a mercadoria possui pelo menos duas dimensões, uma externa e outra interna. A dimensão externa é aquela como a mercadoria se apresenta no mundo de maneira concreta, "*uma coisa apta para satisfazer as necessidades humanas*", ao que ele chamou de "*valor de uso".* A dimensão interna é aquela que torna todas as mercadorias equivalentes, que chamou de *valor de troca*, ou simplesmente *valor.*

Para que as mercadorias possam ser trocadas entre si, é necessário encontrar algo em comum entre elas e reduzi-las todas a esse elemento. Algo que não está expresso diretamente, mas contido nela, que é o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir um valor de uso qualquer em condições dadas de produção socialmente normais e com grau social médio de habilidade e intensidade do trabalho.

A quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário se altera conforme o progresso das forças produtivas. Marx afirma que o valor dos objetos é histórico e influenciado diretamente pela "capacidade produtiva do trabalho", determinado por cinco condições principais, entre elas: "[a] o grau médio de destreza da classe trabalhadora, [b] nível de progresso técnico e científico e sua aplicação, [c] a organização social do processo de produção, [d] o volume e a eficácia dos meios de produção [e] as condições naturais" (1962, p. 7 – tradução do autor).

Santos, (2008, p. 68), ao tratar da "capacidade produtiva do trabalho", afirma que "toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico". Santos cobra ainda a necessidade de reconhecer que o espaço contribui decisivamente na definição dos objetos (ibidem, p. 40), inclusive sobre aqueles objetos que atuam na transformação da natureza através do trabalho, o que ele denomina de objetos técnicos, como as hidrelétricas, fábricas, entre outros (ibidem, p. 55).

Quanto maior for o grau de organização e desenvolvimento social médio desses "objetos" e/ou "sistemas de objetos", maior tenderá ser a capacidade de produção social de excedente. Esse excedente, em constante processo de renovação e ampliação, é denominado de capital. O capitalismo é, pela organização social histórica proposta por Marx (modelo asiático, escravismo e feudalismo), a primeira sociedade de classe cujo fator principal de organização não é um elemento dado pela natureza (terra e pessoas, respectivamente), mas sim, uma relação social. Em outras palavras, capital é uma relação social em busca permanente de valorização e todo proprietário de capital (capitalista) tem a inerente necessidade de pô-lo em "ação". Para tanto, o proprietário, de posse de capital (D), vai até o mercado e compra os fatores de produção necessários, como energia, terras, tecnologia, máquinas e força de trabalho.

Todos os fatores, assim como qualquer mercadoria, possuem um determinado valor já imobilizado, trabalho morto e que são imediatamente transferidos na sua totalidade para o valor da nova mercadoria, exceto a força de trabalho. A força de trabalho é a única

[7] 1973 foi um ano agitado no Paraguai, pois além do Tratado de Itaipu, em 3 de dezembro daquele ano o país assinou com a Argentina o tratado para construção de Yacyretá, também no rio Paraná, (YACYRETÁ, 1973, p. 9).

[8] ANDE – Admnistración Nacional de Eletricidad: estatal responsável por todo o sistema elétrico e da metade paraguaia de Itaipu.

mercadoria que, quando utilizada no processo de produção de outras mercadorias, produz um excedente em relação ao seu custo social médio de reprodução. Esse excedente é apropriado pelo proprietário do capital (D). Assim, no final do processo produtivo, o capitalista troca as mercadorias produzidas novamente por dinheiro que empregou no início do processo, e vai obter uma diferença que é chamada de *mais valia*, um valor a mais.

Como quase todos os fatores de produção têm seus custos transferidos para nova mercadoria, resta ao capitalista extrair o máximo de valor da força de trabalho e ele faz isso diminuindo o tempo necessário para a produção de cada mercadoria e/ou diminuindo o tempo de circulação do D → D'. Esses dois mecanismos geram uma corrida capitalista pela apropriação, transformação, organização e distribuição dos fatores de produção. E nesse aspecto, a energia tem uma contribuição fundamental no processo produtivo, pois segundo Altvater ([sn], p. 04), ela realiza uma

> [...] "compressão do tempo e do espaço", ou seja, permite um aumento na produtividade [...]. A produção de mais mercadorias dentro de um determinado intervalo de tempo, ou a redução do intervalo de tempo para a produção da mesma quantidade de produtos.

Ao mesmo tempo que a energia é utilizada para "compressão do tempo e do espaço", como fator de produção, não é possível admitir a energia como algo alheio do processo de produção. É necessário pensar na energia no bojo do contexto histórico e social, como resultado de um modo de produção determinado.

Em especial no âmbito da atividade industrial, a energia é utilizada para realização de força e movimento de máquinas e equipamentos, aumentando a produtividade do trabalho dos trabalhadores e, consequentemente, diminuindo quantidade de tempo de uso da força de trabalho e o valor das mercadorias. Essa multiplicidade de funções confere à eletricidade uma importância estratégica, atuando diretamente na produção e reprodução da vida concreta em cada período histórico. Por sua vez, é importante considerar que a eletricidade possui particularidades que dão a ela uma condição especial de tratamento. A eletricidade, caso venha a ser explorada, exige uma cadeia específica, desde a produção até o consumo, devendo ser considerado um setor industrial específico, com determinada infraestrutura, empresas especializadas, equipamentos, distribuição e mercado consumidor determinado num território delimitado.

O conceito de território

Após analisar o Tratado de Itaipu, o jurista Miguel Reale concluiu que se tratava da constituição do "território de Itaipu[9]", "uma comunidade regida por um direito próprio" "sistema de direito resultante dos dois ordenamentos superiores, mas dotado de valores próprios" (REALE, 1974*apud*ITAIPU BINACIONAL, 1978, p. 29 e 30). Cabe, neste momento, reiterar alguns elementos dessa afirmação, a começar pelo conceito de território: "todo espaço definido e delimitado por relações de poder" (SOUZA, 2011 *apud* BORDO *et al*., 2013, p. 04), ou "espaço de governança" (FERNANDES, [sn]b, p. 04).

Por ser uma indústria que possui uma intensidade de governança distinta e relações de produção determinadas, Itaipu faz com que as relações de poder estabelecidas tanto no território brasileiro como paraguaio não se estendem plenamente no espaço por ela ocupado. Ambos os Estados (Brasil e Paraguai) abriram mão do pleno exercício jurídico, econômico, policial sobre uma fração de seus respectivos territórios para garantir de forma plena as condições de operação ou, nos termos de Reale (1974), o pleno exercício de seus "valores próprios". Assim, apesar do território ocupado por Itaipu ser uma fragmentação de dois outros territórios de Estados nacionais, ambos não possuem domínio sobre aquele

[9] Para Frontini (1978, p. 40), a tese de um "território binacional" "seria perigosíssima para os interesses soberanos de Brasil e Paraguai, porque poderia sugerir, no futuro, a ideia de "internacionalização" ou "panamericanização" da enorme usina".

espaço. Não é possível afirmar que as relações de produção que definem o território de Itaipu sejam apenas uma síntese de ambos os Estados integrantes. Indexadores econômicos externos criam uma dinâmica em Itaipu completamente distinta dos "territórios mãe".

Essa condição é distinta de outras iniciativas em territórios internacionais, como por exemplo, o MERCOSUL, que está relacionado ao poder político de Estados nacionais se adequarem comercialmente para promoção de interesses públicos e privados da economia dos estados membros. Esse tipo de iniciativa busca a sinergia na aplicação de fatores existentes através da priorização do comércio entre alguns países na formação de um determinado bloco.

Outro exemplo seria a "República Unida da Soja", peça publicitária da transnacional Syngenta que evidencia a materialização de uma governança supranacional orientada ao agronegócio, onde "o capital se sobrepõe aos países e atua de forma intimidadora aos governos" (GIRARDI, 2008, [sn]). Neste caso, o capital é a força organizadora principal, mas sem constituir institucionalmente um novo território. Fernandes ([sn]a, 2008), ao tipificar essas relações, as denomina de "transterritórios".

> [...] transterritórios reúnem territórios de diversos países a partir do conjunto de projetos implantados ou a serem implantados para atender, principalmente, os interesses das transnacionais para a produção de commodities. [...] são um conjunto de territórios nacionais, compreendidos como espaços de governança, em diversas escalas (p. 03).

VAINER (sn), ao analisar grandes projetos regionais de desenvolvimento, afirma que "os polos, os grandes projetos, por exemplo, engendram, eles mesmos, suas regiões: aí estão a região de Carajás, a região de Itaipu, ou Sobradinho, etc." ([b], p. 1039).

No âmbito da relação entre os dois países, é necessário também considerar a importância que Itaipu tem para a definição do território brasileiro e paraguaio (mesmo que o conflito que havia entre os dois países não fosse suficiente para justificar sua construção). Segundo Costa (1992, p. 192), "o pensamento conservador brasileiro [...] sempre tendeu a expressar um conceito de *nação* articulado ao de *território,* de tal maneira que, frequentemente, a ideia de *unidade nacional* confunde-se com *integridade nacional*". O General Golbery do Couto e Silva (1967, p. 132), que esteve diretamente envolvido nas negociações para dissolução do impasse criado em 1965, em Porto Coronel Renato[10], defendia a "ocupação efetiva e o desenvolvimento econômico" (1967, p. 132), [...] "com vistas à humanização, integração e valorização do território imenso, ainda em grande parte inaproveitado e deserto" (ibidem, p. 131), através da promoção do povoamento desde o litoral ao interior. Para o General, pontos de instabilidade e de fragilidade da fronteira brasileira precisavam ser resolvidos, através de um "tamponamento, sem tardança, ao largo de toda a fronteira desde o corte do Paraná ao território do Amapá" destacando, para isso, ações de "vitalização dos rios navegáveis de toda a faixa de fronteira onde a bandeira brasileira precisa[va], no mais curto prazo, fazer-se não só presente mas assídua" (ibidem, p. 135).

> Nossa geopolítica deverá ser, pois, necessariamente, nesta quadra da vida histórico-nacional, ainda uma geopolítica de expansionismo interior, de integração e valorização territoriais, sem quaisquer ressaibos de um imperialismo além-fronteiras descabido e grotesco para quem dispõe, dentro de seu habitat, de todo um império imenso a construir (ibidem, p. 170).

Desse ponto de vista, Itaipu responde ao interesse de integração nacional preconizado pela política de ocupação do território brasileiro principalmente no período da ditadura militar. Segundo Souza (2002), apesar da diminuição entre 10 a 30% da população

[10] Conflito que resultou na Ata das Cataratas ou Ata de Iguaçu (1966);

que habitava o território agora ocupado pelo lago da barragem, a construção de Itaipu promoveu um grande crescimento demográfico no município de Foz do Iguaçu que tinha cerca de 34 mil habitantes em 1970 e passou a ter 190 mil em 1991, ano de inauguração da 18º turbina. Dessa maneira, num único movimento Itaipu constituiu um território próprio e é instrumento na definição de parte do território brasileiro e paraguaio. Um território que define outros dois.

A formação do território do capital

Como dito anteriormente, de 1952 até 1966, os projetos pretendidos para exploração hidroelétrica no rio Paraná eram nacionais apenas. Projetos como as hidrelétricas de Guairá ou Paranáyara, previstas totalmente em território brasileiro, com uma potência estimada de até 10 GW. Em particular para o Brasil, uma quantidade bem superior aos 7 GW que possui de direito com Itaipu. Se um desses fosse o projeto escolhido, ainda seria o maior projeto de geração de energia elétrica do mundo.

Quando foi decidido pela construção de Itaipu, boa parte das estruturas institucionais existentes eram incapazes de acolhê-la. Do ponto de vista jurídico, foi constituída uma empresa binacional, algo inédito no conjunto da legislação brasileira e paraguaia, o que exigiu e exige um tratamento jurídico distinto. É recorrente encontrar em documentos institucionais a distinção: "... e Itaipu", ou "...exceto Itaipu". A legislação de ambos os países não afeta diretamente Itaipu. Ao contrário, foram os Estados nacionais envolvidos que tiveram que adaptar suas leis para acolher Itaipu, que opera com plena autonomia jurídica em relação a ambos os países e nem mesmo os órgãos nacionais de controle de contas tem autoridade para ali atuar.

Como apresentado, do ponto de vista econômico, a partir dos anos 1970, "alterou-se de forma significativa o perfil de financiamento do setor de energia elétrica, que passou a apoiar-se preferencialmente em empréstimos externos, em detrimento de recursos gerados pelo próprio setor" (LIMA, 1995a, p. 90 *apud* SOUZA, 2002, p. 28). Para tanto, o capital financeiro exigiu a instituição das melhores condições de rentabilidade, segurança e autonomia para os investimentos e o caráter binacional de Itaipu proporcionou um rol imenso de exclusividades, alcançando inclusive a moeda, que não é nem a brasileira nem a paraguaia. Não apenas a dívida tem referência no dólar, mas todos os custos de gerenciamento interno, como tarifa de energia, investimentos, royalties, pagamento de trabalhadores, etc. Os índices de reajuste nacionais do Paraguai ou do Brasil nada influenciam na gestão financeira e na saúde econômica de Itaipu. Todo o fator de ajuste está relacionado à condição de inflação e política de juros do Banco Central estadunidense (até 2007 principalmente).

Itaipu Binacional iniciou a contratação de empréstimos em 1975 e somente em 1991 teve a 18ª turbina instalada. Nesses dezoito anos, declara ter tomado emprestado US$ 27 bilhões (ITAIPU BINACIONAL, 2012c, p. 32). Esses recursos teriam sido utilizados para pagamento das obras de infraestrutura e serviços da dívida. Contudo, o valor do desembolso realizado pela empresa é bem superior. Segundo Cordeiro (2009), até 2009, Itaipu Binacional havia pago, em dívidas, cerca de US$ 49 bilhões[11]. Partindo-se dessa referência, somando-se a amortização realizada nos anos de 2010 e 2011 (US$ 2,2 bilhões e US$ 2,0 bilhões respectivamente), esse número chega a US$ 53,2 bilhões em 2011. É necessário ainda acrescentar o saldo devedor, que é de US$ 14,9 bilhões. Em síntese, as obras de Itaipu custaram cerca de US$ 11,8 bilhões, foram tomados emprestados cerca de US$ 27 bilhões, já foram pagos US$ 53,2 bilhões (o dobro do valor tomado) e ainda se deve outros US$ 14,8 bilhões. É importante notar que quase 60% do preço da tarifa de eletricidade de Itaipu Binacional são para o pagamento da amortização e serviços da

[11] Segundo BRASIL (2010, p. 11) esse valor seria US$ 47 bilhões.

dívida.Como definiu CODAS, em entrevista ao autor[12]: “a lógica da tarifa de Itaipu é pagar os empréstimos”.

Com relação à necessidade de produção de eletricidade, nem o Brasil e muito menos o Paraguai precisavam justamente de Itaipu. Apesar da crise de abastecimento nos anos 1960, até os dias de hoje o Brasil explorou apenas metade de toda a energia hidrelétrica tecnicamente aproveitável. Em entrevista concedida na época, o engenheiro Marcondes Ferraz, ao defender o projeto da hidrelétrica de Guairá (ao invés de Itaipu), afirmava que “o Brasil não precisava ceder ao Paraguai, pois tinha todos os trunfos: o *knowhow,* o dinheiro e a capacidade para buscar mais dinheiro [...] e o que era mais importante, o mercado” (Centro da memória da eletricidade do Brasil, 1993, p. 168 *apud* SOUZA, 2002, p. 39). O desafio técnico de turbinar toda a água do rio Paraná num único empreendimento e naquele local só pode ter sido imaginado pela engenharia porque havia capital disponível nos países centrais na década de 1970. São as condições objetivas que permitem o desenvolvimento de condições subjetivas (FERNANDES, 1980, p. 02).

Gonçalves Junior (2007, p. 147) lembra ainda que, desde a grande crise mundial de 1929, a indústria de eletricidade trabalha de forma coordenada em todo mundo, como cartel. Sua representação oficial é a InternationalEletricalAssociation (IEA), “coordenando todas as operações, indicaria [indicando] então a que empresa caberia a vez de atender à encomenda e o valor a cobrar” (MIROW, 1979, p. 50, *apud* ibidem). Entre as treze associadas, pelo menos quatro forneceram equipamentos para Itaipu, entre elas AG Brown Boveri& Cia, Indústria Mecânica Brown Boveri S. A., J. M. Voith GmbH, Neyrpic, Siemens Aktiengesellschachat, Siemens S. A., Voith S. A. Máquinas e Equipamentos.

Com relação ao processo de legitimação local, Itaipu desenvolve uma série de ações que visam recuperar parte da imagem negativa criada nas circunstâncias de formação do lago, em boa parte devido à apropriação total ou parcial das terras dos antigos proprietários. O primeiro nível de relação institucional se dá através da distribuição de valor na forma de royalties (ou compensação por uso dos recursos hídricos). Dentro da composição das despesas da empresa, os royalties correspondem com cerca de 14%[13] dos custos de Itaipu. No Brasil, Itaipu é responsável por cerca de 25% dos royalties pagos pelo setor elétrico atualmente. Para os municípios diretamente atingidos, são distribuídos 38,25% do total de royalties pagos por Itaipu repartidos proporcionalmente à área diretamente alagada pela obra. A renda desses municípios proveniente dos royalties de Itaipu é, em alguns casos bem significativa. Segundo a ANEEL (banco de dados, 2013), para o caso do município de Santa Helena – PR, que teve 31,73% de sua área alagada (GERMANI, 2003, p. 189), no ano de 2011 foram repassados R$ 35,5 milhões e, em 2012, R$ 45,9 milhões, o que correspondeu a 54,63% dos recursos disponíveis pelo poder municipal naquele período. Em entrevista ao autor, o prefeito de Santa Helena[14], que também é presidente do Conselho de Municípios Lindeiros de Itaipu, após relatar brevemente o sofrimento vivido pelo município nas circunstâncias da construção da obra, reconhece que atualmente é uma espécie de “privilégio” ser atingido por Itaipu.

Uma iniciativa mais recente de Itaipu Binacional é o envolvimento de todos os municípios ribeirinhos no projeto Cultivando Água Boa (lado brasileiro) ou Cultivando Água Porã (lado paraguaio). Seria um segundo nível de relação institucional entre a Empresa e os municípios que alimentam diretamente o lago de Itaipu (bacia hidrográfica), num total de 29 municípios do lado brasileiro e 12 do lado paraguaio. O programa funciona com recursos da própria Itaipu Binacional e dos municípios atendidos.

Boa parte dos recursos desse programa é investida em ações ambientais como manejo e conservação de solo (plantio direto, construção de curvas de nível), manejo de recursos hídricos (proteção de fontes, reconstituição de mata ciliar, construção de abastecedouros, construção de biodigestores) e recomposição vegetal (refúgios florestais, corredor ecológico). Com esse programa, Itaipu está nas escolas atuando em ações de

[12] Entrevista realizada em 19/09/2013 com Gustavo Codas, ex-presidente de Itaipu (lado Paraguaio).
[13] Esse índice é mais que o dobro definido pela legislação brasileira atualmente, que é de 6,75%.
[14] Entrevista realizada em 19/08/2013.

educação ambiental, em associações de produtores e sindicatos, nas prefeituras e toda a estrutura político-organizativa da administração municipal – conselhos, secretarias etc. É importante destacar que a área escolhida por Itaipu faz parte da bacia que alimenta o lago. Em que pesem os benefícios socioambientais aos locais atendidos, é necessário reconhecer que Itaipu organiza o território ao seu redor para seus interesses, otimizando os fatores existentes no seu entorno a fim de dar longevidade ao processo produtivo e agregando à empresa uma representação positiva de responsabilidade social e ambiental. Ao mesmo tempo, Itaipu orienta a seu favor parte da execução dos recursos de royalties destinados aos municípios através das respectivas contrapartidas.

Mesmo que as marcas das agressões realizadas na sociedade local ainda não tenham sido apagadas, todas essas ações promovem um ambiente muito favorável e sinérgico à Itaipu, que consegue uma capilaridade quase total, legitimada pela sociedade local em função dos investimentos em royalties e na qualidade ambiental, tornando-se um eixo organizador das transformações espaciais no entorno do lago.As circunstâncias à volta de Itaipu, inclusive em função da definição do local, criaram um ambiente extremante seguro para o capital financeiro e industrial, subordinando não apenas interesses do Paraguai, como também os brasileiros.

Considerações Finais

O território ocupado por um determinado segmento industrial, como no caso de Itaipu, terá os fatores contidos nele organizados para a maximização do lucro. O controle e gestão desses fatores evidenciam determinadas relações de poder e que são próprias do interesse dos proprietários da empresa. Por tudo que foi analisado, é possível afirmar que modelos de integração elétrica como Itaipu criam um ambiente privilegiado ao estabelecimento e reprodução do capital, desde sua concepção - quando setores do capital internacional necessitavam capturar renda financiando obras e fornecendo equipamentos - até a participação capitalista local - como a indústria dos dois países, principal destino da eletricidade, bem como construtoras.

Itaipu é uma manifestação de um território destinado ao capital industrial, apropriado através da organização econômica pelo capital financeiro, legitimado politicamente por dois Estados nacionais e alimentado pelo lucro suplementar da exploração do trabalho dos trabalhadores na atividade hidrelétrica. É um tipo de território com uma destinação dos resultados orientada para o externo. As relações de poder que governam aquele território são próprias do capital financeiro internacional – taxa de juros, de inflação, remuneração do capital, bases do mecanismo de operação da empresa que vão a partir de então, organizar toda a cadeia produtiva: escalas de produção, aspectos laborais (até os salários são em dólar) e numa condição de exploração de recursos naturais privilegiadíssima. Nota-se que nem mesmo a impostos esse território aos seus Estados de origem está sujeito. Esse é um único empreendimento que em 50 anos distribuirá cerca de US$ 60 bilhões para o capital industrial e financeiro e que já distribuiu cerca de US$ 8 bilhões em royalties aos Estados-membro desde que entrou em operação.

O forte componente externo que rege as relações de poder em Itaipu faz dessa, ao final e ao mesmo tempo, uma área de integração de dois países, mas também de exclusão.

Esse “território de Itaipu” ou “território do capital” não se encerra na área alagada. Itaipu alarga sua área de governança em pelo menos dois níveis, sendo o nível de intervenção direta representado pela área ocupada pelos municípios lindeiros e, num segundo nível, a área da bacia hidrográfica que alimenta o lago de Itaipu (a bacia do rio Paraná III). Faz isso de maneira intencional e institucionalizada através do poder municipal e dos estados, ecomo política oficial, através de royalties e de projetos como o Cultivando Água Boa e com aporte de recursos financeiros.

Com relação a outros projetos de hidrelétricas binacionais previstos para o continente, Itaipu servirá de exemplo, pois criou uma imagem muito positiva desse tipo de experiência. É um projeto que conseguiu sintetizar e acolher as exigências do capital

financeiro e industrial de um determinado período histórico (tanto que foi reproduzido na UHE Yacyretá, entre Paraguai e Argentina). Através de Itaipu, Brasil e Paraguai provaramser capazes de honrar contratos, criando uma imagem de sócios confiáveis. Para o capital, Itaipu provou o quanto pode ser lucrativo e seguro investir em projetos binacionais. A representação de responsabilidade socioambiental agregada à imagem da empresa, associada ao adjetivo de orgulho nacional (sétima maravilha do mundo moderno), credenciam-na a influenciar diretamente locais ameaçados por outros empreendimentos hidrelétricos, como tem acontecido em Garabi e Panambi, por exemplo.

Contudo, a tendência de exploração da energia de forma expansiva, intensiva, de mercado, privada e extrativa gera uma cadeia de contradições e sofre importante contraponto na região. A "retomada da soberania energética", bandeira defendida pelo movimento social de muitos países da região, é uma reação popular, de caráter político e antagônico às políticas empreendidas no período neoliberal em relação à exploração dos recursos naturais e que cobra inclusive um reposicionamento dos interesses da indústria de eletricidade no subcontinente.

Referências

BRASIL CONGRESSO. **Aprova o Tratado de Itaipu e respectivos anexos**. 1973. Disponível em:<HTTP://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/dlg1973023/IATIPU>. Acesso em 25 mar. 2013.

BRASIL ONS. **Diagrama esquemático das Usinas Hidrelétricas do SIN**. (maio de 2013) Disponível em: <HTTP://www.ons.gov.br> Acesso em: 29 mar. 2013.

CORDEIRO, Enio. **O tratado de Itaipu e os Acordos alcançados com o Paraguai**. Disponível em:<http://interessenacional.uol.com.br/2009/10/o-tratado-de-itaipu-e-os-acordos-alcancados-com-o-paraguai/>. Publicado em 01/10/2009. 11p. Acesso em 04 mar. 2013.

COSTA, Wanderlei Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo, Ed. Hucitec. 1992. 374p.

FERNANDES, Bernardo M**. Entrando no território dos territórios**. Presidente Prudente [sn] (b). 22p.

FERNANDES, Florestan. **Reflexiones sobre las revoluciones interrumpidas.** En publicación: Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano no. 9. Buenos Aires: CLACSO, Junio 2008. Originalmente publicado como "Reflexões as revoluções interrompidas" en Florestan Fernandes, Poder e contrapoder na América Latina, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980, 77 – 114p.

FRONTINI, Paulo S. Itaipu Binacional: novo tipo de empresa? In ITAIPU BINACIONAL, **Natureza Jurídica da Itaipu**. Foz do Iguaçu, [sn], 1978. 35-42p.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Editora ULBRA e EDUFBA. Salvador e Canoas. 2º Edição. 2003. 266p.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da questão agrária brasileira**. [sn] Presidente Prudente, 2008.

GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reestruturação do setor elétrico brasileiro: estratégia de retomada da taxa de acumulação do capital?** Dissertação de Mestrado FEA-IEE-IF/USP – PIPGE 2002. São Paulo, 2002. 246 p.

HARVEY, David. **O enigma do capital e a crise do capitalismo**. São Paulo. Editora Boitempo, 2011. 235p.

REALE, Miguel. A estrutura jurídica de Itaipu. In ITAIPU BINACIONAL. **Natureza Jurídica da Itaipu**. Foz do Iguaçu, [sn], 1978. 23-34p.

MARX, Carlos. El Capital. **Crítica de la Economía Política**. Tomo primero. Editora Nacional de Cuba. Consejo Nacional de Cultura. La habana, 1962.

SILVA, Golbery do Couto. **GEOPOLÍTICA DO BRASIL**. Rio de Janeiro. Ed. José Olympio. 2º edição. 1967. 266p.

SOUZA, Edson Belo C. **Estado: produção da região do lago de Itaipu – turismo e crise energética.** Presidente Prudente, 2002. 352p. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

ITAIPU BINACIONAL, **Bê-a-bá de Itaipu. Tenha sempre à mão**. Foz do Iguaçu, 2012c. 142p. Disponível em:<HTTP://www.itaipu.gov.br>. Acesso em 29 mar. 2013.

VAINER, **A configuração de novos espaços regionais e a emergência de novos atores políticos ou neoregionalismo de base popular: realidades e possibilidades**. [sn] Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/download/1661/1635>. Acesso em: 02 nov. 2013. (b), 12p.

YACIRETÁ. **Acuerdo sobre el mejoramento de la navegabilidad del rio Alto Paraná y utilización de las caídas de agua en Apipe.**1973. Disponível em <http://www.yacyreta.org.ar/docum/2006/tratadodeyacyreta.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2013.

Recebido para publicação em 10 de maio de 2014

Devolvido para revisão em 15 de dezembro de 2014

Aceito para publicação em 28 de janeiro de 2015

O(s) Movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema[1]

José Sobreiro Filho
Doutorando em Geografia Universidade Estadual Paulista (UNESP-FCT)
e-mail: sobreirounesp@gmail.com

Resumo

Este trabalho consiste em uma análise sobre o processo de dissensão realizado dentro dos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema. Este foi um dos principais processos que alterou a dinâmica da luta pela terra no Pontal e complexificou ainda mais a luta dos movimentos, sobretudo pela emersão de demais lideranças e bandeiras em uma das regiões mais conflituosas do país. Assim, apresentamos algumas reflexões sobre rupturas, lideranças, poder, etc. na região.

Palavras-chave: Dissensão; Pontal do Paranapanema; MST; MST da Base; Movimentos socioterritoriais.

Abstract

The movement(s) behind dissension: ruptures, aggregation and the offshoot of leadership and power in the dissidence in the Pontal do Paranapanema

This article presents an analysis of the process of dissension that has occurred within socioterritoral movements in the Pontal do Paranapanema. This process has significantly altered the dynamic of the struggle for land in the region, and has further complicated the struggle of movements, especially because of the offshoot of different nodes of leadership and banners in one of the regions of Brazil with the greatest concentration of land conflicts. This paper discusses the ruptures in leadership, offshoot movements and relations of power in the region.

Keywords: Dissension; Pontal do Paranapanema; MST; MST da Base; Socioterritorial Moviment.

Resumen

El/Los movimiento(s) detrás de las disensiones: disensiones, agregación, líderes y poder en las disensiones en el Pontal do Paranapanema

Este articulo es un análisis del proceso de disensión dentro de los movimientos socio-territoriales realizadas en el Pontal. Este fue uno de los principales procesos que alteran la dinámica de la lucha por la tierra en la región y torna aún más compleja la lucha de los movimientos, especialmente con el surgimiento de otros líderes y banderas en una de las zonas más conflictivas del país. Por lo tanto, presentamos algunas reflexiones sobre las disensiones, poder, etc. en la región.

[1] Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado "Novas configurações dos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema: A atuação do MST, MAST e MST da Base" financiado pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – e da dissertação de mestrado "O movimento em pedaços e os pedaços em movimentos: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses".

Palabras-clave: Disensión; Pontal do Paranapanema; MST; MST da Base; Movimiento Socioterritorial.

Introdução

O Pontal do Paranapanema tem sua história caracterizada pela ilegitimidade e concentração da posse da terra, formação de movimentos camponeses, violência e intenso conflito entre os sem terras e latifundiários. Conforme afirma Sobreiro Filho (2013), as bases materiais e históricas do conflito estão diretamente atreladas à figura de alguns grileiros responsáveis tanto pela falsificação e comercialização das terras quanto também pela "abertura de novas fazendas" (MONBEIG, 1984) e ocupação territorial (LEITE, 1972, 1998), dentre eles: José Theodoro de Souza; João da Silva; Francisco de Paula Moraes; José Antonio Gouveia, também referenciado como Antonio José Gouveia; João Evangelista de Lima; Joaquim Alves de Lima; José Rodrigues Tucunduva; Cel. Manoel Pereira Goulart; e José Soares Marcondes.

Apesar da ocorrência de algumas resistências na década de 40, com a Liga Camponesa de Santo Anastácio e as lutas pelas Glebas Santa Rita e XV de Novembro, foi principalmente na década de 90 que o conflito despontou na região. A nível nacional, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – avançava tanto na articulação de alguns movimentos camponeses espontâneos quanto também na criação do movimento em áreas com problemas relacionados à questão agrária, tais como: conflito, expropriação, pobreza e concentração (FERNANDES, 1994). O Pontal do Paranapanema ganha destaque nesta conjuntura, ou seja, sua emersão no cenário da luta pela terra no Brasil e América Latina ocorreu justamente neste período de espacialização do MST. Deste modo, sua formação na região e o destaque de sua luta teve suas bases direta e principalmente relacionadas à formação do MST no Brasil e ao caráter devoluto das terras do Pontal do Paranapanema. Ademais, além do caráter devoluto das terras, a concentração, a desigualdade, a história e a condição dos trabalhadores rurais da região também foram elementos determinantes para que o Pontal alcançasse tamanho destaque. Analisando principalmente sua história de ocupação territorial, ilegitimidade e concentração da posse da terra e a condição dos trabalhadores rurais da região verificaremos que o Pontal do Paranapanema apresentava as principais características e potencialidades para que o movimento realizasse uma luta intensa e produtiva, sobretudo por conta da quantidade de elementos histórico-geográficos favoráveis.

Assim, tomando a luta pela terra como objeto de análise, podemos dizer que suas primeiras décadas foram caracterizadas por três períodos com características de luta e conjunturas diferenciadas. O primeiro período (1990-1994) caracteriza-se pelos passos iniciais do movimento, ou seja, deve-se à construção da luta, estratégia e táticas na região. Neste período ocorreram 19 ocupações de terras, sendo que as primeiras vitórias vieram no final do período, conforme aponta Sobreiro Filho (2013). O segundo período (1995-1998) foi caracterizado pelo acirramento da luta. A violência foi a resposta dos latifundiários às investidas do movimento na região. Ao retomarmos os principais periódicos regionais deste contexto não é difícil identificar a reincidência de notícias belicosas e declarações/ameaças beligerantes. No período pós 1998 tem-se a mudança das estratégias na região. Em um contexto de crescimento do isolamento político e desenvolvimento das bases do fortalecimento ao agronegócio, a repressão por meio da violência passa a ser substituída pelo crescente processo de judiciarização da luta pela terra.

Neste contexto, tendo o MST como movimento originário/matriz, também ocorreu um intenso processo de dissensão a partir de 1998. Apesar das diversas dissensões, conforme apresentaremos um quadro síntese adiante, destacamos que duas foram fundamentais para alterar a história e dinâmica da luta pela terra no Pontal do Paranapanema, conforme afirma Sobreiro Filho (2013), sendo estas: a formação do MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra; e, devido ao afastamento de José Rainha Junior do MST, a formação do MST da Base. Vale destacar que nos caminhos e descaminhos de formação de ambos os

movimentos ocorreram muitas uniões e dissensões internas, ou seja, “dissensão na dissensão”.

Enfim, como produto de todas as reflexões e análises sobre a história da luta pela terra realizada pelos movimentos socioterritoriais camponeses no Pontal do Paranapanema, apresentaremos adiante algumas reflexões onde visamos aprofundar a leitura sobre a circunstância dos movimentos ainda atuantes na região. Nossa motivação em trilhar esse caminho foi justamente a hipótese inicial de que o processo de dissensão nos movimentos tivera contribuição tanto enriquecendo a diversidade de movimentos socioterritoriais, quanto também fora determinante para o refluxo e desarticulação da luta na região, sobretudo enfrentativas-emancipatória, visto que o mesmo se deu no bojo de um processo de cooptação política e isolamento ao MST na região e no Brasil. Para tanto, visando compreender os movimentos por trás destes movimentos de dissensão, realizamos primeiramente uma discussão destacando as benesses e riscos das dissensões. Neste sentido, relevamos a criação da diversidade como um elemento enriquecedor, a luta legítima de todos os movimentos e as diferentes formas de luta pela terra e de produzir/interpretar/interagir/pensar o espaço e o território. Em seguida, como produto final, fechamos discussão propondo uma tipologia de movimentos socioterritoriais de acordo com suas respectivas posturas político-ideológicas, suas estruturas político-organizacionais, formas de se realizar a luta, ações socioterritoriais e também problematizamos uma discussão sobre liderança e relações de poder.

Procedimentos

Nossa preocupação em buscar as origens da luta pela terra destacando a ocupação do Pontal do Paranapanema e a formação dos movimentos socioterritoriais camponeses da região está relacionado à opção em se embasar no método materialismo histórico-geográfico de Soja (1993) e Harvey (2006). Deste modo, realizamos uma leitura espacial com embasamento histórico com a finalidade de poder mostrar o que há por traz da realidade atual e o que justificou a formação e conjuntura atual dos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema. Remontar às origens foi fundamental para identificar alguns processos que a princípio nos parecia obscuro e também identificar sujeitos, contradições e fragilidades.

O primeiro passo para a realização da pesquisa foi o levantamento bibliográfico para que pudéssemos identificar não somente as contribuições das produções existentes mas também as lacunas e, portanto, se arriscar a uma possível contribuição. Assim, realizamos um levantamento bibliográfico das obras que envolvessem temas centrais em nosso trabalho. Foi realizado um levantamento das obras referentes à área de estudo, neste sentido procuramos sobre: Pontal do Paranapanema; Oeste Paulista; Alta Sorocabana; Alta Paulista; e os trinta e dois municípios que compõem a região. Alguns professores que foram grandes estudiosos da região também tiveram suas obras consultadas. Buscamos o referencial bibliográfico sobre movimentos sociais e socioterritoriais. Algumas obras muito contribuíram para entendermos a formação do MST e as origens da luta pela terra no Brasil, São Paulo e na região. Quanto à discussão teórica em alguns momentos tivemos que recorrer à compra de livros, fato que foi viabilizado pelas parcelas da bolsa e muito contribuiu para a ampliação de uma biblioteca pessoal sobre a temática. Neste sentido, além de obras referente às temáticas também buscamos avançar na consulta e leitura de alguns clássicos e também da Geografia. Além de ambas as fontes, também consultamos acervos de demais pesquisadores e documentos oficiais on-line.

Um dos pilares da nossa pesquisa foi a realização de trabalhos de campo. As visitas, passagens, participação de atividades extrapolaram a ordem de quarenta. Contudo, realizamos dez trabalhos de campo com um cronograma mais fechado e uma metodologia de campo já estabelecida. Dentre uma ampla gama de atividades, participamos de: Ocupações de terras; Visitas em fazendas e áreas ocupadas; Visitas na Coocamp - Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma

Agrária do Pontal Ltda.; Visita na usina de produção de etanol “Nova conquista do Pontal”, do grupo Odebrecht, no município de Mirante do Paranapanema; Encontro Regional do MST; Encontro Estadual do MST; Visitas nos acampamentos do MST, MTST/MAST e MST da Base.

Visto que uma das partes mais importantes do nosso trabalho não contava como referencial bibliográfico, o trabalho de campo foi compreendido como importante instrumento que poderia viabilizar respostas e sanar muitas das dúvidas que tínhamos. Durante os campos realizamos entrevistas abertas, mas orientadas por roteiros flexíveis. Em muitos casos as entrevistas eram coletivas, mas nem todos se interessavam em falar ou preferiam se preservar. Nos ativemos também em realizar entrevistas e buscar diálogo tanto com acampados, coordenadores quanto com as principais lideranças. Outra metodologia que acompanhou os trabalhos de campo e muito nos serviu nos momentos de reflexões e apresentação sobre atualidade da luta pela terra na região foi o diário de campo.

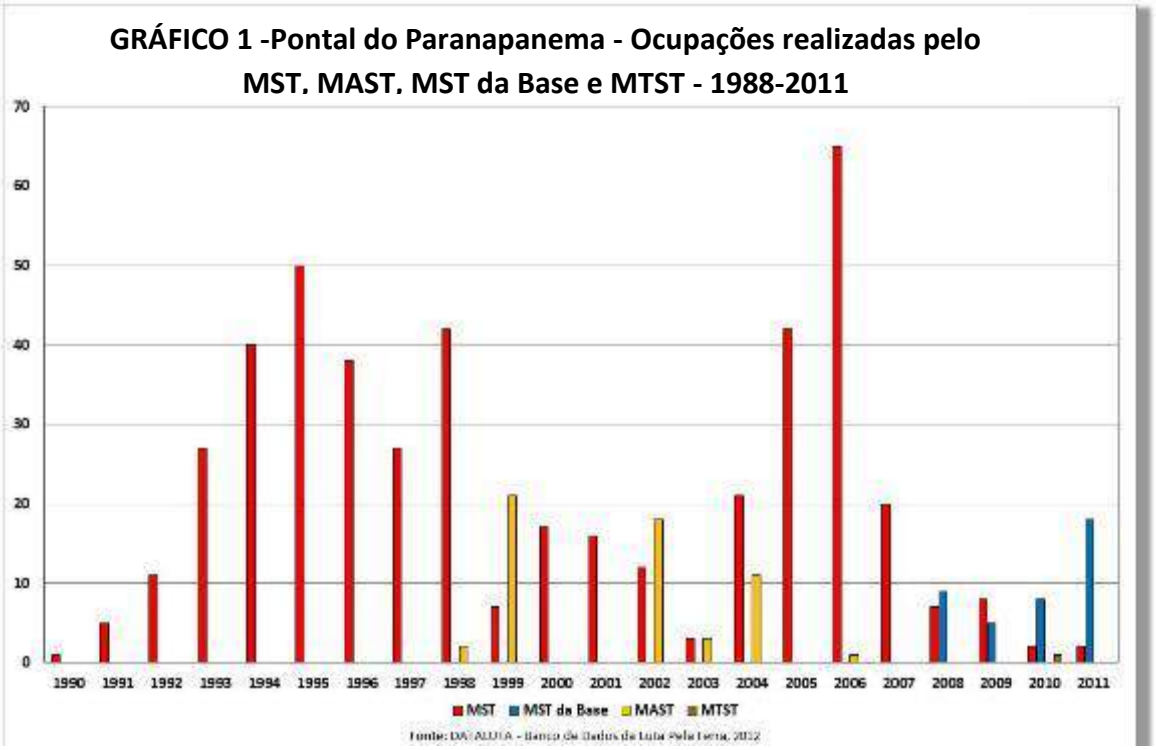
As dissensões no Pontal do Paranapanema: história e atualidade

A dissensão e a mudança de bandeira no Pontal do Paranapanema

Na atualidade, a dissensão se tornou um dos principais processos que leva à criação e formação de movimentos socioespaciais e socioterritoriais no campo e na cidade. Objetivamente, o aumento de sua recorrência acompanhou também o crescimento dos movimentos, das ações, das divergências político-ideológicas e, inclusive, das táticas e formas de cooptação. Diante de uma análise sobre os movimentos socioterritoriais camponeses do Pontal do Paranapanema, Sobreiro Filho (2010) aponta que na ocorrência de uma dissensão ou cisão em um movimento socioterritorial, formando dois grupos ou um novo grupo, um rompe com todos ou parte dos ideais estabelecidos no antigo grupo.

Esse processo pode ser também resultado de alterações decididas pela maioria dos sujeitos participantes que, em alguns casos, ocorre pela intenção de reformulação dos princípios, cujas intenções são de aumentar a resistência afirmando-os ou de integração como o caso do MST da Base e do MAST (FELICIANO, 1999; SOBREIRO FILHO, 2010). Esta ação está relacionada à definição de objetivos diferentes que nortearão a vida cotidiana da luta, ou seja, as práticas e, em alguns casos, se estendem à gestão do próprio território dirigido pela lógica do Projeto Político do movimento socioterritorial, quando este tiver estimado uma organização e planejamento dos modos e meios de produção como o MST (FERNANDES, 1994, 1999; FELICIANO 1999).

Ao remontar a história da luta pela terra no Pontal do Paranapanema identificamos a ocorrência de várias dissensões, dentre elas as mais significativas em termos de expressividade de luta na região foram o MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra, o MTST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o MST da Base (ver gráfico 1). Desde o surgimento dos movimentos socioterritoriais na região do Pontal do Paranapanema, o MST prostrou-se predominante na ocorrência de ocupações de terras. No entanto, com o surgimento do MAST a conjuntura mudou, visto que o movimento adquiriu grande representatividade durante o período de 1998 até 2004 e depois com o surgimento do MST da Base, visto a realização de algumas atividades conjuntas.



Em alguns casos as dissensões se originam sob uma atmosfera conflituosa onde a disputa territorial é movida por ideologias divergentes e seus elementos assediam sujeitos de ambos os lados sob o nexo de uma conflituosidade essencial e contraditória para o desenvolvimento de uma sociedade independente de seu projeto político. Todavia, na realidade de um espaço estruturado sobre égide das relações capitalistas, este processo se dá, comumente, com a finalidade de que de um lado ocorra a corroboração da luta por meio de um caminho de enfretamento e resistência e do outro lado o atrelamento à lógica de um processo de desenvolvimento desigual, contraditório e combinado por parte do capital, principalmente através de um processo dialético de submissão e alienação[2] que termina acarretando no estranhamento do próprio sujeito (MÉSZÁROS, 2006). Dentro desta realidade dual há, também, a ideia de meios caminhos como, por exemplo, as políticas de biodiesel e cana-de-açúcar nos assentamentos que são desenvolvidas pelo governo, que nada mais seriam do que uma integração maquiada ou confusamente percebida. Vale destacar que tal concepção quase nada se distancia da lógica do liberalismo social comumente conhecido como o "caminho do meio" ou "terceira via" de Giddens (1999). Todavia, denota-se que apesar de necessários para a problematização e para a discussão, os mesmos quando existentes em uma sociedade estruturada sob os moldes da exploração capitalista servem como massa de manobra que fortalecerá o capital nas diferentes dimensões da realidade.

Indubitavelmente, o Capital é uma questão central aqui, sobretudo, para se pensar e compreender o processo de dissensão, pois são os fundamentos, princípios e posturas políticos-ideológicas criadas a partir desta relação que implicará diretamente na forma dos sujeitos e movimentos socioespaciais e socioterritoriais produzirem espaços e territórios, assim como resistir. Neste sentido, também é fundamental destacar que esta é uma leitura paradigmática[3]e que nos permite compreender os "e*ntes*"[4] a partir de mirantes diferenciados e que, neste caso, sob o enfoque da análise paradigmática da Questão Agrária voltamos à velha e decisiva indagação "reforma ou revolução", contudo destacando o caráter

[2] Neste ponto não trabalhamos a alienação como o trabalho alienado, exteriorizado e objetivo, mas sim na acepção da consciência negativada (ver Marx, 2009).
[3] Ver Campos (2012) e Fernandes (2009).
[4] Ver Aristóteles (2010).

subversivo contido no sentido perverso e paliativo de integração da primeira e que somente assim é vista por conta de uma noção histórica da irreformabilidade do capital (MESZAROS, 2002). Mais que uma reflexão sobre os movimentos, esta interpretação visa nos permitir vislumbrar os processos de destruição, integração e recriação do campesinato a partir dos próprios fundamentos e posturas político-ideológicas dos movimentos socioterritoriais, ou seja, em um dos berços do processo.

Assim, as dissensões são resultados de divergências político-ideológicas na qual os objetivos norteadores resultam na criação de uma diversidade de grupos sociais organizados em torno de projetos políticos diferentes e que lutam sob uma perspectiva transformadora. Porém, vale ressaltar que é o projeto político de cada movimento o elemento responsável pela transformação e pelos limites transformadores ao qual este grupo esta se submetendo e transformando a realidade, ou seja, o espaço/território. Deste modo, é importante compreender e relevar que em alguns casos as dissensões, contrariamente ao pensamento positivista que valoriza a quantidade em detrimento da qualidade, ocorrem sob a finalidade de fortalecer a luta através da reafirmação ideológica e do projeto político do movimento reduzindo-o quantitativamente sob o intento da qualificação. Sendo que para tal torna-se necessário que parte dissinda organizando-se em outro movimento ou não e a parte restante mantenha as suas origens, permanecendo aqueles que querem lutar pelos ideais iniciais do movimento.

Neste sentido, salta-nos aos olhos o fato de que no Pontal do Paranapanema, devido à sua história de conflito e forte atuação dos movimentos socioterritoriais camponeses, as dissensões surgiram ao mesmo tempo por interesse de algumas lideranças de movimentos e também, sobretudo no caso do MAST, por interesse também do PSDB, que, por conseguinte estava atrelado ao amplo desenvolvimento do neoliberalismo no país (leia-se também à agenda destrutiva do capital). Conforme apontado por Sobreiro Filho (2013), o Pontal do Paranapanema em seu período áureo foi considerado o “Coração da Reforma”, ou seja, do ponto de vista da luta dos movimentos haviam grandes perspectivas de avanço, no entanto para os interesses do capital, visto que a região tinha potencial de amplificar sua condição de exemplo, representava também um perigo e, portanto, era visto como um "barril de pólvora". Assim, tal conjuntura despertou aos olhos PSDB não somente a ideia, mas também a necessidade de conter o potencial combativo de um movimento socioterritorial, e aqui destaca-se o caráter socioterritorial visto a necessidade metabólica socioterritorial do capital[5], camponês unificado com potencial para atacar e questionar com eficiência o Governo e o Estado. Produto das circunstâncias e do caráter destrutivo do capital atrelado, neste período, à face mais clara de um governo neoliberal foi a criação de uma dissensão que visava ir enfraquecendo o campesinato sem-terra aos poucos até que ele sucumbisse aos assédios do capitalismo, tornando-se capitalista ou se metamorfoseando até, de fato, tomar feições e assumir a condição de subordinação. Tal intento culminou, conforme apresentado por Felíciano (2006) e Sobreiro Filho(2010; 2013) na formação do MAST.

Outro ponto de destaque foi a criação também de uma competição e oposição entre os movimentos, fato interessante e de extrema importância para o governo PSDB, pois analisando não somente o período em que ocorreram as dissensões, mas também o período póstumo, observamos que, de fato, a estratégia da dissensão maquiada sob "uma forma pacífica de fazer a luta pela terra" financiada e com diálogo[6] com o governo converteu-se em abandono, fragmentação/dissensão e oposição intraclasse. Além desta questão, destaca-se também, conforme apontado por Feliciano (1999) sobre as ocupações realizadas pelo MAST, que muitos fazendeiros abriam suas fazendas para as ocupações de terras pacíficas, pois tinham interesse em vender suas "propriedades" para comprar em outras áreas de avanço da fronteira agrícola onde as terras apresentavam caráter documental menos duvidoso. Assim, criou-se também o que chamamos de "mercado

[5]Como parte de nossos estudos espaciais realizamos também uma leitura geográfica da contribuição de Mészáros (2002).

[6] Em consonância com a concepção da reforma agrária não sair por conta do Impossível Diálogo com o MST e a CPT, conforme aponta Martins (2000), o PSDB criou um movimento e, portanto, um diálogo possível, ou seja, o diálogo dos governantes.

consumidor da luta pela terra" baseado no interesse tanto dos latifundiários quanto do MAST e que beneficiava ambos os lados.

No entanto, há também um outro processo tão importante quanto a dissensão, porém ocorrido em menor intensidade na região. A troca de bandeira[7] ocorrida no Pontal do Paranapanema é caracterizada pelo processo em que um movimento ao todo decide mudar a nomenclatura e, portanto, ao mudar a nomenclatura também muda a bandeira/símbolo do movimento. Vale destacar que esta mudança pode ou não estar vinculada também às alterações nas bases e articulações políticas. No Pontal do Paranapanema, identificamos que a troca de bandeira ocorreu por dois motivos principais. O primeiro deve-se à ocorrência de uma mudança na postura político-ideológica do movimento ou alguma reformulação que o leve a deixar a imagem antiga para construir uma nova forma de luta e organização, muitas vezes ocorrendo apenas a nível de acampamento. A segunda, considerada a mais comum, é uma medida estratégica do movimento para deixar algumas das limitações e problemas do movimento adquiridos no transcorrer do tempo, tais como: a discriminação; o isolamento ou falta de diálogo; a falta de apoio do governo, sobretudo no auxílio à alimentação; a criminalização; etc. Um exemplo claro desta estratégia de se desvencilhar da imagem pejorativa foi a criação do MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - por Milton David da Silva. Com a saída de FHC do governo federal e também devido ao "fim" da SDS restou o desamparo e a vulnerabilidade ao MAST. Assim, as retaliações foramainda mais intensas porque o movimento, gestado pela SDS, tinha uma base institucionalizada e, portanto, poderia responder judicialmente ao processo de criminalização de suas ações e da luta em geral. A estratégia encontrada pelas lideranças para driblar o processo foi criar um novo movimento que não tivesse a estrutura institucional que o MAST tivera e que também possibilitasse criar uma nova relação com o governo, tal como realiza na viabilização de cestas básicas com o INCRA. Neste sentido, o MTST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi criado com uma estrutura informal para que se pudesse então avançar na luta nos acampamentos e assentamentos. Assim, o MTST consubstancia os dois principais motivos de surgimento de uma nova bandeira, pois além estar ligado a uma origem político-ideológica distinta, também tem relações com institutos governamentais e foi fruto de uma estratégia para se desvencilhar a criminalização e demais formas repressivas e imagens pejorativas.

Diferentes são os motivos que levam à formação de novas bandeiras. Em geral, temos observado que o surgimento de novas bandeiras foi acarretado por cooptação e diferença político-ideológica e por desentendimento na própria dinâmica da luta e modo de organizar as família ou cumprir as normas. No entanto, destaca-se também que algumas bandeiras surgiram como fruto de atitudes mais espontâneas, tais como a criação de um movimento independente. Neste mesmo sentido, o acampamento Lagoinha, no município de Presidente Epitácio - SP, é um exemplo da criação de uma bandeira criada por uma atitude espontânea:

> **Qual o motivo que levou vocês a saírem do MST?**
> Ninguém saiu! Foi o Joaquim, não te contei? Ele inventou de fazer uma bandeira por conta dele e o pessoal não se manifestou contra ele e não aceitou. Porque ele conseguia trazer a cesta básica do INCRA. Então me parece que estão no acampamento por causa de comida. Só pode ser isso. Comida, se vir eu como e se não vir eu como do mesmo jeito ou melhor ainda. Foi isso, ai o Zé Rainha se afastou. (ENTREVISTA REALIZADA COM ACAMPADOS DO ACAMPAMENTO LAGOINHA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2011).

Esta circunstância compõe um quadro de relações de interesses políticos destacadas por muitos dos acampados, tanto do MST da base quanto pelos acampados do Lagoinha, que em alguns casos lideranças usufruem deste reconhecimento como forma de

[7]De acordo com Lima (2006, p. 35) o UNITERRA também trocou de bandeira como uma estratégia para, sobretudo, para fugir e resolver problemas.

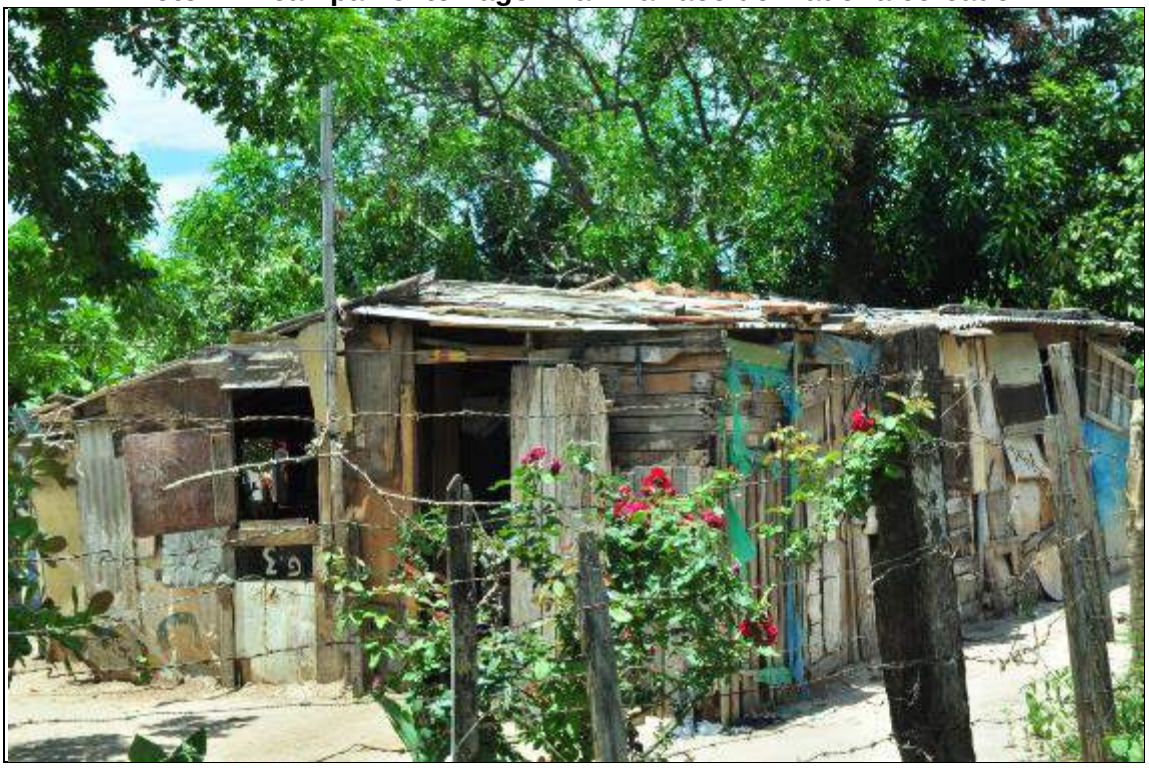
se promover social e politicamente. No entanto, quanto a isso apontaremos mais adiante. Outro ponto em destaque é que para os acampados a troca de bandeira representou um atraso para o acampamento e também confluiu para sua situação de abandono:

> **Como você acha que estaria hoje se estivesse junto ao MST?**
> Eu acredito hoje que nós já estaríamos assentados. Quer que eu fale a verdade? Eu acredito que nós já estaríamos assentados.
> **Entrevistada:** Porque veio o pedido pro Joaquim, do INCRA, ir lá em uma reunião em São Paulo e ele não foi. Junto com o Zé, com todo mundo e ele não foi. Acovardou por conta disso.
> **Entrevistado**: Porque se eu não viajo em 2007, eu fiquei um ano fora. Sai em dezembro de 2007 daqui e voltei em dezembro de 2008. Eu fiquei um ano fora daqui. Quando eu cheguei tinha acontecido tudo isso ai. E foi exatamente no período que saiu a lista do pessoal para ser assentado la na fazenda Figueira.. Como ele tinha feito essa paiaçada o Zé deixou de mão. Cadê as 19 pessoas daqui? Porque se eu to aqui, em 2007, eu vou no pé do Zé Rainha. Mas Claro que vou e vou correndo. "O Zé cadê a sua promessa, eu quero ver agora você manter a sua palavra. Você quer que eu separe agora as dezenove famílias que merecem ser assentadas dentro da fazenda figueira?" Eu já tinha até a lista em mãos. Eu tenho documentos protocolados pelo INCRA e pelo ITESP. Pega la Silvana! (ENTREVISTA REALIZADA COM ACAMPADOS DO ACAMPAMENTO LAGOINHA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2011).

Outra questão fundamental na mudança de bandeira é a representatividade da liderança. Há alguns casos em que o - apadrinhamento - por certa liderança pode acarretar na troca de bandeira. Destaca-se que o apadrinhamento por ser visto em alguns casos como uma relação, compreendida por ambas as partes, de mão-dupla/equivalente, pois de um lado ganha-se o acampamento e os acampados, por conta de uma possível amplificação das possibilidades, e também da liderança, pois massifica-se o número de acampados e cria possibilidades de dar ainda maior destaque para a luta. O acampamento Lagoinha, apontado anteriormente, também é representativo neste sentido, pois, para os acampados que estiveram abandonados, o apadrinhamento realizado por Milton David da Silva significou, em termos claros, tanto a melhoria na organização, visto que não havia ninguém na liderança e não interessava para os demais movimentos ou lideranças, quanto também, de acordo com os acampados e apesar da liderança não sinalizar mudanças muito melhores, conseguiu avançar além das condições anteriores.

Enfim, destaca-se que nem sempre as dissensões ou trocas de bandeiras contribuíram para o avanço da luta pela terra. O desapego ao caráter político-ideológico e a própria falta de identificação com um movimento também foi um dos motivos que levaram certos grupos/movimentos a seguir trocando de bandeiras. Em alguns casos, tal como reflete o acampamento Lagoinha, resultou em um significativo atraso e até mesmo no abandono dos acampados (SOBREIRO FILHO, 2013). Esta situação resultou não só na desistência dos acampados em se fazer a luta, mas também na ocupação de uma área coletiva dentro do Assentamento Lagoinha e na consolidação de ações organizacionais e estruturas dentro do acampamento que se caracterizaram pelos aspectos de permanência e propriedade (Fotos 1, 2, 3, 4 e 5), tais como: barracos de madeira substituindo a lona; a presença de postes de energia elétrica; ruas entre os “barracos/casas”; presença de pomar; cercas e portões; etc.

Foto 1 - Acampamento Lagoinha - Barraco de madeira cercado



Fonte: AUTOR, 22/11/2011

Foto 2 - Rua do Acampamento Lagoinha com poste de energia ao fundo.

Fonte: AUTOR, 22/11/2011

Foto 3 - Acampamento Lagoinha
Barraco cercado e com portão.

Fonte: AUTOR, 22/11/2011

Foto 4 - Acampamento Lagoinha
Portão fechado com cadeado

Fonte: AUTOR, 22/11/2011

Foto 5 - Acampamento Lagoinha - Produção no acampamento

Fonte: AUTOR, 22/11/2011

Além do Acampamento Lagoinha, também há outros produtos das dissensões. Dentre eles, destacamos acampamentos abandonados (foto 6) e acampamentos permanentes que passaram a ser mais um espaço de moradia do que de luta (fotos 7 e 8)

Foto 6 - Acampamento abandonado do MAST - Pres. Epitácio

Fonte: AUTOR, 23/11/2012

Foto 7 - Acampamento permanente do MAST - Pres. Epitácio

Fonte: AUTOR, 23/11/2012

Foto 8 - Acampamento permanente do MAST - Pres. Epitácio

Fonte: AUTOR, 23/11/2012

A atualidade dos movimentos no Pontal do Paranapanema: MST e Eixo MST da Base

Apesar dos repetidos apontamentos, sobretudo, midiáticos referenciando que os movimentos não têm mais perspectivas de luta na atualidade, que estão isolados e enfraquecidos, que o programa bolsa família acabou/enfraqueceu os acampamentos e que os movimentos estão isolados, observa-se que no Pontal do Paranapanema, embora não tão intenso como foi na década de 90 e início do século XXI, ainda há grupos organizados lutando.

Na atualidade tem-se dois grupos claramente formados ainda atuantes no Pontal do Paranapanema. De um lado o MST com sua luta já conhecida e consolidada tentando avançar em vários setores tanto na luta pela terra quanto no desenvolvimento territorial, e de outro lado tem-se um grupo que denominados de - Eixo MST da Base - que vem organizando demais movimentos da região e também sindicatos. Este segundo grupo segue avançando tanto em número de ocupações quanto também na formação de um amplo leque de alianças.

Denota-se que o - Eixo do MST da Base - é o que compreendemos como um processo de união dos movimentos, ou seja, ruma no sentido contrário da dissensão. No entanto também é fundamental destacar que este processo já ocorreu anteriormente conforme pudemos notar com o MAST. A formação do que denominamos como - Eixo MST da Base - teve seu início logo após o afastamento de José Rainha Junior do MST em 2003:

> Hoje o MST tem duas cabeça né. Uma é o Zé Rainha e João Pedro Stédile. O MST é dividido em dois hoje. O Zé rainha é o movimento do Pontal e João Pedro Stedile é o movimento de cima. Tanto que na hora que ele foi preso o pessoal la se manifestou falou "não, não é do MST não, o Zé Rainha é do outro movimento", quer dizer é nós né. Nós abraçamo a causa com elepreso e tudo e fomo à luta, andamo junto, defendemo, fizemo protesto pra poder tirar ele de la e não fizeram. Então eles la é uma

> divergência muito grande. Até dentro dos movimento mesmo. (ENTREVISTA REALIZADA COM MILTON DAVID DA SILVA LIDERANÇA DO MTST E MAST NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2012)

Contudo, naquele período não tivera tamanha expressão, mas de fato, visto que não ocorreu a reaproximação de Rainha com as instâncias do MST (SOBREIRO FILHO, 2010), as primeiras aproximações com os demais movimentos foram se estabelecendo desde então. Porém foi somente a partir de 2010 que as atuações passaram a ficar mais intensas e então foi possível começar a melhor identificar o que era então o Eixo do MST da Base. Quanto à organização e junção dos movimentos e sindicatos aponta a liderança do MAST e do MTST Milton David da Silva:

> Quando tiraram a pistolagem, que criaram lei, pra poder fazer ocupação nós tinha que mostrar que nós tinha força né. Ai nós sentamo no sindicato dos trabalhadores rurais, juntos com os movimentos, e nós discutimos pra nós poder fazer uma união só e lançar, na hora que saísse, pra poder fazer as brigadas, todos os movimentos ocupar. Pra poder criar força e dizer "ó não está morto, os movimentos estão atento" então fizemos aliança. Tudo que viesse de trabalho pra repartisse pro MST repartia pra todo mundo nas brigada. Nós recebia lona pro povo fazer acampamento e ai nós juntamo os movimentos mais por causa dessas leis que veio... Logo no início nós tava com a Fetaesp, tava com a CUT, tava com os movimentos sociais o Uniterra, o MLST que é do Gilmarzinho ali em Epitácio, tava com o CTR que é do menino, o Geraldinho, tava com o movimento do Ailson que é pô CTB, tava com o, qual é o movimento dali eu esqueci, com o MTST, o Lino tava com nós também, mas agora saiu porque como eu falei sempre é acostumado a andar nas costas dos outros e mesmo na reunião ele só aparecia na televisão dizendo "não, eu tava lá", mas não tava... (ENTREVISTA REALIZADA COM MILTON DAVID DA SILVA LIDERANÇA DO MTST E MAST NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2012)

Observa-se que nos apontamentos de Milton os intentos de José Rainha Junior após o seu afastamento era de justamente realizar uma rearticulação, com o argumento de combater o isolamento, e poder avançar intensamente realizando ocupações de terras e pressionando o Estado. Também de acordo como apontamos anteriormente parte significativa das vantagens de se vincular ao deve-se ao fato de ser muito conhecido e também tratado como um mito. Nas palavras de Milton *"A vantagem da gente se coligar com ele é que queira ou não queira Zé Rainha é um mito."*[8]. Outro exemplo claro dos intentos de articulações realizadas por Rainha se expressaram também na realização do "Ato em Defesa da Reforma Agrária" pela realização dos movimentos e sindicatos: MST; FERAESP; MTST; STR; CUT; Sind. dos Metalúrgicos do ABC; Sindicato dos Químicos do ABC; Sind. dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região.Outro ponto em destaque é que nos acampamentos, inclusive em alguns que são de outros movimentos tal como aponta Sobreiro Filho (2013) sobre o abandonado do MTST em Presidente Epitácio, acima da bandeira do MTST havia uma bandeira do MST. Enfim, destaca-se que a bandeira do MST usada pelo MST da Base predomina em relação aos demais movimentos agregados, ou seja, o MST da Base além de estar em um outro patamar exerce um papel centralizador entre os movimentos. O mesmo pode ser notado nos apontamentos de Milton:

> Óia, pra todo mundo, o Zé Rainha é um mito, pra o assentado, pra todo mundo, o pessoal gosta muito. O cara, onde você for e fala em movimento é Zé rainha. Não tem João Pedro Stedile, não tem outras pessoas. "A em ai os membros, a o Miltão, o Lino" é segunda instância já o Zé é o cabeça. Pra nós até, eu sou liderança de movimento e não devia ta gavano Zé Rainha,

[8] Entrevista realizada com Milton David da Silva – Liderança do MTST e MAST no dia 24 de novembro de 2012.

> mas eu a aprendi a luta com ele. Então eu posso dizer assim que ele é uma pessoa que vai ter o respeito pro resto da vida minha de luta né, que a gente aprendeu tudo que faz hoje. E a gente quando fez o assentamento aqui em cima muitas vezes mandava pessoas deles pra ca pra poder fazer assentamento aqui comigo. Eu gosto muito da pessoa dele, trabaiemo junto, a gente luta e é como se tivesse num movimento só. O meu movimento dentro do MST é com o Zé e não com o João Pedro Stédile. É a mesma coisa que tivesse um movimento só. Então quando ele faz as reunião, convida a gente, põe gente nos ônibus, o povo nosso e leva pra la também. Então a gente sempre está em contato né, toda semana a gente entra em contato e se comunica. Então é extremamente importante. E pensa em avançar, ele só pensa em avançar. Eu falo "Zé não tem mais povo, só se for nós mesmo, o povo não vai mais pra luta, o povo ta com medo". Tem medo da demora, de ficar num barraco 10 anos. Não é pistolagem não, a terra não sai mais. (ENTREVISTA REALIZADA COM MILTON DAVID DA SILVA LIDERANÇA DO MTST E MAST NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2012)

Uma tipologia de movimentos socioterritoriais: formas de luta e resistência, poder e lideranças

A história da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses no Pontal do Paranapanema não é homogênea. As diferentes posturas político-ideológicas dos movimentos testemunham a diversidade da luta. No entanto, não podemos reduzir tal diversidade somente a ocorrência de dissensões, pois determinados sujeitos foram fundamentais tanto no processo cizônio quanto na vinculação ou formação desta postura político-ideológica. Neste sentido, chamamos a atenção para a necessidade de se entender o papel e também o perfil das lideranças como sujeitos importantes para se compreender a postura político-ideológica e tão logo os diferentes tipos de movimentos que existentes e que existiram no Pontal do Paranapanema, além do fato de que em muitos casos as dissensões são também uma questão ligada às lideranças. Assim, tentamos aqui avançar com a finalidade de contribuir para entender não somente os diferentes perfis e/ou faces, mas também a flexibilidade e extensão conceitual de movimento socioterritorial.

Tipologia de movimentos socioterritoriais

Apesar de terem muitos aspectos em comum, os movimentos socioterritoriais que atuam ou atuaram no Pontal do Paranapanema apresentaram posturas, comportamentos e estruturas diferenciadas. Obviamente que houveram movimentos que dissindiram, mas continuaram lutando entorno de uma mesma causa. No entanto, outros movimentos apresentaram claramente uma diferenciação político-ideológica. Destaca-se que no contexto do Pontal do Paranapanema nem todos os movimentos foram sujeitos revolucionários, mas que todos lutaram ou realizaram algum tipo de transformação com significativos desdobramentos benéficos para uma parcela segregada da sociedade. Assim, entendemos a necessidade de não tratar o diferente como igual, pois tal tratamento simétrico nos distanciaria ainda mais de uma aproximação da compreensão da realidade.

Quase todos os movimentos do Pontal do Paranapanema surgiram de dissensões do MST ou de dissidentes do MST, ou seja, o MST se destaca como o movimento matriz da maioria das dissensões e dos dissidentes. Além de ser o movimento matriz, o MST se sobressai também por ser a referência para todos os movimentos, sobretudo, na formação de suas identidades. Podemos notar mais claramente a forte referência do MST no surgimento do MAST, MUST e MTST visto que eles se definiam/identificavam tendo o MST como base e evidenciavam que queriam ser diferente do mesmo, ou seja, não queriam ser como ele por desaprovar suas ações e ideais. Neste sentido, destaca-se também que o MST era o único que de fato tinha um projeto político e discurso socialista e uma prática

mais enfrentativa na região. De fato, observa-se que o MST segue mantendo o seu projeto político e discurso revolucionário e, portanto, muito se difere dos demais movimentos.

> Na verdade, o MST tem o objetivo muito claro, quer dizer, nós temos um processo de luta. A luta pela reforma. Temos muita clareza na bandeira de luta pela reforma agrária. No entanto, o MST tem uma ideologia. A gente faz a luta, busca a organização com o objetivo muito claro de fazer a transformação da sociedade. A gente quer construir uma outra sociedade, outros referenciais do ponto de vista econômico, social, político e cultura. A maioria dos casos de surgimento de outros movimentos é porque tem outros objetivos, são objetivos reformistas, são objetivos pessoais, personalidades, pessoais enfim. Essa é a diferença. A onde está a diferença do MST com os outros movimento que acabou surgindo é que o MST tem em seu fundamento um objetivo muito claro, a gente quer construir uma revolução socialista, a gente quer construir uma outra sociedade e certamente os outros movimentos não tem esse objetivo. Então não se trata de divergências de grupo nem de divergências pessoais, se trata de divergências de projeto, de diferenças de projeto político. Permanece no MST aqueles que adotam, que identificam um projeto político que leva a uma revolução pela classe trabalhadora em busca de uma outra sociedade. (ENTREVISTA COM LIDERANÇA ESTADUAL DO MST, DELWEK, DEZEMBRO DE 2010)

Assim, caracterizado por ser um movimento de massa com forte influência marxista-leninista, o MST, em seu discurso e projeto político, visa a construção literal de uma nova sociedade com outros referenciais econômicos, políticos, culturais, etc. ou seja, uma transformação revolucionária. Como apontamos anteriormente tais características foram os reais imperativos que levaram os demais movimentos tanto se diferenciarem traçando novos e diferentes objetivos quanto também se apropriarem das formas de fazer a luta, construir sua identidade, desenhar suas bandeiras, organizar os acampamentos e as famílias em acampamentos, marchas e construir um projeto político ou não.

Diferentemente, o MAST se assemelhou claramente à estrutura de uma instituição, sobretudo, no cumprimento com os ditames legais que legitimam uma instituição. Sua base tanto político-ideológica quanto financeira[9] foi importada da SDS e do PSDB. Além de tais financiamentos, alguns pontos caracterizavam o MAST como uma movimento institucionalizado de inclusão precária do agricultor ao capital, tal como: pessoa jurídica; estatuto social; recebimento de verbas governamentais destinadas diretamente par ao movimento; os ideais reformistas; etc. No entanto, apesar de ter sinalizado uma grande vantagem de ordem financeira para o MAST após ser abandonado pela SDS e PSDB foi também característica que possibilitou um forte e agressivo processo de criminalização. De um lado, para os fundadores e lideranças, pode ser tanto uma instituição quanto um movimento socioterritorial, para os integrantes acampados pode ser só visto como um movimento, para o judiciário pode ser uma instituição visto a finalidade processual, para a imprensa pode movimento, etc. Claramente, é um movimento socioespacial e ao mesmo tempo instituição multifacetada, ou seja, mescla características de ambos aos mesmo tempo que compreende contradições crônicas referentes à suas respectivas matrizes genética. Assim, o MAST seria então um sujeito político híbrido que como ônus de seus referenciais estruturantes estivera destinado a carregar perpetuamente as contradições expostas pela relação movimento socioterritorial X instituição.

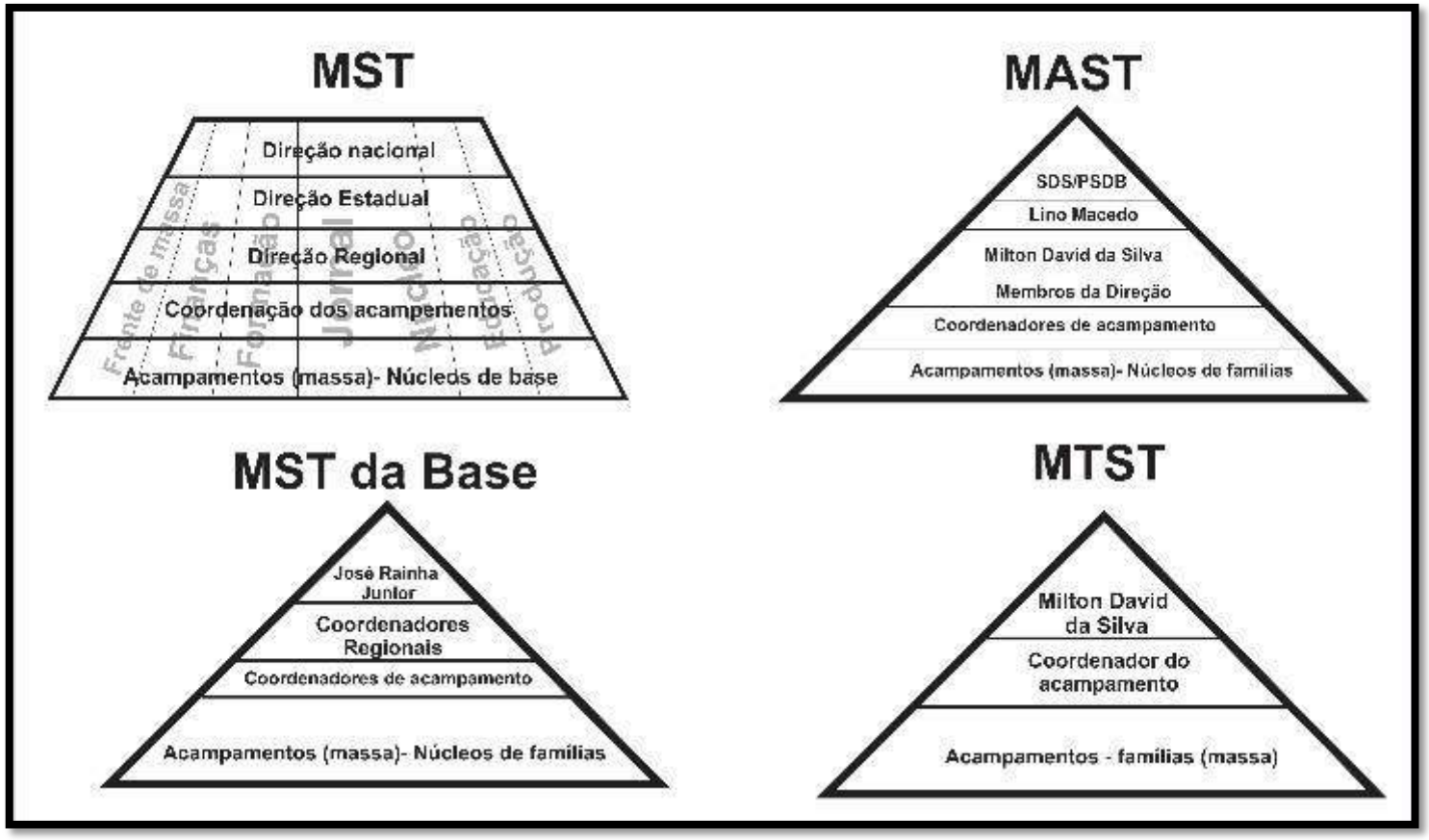
O MST da Base, conforme apontado anteriormente, é caracterizado pela centralidade e personalismo da figura de José Rainha Junior. Indubitavelmente a figura de José Rainha Junior se destaca mais que a do próprio MST da Base em todos os sentidos, tal fato deve-se tanto à sua trajetória de luta, reconhecimento como um mito e também

[9] Diferentemente dos demais movimentos que muitas dificuldades tiveram por conta dos implicativos de ordem financeira o MAST tinha muitas vantagens devido à proximidade com o governo e partido.

quanto a sua postura de dinamizar a luta[10]. Seu projeto político é reflexo de sua proximidade com o governo PT e também se deve à trajetória de Rainha com o partido. Em termos claros, o MST da Base e, portanto, o Eixo MST da Base destaca-se como um movimento a reboque de uma liderança (figura 1).

[10] É comum o reconhecimento de José Rainha como um visionário visto que sempre tentou encontrar novas alternativas para a produção nos assentamentos e também na luta dos acampamentos.

Figura 1 – Pontal do Paranapanema – Estrutura dos movimentos socioterritoriais camponeses



Além das estruturas bem diferenciadas, a forma de organizar o seu território também é um ponto marcante nos movimentos que os distinguem significativamente. Podemos observar a organização espacial e os reais desdobramentos de sua postura político-ideológica no território. Novamente a realidade nos remete à identificação de dois polos são bem claros. Muitos são os projetos de ambos os lados, sendo trabalhos tais como agroecologia, agricultura orgânica, piscicultura em tanques, farinheiras, etc. No entanto, dentre uma ampla diversidade de projetos destacam-se alguns e cooperativas maiores. De um lado tem-se o MST com a COOCAMP - Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal Ltda. - que mesmo com muitas dificuldades e problemas jurídico-administrativos ainda tenta organizar uma parcela da produção e lutam por políticas públicas tais como o PAA- Programa de Aquisição de Alimentos, e do outro lado tem-se o Eixo do MST da Base com a FAAFOP - Federação das Associações dos Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista- e com o projeto da Cooperbioeste que segue mais ativamente em projetos próximos do governo.

Obviamente que não nos cabe aqui realizar uma leitura crítica e mais profunda sobre ambas as cooperativas, mas obviamente é importante destacar que ambos os movimentos têm se preocupado em promover o desenvolvimento territorial nos assentamentos. No entanto, o foco de ambos os lados, apesar de convergirem em alguns momentos, tem apresentado algumas grandes divergências. No Pontal do Paranapanema o MST tem avançado significativamente no sentido de aproveitar políticas de fortalecimento da produção nos assentamentos e aumentar a cota de venda tal como acontece com o PAA. Muitos tem sido os intentos e planos de avançar no sentido propositivo, pois o movimento tem destacado com frequência a necessidade de se propor políticas públicas que possibilite o desenvolvimento da produção que não seja hierarquicamente imposta e também possibilite a venda de alimentos de qualidade por preços justos. Neste sentido, visto o significativo avanço no setor da educação, o movimento vem formando com graduação assentados e lideranças, sobretudo em universidades públicas, que tem atuado no sentido de criar mais condições de avançar resolvendo os principais problemas dos movimentos, tais como o desenvolvimento territorial, elaboração de projetos e políticas, a criminalização das lideranças, etc.

O Eixo MST da Base tem atuado no sentido de agregar renda aos assentados. A produção de Biodiesel, focado na produção de mamona e pinhão-manso, é a sua principal bandeira na região e, portanto, se destaca em relação às demais ações. A proximidade de José Rainha Junior com o governo PT foi a peça principal na veiculação do início da expansão do biodiesel na região desde de 2007. Assim, o Eixo do MST da Base pôde avançar e se beneficiar tanto de um momento de expansão do biodiesel quanto da proximidade de Rainha com o governo. A criação da FAAFOP se destaca também como a instituição que possibilitaria a veiculação legal de recursos. Contudo, o projeto passou a sofrer alguns constrangimentos a partir de 2010 sendo inclusive capa de jornal com a manchete "*Programa para produção de biodiesel fracassa no Pontal*" e a notícia "*Biodiesel no Pontal: do sonho à desilusão*"[11]. Apesar das notícias o que, de fato, impactara e, portanto, prostrou-se como decisivo no constrangimento da produção de biodiesel na região foi as acusações de desvio de verbas e também a prisão de José Rainha Junior.

Observa-se que ambos os lados, FAAFOP e COOCAMP, tem visado e se articulado para organizar e promover o desenvolvimento territorial nos assentamentos, a produção e comercialização. Outro ponto de destaque é que ambos os lados se centraram tanto na veiculação de recursos quanto na utilização de políticas públicas. Tal destaque deve-se também ao fato de que muitos movimentos não conseguiram avançar no sentido de conseguir promover e organizar a produção nos assentamentos, tal como ocorreu com o MAST e com o MTST que tiveram muitos problemas em atuar dentro dos assentamentos, sobretudo, por falta de reconhecimento das lideranças pelos assentados, fato que implica em reduzida atuação em alguns casos. Tais circunstância somada às dificuldades tanto do

[11]Ambas as notícias foram publicadas no jornal Oeste Notícias do dia 16 de maio de 2010. Sendo a primeira notícia na capa e a segunda na página 2.2-2.3.

MAST quanto do MTST em avançar para além da luta pela terra nos serve como ponto para pensarmos sobre a tipologia de movimentos socioterritoriais, ou seja, quais as formas de controle, gestão, organização e luta no e pelo território que distinguem os movimentos. Dentre uma diversidade ampla destacamos quatro estágios que consideramos serem os mais importantes e que também nos ajuda a diferenciar um movimento socioterritorial do outro, tais como:

- Luta pela terra;
- Organização dos assentados na luta por condições melhores para o assentamento;
- Organização da produção com melhores condições de produção e viabilização da comercialização em feiras, mercados e políticas públicas;
- Elaboração/proposição, participação e questionamento de políticas públicas, disputando o Estado;

Obviamente que nem todos os movimentos realizam a luta, controle e gestão em todos estes quatro estágios. Destaca-se nesse sentido o MTST como um movimento que realiza de maneira muito tímida apenas a luta pela terra enquanto o MST, como uma estrutura mais complexa, que realiza todos os estágios. Enfim, tais elementos nos remetem à questão central apontada aqui no início que é de não tratar o diferente como igual e, portanto, essa visão que considera tanto a luta pela terra quanto a luta na terra é fundamental para entendermos os movimentos em sua diversidade.

O perfil e papel das lideranças

A atualidade da luta pela terra no Pontal do Paranapanema é compreendida por elementos muito distintos das décadas anteriores. Apesar de algumas lideranças serem muito conhecidas e também reconhecidas nacional e internacionalmente, visamos destacar alguns pontos ainda não apresentados sobre sua importância e atual condição na luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Diferentemente de Turatti (2005) que apresentou uma leitura antropológica interessante sobre "hierarquia, poder e submissão" em determinado acampamento do MST com foco nas lideranças que coordenadoras de acampamento, realizaremos aqui uma leitura sobre as principais lideranças atuantes na região com destaque sobre os movimentos MTST e MST da Base.

Em geral, os grandes movimentos socioterritoriais/sociais e transformações no mundo contaram, foram iniciadas e/ou organizadas também por grandes lideranças e personagens importantes e a história da Luta Pela Terra no Pontal do Paranapanema, como uma região destacada na luta, não foge a regra. No entanto, a condição de algumas lideranças, sobretudo as personalistas, ainda é uma questão anuviada, também polêmica e curiosa, pois alcançaram o patamar de importantes agentes na luta. É justamente por conta de sua importância e, mais especificamente de algumas lideranças, que conseguem carburar os principais elementos que compreendem a questão agrária com um potencial transformador embotado de argumentos políticos, sociais, ambientais, etc., e dar propriedades combustíveis e às suas ações e lutas.

No Pontal do Paranapanema tem-se uma realidade de tamanha expressão de algumas lideranças na luta pela terra que é comum, conforme apontado anteriormente, que, com exceção ao MST da região, os demais movimentos são referenciados por lideranças. É recorrente em sua história atribuir aos movimentos dissidentes a figura de um sujeito, dentre as muitas denominações repetem-se : "MAST do Lino Macedo". "MAST do Miltão" ou "MAST do Milton", "MST do Zé Rainha", "MTST do Milton" ou MTST; etc. Não é estranho atribuírem um movimento a uma determinada liderança. Tal fato ocorre tanto por conta das muitas dissensões quanto também por um papel de destaque e reconhecimento imposto ou popularmente atribuído. Tão comum quanto referenciar um movimento a uma liderança é também o apego a determinada liderança em detrimento de determinado projeto político ou sequer a existência de um. Este processo reflete claramente em um desapego político-ideológico dos acampados, visto que muitas vezes o elemento decisivo na escolha da

liderança/movimento é a chance deste(s) oferecer a curto prazo melhores condições de vida, ser assentado, produzir, comercializar, etc. De fato, ocorre uma valorização das - Vantagens - de estar no acampamento de determinada liderança/movimento em detrimento do apego político ideológico, fato que repercute e também reflete o intenso processo de despolitização da massa que luta pela terra na atualidade, ou seja, o personalismo e sua valorização tem sido elemento altamente despolitizante na luta pela terra por atacar e não possibilitar um estado de consciência de si e também coletiva de modo que evite o estranhamento.

Todo o nosso percorrido nos permite afirmar que as lideranças têm papel decisivo e fundamental na luta pela terra. Sendo assim, tem também grande valor e poder simbólico. Conforme apontamos José Rainha Junior é tido como um mito, é respeitado e admirado por lideranças de outros movimentos, inclusive algumas do MST tanto em São Paulo quanto a nível nacional, é visto como um revolucionário que chega ao ponto de ser comparado a Che Guevara por alguns acampados e, portanto, representa a esperança para muitos sem-terras e assentados. Não é por menos que a liderança consegue mobilizar grande número de famílias e de ocupações, ampliar o leque de alianças, conseguir apoio do governo federal, chamar atenção da mídia ainda que afastado das instâncias do MST, criar projetos no setor produtivo, etc.

Portanto, visto tal realidade, que chamamos a atenção para pensarmos a importância, significado e poder de uma liderança. Assim como ocorre com os movimentos socioterritoriais que tem uma tipologia, a diferencialidade entre elas também é uma questão importante a se pensar e analisar as lideranças para não se tratar o diferente como igual.

O destaque de Rainha, conforme apresentado anteriormente, remonta à toda sua luta desde o período do MST quando começou a se destacar nacional e internacionalmente. Contudo, apesar de haver um grande destaque de Zé Rainha, ainda em sua atuação no MST a estrutura tinha instâncias que lidavam e trabalhavam com tal condição no sentido de segurar/frear o avanço e risco de um personalismo mais generalizado e da concentração de poder. Todavia, denota-se que o MST da Base não consta com tais instâncias diretivas que posam frear tal circunstância. Ou seja, no MST da Base José Rainha prostra-se como o núcleo e cabeça do movimento, tanto que durante seu período de cárcere o movimento enfrentou o recesso e a inércia. Tal fato, em suas expressões reais, se reflete na perda da dinâmica do movimento visto que está nitidamente dependente da existência, participação e também das ações e decisões tomadas pelo mesmo (SOBREIRO FILHO, 2013).

Neste sentido, pode-se afirmar com clareza também que muitos dos acampados e envolvidos na luta promovida do Eixo do MST da Base não se identifica diretamente com o movimento, mas sim com a liderança por conta de sua trajetória de luta e conquistas, assim apostando nele para alcançar melhores condições de vida. Sob outros olhos tal processo denota também uma clara relação de dependência na figura de Rainha destacando-o como essência do Eixo e do movimento. Em termos claros, sem sua presença o MST da Base assumiu a condição contraditória de um movimento parado. Tais circunstâncias nos remetem também a um importante e polêmico questionamento a se pensar "O que, como e se seria o MST da Base um movimento sem José Rainha?". Novamente remontamos ao período de cárcere, visto que foi também uma amostragem da resposta à esta questão.

Além dos muitos questionamentos e das criticas referentes tanto ao personalismo quanto à despolitização da luta, outra interpretação possível quanto a relevância do papel de uma liderança no tempo histórico é que podemos mirá-lo também como um visionário com base não somente na luta[12] que conseguiu realizar e amplificar como também no fato de ter incorporado e assimilado muitas das inúmeras críticas feitas ao MST. Nesse sentido, um dos nossos questionamentos, ainda não respondido, é "A postura de José Rainha Junior não seria, em partes, a postura crítica tão esperada de José de Souza Martins em sua obra

[12] Destaca-se não somente por ter sido uma das poucas dissensões do MST que logrou crescimento e reconhecimento na luta pela terra, mas também por conseguir ir muito além das expectativas e por atuar em áreas ainda pouco exploradas.

Reforma Agrária: O Impossível Diálogo?". Acreditamos que em partes sim, mas muitas outras questões somente o tempo nos permitirá uma análise ainda mais precisa.

Outra trajetória que muito contribui para pensarmos e avaliarmos a condição e importância das lideranças nos movimentos é a de Milton David da Silva. Formado no MST, importante liderança no MAST e principal liderança do MTST, Milton se destacou pela criação do MAST Estadual, do MNF - Movimento Nova Força e do MTST e também pela sua intensa atuação com os movimentos na região. Alguns elementos e processos atrelados à imagem e história de Milton são importantes e devem ser considerados, tais como: apadrinhamento; intento de expansão dos movimentos; personalismo; criação de novos movimentos para cumprir algumas demandas; etc. Destacamos a princípio que, conforme apontara em entrevista, adotara como estratégia a criação de alguns movimentos tanto para conseguir se desvencilhar da imagem pejorativa e, portanto, driblar em partes a criminalização da luta pela terra quanto também para conseguir algumas demandas dos acampamentos como, por exemplo, cestas básicas. Neste sentido que surgiram movimentos como o MNF e o MTST. Outro ponto interessante foi a tentativa de criar movimentos a nível Estadual e Federal, visto que são tanto mais visíveis quanto também, pela ampla representação, permitem chamar mais a atenção e, portanto, aumenta as chances de algumas conquistas.

Contudo, o que mais nos chama a atenção neste caso é a necessidade de uma liderança para a movimentação/dinâmica da luta e alcançar melhores condições para os acampamentos, assentamentos e sua conquista. Mais uma vez o acampamento Lagoinha é exemplo pictórico, pois visto que enquanto estivera sem bandeira buscou a pessoa de José Rainha Junior para se somar a sua luta. Todavia, como não conseguiram se vincular à Rainha tentaram contato com Milton, que por sua vez estabeleceu contato e o “apadrinhou”. Tal fato, destaca dois pontos centrais e complementares que são muito importantes para se compreender o papel e também a diferencialidade das lideranças. Primeiramente a necessidade de uma liderança para o acampamento deve-se ao fato de que esta viabiliza algumas necessidades e também representa esperança de melhores condições para o mesmo. Assim, a aproximação de Milton toma formas de apadrinhamento do acampamento[13] e alguns acampados assim reconhecem o acampamento como *"aqui é um acampamento do Milton"*, fato que reforça o caráter personalista[14]. O segundo ponto deve-se à prioridade do apadrinhamento, em que destacou-se José Rainha Junior como a liderança em foco e Milton David da Silva como a liderança secundária.

Liderança e poder

Não nos preocupamos aqui em ousar fazer uma genealogia do poder nos movimentos socioterritoriais do Pontal do Paranapanema. No entanto, também não podemos deixar passar despercebido aspectos importantes da trama histórica da luta pela terra e dos principais sujeitos que sob um olhar crítico expressam claras relações de poder. Deve-se ficar claro que nos ateremos em uma discussão sobre poder não no âmbito da luta de classes, mas nos ateremos a alguns pontos específicos em uma escala micro, ou seja, na escala dos movimentos socioterritoriais camponeses do Pontal do Paranapanema. Nesse sentido, valemo-nos de grandes contribuições tais como a de Foucault para pensarmos seriamente sobre a questão do poder e das lideranças nos movimentos.

Vistas as nossas necessidades, Foucault tem grandes contribuições por nos oferecer um referencial que permita entender o poder não somente no sentido de uma supraestrutura e da luta de classes com forte destaque da economia-política como podemos também identificar pelo seu especial destaque nas reflexões de Marx, mas no contexto das microrrelações e também no fato de o poder, de maneira multifacetada, estar em toda parte

[13] A veiculação da cesta básica é ponto mais destacável do interesse dos acampados na relação com Milton.

[14] Neste sentido também é interessante destacar que muitos acampados mal se reconhecem como parte do movimento, mas sim como atrelados à figura da liderança.

e, portanto, em todas as relações que compreendem o nosso tecido social. Ou seja, o poder habita cada sujeito e está presente em todas as relações, e não somente na supraestrutura. Ainda neste contexto, visando não reduzir nossa abordagem sobre poder e liderança à uma análise diminuta e, sobretudo, maniqueísta destacamos uma passagem de Foucault que muito contribui para identificar não somente a transversalidade, mas também o poder como um combustível que maquina e dinamiza a tessitura social:

> O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função de reprimir. (FOUCAULT, 2012, p. 45)

Neste mesmo sentido incorporamos a discussão de Balandier por destacar claramente alguns desdobramentos importantes promovidos pelas relações de poder e até mesmo sua necessidade:

> "El poder político organiza la dominación legítima y la subordinación y crea una jerarquia que le pertenece"[...]
> Esta relación se inpone en tanto que hecho - el devenir histórico de las sociedades políticas la pone de manifiesto - y en tanto que necesidad lógica, el poder resulta de las disimetrías que afectan las relaciones sociales, mientras que éstas crean la distancia indispensable al funcionamiento de la sociedad. (BALADIER, p. 1976, p. 91)

A concepção de Balandier avança no sentido de evidenciar o aspecto político. Somando esta mirada com a concepção de Arendt (2009) que tanto toca e foca na pluralidade dos homens e, portanto, no princípio da diversidade identificamos claramente o contraste entre a necessidade da existência do poder e a opressão. O economista keynesiano Galbraith muito acrescenta nesse sentido em sua obra "Anatomia do poder". O autor apresenta o poder em três feições, sendo elas: o poder condigno, caracterizado pelo caráter punitivo; o poder compensatório, em que a submissão é recompensada, sobretudo, pecuniariamente; e o poder condicionado que está mais ligado à uma subordinação obscura que acarreta na mudança de convicções tais como crenças, etc., tal como foi operado por governos capitalistas e socialistas. Outro ponto de destaque é que Galbraith atribui o exercício do poder a três fontes principais, sendo elas: a personalidade; a propriedade; e a organização. Apesar deste amplo leque, emprestaremos somente uma parte das reflexões visto a real conjuntura das lideranças no Pontal do Paranapanema. A proposição de Galbraith quanto ao poder compensatório comunga com parte significativa de nossas afirmações até o momento.

> O poder compensatório, em contraste, conquista submissão oferecendo uma recompensa positiva - proporcionando algo de valor ao indivíduo que assim se submete. Em um estágio anterior do desenvolvimento econômico, como ainda hoje em economias rurais elementares, a compensação assume diversas formas, inclusive pagamentos em espécie e o direito de lavrar um pedaço de terra ou dividir o produto das terras do senhorio. E, da mesma forma como uma repreensão pessoal ou pública é uma forma de poder condigno, o elogio é uma forma de poder compensatório. Entretanto, na economia moderna, mais importante expressão do poder compensatório é, sem dúvida, a recompensa pecuniária - o pagamento em dinheiro por serviços prestados, o que vale dizer, pela submissão aos objetivos econômicos ou pessoais de outros. Quando transmitir um significado mais adequado, usaremos a expressão pagamento pecuniário. (GALBRAITH, 1984, p. 5)

Contudo, transpondo para o plano da discussão, troca-se a recompensa pecuniária pela conquista de um lote, pela recuperação da dignidade, por alcançar um patamar mais elevado, melhor qualidade de vida, etc. A personalidade e organização são duas das três fontes de poder também se destacam em nosso estudo. Contudo, chamamos a atenção, sobretudo, para o papel da liderança, que na concepção de Gaibraith:

> A personalidade - liderança, na linguagem comum é a qualidade do físico, da mente, de oratória, de firmeza moral ou de qualquer outra característica pessoal que dá acesso a um ou mais instrumentos do poder. Nas sociedades primitivas, este acesso era aberto através da força física para o poder condigno; permanece ainda hoje uma fonte de poder em algumas famílias ou comunidades de jovens para o homem mais forte e musculoso. Entretanto, nos tempos modernos a personalidade está primordialmente associada ao poder condicionado - à aptidão em persuadir ou gerar crenças. (GALBRAITH, 1984, p. 6)

E

> A palavra *líder*, na sua acepção comum, é ambígua e deveria ser entendida como tal. O líder pode ser exímio na arte de conquistar a submissão de outros aos seus propósitos. Mas na interpretação cotidiana, no mais das vezes é apenas um perito em identificar para a multidão os próprios objetivos dela. (GALBRAITH, 1984, p. 45)

Somada não somente à capacidade de reconhecer as demandas sociais tem-se também a potencial de resolvê-las e o histórico de conquistas, por parte de algumas lideranças, das demandas coletivas. É justamente nesse sentido que conseguimos transpor a contribuição de Galbraith para o contexto do perfil de algumas lideranças de movimentos dissidentes do Pontal do Paranapanema, pois esta conjuntura somada a demais elementos, tais como as condições de miséria, o desejo de reinserção e a reconquista da dignidade, o reconhecimento e própria mitificação de algumas lideranças, etc. que evidenciam, sobretudo no crescimento, reconhecimento, atuação e na estrutura dos acampamentos e estrutura organizativa da produção, as reais faces do poder centrado nas mãos de algumas lideranças. Como importante elemento que viabiliza tal conquista e também potencializa a condição das lideranças em relação ao poder tem-se a organização. Galbraith aponta:

> E outros. A verdadeira medida do poder de um líder pode ser julgada pela sua capacidade de persuadir seus seguidores a aceitarem as soluções que propõe para os problemas deles, a aceitarem os caminhos que abre para as metas deles.
> Como a personalidade age em íntima conexão com a sua clientela, é inevitável que uma estrutura se desenvolva. O político acaba possuindo o que se denomina uma organização ou, se a estrutura tornar-se notavelmente sólida, uma máquina. O líder sindical eficaz organiza um sindicato forte; o homem de negócios competente, uma empresa bem administrada; o líder religioso, uma igreja e uma congregação. A personalidade invariavelmente procura o reforço da organização. (GALBRAITH, 1984, p. 46-7)

Tomando como referência tal contribuição destacamos que, a grosso modo, há três perfis de lideranças encontradas atualmente na região do Pontal do Paranapanema e que expressam formas distintas tanto de lidar com o poder quanto de exercê-lo e dividi-lo ou não:

- Lutam coletivamente dentro de uma estrutura organizada onde o poder e as decisões são mais pulverizadas e divididas um grande quadro de lideranças
- Lutam coletivamente, mas destacam-se como centralizadoras e personalista de modo que mesmo contando com demais lideranças para a realização da luta, sobretudo na parte operacional, as tomadas de decisões concentram-se na sua

pessoa, fato que também pressupõe a existência clara de uma estratificação inclusive entre as lideranças;

- Lutam coletivamente, mas estão subordinadas à uma centralidade, participando mais da parte operacional do que da parte estratégica e política;

Neste sentido, é importante destacar que apesar de haver uma ideia de que em muitos casos o poder de determinadas lideranças ocorreria de maneira obscura, mascarada e até mesmo desconhecida por muitos dos acampados dos movimentos, afirmamos que é justamente às avessas. Muitas das posições e dos perfis de algumas lideranças são tanto reconhecidas pelos acampados e vinculados quanto também reforçados pelos mesmo, ou seja, o vínculo com determinadas lideranças deve-se justamente pela sua condição. Tal condição casa diretamente com o apontamento de Foucault:

> Imediatamente surge uma questão: como é possível que as pessoas que não têm muito interesse nele sigam o poder, se liguem estreitamente a ele, mendiguem uma parte dele? É que talvez em termos de *investimentos*, tanto econômicos quanto inconscientes, o interesse não seja a ultima palavra, há investimentos de desejo que explicam que se possa desejar, não contra seu interesse - visto que o interesse é sempre uma decorrência e se encontra onde o desejo o coloca - mas desejar de uma forma mais profunda e mais difusa do que seu interesse. É preciso ouvir a exclamação de Reich: não, as massas não foram enganadas, em determinado momento elas efetivamente desejavam o fascismo! Há investimentos de desejo que modelam o poder e o difundem, e que fazem com que o poder exista tanto no nível do tira quanto do primeiro-ministro e que não haja diferença de natureza entre o poder que exerce um reles tira e o poder que exerce um ministro. É a natureza dos investimentos de desejo em relação a um corpo social que explica por que os partidos ou sindicatos, que teriam ou deveriam ter investimentos revolucionários em nome dos interesses de classe, podem ter investimentos reformistas ou perfeitamente reacionários a nível do desejo. (FOUCAULT, 2012, p. 139-0)

Salvas as especificidades da comparação com o exemplo de Foucault, sobretudo pelo aspecto pejorativo, destacamos que há uma massa consciente e interessada nestas relações de poder. Esta circunstância reforça nossos apontamentos de que em alguns casos a identificação pode ocorrer e estar ligada diretamente à imagem da liderança e não de um movimento. Contudo, muitas destas se apropriam das benesses de estarem articuladas em forma de uma organização. Neste contexto é fundamental trazer tal reflexão para o plano de uma organização. Galbraith aponta:

> Admite-se que a organização seja indispensável quando se busca o poder ou se necessita dele. É portanto da organização que provém a persuasão necessária e a consequente submissão aos seus propósitos. Mas a organização, como no caso do Estado, também tem acesso ao poder condigno - a diversas formas de punição. E os grupos organizados tem maior ou menor acesso ao poder compensatório, de acordo com a propriedade que possuem. (GALBRAITH, 1984, p. 7)

E:

> Indivíduos e grupos buscam o poder para promover seus próprios interesses, inclusive, e talvez principalmente, seus próprios interesses pecuniários. E para estender a outros os seus valores pessoais, religiosos e sociais. E também a fim de obter apoio para a sua visão econômica ou alguma outra visão social do bem público. (GALBRAITH, 1984, p. 8)

No entanto, destacamos aqui alguns pontos críticos relacionados à concentração de poder nas mãos de algumas lideranças, "movimentos" e movimentos. Pois, pode assim, ao

invés de um movimento socioterritorial/social tomar a feição de um grupo de pessoas arregimentadas por determinada pessoa/liderança que contém uma dinâmica de luta parecida com determinados movimentos socioterritoriais, no entanto sua estrutura política se difere muito do que se pensa ser um movimento socioterritorial pois pode tomar forma de uma massa movimentada por uma liderança e também ter uma dinâmica dependente da mesma. É evidente que toda liderança e todo movimentos socioterritorial tem poder e relações, no entanto o que nos chama atenção é a forma como se faz uso do poder, como se concentra e distribui ele ou não, como o poder pode descaracterizar a lógica de um movimento socioterritorial, etc. Ou seja, quais os riscos destas feições? Quanto a tal circunstancia aponta a liderança do MST[15]:

> Eu acho que essa postura é um atraso para a classe trabalhadora. E como eu já disse, o trabalhador só se identifica como classe em ações coletivas, em ações organizadas enquanto classe. Na medida em que tem um movimento que identifica numa pessoa, num líder, toda a experiência histórica da classe trabalhadora já mostrou que é um atraso. Quer dizer, a gente não pode se identificar quanto classe, construir e organizar a nossa luta a partir de pessoas, de indivíduo. Nós temos que ter claro o nosso projeto político, nosso projeto é coletivo e deve ser conduzido pela classe trabalhadora e se identificar como classe justamente a partir de ações coletivas. Então, o que eu diria é o seguinte, pra mim é um atraso. Atrasa a luta dos trabalhadores, atrasa a consciência dos trabalhadores no momento histórico. Então eu acho que esse é o grande prejuízo que esse tipo de movimento, que esse tipo de personalidade acaba trazendo para os trabalhadores. (ENTREVISTA COM LIDERANÇA DELWEK, DEZEMBRO DE 2010 - GRIFO NOSSO)

Obviamente que a crítica apontada deve-se à uma concepção de base marxista-leninista, contudo destaca-se a consciência de tal crítica e circunstância também compor o quadro de reflexões de um movimento. Neste sentido afirmamos que as guinadas e tomadas de decisões de um movimento na realidade pode ser apenas reflexo das escolhas de uma única liderança. Por outro lado, Galbraith aponta reflexão muito interessante que está relacionada além da crítica que se faz sobre a condição de uma liderança, no nosso caso personalista e centralizadora porque aponta também a questão do juízo de suas lutas, fato que desmonta um conjunto de argumentos e relega as críticas à desimportância:

> A linguagem cotidiana costuma lembrar as razões pelas quais se procura o poder. Se houver um vínculo estreito com os interesses de um indivíduo ou grupo, diz-se que o poder está sendo buscado para fins egoístas; se refletir o interesse ou as ideias de um número maior de pessoas, os envolvidos são considerados líderes ou estadistas inspirados. (GALBRAITH, 1984, p. 9)

Outra questão importante neste sentido é uma disputa entre as lideranças e que muitas vezes toma uma feição muito próxima de um jogo de vaidades tal como aponta o entrevistado *"É o problema. É igual a igreja, isso é política. É igual religião, cada um pensando em arrebanhar os seus, trazer o seu rebanho para si. é a mesma coisa. Eu vejo dessa maneira"* (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011). Esta crítica está associada ao fato de que ocorre em alguns casos, Lima (2006) identificou também em alguns movimentos dissidentes, o encastelamento de determinadas lideranças juntamente à uma estratégia de promoção social, ou seja, muitos acampados destacaram o fato de que algumas lideranças utilizam-se de tal "cargo" para benefício próprio. Destacamos isso por conta de que algumas lideranças concorrem para

[15] Destaca-se neste caso a existência de um quadro de lideranças para evitar a dependência, o personalismo e outras faces da concentração de poder.

cargos políticos tal como vereadores[16] e também o acampamento Lagoinha é expressão clara deste processo, conforme apontamos também anteriormente, e complementa:

> Sobre ocupações... Elas eram constantes e por que pararam de fazer ocupações?
> Porque acabou, saiu a bandeira do MST. Se nois tivesse com a bandeira do MST aqui as coisas teria melhorado. Mas como o seu Joaquim Ferreira Rabelo ali, esse burro... não vou falar um palavrão aqui, esse burro dos diabo. Ele inventa de fincar uma bandeira e depois não sabe nem para onde vai. O Zé Rainha, eu ouvi dizer, não tenho certeza que teve uma pessoa, que parece que era o Zé, que chegou ai e viu outra bandeira fincada ai, uma tal de movimento camponês. O Zé Rainha abandonou isso aqui e não voltou nunca mais. E o pessoal aceitou. O próprio acampado aceitou. Não protestou e não foi contra o que ele fez. Se eu tivesse aqui não tinha acontecido isso. Porque eu sempre puxei as confusão aqui, eu sempre assumi os B.O. e não tenho medo. Eu não tenho medo. Eu não tenho medo de abrir o verbo, chegar aqui e falar ó fulano você errou, você não pode fazer isso. O povo ta sofrendo ai. Você tem que lutar em prol do benefício de quem está sofrendo. Não em benefício de si próprio... é arrebanhar 500 ou 600 pessoas e falar eu quero 10 conto por cadastro. Dali a pouco bota cinco mil no bolso e, ou dez mil no bolso ou sei la quanto que é... (ENTREVISTA REALIZADA COM ACAMPADOS DO ACAMPAMENTO LAGOINHA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2011)

Neste mesmo sentido, outro ponto importante que reflete tanto às relações de poder quanto também ao conflito e um perfil diferenciado das lideranças é a falta de diálogo e a imposição das ideias de algumas lideranças, tal como aponta o acampado no acampamento Lagoinha:

> **Joaquim**: Quando vai aprofundar as conversas eles não aceitam. Eles não aceitam. Quando você quer atingir no miolo da ferida eles não aceitam. Eles querem simplesmente terem poder sobre o acampado. Quer que o acampado seja como eu falei, que balanguem o rabinho e vai atrás. Mas na hora que os acampado querem atingir no meio da ferida eles não aceitam. Agora por qual motivo eu não sei. Esse que eu não entendo qual é o motivo.
> **Não aceita ser questionado?**
> **Joaquim**: Não aceita você debater contra ele. Não aceita que você opine. Se você da uma opinião que seja favorável a eles beleza, se não é favorável você não serve. Eles falam que você tem que sair daí, você não presta para o movimento. Movimento é igual um trem passando pela pista ferrovia, cada cidade tem uma estação, cada estação sai gente, cada estação entra mais gente. O que eles falam é isso. Eles não reconhecem o que você fez a dez anos atrás, o que você tem sofrido durante esse tempo. (ENTREVISTA REALIZADA COM ACAMPADOS DO ACAMPAMENTO LAGOINHA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2011)

No entanto, além da via informal, que se expressa na recusa do diálogo e na imposição de algumas ideias, podemos notar tal realidade também nas novas estratégias que algumas lideranças têm se dedicado na região. A VDR - Vila dos Ribeirinhos, que em termos claros é a luta pela criação de uma fazenda tanque-rede e chácaras, é uma nova estratégia e a própria organização documental traz apontamentos claros de hierarquia e subordinação. Podemos ver tal realidade na figura 2 e 3.

[16] Milton David da Silva concorreu para o cargo de vereador, mas perdeu por conta da rejeição dentro dos próprios assentados do assentamento onde vive.

Figura 2 - Carteira de cadastro da Vila dos Ribeirinhos

Por fim, chamamos a atenção para um ultimo ponto que é destacar mais uma das faces do poder que envolvem a luta pela terra. Neste caso, relacionamos o poder de uma liderança no contexto das ações de um movimento. As palavras da liderança Milton conseguem expressar claramente vários dos elementos que discutimos até o momento, tal como a personalismo, organização, poder, etc. e portanto, destacamo-la pelo seu teor e a capacidade sensória:

> Enquanto eu não fiz o primeiro assentamento eu era meio assim. Mas depois que eu fiz o primeiro assentamento eu peguei gosto pela coisa. Você arrastar multidão. Uma vez nós fomos ocupar uma fazenda ali em Epitácio. É 17 km de Epitácio. Você acredita que quanto o primeiro carro chegou la na fazenda tava indo o ultimo de Epitácio, 17 km. Seiscentos e poucos carros, um na bunda do outro, ai você fala assim "a eu sou o rei". É gostoso, você falar assim "vamo pegar". É igual cachorro que ta com você, tudo que você educar eles vão.
> **Qual a sensação?**
> Ave Maria, de um poderoso. Dono do mundo. O que entrar aqui eu mato, eu esfolo, eu arrasto. O fazendeiro não mandava não. Nós chegava na porteira,"não, eu quero entrar" "não você vai ficar ai". E nós mandava. Não tinha lei pra poder proibir. Nós deixar ele entrar enquanto nós tivesse la dentro. Agora não, agora é o fazendeiro dentro e nós fora. "A ta ai dentro, então espera um pouquinho que você vai ter que assinar um papel, pois já vai pra cadeia é já". Ai nós foi desgostando né. Muitos processo... (ENTREVISTA REALIZADA COM MILTON DAVID DA SILVA LIDERANÇA DO MTST E MAST NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2012)

Figura 3 - Termo VDR e MTST

MTST-MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA

LUTA PELA REPARAÇÃO DO PASSIVO SOCIAL DA CESP

REASSENTADOS, FILHOS DE REASSENTADOS, SUCESSORES, RIBEIRINHOS E OUTROS

VILA DO PESCADOR

Me comprometo a colaborar com o movimento, acatar ordens, respeitar as regras, executar as tarefas a mim confiadas bem como promover de forma pacífica a aplicação de nossos ideais. Entendo que o descumprimento em todo ou em parte deste compromisso bem como consequência a declaração do LOTE VAGO a parcela a mim confiada, desobrigando o movimento de restituição de qualquer espécie.

ASSINATURA

MTST-MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA

LUTA PELA REPARAÇÃO DO PASSIVO SOCIAL DA CESP

REASSENTADOS, FILHOS DE REASSENTADOS, SUCESSORES, RIBEIRINHOS E OUTROS

VILA DO PESCADOR

GUARDE BEM ESTE CANHOTO, SOMENTE DE POSSE DELE VOCÊ BEM COMO QUEM O ACOMPANHAR PODERÁ ACESSAR O INTERIOR DA VILA, ENQUANTO ESTIVEMOS NUMA SITUAÇÃO CONTENCIOSO.
VERIFIQUE DIARIAMENTE OS AVISOS DE REUNIÃO DE COORDENAÇÃO E ASSEMBLÉIA NO ESCRITÓRIO DO MOVIMENTO E NUNCA FALTE ÀS ASSEMBLÉIAS

MTST
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Ailton David da Silva
Presidente Nacional

Considerações finais

O que se observa na luta pela terra é que nesse processo os dissidentes no Pontal do Paranapanema nada mais têm feito do que enveredar sentido à integração ao capital como, por exemplo, ocorreu com o MAST e na atualidade o MST da Base vem apresentando sinais do mesmo[17]. Contudo, destacamos que é fundamental colocar a

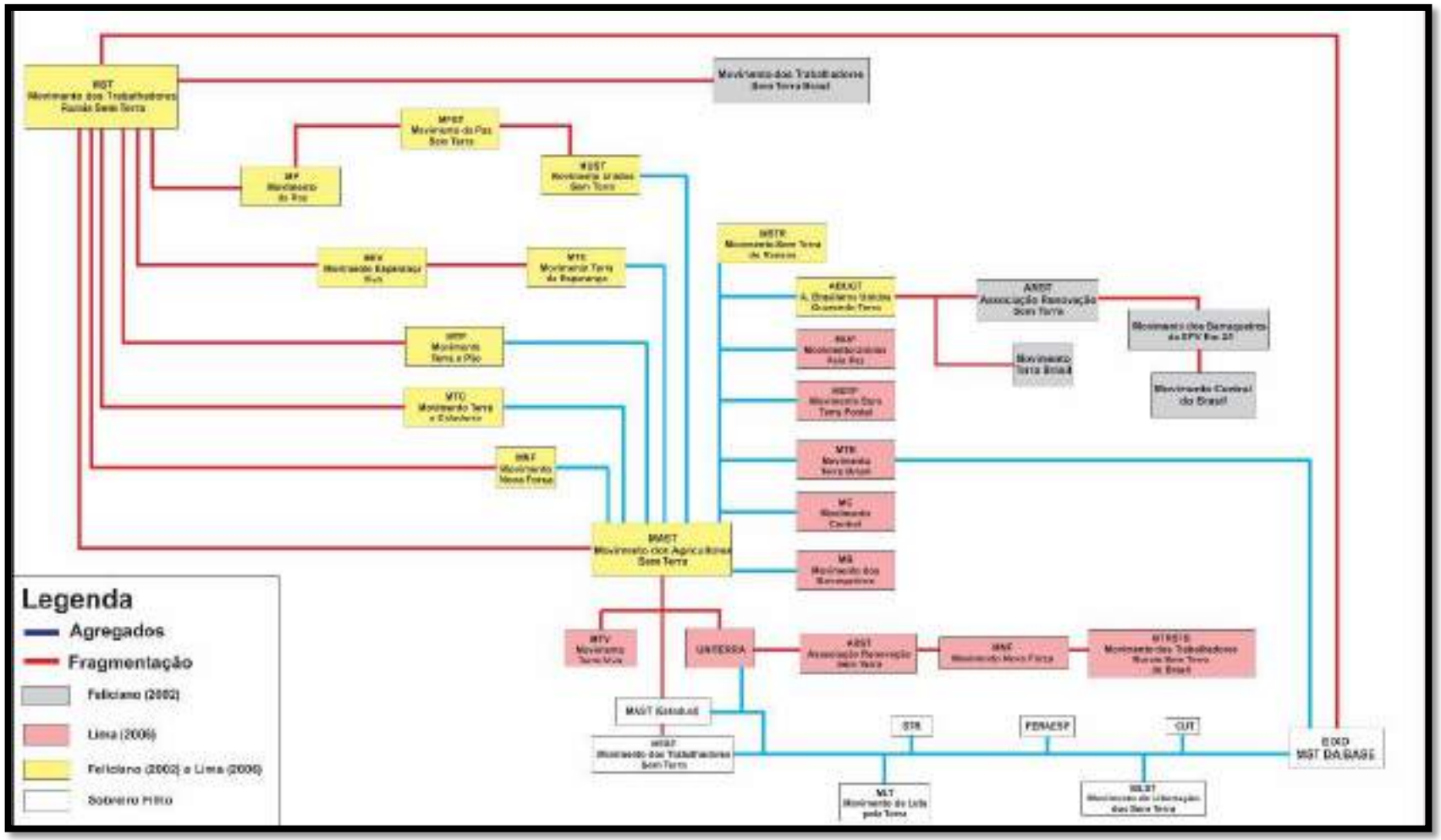
[17]Vale destacar que se o MST da Base carrega a ideia de não estar isolado, conforme afirma e debateremos mais a frente, deveria também se atentar aos seus companheiros de "luta" e se seria realmente uma luta ou um caminho para a alienação onde o capital continuará asseverando o camponês e os movimentos socioterritoriais. No entanto, para darmos conta desta discussão necessitaríamos de uma abordagem mais ampla e deveríamos ter como substrato uma discussão sobre a consciência, mas não nos ateremos aqui para não fugir dos objetivos e também da brevidade da pesquisa. Contudo, esta também é uma questão de extrema pertinência e que nos revela importantes elementos para confluirmos que a alienação ou o (leia-se também "um novo") processo, tanto no sentido da negação/falseamento de Marx & Engels(2006) quanto na de "visão de mundo" em Mannhein (1972), Konder (2002), Chauí (1982) e Löwy (2010), pode ter suas origens nos próprios movimentos socioterritoriais ou serem alteradas pelos mesmos. Apesar deste amplo debate, nos ateremos aqui à discorrer sobre o processo de dissensão nos e dos movimentos socioterritoriais evidenciando-o como parte importante para entendermos a dinâmica da luta pela terra e a sua diversidade político-ideológica. Este processo que para nós ainda é um questionamento é, também, acima de tudo, resultado de diferentes projetos políticos muitas

"dissensão" em questão para poder então compreender tanto seus motivos quanto também seus desdobramentos socioterritoriais. Ao remontarmos as dissensões identificaremos a história dos movimentos, as articulações políticas, as revira-voltas, etc., que acontecem na luta pela terra (figura 4). Deste modo, mais que responder questões, tentamos com este trabalho levantar mais questões para pensarmos. Assim, apresentamos alguns pontos e questões preliminares que nos permite não somente alcançar algumas respostas, mas também um leque ainda maior de questões a pensar. Tais questões destacam reflexões e processos que foram ficando mais claros com o transcorrer dos anos:

- A diversidade de movimentos é fundamental e muito contribui para o enriquecimento do debate e da luta pela terra. No entanto, a perda de uma unidade constante pode enfraquecê-los e comprometer uma luta mais ampla assim também como a identidade e consciência de classe;
- Criaram-se dois lados político-ideológicos bem demarcados. Enquanto alguns movimentos desenham uma perspectiva de um projeto emancipatório, outros apontavam, com caráter passivo e pacífico, para uma aliança que rumara para integração ao mercado e que trabalhavam a reboque do Estado sem perspectiva alguma de autonomia;
- Com a intensificação da dissensão, o campesinato, como sujeito político, foi perdendo aos poucos a referência do potencial combativo historicamente construído. Assim, o discurso, a proposta, a imagem e identidade enfrentativa/combativa/revolucionária de alguns movimentos socioterritoriais foi se definhando com o avançar do processo de dissensão;
- Produziu-se um conflito intraclasse que conseguiu em determinado período mudar o foco da luta pondo os movimentos para se digladiarem. Tal fato acarretara em uma contribuição da perda da expressão de uma luta mais ampla e também, em devidas proporções, transferiu uma parte do foco dado à luta de classes para uma oposição intraclasse;
- Acarretou em uma diminuição da importância de um projeto político, visto que muitos acampados se somaram às lutas sem apego ou conhecimento sobre o projeto do movimento. Fato, que sobre determinado ângulo refletiria em uma alienação ou falta de consciência de classe.
- A expressão da dissensão ocorrida no passado é atualmente uma perda significativa da capacidade de mobilização e organização social dos movimentos não somente em quantidade de ações, mas também na redução de uma massa de família;
- Ainda há mecanismos, conjuntura, estratégias e objetivos em comum entre os movimentos. No entanto, as divergências político-ideológicas são maiores que as convergências;
- As dissensões, consequentemente, seriam um processo regressivo na luta pela terra e para o campesinato como classe e sujeito histórico? Para quem mais serviram as dissensões? Quais os beneficiados? Beneficiado como/para quê? Como a dissensão contribuiu? etc." O limite ou o futuro é deixar de existir, tal como ocorreu com o MAST?

vezes criados por um grupo ou até mesmo indivíduos como os movimentos personalistas, tendo, por exemplo, o MAST (FELICIANO, 1999; LIMA, 2006), o MST da Base, entre outros.

Figura 4 – Pontal do Paranapanema - Dissensões, Agregados e rearticulações de movimentos



Referências

ARENDT, H. **O que é Política?**: Fragmentos das Obras Póstumas Compilados por Ursula Ludz. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 238 p.

ARISTÓTELES. **Categorias.** 2ª edição. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda. 2010. 163 p.

BALANDIER, G. **Antropologia Política.** 1ª edição. Barcelona: Ediciones Peninsuloa, 1976. 225 p.

CHAUI, M. **O que é ideologia.** 8ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense. 1982. 125 p.

CAMPOS, J, F, S. **Leituras dos Territórios Paradigmáticos da geografia Agrária**: Análise dos Grupos de Pesquisa do Estado de São Paulo. 388 f. Tese (curso de Geografia) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Presidente Prudente. 2012.

FELICIANO, Carlos Alberto. **A Geografia dos Assentamentos Rurais no Brasil: O MST e MAST no Pontal do Paranapanema/SP.** 131 f. Monografia (curso de Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 1999.

_____, C. A. **Movimento Camponês Rebelde:** a reforma agrária no Brasil. 1ª edição São Paulo: Contexto, 2006. 205 p.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro:** Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999. 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **Espacialização e territorialização da luta pela terra:** A formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. 1994. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: Luta pela Terra: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp. Campinas, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 1ª edição. São Paulo: Graal, 2012. 431 p.

GALBRAITH, J. K. **Anatomia do Poder**. 1ª edição. São Paulo: Pioneira, 1984, 205 p.

GIDDENS, A. **A terceira via.** 1ª edição. Brasília: Instituto Teôtonio Vilela, 1999. 173 p.

KONDER, L. **A Questão da ideologia.** 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras. 2002. 279 p.

LEITE, J. F. **A Alta Sorocabana e o Espaço Polarizado de Presidente Prudente**. 1ª edição. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, 1972. 249 p.

_____. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. 1ª edição. São Paulo: Hucitec,

LIMA, E. C. **Os Movimentos Sociais de Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema (SP):** Dissidências e Dinâmica Territorial. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista/UNESP – *Campus* de Presidente Prudente, Universidade Estadual

Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Presidente Prudente, Presidente Prudente, Março de 2006.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social:** Elementos para uma análise Marxista. 19ª edição. São Paulo: Cortez Editora. 2010. 127 p.

MANNHEIN, K. **Ideologia e Utopia**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1972. 330 p.

MARTIN, J. Y. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, 2. 19, p. 26-40, nov. de 1997

MARTINS, J. S. **Reforma Agrária:** O impossível Diálogo. 1ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. 173 p.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã: Feuerbach** - A Contraposição entre as Cosmovisões Materialista e Idealista. 1ª edição. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda. 2006. 145 p.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. 191 p.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição.** 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 1102 p.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** 1ª edição. São Paulo: Editora Hucitec e Editora Polis, 1984. 392 p.

SOBREIRO FILHO, J. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento em pedaços**: Da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses. 546 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013.

_____**. Os MST’s do Pontal do Paranapanema: dissensão na formação dos movimentos camponeses.** 2011**.** Relatório de pesquisa – FAPESP. http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/relatorio_nino2.pdf

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

TURATTI, M. C. M. **Os filhos da lona preta**. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2005. 118 p.

Recebido para publicação em 10 de junho de 2014

Devolvido para revisão em 03 de abril de 2015

Aceito para publicação em 25 de maio de 2015

A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - Estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do Estado

Vitor de Moraes
Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim
e-mail: vitordemoraespr@gmail.com

Clifford Andrew Welch
Doutor em História pela Duke University
Professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Guarulhos
e-mail: cliff.a.welch@gmail.com

Resumo

O presente artigo explicita a disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu – Paraná. Analisa-se a participação dos movimentos socioterritoriais, o papel do Estado, a construção do plano diretor, lançado em 2003, e as atividades do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC). Demonstra-se as contradições do modelo de desenvolvimento implantado no território. Destaca como representação do campesinato, a atuação dos movimentos socioterritoriais no território, com ênfase na participação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo análise, o MPA e o MST foram especialmente importantes na materialização da resistência e luta camponesa por territórios e políticas públicas. Apresentam-se informações quantitativas sistematizadas, a partir de estatísticas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos censos de 1991, 2000 e 2010, dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), para melhor examinar as mudanças e permanências, que os municípios do Território Cantuquiriguaçu passaram nos últimos tempos.

Palavras-chave: Território Cantuquiriguaçu; políticas públicas e Estado; movimentos socioterritoriais.

Resumen

Las políticas de solución de controversias y de control territorial en el territorio Cantuquiriguaçu - Estado de Paraná: la participación de los movimientos socio-territorial y el papel del Estado

Este artículo explica las políticas de disputa y control territorial en el territorio Cantuquiriguaçu – Paraná. Analizase la participación de los movimientos socioterritorial, el papel del Estado la construcción del plan maestro, lanzado en 2003, y las actividades del Consejo del Territorio Cantuquiriguaçu (CONDETEC). Preséntase las contradicciones del modelo de desarrollo implementado en el territorio. Erige-se cómo una representación de los campesinos de la ejecución de movimientos socioterritorial en el territorio, con énfasis en la participación del Movimiento de Pequeños Agricultores (MPA) y de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Según el análisis, el MPA y el MST fueron especialmente importantes en la realización de la resistencia campesina y la lucha por el territorio y las políticas públicas. Presentase información sistemática cuantitativa de las estadísticas

elaboradas por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) en los censos de 1991, 2000 y 2010, los datos del Atlas de Desarrollo Humano (2013), para examinar más a fondo los cambios y continuidades que los municipios Territorio Cantuquiriguaçu aprobó recientemente.

Palabras clave: Territorio Cantuquiriguaçu; política pública y el Estado; movimientos socio territorial.

Abstract

The territorial dispute and control policies in the territory Cantuquiriguaçu - State of Paraná: the participation of socio-territorial movements and the role of the state

This article explains the territorial dispute and control policies in the territory Cantuquiriguaçu - Paraná, the participation of socio-territorial movements and the role of the state. The construction of the master plan, released in 2003, and the activities of the Council of the Territory Cantuquiriguaçu (CONDETEC) development, showing the contradictions of the development model implemented in the territory. Stands as a representation of the peasantry the performance of socio-territorial movements in the territory, with emphasis on the involvement of the Small Farmers Movement (MPA) and the Landless Workers Movement (MST). According to analysis, the MPA and the MST were especially important in the realization of peasant resistance and fight for territory and public policy. It also offers quantitative systematic information from statistics produced by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in censuses of 1991, 2000 and 2010, data from the Atlas of Human Development (2013), to further examine the changes and continuities that municipalities Territory Cantuquiriguaçu passed recently.

Keywords: Cantuquiriguaçu Territory; la y el state public policy; them socio-territorial movimientos.

Introdução

A referida pesquisa é resultado da dissertação de mestrado em Geografia na UNESP SP, Campus de Presidente Prudente e enfocou a disputa territorial, abordada de forma mais explícita por meio das dimensões da questão agrária e das políticas públicas implantadas no território. Esse plano fora elaborado por um conjunto de representantes governamentais, entidades e movimentos sociais em 2003, a partir das diferentes dimensões como territorial e econômica, social, cultural e político-institucional.

Para tanto, a análise se deteve em comparar a realidade encontrada em 2003, a partir dos debates promovidos, dos dados do censo 1991 e 2000 que foram subsídios para a concretização do Plano Diretor em 2003 e ao mesmo tempo fazer uma relação e comparação da realidade com dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2006 e 2010, e do Atlas de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2013.

Realizou-se também um estudo acerca da implantação do Território Cantuquiriguaçu e as lutas, os embates, a intervenção do Estado e as disputas por políticas públicas no desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Além disso, há uma análise para explicitar como os sujeitos conseguem direcionar na luta as políticas públicas e como o “estado de classe” usa suas artimanhas para “driblar” o povo e fazer como quer e para quem quer.

O Território Cantuquiriguaçu no Estado do Paraná

A mesorregião Cantuquiriguaçu localiza-se no Centro Sul do Estado do Paraná. Compreende os municípios de Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Candói, Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu, Pinhão, Marquinho, Goioxim, Cantagalo, Guaraniaçu, Diamante do Sul, Campo Bonito, Espigão Alto do Iguaçu, Ibema, Catanduvas, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu e Palmital.

Em 1984, o território passou a denominar-se Cantuquiriguaçu. Em 07 de agosto do referido ano, Valmir Gomes da Rocha Loures, prefeito de Laranjeiras do Sul e João Ceccura, prefeito de Palmital, fundaram a Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. João Ceccura foi nomeado o primeiro presidente. O nome do território foi escolhido devido aos municípios associados se localizarem nos vales dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003). Essa região foi assim denominada, a partir de 2008, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, (MDA) de Território da Cidadania. Segundo Brasil (2013):

> Os Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, Estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia (BRASIL, 2013, p. 1).

O processo de formação da identidade do território da Cantuquiriguaçu teve sua primeira configuração em 1984, quando os prefeitos dos municípios do território começaram a se articular e criaram, naquele mesmo ano, a Associação dos municípios da Cantuquiriguaçu (IPARDES, 1997). Nesse sentido, o referido estudo dá ênfase na compreensão de como foi se estabelecendo, a partir de 1984, a Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu, inicialmente com sede em Curitiba (IPARDES 2007). Sobre isso, Martins (2001), afirma que:

> [...] a noção actual de autarquia local […] aparece mais recentemente em estreita ligação com a legitimação democrática do poder de Estado e com a dialéctica centralização-descentralização subjacente ao desenvolvimento da organização territorial do Estado Moderno é (re) centrar o debate onde ele efectivamente deve estar: a definição do poder local há de resultar do que quisermos que o Estado seja, no fundo, o que está verdadeiramente em causa é o modelo de organização política e administrativa da sociedade (democrática, participativa) em que vivemos (MARTINS, 2001, p.18).

Em 2002, a sede da Associação muda de Curitiba para Laranjeiras do Sul e, dessa forma, fica mais presente no espaço territorial. Esse novo formato de articulação política dos prefeitos, possibilitou a inserção da sociedade civil no processo de desenvolvimento territorial. Então, inicia-se um amplo processo de debate para elaboração de diretrizes políticas para o território. Esse debate coletivo envolveu todas as organizações governamentais, não governamentais e movimentos sociais do campo, culminando em 2003, com a elaboração do primeiro Plano Diretor.

Cantuquiriguaçu: um marco do desenvolvimento territorial

Dentre as políticas conquistadas e implantadas no Território Cantuquiriguaçu, vale destacar aquelas que resultaram da luta dos movimentos socioterritoriais, com a conquista e a efetivação de diversas ações. Podemos citar como o primeiro marco da Educação do Campo no território, que foi também, marco na Educação do Campo no Paraná, a II Conferência Estadual por uma Educação do Campo, realizada em 2000, no município de Porto Barreiro, momento em que saiu o Plano de Ação, documento final chamado de “Carta de Porto Barreiro”. Essa conferência foi fruto das diversas lutas travadas pelos movimentos

sociais e sindicais, que perceberam a necessidade da educação como dimensão indispensável na luta de resistência a terra e pela terra.

Antes da conferência já ocorria no território, a formação de lideranças no campo pelo projeto "Terra Solidária" que, conforme o Projeto Político Pedagógico, "Terra Solidária" (2001), era coordenado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL/ CUT), Escola Sindical Sul e Deser, com abrangência nos três Estados do Sul, construído pelos agricultores familiares e suas organizações, desde 1999. Essas organizações tinham o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e solidário, com base na consolidação da agricultura familiar e suas formas organizativas, na geração de trabalho e renda, bem como buscar o desenvolvimento de um novo modelo tecnológico, baseado em princípios agroecológicos.

A Educação do Campo, com princípios pedagógicos e curriculares diferenciados em relação à formação tradicional, apresentava princípios a partir dos trabalhadores (as) do campo, como a democracia, a integralidade do ser humano, como instrumento de reflexão crítica e de libertação, contra as discriminações, com dimensões ideológicas, políticas e técnicas, "Especialização em Educação do Campo (2006)", que foi desenvolvida com a Universidade Federal do Paraná (UFPR). A implantação da primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO), iniciou em 2010 tendo sua conclusão em 2013.

Em 2009, efetivou-se a especialização em Educação do Campo na UNICENTRO, com duas turmas concluídas e outras duas com início provável para março de 2014. Nesse aspecto, merece destaque o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Agroecológico (CEAGRO), com gestão dos Movimentos Socioterritoriais, que compõem a Via Campesina e com a implantação de cursos vinculados ao desenvolvimento do campo na perspectiva da pequena propriedade. Outros fatores especiais que contribuíram nesse período de formação do território foram à conquista de algumas prefeituras nas eleições de 2004 e 2008, que seriam governadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), nos municípios de Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras. Uma coligação em Candói possibilitou ao PT ocupar a Secretaria Municipal de Educação, no governo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e em Laranjeiras do Sul, ocupou-se as secretarias de agricultura e educação, também num governo do PMDB.

Ainda é de relevância, destacar o projeto "Saberes da Terra", pioneiro no Paraná, gestado pela Associação dos Prefeitos do território, por meio da câmara Setorial de Educação e de Agricultura do CONDETEC, em parceria com onze prefeituras, tinha o intuito de qualificação social e profissional para o trabalho na pequena propriedade, com currículo adequado de acesso ao conhecimento local, ao conhecimento historicamente produzido e articulá-lo à prática efetiva na qualificação da propriedade e da criticidade dos sujeitos. Para Costa (2010):

> O Programa Saberes da Terra é um Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos integrado com a qualificação profissional para Agricultores Familiares/ camponeses que tem como objetivo desenvolver uma política de Educação do Campo que possibilite a esses/as Jovens e Adultos/as, trabalhadores/as agrícolas excluídos/as do sistema formal de ensino, a oportunidade de escolarização, na modalidade de Jovens e Adultos, integrando ensino fundamental e qualificação profissional e social (COSTA, 2010, p.88).

Costa (2010) enfatiza que o Projeto Saberes da Terra no Território Cantuquiriguaçu teve sua execução pautada em três pilares fundamentais, concernentes aos aspectos de gestão 39. A parceria ocorreu entre o Ministério da Educação (MEC), a Associação de Municípios da Cantuquiriguaçu (proponente) e as Prefeituras municipais que se envolveram no projeto através das Secretarias de Educação.

Outro avanço ocorrido nesse âmbito se dá a partir das escolas do/no Campo, principalmente o Colégio Iraci Salete de Rio Bonito do Iguaçu, exemplo de luta e resistência, construído dentro de um assentamento. É a instituição de ensino base para nove escolas

itinerantes do MST, no Estado do Paraná. O colégio atua com proposta pedagógica diferenciada, com ciclos de formação humana, conselho de classe participativo, classe intermediária, diálogo e início da implantação dos Complexos de estudo, dentre outras especificidades, que coloca o educando como ser humano, e não meramente como um aluno receptor do conhecimento racional tradicional apresentado pela educação tradicional , sem dialogar com a realidade.

Nessa perspectiva, um dos marcos significativos desse movimento de disputas por políticas públicas emancipatórias foi a conquista da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* universitário conquistado pela luta do movimento organizado e articulado dos sujeitos orgânicos dos movimentos sociais camponeses. Essa luta, de certa forma, constituiu uma base que possibilitou a inserção de praticamente toda sociedade, na luta pela universidade, inicialmente o movimento Pró-Universidade Popular, mas que em seguida, em virtude da legislação brasileira para o ensino universitário, acabou por ser uma universidade dentro das regras pré-estabelecidas do Estado Nação. Nesse sentido, Mohr (2012) afirma que:

> [...] esse debate iniciou-se ainda no primeiro semestre do ano de 2005, intensificando-se com reuniões periódicas de um coletivo com representações das prefeituras de Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Candói e Laranjeiras do Sul e representantes dos movimentos sociais e entidades citados acima. No primeiro semestre de 2006, porém, a partir de articulações com representantes da Via Campesina, observou-se que no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina também acontecia forte mobilização em torno da conquista de uma universidade federal pública e gratuita para a mesorregião da grande fronteira do Mercosul. Optou-se então por agregar estes esforços em torno do movimento pró-universidade nos três Estados do Sul, compondo assim um movimento maior e mais completo (MOHR, 2012, p.797).

No entanto, o fato da universidade ser construída em um assentamento, conquistada pelos movimentos sociais, os quais tiveram participação na elaboração dos cursos diferenciados, com cunho de desenvolvimento territorial. Essa conquista se coloca como crucial a alimentação das esperanças de desenvolvimento territorial.

Também se destaca no Território, o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia, doravante designado CEAGRO, com o papel de auto-organização e de pesquisa na formação dos técnicos no CEAGRO, na perspectiva da construção da socioeconomia solidária e da Agroecologia nos assentamentos e demais comunidades onde estes atuam. Em 2005 a 2007, realizou-se uma especialização em Educação do Campo, por meio de parcerias entre os municípios de Candói, Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Nova Laranjeiras e Laranjeiras do Sul, PRONERA/UFPR, foram formados 50 educadores (as) com mais de 640 horas de formação específica em currículo, e princípios pedagógicos vinculados à Educação do Campo.

Como base para efetivação da formação dos sujeitos, que atuam na realidade educacional do campo, realizou-se em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), outro Curso de Especialização em Educação do Campo. Durante quase dois anos os educadores (as) desses municípios se reuniram para debater, estudar e encaminhar estudos e tarefas relativas à Educação do Campo. A Especialização em Educação do Campo no Território iniciou em dezembro de 2005 e teve encerramento em novembro de 2007. Além disso, iniciou a primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo do Paraná, parceria dos movimentos camponeses, algumas prefeituras do território e UNICENTRO/PR, a formação por área do conhecimento, que se insere num novo território universitário com novos debates e tensões.

Dentre as conquistas, está a Casa Familiar Rural (CFR), que tem formado filhos de camponeses (as) para atuar na propriedade, sem deixar de lado o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade. É uma política da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR-SUL) e do governo do Paraná, em

parceria com os municípios. O conselho tem participação efetiva na ampliação e manutenção no território. Sobre a criação da ARCAFAR-SUL cita-se:

> Fundada em 08 de Junho de 1991, em Barracão, no extremo sudoeste do Estado do Paraná, [...] está instituída como uma associação cultural e beneficente, que tem como objetivo a coordenação de um trabalho filantrópico a fim de promover, desenvolver e oportunizar aos jovens agricultores, de ambos os sexos, a permanência no meio em que vivem proporcionando uma formação integrada com a sua realidade. Pretende, assim, oferecer condições para a inserção desses jovens na sua comunidade e com isto proporcionar novas oportunidades, geração de renda, inclusão social, qualidade de vida, cidadania e dignidade. Hoje, a ARCAFAR SUL abrange 204 municípios em todo o Sul do Brasil. São 70 Casas Familiares Rurais e 02 Casas Familiares do Mar, sendo que, cada uma abrange em torno de três municípios. No Paraná, são 42 CFRMs, divididas em três setores; em Santa Catarina são 22 e o Rio Grande Sul compreende 08 CFRs (ARCAFAR- SUL, 2013, p.1).

Ainda no âmbito educacional, realizaram-se diversos seminários, simpósios, conferências e encontros de Educação do Campo, a nível de região sul, estadual, territorial e outros a nível municipal, de comunidades e de escolas.

Diante disso, pode-se afirmar que se não fosse a visão de mundo dos movimentos socioterritoriais, seria impossível pensar nessas conquistas, pois comumente elas não fazem parte da prática hegemônica, antes disso, jamais se poderia pensar em cursos de graduação em Educação, especialização em Educação, universidades, projetos de assistência técnica, a partir dos pequenos agricultores, educadores(as), jovens e crianças do território.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) com um *campus* no Assentamento 8 de Junho, em Laranjeiras do Sul é mais um exemplo do protagonismo dos movimentos socioterritoriais. Mostra como é possível, por meio da luta, fazer a territorialização do campo, também no campo educacional. Essas políticas podem estar carregadas de heranças de um desenvolvimento funcional do neoliberalismo, no entanto, arrisca-se a dizer que na sua concretude isso se mostra de forma contraditória, várias políticas pensadas a partir dos sujeitos provocaram seu acesso a direitos ainda negados.

A afirmação de que tudo é oriundo do neoliberalismo aparece no estudo sobre desenvolvimento de Montenegro e Favaro (2012), quando afirma que “não há grandes mudanças na via institucional do desenvolvimento” (*ibid*., p. 47). O Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) é pouco mais do que um desenvolvimento local retocado, exercendo o mesmo papel funcional do neoliberalismo, porém, dentro de outra forma de regulação que mantém certo “re-escalamento” do Estado.

Todas as conquistas implantadas no Território Cantuquiriguaçu sob o viés da classe trabalhadora remete ao questionamento de como isso se torna possível. Nada aconteceu de forma espontânea, muitas lutas foram e estão sendo travadas contra o capitalismo e com o governo, no âmbito de modificar as ações do Estado e resistir às imposições do capitalismo globalizado. Como afirma Coca e Fernandes (2013), o território:

> Caracteriza-se como um espaço onde se dão relações de poder, essas relações de poder são estabelecidas pelo conflito entre as classes sociais que tentam se apropriar de porções do espaço. O espaço é entendido como uma espécie de ‘matéria-prima’, a qual é transformada em território pela ação dos atores sociais (COCA; FERNANDES, 2013, p. 10).

Esse espaço ocupado pelos sujeitos possibilita avanços, e os avanços se concretizam na realidade histórica vivenciada dentro dos limites do modelo capitalista, que visa apenas ao lucro e ao desenvolvimento econômico em detrimento das demais dimensões, como a social e humana.

Essas lutas e conquistas possibilitaram um maior número de sujeitos vinculados aos

movimentos socioterritoriais, contribuindo no CONDETEC, e possibilitaram a hegemonia e o controle das cadeiras e das discussões dos recursos encaminhados ao conselho, como exemplo o recurso do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Além disso, configura-se como um espaço que propiciou a esses sujeitos coletivos buscarem alternativas, além daquelas propostas pelos governos.

Dessa forma, o protagonismo dos movimentos socioterritoriais no Território Cantuquiriguaçu como: a conquista do Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a hegemonia na condução do CONDETEC, 4.600 famílias assentadas, CEAGRO, Licenciaturas em Educação do Campo, Especialização em Educação do Campo, dentre outras conquistas, foram o diferencial em termos comparativos com outros territórios, que ficaram apenas esperando recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e reforma agrária de governo.

As conquistas supracitadas, sem dúvida foram alicerçadas pelas lutas do MST, em que a reivindicação pela terra fora um marco crucial no território para a reterritorialização dos camponeses, materializando a posse dos territórios camponeses pelos assentamentos, antes grandes latifúndios improdutivos. Isso implica a luta por políticas públicas como direito provocados pela concepção de agricultura e desenvolvimento rural a partir da questão agrária. Nesse sentido:

> [...] a questão agrária tem como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, gerado principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato a sua destruição e recriação (FERNANDES, 2003, p. 13).

No entanto, as políticas públicas emancipatórias contribuíram à autonomia dos sujeitos, que se constroem nas relações conflitantes, sendo na luta de classe, que se determina a realidade e se constrói autonomias.

A partir de 2008, o território da Cantuquiriguaçu passou a ser denominado Território da Cidadania pelo Governo Federal, por meio de uma política do MDA. A designação significou o início de uma nova forma de utilização dos espaços criados pelo Conselho, como instrumento de legitimação às políticas compensatórias do Governo Federal. Os territórios instalados pelo Governo Federal para implantação de políticas atendem aos órgãos oficiais de economia e estes estão em disputa, podendo ser “concebido a partir da implicação de múltiplas relações de poder nas relações econômicas; ao poder simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2004, p. 74).

Porém, a partir dessa análise, indaga-se como é possível, mesmo com a visão parcial dos governos, em relação à totalidade material e imaterial se construírem políticas públicas de fato emancipatórias? Será possível e como fazer, a partir da compreensão do modelo capitalista, que atua sobre os territórios, buscar condições objetivas para a transformação social? Como relacionar a preservação da vida humana e da natureza no capitalismo? Isso é possível?

Sob esses questionamentos, compreende-se conforme Santos (2000) que na produção do território, os elementos naturais e humanos se relacionam, integrando dimensões territoriais indissociáveis, as dimensões políticas, econômicas, culturais e naturais. Trata-se de apropriação e dominação ao mesmo tempo. Portanto, com ou sem respostas, os movimentos socioterritoriais tem travado no seio da sociedade capitalista, movimento contra hegemônico na luta pela existência humana e da natureza, relações essas, quase sempre tensas e conflituosas.

O Plano Diretor contempla por meio desse intenso diagnóstico, a apresentação de dez pontos cruciais de pauta, sendo: o resgate da cidadania e garantia de acesso às políticas públicas, a geração de postos de trabalho e renda, educação e alfabetização de jovens e adultos, capacitação em todos os níveis e setores, atração e retenção na região de profissionais das mais diversas áreas (professores, agrônomos, veterinários, engenheiros, médicos, etc.), integração intersetorial dentro dos municípios e na região, parcerias e

consórcios intermunicipais, parcerias com entes externos à região (Governos Federal, Estadual e ONGs); fomento à agroindustrialização na região, à otimização no uso da infraestrutura e dos recursos regionais.

O Plano Diretor da Cantuquiriguaçu (2003) demonstra que o documento foi elaborado a partir da demanda colocada pela associação dos prefeitos do território, a qual começou a se materializar com a realização do 1º Seminário de Desenvolvimento Regional em julho de 2002, que teve como objetivo divulgar o processo e sensibilizar as lideranças à participação.

Nesse primeiro seminário foi assinado um termo de compromisso dos prefeitos, como se fosse um pacto de desenvolvimento regional e de gestão participativa. No termo de compromisso, segundo a Cantuquiriguaçu (2003), os prefeitos assumem o compromisso de:

> [...] promover o desenvolvimento sustentável dos municípios da Cantuquiriguaçú, por meio da abordagem equilibrada da dimensão econômica, humana, ambiental, cultural e social, com ações na área de saúde, emprego, renda, educação, saneamento básico, habitação, segurança e lazer. [...] Comprometidos com a qualidade de vida de todas as pessoas de nossa comunidade: atuais e as que virão da cidade e do campo, as que constituem minorias, as mulheres e os jovens. Buscaremos integrar a todos em processos participativos que visem construir nosso desenvolvimento, respeitando nossa cultura, características e vontades locais. Fomentaremos as mudanças sociais, respeitando a vontade das pessoas de nossa comunidade, buscando construir um projeto coletivo. É nessa perspectiva que apoiamos e aderimos ao processo que deve gerar o Plano para o desenvolvimento dos Municípios da Cantuquiriguaçu e partilhamos da responsabilidade na sua gestão (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003, p. 112).

Nesse ponto, faz-se uma ressalva no sentido de pensar qual a proposta e quais são os intelectuais do plano de desenvolvimento aos países periféricos, no qual a América Latina e Caribe se enquadram, como aponta Montenegro e Favaro (2012):

> [...] a escala Latino-Americana do Desenvolvimento Territorial Rural (DTR), como já apontamos em outro momento, ganha uma formulação característica na escala da América Latina. Nessa região, a articulação de diversas instituições (como Banco Mundial - BM, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção/Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural - RIMISP, entre outras), diversos antecedentes teóricos (distritos industriais, *clusters*, desenvolvimento local etc.) e uma rede de *experts* estreitamente articulada (Alejandro Schejtman, Julio Berdegué, Ricardo Abramovay, Sergio Sepúlveda, Rafael Echeverri ou Manuel Chiriboga, para citar alguns nomes) vem forjando uma formulação do que seria o DTR, que se expande hegemonicamente por toda a região, com o Brasil no duplo papel de aluno e promotor avantajado (MONTENEGRO; FAVARO, 2012, p. 43).

No entanto, a construção do Plano Diretor, conforme Cantuquiriguaçu (2003) fora produzido por meio de um “processo participativo”, com a presença de lideranças locais, contando com uma equipe técnica das entidades governamentais estaduais. Dentre essas entidades como o Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR), EMATER, núcleos de órgãos do Estado como, Regionais de Saúde, Educação, Assistência Social, Agricultura e trabalho, Participação também de técnicos das secretarias municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura e professores.

O plano se orientou na perspectiva local e dos atores externos, presentes no processo numa correlação de forças e ideias, sendo representado, em sua maioria, por

políticos oriundos de cargos eletivos, como os prefeitos dos municípios do território. No entanto, a presença de lideranças locais e dos técnicos das prefeituras foi decisiva para manter um olhar mais aprofundado da realidade do território e para deixar de pensar somente por município e incutir a ideia de pensar no território como um todo e como espaço de luta pela autonomia e poder.

As lideranças do território, por meio do Plano Diretor e de acordo com Cantuquiriguaçu (2003), definiram dez diretrizes que devem orientar as ações estratégicas e os projetos para que a região da Cantuquiriguaçu se desenvolva, são elas:

> [...] resgate da cidadania e garantia de acesso às políticas públicas - Destacam-se as ações relacionadas ao provimento de documentos pessoais, titulação de terras, acesso ao crédito, aos programas de renda dos governos Federal e Estadual (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação) e aos benefícios da previdência social (aposentadoria, pensões, etc.); e erradicação do trabalho infantil. Geração de postos de trabalho e renda, com destaque para a capacitação, apoio aos pequenos empreendimentos, agregação de valor aos produtos primários, notadamente os da agricultura familiar (CANTUQUIRIGUAÇU, 2003, p. 86).

Enfatizou-se a necessidade de dar atenção especial à educação e alfabetização de jovens e adultos. A despeito das particularidades de cada município, destacou-se a necessidade de melhoria das estradas, da qualidade do transporte escolar, a formação e a remuneração dos professores, assim como a melhoria das condições físicas das escolas. Houve também, a demanda por ações de formação/qualificação, e atualização profissional para a mão de obra regional em todas as áreas, desde a capacitação e atualização de gestores públicos em áreas como: cultura, assistência social, saúde, orçamento e planejamento, até a formação continuada para todos os conselheiros dos municípios.

Segundo os dados da Cantuquiriguaçu (2013), a Associação dos prefeitos do território é mantida exclusivamente com recursos das mensalidades repassadas pelos municípios. A associação tem como propósitos: liderar, planejar, reivindicar, assessorar e empreender, buscando o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu em virtude dos índices de desenvolvimento preocupantes.

Não há como negar que o processo histórico de organização territorial na região é anterior à boa parte dos novos territórios criados em parcerias com o governo federal e organismos internacionais. Ele se origina da a necessidade de buscar políticas públicas para a população do território em virtude do baixo IDH, uma população com um território empobrecido pela forma de ocupação, em que fica evidente a desigualdade social. Enquanto isso, haviam poucas famílias com alta concentração de terras e riquezas em detrimento da imensa maioria da população pobre.

Esse fato instiga a refletir que as estratégias dos prefeitos da Cantuquiriguaçu era pensar uma organização coletiva, proporcionando buscas articuladas por políticas comuns aos municípios do território, ou seja, políticas que viessem a atender ao conjunto da população. Não obstante, percebe-se que isso é uma disputa de poder com municípios maiores que cercam o território, como Cascavel e Guarapuava, onde basicamente o eleitorado é muito maior e que, pela forma de currais eleitorais, os deputados acabam enviando recursos públicos justamente para os municípios com maior número de votos.

Nota-se que nesse emaranhado de intencionalidades, de interesses da elite local arcaica e conservadora, que busca apenas seus próprios interesses patrimoniais e de poderes, surge uma possibilidade concreta de articular os municípios pelo território, não somente os prefeitos, mas envolvendo a participação da sociedade civil. Ou seja, somente a associação dos municípios não conseguiria ser o sujeito coletivo do território, sendo necessária a criação do Conselho de Desenvolvimento Territorial, com a participação de entidades e movimentos sociais.

Esse processo acabou unindo os diferentes sujeitos coletivos do campesinato e da agricultura familiar como: o Movimento Sem terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Sindicados dos

Trabalhadores Rurais (STR´s), Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CORLAFES), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL), Casas Familiares Rurais, Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), Quilombolas, lideranças Indígenas, dentre outros. Sobre isso, Fernandes (2008) afirma que:

> [...] temos, então, uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional (FERNANDES, 2008, p. 280).

Vale ressaltar, que essa dinâmica não fez com que os movimentos socioterritoriais deixassem o foco de atuação de lado. O MST continuou na luta pela terra, na organização, na mobilização, na ocupação dos latifúndios improdutivos do território e focado também na educação, saúde e capacitação técnica dos sujeitos acampados. O MPA está focado no fortalecimento dos pequenos agricultores, educação, qualidade de vida, desenvolvendo projetos de liberação de créditos para a produção e programas de habitação.

Entretanto, os elementos da prática militante das lideranças dos movimentos, foram decisivos para a inserção dos movimentos no Conselho de Desenvolvimento Territorial, bem como a posterior capacidade de articular as políticas públicas, que viessem ao encontro da população do campo. Segundo Coca e Fernandes (2012), as políticas públicas executadas num determinado território:

> [...] levam em consideração a conflitualidade e a diversidade. Esta tendência também é observada nas políticas públicas, os territórios tem sido alvo de vultosos investimentos por parte do Estado, porém, em muitos casos, eles são confundidos com as microrregiões geográficas, o que impede que se leve em consideração os territórios que existem no território. Um exemplo destas políticas públicas voltadas para os territórios é o programa do Governo Federal 'Territórios da Cidadania' que tem por objetivo diminuir as desigualdades sociais no meio rural por meio de políticas territoriais (COCA; FERNANDES, 2012, p. 2).

Ao analisar o território como espaço de governança, não se pode minimizar o território de conflito, de disputa, de poder. Com esse entendimento, as lideranças dos movimentos passaram a estabelecer maior grau de coletividade e de diretividade nas políticas públicas no e para o território.

Fica evidente que a atuação dos movimentos sociais contribui significativamente na transformação do território, o *lócus* das políticas públicas e o público beneficiado. Se os olhares forem direcionados para a composição do Conselho de Desenvolvimento Territorial no Plano Diretor, elaborado em 2003, para a composição do conselho em 2010, percebe-se um avanço radical na participação, bem como no direcionamento e tencionamento das políticas públicas.

No relatório das atividades do território, denominado de "Estratégias para o Desenvolvimento II (2009)", percebe-se que a participação das entidades não governamentais são, em sua maioria, representações dos movimentos e entidades camponesas, como Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), Casas Familiares, (CEFAS), Comunidade Indígena de Rio das Cobras, Associação dos Quilombolas de Despraiado Candói - Pr (ASS. QUILOMBOLAS), Associação Paranaense dos Pequenos Agricultores (APPA), Cooperativa de Leite (COORLAF), Cooperativa Central Base de Serviços com Interação Solidária (CRESOL), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (FETAEP), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL), Movimento dos pequenos

Agricultores (MPA).

Apesar das contradições e de muitas políticas serem apenas compensatórias, o protagonismo do CONDETEC propiciou a formação de uma identidade territorial, pela luta orgânica e conquistas, das quais podemos destacar a efetivação do Conselho de Desenvolvimento do Território da Cantuquiriguaçu.

Da utopia expressa no Plano Diretor à realidade do território Cantuquiriguaçu

A comparação do PDMC com os dados do censo de 2010 permite mostrar como era a realidade antes do plano, durante a elaboração do plano e com dados atualizados a fim de perceber se houve ou não avanços. Ou seja, comparar esses dados aos do Paraná e do Brasil para verificar em que medida o território teve destaque positivo ou negativo em determinada dimensão. Esses dados poderão explicitar se de fato as políticas de desenvolvimento territorial têm surtido algum efeito na região, e se os avanços são significativos ou não, após a elaboração do Plano Diretor.

Diante dos percentuais, 20.528 famílias do território Cantuquiriguaçu, residem no campo, o que corresponde a mais de 50% da população, apresentando o dinamismo da região no que se refere à permanência dos camponeses no campo. Nesse ponto, ressalta-se o trabalho do MST no assentamento de famílias camponesas e do MPA no trabalho de organização, produção e resistência na terra.

Em Cantuquiriguaçu a população diminuiu 0,09%, no Paraná aumentou 9,16%. Também houve no território da Cantuquiriguaçu a redução da população rural no período de 2000 a 2010 com queda de 6% dos habitantes do meio rural**.** Embora os dados apontem a redução de apenas 6% da população do campo, essa população, mesmo indo para as pequenas cidades do território mantém o vínculo com as atividades sociais, produtivas, culturais do campo. É visto que a maioria da população que evade o campo e emigra do território são os jovens, que buscam empregos nos grandes centros urbanos do Brasil e até da Europa.

Destaca-se uma impressionante melhora nos índices de todos os municípios do território da Cantuquiriguaçu. O município que mantém o melhor desempenho de IDHM em 2010 é Virmond, com valor de 0,722 e mesmo assim, tem o resultado abaixo do estado do Paraná, com valor de 0,749, e do Brasil, com de 0,730. O pior desempenho é de Diamante do Sul com IDHM de 0,608. Todos os municípios do território possuem um IDHM abaixo do IDHM do estado do Paraná e do Brasil.

Na educação o território passou de 0,177 em 1991, para 0,647 em 2000 e para 0,522 em 2010, esses dados mostram que houve melhoria na educação do território nos últimos 10 anos, em função de todo o dinamismo e luta por políticas educacionais por parte do Conselho de Desenvolvimento bem com pelas entidades e movimentos sociais do campo. Mesmo assim, entende-se que a educação é mais difícil mensurar qualitativamente em números, porém há conquistas recentes na área educacional como o *C*ampus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), onde os resultados são a médio e longo prazo.

No Paraná em 2000, 9,0 % da população era analfabeta, em 2010 o número foi reduzido drasticamente para 5,77. No entanto, o Território da Cantuquiriguaçú permanece com a triste média de 11,77 % de sujeitos adultos acima e 15 anos analfabetos. A densidade demográfica em 2000 da Cantuquiriguaçu era de 19,84 hab/km², em relação á do Paraná, que era de 47,54. Em 2010, o território Cantuquiriguaçu passou para 18,27 hab/km², Paraná 52,27 hab/km² e no Brasil 19,92 hab/km.

Posteriormente ao ano de 1995, foram instalados vários assentamentos na região, o que tem alterado o padrão de distribuição de acesso a terra e, consequentemente, o índice de GINI (medida estatística de desigualdade) para vários municípios. O município de Rio Bonito do Iguaçu, por exemplo, a partir da implantação de um assentamento com 1.517 famílias, deixou de ser o 6º município com maior concentração – índice de Gini de 0,85 e

área média de 77,5 habitantes, passando a ser o 4º território com menor índice do Paraná, com 0,46 e 25,8 respectivamente.

Em relação à renda *per capita* houve um avanço significativo na média, passando de R$ 197,46 em 1991, para R$ 341,01 em 2000 e para R$ 507,29 em 2010. A pobreza relativa em 2000 apresenta os 20% dos indivíduos mais pobres do território, com renda em média de 1,8% do total. Os dados mostram que em relação a 1991, que o índice era em média de 4,7% piorou, e em 2000 passou para 1,8% da renda apropriada pelos municípios mais pobres.

A população economicamente ativa (IPEA), no conjunto de municípios do território é de 104.630 pessoas, sendo que destes 52% (54.307 pessoas) são da área rural, 65% do sexo masculino (67.564 pessoas) contra 35% do sexo feminino (37.066 pessoas) – dados, IPARDES (2007).

A ocupação é baseada na formalidade das pessoas que são empregadores e trabalhadores com carteira de trabalho assinada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estatutários e empregos formais. Os dados obtidos permitem constatar que 14.447 empregadores formais, sendo na administração pública gera 36,82%; na indústria da madeira 15,71%; no comércio varejista 14,24 % e agropecuário 50% e serviços e comércio 10%.

Com base no valor do índice, os municípios são classificados em um dos quatro grupos, sendo os de baixo desempenho: municípios que obtêm valores de 0,000 a < 0,400; desempenho médio baixo: municípios com desempenho 0,400 a < 0,600; médio desempenho: valores de (0,600 a < 0,800); e se destaca com alto desempenho: municípios que apresentam índice de 0,800 a 1,000.

Ao estudar os índices do IPARDES (2012), verificou-se que o IPDM dos municípios da Cantuquiriguaçu em 2012 apresenta um baixo desempenho quando comparado um município com o seu próprio desempenho, nessa última década. Sua metodologia é construída a partir de diferentes estatísticas de natureza administrativa e disponibilizada pelas entidades públicas municipais.

Na análise dos dados do censo Agropecuário de 1995/96, o território apresentava 21.385 estabelecimentos rurais, e destes 19.864 eram estabelecimentos familiares (IAPAR, 2001), mostrando que o território é composto basicamente em sem meio rural por pequenas unidades familiares.

De acordo com os dados do IBGE, Censo Agropecuário 2006, há no território o predomínio de estabelecimentos da agricultura camponesa familiar, que totalizam 82% do número de propriedades, enquanto que os estabelecimentos não familiares são de apenas 18%. No entanto, a área ocupada é inversamente proporcional, visto que os estabelecimentos da agricultura familiar ocupam 30% da área, e os não familiares ocupam 70%. Diante disso, a média do tamanho das pequenas propriedades no território é de 15 hectares. E a média dos estabelecimentos maiores, não familiares é de 175 hectares.

A população que se ocupa da agricultura familiar representa 60.450 frente a 57.967 no censo de 1995/96, sabendo que o total de pessoas ocupadas na agricultura era de 64.180. Isso significa que 80% das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias realizam trabalho familiar em pequenas propriedades de agricultura camponesa. São 4.426 famílias assentadas que representam 21% dos agricultores familiares do território com 30% da área, tendo em média 22 ha de área por estabelecimento familiar. Uma das maiores áreas reformadas da América Latina. Outro elemento a ser considerado é que o território Cantuquiriguaçu conseguiu manter um alto nível de população rural, em virtude da luta dos movimentos socioterritoriais, com a conquista de vários assentamentos.

Até 1999 foram criados 37 assentamentos, e no período entre os anos 2000 e 2009 foram criados mais 12, sendo que cinco deles são reassentamentos da Copel. O último assentamento criado pelo INCRA no território do Cantuquiriguaçu foi em 2006, no município de Reserva do Iguaçu, assentamento Paineira com 72 famílias. O território da Cantuquiriguaçu possui três comunidades remanescentes de quilombolas, localizadas nos municípios de Candói, Reserva do Iguaçu e Pinhão.

No município de Candói são três comunidades quilombolas certificadas: a de

Despraiado, a Vila Tomé e a do Cavernoso somando um total de 406 pessoas distribuídas em 75 famílias. Em Reserva do Iguaçu, na comunidade do Barranco, são aproximadamente 20 famílias acampadas à espera de uma decisão judicial quanto à disputa pela área "Fundão", da Fazenda Capão Grande, sob a posse de uma grande cooperativa agrícola. O restante da comunidade, mais de trezentas famílias estão espalhadas nas periferias das cidades de Guarapuava e de Pinhão, com parcelas significativas de indivíduos quilombolas e em situação de extrema necessidade, vivendo como catadores de papéis e/ou em outras funções semelhantes.

O território possui a maior reserva indígena do Paraná, a reserva Rio das Cobras, com a presença das etnias Kaingang, Guarani e Xeta e uma população Indígena acima de 3.000 habitantes, localizadas nos municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu, com área de 18.681,98 ha.

Das propostas destacadas em 2003 na elaboração do Plano Diretor, percebe-se a necessidade urgente de avanço em relação ao planejado sobre como reduzir a quantidade de uso de agrotóxicos, ampliar as áreas de produção agroecológica, e melhorar o nível de emprego: campo e cidade, ampliar a produção de alimentos, construir cooperativas, ampliar e garantir o acesso à terra, melhorar os caminhos de acesso à renda, a implantação do PAA, PNAE para todos os agricultores(as) familiares, ofertar programas culturais, diminuir a incidência de epidemias, conservação de patrimônio históricos. No que concerne à educação, visava-se reduzir em 50% o índice de analfabetismo, criar programas e cursos de educação ambiental, promover a construção de centros regionais de agricultura, educação, desenvolvimento, ampliar a oferta de cursos técnicos e cursos universitários, garantir o acesso de educandos(as) em todos os níveis da educação, construir centros tecnológicos.

Os projetos desenvolvidos e efetivados no território foram financiados com recursos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), programa de Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços dos Territórios (PROINF) dentre outros, de 2003 até 2010. Os programas visavam ao desenvolvimento de eixos importantes para o avanço territorial, para isso, somou-se um montante de R$ 6.510.209,16, distribuídos ao longo desses 8 anos conforme observado na tabela 236. Esses recursos, em sua maioria foram utilizados para o fortalecimento e estruturação de instituições da sociedade civil e agricultura camponesa e familiar, na geração de renda através do fortalecimento dos sistemas produtivos, transformação e agroindustrialização. Esses recursos são ínfimos quando se trata de uma política de desenvolvimento territorial.

Conforme a "Matriz de Ações 2013" do MDA, as ações constantes nesse relatório estão sendo executadas no Território da Cidadania: Cantuquiriguaçu – PR. Um programa de destaque é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual adquire alimentos da agricultura familiar, conforme Lei 11.326/2006, com dispensa de licitação, respeitando os preços de referência e os limites máximos por unidade familiar, destinando-os às pessoas em vulnerabilidade social. O PAA é utilizado para Alimentar sujeitos atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em casos específicos é destinado à rede pública e filantrópica de ensino. Além disso, pela Modalidade Compra Institucional, o Programa possibilita aos estados, distrito federal e aos municípios, com recursos Cantuquiriguaçu – PR, estabelecer como meta, como exemplo, em 2013, atender a 254 famílias e investir um valor de R$ 977.147,84 no Território Cantuquiriguaçu.

O PAA adquiriu produtos da agricultura familiar, advindos da reforma agrária de povos e comunidades tradicionais, com ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos como o uso preferencial para a venda no mercado institucional ou convencional. Esse programa tem como meta atender no território Cantuquiriguaçu, a 185 agricultores familiares, atingindo um valor de R$ 470.842,33.

Segundo o relatório de ações do Governo Federal para os territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu – PR foram previstas para o ano de 2013 um total de 24 ações, com a previsão de investimento de R$ 21.211.814,09. Vale resaltar, que nesse valor estão inclusas todas as políticas públicas do governo federal que passam pelos ministérios que compõem o bloco de apoio ao desenvolvimento territorial, mas isso não significa que essas políticas sejam implantadas só nos territórios da cidadania. A maioria são políticas públicas de

acesso a todos os cidadãos brasileiros, independente de pertencer ou não a um território da cidadania. Todos esses dados estão reunidos em um documento chamado de “Relatórios de ações do MDA”.

Assim, observa-se no estudo dos planejamentos, tanto do governo federal, e seus relatórios, quanto ao planejamento explicitado no Plano Safra Territorial 2010-2013, que os recursos do governo federal são ínfimos em relação ao planejado pelos sujeitos que compõem o conselho de desenvolvimento territorial.

Ressalta-se que dentre as ações pensadas pelo coletivo do CONDETEC, com a participação dos movimentos socioterritoriais, observa-se aquilo que seria um esboço para atingir as metas do Plano Safra Territorial 2010- 2013 (PST), e assim, ser um exercício de planejamento e ação de uma política de desenvolvimento territorial de fato e de direito, conforme afirmam os sujeitos entrevistados, o que consta no Plano Diretor para o Desenvolvimento dos Municípios da Cantuquiriguaçu em 2003.

Considerações finais

As observações realizadas demonstram a necessidade de fortalecimento do território junto ao Governos, municipais, estadual e Federal, de modo a consolidá-lo como escala, objetivando promover o desenvolvimento territorial e políticas governamentais específicas. Como exemplo, pode-se citar o Plano Safra Territorial 2010-2013 elaborado pelo CONDETEC, em 2010, mas que precisa ser política permanente e pensada em todas as dimensões.

A análise acerca do território ajudou na compreensão de como o território vem se desenvolvendo mesmo com muitas contradições, avanços e limites. Os avanços consolidaram o sentimento de pertencimento dos sujeitos ao Território, percebe-se neles certa expectativa no sentido da busca permanente por ações que resultem no desenvolvimento territorial.

O CONDETEC, por sua vez, tem sido um espaço de debate e de efetividade para o desenvolvimento do território, com uma reflexão contínua sobre as necessidades do povo da Cantuquiriguaçu. A luta acontece desde o princípio, pela busca por políticas públicas emancipatórias e que possibilitem à população do território, uma vida de qualidade, emancipação humana e política.

As contradições no território são evidentes, de um lado os movimentos socioterritoriais em busca do desenvolvimento autônomo, na luta pelo fortalecimento do CONDETEC, e em contraposição a instalação de empresas, de grandes cooperativas que buscam alinhar o agricultor camponês familiar ao projeto da agricultura capitalista pela mercantilização total de sua produção pela integração da produção e comercialização direta a empresa que fornece a infraestrutura. No entanto, o trabalhador rural do campo, desprovido de recursos materiais ou formação capitalista, acaba vendendo a sua propriedade para outro vizinho mais empreendedor, conforme a concepção de agricultura capitalista. Esse modelo contrapõe-se à redução das desigualdades e emancipação da população no território Cantuquiriguaçu.

Assim, destacam-se, na apreensão da realidade, pelas informações coletadas de diferentes agências de pesquisas, entrevistas, documentos do CONDETEC, e estudo bibliográfico, a atuação positiva e o protagonismo dos movimentos socioterritoriais como proponentes de políticas públicas junto às instâncias governamentais. No entanto, nem sempre as proposições dos governos vêm ao encontro da pauta popular, dos movimentos e da população em geral. Muitas das políticas atendem de forma precária e paliativamente à região, sem de fato fazer uma intervenção significativa na realidade da população do Território Cantuquiriguaçu, outrossim, os avanços na região como a instalação da Universidade Federal Da Fronteira Sul (UFFS), são resultados da resistência dos camponeses e luta permanente dos movimentos socioterritoriais.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. UFRGS, 2003.

ARCAFAR-SUL, Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil, 2013. Disponível em: http://www.arcafarsul.org.br/page/conteudos/1/quem-somos.html. Acesso em: 20 jun. 2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Relatório de Execução – Plano de Execução 2010**. Territórios da Cidadania, 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2000**. – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf. Acesso em 10 de jan. de 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2010sinopse.pdf. Acesso em 10 de jan. de 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar: primeiros resultados – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Territórios da Cidadania 2010.** Disponível em: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/one-community. Acesso em 23 de jan. 2013.

CANTUQUIRIGUAÇU - Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. **Plano diretor para o desenvolvimento dos municípios da Cantuquiriguaçu.** Laranjeiras do Sul Pr., 2003.

_____. Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. **Integração e Desenvolvimento**. Laranjeiras do Sul Pr, 2004.

_____. Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. **Plano Safra territorial 2010-2013**. Laranjeiras do Sul: CANTU, 2010.

_____. Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu.. Disponível em: http://www.cantuquiriguacu.com.br/. Acesso em 05 de jan. de 2013.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Assentamentos Rurais: Territórios do território Cantuquiriguaçu, Estado do Paraná**. FCT- UNESP SP, 2012.

_____. **Um estudo da Diversidade e Atualidade da reforma Agrária: Análise dos Tipos de Assentamentos do Território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná**. UNESP SP, 2013.

COSTA, Joaquim Gonçalves. **O processo educativo no projeto saberes da terra do Território Cantuquiriguaçu : Limites e possibilidades.** 2010. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ESCOBAR, Arturo. **Una minga para el postdesarrollo. América Latina en movimiento**. [em línea]. 2009. Disponível em: http://alainet.org. Acesso em: 23 de mar. de 2011.

FAVARETO, Arilson. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios / Arilson Favareto**. [et.al] -- Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo: Editora Cortez, 2001.

_____. Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem Fronteiras,** v. 3, n.1, p. 11-27, jan./jun. 2003.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina,** v.16, p. 273-284, Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **Campesinato e Agronegócio na América latina:** a questão agrária atual. São Paulo: Expressão popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Movimentos e lutas sociais na realidade brasileira. **Debate & Sociedade**, Uberlândia. v. 1, n. 2, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: "do fim dos territórios" à multiterritorrialidade**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

IAPAR, Instituto Agronômico do Paraná, 2001. Disponível em: http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=869. Acesso em: 22 abr. 2012.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Diagnostico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1ª fase caracterização globa**l. Curitiba: IPARDES, 1997.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Diagnostico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1ª fase caracterização globa**l. Curitiba: IPARDES, 2007.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnostico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1ª fase caracterização global**. Curitiba: IPARDES, 2012

MARTINS, Mário R. **As Autarquias Locais na União Europeia**. Porto: Edições ASA. 2001.

MENDONÇA, Erasto Fortes. A educação é um direito de cidadania. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, n. 1, 2009.

MOHR, Naira Estela Roesler (Org.). A expansão das fronteiras da educação pública superior: uma análise da experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul em Laranjeiras do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 791-817, set./dez. 2012.

MONTENEGRO, Jorge G.; FAVARO, Jorge L. Uma Leitura Crítica do Desenvolvimento Territorial Rural Realmente Existente: entre as condições. de possibilidade e a implantação. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.122, p.39-69, jan./jun. 2012.

MOTA, Lucio Tadeu; CHAGAS, Nádia Moreira. **O guairá nos séculos XVI e XVII – as relações interculturais.** São Paulo: [S. l.], 2007.

MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores, 2013. Caderno de estudo III. **O campesinato e a Agricultura camponesa no Brasil.** Editora: Associação Nacional da Agricultura Camponesa e Ehne-Bizkaia, Bi-zilur e Diputación Foral de Bizkai, Pais Basco (Espanha).

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo. **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. São Paulo: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Ed. Record, 2000.

Recebido para publicação em 11 de fevereiro de 2014

Devolvido para revisão em 01 de setembro de 2014

Aceito para publicação em 31 de janeiro de 2015

Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos[1]

Camila Ferracini Origuéla
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

Resumo

A luta pela terra é interpretada ao longo deste artigo como uma questão histórico-estrutural intrínseca aos processos de formação do território brasileiro e desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo. Partindo dessas premissas, este artigo tem como objetivo compreender o processo de espacialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ocorre por meio de ocupações de terra e acampamentos, no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos. O primeiro contexto histórico-geográfico corresponde ao final da década de 1980 e início da década de 1990, no qual o processo de espacialização do MST ocorria por meio do multidimensionamento dos espaços de socialização política. O segundo contexto histórico-geográfico diz respeito ao final de década de 1990 e início da década de 2000, no qual houve a sobreposição dos espaços de socialização política. E, por fim, o terceiro contexto corresponde à contemporaneidade. Compreendemos a partir das leituras bibliográficas, dos levantamentos de dados e das pesquisas empíricas que, os acampamentos de luta pela terra se transformaram em espaços de socialização política precários e/ou incompletos, no quais as relações socioespaciais e, consequentemente, organizacionais são esporádicas.

Palavras-chave: questão agrária; luta pela terra; ocupações de terra; acampamentos; MST.

Resumen

Análisis del proceso de espacialización del MST en el estado de São Paulo en diferentes contextos histórico-geográficos

La lucha por la tierra se interpreta en este artículo como un problema histórico-estructural intrínseca a los procesos de formación del territorio y el desarrollo del modo de producción capitalista en el campo. Por eso, este artículo tiene como objetivo comprender el proceso espacial del Movimiento de los Sin Tierra (MST), que se produce a través de las ocupaciones de tierras y campamentos en el estado de São Paulo en diferentes contextos históricos y geográficos. El primer contexto histórico y geográfico corresponde a finales de 1980 y principios de 1990, en la que el proceso espacial MST se produjo a través multidimensionamento de espacios de socialización política. El segundo contexto histórico y geográfico se refiere a las finales de 1990 y principios de 2000, en la que no había superposición de espacios de socialización política. Y finalmente, la tercera contexto es el presente. Entendemos de la lectura de la literatura, los datos del estudio y la investigación empírica de que los campamentos se convirtió en espacios de socialización política precarios y / o incompletos, en los que las relaciones socio-espaciales y, en consecuencia, de la organización son esporádicos.

[1] Este artigo é parte da dissertação concluída no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente, intitulada “Estudo comparativo da espacialização do MST no estado de São Paulo – 1990-2013”. A pesquisa contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Palabras clave: cuestión agraria; lucha por la tierra; ocupaciones de tierra; campamento; MST.

Abstract

Analysis of the process of MST spatialization in the state of São Paulo in different settings historical and geographical

The struggle for land is interpreted throughout this article as a historical-structural issue intrinsic to the formation processes of the Brazilian territory and development of the capitalist mode of production in the field. Because of that, this article aims to understand the spatial process of the Landless Workers' Movement (MST), which occurs through land occupations and encampments in the state of São Paulo in different historical and geographical contexts. The first historical and geographical context corresponds to the late 1980s and early 1990s, in which the MST spatial process occurred through multidimensionamento of spaces of political socialization. The second historical and geographical context concerns the late 1990s and early 2000s, in which there was overlapping of spaces of political socialization. And finally, the third context is the present. We understand from reading literature, the survey data and empirical research that the struggle for land camps became precarious political socialization spaces and / or incomplete, in which socio-spatial relations and, consequently, organizational are sporadic.

Keywords: agrarian question; the struggle for land; land occupations; camping; MST.

Introdução

Interpretamos a luta pela terra no Brasil como uma questão histórico-estrutural intrínseca aos processos de formação do território nacional e de desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo. De acordo com Morissawa (2001), os conflitos por terra que surgiram entre os anos de 1888 (abolição da escravatura) e 1964 (instauração do regime militar) podem ser classificados em: a) lutas messiânicas (1888-1930), como a guerra de Canudos (1893-1897) e a guerra do Contestado (1912-1916); b) lutas radicais, localizadas e espontâneas (1930-1954), como a revolta de Trombas e Formoso (1950-1957); c) e, por fim, lutas organizadas, com caráter ideológico e em escala nacional (1950-1964) com a formação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), das Ligas Camponesas e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER).

Durante a ditadura militar (1964-1985), os movimentos camponeses, bem como diferentes formas de organização da sociedade civil, foram brutalmente reprimidos e somente no final da década de 1970 e início da década de 1980 é que a luta pelo acesso a terra e contra a expropriação retornaram ao cenário político nacional. É nesse contexto que surge o MST, movimento socioterritorial fundado em 1984 no município de Cascavel, estado do Paraná. Com a emergência do MST, a luta pela terra adquire novas características como, por exemplo, a ascensão da ocupação da terra, seguida da formação do acampamento, como principal forma de luta pela terra no país.

Desde a sua gênese, o MST contribuiu com a (re)territorialização de aproximadamente 350 mil famílias camponesas e, atualmente, organiza cerca de 90 mil famílias acampadas em todo o território brasileiro. No estado de São Paulo, o MST é formado por 1.200 famílias acampadas, distribuídas em 28 acampamentos, de acordo com os trabalhos de campo realizados entre março de 2012 e janeiro de 2014 (ver tabela 1).

Tabela 1 - São Paulo- Acampamentos de luta pela terra - MST - 2012-2014

Regional	Município	Acampamento	Famílias	Total	Mobilizadas[2]
Andradina	Castilho	José Martín	80	530	119
	Guaraci	José Hamilton	21		
	Mirandópolis	Egídio Bruneto	25		
	Rubiácea	Rosa Luxemburgo	45		
	Araçatuba	Palmares II	70		
	Araçaí	Novo Horizonte	40		
	Ponte Linda	Paulo Freire	25		
	Sud Menucci	Irmã Dorothy	35		
	Mirandópolis	Conquista da	30		
	Barretos	José Ribamar	50		
	Itapura	Madre Cristina	10		
	Aparecida do Oeste	Padre Josino	35		
	Mirandópolis	Ernesto Che Guevara	50		
Grande São Paulo	Campinas	I	-	-	-
	Campinas	II	-		
Iaras	Agudos	Oziel Teixeira	30	90	45
	Agudos	Rosa Luxemburgo	66		
	Iaras	Maria Cícera	36		
	Iaras	Esperança	24		
Pontal do Paranapanema	Marabá Paulista	Irmã Gorete	113	284	150
	Sandovalina	Dorcelina Folador	117		
	Indiana	Irmã Dorothy	54		
Promissão	Altair	Egídio Bruneto	35	170	100
	José	São Jorge	10		
	Barbosa	Argentina Maria	45		
	Promissão	Augusto Boal	20		
	Gália	Luiz Beltrame	60		
Ribeirão Preto	Serrana	Alexandra	120	120	-

Fonte: Secretaria de Comunicação do MST; Trabalhos de Campo, 2013. Organização: AUTOR, 2014.

[2] Conforme o MST, as famílias mobilizadas são aquelas que moram nos acampamentos de luta pela terra, diferente das famílias que retornam apenas aos fins de semana para participarem das reuniões e assembleias ou, ainda, aquelas que apenas participam das ações do Movimento, como ocupações de terra e manifestações. Podemos observar que há uma significativa diferença entre o número de famílias total e aquelas mobilizadas, que são, em algumas regionais, menos que a metade do total.

É devido à importância histórica do MST no que concerne à luta pela terra, que o objetivo deste artigo é analisar o processo de espacialização do Movimento no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos - final da década de 1980 e início da década de 1990, final da década de 1990 e início da década de 2000 e, principalmente, entre os anos de 2012 e 2014. No caso do primeiro contexto, a principal referência bibliográfica utilizada para a compreensão do processo de espacialização do MST é a pesquisa desenvolvida por Fernandes (1996). Já no segundo período utilizamos a pesquisa elaborada por Feliciano (2003). Por fim, para compreender o terceiro período nos baseamos em trabalhos de campo realizados nas regiões Noroeste e Oeste do estado.

Ao compararmos diferentes contextos histórico-geográficos e, a partir desses, processos de espacialização que se diferem tanto na forma quanto no conteúdo, podemos compreender quais mudanças ocorreram ao longo destes últimos anos, principalmente no que se refere à organização espacial da luta pela terra. Ou seja, o que é comum em todos os períodos estudados, o que é comum a cada um dos períodos e, o mais importante, o que é novo, incomum, diferente, peculiar. Através de um estudo que promova a comparação histórica e geográfica podemos chegar a considerações significativas.

Antes, é importante esclarecermos que o conceito de espacialização se refere a um processo geográfico no qual as famílias sem-terra constroem espaços de enfrentamento e resistência com o objetivo de transformar a realidade em que vivem. A transformação de espaços em territórios - quando as famílias sem-terra conquistam o assentamento rural - ocorre por meio da conflitualidade, ou seja, através do conflito direto entre forças políticas que têm como objetivo criar, conquistar e controlar territórios (FERNANDES, 2008; PEDON, 2009).

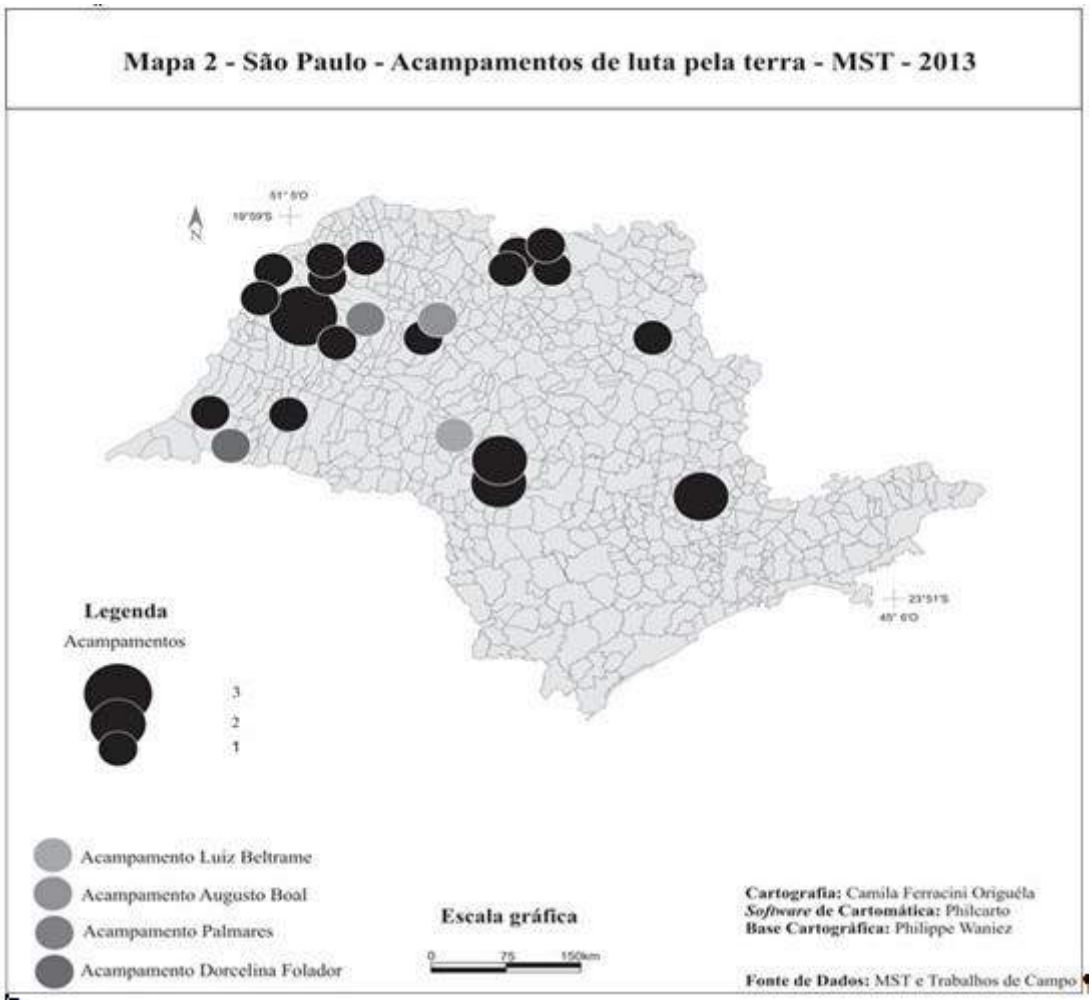
Na atualidade, o processo de espacialização do MST é organizado por meio de regionais de lutas, ou seja, porções do território nas quais o Movimento sistematiza ocupações de terra e acampamentos. Nessas áreas, o MST também colabora com a organização dos assentamentos rurais. No estado de São Paulo, existem seis regionais de lutas – Andradina, Iaras, Itapeva, Grande São Paulo, Pontal do Paranapanema, Promissão, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba (ver mapa 1). Os limites territoriais das regionais são distintos dos limites político-administrativos instituídos pelo Estado - mesorregiões e microrregiões.

Mapa 1 - São Paulo - Organização territorial da luta pela terra - MST - 2013

Organização: AUTOR, 2014.

Optamos pela pesquisa empírica apenas nas regionais de lutas de Andradina, Pontal do Paranapanema e Promissão devido ao fato de que essas áreas concentram cerca de 70% das ocupações de terra e acampamentos organizados pelo MST no estado. No caso das regionais de Andradina e Promissão, o MST reivindica propriedades rurais improdutivas que, de alguns anos para cá, estão sendo arrendadas para a produção de cana-de-açúcar. Já na regional do Pontal do Paranapanema, o Movimento reivindica terras públicas, ou seja, terras pertencentes ao Estado que foram historicamente griladas por fazendeiros da região.

No decorrer dos trabalhos de campo, entrevistamos 20 famílias acampadas, além de coordenadores estaduais e regionais do MST. As famílias entrevistadas compõem os acampamentos Augusto Boal, localizado no município de José Bonifácio e na regional de luta de Promissão; Dorcelina Folador, localizado no município de Sandovalina e na regional de luta do Pontal do Paranapanema; Luiz Beltrame, localizado no município de Gália e na regional de luta de Promissão; e Palmares, localizado no município de Araçatuba e na regional de luta de Andradina[3] (ver mapa 2).



Organização: AUTOR, 2014.

Partimos do pressuposto de que três fatores influenciam o processo de espacialização da luta pela terra em diferentes contextos histórico-geográficos: a) conjuntura econômica, política e social; b) práxis ou experiências de lutas; c) propostas ou diretrizes políticas do Movimento (ver fluxograma 1).

[3] Além desses, a pesquisa empírica também foi realizada no acampamento Argentina Maria, município de Barbosa; Irmã Goreti, município de Marabá Paulista; e nas ocupações realizadas na fazenda Nazaré, município de Marabá Paulista, e na fazenda São Domingos, município de Sandovalina. Nesses espaços desenvolvemos apenas a observação participante ao invés das entrevistas semi-estruturadas.

Fluxograma 1 - Fatores que influenciam no processo de espacialização da luta pela terra

Organização: AUTOR, 2014.

No período estudado por Fernandes (1996), a conjuntura era de modernização e industrialização da agricultura brasileira, acompanhada dos processos de des(re)territorialização do campesinato, seja no bojo do desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção (OLIVEIRA, 1991) ou por meio da organização política dos camponeses na luta pela terra (FERNANDES, 2000). No que se refere às experiências de luta, um dos principais espaços de organização do campesinato eram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e os encontros regionais e estaduais de camponeses. As diretrizes do MST, um movimento socioterritorial que estava em processo de gestação e início da espacialização era de luta pela terra, reforma agrária e contra o latifúndio.

Em relação à pesquisa desenvolvida por Feliciano (2003), a conjuntura era de ascensão do agronegócio enquanto estratégia para geração de saldos positivos na balança comercial brasileira e consequente re-primarização do comércio externo (DELGADO, 2012). Nesse período, o MST já possuía inúmeras experiências de luta pela terra e na terra, ou seja, nos assentamentos rurais conquistados pelo Movimento. No processo de espacialização, o MST priorizou a massificação da luta pela terra ao arregimentar números expressivos de famílias acampadas e de acampamentos nas beiras das estradas. Além disso, os espaços de formação das famílias interessadas em conquistar um pedaço de terra se resumiam às ocupações de terra, acampamentos e, em alguns momentos, encontros nacionais, estaduais ou regionais do Movimento. As propostas eram, também, de luta pela terra, reforma agrária e contra o latifúndio.

Na atualidade, contexto é de territorialização do agronegócio, sobretudo, o canavieiro e, consequentemente, o bloqueio das terras passíveis de reforma agrária (STÉDILE, 2013). As experiências do Movimento são ainda mais significativas, todavia, compreendemos que, as ocupações de terra e, principalmente, os acampamentos se transformaram em espaços precários em virtude da esporacidade da vida e da luta, ou seja, espaços onde as relações socioespaciais e, até mesmo, organizacionais se tornaram efêmeras. Para aprofundarmos as questões apresentadas neste momento do texto, fragmentamos o artigo em três tópicos, sendo que, no primeiro procuramos compreender o processo de espacialização do MST a partir da leitura de Fernandes (1996); no segundo, a partir da leitura de Feliciano (2003); e, por fim, do terceiro apresentamos uma leitura a respeito da atualidade da luta pela terra.

Formação e espacialização do MST a partir do processo de multidimensionamento do espaço de socialização política

Até a década de 1960, prenominou no espaço agrário brasileiro e, principalmente, no paulista o padrão latifúndio-minifúndio de exploração da propriedade da terra e, ainda,

relações de produção baseadas no colonato (BOMBARDI, 2006). Em decorrência da crise cafeeira, a produção de café, extremamente significativa no interior do estado de São Paulo, começou a ser substituída, primeiro por pastagens para a produção de gado e cultivo de algodão e, mais tarde, sobretudo na década de 1970, pela produção de cana-de-açúcar[4].

Concomitantemente à substituição da cafeicultura por outras atividades agrícolas, teve início o processo de modernização da agricultura, que pode ser compreendido como a transformação capitalista da agricultura (GRAZIANO NETO, 1985). A modernização e consequente industrialização da agricultura só foram possíveis devido à expansão de três pilares: a) o físico-químico, com a ampliação da utilização de defensivos agrícolas e adubos; b) o técnico, com o aumento do número de tratores e colheitadeiras; c) o biotecnológico, com a difusão das sementes geneticamente modificadas (OLIVEIRA, 1981).

A modernização da agricultura produziu, por um lado, a industrialização das atividades agrícolas e a expansão dos Complexos Agroindustriais (CAIs) e, por outro, a des(re)territorialização do campesinato. Compreendemos que, o modo capitalista de produção ao se desenvolver no campo engendra relações de produção capitalistas, como o trabalho assalariado e relação de produção não capitalistas, como o trabalho familiar camponês (OLIVEIRA, 1991). O campesinato pode, portanto, ser (re)criado no âmbito do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo ou, ainda, pode retornar a terra por meio da organização política e da ocupação da terra (FERNANDES, 2000).

É a partir desse contexto que Fernandes (1996) analisa os processos de formação e espacialização do MST. O autor tem como pressuposto as ideias de espaço social, lugar social e movimento social e conclui que a espacialização do Movimento ocorre por meio do multidimensionamento do espaço de socialização política em espaço comunicativo, espaço interativo e espaço de luta e resistência. Primeiramente, espaço social é compreendido pelo autor como uma "[...] realidade produzida pela materialização da existência social, por meio da realização integral da vida em seu processo de desenvolvimento ininterrupto" (p. 22). O espaço social é "[...] produzido pela sociedade, que nele se reproduz, nos diversos níveis de relações sociais e, assim, se desenvolve por meio da política, da economia e da cultura"[5].

A formação e espacialização do MST, não só no estado de São Paulo, mas na região Centro-Sul, deu-se em um espaço social de extrema efervescência política tanto no campo - com a ascensão de movimentos de luta pela terra e movimentos contra a expropriação camponesa - quanto na cidade - com as greves operárias nos municípios de São Bernardo do Campo e Santo André e, ainda, as manifestações pela redemocratização do país.

O espaço social apresentado contribuiu com a constituição de lugares sociais, que podem ser compreendidos como espaços onde as famílias sem-terra se organizavam politicamente em torno de um objetivo comum: o acesso a terra de trabalho. De acordo com Fernandes (1996, p. 23), "[...] o lugar social é fundamental para a própria reprodução do espaço social que produz, pois é onde se desenvolvem as experiências que permitem conquistar o espaço social e transformá-lo [...]". Nesse período, a Igreja Católica construiu um significativo lugar social: as CEBs. Além das CEBs, os encontros estaduais e regionais de agricultores também eram lugares sociais nos quais os camponeses discutiam formas de organização coletiva.

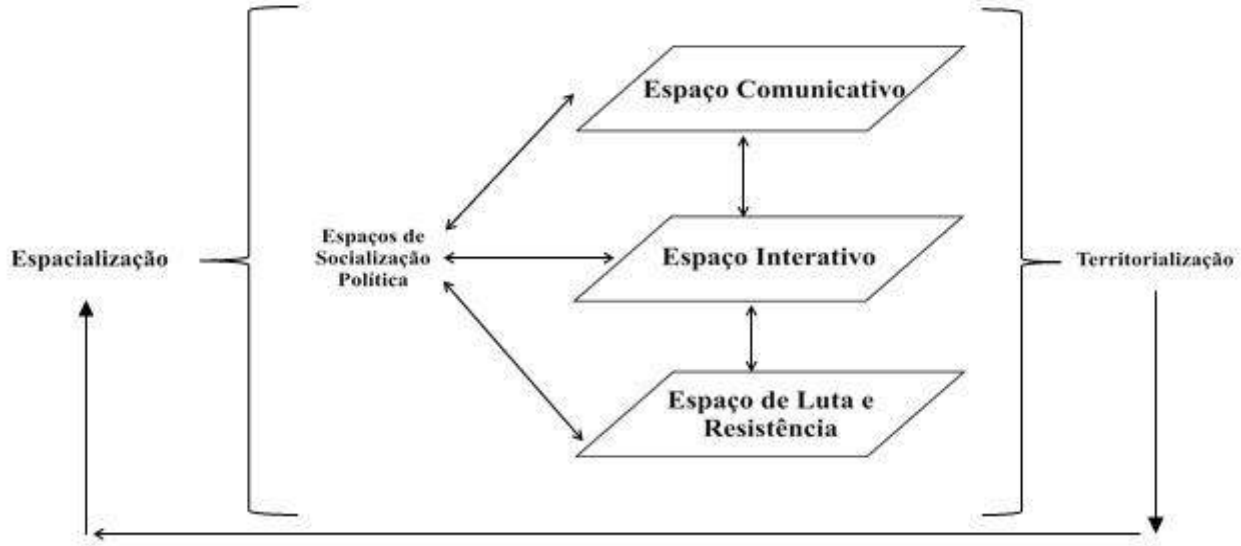
As CEBs eram importantes espaços de socialização política onde os sem-terra construíam o espaço comunicativo e o espaço interativo. O espaço comunicativo pode ser caracterizado como "[...] o lugar e o espaço do conhecer e do aprender. É também o lugar estratégico de formação da cidadania [...]" (FERNANDES, 1996, p.228). O espaço interativo compreende "[...] um estágio mais avançado do processo de luta em que os sujeitos em movimento, no processo de espacialização, já possuem o conhecimento crítico da realidade e a consciência da possibilidade de ação [...]"[6]. O espaço de luta e resistência, no caso as

[4] Op. Cit.
[5] Ibidem, p. 23.
[6] Ibidem, 231.

ocupações de terra e os acampamentos, pode ser compreendido como uma ação pública dos sem-terra e, consequentemente, dos seus objetivos[7].

O multidimensionamento dos espaços citados permite a espacialização do MST e, em alguns casos, a territorialização do Movimento. A territorialização ocorre quando as famílias acampadas conquistam o assentamento rural, ou seja, conquistam uma fração do território. A partir do fluxograma 2, podemos compreender como os processos citados ocorrem e permitem a espacialização e territorialização do MST.

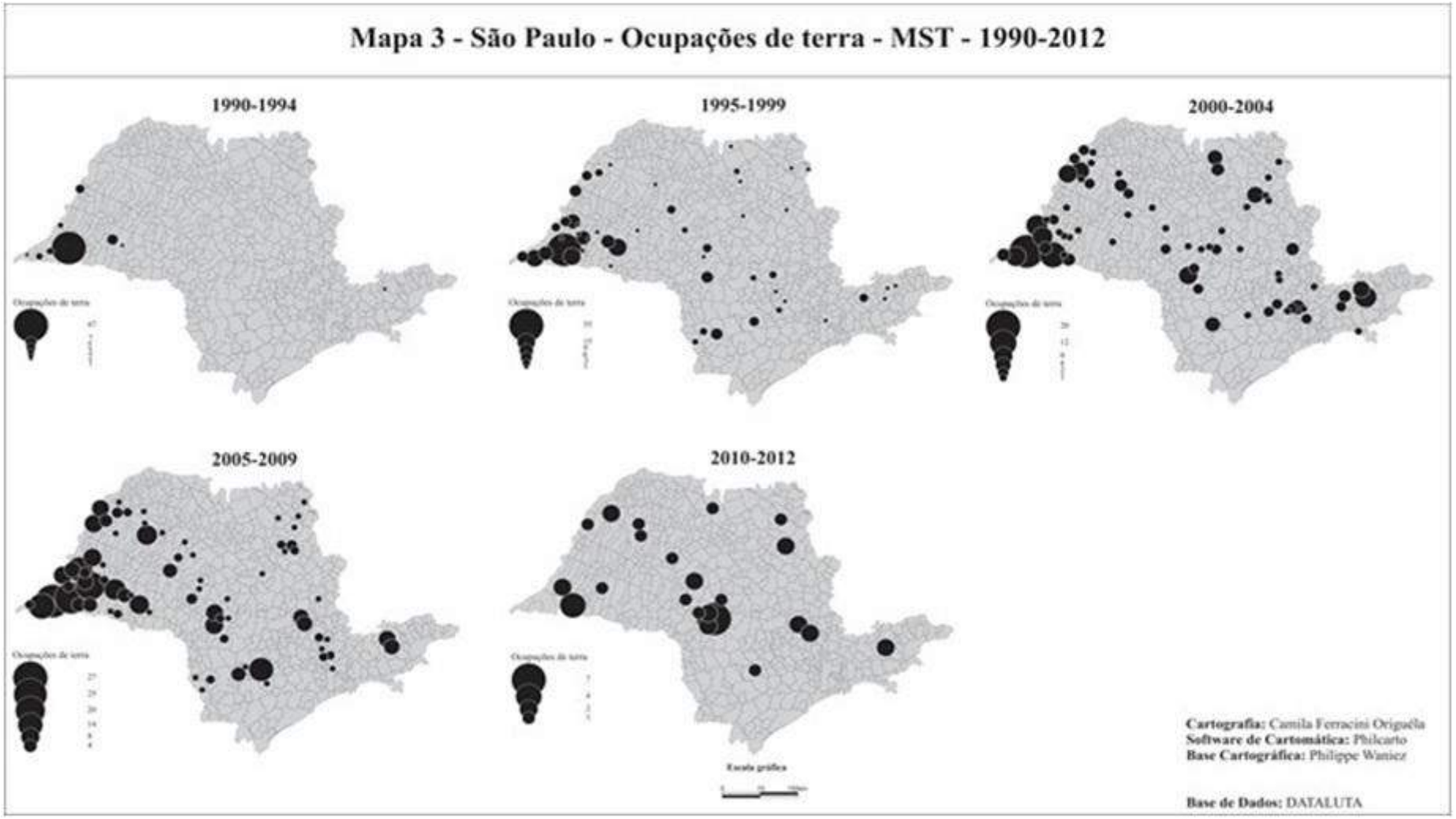
Fluxograma 2 - Da espacialização à territorialização do MST, segundo Bernardo Mançano Fernandes (1996)



Organização: AUTOR, 2014.

De acordo com o mapa 3, durante o início da década de 1990, a espacialização do MST se restringiu à região Oeste do estado de São Paulo, mais especificamente à região do Pontal do Paranapanema. Somente após o ano de 1995 é que o MST se espacializou por quase todas as regiões do estado, concentrando-se, ainda, na porção Oeste. Já no início da década de 2000, podemos observar que o MST continua a se espacializar pelas mesmas regiões do estado, todavia o número de ocupações de terra aumentou, sobretudo, no ano de 2003, com a eleição do ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva. A década de 2000 e o início da década de 2010 serão analisadas nos próximos tópicos.

[7] Op. Cit.



Organização: AUTOR, 2014.

Concluímos este tópico ressaltado que, a espacialização do MST a partir do processo de multidimensionamento do espaço de socialização política compõe um período bastante específico da luta pela terra no estado e se difere do processo de espacialização estudado por Feliciano (2003) e, sobretudo, do processo atual de luta pela terra. Dentre as principais características do período estudado por Fernandes (1996), destacamos a constituição de diferentes espaços no processo de luta pela terra, dois espaços específicos para a conscientização e formação política das famílias sem-terra e um espaço de enfrentamento direto ao latifúndio.

Massificação e espacialização do MST a partir do processo de sobreposição do espaço de socialização política

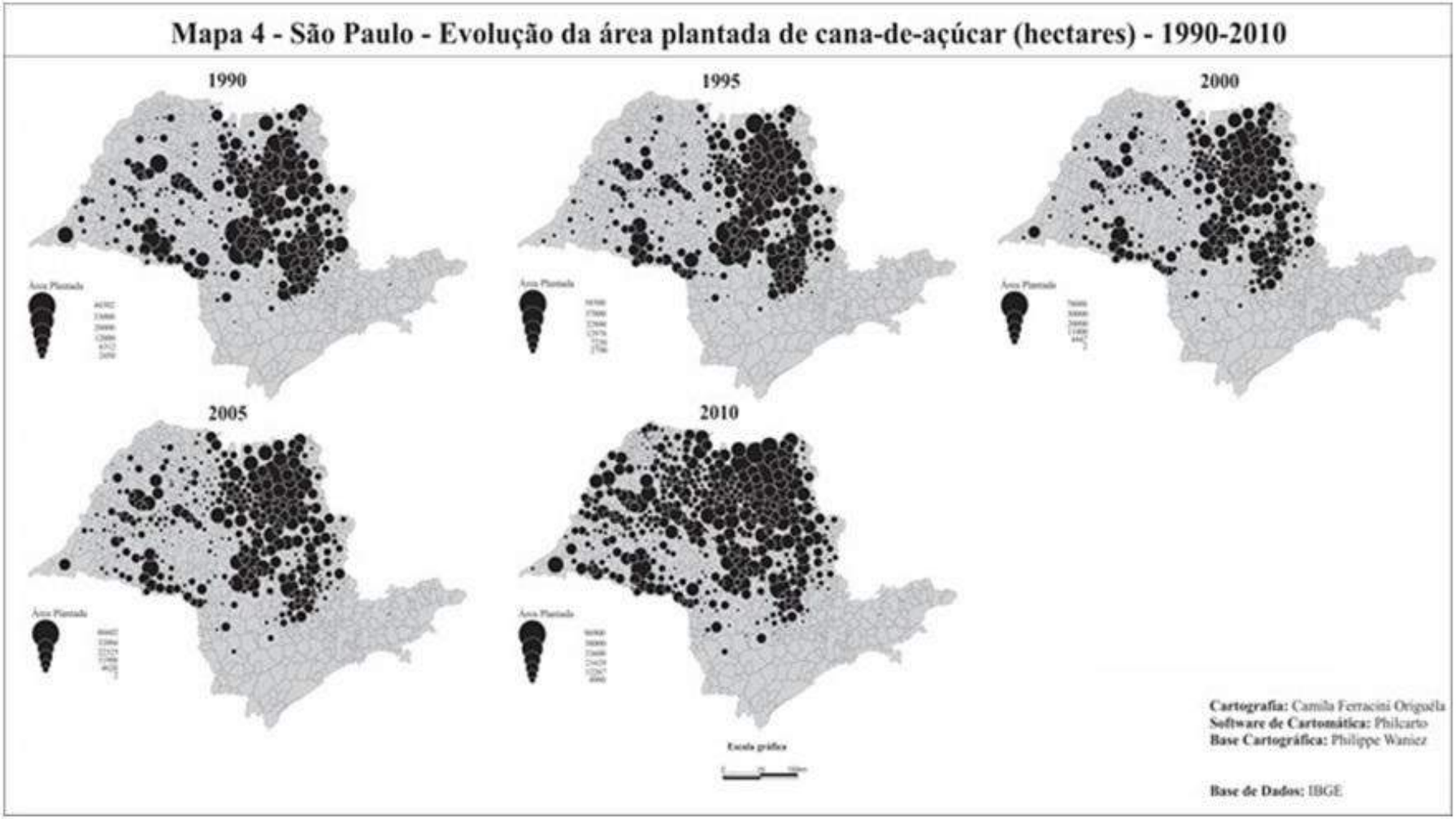
Ao longo da década de 1990, mais precisamente entre os anos de 1994 e 1998 - período de intensa liquidez internacional ou de grande quantidade de capital, principalmente, internacional na economia brasileira -, o governo Fernando Henrique Cardoso secundarizou a política de exportações agrícolas que esteve em expansão durante as décadas de 1970 e 1980 acreditando que, com a abertura da economia nacional aos investimentos externos, os problemas econômicos do país seriam, de certa forma, apaziguados. Todavia, a expansão do capital internacional acarretou o déficit da conta corrente e para resolvê-lo o Estado alterou o regime cambial e as políticas de ajuste externo e, ainda, recorreu aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) em três momentos - 1999, 2001 e 2003 (DELGADO, 2012).

Com o intuito de obter saldos positivos na balança comercial brasileira, os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva investiram significativamente na exportação do setor agropecuário e, consequentemente, na re-primarização do comércio externo - estratégia política e econômica encontrada para a reinserção do Brasil na divisão internacional do trabalho[8]. Estatisticamente, entre os anos de 1995 e 1999, as exportações médias de produtos manufaturados representavam 56% das exportações, enquanto os produtos primários ou semielaborados equivaliam a 44%. Em 2008, houve a inversão desses números e 57,1% das exportações eram de produtos primários e 42,9% de manufaturados[9].

O agronegócio pode ser compreendido como "[...] um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças" (FERNANDES e WELCH, 2008). A ascensão do agronegócio, bem como das suas políticas de expansão e de domínio territorial "formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham como uma ou mais commodities e atuam em diversos setores da economia"[10]. Desde 1999, o agronegócio se encontra em intenso processo de territorialização, sobretudo na região Centro-Oeste do país, constituindo uma espécie de polígono do agronegócio[11] - oeste de São Paulo, Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, Triângulo e Sul-Sudeste de Goiás (THOMAZ JUNIOR, 2010).

A partir do mapa 4, podemos observar a territorialização do agronegócio canavieiro no estado de São Paulo.

[8] Op. Cit.
[9] Op. Cit.
[10] Ibidem,2004, texto não paginado.
[11] O polígono é responsável por 80% da produção de cana-de-açúcar, 30% da produção de soja e parte significativa da produção de eucalipto, além de concentrar mais da metade das unidades agroindustriais de cana-de-açúcar e as melhores e férteis terras agricultáveis do país (THOMAZ JUNIOR, 2010).



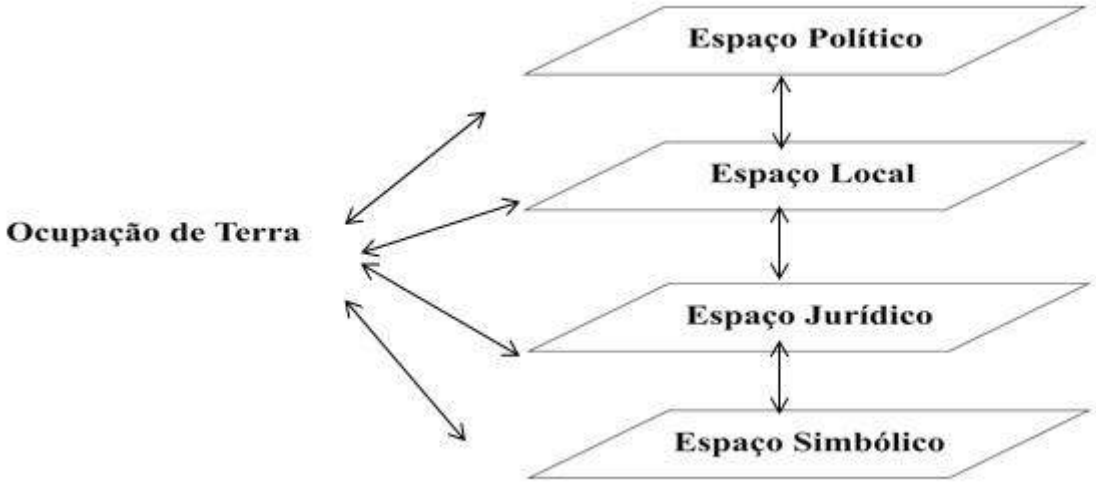
Organização: AUTOR, 2014.

O território da cana-de-açúcar está se expandindo, sobretudo, nas regiões Noroeste e Oeste do estado. As respectivas regiões possuem características históricas de acumulação de capital por meio do viés patrimonialista, ou seja, essas terras eram deixadas até certo tempo atrás às margens do processo de expansão do modo capitalista de produção no campo, pois geravam valor ou se valorizavam sem produzir absolutamente nada. Com a territorialização do agronegócio canavieiro, houve o fortalecimento de regiões tradicionais na produção de cana-de-açúcar, como a de Ribeirão Preto, e a inserção de novas regiões ao circuito produtivo. Esses processos estão bloqueando as terras passíveis de reforma agrária e protegendo as terras improdutivas para uma futura expansão territorial da produção (STEDILE, 2013).

É no âmbito do processo de re-primarização do comércio externo brasileiro e de territorialização do agronegócio canavieiro no estado de São Paulo que analisaremos as considerações desenvolvidas por Feliciano (2003). De acordo com o autor, a luta pela terra adquiriu no início do século XXI uma projeção político-jurídica, distinguindo-se das ações analisadas por Fernandes (1996), que possuíam um viés político-geográfico. Ainda, segundo Feliciano (2003), a ocupação da terra não é produto do multidimensionamento dos espaços de socialização política, mas sim, de uma decisão particular de cada um dos sujeitos envolvidos de romper ou não com as condições socioeconômicas em que vivem no campo ou na cidade.

Além de se constituir enquanto uma ação político-jurídica na qual os sujeitos optam por participar, a ocupação da terra não produz apenas um espaço de luta e resistência - o acampamento -, mas outros quatro espaços: o político, o local, o legal e, ainda, o simbólico (ver fluxograma 3).

Fluxograma 3 - O multidimensionamento de uma ocupação de terra, de acordo com Feliciano (2003)



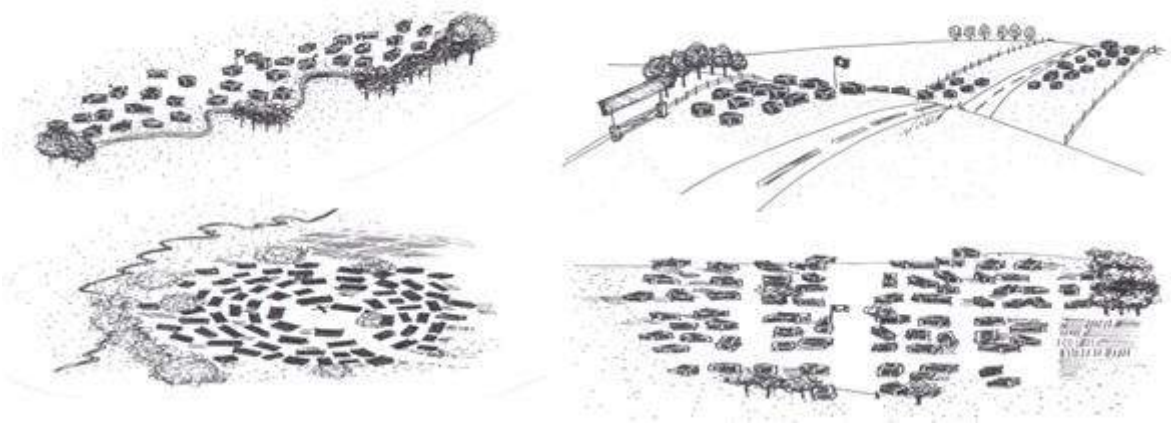
Organização: AUTOR, 2014.

Ao ocupar uma propriedade rural, as famílias sem-terra ocupam e lutam na esfera política, visto que a formação de um acampamento é o primeiro passo para a negociação política entre Estado, INCRA, ITESP e MST; na esfera local, pois as famílias acampadas reivindicam ao poder municipal o acesso à água, escola, transporte, entre outros; na esfera legal, como no caso dos processos de reintegração de posse; e na esfera simbólica, dado que a adesão da sociedade aos processos de luta pela terra e reforma agrária são fundamentais.

De acordo com Feliciano (2003), os acampamentos eram normalmente construídos após a ocupação da propriedade reivindicada, todavia logo após a ocupação as famílias eram despejadas. É por esse motivo que surgiram os acampamentos na beira das estradas,

em lotes de assentamentos rurais, hortos florestais, entre outros. Era comum neste período encontrar diferentes formas de acampamentos, como os: circulares, lineares ou tabuleiros de xadrez[12] (ver figura 1).

Figura 1 - Formas de acampamentos existentes no estado de São Paulo no início da década de 2000



Fonte: Feliciano, C. A. , 2006. Organização: AUTOR, 2014.

Para Feliciano (2003), a leitura geográfica arquitetada por Fernandes (1996) sobre o multidimensionamento do espaço de socialização política, não explicava a complexidade da luta pela terra no final da década de 1990 e início da década de 2000. Dentre as principais conclusões desse autor, podemos destacar: a) com a massificação da espacialização do MST, os espaços comunicativo e interativo ocorriam no âmbito do espaço de luta e resistência, processo que prejudicou a formação política das famílias acampadas; b) a decisão de participar da ocupação da terra não era produto da formação política, mas da decisão individual ou particular; c) e, para concluir, os acampamentos na beira das estradas se tornaram mais comum do que os acampamentos dentro das fazendas reivindicadas.

A espacialização do MST a partir do processo de formação de espaços de socialização política precários

A conjuntura atual é bastante próxima da apresentada no tópico anterior, a territorialização do agronegócio canavieiro em diferentes regiões do estado. O que mudou é que as disputas por terras entre o agronegócio e o MST se tornaram ainda mais intensas, visto que mais de 50% das propriedades rurais reivindicadas pelo Movimento estão arrendadas para a produção de cana-de-açúcar, conforme será apresentado nos próximos parágrafos. No que se refere ao processo de espacialização do MST, acreditamos que existem algumas diferenças em relação aos processos analisados por Fernandes (1996) e Feliciano (2003) (ver quadro 1).

[12] Nos acampamentos circulares, os barracos das famílias acampadas formam um círculo em torno do espaço para as reuniões e assembleias; nos lineares, os barracos estão dispostos paralelamente à cerca da fazenda; e no tabuleiro de xadrez, os barracos são erguidos uns próximos dos outros irregularmente.

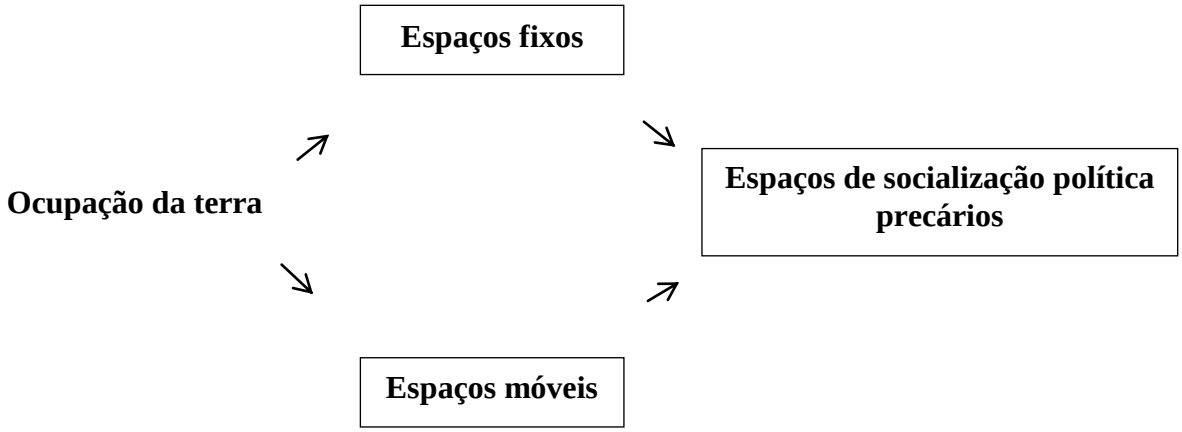
Quadro1 - Comparativo entre as pesquisas de Fernandes (1996), Feliciano (2003) e a atualidade da luta pela terra

Fernandes (1996)	Feliciano (2003)	Origuéla (2014)
Espaço comunicativo Espaço interativo Espaço de luta e resistência	Espaço político Espaço local Espaço jurídico Espaço simbólico	Espaço fixo Espaço móvel Espaço de socialização política precário

Organização: AUTOR, 2014.

Diferente de Fernandes (1996) e Feliciano (2003), consideramos que existem dois tipos de ocupações de terra: a primeira produz **espaços fixos** e a segunda, **espaços móveis** (ver fluxograma 4).

Fluxograma 4 - A atualidade da espacialização da luta pela terra

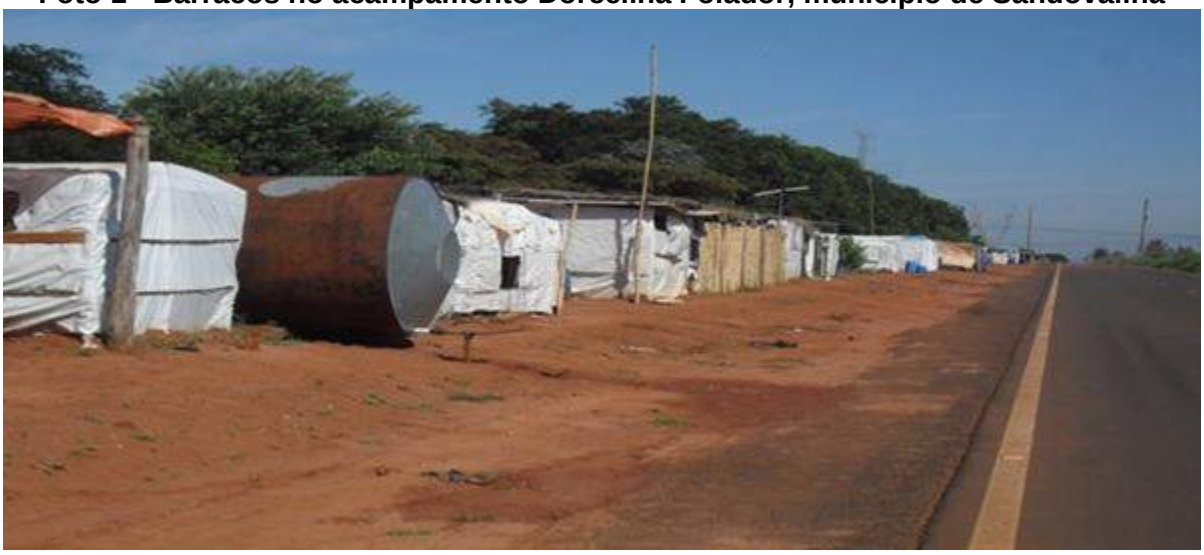


Organização: AUTOR, 2014.

Os espaços fixos são os acampamentos construídos nas beiras das estradas, em terrenos municipais ou em lotes de assentamentos rurais, normalmente próximos às fazendas pleiteadas pelo Movimento. Os espaços fixos são acampamentos construídos com o objetivo de manter um espaço no qual as famílias acampadas possam se reunir semanalmente e discutir as diretrizes da luta pela terra. Na maioria das vezes, as famílias possuem barracos no acampamento fixo, mas não habitam esses espaços, ou seja, moram nos municípios próximos aos acampamentos. O tempo de duração do acampamento fixo é extremamente maior do que o acampamento móvel e a localização do acampamento fixo é praticamente a mesma ao longo do processo de espacialização.

O acampamento Dorcelina Folador, localizado em uma estrada vicinal do município de Sandovalina, é um exemplo de espaço fixo (ver foto 1).

Foto 1 - Barracos no acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina



Fonte: Trabalho de campo, 2012. Organização: AUTOR, 2014.

No mesmo acampamento, além dos barracos de madeira e lona, podemos encontrar criação de animais, principalmente, aves e o cultivo de hortaliças (ver foto 2).

Foto 2 - Cultivo de hortaliças e flores no acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina

Fonte: Trabalho de campo, 2013. Organização: AUTOR, 2014.

Já os espaços móveis são os acampamentos formados dentro da propriedade rural reivindicada pelo MST. Os acampamentos móveis são acampamentos de duração restrita e que se deslocam de uma propriedade ocupada para outra. Em virtude dos processos de reintegração de posse, os acampamentos móveis duram alguns poucos dias ou, em casos extremos, algumas horas. Após a ocupação da fazenda São Domingos, o acampamento formado nas mediações da propriedade pelas famílias do acampamento Dorcelina Folador é um exemplo de espaço móvel. De acordo com a foto 3, os acampamentos móveis são tão efêmeros que as barracas são coletivas e montadas apenas com alguns pedaços de bambu e lona.

Foto 3 - Barracos coletivos na ocupação da Fazenda São Domingos pelas famílias do acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina

Fonte: Trabalho de campo, 2012. Organização: AUTOR, 2014.

Em alguns casos, as famílias acampadas optam por barracas de camping, devido à praticidade em montar e desmontar (ver foto 4).

Foto 4 - Barracas de camping na ocupação da fazenda São Domingos pelas famílias do acampamento, município de Sandovalina

Fonte: Trabalho de campo, 2013. Organização: AUTOR, 2014.

Tanto os espaços fixos quanto os móveis produzem espaços de luta e resistência e de socialização política precários, pois as relações socioespaciais e organizacionais construídas no âmbito desses espaço são extremamente esporádicas. Em outras palavras, os acampamentos se transformaram em um espaço de luta e resistência precário, pois as famílias acampadas os frequentam apenas nos fins de semana ou quando necessário, e em um espaço de socialização política precário, pois as relações sociais e políticas ocorrem em alguns momentos específicos e nem sempre todas as famílias estão presentes.

Além dos espaços fixos e móveis, o MST organiza territorialmente as ocupações de terra e os acampamentos a partir das regionais de luta. Desde a década de 1990, sobretudo na regional de Andradina, o Movimento desenvolve uma lógica bastante interessante de espacialização: as **lutas regionais**. Nos dias de hoje, essa forma de enfrentamento está presente em todas as outras regionais do estado. No caso das lutas regionais, as famílias acampadas em uma determinada regional participam de todas as ocupações de terra ou manifestações organizadas pelo MST no âmbito da regional. Dessa forma, as famílias lutam

por todas as propriedades rurais reivindicadas na porção do território que corresponde à regional onde estão acampadas.

Um exemplo de lutas regionais ocorreu no município de Marabá Paulista com a ocupação da fazenda Nazaré[13] pelas famílias acampadas na regional do Pontal do Paranapanema - dia 08 de março de 2013 (ver foto 5).

Foto 5 - Grupo de famílias do acampamento Dorcelina Folador na ocupação da Fazenda Nazaré, município de Marabá Paulista

Fonte: Trabalho de Campo, 2013. Organização: AUTOR, 2014.

Como todas as famílias acampadas lutam por todas as áreas reivindicadas na regional, caso uma das propriedades seja desapropriada ou arrecadada e o número de famílias que estavam acampadas próximas a propriedade ou dentro da propriedade for menor do que o número de lotes do assentamento rural, as famílias que estão acampadas a mais tempo nos outros acampamentos da regional podem ser assentadas na área. Do mesmo modo, quando um acampamento é desmanchado devido a não desapropriação da fazenda ou conflitos entre os membros, as famílias que tem interesse em continuar na luta pela terra são levadas para outros acampamentos da regional.

O acampamento Augusto Boal, por exemplo, surgiu no município de Promissão. Todavia, quando as famílias acampadas descobriram que a propriedade pleiteada dificilmente seria desapropriada, algumas famílias migraram para José Bonifácio e ergueram um acampamento próximo à fazenda São José, enquanto outras se deslocaram até o acampamento Argentina Maria, localizado no município de Barbosa, e outras até o acampamento Egídio Bruneto, localizado no município de Altair. Por meio dessa estratégia, o MST consegue organizar ocupações de terra com um número significativo de famílias acampadas, além disso, as lutas regionais estimulam os acampados a participarem das lutas, lembrando que, as famílias que exercem atividades laborais não podem participar das ações em escalas estadual ou federal.

As lutas regionais são desenvolvidas em consonância com as agendas de lutas do MST, denominadas jornadas. Dessa forma, as famílias acampadas já sabem quais serão os períodos de luta, ou seja, de ocupações de terra e manifestações. De acordo com a tabela 2, no período de 2000 a 2012, o MST organizou 508 ocupações de terra, sendo que 124 ocorreram no mês de abril. Desde o ano de 1996, o mês de abril é considerado o mês da luta pela terra e reforma agrária em homenagem ao massacre de Eldorado dos Carajás, episódio em que 19 sem-terras foram assassinados no estado do Pará.

[13] A fazenda Nazaré pertence ao ex-prefeito de Presidente Prudente Agripino Lima. A propriedade está localizada em uma área de terras públicas que foram historicamente griladas e era, até alguns anos atrás, completamente improdutiva. Atualmente, uma parte da propriedade está arrendada para a produção de gado.

Tabela 2 - São Paulo - Número de ocupações de terra organizadas pelo MST por mês - 2000-2012

Mês	Ocupações de terra
Janeiro	45
Fevereiro	36
Março	47
Abril	**124**
Maio	49
Junho	40
Julho	27
Agosto	24
Setembro	38
Outubro	20
Novembro	35
Dezembro	23
Total	**508**

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2013. Organização: AUTOR, 2014.

No âmbito das lutas regionais, as famílias acampadas desenvolvem uma espécie de **circuito de lutas**. Nesse caso, as famílias das regionais se mobilizam durante um dia ou mais duas e realizam várias ocupações de terra ou, ainda, manifestações em órgãos públicos, principalmente. Normalmente, as famílias de um acampamento organizam um ônibus e passam pelos outros acampamentos para arregimentar cada vez mais famílias e se dirigem até as propriedades rurais que serão ocupadas. Em um curto período de tempo e com um número significativo de famílias, várias ocupações de terra são realizadas com o objetivo de fortalecer a luta pela terra nas regionais.

Na maioria das vezes, apenas um membro da família frequenta o acampamento e participa das lutas regionais ou do circuito de lutas. Quando o representante da família no acampamento não consegue participar das reuniões no acampamento ou das lutas, outro membro da família é destinado a essa função. Um dos principais elementos que diferencia o processo de espacialização do MST na atualidade do estudado, sobretudo, por Fernandes (1996) é a não participação efetiva de toda a família nos acampamentos e nas ocupações de terra. É por esse motivo que o Movimento criou estratégias como as lutas regionais e o circuito de lutas, massificando dessa forma o processo de espacialização.

Para o MST, como a vida nos acampamentos é extremamente desgastante, as famílias não precisam morar de fato nesses espaços, mas apenas frequentá-los quando necessário, como em dias de reunião ou assembleia e dias de lutas regionais, ou seja, ocupações de terra ou manifestações. A não participação cotidiana das famílias no espaço de luta e resistência atrapalha a formação política das famílias acampadas e a interação entre os acampados, conforme apresentado anteriormente.

Apesar de serem imprescindíveis para a organização da luta pela terra na atualidade, as regionais estão enfrentando uma série de problemas de ordem estrutural. As regionais de Andradina, Promissão e Pontal do Paranapanema, por exemplo, além de serem territorialmente imensas, concentram 21 dos 28 acampamentos existentes no estado e cerca de mil famílias acampadas. Em virtude disso, os coordenadores regionais do MST não conseguem acompanhar cotidianamente as ocupações de terra e, principalmente, os acampamentos, desencadeando uma série de transtornos organizacionais e conflitos entre famílias acampadas e essas e os coordenadores do Movimento.

Um caso bastante peculiar é o da regional de Promissão. Um dos maiores acampamentos dessa regional está localizado no município de Colômbia, no Norte do

estado de São Paulo, limítrofe ao estado de Minas Gerais. Enquanto isso, outro acampamento da mesma regional está localizado no município de Gália, região central do estado. Os coordenadores dessa regional viajam durante horas para se deslocar de um acampamento para os outros que compõem a regional, percursos que demandam tempo e, sobretudo, recursos materiais e financeiros.

Em virtude do panorama apresentado, existem acampamentos onde coordenadores do MST nunca estiveram, ou seja, apenas levaram as famílias até a área na qual o acampamento deveria ser montado e depois disso voltaram uma vez, duas vezes ou nunca mais voltaram. Nesses casos, o contato entre os militantes e as famílias acampadas ocorre por meio de ligações telefônicas. Na verdade, os militantes entram em contato com os coordenadores dos acampamentos - normalmente um homem e uma mulher - e esses transferem as informações para o restante das famílias. Os coordenadores dos acampamentos também participam dos cursos de formação e dos encontros regionais, estaduais e nacionais do MST e das reuniões com órgãos públicos com o objetivo de discutir os processos de desapropriação ou arrecadação de terras.

Quando o contato entre as famílias acampadas e os coordenadores do MST é bastante restrito, as famílias acabam se vinculando aos padres da Igreja Católica vinculados à CPT, aos vereadores do município onde o acampamento está localizado ou, até mesmo, deputados estaduais para que esses as ajudem a organizar os acampamentos e, principalmente, as ocupações de terra por meio do frete de veículos para o transporte das famílias, lonas para as barracas, alimentos, entre outros. O acampamento Augusto Boal, por exemplo, é acompanhado por um padre da Paróquia de Promissão - Diocese de Lins. O acampamento Palmares conta com a colaboração de um vereador do município de Araçatuba, que contribuiu com a instalação de rede elétrica no acampamento.

Um dos maiores problemas ocasionados pela não participação efetiva dos coordenadores do Movimento nas ocupações de terra e acampamentos é a ascensão de lideranças personalistas, ou seja, de acampados que decidem a organização dos espaços de luta pela terra sem levar em consideração o coletivo. As famílias acampadas aceitam esse tipo de liderança, pois não têm condições de se envolverem nas atividades da coordenação em virtude das atividades laborais exercidas no campo ou na cidade. Além das lideranças personalistas, outro contratempo enfrentado pelo MST é a carência de militantes para coordenar os espaços de luta pela terra e, consequentemente, as regionais, cenário que acarreta o distanciamento do Movimento da sua base social, a fragmentação de acampamentos e a desistência das famílias acampadas.

Regional de Andradina

A regional de Andradina é uma das mais antigas do estado de São Paulo. Na atualidade, existem 14 acampamentos nessa regional, sendo que 3 deles - Conquista, Jardim de Deus e Novo Horizonte - estão à procura de áreas improdutivas ou com irregularidades sociais, ambientais ou jurídicas para reivindicar; 2 deles - Jardim de Deus e São Raphael Santana - eram organizados por sindicatos rurais, mas devido a problemas organizacionais, as famílias procuraram o MST; e um deles - Irmã Dorothy - pleiteia, ao mesmo tempo, as fazendas Jangada e Santa Maria, de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 2 - Informações sobre a luta pela terra na regional de Andradina - 2013

Município	Acampamento	Propriedade	Número de ocupações	Data
N.I.[14]	Jardim de Deus	Sem área[15]	-	-

[14] Município não informado pela direção do MST.

Aparecida d'Oeste	Padre Josino	Fazenda Nossa Senhora Aparecida I e II	-	-
Araçatuba	Palmares	Fazenda Santa Cecília[16]	2	17/09/2009 15/04/2011
Araçatuba	Novo Horizonte	Sem área		
Castilho	José Martín	Fazenda Itapura[17]	2	08/01/2004 08/12/2004
Indiaporã	Ouroíndia	Fazenda Bom Jesus	-	-
Itapura	Madre Cristina	Fazenda Lagoão[18]	5	16/06/2005 25/07/2007 20/02/2007 20/04/2007
Mirandópolis	São Raphael Santana	Fazenda São Raphael Santana	-	-
Mirandópolis	Ernesto Che Guevara	Fazenda São José	-	-
Mirandópolis	Conquista	Sem área	-	-
Pereira Barreto	José Ribamar	Fazenda Santo Ivo	-	-
Pontalinda	Paulo Freire	Fazenda Ranchão	-	-
Rubiácea	Rosa Luxemburgo	Fazenda Guararema	-	-
Sud Menucci	Irmã Dorothy	Fazenda Jangada/Fazenda Santa[19]	2	08/03/2006 28/06/2007

Fonte: Trabalhos de campo, 2013; Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2013.
Organização: AUTOR, 2014.

A regional de Andradina é a que apresenta maior número de acampamentos que, em sua maioria, estão localizados na beira das estradas - apenas o acampamento Palmares está localizado em um terreno da prefeitura de Araçatuba. Todavia, o número de ocupações de terra é bastante restrito, visto que desde o ano de 2011 nenhuma ação desse tipo ocorreu nessa regional. Entre os anos de 1990 e 2012, foram registradas, aproximadamente, 100 ocupações de terra organizadas pelo MST, de acordo com o DATALUTA (2013).

Ainda, devido à Medida Provisória 2.183-56/2001, o Movimento normalmente ocupa as propriedades rurais limítrofes àquelas reivindicadas, evitando, dessa forma, a interrupção dos processos de vistoria e, consequentemente, de desapropriação de áreas improdutivas. As **ocupações de terras limítrofes** se tornaram uma das principais estratégias do MST nas regionais de Andradina e, também, de Promissão. No caso do Pontal do Paranapanema, as ocupações de terra são mais intensas e nas áreas pleiteadas, pois as propriedades são públicas.

[15] Acampamento sem propriedade reivindicada definida.
[16] Ambas as ocupações foram organizadas pelo MST.
[17] As suas ocupações foram lideradas pelo MST, sendo que uma delas foi realizada por famílias do acampamento Nova Conquista.
[18] Todas as 5 ocupações foram realizadas pelo MST.
[19] Acampamento com duas propriedades reivindicadas. As duas ocupações foram realizadas pelo MST.

O panorama apresentado nos permite questionar, primeiro, se é interessante para o MST organizar acampamentos que ainda não possuem uma propriedade rural para reivindicar; se a organização de acampamentos que eram de outros movimentos socioterritoriais ou sindicatos rurais é mais acessível ao Movimento do que a sistematização de trabalhos de base, prática que está se tornando incomum no estado; e, por fim, se o acampamento é um espaço transitório, pois o acampamento Madre Cristina, por exemplo, existe desde o ano de 2002 e a propriedade reivindicada pelas famílias, a fazenda Lagoão, foi recentemente considerada produtiva por um juiz da comarca de Ilha Solteira.

No caso de acampamentos com décadas de existência, várias famílias desistem da luta pela terra ou migram para acampamentos nos quais as propriedades reivindicadas têm maior probabilidade de serem desapropriadas. Desde as ações pesquisadas por Feliciano (2003), o tempo de existência de um acampamento é cada vez maior. Esse é um dos elementos que explica porque algumas famílias desistem dos acampamentos e outras frequentam os acampamentos apenas nos fins de semana.

Regional do Pontal do Paranapanema

A regional do Pontal do Paranapanema é composta por apenas 3 acampamentos. Os acampamentos Dorcelina Folador e Irmã Goreti são os mais antigos da regional, com cerca de 5 anos de existência, diferente do acampamento Irmã Dorothy que surgiu em meados de 2012. A maioria das famílias acampadas nos dois primeiros espaços citados está lutando por terra há pelo menos 10 anos, pois são remanescentes de outros acampamentos da regional que se transformaram em assentamentos rurais.

Os acampamentos Dorcelina Folador e Irmã Goreti reivindicam as fazendas São Domingos e Nazaré, respectivamente. Ambas são terras públicas que foram griladas historicamente por fazendeiros da região. Atualmente, a fazenda São Domingos está arrendada para o cultivo de cana-de-açúcar e soja e a fazenda Nazaré está arrendada para a produção pecuária. O acampamento Irmã Dorothy surgiu quando famílias dos municípios de Indiana e Presidente Prudente procuraram o MST e pediram que ele as representasse na luta por uma fazenda localizada no município de Indiana que havia sido hipotecada pelo Banco do Brasil.

Distinto dos acampamentos Dorcelina Folador e Irmã Goreti, formados a partir de trabalhos de base realizados pelo MST na região do Pontal do Paranapanema e Norte do estado do Paraná, o acampamento Irmã Dorothy pode ser caracterizado como um acampamento funcional, ou seja, um acampamento que está em processo de consolidação organizacional. Dessa forma, apesar das famílias desse acampamento participarem das lutas regionais, o Movimento ainda não investiu na massificação do acampamento – realização de trabalhos de base e aumento do número de famílias acampadas.

Mesmo com um número restrito de acampamentos, as ocupações de terra são bastante intensas na regional do Pontal do Paranapanema. De acordo com o quadro, desde a década de 1990 até os dias atuais, as fazendas São Domingos e Nazaré já foram ocupadas 17 e 9 vezes, respectivamente (DATALUTA, 2013).

Quadro 3 - Informações sobre a luta pela terra na regional do Pontal do Paranapanema - 2013

Município	Acampamento	Propriedade	Ocupações	Data
Indiana	Irmã Dorothy[20]		1	05/10/2012
Marabá Paulista	Irmã Goreti	Fazenda Nazaré[21]	9	29/03/1999

[20] Ocupação organizada pelo MST.
[21] Foram 6 ocupações organizadas pelo MST, uma pelo MST da Base e uma por movimento socioterritorial não identificado.

				07/09/2001 03/05/2004 16/04/2004 10/01/2006 13/04/2010 07/10/2011 23/06/2012 08/03/2013
Sandovalina	Dorcelina Folador	Fazenda São Domingos[22]	17	07/10/1995 28/10/1995 01/10/1995 22/01/1996 15/08/1996 07/10/1996 15/10/1996 08/03/1996 26/10/1996 23/02/1997 23/02/1998 29/07/2004 04/12/2004 18/03/2006 15/04/2011 14/04/2012 14/07/2012

Fonte: trabalhos de campo, 2013; Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2013.
Organização: AUTOR, 2014.

Regional de Promissão

A regional de Promissão é formada por 5 acampamentos. Até o ano de 2012 eram 6 acampamentos, todavia um foi extinto pelo próprio MST depois que a propriedade reivindicada foi declarada produtiva. Encontramos na regional de Promissão a mesma tendência da regional de Andradina, poucas ocupações de terra, mas um número significativo de acampamentos. De acordo com o quadro, apenas duas das 5 propriedades pleiteadas foram ocupadas pelo Movimento, sendo que a ocupação da fazenda Colômbia em 2006 foi sistematizada pela Organização de Inclusão de Trabalhadores pela Reforma Agrária (OITRA).

Quadro 4 - Informações sobre a luta pela terra na regional de Promissão - 2013

Município	Acampamento	Propriedade	Ocupações	Data
Altair	Egídio Bruneto	Fazenda São José[23]	1	06/11/2011
Barbosa	Argentina Maria	Fazenda Corredeira	-	-
Colômbia	Colômbia	Fazenda Colômbia[24]	1	11/10/2006
José Bonifácio	Augusto Boal	Fazenda São José	-	-
Gália	Luiz Beltrame	Fazenda Portal do	-	-

[22] Das 17 ocupações, apenas duas não há informações sobre o movimento socioterritorial que organizou a ação, as outras 15 foram organizadas pelo MST.
[23] Ocupação organizada pelo MST.
[24] Esta fazenda foi ocupada pela Organização de Inclusão de Trabalhadores pela Reforma Agrária (OITRA).

Fonte: Trabalhos de campo, 2013; Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2013.
Organização: AUTOR, 2014.

Em alguns casos, o MST desiste da organização dos acampamentos formados por outros movimentos socioterritoriais, sindicatos rurais ou Igrejas Católicas e Evangélicas, pois as famílias acampadas não concordam com algumas diretrizes políticas e, principalmente, organizacionais do Movimento, como a coordenação coletiva desses espaços. Normalmente, os acampamentos do MST são estruturados a partir de grupos de famílias e cada um desses grupos é coordenado por um homem e uma mulher acampados. Além da coordenação dos grupos de famílias, existe a coordenação do acampamento, também composta por um homem e uma mulher acampados.

Na regional de Promissão existem, aproximadamente, 20 núcleos urbanos de luta pela terra e pela reforma agrária que são coordenados por um padre da Igreja Católica do município de Promissão e por um pastor de uma Igreja Evangélica do município de Penápolis. Os núcleos urbanos são espaços construídos em diferentes cidades da regional com o objetivo de discutir formas de acesso a terra. O MST contribuiu significativamente com as discussões realizadas semanalmente nesses núcleos, todavia quando os grupos optaram por desenvolver experiências de luta pela terra, como ocupações de terra e acampamentos, surgiram conflitos entre o Movimento e os núcleos. Em virtude desses conflitos, o MST não organiza as ações desenvolvidas pelos núcleos, apesar de alguns desses utilizarem a bandeira do Movimento.

Considerações finais

De acordo com a leitura geográfica desenvolvida por Fernandes (1996), o processo de espacialização do MST pode ser compreendido por meio da concepção de multidimensionamento do espaço de socialização política, ou seja, por meio da constituição de espaços comunicativos, espaços interativos e, por fim espaços de luta e resistência. Os espaços comunicativo e interativo eram construídos no âmbito dos lugares sociais, ou seja, das CEBs, enquanto o espaço de luta e resistência, no caso o acampamento, era construído em propriedades rurais ocupadas pelo MST ou na beira das estradas próximos às fazendas reivindicadas.

Nas CEBs, primeiramente, famílias camponesas se reuniam com o objetivo de desenvolver práticas de comunicação a respeito da realidade do campo brasileiro, no caso, da expropriação, exclusão e migração do campesinato. Após compreenderem os processos citados, as famílias construíam um espaço interativo, no qual além da comunicação, interagiam com o intuito de organizar práticas capazes de transformar a realidade. Apenas após meses de comunicação, interação e, consequentemente, formação política, as famílias que participavam desses espaços optavam ou não pela ocupação da terra e a formação de um acampamento.

Distinto de Fernandes (1996), a concepção desenvolvida por Feliciano (2003) compreendia o processo de ocupação da terra a partir da constituição dos espaços político, local, jurídico e simbólico. Com a intensificação e, consequentemente, massificação do processo de espacialização do MST, ao invés de o Movimento construir os três espaços estudados por Fernandes (1996), passou a construir um único espaço, o de luta e resistência e no âmbito desse espaço desenvolvia a comunicação e interação das famílias acampadas. Dessa forma, as famílias camponesas que tinham interesse em retornar ao campo, eram arregimentadas por meio de trabalhos de base no campo e na cidade e levadas até a propriedade que seria ocupada ou a área em que o acampamento deveria ser erguido. Esse processo é denominado por Feliciano (2003) como sobreposição do espaço de socialização política.

Ao realizar uma ocupação de terra, o MST também luta no âmbito da esfera pública ao reivindicar a desapropriação ou arrecadação de uma propriedade rural; na esfera local ao exigir, por exemplo, que a prefeitura do município no qual o acampamento está localizado

conceda às famílias acampadas direitos básicos, como o acesso à água tratada, ao transporte público, sobretudo, ônibus escolar para as crianças e adolescentes; na esfera jurídica ao questionar a propriedade da terra; e, por fim, na esfera simbólica ao tentar mobilizar a sociedade em prol da reforma agrária.

Nos dias de hoje, a espacialização do MST é, de certa forma, próxima dos processos analisados por Fernandes (1996) e Feliciano (2003). As ocupações de terra e os acampamentos, por exemplo, são organizados a partir das regionais de lutas, o que já acontecia, ainda que timidamente, no período estudado por Fernandes (1996). O MST também constrói apenas um espaço, o de luta e resistência, e no bojo desse espaço desenvolve os espaços comunicativo e interativo. Concordamos com o autor citado, quando afirma que a sobreposição dos espaços comunicativo, interativo e de luta e resistência prejudica, até certo ponto, a formação política das famílias acampadas. Além disso, acreditamos que as famílias acampadas também lutam, ainda que parcialmente, nos espaços político, local, jurídico e simbólico. Todavia, como o número de famílias que moram no acampamento é extremamente restrito, não há a necessidade de as famílias lutaram, por exemplo, por transporte público para as crianças se deslocarem do acampamento até a escola, já que não encontramos crianças no s acampamentos.

Referências

BOMBARDI, Larissa Mies. **Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo)**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FELICIANO, C. A. **O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano e WELCH, Cliff. A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 58, AGB, p. 5-64, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. 235 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

THOMPSOM, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **O agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI**. Campo - Território, v. 5, 2010.

Recebido para publicação em 17 de janeiro de 2015

Devolvido para revisão em 14 de maio de 2015

Aceito para publicação em 07 de junho de 2015

Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil

Rafael Navas
Doutor em Ecologia Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP) (2014).
Professor da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo, Campus Capão Bonito
e-mail: navas_rj@yahoo.com.br

Andréa Yumi Sugishita Kanikadan
Doutora em Ecologia Aplicada pela Universidade de São Paulo (2014).
Professora Universidade Federal do Alagoas
e-mail: andrea.kanikadan@arapiraca.ufal.br

Kátia Maria Pacheco dos Santos
Doutoranda em Ecologia Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP)
e-mail: Pacheco.katia@yahoo.com.br

Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello
Professora Departamento Economia, Administração e Sociologia – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - Universidade de São Paulo (USP)
e-mail: mepegara@usp.br

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar o sistema agroalimentar da comunidade remanescente de quilombo Mandira, localizada em Cananéia/São Paulo/Brasil e relacioná-lo com as atividades produtivas das famílias. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2011 e 2013, por meio de técnicas quali-quantitativas, com entrevistas semiestruturadas, conversas informais, observação participante e recordatório 24 horas. As famílias que possuem a base econômica na agricultura apresentam maior diversidade alimentar, com controle da produção dos alimentos consumidos. Em oposição, as famílias que tem a base econômica no manejo de recursos marinhos são mais dependentes do mercado, apresentando maior consumo de itens industrializados e menor diversidade de itens consumidos. A maior parte das famílias apresenta um processo de transição alimentar, levando a uma dieta mais ocidentalizada.

Palavras-chave: Segurança alimentar; transição alimentar; povos tradicionais.

Abstract

Dietary transition in marroom community in the south coast of São Paulo/Brazil

This research aimed to evaluate the agrifood system remaining marroom community Mandira, located in Cananéia/Sao Paulo/Brazil and relate it to the productive activities of families. The survey was conducted between the years 2011 and 2013, using quali-quantitative techniques with semi-structured interviews, informal conversations, participant observation and 24 hour recall. Families who have the economic base in agriculture have increased food diversity, control of production of food consumed. In contrast, families who have the economic base for the management of marine resources are more market-dependent, with higher consumption of processed items and less diversity of items consumed. Most families presents a process feed transition, leading to more westernized diet.

Keywords: Food security; dietary transition; traditional populations.

Resumen

Transicion alimentaria en comunidad quilombola en litoral sur de São Paulo/Brazil

Esta investigación tuvo como objetivo evaluar el sistema agroalimentario de la comunidad de Quilombo Mandira, ubicada en Cananéia/São Paulo/Brasil y relacionarlo con las actividades productivas de las familias. La pesquisa se realizo entre los años 2011 y 2013, con el uso de técnicas cuali-cuantitativas, con encuestas semi-estructuradas, conversaciones informales, observación participante y recordatorio 24 horas. Las familias que tienen la base económica en la agricultura han aumentado la diversidad de alimentos, con control de la producción de alimentos que se consumen. Por el contrario, las familias que tienen la base económica en la gestión de recursos marinos son más dependientes del mercado, con un mayor consumo de los productos elaborados y menos diversidad de artículos consumidos. La mayoría de las familias presentan un proceso de transición alimentaria, lo que lleva a la dieta más occidentalizada.

Palabras clave: Seguridad alimentaria; transición alimentaria, pueblos tradicionales.

Introdução

O sistema alimentar é o resultado e a representação de processos culturais que prevêem a domesticação, a transformação e a reinterpretação da natureza. A comida é cultura, pois é produzida, preparada e consumida e esses processos implicam a transformação dos produtos, que é a base da alimentação, mediante técnicas que expressam as práticas da cozinha (MONTANARI, 2008).

Ao se alimentar, o homem cria práticas e atribui significados àquilo que está incorporando a si mesmo, que vai além da utilização dos alimentos pelo organismo. As práticas alimentares compreendem os itens consumidos e relacionam-se às representações coletivas, ao imaginário social, às crenças do grupo e às suas práticas culturais. É deste processo que emerge um sistema alimentar que dá sentido aquilo que o grupo ingere (MACIEL, 2001).

Os sistemas alimentares são a interação complexa entre as dimensões ecológica, técnica, social e econômica, que determinará se estes podem ser sustentáveis ? em longo prazo (BUTTEL, 1993).

Os gostos são transmitidos como parte de uma cozinha cultural (MESSER, 1995). Segundo Lévi-Strauss apud Contreras (1992), a cozinha de uma sociedade traduz inconscientemente sua estrutura e é parte do conjunto das relações sociais que prevalecem dentro de uma sociedade. Os hábitos alimentares são parte integrada da totalidade cultural.

Segundo Araújo e Lima Filho (2012), a alimentação é um conjunto integrado de práticas e saberes diretamente relacionados à produção e reprodução da vida material e espiritual e configura-se como um importante eixo articulador da cultura. Exerce um papel estruturador na organização social, tornando-se o centro de um dos mais vastos e intricados complexos culturais (POULAIN, 2004). Com aspectos ligados à sobrevivência e à subsistência, através de atividades extrativistas e agrícolas, a alimentação se torna um meio para o entendimento da relação do indivíduo com a natureza (MURRIETA, 2001).

A transição histórica da alimentação - de caça e coleta para produção, significou uma mudança decisiva na relação do homem com o meio ambiente. A própria industrialização é percebida como um processo que pode distanciar o alimento das pessoas, na medida em que, muitas vezes, pode dificultar a percepção da origem e/ou dos ingredientes que compõem um determinado alimento (PROENÇA, 2010).

Os hábitos e práticas alimentares são construídos com base em determinações socioculturais, relacionados à trajetória, história e relação com o meio em que as comunidades se inserem, e que no mundo contemporâneo, devido à influência da mídia e da modernidade, tem sido desestruturados e desconstruídos (TARDIDO; FALCÃO, 2006). Tais transformações se devem à ampliação do acesso ao mercado e à globalização mundial, onde produções locais saudáveis são substituídas por produtos de supermercado de fácil acesso, industrializados e processados, com altos teores de óleos vegetais e gorduras (KIM et al., 2000; PIPERATA, 2007; LOURENCO, et al., 2008; MONTEIRO et al., 1995; MONTEIRO et al., 2004).

Segundo Silva e Garavello (2012) por meio de intervenções desenvolvimentistas que desconsideram as características locais, reforça-se uma perspectiva de progresso que estimula um estilo de vida cada vez mais ocidentalizado, descaracterizando as disposições socioculturais locais que propiciam uma dieta tradicional mais saudável. Para os autores, repensar o desenvolvimento sob o viés da alimentação deve-se tornar imperativo, por considerar o seu poder de abrangência para o entendimento das relações de uso dos recursos naturais de produção e das suas consequências para o consumo humano.

É pertinente ressaltar que, normalmente, o conceito de desenvolvimento implica numa proposta de incremento econômico com base nos princípios do capitalismo, consagrado num sistema de produção cujo objetivo não é satisfazer as necessidades, mas sim a obtenção do lucro (FOLADORI, 2001). Diante deste raciocínio, subentende-se que o termo desenvolvimento, frequentemente, se reduz à ideia simplista de modernização constante em todas as esferas de ação e pensamento da sociedade, desconsiderando assim os aspectos mais amplos de formação e expressão étnica de um povo.

No caso das comunidades remanescentes de quilombos, as formas de produção do alimento e os hábitos alimentares estão relacionados às representações e práticas culturais desenvolvidas pelos grupos, como a agricultura de coivara, a caça, o extrativismo e o uso dos recursos naturais. Porém, percebe-se atualmente, mudanças na alimentação destas populações, em favor de uma dieta mais ocidentalizada, com maior dependência de produtos industrializados e menor produção para autoconsumo (SOUZA e SOARES, 2011; CAMBUY, 2006; CGPAN, 2005).

Neste cenário, o objetivo deste trabalho foi analisar o sistema agroalimentar da comunidade remanescente de quilombo Mandira, localizada em Cananéia/SP/Brasil.

Transição alimentar

A transição alimentar e nutricional pode ser definida como o conjunto de mudanças nos padrões alimentares resultantes de modificações na estrutura da dieta dos indivíduos e que se correlacionam com mudanças econômicas, sociais, demográficas e relacionadas à saúde. Nesse contexto, a saúde da população tem sido seriamente afetada pelas mudanças ocorridas nos hábitos alimentares, a partir da acelerada industrialização e das políticas estatais, que acabam por incentivar hábitos de consumo de produtos industrializados, levando a uma dieta cada vez mais ocidentalizada (GARCIA, 2003; MONDINI e MONTEIRO, 1994; OLIVEIRA, 1997).

A transição nutricional ocorrida neste século resultou na chamada “dieta ocidental” caracterizada pelo consumo de altos teores de gorduras, principalmente de origem animal, de açúcares e alimentos refinados e baixos teores de carboidratos complexos e fibras (MONTEIRO et al., 2000).

A alimentação é, ainda, afetada de outras formas, como a obtenção dos produtos em supermercados. Esta possibilidade faz com que o consumidor se deslumbre com as diversas opções, com a novidade das indústrias alimentícias e com os preços cada vez mais atrativos de alguns gêneros (devido à competição entre várias marcas), não agregando grande importância aos aspectos relacionados com o valor nutricional do alimento que estão adquirindo (ALMEIDA et al, 2002; GARCIA, 2003; OLIVEIRA, 1997).

A mudança no padrão alimentar é colocada por Müller (1983; 1986) como conseqüência das políticas que favoreceram a opção pelo modelo de desenvolvimento econômico do tipo capitalista oligopolista, levando à reprodução dos padrões de produção e de consumo característicos dos países do Norte.

Em se tratando de comunidades tradicionais, observa-se que com o aumento do contato com a sociedade industrial moderna há alterações no estilo de vida e nos padrões de alimentação (BENEFICE et al., 2007; PIPERATA, 2006).

A agricultura de subsistência é a primeira atividade a ser reduzida com os processos de mudanças, havendo maior ênfase para produtos de maior valor comercial, em detrimento dos cultivos de subsistência e aumento no consumo de produtos adquiridos em supermercados (PEDROSO JUNIOR, 2008; KUHNLEIN e RECEVEUR, 1996). Vários estudos tem demonstrado que atualmente a agricultura de subsistência é insuficiente para garantir a segurança alimentar destas populações.

Sobre este processo de transição alimentar, levando a uma dieta cada vez mais ocidental e industrializada, com alimentos cada vez mais processados, Pollan (2008, p. 18) acrescenta que “em qualquer lugar onde se abrir mão de uma alimentação tradicional em prol de uma dieta ocidental logo surgirá uma série de doenças típicas do ocidente, como obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares e câncer”.

Esta mudança no sistema agroalimentar vem ocorrendo em diferentes regiões e com diversos grupos culturalmente diferenciados. Entre população ribeirinha na Amazônia, Silva e Begossi (2007) observaram que a principal fonte de itens alimentares era obtida por meio de compras, estando relacionada à proximidade com os centros urbanos e ao aumento da renda das comunidades. O maior consumo de itens industrializados também é observado entre populações indígenas, com risco de percorrer a mesma trajetória da sociedade não indígena, em razão das modificações no manejo agrícola, nas formas de produção e nos hábitos de consumo (CGPAN, 2005). Souza e Soares (2011) verificaram em estudo com comunidade quilombola que a agricultura era um dos meios mais importantes para prover a subsistência familiar, porém esse já se apresentava com certo esgotamento, refletindo na menor oferta de alimentos e na dependência da compra de produtos básicos como arroz e feijão, o que no passado era obtido através das produções das roças. Observaram também o baixo consumo de frutos e verduras. Cambuy (2006) verificou que entre as comunidades quilombolas as práticas agrícolas apresentaram redução na diversidade de produtos cultivados e na insuficiência da produção para autoconsumo, principalmente, pela falta de acesso à terra e sementes, e os principais produtos consumidos eram adquiridos em mercados, seja pela facilidade para comprar, quanto pela influência dos meios de comunicação que, acabaram por introduzir no dia-a-dia um grande número de produtos industrializados.

O contexto das comunidades quilombolas

Segundo Diegues (1998), todas as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalista, caracterizadas por uma dependência parcial do mercado, sem mercantilização da mão de obra de trabalho, ou seja, organização econômica e social com reduzida acumulação de capital e com inexistência de força de trabalho assalariada. Cunha e Almeida (2009, p. 300) ampliaram esta definição, incorporando outros elementos, em especial políticos, relacionados à liderança e à identidade conservacionista. Para os autores, populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar uma identidade pública conservacionista, que inclui as características de uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados.

No caso das comunidades remanescentes de quilombos, seu conceito vem sendo usado e modificado ao longo do tempo. São consideradas populações tradicionais pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e de acordo

com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto 6.040/2007, em seu Artigo 3º, são compreendidos como

> [...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 define esse grupo como aqueles "[...] que desenvolveram, ao longo do tempo, práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar" (BRASIL, 1988).

Para Arruti (2006), resistência e autonomia são os elementos fundamentais para caracterizar o conceito contemporâneo de quilombos.

Estes grupos se constituem como grupos étnicos, cuja organização confere pertencimento através de normas e de meios empregados que indicam afiliação ou exclusão; a territorialidade é caracterizada pelo uso comum, pela sazonalidade das atividades agrícolas e por uma ocupação do espaço que tem por base os laços de parentesco e de vizinhança, assentados em relações de solidariedade e de reciprocidade (ITESP, 2002).

Moura (2006, p. 55) define quilombo como uma comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco, que vivem da agricultura de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada por seus antepassados, os quais mantêm suas tradições culturais e as vivenciam no presente, como suas histórias e seu código de ética, que são transmitidos oralmente de geração a geração.

O contingente de mão-de-obra empregado na mineração sempre foi subutilizado na lavoura. Somente a partir do século XVIII, "a lavoura sofreu um incremento relativamente grande, encontrando condições para a exportação de eventual excedente de produção". A atividade agrícola passou, então, a adquirir maior estabilidade, sendo produzidos o milho, o café, a cana-de-açúcar, a mandioca, o feijão e o fumo (ITESP, 2002). No caso da cana-de-açúcar, a lavoura era ainda um pouco mais incrementada, devido ao fato de a fabricação de aguardente ter sido uma atividade bastante praticada.

No início do século XIX, a monocultura de arroz despontou como atividade econômica de destaque na região do Vale do Ribeira/SP "incrementado pela chegada da família real ao Brasil [...] o consumo de arroz estimulou essa cultura, que passou a ser realizada em maior escala" (SCARPIN, 1991, p. 66). Durante todo o século, o arroz colhido era, em sua maior parte, comercializado com outras províncias, tornando-se o principal produto escoado pelo Porto de Iguape.

Segundo Ferreira (2006) a mão-de-obra escrava das grandes fazendas monocultoras era retransformada em grupos familiares que produziam sua existência material através de práticas agrícolas e extrativistas.

Para Munari (2009) o sistema agrícola desenvolvido por essas comunidades é complexo, sendo uma das práticas mais antigas e consideradas como um sistema de organização e uso dos recursos naturais, decorrente da evolução cultural e biológica nas áreas naturais e representa as experiências acumuladas ao longo de séculos de interação entre população e natureza. Esta prática está baseada em um conhecimento profundo dos aspectos naturais e das espécies florestais, fruto do processo histórico e social das comunidades, tendo sido a principal estratégia de subsistência dos povos tradicionais no Vale do Ribeira. É a prática material que apresenta o maior potencial de interferência na paisagem habitada pelos quilombolas, relacionando-se com aspectos culturais, econômicos e ambientais envolvidos na relação entre a cultura das populações e a floresta local (MUNARI, 2009). Foi através deste sistema, que a autonomia foi alcançada pelas famílias, sendo um dos elementos identificados na definição de comunidades remanescentes de quilombos.

Para estas comunidades, a produção do alimento se estabelece relacionada com o o ambiente natural e atreladala ao seu sistema cultural. A prática de roça de coivara foi a principal estratégia de subsistência dos povos no Vale do Ribeira, complementadas por práticas de caça e coleta e era considerada a base de toda estrutura produtiva local.

As comunidades têm criado sistemas agrários locais ao longo dos séculos, através da coevolução biológica e social e neste processo de apropriação dos recursos naturais, de trabalho na terra, tem sido criada sua cultura e identidade e dificilmente uma população as mantém se o trabalho na terra não tiver um papel central, como historicamente tem sido (ACOSTA, 2007).

Porém, pesquisas vêm apontando a redução nesta prática entre as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e entre os fatores associados a esta mudança está o estímulo à realização de cultivos comerciais, atrelado ao aumento da renda familiar, como subsídios do governo e as restrições ambientais que limitam a derrubada de novas áreas da floresta (PEDROSO JUNIOR et al., 2008). Como consequência, ocorre a perda das técnicas e do conhecimento associado a essa prática agrícola, bem como das variedades cultivadas (MUNARI, 2009).

Na comunidade quilombola de Mandira, a agricultura era realizada em áreas de 1,0 a 5 hectares, com trabalho das famílias nucleares e atendia o consumo interno, a manutenção da pequena criação e comercialização dos excedentes, sendo o arroz o principal produto. A partir dos anos 1960, a atividade agrícola sofreu considerável abalo na comunidade devido às restrições impostas pela legislação ambiental e a criação de Unidades de Conservação, impedindo essa prática (SALES e MOREIRA, 1996). Para Sales e Moreira (1996), os moradores locais remanescentes, dadas as restrições de acesso aos recursos que tradicional e sazonalmente exploravam, se tornaram mais dependentes da economia de mercado e passaram a atender de forma mais sistemática as demandas de indústrias e comerciantes por produtos com maior valor comercial (palmito, madeiras, camarão, ostra), causando pressão sobre esses recursos, comprometendo sua capacidade de reprodução natural e apresentando redução da agricultura.

Atualmente a comunidade está inserida em projetos de turismo étnico, produção e comercialização de artesanatos com recursos florestais e possui famílias que se dedicam a agricultura de subsistência, manejo agroecológico e de recursos marinhos, em especial com criação de *Crassostrea brasiliana* (ostra nativa), apresentado diversidade de atividades econômicas

A fonte de renda mais presente e importante no orçamento das famílias está relacionada à comercialização de ostras e com sistemas agroecológicos de produção.

Metodologia

A comunidade quilombola Mandira

A comunidade de Mandira está localizada no município de Cananéia/SP, com área de 1.275,69 hectares, na estrada do Itapitangui/Ariri, no Km 11. Vizinha à área quilombola está a Reserva Extrativista do Mandira, cuja área total oficial é de 1.175 hectares (Decreto s/nº de 13/12/2002), conforme Figura 1. Esta Unidade foi instituída em 2002 para manutenção das atividades produtivas da comunidade.

Figura 1 - Localização da Resex e Comunidade Mandira.

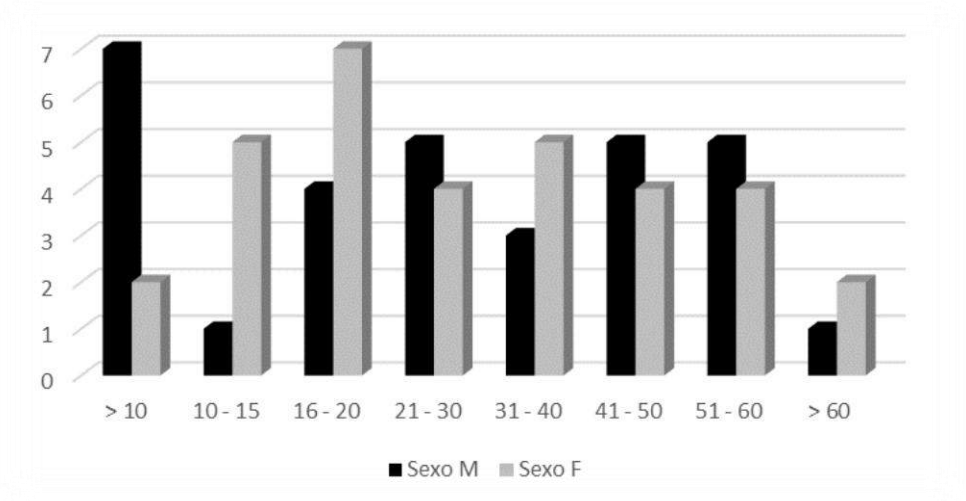
Fonte: ICMBio, 2010.

De acordo com o ITESP (2002), a fundação da comunidade Mandira se deu no ano de 1868, quando o patriarca da família, Francisco Mandira, recebeu de doação[1] uma porção de terras denominada Sítio Mandira. Francisco era fruto da relação do senhor de escravos, de Antônio Florêncio de Andrade com uma de suas escravas.

Atualmente a comunidade é formada por 18 famílias, com 64 pessoas. A faixa etária da comunidade é composta por 54% dos moradores com idade entre 21 e 60 anos, que corresponde ao maior período dedicado ao trabalho. Da população 48% são do sexo masculino e 52% do sexo feminino, como observado no Gráfico 1.

[1] A doação foi de sua meia-irmã, Celestina Benícia de Andrade.

Gráfico 1 - Faixa etária da comunidade de Mandira



Organização: Autores.

Aproximadamente 34% da população concluiu o 2º grau ou está cursando. Neste último caso, são principalmente os jovens que terminam seus estudos na Escola de Porto Cubatão, distante aproximadamente 20 km de Mandira, pois na comunidade a escola possui apenas até a 4ª série.

Em todas as casas da comunidade há energia elétrica e coleta de lixo. Até o ano de 2012, todas as casas possuíam fossa negra. Neste ano deu-se início à instalação de fossas sépticas biodigestoras em 6 residências, através de projeto da Fundação Nacional de Saúde.

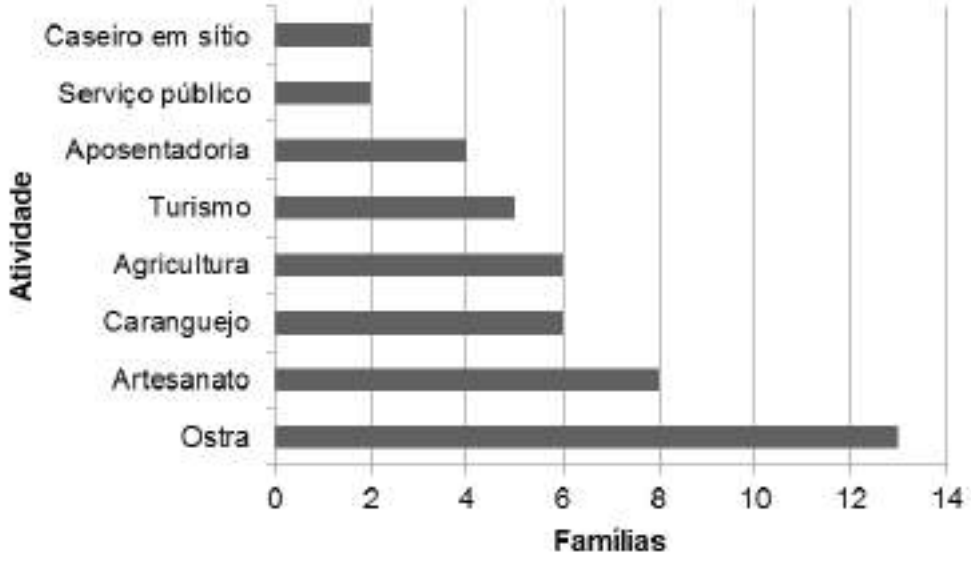
As instalações de uso público existentes na comunidade são uma escola de ensino básico, uma capela, uma praça, uma quadra de esportes, um campo de futebol, uma sede para a Associação, com salão, cozinha e sanitários e um galpão, que é equipado com máquinas de costura, onde algumas mulheres dedicam-se à confecção de artes manuais e artesanatos.

Dentre as atividades econômicas, destaca-se o cultivo de ostras para venda, a coleta de caranguejo-uçá e a agricultura, como observado no Gráfico 2, porém as famílias usam e cultivam outros recursos, seja para consumo ou para comercialização, sendo um complemento da renda. A obtenção de madeira, sementes e cipós se dá por poucas famílias, principalmente para confecção de artesanato. A caça é realizada esporadicamente e se dá apenas para consumo. A pesca é para autoconsumo, ocorrendo a venda esporádica por apenas duas famílias. A coleta da planta cataia (*Pimenta pseudocaryophyllus*) ocorre com a obtenção das folhas para preparo de bebidas, que são consumidas e comercializadas localmente.

A renda familiar média varia de 1 a 2 salários mínimos por mês. Há variação entre os meses, em especial no período de verão, em que há maior comercialização de *Crassostrea brasiliana*.

O recebimento de benefícios consiste em bolsa escola, aposentadoria, seguro defesa - tanto de ostra quanto da pesca de bagre e Bolsa verde.

Gráfico 2 - Fontes de renda na comunidade



Organização: Autores.

Coleta de dados

Para coleta de dados foram utilizadas as técnicas de entrevistas parcialmente estruturadas, observação participante e recordatório 24 horas.

A entrevista parcialmente estruturada possui alguns tópicos fixados e outros são redefinidos conforme o andamento da entrevista e permite maior controle da situação pelo informante (VIERTLER, 1988), ficando mais livre para o diálogo. Em todas as etapas de coleta de dados optou-se pelo não uso de gravação, pois muitas pessoas da comunidade consideram este uso como invasivo, e poderia interferir negativamente na obtenção dos dados e na liberdade do informante.

A observação participante, de acordo com Bryun (1966, p.13, apud HAGUETTE, 1987, p.70) pode ser entendida como:

> [...] um compartilhar consciente e sistemático, conforme as circunstâncias o permitam nas atividades de vida e, eventualmente, nos interesses e afetos de um grupo de pessoas. O tempo implica não que os observadores estejam participando do estudo, mas que eles estão participando nas atividades do grupo sendo observado.

O sistema agroalimentar foi analisado por meio do Recordatório 24 horas e frequência de consumo. O Recordatório 24 horas consiste na obtenção de informações verbais sobre a ingestão alimentar das últimas 24 horas anteriores às consultas, com dados sobre os alimentos e bebidas consumidos. A frequência de consumo é um questionário composto por uma lista de alimentos e bebidas, apresentado ao indivíduo que indica aqueles de sua preferência e frequência de ingestão (HOLANDA; BARROS FILHO, 2006), com identificação da origem dos produtos.

Também foram levantadas as fontes de renda das famílias; o recebimento de benefícios, como bolsa família e aposentadoria.

As entrevistas foram realizadas com as dezoito famílias da comunidade, entre fevereiro de 2011 a setembro de 2013, com levantamento de dados em dez visitas de campo.

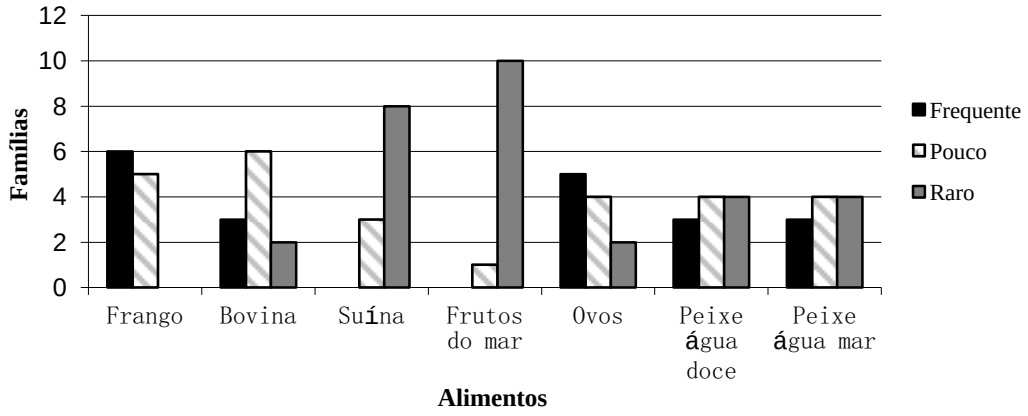
Resultados e discussão

Observa-se entre as famílias que as principais fontes de proteína animal (Gráfico 3) se dão com consumo de frango e peixes (água doce e marinho). No caso do consumo de frango, a maior parte das famílias obtém este produto em supermercados. No caso de peixes, sendo a área da Reserva Extrativista rica em espécies, ainda observa-se entre algumas famílias o hábito desta atividade para consumo, mesmo sendo realizada de forma esporádica pela maioria. Em estudo realizado com comunidades quilombolas no Paraná, foi observado que a pesca era uma atividade realizada com bastante frequência, e como o frango, era uma das carnes mais consumidas (CAMBUY, 2006).

Para os alimentos embutidos e industrializados (Gráfico 4), nota-se alto consumo de margarina e doces, presentes principalmente em sucos em pó e biscoitos.

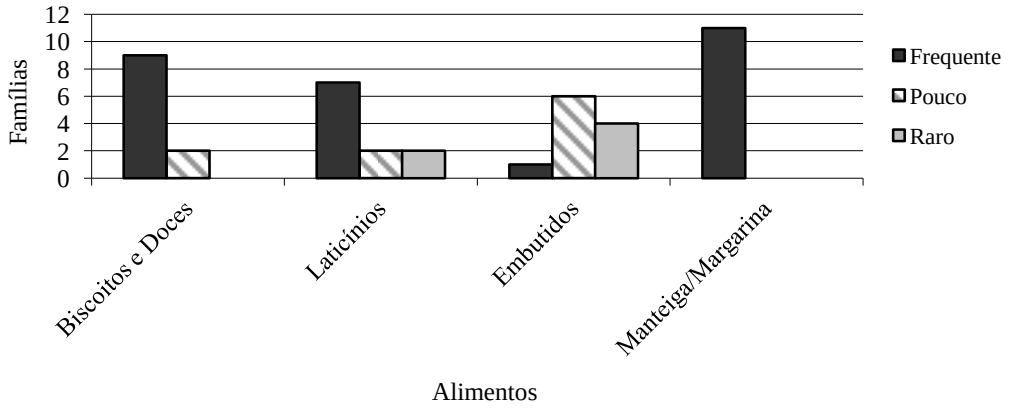
O consumo de hortaliças e frutos (Gráfico 5) se dá em apenas 6 famílias com frequência, sendo principalmente, aquelas que tem a agricultura como atividade econômica principal, apresentando maior diversidade de alimentos consumidos, com produção para autoconsumo.

Gráfico 3 - Frequência de consumo e fontes de proteína animal na alimentação



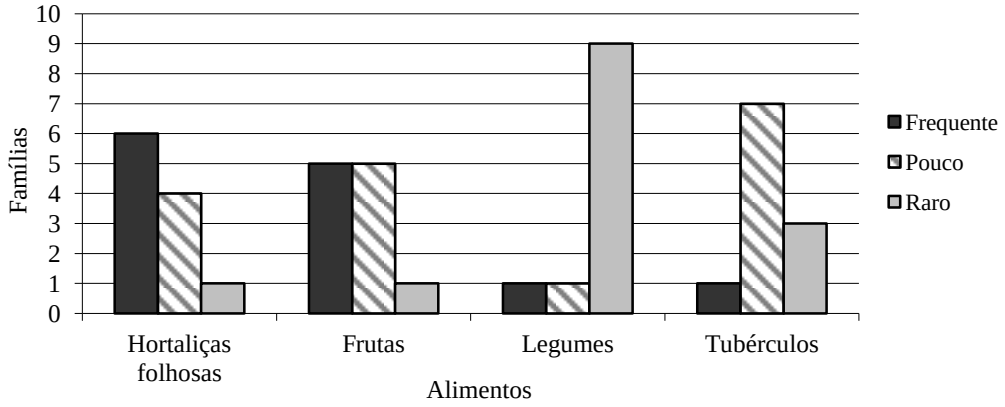
Organização: Autores.

Gráfico 4 - Consumo de embutidos e industrializados na alimentação



Organização: Autores.

Gráfico 5 - Consumo de produtos vegetais



Organização: Autores.

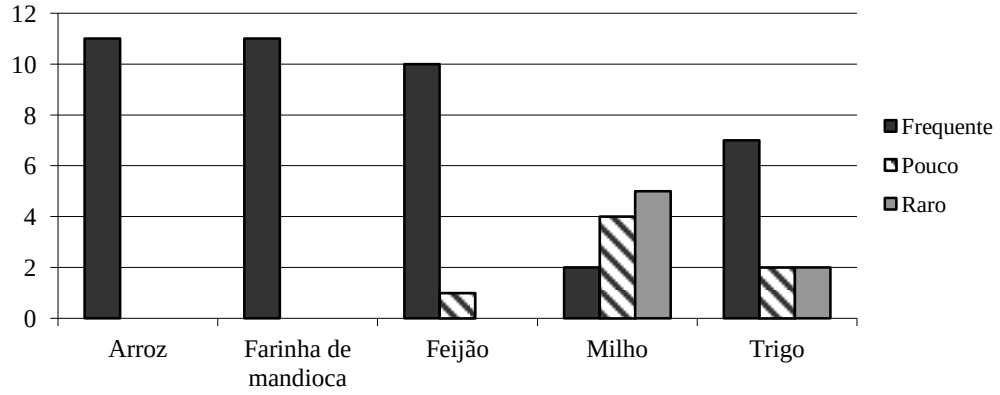
Observa-se que as famílias que trabalham com o manejo de recursos marinhos (12) são mais dependentes do mercado, adquirindo a maior parte dos produtos alimentícios na cidade, incluindo produtos hortícolas, pouco cultivados nos quintais e também nota-se um processo de homogeneização alimentar, levando a uma dieta mais ocidentalizada.

As famílias que trabalham com agricultura (6) possuem menor dependência de compra de alimentos, incluindo o cultivo de produtos básicos, como arroz e feijão, além de possuir maior diversificação alimentar. Esta maior oferta está relacionada à maior diversidade de produtos explorados para venda, incluindo criações animais, hortaliças, frutos e alimentos processados nas próprias residências de modo artesanal.

Nota-se que a base alimentar da comunidade Mandira se dá através do consumo de arroz, feijão e farinha de mandioca, como observado no Gráfico 6, frequente em quase todas as famílias. Porém, na maioria dos casos estes produtos são adquiridos em supermercados, havendo poucas famílias que ainda praticam a produção desses produtos. Nota-se também a frequência de consumo de farinha de trigo em 6 famílias, evidenciando o processo de transição alimentar, com maior consumo de itens industrializados e refinados.

A redução nos cultivos pelas famílias, incluindo as hortaliças nos quintais, se deve a vários fatores, entre eles, ao maior tempo dedicado ao manejo de recursos marinhos - atividade econômica da maioria das famílias, a menor disponibilidade de terras aptas para cultivo agrícola, considerando que o território da comunidade não foi totalmente titulado e a maior facilidade de obtenção destes produtos através da compra. Esta redução é recente, pois na realização do Plano de manejo (ICMBio, 2010) é citado que o cultivo nos quintais ainda era frequente em quase todas as famílias da comunidade. Souza e Soares (2011) verificaram em estudo com comunidade quilombola que a agricultura apresentava redução, com menor oferta de alimentos, dependência da compra de produtos básicos como feijão e arroz e baixo consumo de frutos e verduras.

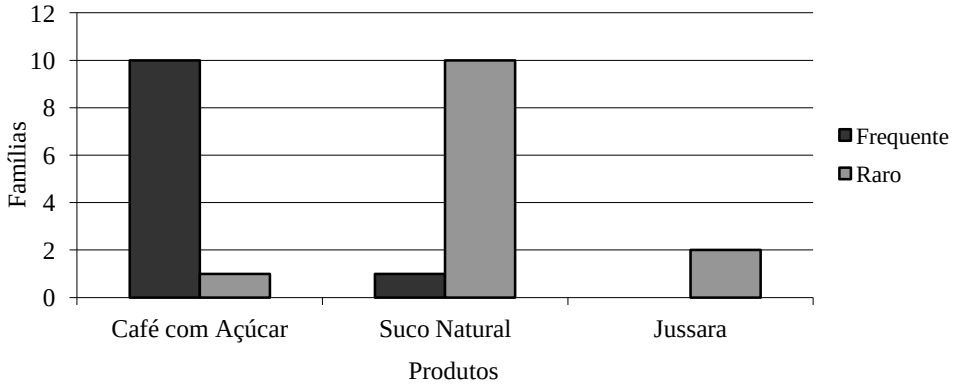
Gráfico 6 - Consumo de carboidratos e proteínas vegetais



Organização: Autores.

Figueiredo et al. (2011) ao avaliarem a alimentação de uma comunidade quilombola no Rio Grande do Sul evidenciaram que os principais alimentos consumidos eram arroz, feijão, carne e massas, com baixo consumo de frutas. Além disso, observaram na comunidade que o alimento mais consumido entre refeições eram as bolachas e café com açúcar. Em Mandira este consumo também está presente como observado nos Gráficos 4 e 7, e, como observado no Gráfico 5 há baixo consumo de frutas. Estes dados são observados também através do recordatório 24 horas (Gráficos 8, 9, 10 e 11).

Gráfico 7 - Consumo de bebidas



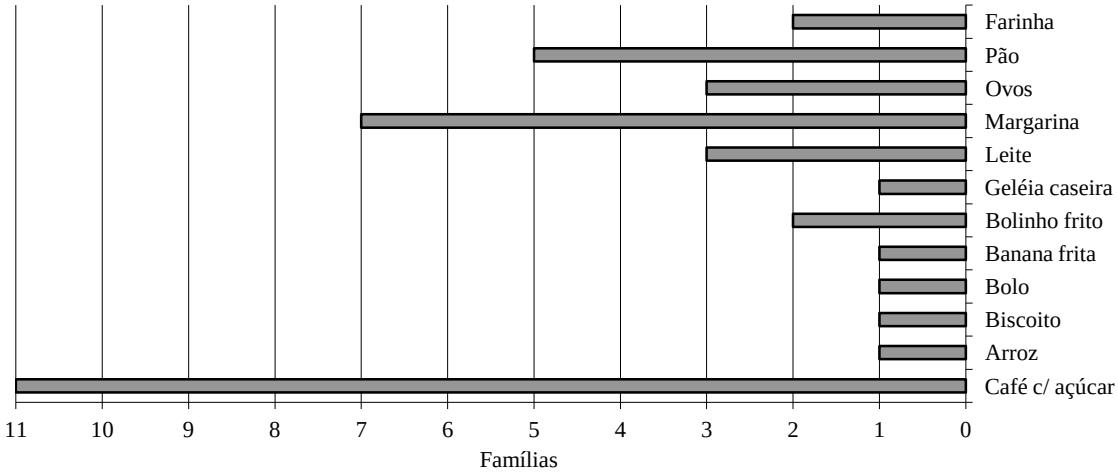
Organização: Autores.

Na comunidade poucas famílias trabalham com agricultura, sendo estas as que apresentam maior diversificação alimentar e menor dependência de produtos externos. Os cultivos agrícolas praticados se dão principalmente com sistemas agroflorestais e com manejo de frutos nativos.

Os sistemas agroflorestais potencializam a biodiversidade e contribuem desta forma, com a maior diversidade de alimentos para o consumo da família. O manejo dessas áreas, com maior diversidade e integração entre produção animal e vegetal, implica diretamente na oferta de mais produtos para autoconsumo, tanto de origem vegetal, quanto animal, respeitando os ciclos naturais, a sazonalidade de produção e a oferta dos recursos disponíveis. Alguns autores tem destacado a importância desses sistemas para a agricultura

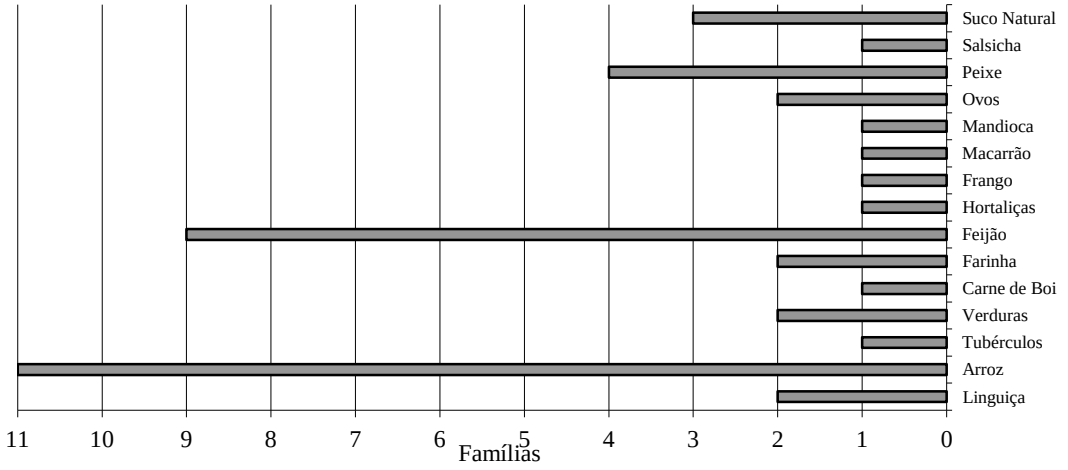
familiar no combate à pobreza, na segurança alimentar e na conservação dos recursos naturais (PALUDO; COSTABEBER, 2012).

Gráfico 8 - Recordatório 24 horas: café da manhã



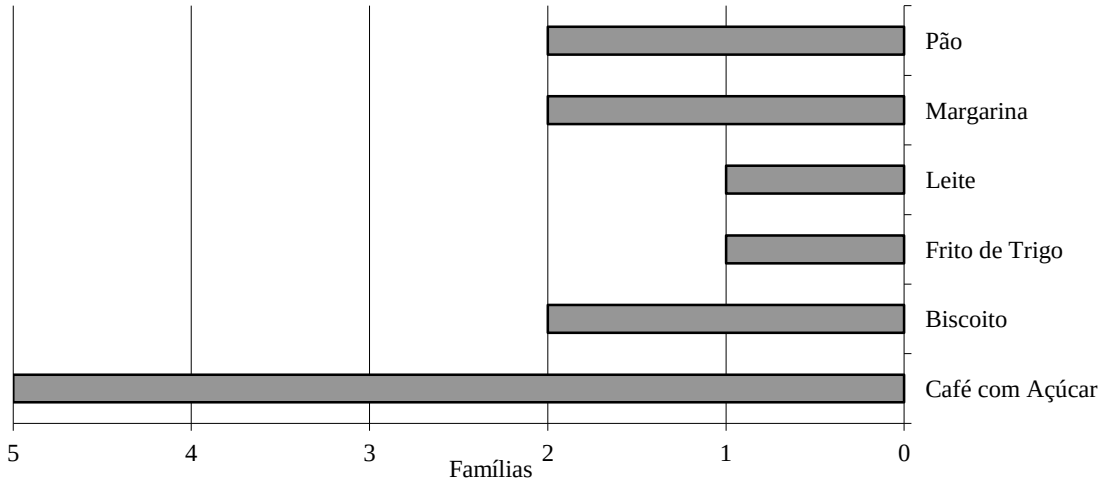
Organização: Autores.

Gráfico 9 - Recordatório 24 horas: almoço



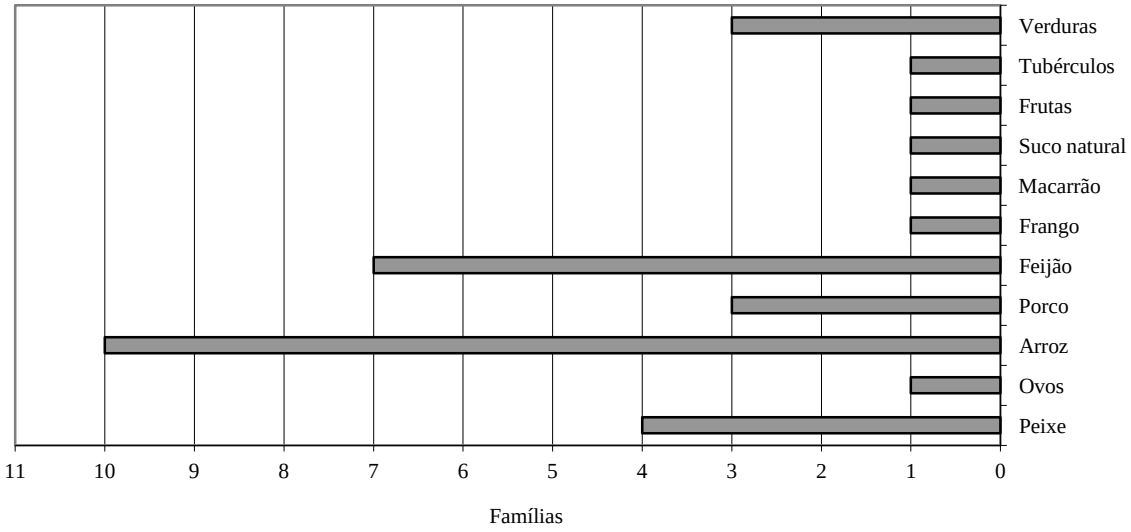
Organização: Autores.

Gráfico 10 - Recordatório 24 horas: lanche da tarde



Organização: Autores.

Gráfico 11 - Recordatório 24 horas: jantar



Organização: Autores.

Considerações finais

Observa-se na comunidade a tendência de homogeneização alimentar, com alto consumo de itens industrializados, sendo a maior parte obtida através da compra em supermercados, incluindo itens que eram produzidos anteriormente nas roças e nos quintais.

As famílias que trabalham com manejo de recursos marinhos apresentam maior dependência da obtenção de alimentos através da compra e menor diversidade de itens consumidos, enquanto que as famílias que trabalham com sistemas agroflorestais possuem maior autonomia e diversificação da dieta alimentar.

Referências

ACOSTA, R. N. **Territorio, identidades y medio ambiente**: los nuevos contextos del desarrollo rural. Extremadura: Red de Desarrollo rural de Extremadura, 2007. 8p.

ALMEIDA, S. S.; NASCIMENTO, P. C. B. D.; QUAIOTI, T. C. B. Quantidade e qualidade de produtos alimentícios anunciados na televisão brasileira. **Rev. Saúde Pública**, v. 36, n. 3, p. 353-355, 2002.

ARAÚJO, M. S. G.; LIMA FILHO, D. L. Cultura, trabalho e alimentação em comunidades negras e quilombolas do Paraná. **Ateliê Geográfico**, v. 6, n. 3, p. 113-131, out. 2012.

ARRUTI, J. M. A. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.). **Caminhos convergentes**: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2006. p. 75-110.

BENEFICE, E.; LOPEZ, R.; MONROY, S. L.; RODRIGUEZ, S. Fatness and overweight in women and children ffrom riverine Amerindian communities of the Beni River (Bolivian Amazon). **American Journal of Human Biology**, v. 10, p. 61-73, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. 168p.

_____. **Decreto n. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial, Brasília, 07 fev. 2007.

BUTTEL, F. H. Environmentalization and greening: origins, processes and implications. In: HARPER, S. (Org.). **The greening of rural policy international perspectives**. London: Belhaven Press, 1993. p. 12-26.

CAMBUY, A. O. S. Perfil alimentar da comunidade quilombola João Surá: um estudo etnográfico. Projeto de Conclusão de Graduação em Nutrição, apresentado ao do Departamento de Nutrição do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

CGPAN. Relatório de gestão. Brasília, 2005. 51p. Disponível em: < http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/relatorio_2005_cgpan.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014.

CONTRERAS, J. Alimentación y Cultura: reflexiones desde la Antropología. **Revista Chilena de Antropología**, Santiago, n. 11, 1992. p. 95-111.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. B. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. 440p.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Editora Hucitec. 1998, 161 p.

FERREIRA, S. R. B. Campesinidade e território quilombola no Norte do Espírito Santo. **GEO*grafia***, Londrina, n. 16, p. 57-82, 2006.

FIGUEIREDO, M. C.; BOAZ, C. M. S.; BONACINA, C. M.; FABRICIO, F. K.; SILVA, K. V. C. L. Avaliação do padrão alimentar de quilombolas da comunidade do Limoeiro de Bacupari, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista da Faculdade de Odontologia**, Passo Fundo, v. 16, n. 2, p. 130-135, maio/ago. 2011.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp; 2001.

GARCIA, R. W. D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, Campinas, out./dez., 2003.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. 224 p.

HOLANDA, L. B.; BARROS FILHO, A. Z. Métodos aplicados em inquéritos alimentares. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 62-70, 2006.

ICMBio. **Plano de Manejo Participativo:** Reserva Extrativista do Mandira – Cananéia/São Paulo. São Paulo, 2010. 192p.

ITESP – INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório Técnico-científico de identificação das comunidades remanescentes de quilombos de Mandira/Cananéia-SP**. São Paulo, 2002. 50p.

KIM, S.; MOON, S.; POPKIN, B. M. The nutrition transition in South Korea. **American Journal of Clinical Nutrition**, v. 71, n. 1, p. 44-53, 2000.

KUHNLEIN, H. V.; RECEVEUR, O. Dietary change and traditional food systms of indigenous peoples. **Annual Review of Nutrition**, v. 16, p. 417-442, 1996.

LOURENÇO, A. E.; SANTOS, R. V.; ORELLANA, J. D.; COIMBRA JR., C. E. Nutrition transition in Amazonia: Obesity and socioeconomic change in the Surui Indians from Brazil. **American Journal of Human Biology**, v. 20, n. 5, p. 564-571, 2008.

MACIEL, M. E. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de koshima com brillat-savarin? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, a. 7, n. 16, p. 145-156, 2001.

MESSER, E. Perspectivas antropológicas sobre la dieta. In: CONTRERAS, J. (Org.). **Alimentación y Cultura**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1995. 235 p.

MONTANARI, M. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac. 2008. 207 p.

MONTEIRO, C. A., MONDINI, L., SOUZA, A.L., POPKIN, B.M. The nutrition transition in Brazil. **Eur. J. Clin. Nutr.**, v. 49, n. 2, p. 105-113, 1995.

MONTEIRO, C. A.; CONDE, W. L.; POPKIN, B. M. The burden of disease from undernutrition and overnutrition in countries undergoing rapid nutrition transition: A view from Brazil. **American Journal of Public Health**, v. 94, n. 3, p. 433-434, 2004.

MONTEIRO, C. A.; MONDINI, L.; COSTA R. B. L. Mudanças na composição e adequação nutricional da dieta alimentar nas áreas metropolitanas do Brasil (1988-1996). **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, p.251-58, 2000.

MONDINI, L; MONTEIRO C. A. Mudanças no padrão de alimentação da população urbana brasileira. **Rev. Saúde Pública**, v. 28, n. 6, p. 433-439, 1994.

MOURA, G. Quilombos contemporâneos no Brasil. In: CHAVES, R.; SECCO, C.; MACEDO, T. **Brasil/África:** como se o mar fosse mentira. São Paulo: Ed. UNESP; 2006. cap. 18, p. 327-360.

MÜLLER, G. Nutrição e desenvolvimento econômico. In: CAMPINO, A. C. C. **Nutrição e desenvolvimento econômico.** São Paulo, IPE/USP, 1983, p. 55-79.

MÜLLER, G. Fome: o não-direito do não-cidadão. In: COVRE, M. L. M. **A cidadania que não temos.** São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 13-38.

MUNARI, L.C. **Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local.** 2009. 218p. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MURRIETA, R. S. S. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 39-88, 2001.

OLIVEIRA, S. P. Changes in food consumption in Brazil. **Archivos Latinoamericanos de Nutricion**, v. 47, n. 2 (supl. 1), p. 22-24, 1997.

PALUDO, R.; COSTABEBER, J.A. Sistemas agroflorestais como estratégia de desenvolvimento rural em diferentes biomas brasileiros. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 2, p. 63-76, 2012.

PEDRODO JUNIOR, N. N. **No caminho dos antigos agricultura de corte-e-queima e intensificação agrícola em populações quilombolas do Vale do Ribeira, SP.** Tese (Doutorado) – IB/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PEDROSO JUNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Bolotim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, v. 3, n. 2, p. 153-174, 2008.

PIPERATA, B. A. Nutritional status of Ribeirinhos in Brazil and nutritional transition. **American Journal Physical Antropology**, v. 133, n. 2, p. 868-878, 2006.

PIPERATA, B. A. Nutritional status of Ribeirinhos in Brazil and the nutrition transition. **American Journal of Physical Anthropology**, v. 133, n. 2, p. 868-878, 2007.

POLLAN, M. **Em Defesa da Comida: um manifesto**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008. 272 p.

POULAIN, J. P. **Sociologia da alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: UFSC. 2004. 311 p.

PROENÇA, R. P. C. Alimentação e globalização: algumas reflexões. **Ciência e Cultura**, v. 62, n. 4, p. 43-47, 2010.

SCARPIN, E. **São Paulo "Bagre" – o imaginário religioso num bairro rural de Cananéia**. 1991. 192p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SALES, R.J.R.; MOREIRA, A.C. **Reservas extrativistas no complexo estuarino-lagunar de Iguape e Cananéia – domínio Mata Atlântica.** São Paulo: Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 22, 1996. 48p.

SILVA, R. J.; GARAVELLO, M. E. P. E. Ensaio sobre transição alimentar e desenvolvimento em populações caboclas da Amazônia. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2012.

SILVA, A. L.; BEGOSSI, A. Biodiversity, food consumption and ecological niche dimension: a Study Case of the Riverine Populations from the Rio Negro, Amazonia, Brazil. **Environment Development and Sustainability**, v. 11, n. 3, p. 1-24. 2007.

SOUZA, A. S.; SOARES, L. F. Análise das práticas alimentares das comunidades quilombolas do estado do Piauí. **11º Congresso Nacional da SBAN. 20 a 23 de Junho de 2011 | Hotel Praia Centro – Fortaleza – CE.**

TARDIDO, A. P.; FALCÃO, M. C. O impacto da modernização na transição nutricional e obesidade. **Rev Bras Nutr Clin.**, v. 21, n. 2, p. 117-24, 2006.

VIERTLER, R. B. **Ecologia cultural**: uma antropologia da mudança. São Paulo: Ática, 1988. 61p. (Série Princípios).

Recebido para publicação em 26 de junho de 2014

Devolvido para revisão em 09 de dezembro de 2014

Aceito para publicação em 16 de janeiro de 2015

A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais[1]

João Augusto de Andrade Neto
Antropólogo no Instituto Brasileiro de Museus / Ministério da Cultura (Ibram/MinC)
e-mail: joaoaugustofox@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar alguns dos fundamentos teóricos e políticos que embasaram as diretrizes inicialmente adotadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tendo em vista o desenvolvimento da organização e da cooperação em assentamentos rurais. Isto é feito fundamentalmente a partir de uma análise sistemática dos documentos produzidos pelo MST sobre o tema nos anos de 1980 e 1990 e de entrevistas realizadas com militantes por meio de trabalho de campo. Além de realizar um resgate histórico, são apresentados elementos que explicitam e problematizam a referência leninista adotada pelo MST no que tange ao tema da cooperação e seu desempenho por camponeses. Questiona-se a diferença entre individualismo e autonomia em termos da visão centrada no campesinato como classe social e também do ponto de vista do assentado ou da família agrícola como unidade de produção e matriz de valores. Como o valor da autonomia individual dos assentados se choca com as tentativas de divisão social do trabalho agrícola nos assentamentos por meio da cooperação?

Palavras-chave: Cooperação; organização; assentamentos rurais; MST; leninismo.

Abstract

Theory and practice of MST for cooperation and organization in rural settlements

The aim of this paper is to present some of the theoretical and political fundaments that underlie the guidelines adopted by the Movement of Landless Rural Workers (MST) in view of the development of organization and cooperation in rural settlements. This is done primarily from a systematic analysis of documents produced by the MST on the subject in the 80´s and 90´s and based upon interviews with militants through fieldwork. In addition to a historical review, the paper presents elements that make explicit and problematizes the Leninist reference adopted by MST regarding the theme of cooperation and its performance by peasants. This article questions the difference between individualism and autonomy in terms of a vision centered on the peasantry as a social class and also from the point of view of the settler or the family farm as a production unit and a source of values. How the value of individual autonomy clashes with the settlers' attempts to establish through cooperation the social division of labor in the agricultural settlements?

Keywords: Cooperation; organization; rural settlements; MST; Leninism.

[1] O presente artigo é fruto de estudos de doutorado financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de bolsa do tipo Demanda Social, entre os anos de 2009 e 2013.

Resumen

Teoría y práctica de MST para la cooperación y la organización de los asentamientos rurales

El propósito de este artículo es presentar algunos de los fundamentos teoréticos y políticos que están en la base de las directrices adoptadas inicialmente por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en vista del desarrollo de la organización y la cooperación en los asentamientos rurales. Esto se hace principalmente a partir de una análisis sistemática de los documentos producidos por el MST sobre el tema en 1980 y 1990 y entrevistas con los militantes a través del trabajo de campo. Además de recuperar elementos históricos, se explica la referencia leninista adoptada por el MST con respecto a la cuestión de la cooperación llevada a cabo por los campesinos, problematizando-la. Nos preguntamos acerca de la diferencia entre el individualismo y la autonomía en términos de la visión centrada en el campesinado como clase social y también desde el punto de vista del colono o familia campesina como unidad de producción y matriz de valores. ¿En qué medida el valor de la autonomía individual colide contra los intentos de los colonos para mantener la división social del trabajo en los asentamientos agrícolas a través de la cooperación?

Palabras clave: Cooperación; organización; asentamientos rurales; MST; leninismo.

Introdução

Após a conquista do direito à terra, na forma de projetos de assentamento implementados pelo poder público, novos e complexos desafios se colocam para as famílias e indivíduos mobilizados e para os militantes do MST[2]. No contexto da nova situação social que se abre às famílias que se engajam na luta pela terra, um problema recorrente é o de como engendrar a organização e formas de cooperação dentro dos assentamentos, de modo a não apenas viabilizar a permanência dos assentados nas terras obtidas, mas também construir oportunidades para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural. A partir de tal preocupação o MST construiu todo um acúmulo de teorizações e experiências empíricas sobre o tema da cooperação em assentamentos rurais. O objetivo deste artigo é recuperar uma parte relevante do debate e da experiência produzidos pelo MST sobre o assunto, elucidando suas origens teóricas e políticas e as problematizando.

Além de realizar um resgate histórico, são apresentados elementos que explicitam e questionam a referência leninista adotada pelo MST no que tange ao tema da cooperação e seu desempenho por camponeses. Questiona-se a diferença entre individualismo e autonomia em termos da visão centrada no campesinato como classe social e também do ponto de vista do assentado ou da família agrícola como unidade de produção e matriz de valores. Como o valor da autonomia individual dos assentados se choca com as tentativas de divisão social do trabalho agrícolas nos assentamentos por meio da cooperação?

Segundo Marx, o termo cooperação remete à "forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos" (MARX, 1988, p. 374). Explicando a visão de Marx sobre a cooperação, Pedro Christoffoli, militante do MST e especialista no assunto, sugere que a cooperação "baseia-se no princípio elementar de que a junção dos esforços individuais cria uma força produtiva superior à simples soma das unidades que a integram. Cria-se a força coletiva do trabalho" (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 158). Esta concepção

[2] Quando utilizo os termos MST ou Movimento estou me referindo aos militantes, coordenadores e dirigentes da organização que a engendram, os quais não se confundem necessariamente com a base social de acampados e assentados, exceto quando estes sujeitos se definem como integrantes do mesmo. Não se trata de reificar o MST concebendo-o como um "ser" dotado de opiniões e ações próprias, mas sim como um símbolo que agrega diferentes sujeitos dentro de uma entidade não formalizada composta por diversos coletivos que não agem e pensam de forma monolítica.

econômica de cooperação está na base da teoria da cooperação do MST, a qual acabou por se tornar inseparável de uma teoria da organização política, como veremos.

Antecedentes históricos da cooperação agrícola no MST

Entre 1979 e 1984, já tendo conquistado os primeiros assentamentos por meio de ocupações de terras, não havia discussão sobre a produção dentro do MST, senão em termos marginais, e cada assentado buscava resolver seus problemas e levar sua vida adiante de maneira independente, trabalhando em seu lote a partir da força de trabalho familiar, voltando-se sua produção basicamente para o autoconsumo e venda de alguns excedentes. Embora houvesse algum nível de cooperação, esta se dava sem um planejamento consistente, calcada em geral em práticas de base familiar da tradição rural brasileira como o mutirão e a troca de dias de serviço[3], ou, noutros casos, incentivada por apoiadores de fora como membros da Igreja ou militantes, que ajudaram a criar os primeiros grupos comunitários ou associações informais (MST, 1997).

A origem do MST está intimamente relacionada à ação da Comissão Pastoral da Terra[4], cujos agentes atuavam tanto junto aos processos de luta por terras como na assessoria aos assentamentos. Utilizando o lema "terra de Deus, terra do irmão", os agentes pastorais incentivavam que a produção e o consumo fossem feitos de forma coletiva nas terras conquistadas por meio da luta (Entrevista realizada com Delwek Matheus em 06/02/11, no município de Presidente Prudente, São Paulo). Além da influência deste viés moral da proposta de trabalho coletivo da Igreja Católica, as primeiras experiências de acampamentos também impunham algum nível de cooperação para os seus participantes, dadas as dificuldades de sobrevivência colocadas, levando-os a trabalhar em formas coletivas de autossustentação.

Com a consolidação do MST como organização autônoma e de caráter leninista houve sua progressiva diferenciação em relação aos demais mediadores e representantes presentes no campo das lutas agrárias, em especial ao sindicalismo rural e a Igreja[5]. Distinguindo-se do projeto de exaltação aos valores morais dos camponeses, conforme era a proposta da Igreja, o MST passou a tentar implementar formas mais racionais – e menos fundamentadas na fé e em valores religiosos – de cooperação e coletivização baseadas nas teorias e experiências históricas socialistas. Entra em jogo uma outra fonte de inspiração política, fruto da aproximação do MST com a esquerda socialista em meados dos anos 1980, ainda que mantendo seus vínculos com a esquerda católica.

Já nos anos 80 e 90, a forma do MST de organizar o assentamento foi, principalmente, com o incentivo à realização da cooperação agrícola por meio do trabalho coletivo, preferencialmente, por meio de cooperativas e associações. Na visão do MST, as vantagens econômicas do trabalho em conjunto estariam na possibilidade de adquirir máquinas em comum, de aumentar a área cultivada, de plantar na época mais adequada, de aproveitar melhor o solo, de obter maior rendimento do trabalho, de diversificar as culturas, de aperfeiçoar as técnicas de cultivo, de obter assistência técnica de agrônomos mais facilmente, de dividir os prejuízos causados por pragas e intempéries, de barganhar melhores preços no mercado, de substituir no trabalho algum membro da família que

[3] No caso da troca de dias uma pessoa ajuda a outra no trabalho em sua terra e depois esta devolve o favor da mesma forma. Já no mutirão se reúnem os moradores de uma localidade tendo em vista ajudar uma pessoa ou família realizando uma tarefa determinada.

[4] "A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. [...] a CPT é também uma entidade de defesa dos Direitos Humanos ou uma Pastoral dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra" (Fonte: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico#sthash.vz5AEzpa.dpuf>. Acesso em: 28/08/2013).

[5] Navarro (1995) sugere que a adesão ao leninismo por parte da direção do MST a partir de 1986 teria sido responsável por uma tentativa de "ideologização da produção", em que se propôs a constituição de cooperativas completamente coletivizadas, o que autor pejorativamente percebe como sintoma de "mistificação ideológica".

adoeça, de especialização dos trabalhadores em determinadas tarefas etc. (MST, 1986a; 1986c).

A partir das experiências embrionárias de cooperação em assentamentos no Paraná nos anos 1980, as lideranças do MST concluíram que o parcelamento da terra inviabilizou as propostas de organização de base comunitária. No primeiro e no segundo Encontro Nacional dos Assentados organizados pelo MST em 1985 e 1986 se havia diagnosticado um problema generalizado de baixa produção dos assentamentos (com raras exceções), o que gerou a conclusão de que se cada assentado tentasse sozinho resolver seus problemas com a produção teria o mesmo destino dos pequenos produtores em processo de descapitalização[6]. Para evitar essa consequência, era necessário investir na organização interna dos assentamentos, estimulando a cooperação entre as famílias, o que proporcionaria ganhos econômicos e ainda "liberaria quadros" do assentamento para trabalhar em atividades políticas do MST. Assim, o Movimento passou a atuar nos assentamentos e, principalmente, nos acampamentos, estimulando a organização das famílias em pequenos grupos de trabalho coletivo (BAVARESCO, 1998).

A implementação de propostas e práticas de cooperação nos assentamentos está na base da política de "liberação de quadros"[7] do MST, voltada ao fortalecimento da organização. Os assentados que aderiam à proposta de cooperação do MST passaram a contribuir para que algumas lideranças mais destacadas em seus assentamentos se deslocassem para outras regiões do país para organizar novas ocupações, nacionalizando sua atuação. Para isto assumiam o compromisso de cuidar dos lotes dos militantes "liberados" e pagavam ao MST uma taxa de aproximadamente 2% do valor recebido do crédito do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA)[8], o que permitiu o estabelecimento de um fundo de recursos para financiar o Movimento. Neste mesmo sentido da busca por autofinanciamento, o MST passou a cada vez mais disputar a gestão de recursos estatais em linhas de financiamento de agroindústrias, infraestrutura etc. Crescia então o espaço de diálogo entre MST e Estado, sendo a própria regulamentação do PROCERA um fruto de negociações diretas entre MST e INCRA (MEDEIROS, 2001).

Por um lado, os primeiros assentamentos precisavam mostrar para a sociedade que eram economicamente eficazes, simbolizando os potenciais da reforma agrária. Assim, houve um grande investimento na produção dos assentamentos, de forma a legitimá-los socialmente e garantir a sobrevivência econômica dos assentados. Como o MST tinha ascendência sobre um número muito grande de assentamentos realizados pelos governos estadual e federal, ao lema do Movimento "ocupar e resistir", que indicava a prioridade da luta pela terra, acrescentou-se o termo "produzir", no final da década de 80, colocando como eixo central também a produção nos assentamentos (MEDEIROS, 2001). Por outro lado, sob a influência do leninismo, adotou-se a tese da produção coletiva como sendo oposta ao que consideravam pejorativamente como o "individualismo" camponês, isto é, seu apego à propriedade individual da terra e ao trabalho organizado autonomamente pela família em seu estabelecimento produtivo, sobre bases artesanais.

Alguns marcos iniciais do debate sobre a cooperação dentro do MST

[6] Na região Sul, a preocupação com a questão da produção não era algo novo, estando desde antes já presente dentro dos sindicatos de pequenos produtores rurais então existentes, cuja base vinha crescentemente sendo integrada aos complexos agroindustriais e/ou sendo expropriada de suas terras.

[7] Os "quadros" são figuras políticas que se destacam por sua liderança, popularidade e demais habilidades respeitadas na arena política como capacidade de análise, de discurso, de ação etc.

[8] "O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera) foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua "emancipação", ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva" (REZENDE, 1999, p. 1). No entanto, o programa não começou a funcionar de imediato.

A conquista de um número cada vez maior de áreas de assentamento impôs ao MST o desafio de pensar o que fazer com relação aos assentados. A partir de 1984 começa a se perceber e discutir as enormes dificuldades pelas quais passavam os assentados, que encontravam obstáculos para sair da situação da fome e miséria, e, em alguns casos, eram levados pelas circunstâncias a perder os lotes. Os maiores desafios diziam respeito à produção e comercialização, problema comum também à maioria dos pequenos agricultores do país. No caso dos assentados o problema era considerado como mais grave, pois as terras desapropriadas eram em geral de má qualidade em termos da produtividade agrícola e os assentamentos eram feitos com lotes pequenos, faltando recursos para investimento na produção e assistência técnica que os orientasse de acordo com seus interesses e necessidades, além da falta de infraestrutura básica como estradas, rede de luz elétrica, abastecimento de água, moradia e escolas.

Algumas primeiras iniciativas foram tomadas por meio de trabalhos comunitários com roças e compras coletivas de máquinas, implementos, animais de tração, material de construção e também na venda de produtos em conjunto. Chegou-se a cogitar a criação de outro movimento com o objetivo de representar exclusivamente os assentados, mas logo tal proposta perdeu espaço e dentro do MST se passou a discutir e implementar formas de organização para os assentamentos centradas na ideia de cooperação agrícola (CALDART, 2004).

No primeiro Congresso Nacional do MST, em 1985, em Curitiba, capital do Paraná, não se discutiu em profundidade o tema da organização dos assentados e os debates giraram fundamentalmente em torno a preocupações ligadas à luta pela terra. No entanto, no mesmo ano, realizou-se o primeiro Encontro Nacional dos Assentados, em Cascavel, também no Paraná, quando então se decidiu definitivamente serem assentados como parte do MST, formando sua base, o que levou à superação da tese de que seria preciso constituir outro movimento popular para dar conta de suas demandas (que será denominado movimento “pé no chão”) (CALDART, 2004; MST, 1997).

Foi neste primeiro Encontro que se definiu a criação de uma Comissão Nacional dos Assentados que seria responsável por trabalhar a questão da produção e teria representação em todos os estados onde o MST atuasse. Decidiram-se então algumas orientações sobre como os assentamentos deveriam se organizar em nível local, estadual e nacional: cada assentamento deveria criar uma comissão ou associação e a nível estadual e nacional se criariam comissões dos assentados. Ao mesmo tempo, dentro da Secretaria Nacional haveria um setor de acompanhamento dos assentamentos coordenado por um agrônomo responsável por articular os demais agrônomos e técnicos agrícolas que apoiam o MST e que operam nos assentamentos realizando um trabalho técnico “que combina com a linha política do Movimento” (MST, 1997).

Foi eleita uma coordenação de assentados com o objetivo de negociar junto ao poder público uma linha especial de crédito para os assentados. No mesmo ano o PROCERA, inicialmente administrado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), foi criado, contando com subsídios. A princípio o tema da cooperação era discutido dentro da Comissão Nacional dos Assentados tendo em vista principalmente o acesso, gerenciamento e aplicação do crédito financiado pelo estado. Porém, logo se chegou à conclusão de que o crédito constituía apenas parte do que deveria ser uma política mais ampla de cooperação entre os assentados (MST, 1998).

Relevante é o fato de que inicialmente se mencionava o termo “trabalho comunitário” ao invés de cooperação, sugerindo certa indefinição não meramente semântica, mas que de fato dizia respeito ao caráter da proposta. Dentre as resoluções do II Encontro Nacional dos Assentados, definiu-se que o papel da Comissão Nacional dos Assentados seria o de apresentar o tema da organização interna dos assentados, elevando a adoção do trabalho comunitário a “bandeira” da organização. Neste sentido, deveria divulgar experiências de trabalho comunitário e de compra e venda em conjunto, produzir cartilhas e cursos de formação para lideranças, sugerir diferentes formas de organização comunitária e pleitear junto ao poder público recursos subsidiados para investimentos comunitários nos assentamentos, devendo esses recursos serem repassados para as associações dos

assentados (MST, 1986b). A noção de "comunitário" está relacionada às experiências realizadas por membros da Igreja Católica junto a trabalhadores rurais, anteriores e paralelas às do MST, bem como à influência destes no que tange à inclusão dentro do MST do ideal do "comunitarismo" como um valor moral superior.

Por outro lado, dentre as resoluções produzidas pelo mesmo Encontro consta a definição do papel da Comissão Estadual dos Assentados como sendo responsável por divulgar experiências de cooperação agrícola e desenvolver a consciência política dos assentados e dos acampados por meio de um programa de formação política através de cursos, visando combater o "individualismo" – o que, como veremos, já apontava para a existência da influência do leninismo dentro do MST. Os temas desses cursos girariam em torno de eixos como "O Capitalismo e seu funcionamento; Organização Política dos Trabalhadores; Formação Bíblica como Luz e Fundamento da Caminhada" (MST, 1986b, p. 173).

A escolha desses temas pode ser lida como um indicativo de dois elementos. Primeiro, a ideia de formação bíblica sugere a força que segmentos da Igreja ainda possuíam dentro do MST no sentido de sugerir as linhas de trabalho do Movimento, em particular no que tange à formação. Posteriormente, a Igreja viria a ter sua influência reduzida ante a ascensão da corrente leninista dentro do MST e à proposta de uma formação de base religiosa e moral se sucederia o privilégio à formação política voltada à produção de quadros militantes. Em segundo lugar, fica claro que a organização dos assentados foi desde o início pensada tendo em vista o desenvolvimento de sua "consciência social" no sentido de atingir o *status* de "consciência política", tendo como base a crítica ao capitalismo e a inserção numa organização classista de caráter socialista.

A distinção entre "consciência social" e "consciência política" remonta a uma leitura sobre a questão das classes sociais presente no debate marxista sobre classes sociais. Por exemplo, Karl Marx (1978a), no texto "O 18 Brumário de Luís Bonaparte", afirma que os camponeses na França são vistos apenas como uma soma de famílias com suas propriedades de terras, sem constituir qualquer tipo de organização política: "A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas" (MARX, 1978a, p. 397). O autor afirma que os milhares de famílias camponesas na França se constituem numa classe à medida que vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, interesses e cultura aos das outras classes da sociedade – isto é, num sentido ontológico, uma classe em si, com certo tipo de "consciência social". Não obstante, não se constituem como classe no sentido de que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação limitada geograficamente pelo local em que habitam e que os interesses que possuem em comum não lhes fornece a base para a criação de qualquer tipo de comunidade, ligação nacional ou organização política – ou seja, não se constituem como uma classe em suas práticas sociais de luta, na forma de atuar politicamente de maneira orgânica, não atingindo o patamar de classe para si, isto é, uma classe dotada de "consciência política".

No período entre 1984 e 1989, havia duas linhas principais de organização da produção. Uma primeira se dava em pequenos grupos e associações coletivas, surgidos em geral por motivação religiosa, contendo inicialmente pelo menos entre 10 e 15 famílias. Defendia-se a ideia de que os sem-terra deviam trabalhar juntos à terra e assim foram tentadas experiências, baseadas inclusive no imaginário sobre os 12 apóstolos e as primeiras comunidades cristãs existentes na história (MST, 1997).

Uma segunda linha de cooperação era a de grandes associações destinadas não ao trabalho coletivo, mas para representação política dos assentados e prestação de serviços. Essas experiências permitiram iniciar o processo de "liberação de lideranças": era preciso disponibilizar "quadros" dedicados integralmente à manutenção da máquina do MST, organizando novas ocupações e constituindo assim o Movimento como uma "organização social". As lideranças, que antes só participavam dos encontros, passaram a ser financiadas pelas associações para atuar como militantes profissionais do MST (MST, 1997).

Em 1989, o MST define em seu V Encontro Nacional o novo lema: "Ocupar, Resistir, Produzir", que será adotado no II Congresso Nacional em 1990 (MST, 1997). Conforme descrito no site do MST na internet e numa publicação do Movimento de 1999 em que se faz um balanço sobre a evolução de concepção agrícola do MST, com a derrota de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhados – ambos históricos aliados do MST –, à candidatura para presidente da república em 1989 e com a posse de Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional, a expectativa de ampliação das políticas ligadas à reforma agrária se esvaneceu. A direção do MST previu que se desencadearia um recrudescimento da repressão violenta por parte do Estado para procurar destruir o Movimento, o que se confirmou logo em seguida, com a nomeação de um delegado da Polícia Federal para investigar a sua atuação, realizando prisões e processando lideranças. Visando preparar-se para essa conjuntura o Movimento se volta para os cuidados internos com a organização, buscando desenvolver a organização interna dos assentados e acampados, a busca de autonomia política e financeira, o fortalecimento dos setores e os debates e a elaboração de uma proposta política e organizativa para um novo setor do MST: o Setor de Produção (Fonte: <http://www.mst.org>. Acesso em: 17/05/2013; MST, 1999).

A adoção da teoria da organização de Clodomir Santos de Morais

A orientação voltada para a cooperação nos assentamentos foi inicialmente detalhada por meio da publicação por parte do MST do livro "Construindo o Caminho", em junho de 1986 (MST, 1986b). No mesmo ano foi publicado o "Caderno de Formação n.º 10", que tinha como objetivo estabelecer a discussão entre os grupos de famílias nos assentamentos sobre os modos de sua organização. Isto seria um dos meios para se realizar "a busca por uma sociedade diferente, onde os companheiros tenham direitos iguais e uma vida digna", demonstrando a possível existência de formas "bem simples de organizar uma cooperação agrícola criada pelos trabalhadores dentro do próprio assentamento, visando se defender da exploração capitalista imposta a todos os trabalhadores" (MST, 1986a, "Apresentação", S/P).

O "Caderno de Formação n.º 10" já afirmava a existência de posição favorável dentro do Movimento ao uso de tecnologias alternativas ao padrão imposto pelas multinacionais do campo que produzem e vendem agroquímicos, fertilizantes, inseticidas, herbicidas e agrotóxicos em geral. Condenando o sistema de assistência técnica patrocinado pelo Estado como sendo responsável pela introdução desse padrão tecnológico que atendia aos interesses das multinacionais, o texto do documento afirma a necessidade de desenvolvimento e aplicação de técnicas a partir do conhecimento da agricultura brasileira, unindo os conhecimentos tradicionais dos agricultores à ciência agronômica alternativa. São listadas uma série de técnicas inseridas no Programa de Tecnologias Alternativas (PTA), então ligado à Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), que remetem ao que posteriormente veio a ser conhecido como agroecologia[9]. Nos anos 1980 não se falava ainda em agroecologia no MST e, mesmo nacionalmente, o tema não havia ainda emergido com a força que veio a ganhar mais recentemente. Mas, desde então, as tecnologias alternativas já começavam a ser difundidas quer pelo PTA, quer por grupos de agrônomos críticos ao padrão produtivo dominante da chamada Revolução Verde[10].

[9] A perspectiva agroecológica de promoção do desenvolvimento, longe de ser um receituário acabado sobre estratégias e métodos, identifica-se com o amplo conjunto de enfoques, de cunho ambientalista que, potencialmente, ofereceria alternativas ao estilo de produção praticado e difundido pela agricultura moderna e empresarial, base do chamado agronegócio (DIAS, 2004, pp. 148-149).

[10] "A introdução em larga escala, a partir da década de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, de variedades modernas de alta produtividade foi denominada Revolução Verde. Esse ciclo de inovações, cujo objetivo foi intensificar a oferta de alimentos, iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós-guerra, com um programa de valorização do aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo, visto que na época se considerava a pobreza, e principalmente a fome, como um problema de produção" (PEREIRA, 2012, p. 685).

Em seguida à publicação do "Caderno de Formação n.º 10" foram formuladas as bases de uma teoria da cooperação centrada no desenvolvimento de cooperativas baseadas na coletivização dos meios de produção e do trabalho, com divisão técnica do trabalho e especialização técnica, tendo como objetivo desenvolver a produção agroindustrializada (FERNANDES e STÉDILE, 1999). Os fundamentos dessa teoria aparecem referidos explicitamente às obras de autores da literatura socialista como Karl Marx e o líder político chinês Mao Tsé-Tung e, principalmente, em experiências e escritos desenvolvidos por Clodomir Santos de Morais, que fora militante das Ligas Camponesas e do Partido Comunista Brasileiro e atuou como consultor da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em projetos de desenvolvimento rural em países da América Latina ao longo dos anos 70 (MST, 1986c; 1988). Através da influência de Clodomir Morais teria se consolidado o fundamento leninista da teoria da cooperação do MST, que assumiria centralidade nesta.

Como Clodomir Morais teria se unido ao MST e como sua teoria da organização foi transformada num pilar central no debate sobre a cooperação no interior do Movimento? Reduzir as explicações disto a um resultado "natural" do desenvolvimento da biografia de Morais e da trajetória social do MST significaria ignorar as relações reais vividas pelos agentes no processo social. Como se juntam em determinado momento, quais as disputas existentes no interior do Movimento, quem eram então seus assessores e intelectuais orgânicos, como se configurava a diversidade de mediadores que atuavam junto aos acampados e aos assentados, são algumas das questões que decerto influenciaram o contexto em que a opção por uma linha teórica, política e prática foi assumida pelo MST.

Havia então – e, de fato, ainda hoje existe – um interesse em responder à questão sobre como organizar os assentamentos mantendo, ao mesmo tempo, os assentados como militantes e base social do MST. Neste sentido, a cooperação era vista como um meio de manter laços de solidariedade entre os assentados que seriam acionados não apenas para a sua reprodução econômica, como também serviriam para as lutas sociais e políticas realizadas pelo Movimento. Navarro (1995) ressalta que a adesão de parte dos dirigentes do MST ao ideário leninista a partir de 1986 teve influência direta na opção por modelos de cooperativismo de caráter coletivista, uma vez, que as cooperativas eram consideradas também como instituições que poderiam potencializar as lutas à medida que os agentes experimentassem formas complexas de organização socioeconômica que trariam mudanças em sua consciência social.

Segundo Fernandes (1999), consolidava-se então no MST a visão de que a luta pela reforma agrária e a luta pela terra precisariam necessariamente se desenvolver no terreno da luta de classes:

> Foi essa consciência política que determinou a forma de organização como movimento [...]. Para garantir essa forma é preciso ter a autonomia política como essência. Essa concepção é resultado da prática social e da leitura que os sem-terra fizeram da história dos movimentos camponeses. Desse modo, procurando sempre aprender para não cometerem erros do passado, os sem-terra procuraram os líderes das lutas camponesas das décadas de 1950 – 60 para conhecerem suas experiências (FERNANDES, 1999, p. 76).

A identificação do MST para com as expressões históricas da rebeldia camponesa e a busca pelo conhecimento das experiências dos movimentos sociais rurais do período pré-1964 levaram a um trabalho de conhecer não apenas através de livros a história desses movimentos, mas também por meio do acesso direto aos seus líderes que ainda estavam vivos. Clodomir de Morais, leninista por formação política e teórica, além de ter acumulado experiência profissional em trabalhos com organizações camponesas nos anos 70 e 80 na

América Latina, tinha sido militante das Ligas Camponesas no período pré-64[11], um dos principais movimentos sociais da história brasileira, fato este que decerto influenciou a aproximação do MST em relação ao autor, considerando-se o fato de ambos serem movimentos sociais rurais de caráter popular e de que os membros do MST se inspiram no exemplo histórico das Ligas. Morais também foi eleito deputado estadual em Pernambuco pelo Partido Comunista Brasileiro no período pré-64 e amargou o exílio imposto pela ditadura civil-militar de 1964, ocasião em que trabalhou em diversos países realizando assessorias para a FAO e a OIT. Em 1979 viria a publicar um estudo chamado "Apuntes de la teoría de la organización", escrito originalmente para um curso de capacitação para a organização de produtores na reforma agrária, texto este que foi apropriado e publicado pelo MST, com a autorização do autor.

Em agosto de 1986, apenas dois meses após a publicação de "Construindo o Caminho" e do "Caderno de Formação n.º 10", o MST publicou uma versão traduzida do texto de Morais com o nome "Elementos Sobre a Teoria da Organização no Campo", no âmbito de uma coleção de cadernos destinados à formação de militantes ("Caderno de Formação n.º 11"). Morais baseia-se em autores marxistas como o economista polonês Oskar Lange, a socióloga chilena Marta Harnecker e o teórico político alemão Karl Kautsky, sendo suas obras as principais referências bibliográficas que referencia explicitamente (MST, 1986c). Embora se tratasse de um trabalho que tinha como objetivo organizar camponeses, chama a atenção o fato de que não são sequer citados autores que trabalham com o tema do campesinato como Jerzy Tepicht (1973)[12] e Alexander Chayanov (1985)[13], dentre outros, muito discutidos no Brasil em análises sobre grupos sociais a partir da teoria do campesinato. Esses autores não eram levados em consideração em função da adesão de Morais ao leninismo, teoria que julga as formas artesanais de trabalho do campesinato como um empecilho para o desenvolvimento de sua consciência social e política. Além disto, esses autores eram também militantes políticos e participaram de experiências de Estados socialistas, o primeiro na Polônia e o segundo na Rússia, e em suas teorizações e em sua prática trabalhavam tentando entender as dinâmicas do campesinato, ao invés de negá-lo frontalmente e partir do pressuposto de sua progressiva extinção como fruto do desenvolvimento capitalista, como propunha Vladimir Ilitch Lênin (1988a).

O referido texto de Morais se baseia na crítica às "formas artesanais de trabalho" realizadas pelos camponeses, ecoando a releitura de uma crítica dirigida por Lênin ao uso do "trabalho artesanal" na militância socialista, entendido como a falta de preparação prática e de habilidade no trabalho de organização política de alguns segmentos marxistas revolucionários, na "estreiteza do trabalho revolucionário", no culto à espontaneidade nas ações e na organização e à limitação das lutas operárias aos objetivos econômicos – o chamado "economismo" (LÊNIN, 1988b).

Levanto a hipótese de que a teoria de Morais se baseia numa leitura ortodoxa do materialismo histórico e da economia política marxista, que, inspirada pela formulação de Vladimir Lênin, sustenta a premissa de que o formato do processo produtivo no qual se insere um estrato social determina estritamente a forma de sua consciência. Neste sentido, Morais realiza uma leitura que parece reproduzir o modelo de Karl Marx da infraestrutura

[11] Surgidas em Pernambuco, as Ligas Camponesas atuavam tanto no judiciário como politicamente, realizando mobilizações e constituindo uma pauta de reivindicações "que incluíam a extinção do cambão, do barracão e a luta contra o aumento do foro. A essas reivindicações de caráter mais imediato, acoplava-se a luta pela reforma agrária" (MEDEIROS, 1989, p. 48).

[12] Publicista, professor e pesquisador especialista em economia e sociologia rural, desenvolveu estudos sobre o campesinato polonês e o socialismo, o que fez com grande propriedade por ter trabalhado de maneira bem próxima com a política agrária na Polônia durante o período em que o país tinha um regime de inspiração socialista e implantar a coletivização de terras (Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03066157408437890>. Acesso em: 16/07/2013).

[13] Economista russo que produziu estudos sobre a forma de organização da economia camponesa, detalhando a lógica interna de funcionamento dos grupos domésticos como unidades de produção. Sua teoria afirma que a lógica econômica camponesa não equivale à racionalidade capitalista de mercado, sendo os cálculos econômicos camponeses orientados de forma distinta, de modo a assegurar apenas a sua reprodução social e não a busca do lucro.

econômica determinante da superestrutura ideológica, política e jurídica[14], simplificando-o e reduzindo-o no que tange ao caráter dialético das correlações entre infraestrutura e superestrutura.

Contrariando essa leitura mecanicista, Friedrich Engels, em cartas a Schmidt, Bloch e Mehring, afirma que a forte ênfase colocada por ele e por Marx com relação à determinação do aspecto econômico, evidenciada pelo modelo infraestrutura/ superestrutura, foi fruto do contexto de debates políticos e teóricos que se colocavam à época, quando ambos enfrentavam adversários que negavam veementemente a importância da determinação econômica. Engels critica os usos simplistas desse modelo que viriam a ser feitos posteriormente por alguns novos "marxistas", os quais ignoram o fato de que, ainda que as condições materiais sejam a causa primeira de tudo o que existe, isto não impede que as esferas ideológica, política ou jurídica – mesmo sendo causas secundárias – reajam sobre elas. Essas esferas "superestruturais" também exercem influência sobre o curso das lutas históricas e determinam sua forma, ou seja, a economia não é o único determinante, embora em última instância a produção e a reprodução da vida material sejam os determinantes fundamentais da história (MARX E ENGELS, S/D).

Grande parte dos escritos de Morais é dedicada aos temas da organização e dos "vícios ideológicos dos artesãos" – isto é, dos camponeses. Pode-se inferir que ao viver a experiência de militância nas Ligas Camponesas, Morais, deparou-se com sujeitos que mantinham formas culturais tipicamente camponesas, com modos de vida e visões de mundo muito distintos dos ideais de organização política mantidos por um militante leninista que defendia a centralidade dos camponeses no processo revolucionário, seguindo a influência maoísta. Morais defendia o uso da guerrilha como forma de luta e organizou camponeses com esse objetivo nos estados de Goiás e Bahia.

Creio ser impossível entender o tipo de trabalho teórico que produziu o autor fora dos marcos do leninismo e do maoísmo, uma vez, que seu objetivo seria "conscientizar" os camponeses e organizá-los politicamente num sentido revolucionário. Talvez este tenha sido um importante fator a motivá-lo a dedicar-se tanto à questão: uma preocupação de ordem política que foi transformada em objeto de pesquisas e resultou na produção de documentos propositivos, verdadeiros guias sobre como superar a consciência "individualista" do camponês e conseguir organizá-lo politicamente, buscando "elevar sua consciência social" a um patamar semelhante ao da "consciência social" dos operários urbanos, considerada mais avançada, e abrindo espaço para o passo seguinte do desenvolvimento de sua "consciência política" ou de classe.

De fato, a teoria da organização de Clodomir Morais está voltada muito mais à organização política do que para fins economicoprodutivos e cabe questionar inclusive se realmente seu fundamento está em alguma teoria bem definida sobre o desenvolvimento agrícola que não aquela formulada por Lênin. A experiência prática profissional e militante de Morais e as suas concepções políticas tiveram grande peso sobre seus escritos, nos quais apresenta uma metodologia para o desenvolvimento de organizações com camponeses, proletários e semiproletários rurais, tendo em vista a construção de "empresas". Estas são definidas em sentido *lato* como toda e qualquer ação realizada por várias pessoas de forma organizada. A meta da teoria de Morais é o desenvolvimento de estruturas orgânicas eficientes para os objetivos do grupo, dotando-o de unidade, disciplina e de plena racionalização, respeitando, no entanto, os diferentes "graus de consciência" daqueles que o compõem (MST, 1986c).

Considera o autor que os camponeses e semi-assalariados rurais são portadores de "desvios ideológicos" ou "vícios oportunistas e subjetivistas" determinados pelas "formas artesanais de trabalho" ancoradas na economia mercantil simples que praticam. Por permanecerem desenvolvendo formas artesanais de trabalho, o camponês e o semiassalariado teriam supostamente um comportamento "individualista" e seriam pouco capazes de se organizar, diferentemente do assalariado rural, que, por estar inserido numa divisão técnica do trabalho, já estaria adaptado a uma organização com estrutura complexa

[14] Esta visão é sintetizada por Karl Marx no prefácio ao livro "Para a crítica da economia política" (MARX, 1978b).

e teria desenvolvido um grau de consciência mais avançado em função de sua posição no processo produtivo. Esse tipo de formulação teórica se choca frontalmente contra a posição de autores que tentam compreender como funcionam as dinâmicas relacionadas ao campesinato, ao invés de desqualificar o campesinato *a priori*, como Jerzy Tepicht e Alexander Chaynov.

Visando combater os "vícios determinados pelas formas artesanais de trabalho" e atingir um elevado "grau de consciência organizativa" entre os produtores rurais, Morais propõe a inserção dos agentes em uma organização semelhante a uma empresa capitalista, com divisão social do processo produtivo, eficiência e racionalização metodológica. Para se introduzir a consciência organizativa de modo a que um grupo social atue através de ação organizada, Clodomir Morais propõe a criação artificial do chamado "laboratório experimental" [15]. Um grupo de no mínimo 40 pessoas deve ser unido, sendo dotado de pleno direito de organizar-se e dos meios de produção, que deverão estar em suas mãos. O principal objetivo do "laboratório experimental" é formar "quadros" para o Movimento e organizadores de empresas, bem como laboratoristas que possam reproduzir esse formato de capacitação.

Aulas sobre teoria da organização devem acelerar o processo de organização. O laboratorista, juntamente com um grupo de três ou quatro pessoas chamado de "estrutura primária", que o ajudará no andamento do "laboratório", deverá entregar os meios de produção nas mãos dos participantes, os induzindo a adotar a divisão social do processo produtivo. Ao longo de um período entre 15 e 40 dias ininterruptos trabalhando no "laboratório" deverá surgir a necessidade de o grupo autocorrigir os desvios oriundos dos "vícios artesanais", ganhando experiência a partir de sua ineficiência e desordem e melhorando sua organização por meio da análise sobre a participação organizada. A vigilância, a crítica e a reunião são "mecanismos ou instrumentos" que devem ser utilizados nos "laboratórios" para evitar ou combater os "vícios gerados pelas formas artesanais de trabalho" (MST, 1986c).

Cooperativismo e agroindustrialização como "forma superior" de cooperação

O ano de 1986 representou um marco na adoção da cooperação como principal forma de organização nos assentamentos conquistados pela luta do MST, que ainda eram poucos e se concentravam no Sul, em áreas de "colonos" portadores de uma tradição camponesa baseada na valorização do trabalho intenso e na obtenção de patrimônio. A indicação deste ano como marco é evidenciada tanto no livro "Construindo o Caminho", como no "Caderno de Formação n.º 10" e no "Caderno de Formação n.º 11". Em seguida seriam publicados as edições do "Manual de Cooperação Agrícola" números I, II e III, o primeiro em 1988 e os dois últimos em 1989. Esses manuais se caracterizam por buscar articularem os fundamentos teórico-políticos da organização e cooperação, adotados, na realidade prática dos assentamentos. A crítica da economia política marxista fornece o arcabouço teórico a partir do qual se justifica e se tenta instrumentalizar a ideia da cooperação entre os assentados.

O "Manual de Cooperação Agrícola I" apresenta um plano para curso básico de economia política da agricultura voltado para professores e um roteiro didático para programação de um curso de economia política da agricultura e de cooperação agrícola, voltado para professores e monitores. Em seguida, apresenta alguns princípios da cooperação agrícola e argumentos que justificam a adoção desse formato organizacional. O objetivo, ao introduzir noções de economia política da agricultura, é convencer aos leitores de que o pequeno agricultor, ao trabalhar sozinho em seu lote, supostamente produziria mais-valia que seria absorvida por agentes capitalistas. Somente a união dos pequenos

[15] Concebidos por Clodomir Santos de Morais, os "laboratórios experimentais de campo" ou "laboratórios organizacionais de campo" buscavam organizar uma empresa coletiva no prazo de 40 dias, tendo como objetivo fundamental alterar as práticas e os comportamentos ideológicos do camponês (BORGES, 2010).

produtores, compartilhando esforços e recursos em conjunto por meio da cooperação agrícola, levaria ao aumento contínuo do capital constante (mecanização) e da produtividade (diminuindo a força de trabalho utilizada por produto), à divisão social do processo produtivo, à especialização do trabalho que aumentaria o rendimento, à racionalização da produção que permitiria a diversificação das atividades produtivas e ao aumento do poder de barganha no mercado, diminuindo a taxa de mais-valia que ficaria nas mãos dos comerciantes. A cooperação agrícola é considerada como o único caminho possível para ser seguido pelo pequeno produtor dentro do capitalismo. De outra maneira, este permaneceria subordinado aos interesses capitalistas de empresas agrícolas, comerciantes e bancos, que exploram a mais-valia gerada por seu trabalho (MST, 1988).

O "Manual de Cooperação Agrícola II" se aprofunda na discussão apresentando seus fundamentos econômicos e objetivos de desenvolvimento social, político e econômico. Neste documento considera-se o processo de agroindustrialização como uma tendência inerente ao processo de modernização da agricultura, de modo que a cooperação agrícola dos assentados deveria necessariamente buscar a criação de suas próprias agroindústrias, caso contrário os pequenos agricultores se tornariam integrados às agroindústrias capitalistas, fossem elas pertencentes a segmentos urbanos ou rurais, assumindo a condição de "assalariados disfarçados". No momento em que foi publicado, em 1989, o número de assentamentos havia aumentado como resultado da aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), além da implantação de diversos assentamentos estaduais no Rio Grande do Sul e no Paraná (MST, 1989).

Conforme o mesmo documento, para o desenvolvimento da cooperação agrícola é necessário que estejam dadas as condições objetivas e subjetivas, cujo equilíbrio, determinará as formas de organização da cooperação adotada, bem como, as etapas pelas quais passará no processo contínuo de acumulação de capital constante e de coletivização progressiva dos meios de produção e do trabalho. Delineia-se uma via evolutiva das formas de organizar a cooperação agrícola, que primeiro se inicia com o trabalho individual, passando para o trabalho coletivo em pequenos grupos. Em seguida, forma-se um grande grupo coletivo que produz em grandes quantidades e diversifica a produção, adotando para o trabalho máquinas e técnicas modernas. O auge desse *continuum* progressivo é a criação de pequenas e médias agroindústrias operando sob um planejamento estratégico.

O MST apresenta a figura das Cooperativas de Produção Agropecuária, que são consideradas como "etapas superiores de cooperação agrícola", fruto tanto de discussão interna como da experiência prática do Movimento. O "Manual de Cooperação Agrícola II" apresenta inclusive uma proposta de lei[16] para o reconhecimento legal desse tipo de cooperativa que organiza coletivamente a utilização da terra e a produção em toda a área sob o seu domínio. A proposta apresentada é a de transformar as associações sem fins lucrativos existentes nos assentamentos bem como as demais comunidades rurais do país em Cooperativas de Produção Agropecuária. Estava prevista também a criação de centrais cooperativas de comercialização, crédito rural e assistência técnica, em nível estadual e nacional, reunindo as diversas cooperativas de produção e associações existentes nos assentamentos.

Por fim, é introduzido o Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA), uma organização composta por três níveis diferenciados, mas interligados. Nos assentamentos haveria as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) criadas a partir das associações e grupos coletivos existentes. Nos estados, a união de no mínimo três Cooperativas de Produção Agropecuária poderia formar uma Cooperativa Central Agropecuária (CCA). Em escala nacional, a partir da existência de pelo menos três centrais estaduais, se formaria a Confederação Nacional das Cooperativas de Assentamentos (CNC) – a qual, em realidade, acabou ganhando o nome de CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). Assim se comporia um sistema integrado, o SCA, sendo que cada uma

[16] O "Manual de Cooperação Agrícola II" apresenta uma minuta de um projeto de lei voltado à regulamentação das cooperativas de produção agropecuária, apresentada pelo Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores Antonio Marangon à Câmara dos Deputados (Projeto de Lei 4799-1990) (MST, 1989).

dessas organizações possuiria uma série de funções políticas, econômicas e sociais relacionadas aos assentados e à busca por contribuir para a transformação da agricultura e sua socialização. A organização de um Sistema Cooperativista dos Assentamentos "deveria permitir a divisão de tarefas e funções entre organismos distintos, mas complementares", possuindo "uma organicidade própria, com sua estrutura de poder e de infra-estrutura separada do Movimento Sem Terra" (MST, 1989, p.7).

Esse sistema de cooperação surge em 1989, num período que representou o auge das experiências de cooperação, quando a lógica da "coletivização total" se impunha de maneira radical. O SCA teria como função desenvolver a produção agropecuária, a comercialização, a agroindústria, o crédito rural, a assistência técnica e as técnicas administrativas e gerenciais cooperativistas. Por outro lado, o MST, "como movimento de massas, continuará com suas atividades prioritárias na luta pela terra e pela reforma agrária e atuará nos assentamentos no campo da organização social" (MST, 1989, p. 8), tendo como funções a organização política dos militantes e da base no assentamento e a manutenção do setor de educação formal e dos professores no interior dos assentamentos. Outrossim, se manteriam os vínculos entre ambas as organizações por meio da participação mútua de seus respectivos dirigentes em ambos os processos. A implantação do SCA estava prevista em calendário para os anos de 1990 e 1991[17].

A inspiração do modelo autoritário de coletivização e a crise das CPAs

Segundo Delwek Matheus, membro do Setor de Produção do MST e dirigente nacional do Movimento, assentado no município de Itapeva, no Estado de São Paulo, a experiência cubana de Cooperativas de Produção Agropecuária influenciou em parte a criação de algumas CPAs pelo MST. Nos anos 1990, quando já havia algumas CPAs em assentamentos, os dirigentes do MST viajaram para Cuba e conheceram suas cooperativas, reafirmando em seguida sua intenção e prática de implementação de cooperativas nos assentamentos com divisão de funções, especialização técnica e racionalização do trabalho, baseadas na posse coletiva dos meios de produção por parte dos agricultores. O Sistema Cooperativista dos Assentamentos teria sido influenciado também parcialmente por essa experiência da delegação do MST que esteve em Cuba[18] (Entrevista realizada com Delwek Matheus em 06/02/11, em Presidente Prudente, São Paulo).

Na visão de Pedro Christoffoli, ex-membro do Setor de Produção do MST que atualmente trabalha com cooperativas de assentados e é professor universitário, não somente houve o exemplo cubano. Tratou-se, em alguma medida, de uma tentativa do MST de adotar uma determinada concepção de organização da produção agrícola de inspiração socialista, fundado em exemplos de experiências também de outros países como União Soviética, Bulgária e China, visitados por militantes do Movimento e/ou que foram alvo de estudos por parte dos militantes (Entrevista realizada com Pedro Christoffoli em 14/07/2011, em Laranjeiras do Sul, Paraná).

As experiências socialistas que influenciaram o formato de cooperação adotado pelo MST são marcadamente autoritárias e fundamentadas na ideia da coletivização integral, com produção feita a partir de grandes propriedades organizadas com divisão do trabalho complexa semelhante àquela adotada na indústria e com planejamento centralizado pelo Estado.

Em estudo sobre a coletivização na União Soviética, Teodor Shanin (1989) é categórico ao afirmar que não há uma conexão necessária entre socialismo e coletivização integral e que esta não é uma "forma natural" de organização da agricultura sob regimes socialistas. Um exemplo que sustentaria essa afirmação seria o da experiência húngara, em

[17] Pedro Christoffoli afirma que o SCA sempre representou mais uma denominação formal do que uma estrutura realmente ativa e orgânica (Fonte: Entrevista realizada com Pedro Christoffoli, ex-dirigente do MST no Estado do Paraná, em 14/07/2011, em Laranjeiras do Sul, Paraná).

[18] João Edmilson Fabrini sugere que há uma relação direta entre o modelo cubano de organização da produção via cooperação e o do MST (MARCOS e FABRINI, 2010).

que a coletivização deu certo apenas na medida em que houve uma combinação entre grandes e pequenas unidades de produção, permitindo que as pessoas mantivessem seu modo de vida nas aldeias, baseado em estabelecimentos familiares de diversos tamanhos. Na Hungria abandonou-se o fracassado modelo de fazendas coletivas aplicado na União Soviética sob o governo de Joseph Stálin, que oprimiu os camponeses e mostrou que a coletivização sob controle estatal não necessariamente era a forma mais eficiente de organização da produção agrícola em termos de sucesso na produção e da relação com os recursos naturais. Na experiência húngara havia aldeias que produziam em grande quantidade, sustentando uma forma de cooperação de base comunitária. Essa forma de organização da produção produziu melhorias substanciais na qualidade de vida dos camponeses, fixando os moradores nas áreas rurais, efeito oposto ao que se assistiu na União Soviética, onde as pessoas abandonavam as áreas rurais rumo à cidade e as aldeias se tornavam verdadeiras favelas rurais.

Esse diagnóstico remonta à teoria de Alexander Chayanov, relegada ao ostracismo na União Soviética por contrariar aspectos da proposta de coletivização autoritária implementada por Stálin. Diferentemente do que apontam muitos dos seus críticos, o autor defende não necessariamente a manutenção exclusiva de pequenas unidades de produção, mas sim a conjugação de pequenos, médios e grandes estabelecimentos dividindo a produção entre si. Sua base é a constatação de que na agricultura não é possível sempre maximizar a produção, devendo-se trabalhar com o princípio da otimização: de maneira distinta ao que ocorre na indústria, o aumento da escala em certos casos não gera vantagens econômicas e a maximização da produção na agricultura pode resultar em "deseconomias". Além disto, Chayanov sugere que a transformação da agricultura não pode ser realizada de cima para baixo, por meio da imposição de um modelo baseado em unidades produtivas de grande porte e de planejamento rígido, que produziria a oposição por parte dos camponeses e destruiria a capacidade de promover essa transformação de modo eficiente. O foco deveria estar na busca por obter a cooperação entre o que estavam embaixo, incentivando a criação de direções mais locais, transferindo a responsabilidade sobre a terra e sobre a produção para as comunidades e produtores, fortalecendo as comunidades rurais em sua estrutura social, num projeto de coletivização alternativo ao modelo autoritário adotado por Stálin (SHANIN, 1989).

Christoffoli indica que em princípio havia uma visão um tanto quanto "idealista" e "voluntarista" na organização dos "coletivos" entre a direção do MST, a qual orientava uma prática anterior à construção dos fundamentos teóricos e políticos da cooperação trabalhada pelo MST. Em regra, essa prática se baseava na ideia de coletivização do trabalho e dos meios de produção, vindo a ser reforçada e embasada a partir da construção teórica e do acúmulo de discussões políticas feitas pelo Movimento. No entanto, o pilar da coletivização viria a ser questionado posteriormente ao longo das experiências de cooperação em assentamentos realizadas no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990, ante o fracasso de inúmeras CPAs e de outros formatos de cooperação adotados.

> João – Então você diria que a coletivização não é mais vista [dentro do MST] como uma forma superior de organização da agricultura?
>
> Pedro – Na prática eu acho que não. Na prática que eu digo é assim, que uma grande massa de militantes dirigindo o movimento não enxerga a alternativa do coletivo como uma... Não falando em termos de sociedade, de modelo de sociedade socialista. Mas nesse momento não. Eu acho que sim, agora, eu também sou cauteloso em defender isso, esse modelo de coletivo... Nós por exemplo, aqui na região, nós vamos trabalhar coletivos, mas esse modelo de coletivo não está claro. Nós vamos pensar e criar condições, amadurecer condições (Entrevista realizada com Pedro Christoffoli em 14/07/2011, em Laranjeiras do Sul, Paraná).

Pedro sugere que dentro do MST a proposta de coletivização perdeu força como alternativa de organização dos assentados, ao menos na atual quadra histórica. Mas, como

perspectiva para uma sociedade socialista a ser construída, a coletivização ainda é considerada como um ideal entre os militantes do Movimento. Sua posição pessoal destoa em relação à da maioria destes: não somente ele crê na possibilidade de realizar experimentos de organização cooperativos com certo grau de coletivização, como atualmente tenta realizá-los em assentamentos no interior do Paraná. Não obstante, ainda não há clareza sobre qual o modelo de "coletivo" que será adotado, o que demandará estudos, reflexões e debates.

Os fundamentos teóricos e políticos coletivistas trabalhados ao longo dos anos desde 1986 tiveram sua aplicabilidade posta em cheque ante as dificuldades objetivas encontradas na prática da cooperação realizada fundamentalmente por meio de cooperativas com coletivização, dadas as tensões resultantes da aplicação deste modelo entre os assentados. Embora a proposta de organizar a agricultura sob bases coletivistas não tenha desaparecido para o MST enquanto horizonte utópico, são reconhecidos pelos dirigentes os limites colocados para a aplicação de tal modelo no presente, os quais dizem respeito fundamentalmente ao fato de que os assentados em geral o rejeitam, não manifestam as "condições subjetivas" necessárias para adotá-lo e desenvolvê-lo, conforme seu diagnóstico.

Segundo Pedro Christoffoli, o êxito das CPAs que ainda hoje resistem está relacionado à existência de um núcleo coeso de lideranças que aceita levar a cabo a proposta do MST e mantê-la, a despeito de toda ordem de dificuldades.

> Pedro – [...] Por que tem alguns coletivos que sobreviveram e outros não? Tem os fatores econômicos que eu acho que sempre pesam, o econômico como base material, eu tenho uma leitura que ao mesmo tempo tem uma matriz forte marxista, a base material determina muita coisa, eu posso ter uma joia idealisticamente, ideologia e tal, mas uma base material pobre. A gente tinha um trabalho ideológico muito grande nos grupos, era um trabalho em que a base material do coletivo não funcionava, não tinha planejamento ou não cumpria o planejamento ou não tinha base de desenvolvimento e isso ia inviabilizando. *Mas, assim, os grupos que sobreviveram têm características que têm lideranças, um núcleo de liderança forte que se manteve nos momentos de dificuldade. Essa é uma característica – isso é sociológico – mais do que base material, então assim, a base material ela é fundamental, mas não explica a sobrevivência ou não de coletivos. Há grupos que foram bem economicamente e que desmontaram, há grupos que foram mal... Então essa é uma característica que é importante: o fator liderança. Se eu tenho uma liderança que ela está convencida de um projeto e ela o mantém – não quer dizer que ela mantém cem por cento das famílias não, mas ela mantém um núcleo que cruza o período das vacas magras, essa característica tem... Então se tu vê grupos que sobraram, cooperativas que optaram no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, aqui no Paraná tem um núcleo dirigente que se mantém, esse núcleo dirigente é que dá a coesão e unidade para o processo, com características diferentes, mas tem um núcleo dirigente, então isso é importante. Onde faltou esse núcleo dirigente, que aguentou o tranco nos momentos difíceis, desmanchou*, ou há casos que nem eram... Na crise econômica antigamente tinham situações econômicas até boas que desmanchou por que tu não tinha esse núcleo dirigente capaz de... Esse não é um fator de base econômica, não é um fator só ideológico, não é só ideológico no sentido de clareza socialista [...] aí é nessa área de tentar uma coisa, de saber lidar com os problemas, de método de trabalho com o pessoal, mas também de clareza de um projeto político [...] (Entrevista realizada com Pedro Christoffoli em 14/07/2011, em Laranjeiras do Sul, Paraná).

A existência de dirigentes das cooperativas que são organicamente ligados ao MST e aderiram a seu projeto político e ao formato de organização proposto é apresentada como fator até mais relevante do que a existência de condições materiais propícias ao

empreendimento. Mesmo em situações de crise econômica, a coesão do grupo de lideranças do MST é responsável por manter a cooperativa em funcionamento, ainda que não seja capaz de assegurar a permanência de todos os membros originalmente participantes. Por outro lado, ainda que as condições econômicas sejam favoráveis, a não existência deste núcleo de lideranças leva ao esfacelamento da experiência do "coletivo". Não apenas os fatores ideológicos, mas igualmente as formas de vinculação social dos partícipes (amizade, parentesco, vizinhança), garantindo certo grau de coesão social, neste caso aparecem com tanto peso ou até mesmo com maior peso do que os fatores de ordem econômica.

Diversos autores vêm analisando as propostas de cooperação priorizadas pelo MST e os meios pelos quais o MST tem tentado realizá-las nos assentamentos. Em geral os estudos enfatizam a existência de uma situação conflituosa no interior dos assentamentos nos quais as lideranças do MST exercem sua influência, resultante das incongruências próprias à proposta de organização da produção que pressupõe a superioridade da ação coletiva em detrimento das iniciativas familiares. Sua aplicação disseminou diversos conflitos internos aos assentamentos, em função de confrontar-se com a realidade da produção agrícola e suas particularidades, com as características socioculturais dos assentados, com a dinâmica própria da vida no mundo rural e com fatores relativos à dinâmica macroeconômica impostos à atividade produtiva agrícola nos anos 1990. Disto resultou a suavização das intenções de coletivização dos assentamentos por parte do MST, levando a uma postura mais pragmática a partir do final dessa mesma década. Em decorrência do esfacelamento de muitas CPAs, surgiram outras formas de organização da produção, combinando a iniciativa familiar individual com níveis diversos de associação e ajuda mútua (MENEZES; MORAES; NAVARRO, 1999).

Segundo Kleba, o MST visava duas alternativas de curto prazo para a pequena produção: a agroindustrialização, ou, o êxodo rural. Não obstante, segundo o autor, as experiências históricas têm demonstrado que a agricultura de base familiar persiste mesmo nos países de capitalismo avançado[19], conservando sua legitimidade em termos de capacidade produtiva e emprego abundante de força de trabalho e assumindo vantagens ainda do ponto de vista ecológico. O sucesso de cooperativas de produtores baseados na complementação entre agricultura familiar e formas de cooperativismo realizadas em vários países dão uma mostra de que a orientação coletiva e os interesses próprios não precisam ser vistos como mutuamente excludentes (KLEBA, 1992)[20].

A dissertação de mestrado de Ademir Cazella (1992) foi um dos trabalhos pioneiros sobre as propostas de cooperação do MST – juntamente com o de John Kleba –, desenvolvido a partir do caso do assentamento 30 de outubro, em Santa Catarina, no qual foi implantada uma CPA com agrovila, coletivização de terras e de trabalho, a partir do "laboratório organizacional de campo". O processo de implantação da cooperativa foi bastante conflituoso, envolvendo diferentes grupos internos em disputa e casos de desistência em participar do assentamento. Em suas próprias palavras:

> Na avaliação de alguns desses agricultores, a principal razão que os levou a não participar da associação foi o fato de os demais cogitarem a adoção do trabalho coletivo. Eles pretendiam realizar algumas atividades em comum, como por exemplo a comercialização da produção, a aquisição de insumos, de máquinas e implementos agrícolas conjuntamente, mas não o uso coletivo da terra. Essa forma de organizar a produção, em última análise, representa a perda da autonomia do grupo familiar. Cada indivíduo passa a ser um 'empregado' da associação, com tarefas específicas, deixando de ter o controle do processo produtivo. Na opinião desses agricultores a organização do assentamento de forma coletiva defronta-se com as

[19] Esta tese é desenvolvida em profundidade por Ricardo Abramovay (1998).

[20] Mesmo nas experiências dos países socialistas persistiu a existência do campesinato, apesar de todos os esforços de coletivização feitos por agentes estatais. Cf. Shanin (1989) e Bettanin (1981).

> condições específicas de cada família, principalmente o seu tamanho e a experiência de trabalho agrícola (CAZELLA, 1992, p. 121).

Segundo Cazella, a proposta de trabalho coletivo confronta-se com a diversidade das trajetórias sociais dos assentados, com as diferentes mediações políticas em jogo e com o processo de formação e transformação das identidades dos agricultores assentados. É comum surgirem novos conflitos entre os grupos internos ao assentamento, acentuando outros já existentes e tornando outros ainda secundários. Revelam-se assim as divergências que existem entre as estratégias construídas pelos mediadores e lideranças e os interesses das famílias, na maioria dos casos. Em última análise, a agricultura tende a se adequar ao formato de produção familiar em lotes e não necessariamente ao modelo de trabalho coletivo proposto pelo MST.

Cazella chega a uma conclusão que nos parece ser central para compreensão das possibilidades da cooperação em assentamentos, como fora proposto pelo MST entre o final dos anos 1980 e na primeira metade dos anos 1990: muitos agricultores não desejam se engajar num projeto de cooperação agrícola com coletivização de terras nos moldes empresariais, pois acreditam perderem sua autonomia como grupo familiar e se tornam trabalhadores a serviço de um empreendimento que lhes paga renda na forma de salário, perdendo o controle sobre o processo produtivo. Cada família possui um número de pessoas disponíveis para o trabalho e diferentes experiências de trabalho agrícola, algo que as propostas de cooperação com coletivização de terras aparentemente não respeitam, ao igualar todos os assentados igualmente como funcionários da empresa cooperativa, em sua divisão do trabalho e especialização de tarefas. Além disto, o modelo de cooperação adotado ignorava a diferenciação social, étnica e cultural existente entre os grupos que conformavam o assentamento, as quais implicavam em cisões internas, disputas faccionais e distintos projetos de vida em oposição.

Conforme Cazella, a cooperação agrícola é vista pelo MST como forma de manter a mobilização alcançada nas ocupações e acampamentos. Mas a solidariedade entre os agricultores se modifica na fase do assentamento em relação à etapa anterior do acampamento e da luta pelo acesso à terra, o que traz dificuldades para a manutenção da mobilização e mesmo para manter certo grau de coesão interna entre os assentados. O “objetivo principal” da cooperação agrícola para o MST seria o de liberar agricultores para atividades políticas, na visão do autor. Entretanto, a liberação de agricultores para a militância conflita com a tradição camponesa, gerando animosidades e disputas entre grupos, já que alguns se veem na obrigação de sustentar com o seu trabalho outros assentados que vão desempenhar ações propriamente políticas e não produtivas.

A conclusão a que Cazella chega é de que:

> [...] as vantagens técnicas, econômicas, sociais e mesmo políticas da coletivização da terra são profundamente questionáveis. Na concepção do conjunto dos camponeses, essas vantagens significam objetivamente perigo para sua própria sobrevivência. Uma área de terra com limitações para o uso agrícola, a exemplo da maioria dos assentamentos, cria sérias restrições para um empreendimento de cunho capitalista, mesmo que cooperado. Em condições adversas, o uso de insumos e serviços custosos – sementes melhoradas, calcário, adubos, mecanização, irrigação, etc. – tornam a exploração de alto risco. No âmbito das sociedades camponesas, com princípios econômicos próprios, a situação apresenta-se de outra forma (CAZELLA, 1992, p. 199).

O camponês não está habituado a realizar investimentos de capital. O sistema de coletivização pressupõe o acesso ao crédito, o que implica na contração de dívidas com as instituições oficiais. Isto tende a levar os assentados ao endividamento, como de fato ocorreu em diversas experiências de cooperativas agrícolas incentivadas pelo MST em

assentamentos, levando a graves rupturas internas e em muitos casos ao esfacelamento das experiências.

Zander Navarro, por sua vez, sugere que a proposta de coletivização implementada pelo MST se baseia mais em projetos ideológicos do que em função das necessidades dos próprios assentados. Não obstante, aponta aspectos positivos da experiência que pesquisou, no município de Nova Ramada, no estado do Rio Grande do Sul. Segundo o autor, houve resultados sociais extraordinários obtidos pela cooperativa lá existente, a Coopanor, uma Cooperativa de Produção Agropecuária, como as significativas melhorias nas condições de vida e de trabalho das famílias, as quais dificilmente ocorreriam se a ocupação do assentamento fosse feita por meio de parcelas individualizadas. Além disto, ocorreu um processo de reconhecimento público da organização dos assentados, o que significa um ganho "político". Mas o futuro da cooperativa dependeria da superação de seus entraves econômicos e financeiros, causados por um desenvolvimento econômico e produtivo insatisfatório, não diferente da situação de outras CPAs. Nestas, em geral, desistência dos associados, conflitos internos e extinção das organizações foram bastante frequentes.

Pedro Christoffoli (2000), em sua pesquisa de mestrado, aponta outra duas contradições críticas de caráter econômico que podem inviabilizar a reprodução das cooperativas em assentamentos do MST. A primeira diz respeito à necessidade de superação do estágio de desenvolvimento em que as cooperativas se encontram, que não permitia atingir-se num equilíbrio entre a geração e o consumo de riqueza e nem a competitividade frente à concorrência capitalista. A segunda refere-se ao problema da contratação do trabalho assalariado, que tende a gerar relações de exploração capitalista sobre outros trabalhadores, já que algumas CPAs dependem desse mecanismo para assegurar sua reprodução econômica[21].

Eliane Brenneisen propõe uma crítica incisiva em relação à implantação de propostas de cooperação nos assentamentos por parte do MST. A perspectiva da autora se concentra nas relações de dominação que teria identificado entre o MST e os assentados. Em sua visão, a pretexto de construir o socialismo, a direção do Movimento utiliza mecanismos de dominação iguais àqueles presentes no capitalismo. As propostas de coletivização são apresentadas como experiências autogestionárias, mas na prática se exerce um controle autoritário sobre os assentados, por exemplo, através do papel do coordenador do grupo coletivo, que acabava sendo ocupado por alguma liderança do Movimento. Brenneisen conclui que o MST reproduz o que há de mais atrasado, em termos de relações sociais e da cultura política brasileira, ao adotar prática patrimonialista, autoritária, clientelista e de exploração com relação aos assentados (2000).

Brenneisen (2000) chega à conclusão de que é possível se aproveitar do que ficou de positivo das experiências das CPAs, associações e grupos coletivos, acrescentando a essas a premência de se manter a liberdade e a autonomia das famílias. A autora é categórica ao atribuir ao MST a culpa pela desunião entre os assentados, na medida em que este impõe relações de dominação e um modelo de organização da produção que não considera as experiências prévias dos assentados. O passado de privação e incertezas vivido por estes leva à recusa de projetos coletivos alheios a suas raízes culturais camponesas, os quais não garantem a segurança familiar. A vinculação do grupo doméstico com a terra, em oposição, pode garantir e determinar a opção por escolhas organizacionais que possibilitem a tomada de decisões de forma autônoma. Para o camponês, a simples promessa de maior lucratividade pode não ser atrativa se somente implicar em mudança do estilo de vida e de trabalho, relegando o valor da família em segundo plano.

Conjugando os fatores apontados pela autora com a dificuldade de sustentação econômica e financeira das CPAs identificada por Navarro (1995) e por Christoffoli (2000) pode-se ter uma ideia do tamanho e da quantidade de obstáculos enfrentadas para o

[21] Segundo Maria Tereza Leme Fleury (1983), essa contradição já havia sido identificada por Karl Kautsky, que enxergou nisso um dos limites das propostas de cooperação autogestionária de inspiração socialista dentro do sistema capitalista – modelo adotado pelas CPAs.

funcionamento das cooperativas desse tipo. Além do formato organizacional adotado ser totalmente avesso à cultura dos assentados, a dificuldade de se ter retornos econômicos suficientes era uma razão a mais para que os assentados se questionassem acerca da necessidade de se subordinar a um modo de produzir e a viver exógeno e imposto de cima para baixo.

Um olhar sociológico sobre a relação entre "individualismo" camponês e cooperação

Considerando a relevância que assume o leninismo no contexto da teoria e da prática da cooperação em assentamentos, cabe rever alguns dos pressupostos do pensamento de Lênin sobre a cooperação, os problematizando a partir da perspectiva do objeto de pesquisa aqui trabalhado.

Vladimir Lênin acrescentou à cooperação um aspecto político para além do viés econômico, tendo em vista que servisse a uma espécie de "revolução cultural" no campo, transformando a consciência "individualista" dos camponeses de modo a que servissem aos objetivos do movimento político socialista. Em sua visão, mesmo nos países capitalistas a cooperação como forma de organização de classe dos camponeses cumpriria um importante papel na luta contra monopólios, na modernização da economia camponesa, no crescimento dos seus rendimentos e na elevação de sua capacidade de concorrência no mercado. Assim, a cooperação é considerada como um meio para organização para a luta política, cumprindo um papel educativo entre os camponeses (MST, 1997).

Alguns anos após a Revolução Russa de 1917, com a instauração da Nova Política Econômica (NEP)[22] pelo regime socialista soviético, Lênin apresentou a cooperação como o caminho a ser trilhado pelo campesinato. No entanto, nas condições de miséria material em que o país se encontrava e diante, principalmente, do fato de que os camponeses eram em sua imensa maioria analfabetos e sem instrução formal, o principal desafio identificado por Lênin dizia respeito à necessidade de "empreender uma ação cultural em prol do campesinato", tendo por objetivo econômico a cooperação. Segue excerto de um texto do autor reproduzido no Caderno de Formação n.º 35:

> [...] Se pudéssemos agrupá-los todos em cooperativas, entraríamos todos no terreno socialista. Mas esta condição implica um tal grau de cultura do campesinato (digo bem do campesinato, já que ele forma uma massa imensa), que essa organização generalizada nas cooperativas é impossível sem uma revolução cultural [...]; a revolução política e social entre nós precedeu a revolução cultural que agora se impõe. Hoje, basta que levemos por diante essa revolução cultural para nos tornarmos um país plenamente socialista (MST, 2000, p. 56-57).

Esse trabalho de educação e organização cultural a ser realizado entre os camponeses assumia centralidade naquela etapa pós-revolucionária, para Lênin. Os princípios presentes em tais ideias de Lênin conjugados com uma visão estereotipada do campesinato oriunda da leitura leninista introduzida por Clodomir Morais se tornaram a base da teoria da cooperação do MST que igualou cooperação a cooperativismo. Ecoando a formulação de Lênin, os dirigentes e militantes do MST atuaram visando promover o desenvolvimento cultural dos assentados, tornar "a população 'civilizada' de modo a compreender todas as vantagens que uma integração generalizada nas cooperativas oferece e que ela a organize" (MST, 2000, p. 51), nos termos do próprio autor.

[22] A NEP foi uma orientação que se sucedeu à política do "Comunismo de Guerra" no início dos anos 20, tendo como marca uma interrupção na política de coletivização até então empreendida e a tolerância à reprodução de formas mercantis de produção agrícola entre os camponeses (MST, 2000).

Em 1993, as propostas do MST para implementar as cooperativas em assentamentos rurais entraram em reconhecida crise, levando ao desmantelamento das organizações e ao endividamento de seus associados. A organização do trabalho e o acesso aos meios de produção sobre bases coletivizadas encontraram diversos obstáculos. Fora do âmbito das análises científicas, na prática da militância social, na visão de dirigentes e militantes do MST a princípio foram identificados como entraves para o funcionamento das CPAs os fatores culturais relacionados à "ideologia camponesa", seguindo os princípios do cooperativismo formulados por Lênin para o campesinato. A cultura "individualista" do camponês, o seu apego à propriedade privada familiar da terra e sua valorização da autonomia em relação ao processo de trabalho eram considerados como óbices para o estabelecimento da divisão social do trabalho e da especialização técnica no âmbito das cooperativas, do ponto de vista do Movimento (BRENNEISEN, 2000).

Sociologicamente, cabe questionar em que medida o conceito de individualismo se sustenta em sua aplicação aos assentados ou aos camponeses. Do ponto de vista do MST, esta acusação baseia-se na ideia leninista de que o camponês produz artesanalmente seus meios de vida, e isto, limita o desenvolvimento de sua consciência social. Essa hipótese é aplicada ao público do MST, tendo em vista que trabalha sua consciência de classe, no sentido de que, os agentes passem a perceber que vivem numa sociedade estruturada em classes e dividida, fundamentalmente, pela oposição entre capital e trabalho, e que esta dicotomia esteja situada no polo o trabalho, juntamente, com outros tipos de trabalhadores rurais e urbanos.

Seguindo as indicações de Lênin sobre a relação entre classe e consciência de classe, o MST adota como objetivo transformar sua base em militantes ou potenciais militantes dedicados à realização de uma estratégia tendo em vista a meta da reforma agrária e da revolução socialista. Assim, mais do que produzir formas de sustentação econômica para os assentados, garantindo sua reprodução social e o "sucesso econômico" dos assentamentos, estão em jogo também objetivos propriamente políticos, os quais podem ou não fazer parte do universo cultural daqueles. A bibliografia temática sugere que, em geral, apenas algumas lideranças mais ligadas ao MST aderem a essa ideologia e visão de mundo (BRENNEISEN, 2000; SOUZA, 1999).

Há elementos na interpretação do MST sobre a relação entre sua base e os processos de cooperação que podem ser colocados em questão mesmo em termos puramente teóricos. O individualismo representa uma configuração de ideias e valores moderna – "o valor fundamental das sociedades modernas", conforme Louis Dumont (1983, p. 29) – e o camponês é um personagem social tradicional, que existe desde a época pré-moderna e reproduz um modo de ser e de viver calcado na honra, na hierarquia, na reciprocidade e no valor de uso, elementos fundamentalmente pré-modernos ou tradicionais (WOORTMANN, 1990). Considerando-se tal pressuposto, qual o sentido de tachá-lo como individualista? Mesmo ao camponês russo, cujo grupo Lênin dedicou grande parte de seus estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo e da agricultura, era comum o traço cultural de viver em terras comunais, sem propriedade privada fundiária individual.

Por outro lado, há que se considerar que Lênin desenvolveu sua formulação teórica sobre o camponês servindo-se do materialismo histórico como base para definir opções políticas, no contexto histórico da Rússia no século XIX. Refiro-me especificamente à teoria da aliança camponesa e operária então produzida pelo líder político, segundo a qual o camponês é considerado como incapaz de liderar processos revolucionários, devendo ser guiado pelo proletariado, classe social esta que teria desenvolvido uma consciência social mais avançada em função de sua inserção no processo produtivo industrial, o qual conta com alto grau de divisão do trabalho, racionalização e grande acúmulo de capital (LÉNINE, 1977).

São inúmeros os exemplos nas ciências sociais em nível nacional e internacional de leituras sobre o campesinato baseadas em estudos empíricos e reflexões teóricas consistentes em relação a contextos e grupos rurais específicos que podem servir como contraponto à tese do "individualismo" camponês. Por conta das limitações deste espaço e evitando escapar por demais do escopo deste texto, gostaria de destacar ao menos dois

trabalhos produzidos no Brasil que contribuem para desfazer o mito do suposto "individualismo" camponês: trabalhando sobre perspectivas teóricas distintas, a pesquisa de José Vicente Tavares dos Santos (1984), que trabalha com conceitos marxistas aplicados ao estudo do campesinato no Sul, e o de Klaas Woortmann (1990), que pretende propor uma teorização etnológica acerca do campesinato em diálogo com estudos de caso etnográficos realizados em diferentes regiões do país.

Santos (1984), em dissertação de mestrado dedicada ao estudo do trabalho camponês entre colonos do Rio Grande do Sul que produziam uvas, sugere que a valorização da propriedade da terra e da autonomia do trabalho surge na consciência camponesa como uma forma de ideologia, no sentido de uma "falsa consciência" ou "consciência distorcida" acerca das relações sociais objetivas nas quais se inserem. A propriedade privada da terra lhe propicia a possibilidade de controle sobre o processo de trabalho, oferecendo a impressão de que há independência em seu trabalho. A necessidade objetiva de trabalhar é transformada pelo camponês em atividade subjetivamente provedora de admiração e prazer, ao reforçar o sentimento de autonomia do trabalho. Para Santos (1984), essas representações dos camponeses são formas ideológicas que servem para justificar, subjetivamente, a situação objetiva de subordinação ao modo de produção capitalista, fazendo o camponês se ver como proprietário autônomo das condições do próprio trabalho, quando em realidade seu trabalho é dominado e explorado pelas burguesias comercial e industrial, que se nutrem de seu trabalho excedente, uma vez, que se veem forçado a vender para tais frações de classe sua produção agrícola, de maneira direta e/ou indireta.

Klass Woortmann (1990), em estudo sobre a ordem moral do campesinato, afirma que a terra figura para o camponês mais do que uma coisa ou mercadoria: trata-se de uma expressão da moralidade, um patrimônio sobre o qual se constrói a família como um valor, que se transmite de pai para filho, materializando a honra da família. Porquanto seja um personagem social ambíguo envolto numa tensão entre a tradição e a modernidade, a ideia de uma sociedade moderna individualizada e voltada ao mercado se opõe a uma ordem moral campesina centrada na terra, família e trabalho, que aparecem como categorias centrais para o modo de vida camponês, estando vinculadas a valores e princípios, como honra, hierarquia e reciprocidade, definindo o que o autor chama de uma tradição de campesinidade. Para além de afirmar que tal ou qual agente ou grupo social é "camponês", a teorização de Woortmann tem em vista a percepção da ordem moral da campesinidade nas falas, ações e valores dos sujeitos, evitando transformar o conceito de campesinidade numa prisão conceitual. Afinal, aqueles que muitas vezes são chamados de "camponeses" não são sujeitos radicalmente distintos das pessoas que estão mais imiscuídas na visão de mundo e em relações sociais predominantemente modernas e a permanência de elementos tradicionais não impede a modernização (WOORTMANN, 1990).

Segundo Woortmann (1990), o caráter familiar do trabalho é central no conceito de camponês, independência e honra do pai de família – que é ao mesmo tempo dono da propriedade da terra – deriva do trabalho agrícola, da autonomia do processo de trabalho e também da segurança proporcionada pela posse da terra, que é considerada, mais do que um objeto de trabalho, um espaço da família. O cooperativismo como proposta moderna de organização da produção tende a negar o patriarcalismo típico do camponês, opondo uma concepção de indivíduo contratual e mercantil (o membro da cooperativa, subordinado a suas formas de gestão) à noção de pessoa moral da família (o pai de família, que tem poder de mando sobre os demais membros da família e comanda o processo de trabalho). Como não é o saber do pai e o controle deste sobre o processo produtivo que organizam a produção, a cooperativa é encarada como se fosse uma espécie de "patrão" a comandar a força de trabalho da família camponesa. Assim, a ordem econômica subordina a ordem moral camponesa, desconstituindo a hierarquia familiar, que possui centralidade como princípio e valor.

Nota-se, portanto, que a valorização do patrimônio familiar e da segurança dele, bem como, da autonomia como um valor que deverá ser assegurado não apenas no processo produtivo como na vida cotidiana em geral, não representam o que sociologicamente se

entende como individualismo, ao contrário das acusações leninistas dirigidas ao campesinato. De fato, tais características típicas devem ser compreendidas no quadro mais amplo do modo de vida camponês, em que o espaço doméstico familiar é priorizado, em detrimento de instâncias associativas e de planos coletivos de organização mais amplos. O individualismo como ideologia predominante nas sociedades modernas, assentada sobre os pilares da economia mercantil e da democracia liberal, que é alvo das críticas leninistas, de fato, tende a se opor a uma visão de mundo e a uma ordem moral camponesa em que a honra, a hierarquia e a reciprocidade, valores tipicamente tradicionais, assumem centralidade.

Considerações finais

Pode-se perceber uma pluralidade de fatores que determinam a opção pela adesão a um dado formato de organização e cooperação nos assentamentos e o desempenho dos participantes, os quais de forma alguma podem ser reduzidos a determinações econômicas, como sugeridos na hipótese do "individualismo" camponês consagrado por Clodomir Morais dentro do MST. Embora a posição no sistema econômico influencie inevitavelmente em certa medida a cultura, as experiências prévias, as sociabilidades, as lealdades e os valores parecem ter tanta ou mais importância do que tais elementos de ordem macrossociológica encarados de forma determinista, no que tange à participação dos assentados em propostas de organização e cooperação nos assentamentos.

A cooperação por meio da criação de cooperativas institucionalizadas ligadas ao MST vem obtendo sucesso em casos pontuais e exemplares, nos quais se pode supor que fatores responsáveis pela coesão interna estão presentes entre um núcleo de lideranças ligado ao Movimento. Há experiências exitosas que sobrevivem até hoje como na forma de Cooperativas de Prestação de Serviços (CPSs) e de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Alguns exemplos são a COOPEROESTE (Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda.), de São Miguel do Oeste (SC), a COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda.), localizada no assentamento Santa Maria, município de Paranacity, na região noroeste do Paraná e a COOPTAR (Cooperativa de produção agropecuária Cascata), situada no assentamento Fazenda Annoni, no município de Pontão, Estado do Rio Grande do Sul. Em tempo mais recente iniciou-se a Rede BioNatur de Agroecologia, a qual não se constitui especificamente como cooperativa, mas sim como rede de produção e comercialização de sementes agroecológicas e hortaliças, integrando diversos assentamentos (Fonte: <http://www.mst.org.br>. Acesso em 02 de junho de 2011).

Atualmente o associativismo é incentivado pelo MST por meio de diversos tipos de associação: de aquisição de animais, máquinas ou implementos agrícolas; de comercialização (compra e venda de produtos agropecuários); de beneficiamento da produção (armazenagem, farinheiras, serrarias, moinhos etc.). Diferentemente da proposta existente no final dos anos 80, nesses casos em geral a produção ocorre no lote familiar e a associação presta algum serviço de interesse comum. Em algumas situações ela serve apenas para a representação política dos assentados (Fonte: <http://www.mst.org.br>. Acesso em 02 de junho de 2011).

O incentivo ao associativismo difere fundamentalmente da ênfase no cooperativismo existente outrora, que supunha a existência de empresas cooperativas com complexa organização, contabilidade, administração, planejamento etc. O associativismo, em sua dimensão formal, inclui a criação de associações com pessoa jurídica reconhecida pelo Estado, as quais representam politicamente aos assentados que desejem delas participar, permitindo o acesso a políticas públicas como o crédito agrícola e aos mercados institucionais consubstanciados em programas governamentais como o PAA e o Programa

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)[23]. Atualmente o acesso aos mercados institucionais por parte dos assentados tem sido em muitos casos intermediado por associações ligadas ao MST, as quais retêm uma porcentagem do valor recebido pela venda da produção para destiná-lo à manutenção da estrutura do MST e para suas ações. O MST encontrou nesta política uma importante fonte de recursos para manutenção de sua organização e para geração de renda para os assentados, inserindo-os numa cadeia de comercialização estável na qual a compra é garantida pelo Estado.

Os exemplos de associativismo, de cooperativismo, de cooperação e de organização oferecidos pelo MST dizem respeito a tentativas e possibilidades de inovação social nos assentamentos. A noção de cooperação proposta pelo MST refere-se fundamentalmente à **cooperação agrícola**, entendida como a produção agropecuária voltada para o mercado e também para o autoconsumo, tendo como base práticas que associam diferentes indivíduos e famílias voltados a objetivos essencialmente – mas não exclusivamente – produtivos. As práticas de troca de dias de serviço, a ajuda mútua, o mutirão, os grupos de trabalho, as associações de produtores e cooperativas são algumas expressões da cooperação agrícola, a qual não se limita atualmente a modelos precisos e institucionalizados de associativismo ou de cooperativismo.

Não obstante, a cooperação para o MST não se limita às atividades agrícolas, como indica o documento do Plano Nacional 1989/1993, no qual se sugere a possibilidade de outros tipos de atividades produtivas a serem desenvolvidas nos assentamentos por meio de processos cooperativos, como, por exemplo, indústrias que absorvam grande quantidade de força de trabalho e gerem produtos destinados ao consumo dos trabalhadores no campo e na cidade, como por exemplo a produção de roupas.

Embora não sejam mais planejados nem realizados os laboratórios organizacionais idealizados por Clodomir Morais voltados para a formação de cooperativas com coletivização e para o desenvolvimento da consciência dos assentados, a proposta do autor ainda é considerada boa tanto por Delwek Matheus como por Pedro Christoffoli. Apesar de crerem não haver condições objetivas para pôr em prática sua teoria da organização na conjuntura atual no Brasil, suas ideias não foram abandonadas dentro do MST e ainda hoje é possível identificar elementos dela oriundos na prática e no discurso dos militantes, como pude constatar via trabalho de campo.

A manutenção da grande maioria das CPAs se tornou inviável, algo que foi diagnosticado dentro do MST por volta de 1993, denominado pelo próprio Movimento como um momento de crise. Esta foi ocasionada principalmente pela imposição de regras rígidas por parte da direção do MST para os assentados, as quais se chocavam contra as experiências anteriores destes. Muitas famílias se recusavam a aceitar as novas regras proposta pelo Movimento para fins de organização do assentamento e de cooperação agrícola, o que produziu diversos conflitos internos fartamente registrados pelas bibliografias sobre assentamentos. Em muitos casos, tais conflitos levaram a cisões e produziram o afastamento de parte da base em relação ao MST, sendo que, em casos extremos, contribuíram inclusive para o aparecimento de novas organizações de luta por terra e de representação dos assentados (MEDEIROS, 2001).

Por outro lado, a crise que se abateu sobre as CPAs precisa ser contextualizada na conjuntura da política econômica nacional, pois, tratava-se do período de abertura neoliberal do mercado agrícola, quando muitos pequenos agricultores desapareceram, sucumbindo ante as pressões concorrenciais da chegada de mercadorias agrícolas estrangeiras subsidiadas por seus países de origem. Além disto, a cooperação e, particularmente, as CPAs, associadas ao gerenciamento da política de crédito voltado para os assentamentos, tiveram um papel da maior relevância para a liberação de quadros políticos, respondendo pela espacialização do MST por todo o país e por sua estruturação política. Essa dimensão

[23] "Por meio da Lei nº 11.947/2009, a Agricultura Familiar passa também a fornecer gêneros alimentícios a serem servidos nas escolas da Rede Pública de Ensino" por meio de grupos formais (associações e cooperativas) ou informais grupos formais (grupos de agricultores organizados, mas sem organização coletiva juridicamente reconhecida) que vendem sua produção para secretarias estaduais de educação, prefeituras ou escolas" (Fonte: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2500756>. Acesso em: 19/05/2013).

política da relevância das CPAs e da cooperação conforme implementada pelo MST entre final dos anos 80 e início dos 90 não pode ser menosprezada, pois é um dos elementos centrais que explica o sucesso do MST em se nacionalizar, multiplicando as lutas por terras e por reforma agrária e consolidando o Movimento como importante ator político na sociedade brasileira.

Tais problemas forçaram uma revisão do debate dentro do Movimento, impulsionando uma flexibilização das propostas relativas à organização e cooperação dos assentados, que vieram a ressurgir sob novas bases teóricas e práticas, a partir de outras formas de cooperação que não pressupunham a prática do cooperativismo como aplicado às CPAs. O camponês passa a ser valorizado como o portador de um projeto de "comunidade de resistência e superação", tendo sua cultura tradicional, modo de trabalho e a organização da produção de base familiar valorizados, bem como as formas de cooperação que foram historicamente reproduzidas pelos trabalhadores rurais no Brasil como o mutirão e a troca de dias.

Em relação ao panorama histórico das experiências de coletivização clássicas ou das mais recentes como, por exemplo, as comunas russas ou cooperativas agrícolas sandinistas e cubanas, estas passaram por críticas e autocríticas que contribuíram igualmente para uma "flexibilização". Esta ideia foi ganhando espaço ante os modelos teórico-ideológicos e a percepção da resistência por parte dos camponeses, levando a uma amenização da ênfase no coletivismo e à aceitação de espaços para a produção familiar (ESTERCI *et al*., 1992). No caso das experiências do MST, a mesma tendência se apresentou: o formato de cooperação foi "flexibilizado" a partir do final dos anos 90 e ao longo do novo milênio estão sendo tentados projetos de cooperação entre os assentados numa conjuntura repleta de desafios que se interpõem à política de organização dos assentamentos e, num sentido mais amplo, ao avanço da luta por terras e pela reforma agrária. Uma das questões centrais que ainda permanece é a de como conciliar o desejo de autonomia dos assentados com o projeto de cooperação proposto pelo Movimento, viabilizando ao mesmo tempo a reprodução socioeconômica daqueles e o fortalecimento deste em termos sociopolíticos.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Campinas: Hucitec, 1998 (Estudos Rurais; v. 12).

BAVARESCO, Pedro Antônio. **Assentamento Annoni Fase IV (RS): uma análise do seu desempenho sócio-econômico**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 1998.

BETTANIN, Fabio. **A coletivização de terra na URSS: Stálin e a "revolução do alto" (1929-1933)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981 (Perspectivas do homem; 140).

BORGES, Juliano Luis. "Bases históricas do cooperativismo no MST". *In:* **Revista fato & versões**, n. 3, v. 2, 2010. p. 157-173.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na Região Oeste do Paraná**. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. São Paulo, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAZELLA, Antonio Ademir. **Assentamentos rurais e cooperação agrícola: políticas conflitantes.** O caso do assentamento 30 de outubro – S.C. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 1992.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1985.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. "Cooperação Agrícola". *In*: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz, 2012, pp. 157-163.

_____. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Mestrado em Administração, Curitiba, 2000.

DIAS, Marcelo Miná. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS- PTA)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, fev. 2004.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ESTERCI, Neide et al. Assentamentos rurais: um convite ao debate. *In*: **Ensaios e Debates**, set./dez., 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

KLEBA, John Bernhard. **A cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária no estado de Santa Catarina: estudo de caso de um grupo coletivo do assentamento "Tracutinga"- Dioníso Cerqueira**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 1992.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1988a (Os economistas).

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** São Paulo: Editora Hucitec, 1988b (Pensamento Socialista).

LÉNINE, Vladimir Ilitch. **Sobre a aliança da classe operária e do campesinato.** Lisboa: Editorial Stampa, 1977.

MARX, Karl. **O Capital**: livro 1, volume I. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988 [1890].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. *In:* **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978a (Os Pensadores).

MARX, Karl. "Prefácio". *In:* **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1978b, pp. 127-132 (Os Pensadores).

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. "'Sem terra', 'assentados', 'agricultores familiares': considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros". *In*: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MENEZES, Raul; MORAES, Maria Stela; NAVARRO, Zander. "Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento". *In:* LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/CPDA, 1999, pp. 19-68.

MST. **Sistema cooperativista dos assentados**. Caderno de cooperação agrícola n.º5. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil/Secretaria de Desenvolvimento Rural – Ministério da Agricultura,1997.

MST. **A cooperação agrícola no MST**. 17 de novembro de 2009. Disponível em <http://www.mst.org>. Acesso em: 20/11/2010.

MST. **A luta continua: como se organizam os assentados**. Caderno de Formação n.º10. São Paulo: MST, jun. 1986a.

MST. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, jun. 1986b.

MST. **Elementos sobre a teoria da organização no campo**. Clodomir Santos de Morais. MST, Caderno de Formação n.º 11, ago. 1986c.

MST. **Gênese e desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação n.º 30, set. 1998.

MST. **Manual de Cooperação Agrícola I**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1988.

MST, **Manual de Cooperação Agrícola II**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1989.

MST. **Método de organização: construindo de um novo jeito**. Caderno de Formação n.º 35. São Paulo: Associação Nacional de Cooperação Agrícola/Manos Unidas, 2000.

NAVARRO, Zander. **Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais – o caso do assentamento 'Nova Ramada'** (Estado do Rio Grande do Sul, Brasil). Porto Alegre: 1995 (mimeo.).

PEREIRA, Monica Cox de Britto. "Revolução verde". *In*: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz, 2012, pp. 685-689.

REZENDE, Gervásio Castro de. **Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera): institucionalidade, subsídio e eficácia**. Rio de Janeiro e Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999 (Texto para discussão; 648).

ROSA, Marcelo. “Para além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros”. *In:* **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 23, 2°sem. 2007, Niterói: EdUFF, 2009.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

SHANIN, Teodor. “Coletivização na União Soviética”. *In*: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, ano 19, n. 3, dez/89-mar/90. pp. 27-36.

SOUZA, Maria Antônia de. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Campinas. SP, fev. 1999.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et agriculture: le payson polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral.” *In:* **Anuário Antropológico/87**. Edições Tempo Brasileiro/Editora UnB, 1990, pp. 11-73.

Recebido para publicação em 04 de abril de 2014

Devolvido para revisão em 27 de setembro de 2014

Aceito para publicação em 03 de novembro de 2014

A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução[1]

César Augusto Da Ros
Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ (2006).
Professor Adjunto III do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas e Pró-Reitor de Assuntos Estudantis da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
e-mail: da_rosgringo@yahoo.com.br

Marcos Botton Piccin
Doutor Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP.
Professor Adjunto I do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria.
e-mail: marcospiccin@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a dinâmica de execução do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2002 a 2008, levando-se em consideração as diretrizes, os formatos institucionais e o modo de funcionamento preconizado em seus manuais operacionais. Argumenta-se aqui, que a correspondência entre as diretrizes, os formatos institucionais preconizados e o modo de execução das ações do referido programa junto às famílias de agricultores assentados estão diretamente relacionadas à dinâmica das lutas sociais travadas em favor da realização de uma reforma agrária e do "lugar" ocupado por esta política nas estratégias de desenvolvimento rural, em curso no país.

Palavras-chave: Assessoria técnica; assentamentos rurais; agricultores assentados; reforma agrária.

Abstract

The implementation of the program of technical, social and environmental assistance to agrarian reform settlements in the state of Rio de Janeiro in the years 2002 to 2008: guidelines, institutional formats and dynamic execution

The present paper aims at analyzing the dynamics of executing the program of technical, social and environmental assistance to agrarian reform settlements in the state of Rio de Janeiro in the years 2002 to 2008, taking into account the guidelines, the institutional forms and mode of operation envisaged in their operating manuals. It is argued here that the correspondence between the guidelines, the recommended institutional formats and the

[1] Trabalho elaborado no âmbito do projeto de pesquisa: *As políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural no estado do Rio de Janeiro: uma análise das ações e resultados atingidos pelos programas PEATER e ATES (2004-2008),* financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), na modalidade APQ1.

manner of carrying out the activities of this program to the families of settled farmers are directly related to the dynamics of social struggles in favor of carrying out an agrarian reform and the "place" occupied by this policy strategies for rural development underway in the country.

Keywords: Technical advice; rural settlements; resettled farmers; agrarian reform.

Resumen

La ejecución del programa de la asistencia técnica, social y ambiental de los asentamientos de la reforma agraria en el estado de Río de Janeiro en los años 2002-2008: directrices, formatos institucionales y la ejecución dinámica

Este artículo tiene como objetivo analizar la dinámica de la ejecución del programa de la asistencia técnica, social y ambiental de los asentamientos de la reforma agraria en el estado de Río de Janeiro en los años 2002-2008, teniendo en cuenta las directrices, las formas institucionales y modos de funcionamiento previstos en su manuales de operación. Aquí se argumenta que la correspondencia entre las directrices, los formatos institucionales recomendadas y la forma de llevar a cabo las actividades de este programa a las familias de agricultores sedentarios están directamente relacionados con la dinámica de las luchas sociales a favor de llevar a cabo una reforma agraria y el "lugar" ocupado por estas estrategias de política para el desarrollo rural en marcha en el país.

Palabras clave: asesoramiento técnico; asentamientos rurales; agricultores reasentados; la reforma agraria.

Introdução

As reivindicações pela ampliação da oferta dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos agricultores familiares e assentados foram incorporadas na agenda do Estado brasileiro por meio das ações de pressão protagonizadas pelos integrantes dos movimentos sociais e sindicais do campo, durante as décadas de 1990 e 2000. Tais pressões inseriam-se dentro de um contexto mais amplo de retomada das ocupações terras, pressionando os governos federais a adotarem políticas de assentamentos rurais, a fim de equacionar pontualmente as situações de conflitos fundiários mais emergentes (HEREDIA et *al*, 2002, p. 78).

A multiplicação dos assentamentos rurais em todas as regiões do país gerou expectativas acerca da sua viabilização socioeconômica, mediante o estímulo de atividades produtivas que garantissem a subsistência das famílias assentadas e a geração de excedentes para a comercialização. Nesta direção, diversos estudos apontam para a importância exercida pelos serviços de ATER na viabilização econômica e social dos agricultores familiares e dos assentados da reforma agrária (GUANZIROLI et *al.*, 2003; BRUNO & DIAS, 2004). A presença destes serviços tem sido determinante na possibilidade desses públicos de agricultores acessarem os recursos financeiros oriundos dos programas oficiais de crédito rural.

No caso específico dos assentamentos, é o projeto técnico que vincula os agricultores assentados (e suas organizações), os agentes financeiros e os agentes de ATER. Inicialmente, a família assentada recebe um conjunto de créditos de *Instalação*[2] e, posteriormente, passa a acionar o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Entre as condições previstas para a liberação destes

[2] Neste programa de crédito do INCRA estão previstas uma série de modalidades de apoio financeiro, cujos valores são atualizados periodicamente nas negociações estabelecidas com as lideranças dos movimentos sociais, as quais podem ser consultadas na página da autarquia federal (http://www.incra.gov.br).

créditos está a elaboração dos Planos de Exploração Anuais (PEA's), de Desenvolvimento do Assentamento (PDA's) e de Recuperação do Assentamento (PRA's), nos quais estão contidas as propostas para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos, no horizonte do curto, médio e longo prazo.

A primeira política de ATER específica para os assentamentos de reforma agrária, com amplitude nacional, foi criada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1997 e extinta em 2000. Tratava-se do *projeto Lumiar* que tinha como propósito promover a terceirização e descentralização da assistência técnica nos assentamentos rurais, de tal modo que as organizações dos agricultores assentados pudessem contratar os serviços de ATER junto às organizações públicas e privadas, credenciadas para tal (NETO, 2005). O contexto em que isso ocorre na década de 1990 se dá, por um lado, pelo brutal avanço das ideias chamadas de neoliberais, dada pela redefinição do papel do Estado que se ausenta progressivamente como garantidor de direitos e procura transferir suas responsabilidades sociais para a sociedade civil e, por outro lado, pela atuação de setores sociais em instâncias de participação institucionais que foram inauguradas a partir da Constituição de 1988 (BARBOSA, 2006). Dagnino (2004) chama esse processo de "confluência perversa" por haver a desresponsabilização do Estado em um contexto de maior participação da sociedade civil quando comparado ao período anterior. Por outro lado, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (doravante referido como Lula) à Presidência da República, em 2002, oportunizou a retomada do debate acerca da reconstrução dos serviços públicos de ATER, em face dos compromissos assumidos com a execução de um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e com a ampliação das políticas de fortalecimento da agricultura familiar.

Como resultado, foram criados dois programas distintos: um deles voltado ao atendimento exclusivo dos agricultores assentados chamado de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), coordenado e gerido pelo INCRA; o outro, voltado às categorias sociais enquadradas comumente sob a designação da agricultura familiar, chamado de Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), coordenada e dirigida pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A distinção realizada neste texto entre 'agricultores assentados' e as demais categorias da 'agricultura familiar' busca destacar que os primeiros se particularizam devido aos processos sociais específicos de constituição enquanto agricultores, que geralmente envolve as formas de lutas reivindicatórias, como o acampamento, e uma resposta por parte do Estado (SIGAUD; ROSA; MACEDO, 2008). No que se refere à segunda, entendemo-la como uma categoria política de designação de amplos setores sociais que buscam construir tal identidade (PICOLOTTO, 2014; NEVES, 2002). Por essa razão, o conceito de agricultura familiar aqui utilizado é genérico, uma vez que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Essa combinação entre propriedade e trabalho, assume no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Sob esta ótica, a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade (WANDERLEI, 2001).

O presente artigo tem como objetivo analisar a dinâmica de execução do programa de ATES no estado do Rio de Janeiro (RJ) entre os anos de 2002 a 2008, levando-se em consideração as diretrizes, os formatos institucionais e o modo de funcionamento preconizado em seus Manuais Operacionais (MO's). A partir de uma revisão da bibliografia especializada e das entrevistas realizadas com gestores públicos, técnicos de prestadoras dos serviços de ATES e representantes das organizações dos trabalhadores rurais, discutem-se as principais ações e resultados alcançados pelo referido programa, privilegiando os seus aspectos qualitativos. Argumenta-se ao longo do artigo, que a correspondência entre as diretrizes, os formatos institucionais preconizados e a dinâmica de execução das ações do programa de ATES junto às famílias assentadas estão diretamente relacionadas à dinâmica das lutas sociais travadas em favor da realização de uma reforma

agrária e do "lugar" ocupado por esta política nas estratégicas de desenvolvimento rural em curso no país.

A exposição das análises deste artigo foi distribuída em cinco seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. Na segunda seção analisam-se os aspectos determinantes que influenciaram na criação do programa de ATES em separado da PNATER. Na terceira seção, são apresentadas a concepção, a estrutura e o modo de funcionamento do programa, presentes nos MO's publicados em 2004 e 2008. Na quarta seção, apresenta-se um balanço qualitativo do processo de implantação e execução do programa de ATES no estado do RJ à luz da movimentação de pressão e negociação política dos atores sociais do campo junto às instâncias do Estado.

Aspectos determinantes da criação do programa de ATES

A reestruturação dos serviços públicos de ATER fazia parte de um conjunto mais amplo de compromissos assumidos pela coligação de partidos que elegeu Lula à Presidência da República, em 2002. O Partido dos Trabalhadores (PT), líder da coligação, desde a sua fundação sempre manteve uma relação muito próxima com as lutas sociais e sindicais do campo, a ponto de diversas lideranças desses movimentos figurarem entre os seus quadros políticos (BRANFORD, 2010, p. 416). A presença simultânea desses militantes nas lutas sociais e nas lutas políticas no interior do partido permitiu com que muitas das reivindicações desses movimentos fossem convertidas em políticas públicas nos governos municipais e estaduais comandados pelo PT, ou transformadas em leis (municipais, estaduais e federais) mediante a atuação dos seus vereadores e parlamentares.

Por essa razão, o PT incorporara em seus programas eleitorais um capítulo específico relacionado às políticas agrícolas e agrárias, conferindo prioridade à realização da reforma agrária e a criação de políticas de fortalecimento da agricultura familiar, nas quais estavam incluídas as políticas de ATER. Nas três eleições presidenciais que antecederam a chegada de Lula à presidência, o PT apresentou programas agrários se comprometendo com o assentamento de um milhão de famílias, em 1989, oitocentos mil famílias, em 1994, e um milhão de famílias, em 1998[3]. Nas eleições de 2002, a reforma agrária era mencionada como estratégia de implantação do projeto *Fome Zero* (INSTITUTO DA CIDADANIA, 2001, p. 36).

Contudo, a primazia conferida à realização de uma reforma agrária ampla e massiva como medida destinada à promoção de uma ruptura com o modelo agrário hegemônico, aos poucos foi cedendo espaço para a estratégia de desenvolvimento rural baseada no fortalecimento da agricultura familiar, dentro do quadro político e institucional vigente (FAVARETO & BITTENCOURT, 2001, p. 387). Em outros termos, a reforma agrária deixou de ser considerada como a ponta de lança na promoção de mudanças estruturais no campo, para aos poucos, se converter numa política social de caráter pontual, destinada à contenção dos conflitos fundiários do campo.

Essas inflexões programáticas foram incorporadas nas propostas apresentadas no documento: *Vida Digna no Campo: desenvolvimento rural, política agrícola, agrária e de segurança alimentar,* por ocasião da campanha eleitoral de 2002. Neste documento, destacava-se que a agricultura seria um dos pilares fundamentais do novo governo, tendo em vista a sua importância para a garantia da segurança alimentar, para a geração de emprego, renda e na redução da dependência externa. Nesta direção, argumentava-se que as políticas para a agricultura familiar deveriam se desenvolver em paralelo àquelas orientadas para a agricultura empresarial. Para a coligação, a agricultura empresarial gera empregos, renda e excedentes exportáveis. Enquanto que a agricultura familiar, além da produção de alimentos básicos de qualidade, também promove a ocupação soberana do

[3] *Programas de Governo – PT*. In: http://www.fpabramo.org.br/node/5881 (acesso, em 15/02/2012).

território, preserva as tradições culturais do país, mantém as pessoas em sua terra natal e pode contribuir com a defesa do meio ambiente (VIDA DIGNA, 2002).

Nota-se, portanto, que as propostas da coligação consagraram mais uma inflexão programática em relação às antigas teses defendidas pelo PT, qual seja: a defesa de uma *complementaridade funcional e não concorrencial* entre os setores da agricultura capitalista de grande escala e da agricultura familiar, definindo-se papéis específicos para cada um deles. Ao primeiro atribui-se uma função genuinamente econômica de "gerar empregos, renda e excedentes exportáveis", enquanto que ao segundo a função econômica aparece de forma diluída, dividindo espaço com a "produção de alimentos", "ocupação soberana do território", "preservação das tradições culturais", "manutenção da população no campo" e a "defesa do meio ambiente". Essas diferenças de nuance denotam a demarcação de uma hierarquia funcional entre os setores, com repercussões diretas sobre a estrutura institucional e na dotação orçamentária destinada às políticas públicas para distintos setores sociais do meio rural, abrigados sob o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

No que diz respeito à extensão rural, o programa mencionava a necessidade do seu fortalecimento e da manutenção do caráter público e gratuito dos seus serviços, como parte das medidas necessárias ao fortalecimento da agricultura familiar (VIDA DIGNA, 2002, p. 19). Após a consagração da vitória nas urnas, o novo governo deu início à montagem de uma equipe de transição, que ficou responsável por traçar um amplo diagnóstico a respeito do andamento das políticas públicas, e ao mesmo tempo, criar as condições para pôr em prática os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral. Desse modo, a proposta de reestruturação dos serviços públicos de ATER foi deflagrada a partir de dois aspectos determinantes.

O primeiro diz respeito à incorporação de quadros técnicos das empresas públicas de ATER em cargos estratégicos da SAF/MDA, cuja distinção era marcada pelo fato destes possuírem uma longa trajetória de atuação como extensionistas junto aos agricultores familiares e suas organizações. O segundo está relacionado à contribuição da experiência desenvolvida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Rio Grande do Sul, durante o Governo de Olívio Dutra (1999/2002) do PT, como referência teórico/metodológica para a PNATER. Na ocasião, o Ex-Coordenador técnico do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), Francisco Roberto Caporal ocupou o cargo de diretor técnico da EMATER, contribuindo diretamente no processo de discussão e reformulação dos objetivos e das diretrizes de atuação da empresa. Na época, a EMATER-RS elegeu como sua missão institucional:

> [...] promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da agroecologia, através de ações de assistência técnica e de extensão rural e mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida (CAPORAL & COSTABEBER, 2002, p. 12).

Além disso, cabe destacar que a experiência do governo do PT no RS também serviu de referência na definição da estrutura e forma de gestão do aparato institucional de ATER, mediante o qual caberia às instituições públicas estaduais de ATER um papel proeminente. A opção pela construção de uma política nacional de ATER amparada no trabalho das EMATER´s desencadeou uma forte reação por parte dos representantes dos movimentos sociais que atuavam no meio rural, pois estes as consideravam muito "conservadoras" para pôr em prática uma extensão rural com diretrizes inovadoras.

Neste caso específico, as divergências em relação às EMATER´s não estavam referidas à defesa de uma maior presença do Estado, visto que desde o *Workshop* de 1997 havia se formado um consenso de que os serviços de ATER poderiam ser ofertados por instituições estatais e não estatais. As maiores divergências ocorreram no âmbito das orientações teórico/metodológicas e em relação ao modo de atuação das instituições

públicas, ainda presas às referências do modelo agrícola da revolução verde e dos métodos difusionistas.

Após a decisão política de reconstruir os serviços públicos de ATER, o governo agiu no sentido de promover a transferência da competência no oferecimento destes serviços do MAPA para o MDA, juntamente com mais quatro cargos permanentes, por meio do decreto N° 10.683, de 13 de junho de 2003 (PEIXOTO, 2008, p. 35). Essa competência estava sob a responsabilidade do DATER, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural do MAPA, cuja atuação vinha sendo limitada pela carência de recursos financeiros e pela reduzida capacidade de influência das instituições de ATER junto a este ministério (CAPORAL, 1998, p. 315).

A partir daí, montou-se um grupo de trabalho, mediante o convite de pessoas que possuíam uma trajetória de envolvimento com as políticas de ATER no Brasil, cuja responsabilidade foi preparar uma proposta provisória que pudesse servir de base para os debates de elaboração da PNATER. Essa versão foi lançada no mês de maio de 2004, na qual estava contido um conjunto de princípios e diretrizes que serviram de base para a elaboração do Programa Nacional de ATER (PRONATER), cuja primeira versão foi publicada em março de 2005. O programa propôs um conjunto de ações, que tinham por objetivo conferir operacionalidade às ações do DATER, servindo de referencial para a elaboração dos Programas Estaduais de ATER (PEIXOTO, 2008, p. 36).

É importante assinalar que um dos principais méritos da equipe do DATER/MDA foi o de ter construído a PNATER com base em um amplo processo de consulta e discussão junto às entidades de representação dos agricultores e às prestadoras dos serviços de ATER, levando-se em consideração os consensos produzidos em torno do tema nos últimos anos. Esta opção diferenciou a PNATER das políticas de ATER postas em ação pelos governos militares, construídas sem nenhum tipo de consulta aos atores sociais implicados e geridas de forma centralizada e hierárquica. Porém, o fato da PNATER ter sido elaborada a partir de amplas discussões realizadas nas oficinas estaduais e nacionais, não anula, e tampouco minimiza, o poder dos agentes do Estado em produzir, ou até mesmo impor as suas categorias de pensamento, estabelecendo-se assim, os termos legítimos do debate. Trata-se daquilo que Bourdieu (2002, p. 146) definiu como o poder de *nomeação oficial*, pois se caracteriza como um ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada pelos mandatários do Estado.

Por essa razão, a partir do momento em que os consensos produzidos nas oficinas se materializaram no documento da PNATER, lançado publicamente por meio de um ato oficial, é possível verificar que este passou a deter a legitimidade e força simbólica própria do Estado. Segundo Bourdieu (1996, p. 97-98) o Estado pode ser concebido como uma instituição detentora da violência física e simbólica que atua sobre um determinado território e sua população correspondente. O exercício da violência simbólica é possível porque o Estado encarna tanto, a *objetividade* nas estruturas de mecanismos específicos, quanto na *subjetividade* dada pelas estruturas mentais ou esquemas de percepção do pensamento. A violência simbólica é resultado de um processo que institui nas estruturas sociais e nas estruturas mentais adaptadas a essas estruturas, tornando-a *instituída*, fazendo-nos esquecer os atos de sua instituição, o que acaba por ser tomada como natural. Neste sentido, as adesões ou mesmo reações em contrário à nova PNATER, passaram a se dar dentro de um novo espaço de posições e relações de força. Neste novo contexto, algumas concepções e posições políticas, até então tidas como minoritárias entre a maioria dos extensionistas das EMATER´s, acabaram se convertendo em "marcos de referência", inibindo as reações em contrário.

Se, por um lado, o processo de elaboração e implementação da PNATER não pode ser entendido fora do contexto das lutas políticas que opõem as organizações de representação da agricultura capitalista de grande escala às organizações da agricultura familiar e da reforma agrária, por outro lado, não se pode negligenciar que os agentes sociais enquadrados sob estas duas últimas categorias, não são homogêneos, sendo representados por inúmeras organizações políticas, portadoras de distintos projetos e

interesses. E foram precisamente estas diferenças que determinaram com que o governo Lula construísse dois programas de ATER distintos, um deles operacionalizado pelo INCRA e voltado ao atendimento exclusivo dos assentamentos, mais conhecido como programa de ATES e, outro dirigido ao público da agricultura familiar, a PNATER, cuja operacionalização ficou a cargo do DATER.

Embora tenha havido uma convergência de interesses no início do processo de construção da PNATER, ao ponto de os representantes do INCRA terem participado ativamente de algumas oficinas regionais, ao final estes optaram por construir uma política própria, valendo-se da experiência acumulada com o projeto Lumiar executado no governo anterior. A defesa de um programa próprio de ATER para a reforma agrária foi motivada principalmente pelo receio de que a PNATER não levasse em consideração à especificidade dos assentamentos rurais, enquadrando-a nas políticas gerais da "agricultura familiar" a exemplo do que ocorreu com o PROCERA, extinto em 1999 e, incorporado à modalidade "A" do PRONAF.

Além disso, a experiência de controle social das ações de ATER ocorrida durante a vigência do programa LUMIAR, valorizada pelos assentados e suas lideranças, foi outro aspecto que pesou na defesa da criação do programa de ATES. Por fim, é preciso destacar que a opção dos integrantes do INCRA e do MST em defenderem um programa de ATER próprio, também advinha das divergências em relação ao formato institucional que estava sendo proposto, uma vez que o grupo de trabalho do DATER era constituído por pessoas vinculadas às EMATER´s, o que sinalizava que a nova política seria construída a partir da experiência já acumulada por essas instituições.

Na percepção dos intelectuais próximos ao MST que haviam participado nas oficinas de discussão da PNATER, o uso dos termos "assistência técnica" e "extensão rural" evocavam a herança da "revolução verde" e do difusionismo, razão pela qual seria necessário construir um instrumento inteiramente novo, que representasse uma ruptura total com o passado. Por essa razão, o uso do termo "assessoria técnica" ao invés de "ATER", visava demarcar uma distinção conceitual e metodológica mediante a incorporação da ideia de que o trabalho dos técnicos teria como referência a integralidade, concebida a partir da sua presença constante no interior dos assentamentos, distanciando-se das ações pontuais voltadas meramente aos aspectos técnicos da produção agrícola. Daí a preocupação em incorporar ao termo "assessoria técnica", os adjetivos "social" e "ambiental", bem como a ênfase na contratação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, abrangendo as ciências agrárias, econômicas e sociais.

O resultado final deste processo foi o lançamento, em 2004, de dois programas distintos quanto ao público atendido e a sua estrutura operacional, mas muito próximos no que se refere aos princípios e diretrizes preconizados. No que diz respeito aos serviços de ATES, constata-se que estes foram incorporados como uma ação integrante dos programas do INCRA voltada ao desenvolvimento dos assentamentos, o que fragilizava o seu acompanhamento junto às Superintendências Regionais (SR´s). Essa situação somente se modificou, em 2006, quando foi criada uma Coordenação de ATES, no interior da Coordenação Geral de Infraestrutura, que por sua vez era subordinada à Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos. Contudo, constata-se que esta mudança foi apenas operacional, pois ao se consultar o site oficial do INCRA, na época da coleta dos dados para esta pesquisa, verificou-se que a Coordenação de ATES inexistia no organograma da autarquia. Na prática, o que ocorreu foi apenas a designação de alguns gestores para acompanhar as ações de ATES em nível nacional.

Esse baixo grau de institucionalização do programa de ATES na estrutura organizacional do INCRA, refletia o nível de prioridade acordado pelo governo Lula à reforma agrária, ao longo dos seus dois mandatos. Num primeiro momento, diante das expectativas geradas junto à base dos movimentos sociais e sindicais do campo quanto à efetivação de uma reforma agrária ampla e massiva, o governo convocou um grupo de intelectuais ligados a esses movimentos, coordenados por Plínio de Arruda Sampaio, para elaborar um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em caráter emergencial. A proposta de plano elaborada estabelecia uma meta de assentamentos audaciosa, elegendo

como principal instrumento de obtenção de terras a desapropriação por interesse social, prevendo alterações no índice de Gini da ordem de 10 ou 20%, de modo a criar dois polos econômicos no campo: o campesinato e o agronegócio (PROPOSTA DE PNRA, 2003; CARVALHO FILHO, 2004; BRANDFORD, 2010).

O caráter progressista dessa proposta de plano gerou resistências internas no governo. Segundo Carvalho Filho (2004, p. 339), a proposta de PNRA apresentou uma estimativa de custos, para os quatro anos, de R$ 24 bilhões e estimativas de necessidade de terras entre 35 e 46 milhões de hectares. Do montante total do custo previsto, R$ 11 bilhões referiam-se ao pagamento das terras, o que seria feito mediante a emissão de Títulos da Dívida Agrária (TDA's) e resgatados no longo prazo. Para tanto, a proposta previa a indexação dos TDA's a um índice de preço da terra local e não à taxa referencial do mercado mais 6%, tal como vinha sendo praticado desde o governo Collor. A maior parte das resistências à proposta de PNRA vinha da área econômica do governo, em razão do presidente Lula ter se comprometido publicamente, antes mesmo da sua eleição, com a manutenção dos contratos e o pagamento dos credores internacionais, em especial o Fundo Monetário Internacional (FMI) (CARTA AO POVO BRASILEIRO, 2002). Para tanto, o Ministério da Fazenda adotou uma política de contenção dos gastos públicos visando aumentar o superávit primário, ao mesmo tempo em que manteve as taxas de juros elevadas e o controle da inflação por metas, além, é claro, de ter favorecido os setores exportadores, o que contribuiu para alçar a agricultura capitalista de grande escala a uma posição de destaque na política macroeconômica do governo (DELGADO, 2005).

Diante das restrições impostas pela política econômica em vigor e da argumentação de que não havia uma correlação de forças favoráveis à implantação de uma reforma agrária progressista, o governo elaborou um PNRA baseado em três objetivos centrais: a) fortalecer a agricultura familiar; b) aumentar a eficiência dos assentamentos já criados; c) implantar um programa eficaz de reforma agrária[4] (BRANFORD, 2010, p. 423). Apesar de o governo ter anunciado um PNRA com metas mais modestas do que aquelas apresentadas pela equipe de Sampaio, ainda assim, não conseguiu atingi-las em virtude das restrições orçamentárias impostas pela política econômica. Na tabela abaixo são apresentados os dados comparativos das gestões de Cardoso e Lula.

Tabela 1 - Números da Reforma Agrária dos Governos Cardoso e Lula[5]

Governo	Nº de Projetos	Área em hectares	Nº de Famílias
Cardoso I	2.330	12.456.156,65	298.506
Cardoso II	1.954	8.732.205,55	162.016
Total Cardoso	**4.284**	**21.188.362.2**	**460.522**
Lula I	2.333	32.119.675,18	379.585
Lula II	1.046	14.666.417,24	196.094
Total Lula	**3.379**	**46.786.092,43**	**575.679**

Fonte: IPEA, 2011.

Os dados apresentados na tabela anterior indicam que as políticas agrárias dos governos de Lula não promoveram impactos significativos na estrutura fundiária brasileira, embora os seus resultados tenham sido ligeiramente superiores aos alcançados nas duas administrações de Cardoso. Ademais, a criação de novos assentamentos continuou

[4] Desse modo, a proposta de PNRA divulgada oficialmente, em novembro de 2003, estabelecia as seguintes metas: a) assentar 400 mil famílias de sem-terra; b) regularizar as posses de 500 mil famílias; c) beneficial 130 mil famílias pelo crédito fundiário; d) recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos; e) criar 2.075 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado; f) cadastramento georeferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais; g) reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas; h) garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; i) promover igualdade de gênero na reforma agrária; j) garantir assistência técnica e extensão rural, capacidade, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas; k) universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (BRASIL, 2003, p. 30).

[5] Dados obtidos da Tabela 7.6 – Projetos de reforma agrária em execução segundo o ano de criação – Brasil – 1900 até o 1º semestre de 2010 (IPEA, 2011).

concentrada na região Norte do país, sendo que a maior parte deles ocorreu sob a modalidade da regularização fundiária, em detrimento das desapropriações por interesse social. Em linhas gerais, constata-se que nos dois mandatos do governo Lula foram mantidas as cinco características que definem a *reforma agrária conservadora*: 1) repartição de terras sob pressão social; 2) processos administrativos lentos e complicados; 3) violações frequentes dos direitos humanos com ampla impunidade; 4) distribuição residual de terras; 5) escasso apoio aos assentamentos (CARTER & CARVALHO, 2010, p. 296-297).

A marginalização da estratégia da reforma agrária ampla e massiva, em favor do fortalecimento da agricultura capitalista de grande escala ocorrida nas duas administrações do presidente Lula, obrigaram os movimentos sociais e sindicais do campo, em particular o MST, a recuarem do seu pleito em favor da reestruturação do INCRA. Nessa proposta previa-se, por um lado, a manutenção das funções de fiscalização e reordenamento fundiário sob a responsabilidade exclusiva do INCRA e, de outro, a criação de um órgão estatal voltado exclusivamente para o desenvolvimento e a prestação de serviços de ATER aos assentamentos. Este recuo foi influenciado por dois motivos principais: a) a falta de apoio do governo à proposta, o que levou ao seu engavetamento; b) o temor de que a proposta viesse a contribuir para enfraquecer ainda mais a autarquia federal.

Diante da ausência de uma correlação de forças favorável à reestruturação do INCRA e do receio de que as organizações dos trabalhadores rurais perderiam a sua influência na definição da concepção e da metodologia de abordagem dos serviços de assessoria técnica, as lideranças do MST defenderam que a gestão do programa de ATES permanecesse sob a responsabilidade do INCRA. Desde a sua criação, o programa passou por três momentos distintos: a) um primeiro compreendido entre os anos de 2004 e 2008, quando a forma de contratação dos serviços de ATES ocorria quase que exclusivamente por convênios; b) um segundo compreendido entre os anos de 2008 e 2010, quando a contratação dos serviços passou a ocorrer mediante licitação e concorrência, tendo por base a Lei 8.666/93; c) um terceiro período que vai de 2010 até 2013, quando a contratação dos serviços passou a ocorrer por chamadas públicas, tendo por base a Lei 12.188, mais conhecida como “Lei de ATER”.

As alterações realizadas pelo INCRA na forma de contratação e no modo de funcionamento do programa de ATES, incorporadas no MO de 2008, foram influenciadas, por dois aspectos determinantes. O primeiro foi o aumento do rigor dos órgãos fiscalização e controle do Estado, especialmente o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria Geral da União (CGU) e o Ministério Público, sobre os convênios firmados entre o INCRA e as entidades ligadas às organizações dos agricultores e trabalhadores rurais (ONG’s e Cooperativas de Técnicos). Isto, porque, a crise política ocorrida no governo Lula, em 2005, também chamada de “crise do mensalão”, contribuiu para aumentar o clima de suspeição sobre os convênios realizados pelo INCRA. Tais suspeitas encontravam suporte ideológico nas acusações recorrentes das organizações do patronato rural e dos deputados da “bancada ruralista” de que os recursos dos convênios estariam sendo desviados para financiar o MST e as ocupações de terras[6].

O segundo aspecto determinante foram as dificuldades encontradas pelo INCRA para acompanhar e fiscalizar a adequação dos serviços de ATES aos objetivos e diretrizes estabelecidos nas suas Normas de Execução e no Manual Operacional de 2004, considerando-se a autonomia relativa das SR’s. Segundo César Aldrighi, Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos do INCRA:

[6] Tais acusações se materializaram na realização de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), em 2005, na qual foram investigados os convênios celebrados entre o INCRA e a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) e a Confederação da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) (Melo, 2006). As lutas políticas travadas em torno dessas acusações expressam o nível de conflito existente entre as organizações dos trabalhadores rurais e da agricultura capitalista de grande escala, as quais repercutem nos órgãos de controle e fiscalização do Estado. Neste caso, a correlação de forças tem sido amplamente favorável aos últimos. Curiosamente, os repasses federais às entidades do patronato rural nunca chegaram a ser alvos de denúncias e muito menos de investigações (SAUER, 2007).

> [...] os normativos estão bons, mas efetivamente o que acontece com os convênios e com os contratos lá na superintendência, não reflete o que está nos normativos. A gente tem hoje instrumentos relapsos que só definem como meta do serviço de assistência técnica prestar a assistência técnica. Cada um faz do seu jeito e diz que fez. Eu vou lá e digo que aquilo não está bem feito e ele vai dizer que o quê está no papel é isso que ele fez. Não é raro chegar lá e perceber que eles fazem a ATES de um jeito totalmente às avessas daquilo que a gente orienta. E tem uma procuradoria que respalda, que analisa todo o instrumento que eles têm de repasse de recurso. Eles têm uma autonomia administrativa e têm uma procuradoria jurídica, que diz se o que ele está fazendo é certo ou não (Entrevista aos pesquisadores).

Pelo exposto, constata-se que a autonomia relativa das SR's do INCRA, vem facultando às suas procuradorias jurídicas a prerrogativa de decidir sobre o que pode ou não ser executado. Tal realidade além de esvaziar a capacidade de coordenação nacional do programa de ATES, cria dificuldades para a construção de linhas de atuação, metas e indicadores nacionais para monitorar e avaliar a correspondência entre o que está disposto nos MO's e o que é operacionalizado pelas empresas prestadoras nos assentamentos, convertendo-os tão somente, em "cartas de intenções". Tais dificuldades ainda estão longe de serem superadas e tenderão a se agravar ainda mais com o novo formato de contratação das prestadoras previsto na Lei de ATER, conforme se verá adiante.

Concepção, estrutura e modo de funcionamento do Programa de ATES

O programa de ATES foi criado oficialmente pelo INCRA em 30 de março de 2004, através da Norma de Execução n° 39, em consonância aos objetivos e diretrizes traçados no II PNRA e no documento: *Vida Digna no Campo: desenvolvimento rural, política agrícola, agrária e de segurança alimentar.* A sua criação foi resultado das reivindicações dos movimentos sociais e entidades sindicais do campo em favor da reconstrução dos serviços públicos de ATER no Brasil, visando contemplar a especificidade das demandas dos agricultores assentados. A principal base de referência para a formulação do programa de ATES foi o projeto Lumiar, desenvolvido entre os anos de 1997 e 2000 durante o governo Cardoso.

As orientações teóricas e metodológicas do programa de ATES encontram-se detalhadas em dois MO´s, sendo que o primeiro foi elaborado em 2004, e o segundo em 2008, cujas semelhanças e diferenças serão analisadas na seqüência. No que diz respeito à concepção, ambos os MO's procuram qualificar o programa de ATES como um serviço descentralizado de apoio às famílias de agricultores assentados, coordenado pelo INCRA e "executado em parceria com instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e organizações não-governamentais ligadas à Reforma Agrária" (BRASIL, 2004, p. 01; BRASIL, 2008, p. 12).

No que diz respeito aos objetivos, ambos os MO's ressaltam que a finalidade do programa de ATES é "[...] prestar assessoria *técnica, social e ambiental às famílias dos Projetos de Assentamento, criados ou reconhecidos pelo INCRA, tornando-os unidades de produção estruturadas, com segurança alimentar e nutricional".* A diferença observada nos dois MO's recai sobre o caráter da inserção dos assentamentos no processo de produção. No primeiro, há um destaque para a "inserção competitiva" dos assentamentos "voltada para os mercados" e dentro de uma "dinâmica de desenvolvimento municipal e regional" (BRASIL, 2004, p.2). No segundo, estes destaques são suprimidos em favor de uma inserção "voltada para o desenvolvimento rural sustentável e solidário" (BRASIL, 2008, p. 16).

No que se refere à estrutura de funcionamento do Programa, em ambos os MO's estão previstos as seguintes instâncias: i) de coordenação e supervisão; ii) de participação e controle social; iii) de execução técnica. No primeiro caso, a responsabilidade pela

coordenação de todas as ações do programa, em nível nacional, compete à Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), enquanto que, em nível estadual, compete às Superintendências Regionais (SR's)[7]. Entre as atribuições principais do INCRA, destacam-se o apoio ao planejamento, implantação e monitoramento dos serviços de ATES junto às SR's, além da provisão de recursos monetários. Às SR's cabe, mediante Ordem de Serviço do superintendente: 1) a constituição de uma Equipe interna de Coordenação e Supervisão da ATES; 2) fazer o levantamento das demandas de ATES nos estados; 3) estabelecer forma jurídica com prestadoras de serviços de ATES para o atendimento das demandas identificadas; 4) analisar, aprovar ou rejeitar propostas de execução das atividades de ATES, bem como fiscalizar e monitorar os trabalhos das prestadoras do serviço.

A participação e o controle social do programa ocorrem junto ao Fórum Nacional de ATES e ao Fórum Estadual de ATES, criados com o propósito de promover uma maior interlocução entre os agentes envolvidos na implantação dos serviços de ATES, mediante definição, acompanhamento e monitoramento das suas ações. O INCRA nacional e as suas SR's são responsáveis por garantir e coordenar esses Fóruns, respectivamente, os quais possuem um *caráter consultivo, sem vínculos institucional e tampouco remuneratório.* Na composição destes Fóruns está garantida a paridade entre os representantes do governo (50%) e da sociedade civil (50%), sendo que no MO de 2008 estabeleceu-se que a participação de ONG's não deverá ultrapassar de 20% das vagas previstas (BRASIL, 2008, p. 22-23).

No que diz respeito às instâncias de execução técnica, constata-se que o programa de ATES manteve praticamente a mesma estrutura existente no antigo projeto Lumiar, as quais foram renomeadas e modificadas quanto ao seu caráter e atribuições. Desse modo, no ATES estão previstos os *Núcleos Operacionais (NO's)*, as *Equipes de Articulação (EA's)* e *Especialistas*, modalidade prevista no MO de 2004, mas retirada no MO de 2008 (BRASIL, 1997, p. 08-11). Os NO's são compostos por um corpo técnico de nível médio e superior, com formação multidisciplinar, sendo que no mínimo 1/3 de seus profissionais devem comprovar experiência de mais de dois anos em trabalhos com agricultura familiar, preferencialmente em assentamentos rurais da região. O primeiro MO (BRASIL, 2004, p. 13) indicava que a relação entre o número de técnicos por famílias atendidas deveria ficar na proporção de 1:100. Também previa que todos os NO's deveriam apresentar base física no interior do assentamento ou nas proximidades, dispondo de R$ 500,00 a R$ 700,00/técnico/ano para o custeio do seu funcionamento[8].

O salário dos profissionais de nível superior era fixado em R$ 2.000,00, e os de nível médio em R$ 1.200,00; valores já descontados encargos fiscais e trabalhistas. No segundo documento, a proporcionalidade do número de técnicos por famílias atendidas passou a ser 1:85 (BRASIL, 2008, p. 25). Além disso, os documentos também fracionam os NO's quanto à composição entre profissionais das áreas agrárias e das demais áreas do conhecimento, de nível superior e nível técnico (médio), além de estabelecer uma cota de profissionais com experiência mínima de 2 anos em trabalhos referentes à agricultura familiar, preferencialmente com assentamentos. O segundo documento estabelece as frações referidas da seguinte forma: 1/3 dos profissionais devem ter nível superior; 1/3 dos profissionais devem ter experiência de no mínimo 2 anos; um técnico das áreas agrárias para cada 125 famílias. Neste documento destaca-se ainda que todos os NO's devem apresentar base física no interior do assentamento ou local próximo, sendo uma exigência às prestadoras de serviço de ATES, independentemente da forma jurídica de contrato estabelecida com as SR's. Os valores para o custeio anual foram incluídos no valor total

[7] As Superintendências Regionais (SR's) são órgãos descentralizados, responsáveis pela coordenação e execução das ações do INCRA nos estados. Em todo o País, o INCRA dispõe de 30 SR's, contando ainda com 70 Unidades Avançadas, órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às superintendências (In: http://www.incra.gov.br, acesso em 29/02/2012).

[8] A área de influência dos profissionais que o compõem é definida pela maior ou menor densidade de projetos de assentamentos e famílias numa determinada região – portanto, não respeita, necessariamente, os limites dos municípios, como é com o caso das EMATER's.

pago à prestadora/família/ano, que é de R$ 77,60[9]. O salário dos profissionais de nível superior, já descontados encargos fiscais e trabalhistas, foi fixado em R$ 3.735,00 e, para os de nível médio, em R$ 1.415,00, tendo por referência o piso dos profissionais das ciências agrárias (BRASIL, 2008, p. 83).

As *Equipes de Articulação,* por sua vez, são responsáveis pelo assessoramento dos profissionais dos NO's, prestando orientações técnicas e metodológicas e colaborando na identificação de demandas dos técnicos e das famílias para o posterior encaminhamento ao INCRA. Da mesma forma, cabe aos articuladores socializar as experiências consideradas positivas, sejam estas no âmbito da produção, organização e metodologias de abordagem, visando qualificar e aperfeiçoar o trabalho dos NO's. Para tanto, as Equipes de Articulação deve ser compostas por profissionais de nível superior, podendo ser multidisciplinar. No primeiro MO ficou estabelecido que a contratação de articuladores ocorreria na proporção de um para cada 16 a 24 técnicos dos NO's, que somente seria feita após a seleção dos profissionais indicados "pelas empresas interessadas"[10] (BRASIL, 2004, p. 11).

O referido documento previa um total de R$ 900,00 anuais por articulador como forma de custeio das principais despesas da Equipe, e um salário, já livre de encargos fiscais e trabalhistas, de R$ 2.500,00. Já, no segundo MO, está prevista a contratação de um articulador para 25 profissionais dos NO's. Para tanto, há uma orientação de que os Articuladores não devem ter "[...] vínculo formal com as entidades executoras dos serviços de ATES [...]" (BRASIL, 2008, p. 23). No documento de 2008 o custeio anual dos articuladores foi incluído no valor pago anualmente às prestadoras por família, sendo de R$ 49,81[11], não prevendo mais a contabilização de um valor unitário por articulador. O salário desses articuladores, livre de todos os encargos fiscais e trabalhistas, passou a ser de R$ 3.735,00, tendo por base o piso da categoria dos profissionais das ciências agrárias (BRASIL, 2008, p. 83).

No que diz respeito à estruturação do programa de ATES nas SR's, é possível constatar com base na análise dos MO's que o segundo documento apresenta um maior detalhamento em relação ao primeiro. No documento de 2004, essa estruturação ocorria com base em três procedimentos fundamentais: a) contratação/formação dos NO's e Equipes de Articulação; b) gestão dos recursos; c) indicadores de desempenho. No primeiro procedimento, o documento estabelecia que a ATES seria realizada por meio de *convênios* ou *termos de parceria* com entidades privadas sem fins lucrativos, atuantes no âmbito da reforma agrária, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável, bem como com estados e municípios, tendo o INCRA como o principal provedor dos recursos e supervisor das atividades. Nos casos em que não fossem identificados parceiros aptos, o INCRA poderia celebrar *contratos* com empresas habilitadas, observando-se a Lei Nº 8.666/93 (BRASIL, 2004, p 16).

No segundo caso, destacava-se que a principal fonte de recursos do programa de ATES seria o orçamento do INCRA e a correspondente contrapartida das convenentes, não excluindo a possibilidade de eventuais parcerias com outras instituições públicas e privadas (BRASIL, 2004, p.18). Por fim, o documento apontava para a necessidade de construção de indicadores de avaliação e desempenho do programa, envolvendo duas dimensões principais: a) o desempenho das unidades familiares no interior dos assentamentos; b) o trabalho desempenhado pelos técnicos de campo. A seguir, o documento apontava sugestões gerais para construção de indicadores, levando-se em consideração as dimensões econômica, social, cultural e ambiental (BRASIL, 2004, p. 20-21).

O MO de 2008, por sua vez, prevê três grandes fases de estruturação do programa: 1) preparação; 2) implementação; 3) encerramento. Sendo que cada uma destas fases é subdividida em uma série de etapas, minuciosamente detalhadas em fluxogramas. A primeira fase é subdividida em duas etapas: *a) identificação e qualificação da demanda de*

[9] Para o caso da Amazônia Legal este valor sobe para R$ 119,75 (BRASIL, 2008, p. 82).
[10] O MO de 2004 não esclarece se são as mesmas empresas prestadoras de serviços de ATES e já contratadas para este fim. Porém, considerando que as mesmas são diretamente interessadas nos serviços de ATES, sugere-se que seriam elas que indicariam os Articuladores.
[11] Para o caso da Amazônia Legal, este valor sobre para R$ 53,15 (BRASIL, 2008, p. 82).

ATES, na qual se realiza um levantamento preliminar da situação individual dos assentamentos, para posteriormente definir quais deles deverão ser atendidos pelo programa. Nesta etapa cada SR's organiza e torna público um documento contendo informações das demandas existentes nos assentamentos, estabelecendo eixos de trabalho para a assessoria técnica, os quais servem de orientação para as prestadoras construírem as suas propostas de atuação (BRASIL, 2008, p. 35); *b) formalização dos instrumentos para viabilizar os serviços de ATER,* na qual cada SR poderá optar, de acordo com a conveniência e oportunidade, pela adoção de *convênios, contratos e termos de parceria* ou outros instrumentos congêneres, desde que observada a legislação pertinente e os normativos que regem o programa de ATES. Com o objetivo de orientar as SR's na formalização desses instrumentos, o MO detalha todos os aspectos pertinentes à concepção, metodologia, operacionalização e procedimentos legais que deverão constar nas licitações públicas (BRASIL, 2008, p. 35-40).

É importante assinalar que no MO de 2004, a forma de contratação dos serviços de ATES priorizada eram os convênios, o que dispensava a contratação por licitação. A concorrência era uma modalidade utilizada somente em casos excepcionais. No MO de 2008 essa prioridade se inverte, "(...) devido ao grande volume de recursos envolvidos para o desenvolvimento do Programa de ATES, na grande maioria dos casos a modalidade de licitação a ser empregada será a concorrência" (BRASIL, 2008, p. 37). Para tanto, há uma orientação de que no processo de licitação sejam observados os critérios de "melhor técnica" ou "melhor técnica e menor preço". Ou seja, pode se usar como único critério a "melhor técnica", mas nunca unicamente o critério de "menor preço", podendo observar a "melhor técnica e menor preço" conjuntamente (BRASIL, 2008, p. 38).

Posteriormente, com a aprovação da Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, também conhecida como "Lei da ATER", a contratação dos serviços passou a ocorrer exclusivamente pela modalidade de *chamada pública* com dispensa de licitação. Neste formato, cabia ao MDA a responsabilidade de publicar um edital discriminando o objeto, a qualificação e a quantificação do público beneficiário, a área geográfica a ser atendida, o prazo de execução dos serviços, os valores da contratação, a qualificação técnica dos profissionais e os critérios objetivos para a seleção das entidades executoras. Neste caso, consideram-se aptas a participar das chamadas públicas as instituições/organizações que tenham efetuado o seu credenciamento junto aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento rural Sustentável, ou junto ao MDA, e que atendam aos requisitos previstos no Art. 15 da referida Lei[12].

Com a Lei de ATER, todas as ações de ATER e de ATES passam a fazer parte do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), cujos recursos estarão assegurados no Plano Plurianual (PPA) do governo federal, algo que já havia sido instituído pelo MDA desde 2008 (BRASIL, 2008, p. 12). Neste caso, as diretrizes que comporão o PPA serão elaboradas tendo por base as deliberações aprovadas na Conferência Nacional de ATER, a ser realizada de quatro em quatro anos, sendo assegurada à participação paritária de representantes da sociedade civil e do governo[13]. Não faz parte dos objetivos deste trabalho fazer uma análise mais abrangente dos impactos da Lei de ATER, cabendo registrar apenas que a nova forma de contratação dos serviços além de ter oferecido maior segurança jurídica ao MDA e às prestadoras, também garantiu que o repasse dos recursos não sofresse descontinuidades e atrasos. Até então, a cada início de ano não havia garantia da continuidade do programa de

[12] Segundo o Art. 15 da nova Lei: "(...) São requisitos para obter o credenciamento como Entidade Executora do PRONATER: I - contemplar em seu objeto social a execução de serviços de assistência técnica e extensão rural; II - estar legalmente constituída há mais de 5 (cinco) anos; III - possuir base geográfica de atuação no Estado em que solicitar o credenciamento; IV - contar com corpo técnico multidisciplinar, abrangendo as áreas de especialidade exigidas para a atividade; V - dispor de profissionais registrados em suas respectivas entidades profissionais competentes, quando for o caso; VI - atender a outras exigências estipuladas em regulamento. Parágrafo único. O prazo previsto no inciso II não se aplica às entidades públicas".

[13] Artigo 8º da Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010 e Artigo 12 do Decreto Nº 7.21, de 15 de junho de 2010.

ATES e o respectivo atraso na renovação dos contratos comprometia a permanência dos técnicos nos NO's.

A *fase de implantação dos serviços de ATES*, prevista no MO de 2008, se estrutura em torno de quatro eixos: 1) as premissas do programa; 2) o planejamento operacional dos serviços; 3) a execução, monitoramento e avaliação; 4) o planejamento operacional anual. No que diz respeito às premissas, busca-se caracterizar o serviço de ATES como um programa que rompe com o modelo de extensão rural centrado exclusivamente na difusão de inovações técnicas, que vigorou na época da "revolução verde". Em contraponto, afirma-se a necessidade de um serviço de assessoria técnica "polivalente ou multifacetado", cujos objetivos abranjam temas como o acesso aos serviços sociais básicos, o fortalecimento das organizações dos(as) agricultores(as), a segurança alimentar, a consolidação dos sistemas produtivos e a ampliação das oportunidades de mercado. Nesta direção, o MO realça que "[...] o programa de ATES busca apoio na agroecologia para sugerir inovações que sejam ao mesmo tempo mais produtivas em termos econômicos, mas também mais sustentáveis do ponto de vista social e ambiental" (BRASIL, 2008, p. 43-44).

Por fim, o MO destaca que o programa de ATES se distingue da extensão rural convencional por postular "a necessidade de uma assessoria técnica que esteja presente na vida das famílias assentadas" e, por defender e estimular o uso de "inovações no âmbito das metodologias de trabalho". Sob este aspecto o enfoque metodológico do programa de ATES tem como diretrizes: a) a participação das famílias na implementação e avaliação das atividades; b) a adoção de um sistema de planejamento ascendente, no qual o primeiro passo seja a elaboração de um diagnóstico da realidade, seguido de um plano de trabalho e de um processo de monitoramento e avaliação constante; c) a inclusão da preocupação com a garantia da igualdade nas relações de gênero, geração e etnia; d) a inovação como fruto do processo coletivo de aprendizagem e gestão do conhecimento; e) a adoção de novos instrumentos metodológicos, tais como as visitas de intercâmbio e os experimentos pedagógicos (BRASIL, 2008, p. 45-46).

No segundo eixo da fase de implantação está previsto a realização de uma *oficina de planejamento operacional das ações* como atividade inicial dos serviços, cujo propósito é estruturar um plano de ação das operadoras para todo o período do convênio, detalhando os doze primeiros meses. O MO destaca que nesta oficina devem participar as empresas prestadoras, os técnicos dos NO's, as equipes de articulação, as organizações dos assentados, os representantes dos assentamentos contemplados, o corpo técnico do INCRA, podendo ainda ser convidados os membros do Fórum estadual de ATES. Os recursos para estas oficinas devem estar previstos nos instrumentos firmados (BRASIL, 2008, p. 46-47).

No terceiro eixo da fase de implantação, ocorre a execução de todas as atividades planejadas na oficina mediante o trabalho dos técnicos dos NO's. A exemplo do projeto Lumiar, o programa ATES também recomenda aos técnicos a adoção de algumas posturas na sua relação com os assentados: a) compromisso com os resultados previamente estabelecidos; b) estabelecimento de uma relação de confiança com os assentados e suas organizações; c) atuar como um facilitador de processos; d) evitar criar uma relação de dependência dos assentados com os técnicos, investindo na auto-gestão e na capacitação; d) manter uma postura de auto-construção, aberto à análise e às críticas do seu trabalho e desempenho; e) utilizar uma metodologia de intervenção adequada aos diferentes perfis das famílias atendidas (BRASIL, 1997, p. 38; BRASIL, 2008, p. 48).

No que tange a sistemática de atuação dos técnicos dos NO's nos assentamentos, estão previstos os seguintes momentos: a) aproximação e reconhecimento da realidade, mediante a inserção das equipes nos assentamentos nas primeiras visitas de trabalho; b) elaboração, execução e acompanhamento dos instrumentos de planejamento dos assentamentos, tais como, os PEA's, PDA's e PRA's; c) atuação das equipes de articulação junto aos NO's, mediante a realização de análises conjuntas sobre os trabalhos realizados e auxílio nas proposições para potencializá-los; d) capacitação continuada dos agricultores assentados, de acordo com as temáticas definidas e a realidade local; e) monitoramento das ações do programa focado nos processos (avaliação qualitativa) e nos resultados (avaliação

quali/quantitativa); f) avaliação permanente das ações de ATES por todos os atores envolvidos em quaisquer das suas etapas (BRASIL, 2008, p. 48-53).

Por fim, a fase de encerramento das ações do programa previstas nos instrumentos firmados pelas prestadoras e o INCRA, ocorre em definitivo, após a comprovação aplicação regular dos recursos e da realização das ações e metas acordadas previamente, mediante a apresentação de relatórios. O INCRA procede a análise técnica e contábil destes relatórios e, também, a verificação *in loco* das ações realizadas, emitindo parecer avaliando se os serviços foram ou não satisfatórios (BRASIL, 2008, p. 61). A seguir apresentamos um quadro síntese comparando das principais mudanças ocorridas no programa de ATES.

Tabela 2 - Mudanças no funcionamento do programa de ATES contidas nos MO's de 2004 e 2008

Descrição	**MO 2004**	**MO 2008**	
	Valores em R$, indistinto entre regiões	Valores em R$ para a Amazônia legal (família/ano)	Valores em R$ para as demais regiões (família/ano)
Serviços de ATES	Sem especificação	543,65	543,65
Custeio	500,00 a 700,00/técnico/ano	119,75	77,60
Lucro (3%)	Sem especificação	19,90	18,63
Tributos (14,25%)	Sem especificação	113,55	106,31
Total ATES (Núcleos Operacionais)	Sem especificação	796,85	746,19
Articulador (a)	900,00/articulador/ano	53,15	49,81
TOTAL DA ATES	**400,00**/família/ano	**850,00**	**796,00**
PDA	200,00*	300,00	240,00
PRA	100,00*	150,00	120,00
Técnicos dos Núcleos Operacionais/famílias atendidas	1:100	1:85	
Salário dos técnicos de nível superior dos Núcleos Operacionais	2.000,00	3.735,00	
Salário dos Técnicos de nível médio dos Núcleos Operacionais	1.200,00	1.415,00	
N° de técnicos dos núcleos operacionais/articulador contratado	16-24	25	
Salário dos Articuladores	2.500	3.735,00	
Forma Jurídica privilegiada para a contratação das prestadoras de serviço de ATES	Convênios	Licitação e concorrência	
Previsão Orçamentária do programa de ATES	Necessidade de renovação todo o ano	Investimentos previstos no Plano Plurianual do Governo Federal 2008/2011	
Avaliação e monitoramento da ATES	Sugestões gerais, proposição de alguns indicadores e submete às SR's a reelaboração e estabelecimento do	Sugestões gerais e submete às SR's a elaboração de indicadores e metas	

	processo de avaliação.	

* Estes valores dobravam se tanto os documentos fossem realizados pela prestadora do serviço de ATES.
Fonte: Brasil (2004; 2008) e Normas de Execução n° 36/2004 e 77/2008. Org.: dos autores.

A implantação e execução do programa de ATES no estado do RJ

As discussões para a implantação do programa de ATES no RJ começaram no ano de 2003, com a constituição da Coordenação Regional de ATES (CRATES), da qual participaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), a União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (UNACOOP) e algumas universidades. A coordenação dos trabalhos ficou a cargo de uma técnica da Divisão de Desenvolvimento dos Assentamentos do INCRA, cujo objetivo era discutir todos os aspectos relativos à estruturação do programa no estado, a identificação das demandas dos assentamentos, a concepção dos serviços e a metodologia de atuação dos técnicos a campo. No início do governo Lula, a conjuntura interna do INCRA no RJ foi marcada por várias trocas de superintendentes, o que acarretou - segundo a interpretação de alguns entrevistados desta pesquisa - na nomeação de pessoas para os cargos de confiança que tinham pouco conhecimento sobre a estrutura de funcionamento da autarquia e das suas políticas. Por essa razão, o programa de ATES foi implantado com um ano de atraso em relação ao seu lançamento oficial no restante do país.

Esse atraso também foi influenciado pela morosidade da Procuradoria do INCRA do RJ em emitir um parecer orientando qual seria a forma mais adequada de contratação das prestadoras, uma vez que no MO de 2004 não era muito preciso sobre o tema, constando apenas que esta poderia ocorrer por convênio, termo de parceria ou contrato. Além do atraso, o programa foi implantado num contexto de extrema precariedade institucional, visto que toda a responsabilidade pela coordenação das suas ações recaía sobre uma única técnica, que na época acumulava a função de coordenação do programa Terra Sol e dos projetos de crédito do PRONAF para os assentamentos do estado do RJ. Foi somente no final de 2007 e início de 2008 que foi possível montar uma equipe de quatro servidores para coordenar e acompanhar todas as ações de ATES no estado.

É importante ressaltar que esse quadro de precariedade institucional materializado nas dificuldades de se criar uma estrutura mínima de gestão do programa de ATES no RJ, não se constitui como um fato isolado, visto que há uma percepção bastante generalizada entre os representantes dos movimentos sociais, entidades sindicais e das prestadoras de ATER de que o INCRA possui uma estrutura pesada, altamente burocrática e pouco eficiente no atendimento célere das demandas oriundas das famílias assentadas. Tal diagnóstico é compartilhado, inclusive, por alguns dos servidores da autarquia federal. A falta de funcionários capacitados em número suficiente às demandas criadas pelas políticas de assentamentos, aliada a existência de uma "cultura institucional", por vezes refratária às reivindicações dos movimentos sociais e entidades sindicais do campo, vem contribuindo para que o INCRA não cumpra com algumas funções que são da sua exclusiva competência, comprometendo o trabalho das equipes de ATES.

Segundo o depoimento de José Parente, presidente da Confederação Nacional dos Servidores do INCRA (CNASI), a autarquia dispunha na década de 1980 de um efetivo de 9 mil servidores. Atualmente este número foi reduzido a 5,2 mil servidores, enquanto que o número de famílias assentadas no país quintuplicou, aproximando-se da cifra de 1 milhão. Os prognósticos futuros não são nada alentadores, pois se estima que com as aposentadorias haja uma redução de 42% da força de trabalho na ativa. Apesar de o governo Lula ter realizado um concurso público visando à reposição de 1,3 mil vagas, em 2004, destas apenas 500 foram preenchidas. Para piorar ainda mais o quadro, parte destes novos funcionários está migrando para outros órgãos em razão das vantagens comparativas

que apresentam em relação ao INCRA, em termos de remuneração (BRASIL DE FATO, 2010).

Entre as funções que são de exclusiva competência do INCRA destacam-se: a demarcação e definição dos lotes, a realização dos trabalhos topográficos, a implantação de infraestrutura nos lotes (estradas, energia elétrica, água, etc), o licenciamento ambiental, a liberação dos recursos dos projetos de crédito no tempo adequado, entre outras. No RJ o cumprimento de todas essas funções pelo INCRA, tem levado em média 5 anos. Nesse intervalo de tempo, muitas famílias desistem dos seus lotes, sendo obrigadas a procurarem alternativas de trabalho e renda nos centros urbanos próximos. Neste contexto, qualquer perspectiva de se pensar um trabalho de assessoria técnica, tendo como horizonte o planejamento das ações de desenvolvimento dos assentamentos no médio e longo prazo fica seriamente prejudicada.

A despeito das importantes mudanças ocorridas na forma de contratação das prestadoras e da garantia de recursos orçamentários no PPA, viabilizada pela aprovação da Lei de ATER, constata-se que o programa de ATES não foi suficientemente internalizado na estrutura operacional do INCRA, a ponto de se firmar como uma ação de caráter permanente. A sua continuidade, ainda depende muito do grau de prioridade conferido à reforma agrária nas estratégias de desenvolvimento econômico do país, no âmbito governos e das forças sociais e políticas que lhes dão sustentação. Enquanto os governos federais e os partidos políticos continuarem conferindo à reforma agrária um *status* de mera "política social compensatória", voltada prioritariamente ao equacionamento dos conflitos fundiários e, sem a pretensão de alterar profundamente a estrutura agrária vigente, é bastante provável que esse quadro de precariedade institucional observado no INCRA perdure, comprometendo a abrangência e a eficácia das suas ações.

No que se refere às instâncias de participação e controle social, constata-se que os Fóruns Nacional e Estadual de ATES preconizados em ambos os MO's do programa, não chegaram a ser constituídos. No RJ, a própria criação da Coordenação Estadual que poderia ter sido um embrião do Fórum estadual teve curta duração, sendo instalada no final de 2003 e desativada no início de 2005. Paradoxalmente, no mesmo período em que o programa foi implantado no estado. Pelos depoimentos de alguns entrevistados desta pesquisa é possível inferir que a Coordenação Estadual teve um caráter mais operacional, na qual o debate foi focado nos procedimentos necessários à implantação do programa e para a contratação das equipes de técnicos. As questões ligadas à concepção dos serviços, à metodologia de trabalho dos técnicos, bem como às estratégias para o desenvolvimento dos assentamentos ficaram em segundo plano, quando comparadas à experiência do antigo projeto Lumiar. Nesta direção, os próprios representantes dos movimentos sociais e sindicais mostraram-se mais preocupados em apresentar as suas demandas e garantir recursos para a prestação dos serviços às suas respectivas bases sociais, do que em discutir qual seria o tipo de assessoria mais adequado às diferentes realidades dos assentamentos do estado.

Ademais, a equipe do INCRA responsável pela coordenação do programa de ATES optou por não criar o Fórum, pois interpretou que este poderia se sobrepor aos diversos conselhos institucionais existentes no estado, contribuindo para um possível esvaziamento da participação dos atores, dado o fato de que as organizações sempre enviam os mesmos representantes para estes espaços. Em contraponto a esta interpretação, existe o argumento de que os representantes das organizações do meio rural fluminense sempre responderam positivamente às convocações do poder público para discutir temas do seu interesse. A despeito dessas discordâncias, cabe destacar que a constituição dos Fóruns de ATES já havia sido inviabilizada, *a priori*, pelo próprio INCRA, ao destacar em seus nos MO's que estes teriam apenas um *caráter consultivo* e *não teriam vínculo institucional, nem remuneratório.*

Ao afirmar que os Fóruns não seriam deliberativos, o INCRA repetiu uma prática recorrente ao longo dos dois governos no Presidente Lula de "consultar as bases", porém sem oferecer as condições para o estabelecimento de um controle social efetivo. Para que isso ocorresse de fato, seria necessário facultar aos atores envolvidos com programa de

ATES a oportunidade de participarem diretamente das decisões que incidem sobre as suas ações, o que só pode ocorrer em espaços com caráter deliberativo. Por mais positiva que seja a disposição do INCRA em consultar os representantes da sociedade civil, ainda assim, esta relação estabelece uma assimetria de poder no processo de tomada das decisões, já que estas podem ocorrer à revelia do que foi discutido e acordado, prevalecendo a lógica dos representantes do Estado. Ademais, ao descartar qualquer possibilidade de vínculo institucional e ao não prever recursos financeiros para o funcionamento dos Fóruns de ATES, o INCRA contribuiu para que estes se convertessem tão somente em "conselhos de papel", ou seja, elaborou-se um *constructo teórico* sem qualquer efetividade prática.

A falta de correspondência entre o que está contido nos MO's e a sua operacionalização prática, também se observou na montagem das equipes de execução técnica. No estado do RJ essas equipes ficaram restritas aos NO's, tendo em vista que inicialmente não foram disponibilizados recursos para a contratação de profissionais para comporem uma equipe de articulação, a despeito das solicitações feitas pela técnica responsável pela coordenação do programa de ATES. Embora haja consenso em torno da necessidade de uma equipe de articulação, tanto por parte das prestadoras, quanto por parte do INCRA, não foram tomadas todas as providências para a sua viabilização.

A ausência de articuladores impossibilitou que os NO's tivessem um suporte técnico e metodológico para a resolução dos problemas surgidos no cotidiano do trabalho de assessoria junto às famílias assentadas. Ademais, é importante ressaltar que a função do articulador foi concebida para atuar como um elo entre NO's, contribuindo na troca de informações, no intercâmbio de experiências metodológicas e, sobretudo, na construção e planejamento das estratégias de médio e longo prazo para o desenvolvimento do conjunto dos assentamentos existentes em cada estado. Tais funções não têm sido cumpridas pelas prestadoras de ATES do RJ, em virtude destas terem que utilizar a maior parte do tempo de suas reuniões na discussão da operacionalização prática das ações previstas nos contratos, bem como no cumprimento das exigências burocráticas do programa. Sob este aspecto, pode-se concluir, com base na experiência do RJ, que a ausência da equipe de articulação representou um "passo atrás", em relação ao projeto Lumiar, já que este pôde contar com uma equipe de supervisão no suporte e articulação das ações das equipes locais.

No que diz respeito à montagem dos NO's, observa-se que no RJ esta ocorreu mediante a contratação dos serviços de assessoria de duas cooperativas de técnicos cadastradas junto ao INCRA naquele momento: a Cooperativa de Trabalho Estruturar e a Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável (Cedro). Ambas as cooperativas desenvolveram ações em aproximação política com duas das principais organizações de trabalhadores rurais do estado do RJ. Enquanto a Estruturar se caracterizava por possuir profissionais com vínculos políticos ao MST, a Cedro, por sua vez, possuía uma relação mais próxima à FETAG. Este perfil de aproximação política com essas organizações foi determinante na definição dos assentamentos que seriam atendidos pelas referidas cooperativas de técnicos. O instrumento utilizado foi o contrato com dispensa de licitação, no qual os agricultores assentados definiam a prestadora de sua preferência. Neste processo, a Estruturar ficou responsável por atender pouco mais de 500 famílias, enquanto que a CEDRO atendia a 852 famílias.

O contrato com a Estruturar terminou em 2008, sendo que esta encontrou dificuldades para assinar um termo aditivo, em razão das novas exigências que passaram a vigorar após a publicação pelo INCRA, em 2008, das Normas de Execução 71, 72 e 77, as quais atualizaram os valores dos serviços e estabeleceram procedimentos mais rígidos para a celebração de contratos e convênios com as prestadoras de ATES. Entre os novos procedimentos estava a exigência do credenciamento das prestadoras junto ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Cedrus). A aprovação do credenciamento da Estruturar junto ao Cedrus somente foi concluída no mês de setembro de 2008, período em que foi empossada a nova procuradoria do INCRA, que não aceitou dar continuidade ao contrato da forma como vinha sendo feito, resultando no seu cancelamento no final daquele ano. O mesmo não ocorreu com a Cedro que já possuía o seu cadastro regularizado e, por

essa razão, conseguiu assinar um termo aditivo, prolongando a prestação dos seus serviços até o dia 31 de agosto de 2009.

Com o término destes contratos, o INCRA organizou uma licitação de concorrência pública, na modalidade de "melhor técnica", visando à contratação de instituições para prestar serviços de ATES, demandados para a elaboração dos PEA's, PDA's, PRA's e Relatórios Ambientais Simplificados (RAS), em 35 projetos de assentamentos no estado do RJ, abrangendo 2.324 famílias de agricultores. Para tanto, a equipe de ATES do INCRA preparou um *Termo de Referência* que tinha por objetivo: "a descrição e caracterização dos serviços a serem contratados, aspectos técnicos e operacionais de sua execução, e dos princípios e diretrizes que os norteiam, que deverão ser observados pelas entidades licitantes na elaboração da proposta técnica para a execução dos serviços de ATES" (RIO DE JANEIRO, 2009). O INCRA/RJ justificou a escolha da licitação na modalidade de "melhor técnica" por entender que os serviços de ATES apresentam as seguintes características: a) exigem conhecimento de caráter multidisciplinar; b) orientam-se pelos princípios da agroecologia; c) exigem a elaboração de planos complexos e de natureza predominantemente intelectual. Na interpretação do INCRA, tais características exigem a contratação de profissionais com um perfil diferenciado, no qual a licitação pela modalidade de "menor preço" não garantiria a "melhor técnica" (RIO DE JANEIRO, 2009).

Ao término da licitação foram contratadas as duas únicas cooperativas que participaram do processo: a Cedro e a Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais de Assentamentos da Reforma Agrária (Cooperar). Os seus respectivos contratos, com vigência de 12 meses, tiveram início em 23/12/2009 e podem ser prorrogáveis por mais cinco anos, mediante termos aditivos, caso haja interesse por parte do INCRA[14] (Rio de Janeiro, 2011, p. 4). Desde então, a Cedro ficou responsável por prestar serviços para um contingente de 1.686 famílias, em 21 projetos de assentamentos localizados em 14 municípios das regiões da Baixada Litorânea, Serrana, Noroeste e Norte Fluminense. Para tanto foram contratados 20 profissionais e constituídos 6 NO's. A Cooperar, por sua vez, presta serviços para um público de 638 famílias, em 14 projetos de assentamentos, localizados em 4 municípios nas regiões do Vale do Paraíba e Norte Fluminense, contando com uma equipe de 7 profissionais, distribuídos em 2 NO's (RIO DE JANEIRO, 2011, p. 5).

Em que pese à preocupação dos dirigentes das prestadoras em contratarem profissionais com um perfil que combine capacidade técnica e experiência política, constata-se que os problemas relacionados à remuneração insuficiente, ao atraso nos pagamentos, a precariedade das condições de trabalho e à falta de perspectiva em relação à continuidade dos contratos dos serviços de ATES, estão entre as principais causas da alta rotatividade predominante na maioria das equipes técnicas. Neste contexto, os profissionais que optam em ingressar nas prestadoras geralmente são recém-formados, com pouca experiência e, não raro, encaram o trabalho no programa de ATES como uma ocupação temporária até que surja uma oportunidade mais vantajosa e estável. Tais problemas são indicativos das limitações inerentes ao formato de contratação dos serviços de ATER e ATES preconizado pelo MDA/INCRA, o qual é regido pela lógica de terceirização de funções que antes eram consideradas exclusivas do Estado.

Na percepção dos entrevistados desta pesquisa, os contratos apresentam aspectos positivos e negativos quando comparados aos convênios. O principal aspecto positivo apontado, diz respeito ao fato dos contratos oferecerem maior segurança jurídica, evitando questionamentos de ordem política por parte dos setores sociais que se opõem à reforma agrária. Ademais, a exigência da apresentação de um plano de ação por assentamento, também foi considerada positiva, pois favorece as instituições que possuem uma relação mais consolidada com as famílias assentadas, o que evitaria a entrada de "entidades picaretas". Uma terceira vantagem apontada, diz respeito ao fato dos contratos serem menos burocráticos do que os convênios, o que oportunizaria uma maior agilidade na aplicação dos recursos financeiros.

[14] Pelo fato da licitação ter ocorrido em 2009, os contratos assinados entre as prestadoras e o INCRA ainda tem como marco de referência a Lei 8.666/93 e não a Lei de ATER.

Entre as desvantagens apontadas, destaca-se em primeiro lugar o tempo reduzido previsto para a execução dos projetos, geralmente de um ano, cuja prorrogação está condicionada à manifestação de interesse por parte do Estado. Se isso não ocorrer, significa que uma nova chamada pública terá de ser realizada, o que pode gerar descontinuidades na oferta dos serviços de ATES, mediante a desarticulação das equipes dos NO's por falta de pagamento, impossibilitando o estabelecimento de estratégias de ação baseadas em um planejamento de médio e longo prazo (WEID, 2012). Sob este aspecto, os convênios possibilitavam o desenvolvimento de ações dentro de um horizonte plurianual, no qual às inseguranças relativas à descontinuidade dos serviços eram, em parte, minimizadas.

A segunda desvantagem dos contratos refere-se à perda do poder de escolha das prestadoras por parte dos assentados e suas organizações, uma vez que a contratação destas ocorre por meio de licitação ou concorrência, nas quais os critérios são estabelecidos pelo Estado. Neste caso, diferente do que ocorreu no projeto Lumiar, não existe a possibilidade das organizações dos assentados contratarem as prestadoras e influírem na escolha dos seus técnicos, ou ainda indicarem quais serão as demandas e prioridades dos serviços de ATES, já que estas são elaboradas por consultas, que em última instância, passam pelo crivo das análises dos técnicos do INCRA.

A terceira desvantagem dos contratos está relacionada à pré-definição do elenco dos serviços a serem realizados pelas prestadoras, a fim de quantificar os pagamentos, atribuindo preços para cada uma das modalidades discriminadas no edital de concorrência (WEID, 2012). Se, por um lado, essa pré-definição garante ao INCRA parâmetros objetivos para controlar e monitorar o cumprimento das metas firmadas com maior grau de transparência, por outro, contribui para engessar o trabalho dos técnicos de campo, enquadrando a sua ação no cumprimento estrito das metodologias previstas nos contratos, o que contraria a ênfase conferida às inovações metodológicas e ao processo coletivo de aprendizagem, detalhados nos MO's do programa de ATES.

A quarta desvantagem dos contratos diz respeito à impossibilidade das ONG's e cooperativas de técnicos receberem recursos do Estado para investirem em infraestrutura, limitando-se apenas à cobertura dos custos operacionais. Nos contratos, parte-se do pressuposto que é obrigação das prestadoras reunirem as condições mínimas para a execução dos serviços previstos no termo de referência. Tal situação tem levado essas instituições a cobrarem uma taxa de contribuição dos seus cooperados, destinada à aquisição de veículos e equipamentos necessários ao trabalho de assessoria técnica. Nos convênios, existia a possibilidade de prever despesas relativas ao aluguel de carros e compra de alguns equipamentos. Porém, essa questão sempre foi pauta de reivindicação das ONG's e cooperativas junto ao governo, visto que na ausência de condições mínimas de infraestrutura, o trabalho da ATES fica bastante comprometido.

Por fim, a quinta desvantagem dos contratos é que estes não prevêem o repasse de recursos para a capacitação continuada dos técnicos dos NO's, pois parte-se do princípio de que esta não só é uma obrigação das prestadoras, como é condição indispensável para a sua participação nas licitações e nas chamadas públicas. Considerando que o programa de ATES reivindica-se como um serviço "polivalente ou multifacetado", no qual estão previstas uma série de critérios para a seleção dos profissionais dos NO's e uma metodologia de abordagem bastante específica e complexa é, no mínimo, contraditória a decisão do INCRA em não prever espaços de capacitação continuada dos técnicos, a exemplo do que ocorreu na época do projeto Lumiar. A necessidade desses espaços torna-se evidente na medida em que a maior parte dos técnicos que integram os NO's das prestadoras possui pouca experiência profissional. Ademais, é relativamente consensual a avaliação de que as universidades brasileiras não têm formado profissionais com um perfil que atenda as demandas e requerimentos previstos no programa de ATES (MOREIRA, 1997).

A ausência de espaços para a capacitação continuada dos técnicos do programa de ATES contribuiu para colocar em segundo plano o debate acerca das estratégias de desenvolvimento dos assentamentos criados. Neste caso, a metodologia de trabalho adotada pelos técnicos ao invés de ser adotada de forma flexível e articulada aos objetivos estratégicos discutidos com as famílias assentadas, passou a restringir as suas formas de

abordagem de modo a atender as metas quantitativas previstas nos contratos. Por essa razão, a adequação das ações de ATES aos eixos estruturantes previstos na fase de implementação do programa restringiram-se ao cumprimento das exigências do INCRA e dos procedimentos operacionais previstos nos MO's do programa. No caso específico do RJ, o esforço empreendido pelo INCRA foi dirigido à montagem de uma equipe de coordenação e o estabelecimento de rotinas e procedimentos padronizados, capazes de viabilizar a implementação e o funcionamento do programa no estado.

Ademais, a ausência do Fórum Estadual de ATES e de uma equipe de articulação impossibilitou que o INCRA, as prestadoras, os assentados e suas organizações discutissem e definissem eixos estratégicos orientadores das ações dos técnicos dos NO's para além das metas previstas nos contratos. Apesar do MO de 2008 ter estabelecido um conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos para mensurar os resultados do trabalho dos técnicos dos NO's nas dimensões econômica, social, ambiental e político institucional, no RJ estes sequer chegaram a ser implantados. Como resultado, cada prestadora tem buscado contemplar as dimensões da ATES segundo a interpretação dos seus respectivos coletivos de técnicos. Se extrapolarmos essa análise para o país, considerando o fato de que cada Superintendência do INCRA possui uma autonomia relativa e, que em todo o país existe uma imensa diversidade de prestadoras, concluiremos que as diretrizes previstas nos MO's de ATES, se constituem tão somente em "cartas de intenções", cuja implementação depende das condições objetivas existentes em cada estado.

Esta conclusão é confirmada mediante a análise da falta de correspondência entre as diretrizes metodológicas preconizadas nos MO's e a sua operacionalização prática nos distintos contextos de intervenção. A experiência do estado do RJ é bastante ilustrativa deste desencontro, pois no *Termo de Referência* do edital de licitação de 2009, havia um destaque para o fato de que as prestadoras deveriam contemplar o maior número possível de serviços, estudos e atividades típicas da ATER (visitas, diagnósticos participativos, reuniões, unidades demonstrativas, dias de campo, dias especiais, capacitação interativa, visitas de intercâmbio, etc.), enquanto que a avaliação das atividades feita pela equipe de ATES do INCRA restringiu-se ao acompanhamento das seguintes atividades: a) visitas técnicas; b) atividades coletivas de capacitação; c) reuniões internas; d) reuniões externas; e) projetos elaborados e protocolados; f) atividades de escritório (RIO DE JANEIRO, 2011, p. 28).

Essa delimitação prévia e restrita do elenco de metodologias adotadas pelos técnicos de campo tem sido bem avaliada pelos gestores do INCRA, na medida em que estas favorecem o estabelecimento de mecanismos de controle (quantitativos e qualitativos) no monitoramento e na avaliação das ações do programa de ATES. Porém, do ponto de vista da concepção metodológica, essa pré-definição dos objetivos da ação dos técnicos e do elenco das metodologias, sem a elaboração prévia de um diagnóstico dos problemas e potencialidades inscritos nos distintos contextos de intervenção, representa um retorno das práticas extensionistas baseadas no enfoque difusionista[15]. Tal retrocesso se apresenta como uma das maiores contradições da PNATER e do programa de ATES, já que ambos foram construídos a partir de uma crítica contundente aos efeitos regressivos da modernização técnica da agricultura e ao modelo difusionista de ATER que lhe deu suporte.

Tais contradições somam-se ao processo de conversão dos PDA's e PRA's em instrumentos de controle burocrático do INCRA sobre as ações dos técnicos de campo, em

[15] Este enfoque previa uma separação entre os centros produtores das inovações, os difusores e os receptores. O processo de difusão começava com a transferência das tecnologias criadas pelos centros de pesquisa, mediante o trabalho dos extensionistas junto aos agricultores reconhecidos como "inovadores". Estes geralmente eram selecionados de acordo com a sua "capacidade de liderança", servindo de exemplo para que uma maioria inicial de agricultores também adotasse tais inovações. Uma vez concluída a adoção pela maioria inicial, esperava-se que esta fosse seguida por uma maioria final, restando apenas os "retardatários", considerados como pessoas "resistentes às mudanças". A identificação da comunicação com a transmissão de informações influenciou os extensionistas a enfatizarem métodos baseados no uso de *materiais visuais e audiovisuais*, nos quais o objetivo era persuadir os agricultores a adotarem as novas tecnologias dentro do menor espaço de tempo possível, servindo inclusive de indicador para mensurar a eficiência e a eficácia da ação extensionista (Bordenave, 1983; Abramovay, 1985).

detrimento do papel de orientador dos processos sócio-produtivos e dos projetos de futuro das famílias assentadas, capazes de viabilizar o desenvolvimento dos assentamentos no médio e longo prazo, conforme estes haviam sido originalmente concebidos no âmbito do projeto Lumiar. O aumento do rigor da legislação ambiental em relação aos assentamentos rurais resultou na incorporação da responsabilidade de realização do licenciamento ambiental, de tal modo que este passou a ser incluído como uma das funções dos PDA's[16]. Desse modo, a elaboração desses planos passou a exigir uma discussão muito técnica, adequada para os órgãos fiscalizadores, mas inadequada para a discussão com as famílias assentadas.

Em paralelo ao processo de burocratização dos PDA's, convém destacar que sempre existiram questionamentos por parte dos técnicos das prestadoras de ATES e dos representantes das organizações dos trabalhadores rurais acerca da utilidade e efetividade prática destes documentos na orientação das estratégias de desenvolvimento dos assentamentos. Tais questionamentos derivam da percepção de que a elaboração dos PDA's demanda um tempo considerável (em média, quatro meses) na coleta e sistematização de dados, na construção de propostas e projetos futuros junto às famílias de assentados, cujas demandas são obstaculizadas pela já mencionada falta de cumprimento das funções de exclusiva competência do INCRA. Sendo assim, muitas das propostas construídas nos PDA's em diálogo com as famílias assentadas, sequer saem do papel para se converterem em ações efetivas, o que torna a nova exigência de elaboração dos PRA's, no mínimo, contraditória. A análise do conjunto das entrevistas realizadas nesta pesquisa nos possibilita concluir que esses documentos não estão cumprindo com os objetivos originalmente preconizados, pois a sua elaboração somente tem ocorrido como parte das exigências do INCRA para a liberação dos créditos agrícolas, possuindo pouca aderência à realidade das famílias assentadas.

No que diz respeito ao monitoramento e avaliação dos serviços de ATES, constata-se que a coordenação do ATES do INCRA/RJ desenvolveu uma metodologia específica, na qual estão previstos dois tipos de fiscalização. A primeira delas consiste na *avaliação quantitativa dos serviços contratados e prestados*, tendo como base de cálculo o *Percentual de Atendimento ao Contrato (PAC)*. Neste caso, os técnicos das prestadoras executam as suas ações de campo, elaborando um relatório mensal contendo a quantificação das atividades realizadas, entre as quais estão: as visitas técnicas, atividades coletivas de capacitação, projetos elaborados e protocolados, reuniões internas, reuniões externas, outras atividades e atividades de escritório. Este relatório é analisado pela equipe de ATES do INCRA, mediante a aplicação da seguinte fórmula: *PAC (%) = C/PT x 100*, onde "C" corresponde às atividades relatadas e comprovadas e "PT" corresponde às ações quantificadas no projeto técnico com o qual a prestadora se comprometeu no contrato. O índice percentual obtido no *PAC* de cada prestadora determina se o pagamento dos serviços será integral, parcial ou se haverá a aplicação de sanções[17] (INCRA, 2012).

A segunda modalidade de fiscalização prevê o acompanhamento dos serviços efetivamente prestados nos assentamentos descritos nos relatórios mensais, por parte da equipe de ATES do INCRA. Para tanto, essa equipe se utiliza da aplicação de um questionário semi-estruturado aos assentados visitados, sendo registradas ainda, algumas observações diretas. O conjunto das informações coletadas a campo servirá de base para calcular o *Índice de Atendimento da Assistência Técnica (IAAT),* expresso pela seguinte

[16] Tais exigências estão contidas em duas Resoluções publicadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a saber: a Resolução nº 289, de 25 de outubro de 2001 e a Resolução no 387, de 27 de dezembro de 2006.

[17] A equipe de ATES do INCRA definiu as seguintes situações: a) PAC ≥ 80% - Pagamento de 100% dos serviços pactuados no contrato; b) 60% < PAC > 80% - Pagamento parcial, referente aos serviços efetivamente realizados; c) 40% ≤ PAC ≤ 60% - Até 3 ocorrências a prestadora recebe uma advertência e a partir de 4 ocorrências, multa de 2% sobre o valor total dos serviços contratados; d) PAC < 40% - Com 1 ocorrência, a prestadora recebe uma advertência, com 2 a 3 ocorrências recebe multa de 3% sobre o valor total dos serviços contratados e com 4 ocorrências é punida com a rescisão contratual (INCRA, 2012).

fórmula: *IAAT = F*[18] *x FC1*[19] *x FC2*[20]*.* Este índice é utilizado pelo INCRA para medir o desempenho e a qualidade dos serviços prestados, qualificando-os de acordo com a seguinte gradação de pontos obtidas no IAAT: a) de 0 a 0,25 – *Péssima*; b) de 0,25 a 0,49 – *Deficiente*; c) de 0,50 a 0,74 – *Regular*; d) de 0,75 a 1,0 – *Boa*. Adicionalmente, são realizadas atividades de inspeção e vistoria junto aos NO's, objetivando averiguar as suas condições de infraestrutura, capacidade organizacional e os principais problemas e dificuldades enfrentados (RIO DE JANEIRO, 2011, p. 19-20).

Pelo exposto, constata-se que os métodos de monitoramento e avaliação adotados pela SR do INCRA do RJ têm um viés exclusivamente fiscalizador das ações pactuadas nos contratos celebrados entre o INCRA e as prestadoras, a partir da definição de indicadores quantitativos que mensuram prioritariamente as atividades meio realizadas. A despeito da preocupação da equipe de ATES do INCRA em construir instrumentos que aumentem a transparência das ações realizadas pelas prestadoras e dos recursos utilizados, cabe destacar que esse tipo de metodologia amplia o tempo de trabalho dos técnicos dos NO's voltada ao levantamento de dados para a elaboração dos relatórios mensais exigidos pelo INCRA. Desse modo, os técnicos além de serem deslocados da sua função principal de assessoria aos processos de desenvolvimento rural, terminam sendo identificados pelos assentados como "fiscais do INCRA".

Ademais, o processo de fiscalização adotado pelo INCRA do RJ caracteriza-se por ser parcial, já que se concentra apenas na mensuração das *atividades meio*, em detrimento de uma avaliação mais detalhada dos resultados obtidos pelos serviços de ATES no desenvolvimento dos assentamentos nas suas dimensões econômica, social, ambiental e político institucional, conforme recomendam os seus MO's. Para tanto, seria necessário à utilização de metodologias de avaliação qualitativa, na qual os técnicos e assentados pudessem fazer um balanço crítico das ações realizadas, tendo como referência um conjunto de metas e indicadores de desenvolvimento dos assentamentos pactuados previamente com as famílias de agricultores. Tal perspectiva exigiria a participação direta das famílias assentadas e suas organizações na definição das demandas estratégicas dos serviços de ATES, algo impraticável dentro do atual modelo de contratação das prestadoras, no qual os termos de referência que orientam os projetos técnicos são elaborados quase que exclusivamente pelos técnicos do INCRA.

Sendo assim, os métodos de monitoramento e avaliação dos serviços de ATES no RJ caracterizam-se muito mais como instrumentos de fiscalização e controle burocrático do INCRA sobre as *atividades meio* previstas nos contratos, do que como ferramentas para instruir e orientar as estratégias de desenvolvimento dos assentamentos no médio e longo prazo. Tal perspectiva poderia ser diferente se as estruturas previstas no programa de ATES, tais como o Fórum Estadual de ATES e as equipes de articulação estivessem funcionando ativamente, contribuindo na coordenação e planejamento das ações dos técnicos dos NO's.

Por fim, é importante destacar que em paralelo aos obstáculos interpostos pela precariedade institucional do INCRA, que se refletem na falta de resolução dos problemas relacionados à falta de parcelamento dos lotes, estradas, água potável, energia elétrica, acesso ao crédito, assistência à saúde, etc., existem ainda dificuldades relacionadas à baixa qualidade das terras destinadas à reforma agrária, sendo que muitas áreas apresentam solos com baixa fertilidade e relevos com percentuais de declividade muito elevados, o que

[18] Pontuação obtida mediante a atribuição de nota "um" quando o assentado cumpre as recomendações dos técnicos no que tange à organização social, soberania e segurança alimentar, comercialização da produção excedente, manejo agroecológico das atividades agropecuárias, gerenciamento profissional da atividade produtiva (administração rural), aspectos ambientais, manejo e conservação de solo e água, sendo que ao final é feita uma média da pontuação alcançada (Rio de Janeiro, 2011, p. 18).

[19] Este fator é obtido pela atribuição de um valor que varia de "zero" a "oito" na avaliação de oito características do assentado, a saber: receptividade, envolvimento, responsabilidade, independência, autodesenvolvimento, cooperação, entusiasmo e reconhecimento do trabalho prestado pelos técnicos (RIO DE JANEIRO, 2011, p. 19).

[20] Este fator é obtido pela atribuição de um valor que varia de "zero" a "dois", cujo cálculo leva em consideração dois quesitos: a) ocorrência ou não da assessoria por parte da prestadora; b) grau de satisfação quanto aos serviços de ATES prestados (RIO DE JANEIRO, 2011, p. 19).

restringe e dificulta o desenvolvimento das atividades de produção agropecuária. Ademais, convém não minorar as dificuldades inerentes ao perfil do público existentes nos assentamentos do RJ, dos quais uma parte significativa possui origem urbana e uma faixa etária bastante avançada. Todos estes aspectos contribuem para tornar ainda mais complexa a natureza do trabalho dos técnicos das prestadoras de ATES, restringindo o seu potencial de produzir mudanças nos processos de desenvolvimento dos assentamentos rurais.

Considerações finais

Neste artigo realizou-se uma análise qualitativa do processo de implementação do programa de ATES no RJ. O cruzamento das informações obtidas em diversas fontes (primárias e secundárias) possibilita concluir que esse programa representou o resgate de uma concepção de serviços de assessoria técnica aos assentamentos de reforma agrária consagrada na experiência de curta duração do projeto Lumiar. A sua criação incorporou-se aos esforços empreendidos pelo governo Lula para reestruturar os serviços públicos de ATER, direcionando-os ao atendimento exclusivo dos públicos da agricultura familiar e da reforma agrária, em consonância aos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

As tentativas do governo eleito em construir uma política nacional de ATER que unificasse os públicos da agricultura familiar e da reforma agrária não lograram êxito, em razão das suas organizações de representação política possuírem distintos projetos políticos e interesses. Entre as razões que levaram os integrantes do INCRA e do MST a defenderem a construção do programa de ATER exclusivo aos assentados, destacam-se: a) o receio de que a PNATER não levasse em consideração a especificidade dos assentamentos rurais, enquadrando-os nas políticas gerais da agricultura familiar; b) das divergências em relação ao formato institucional proposto na PNATER, fortemente inspirado na experiência das EMATER's; c) pela necessidade de construção de um instrumento inteiramente novo que representasse uma ruptura com o modelo difusionista de ATER, expresso na preferência do uso do termo "assessoria técnica"; d) pela possibilidade dos representantes dos movimentos sociais ligados à reforma agrária exercerem maior influência e controle social sobre as suas definições.

Contudo, a opção por construir um programa exclusivo para os assentados, não foi acompanhada de medidas que o internalizassem como uma ação de caráter permanente na estrutura organizacional do INCRA, a tal ponto que a criação da coordenação nacional dos serviços, ocorrida em 2006, se constituiu tão somente como medida operacional. O baixo grau de insitucionalização dos serviços de ATER reflete o baixo nível de prioridade acordado pelo governo Lula à reforma agrária, cujos resultados alcançados, apesar de superiores aos dos governos de Cardoso, não promoveram alterações profundas na estrutura agrária brasileira, mantendo praticamente intactas as características da "reforma agrária conservadora". Tal conjuntura obrigou os movimentos sociais e sindicais do campo a recuarem de sua proposta de reestruturação do INCRA, defendendo que a coordenação e gestão dos serviços de ATES ficassem sob a responsabilidade dessa autarquia.

Desde a sua criação, o programa de ATES passou por mudanças na forma de contratação dos serviços de assessoria e no seu modo de funcionamento. Tais mudanças foram diretamente influenciadas pelo aumento do rigor dos órgãos de controle e fiscalização do Estado sobre os convênios firmados e, também, pelas dificuldades encontradas pelo INCRA em acompanhar e fiscalizar a adequação do programa às normas estabelecidas, considerando-se a autonomia relativa das SR's. Ao se analisar comparativamente o conteúdo dos MO's de ATES, conclui-se que houve uma melhora significativa no aporte de recursos destinados ao pagamento dos salários dos técnicos, dos articuladores e dos serviços de elaboração dos PDA's e PRA's, considerando-se a especificidade da região amazônica. Por fim, houve também uma redução na relação de técnicos por família atendida.

A análise das fontes consultadas na realização desta pesquisa nos permite concluir que a exemplo do seu antecessor, o programa de ATES apresenta um conjunto de virtudes e fragilidades, que precisam ser consideradas em seu conjunto. Entre as suas virtudes, destaca-se o fato do programa ser dirigido exclusivamente aos agricultores assentados em projetos de reforma agrária. Tal prioridade demonstra uma incorporação por parte do Estado brasileiro e de seus agentes, da percepção de que os assentamentos rurais são constituídos por processos sociais distintos dos estabelecimentos da agricultura familiar, razão pela qual demandam um conjunto de ações estruturais capazes de torná-los em unidades de produção economicamente viáveis.

A segunda virtude do programa reside em conceber a assessoria técnica como uma ação voltada ao desenvolvimento rural sustentável nas suas múltiplas dimensões, razão pela qual há uma forte preocupação em constituir equipes técnicas (NO's) orientadas pelo princípio da interdisciplinaridade.

A terceira virtude do programa está relacionada ao fato deste possuir uma estrutura de funcionamento descentralizada, na qual estão previstas instâncias de participação e controle social, oportunizando às organizações de representação dos agricultores assentados a possibilidade de influírem nas decisões que afetam a efetividade, o alcance e a qualidade dos serviços de ATES.

A quarta virtude do programa, diz respeito à concepção metodológica de trabalho preconizada, na qual se afirma a necessidade de construir um serviço de assessoria multifacetado e polivalente, voltado ao fortalecimento da organização dos agricultores, à segurança alimentar, à consolidação dos sistemas produtivos e à ampliação das oportunidades de inserção nos mercados. Para tanto, o programa possui uma orientação clara de adesão aos princípios da agroecologia, como forma de incentivar os técnicos e assentados a construírem formas de produção mais sustentáveis. Por fim, a concepção metodológica do programa de ATES se distingue da ATER convencional, por manter uma forte preocupação com a inserção dos técnicos no cotidiano das famílias assentadas.

Contudo, pelo fato do programa ATES fazer parte do rol das ações de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos, conclui-se que o seu fortalecimento e consolidação dependem diretamente do grau centralidade atribuído à reforma agrária nos processos de desenvolvimento rural. Neste sentido, constata-se que os serviços de ATES apresentam um conjunto de fragilidades que dificultam a sua consolidação e fortalecimento.

A sua primeira fragilidade está relacionada à estrutura de funcionamento. Apesar dos MO's preverem instâncias de coordenação, supervisão, controle social e execução técnica, elas são bastante precárias e possuem um baixo grau de internalização na estrutura organizacional do INCRA, a tal ponto que sequer aparecem em seu organograma. Sendo assim, a garantia de continuidade do programa de ATES no futuro dependerá muito do grau de prioridade a ser conferido pelos próximos governos federais à reforma agrária, já que este se caracteriza por ser um "programa de governo" e não uma "política de Estado". A aprovação da Lei de ATER garantiu um maior aporte de recursos junto aos PPA's, evitando-se a descontinuidade na oferta dos serviços de ATER como um todo. Porém, a definição das diretrizes e dos públicos prioritários das ações do PRONATER dependerá e muito da correlação de forças políticas que se estabelecerá no âmbito das Conferências Nacionais de ATER, as quais poderão reverter ou minimizar a importância e abrangência conquistada pelo programa de ATES no atendimento exclusivo aos agricultores assentados.

A segunda fragilidade do programa de ATES diz respeito às desvantagens inerentes ao modelo de terceirização dos seus serviços, no qual os contratos de curto prazo foram alçados à condição de principal instrumento da Lei de ATER, em detrimento do estabelecimento de convênios de médio e longo prazo. Se, por um lado, os contratos apresentam como vantagens, a segurança jurídica, a seleção de prestadoras com uma relação mais consolidada com as famílias assentadas e a desburocratização na aplicação dos recursos financeiros. Por outro lado, os contratos apresentam como desvantagens: a) o seu curto prazo de vigência, o que impede o estabelecimento de ações de médio e longo prazo; b) a baixa participação dos assentados e suas organizações na definição dos critérios e das demandas inclusas nos termos de referência das chamadas públicas; c) a pré-

definição do elenco dos serviços e das metodologias de trabalho a serem realizadas pelas prestadoras, o que burocratiza e engessa o trabalho dos técnicos de campo; d) e a impossibilidade das ONG's e cooperativas de técnicos receberem recursos do Estado para investirem em infra-estrutura, o que compromete a qualidade dos serviços prestados.

A terceira fragilidade do programa de ATES está relacionada à excessiva autonomia concedida às SR's do INCRA na sua operacionalização. Tal autonomia esvazia a capacidade da coordenação nacional do programa e impede a construção de linhas de atuação e metas nacionais para os serviços de assessoria, adaptáveis as situações encontradas nos estados. Neste contexto, as diretrizes, objetivos, metodologias e indicadores de avaliação previstos nos MO's, convertem-se, tão somente, em "cartas de intenções", cuja implementação depende muito das condições objetivas encontradas em cada estado e do grau de prioridade conferido pelas SR's às ações de ATES.

Este esvaziamento da capacidade de coordenação nacional também está diretamente relacionado ao baixo grau de estruturação e institucionalização das instâncias de controle social do programa, em especial os Fóruns Nacional e Estadual de ATES. Para tanto, seria necessário que o MDA/INCRA previsse recursos orçamentários para viabilizar o funcionamento destas instâncias, alterando o seu caráter consultivo para deliberativo. Desse modo, o Estado contribuiria para estimular uma participação efetiva dos atores envolvidos na gestão e execução do programa, envolvendo-os no processo de elaboração pactuada das diretrizes, objetivos, metas, metodologias e indicadores de monitoramento e avaliação das ações de ATES, comprometendo-os com a sua implementação prática. A ausência de previsão de recursos financeiros para o funcionamento efetivo dessas instâncias decisórias, acabou por convertê-las em "Fóruns de papel", impossibilitando a prática do controle social por parte dos beneficiários dos programas de ATER.

Sob este aspecto, o processo de implementação do programa de ATES no estado do RJ é bastante ilustrativo dos desencontros existentes entre o que está previsto em seus MO's e o que foi efetivamente executado. Até o presente momento, inexiste um Fórum estadual de ATES para discutir e definir estratégias de atuação dos serviços de assessoria para além das metas quantitativas previstas nos contratos. O mesmo se observa, na montagem das instâncias de execução técnicas, na qual se privilegiou apenas a contratação de técnicos para a constituição dos NO's, em detrimento da contratação de uma equipe de articulação e de especialistas.

A quarta fragilidade do programa de ATES está relacionada à ausência de um processo de capacitação continuada dos técnicos das prestadoras, o que representa um claro retrocesso em relação ao antigo projeto Lumiar. Tal ausência compromete a operacionalização dos princípios metodológicos preconizados nos MO's, tendo em vista que a maioria dos técnicos contratados pelas prestadoras possui pouca experiência profissional, apresentando perfis de formação acadêmica pouco alinhados aos objetivos do programa de ATES.

A quinta fragilidade do programa está relacionada à persistência de uma alta rotatividade dos técnicos nas equipes das prestadoras. Entre as principais causas desta rotatividade estão: a) remuneração insuficiente; b) atrasos nos pagamentos dos salários; c) precariedade das condições de trabalho; d) insegurança quanto à continuidade do programa no médio e longo prazo; e) a falta de suporte metodológico aos problemas cotidianos do trabalho de assessoria técnica. Como resultado, muitos técnicos encaram o trabalho no programa de ATES como uma ocupação temporária, o que impossibilita projetar ações estratégicas de desenvolvimento, as quais se constituem no fundamento da extensão rural.

A sexta fragilidade do programa está relacionada à falta de correspondência entre as diretrizes metodológicas preconizadas nos MO's e a sua operacionalização nos distintos contextos de intervenção. Nestes casos, a ênfase conferida à "participação das famílias", à adoção do "planejamento ascendente", à garantia da "igualdade nas relações de gênero, geração e etnia", à "inovação como processo coletivo de aprendizagem" e à "adoção de novos instrumentos metodológicos", entram em flagrante desacordo com a lógica de pré-definição quantitativa das atividades previstas nos contratos firmados com as prestadoras.

Desse modo, reforça-se a tendência de burocratização e engessamento das ações dos técnicos de campo, na qual o trabalho de assessoria passa a se orientar pelo cumprimento de metas quantitativas centradas quase que exclusivamente nas atividades meio, em detrimento das atividades fins. Nesta direção, a definição de "pacotes metodológicos" adequados às exigências dos órgãos de fiscalização e controle do governo (TCU e CGU), pode representar um retorno às já condenadas metodologias individualizadas de trabalho vigentes durante o período áureo do modelo difusionista-inovador.

No que diz respeito à elaboração dos PDA's e PRA's, constata-se a existência de uma dualidade de funções, que busca abarcar a expressão dos projetos de futuro das famílias assentadas quanto ao desenvolvimento socioeconômico e as regras para o licenciamento ambiental do assentamento. Essa dualidade vem comprometendo a efetivação dos objetivos originários destes instrumentos. No que diz respeito ao RJ, as informações levantadas nas entrevistas indicam que esses documentos não estão cumprindo os objetivos para os quais foram concebidos inicialmente. Por essa razão, é possível concluir que os mesmos só são elaborados devido à exigência para a liberação de créditos agrícolas, possuindo pouca aderência à realidade das famílias assentadas.

A sétima fragilidade do programa está relacionada à ausência de um sistema nacional de monitoramento e avaliação por parte do INCRA, que seja capaz de extrapolar a perspectiva do controle burocrático e fiscalizatório das atividades previstas nos contratos. No que tange à experiência do estado do RJ, este processo tem sido parcial, uma vez que as avaliações sobre o alcance e a qualidade dos serviços prestados são feitas mediante o uso de indicadores quantitativos, que mensuram prioritariamente as atividades meio realizadas (visitas, reuniões, palestras, dias de campo), em detrimento dos resultados alcançado com elas (aumento e diversificação da produção, nível de organização dos agricultores, agregação de valor aos produtos, melhora da qualidade de vida, transição para estilos de produção sustentáveis, adoção de práticas agropecuárias baseadas nos princípios da agroecologia, etc.).

A par das virtudes e fragilidades aqui analisadas, foi possível constatar ainda, que a aprovação da Lei de ATER, em 2010, constituiu-se no primeiro passo dado pelo governo federal em direção à unificação dos serviços de ATER e ATES, ficando em aberto o debate acerca da responsabilidade pela coordenação e gestão dos mesmos. Nesta direção, um novo passo foi dado com a aprovação da Lei Nº 12.897 de 18 de dezembro de 2013, na qual se instituiu o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER). Esta nova agência terá a finalidade de promover a execução das políticas de desenvolvimento rural e de ATER, especialmente aquelas que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais, visando ainda, a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida, a promoção social e o desenvolvimento sustentável no meio rural. A despeito dos novos objetivos e competências previstas na constituição desta nova agência, resta indagar se esta terá condições de atuar no sentido de preservar as virtudes identificadas nas experiências do projeto Lumiar e do programa de ATES, atuando ainda, na superação das fragilidades aqui analisadas.

Referências

BARBOSA, Lia Pinheiro. Significados do Terceiro Setor: de uma nova prática política à despolitização da questão social. In: **Sociedade e Cultura**, v. 9, n° 1, jan/jun. 2006, pp. 173-186.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5° edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria do Estado**. Campinas: São Paulo: Papirus, 1996.

BRANDFORD, Susan. Lidando com os governos: o MST e as administrações Cardoso e Lula. In: CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 409-432.

BRUNO, R. & DIAS, M. M**. As políticas públicas de crédito para os assentamentos rurais**. Rio de Janeiro. Relatório de consultoria MDA, 2004.

CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. Construindo uma nova extensão rural no Rio Grande do Sul. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alebre, v. 3, n. 4, out-dez, 2002, p. 10-15.

CAPORAL, Francisco Roberto. **La Extension agraria del sector publico ante los desafios del desarrollo sostenible**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. CAPORAL, Francisco Roberto. Córdoba, ES, UC/ISEC-ETSIAM, 1998.

CARTER, M. & CARVALHO, H. M. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 287-330.

CARVALHO FILHO, José Juliano. Reforma agrária: a proposta é uma coisa o plano de governo é outra. In: **Estudos Avançados.** São Paulo: v. 18, n. 50, p. 337-345, 2004.

COSTA, A. L. Extensão Rural e Meio Ambiente. In: **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. Rio Grande, Vol 07, out./nov./dez. 2001, p.01-25.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Participação e Cidadania: do que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en Tiempos de Globalização.* Caracas: Faces, Universidade Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, pp. 51-90.

ECHENIQUE, O. S. **Perspectivas de evolução dos serviços de assistência técnica agrícola no Brasil: análise do projeto Lumiar e das empresas de assistência técnica e extensão rural.** Brasília: 1998 (Relatório de Consultoria).

FAVARETO, A. S. & BITTENCOURT, G. L. "Agricultura e Sindicalismo nos anos 90 – Notas para um Balanço". In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: UPF, 2001, p. 367-394.

GUANZIROLI, C. E.; BRUNO, R.; SOUZA, I. C. de; DIAS, M. M. **Assistência Técnica para Assentamentos Rurais: análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER)**. Rio de Janeiro, Relatório de Consultoria, 2003.

HEREDIA, B; MEDEIROS, L; PALMEIRA, M; CINTRÃO, R; LEITE, S. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura***.* Rio de Janeiro, n. 18, p. 173-180, abril de 2002.

INSTITUTO DA CIDADANIA. **Fome zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil.** São Paul, 2001.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas. **Políticas Sociais - acompanhamento e análise**. N° 19, 2011.

MARINHO, D. N. Et Al. **Projeto Lumiar: uma avaliação diagnóstica.** Brasília, 1999 (mimeo).

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório do Plano Plurianual 2008-2011**.Brasília,2009.Disponível em: http://sistemas.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1816/codInterno/21811(acesso em 11 fev, 2010).

MELO, J. A. T. (Org.). **Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta por terra no Brasil.** Brasília, 2006.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

MOREIRA, Roberto José. Metodologia da reforma agrária: o Censo e o projeto Lumiar. In: **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro: CPDA, n. 8, abril de 1997, p. 163-177.

MUCHAGATA, Márcia. **O perfil das instituições de ATER no Brasil - Relatório Nacional**. Brasília: NEAD, 2003.

NETO, G. I. **Assentamentos rurais e desenvolvimento: em busca de sentido – O projeto Lumiar na Paraíba.** Tese de Doutorado. UFPB - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Paraíba: João Pessoa, 2005.

NEVES, Delma. Agricultura familiar: categoria de ação política. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Tania Elias Magno da (Org.) **Ensaios**: desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Embrapa/Universidade Federal Sergipe, 2002, p. 135-159.

PEIXOTO, Marcus. O planejamento do desenvolvimento dos assentamentos rurais: experiências no Rio de Janeiro. In: **Revista da Universidade Rural – Série Ciências Humanas.** Seropédica: UFRRJ, vol. 24 (1-2), p. 159-172, 2002.

PEIXOTO, Marcus. "Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação. In: **Textos para discussão 48.** Consultoria Legislativa do Senado Federal – Coordenação de Estudos. Brasília, 2008.

PEREIRA, Elvio Quirino. **Assistência Técnica e Extensão Rural ou Assessoria Técnica e Social? Visões opostas do apoio à agricultura familiar**. Paraíba. Tese (Doutorado em Sociologia). UFCG/CCHLA/PPGS, 2004.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 63-84, 2014

PIMENTEL, Vânia Costa. **Assentamento é mais que um "projeto": a assistência técnica nos assentamentos rurais.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ – Dissertação de Mestrado, 2007.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007.

SAUER, Sérgio. A sustentação financeira do patronato rural brasileiro. Presidente Prudente, **Revista NERA**, Ano 10, nº. 11, p. 131-148, Jul.-dez./2007.

SCHMITZ, H. Projeto Lumiar: alternativa de assistência técnica frente à proposta do "Novo Mundo Rural". In: GICO, V.; SPINELLI, A.; VICENTE, P. (Orgs.). **As ciências sociais: desafios do milênio.** Natal: EDUFRN, 2001, P. 337-371.

SIGAUD, Lígia.; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Ernandez. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, n° 1, p. 107 – 142, 2008.

VIDA DIGNA NO CAMPO. **Programa de Governo 2002-2006, coligação Lula presidente**. São Paulo, 2002.

WANDERLEI, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO. J. C (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: UPF, 2001.

WEID, Jean Marc. **Texto de referência do campo agroecológico para a Conferência Nacional de ATER.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012 (mimeo).

Documentos citados

Brasil – Ministério do Desenvolvimento Agrário – Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **ATES: Assessoria Técnica, Social e Ambiental – Manual Operacional.** Brasília, 2004.

Brasil – Ministério do Desenvolvimento Agrário – Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **ATES: Assessoria Técnica, Social e Ambiental – Manual Operacional.** Brasília, 2008.

BRASIL – Ministério Especial de Política Fundiária. **Assistência Técnica nos Assentamentos – Projeto Lumiar.** Brasília, 1997.

BRASIL - **Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, 2003 (mimeo).

BRASIL. **Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010.** Brasília: Imprensa Nacional, 2010.

BRASIL. **Lei 12.897 de 18 de dezembro de 2013.** Brasília: Imprensa Nacional, 2013.

BRASIL. **Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Brasília: Imprensa Nacional, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Marco referencial para uma política nacional de assistência técnica e extensão rural**. 2ª versão. Brasília, 2004.

GOMES DA SILVA, José. Estatuto da Terra (ET), 30 anos. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, janeiro/abril, 1995, pp. 07-38.

IBGE, Instituto Brasileiro de Economia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006 (especial agricultura familiar)**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf. Acesso em: 10 fev. 2010.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Normativa n° 54**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.abdir.com.br/legislacao/. Acesso em: 09 fev. 2010.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório do Plano Plurianual 2008-2011**. Brasília, 2009. Disponível em: http://sistemas.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1816/codInterno/21811 (acesso em 11 fev, 2010).

RIO DE JANEIRO – Superintendência Regional do Rio de Janeiro. **Concorrência pública Nº 02/2009 – Tipo Melhor Técnica – Contratação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental à reforma agrária (ATES).** Rio de Janeiro, 2009 (mimeo).

RIO DE JANEIRO – Superintendência Regional do Rio de Janeiro. **Relatório de atividades da ação de assessoria técnica, social e ambiental (ATES) prestada a trinta e cinco projetos de assentamento no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2011 (mimeo).

Jornais consultados:

MELO, Dafne. **Sucateamento do Incra mostra descaso com reforma agrária.** São Paulo: Brasil de fato (21/09/2010). In: (http://www.brasildefato.com.br , consultado em 17/04/2012).

Sites visitados e citados

http://www.fpabramo.org.br

http://www.incra.gov.br

Entrevistas citadas:

Alexandre Magno Lopes Gollo – Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável Ltda. - CEDRO, concedida em 17/08/2009

Alexandre Pereira Rangel – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), concedida em 22/10/2009.

Antoninho Rovaris – Diretor de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, concedida em 21/10/2009.

Argileu Martins da Silva – Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), concedida em 20/10/2009.

César Fernando Schiavon Aldrighi - Coordenador Nacional do ATES, concedida em 19/10/2009.

Duvanil Ney Aleixo – Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável Ltda. - CEDRO, concedida em 29/01/2010.

Equipe de coordenação do ATES – INCRA/RJ (Mônica Cavalcanti Lepri, Azélio Vieira Passos, Juliana Lemos Hermont, Luís Felício Palermo**),** concedida em **11/08/2009.**

Hur Ben Correa – Coordenador do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), concedida em 22/10/2009.

Jean Marc Von Der Weid - AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, concedida em janeiro de 2010.

Manoel Oscar Jotta Barbosa – Diretor de Política Agrária da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG/RJ), concedida em 20/01/2010.

Mário Lúcio de Melo Machado Júnior – Superintendente do INCRA/RJ, concedida em 30/07/2009.

Nívia Silva – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/RJ), concedida em 05/08/2009.

Sílvia Quito – Coordenadora dos projetos de Assistência Técnica e Extensão rural da Superintendência Regional do INCRA/RJ, concedida em 04/08/2010.

Recebido para publicação em 14 de julho de 2014

Devolvido para revisão em 03 de abril de 2015

Aceito para publicação em 25 de abril de 2015

Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO

Edson Batista Silva
Universidade Estadual de Goiás (UEG)
e-mail: edson_bat_silva@hotmail.com

Manoel Calaça
Universidade Federal de Goiás (UFG)
e-mail: manoelcalaca.geo.ufg@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar se a conquista e produção territorial do Assentamento Cunha contribuiu para a produção agroecológica, assim como apontar se o agronegócio interfere na sua territorialidade cotidiana. Para atingi-los foram realizadas pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, além de pesquisa de campo, também foram utilizadas caderneta e máquina fotográfica. Os resultados apontam que a conquista da Fazenda Cunha contribuiu para a produção agroecológica, pois representou a retomada do território do agronegócio. A produção territorial do Assentamento Cunha, fruto da disputa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), com a base, o Estado e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), não impediu a produção agroecológica, mas dificultou a formação do território agroecológico amplo. Pois, a disposição dos limites negligenciou princípios da agroecologia, como a autonomia dos produtores, por meio da agrobiodiversidade. Já a economia do agronegócio interfere na territorialidade do assentamento, com o cercamento material da produção em Cristalina. Além dos resultados do pacto de poder do agronegócio, que determina os rumos da política agrícola.

Palavras-chave: Território; agroecologia; campesinato; agronegócio; disputa territorial.

Abstract

Dispute over the land and on the land: possibilities for agro-ecological production at Cunha settlement, in Cidade Ocidental, Goiás

This article aims to analyze whether the conquest and territorial production of Cunha Settlement has contributed to the agro-ecological production, as well as pointing whether the agribusiness interferes in its everyday territoriality. To achieve them were performed bibliographical researches, documentary research and field research, were also used notebook and camera. The results show that the conquest of Cunha Farm has contributed to the agro-ecological production, because it has represented the resumption of the territory of the agribusiness. The territorial production of Cunha Settlement, fruit of the dispute of the Movement of landless Rural Workers (MST), with the base, the State and the Confederation of Workers in Agriculture (CONTAG), has not prevented the agro-ecological production, but has hindered the formation of the ample agro-ecological territory. Therefore, the production of the limits has neglected principles of the agro-ecology, like the producers' autonomy, by means of agro-biodiversity. Now the economy of the agribusiness interferes in the territoriality of the settlement, with the material approaching by means of the production in Cristalina. In addition to the results of the pact of power of the agribusiness, which determine the directions of the agricultural policy.

Keywords: territory; agroecology; peasants; agribusiness; Territorial battle.

Resumen

Disputas por la tierra y en la tierra: posibilidades para producción agroecológica en el asentamiento Cunha en Ciudad Ocidental, GO

Este artículo tiene como objetivo analizar si la conquista y producción territorial del Asentamiento Cunha contribuyó para la producción agroecológica, así como apuntando si el agroindustria interfiere en su territorialidad cotidiana. Para alcanzarlos fueron realizadas investigaciones bibliográficas, investigaciones documentales, además de pesquisa de campo, también fueron utilizadas borradores y cámara fotográfica. Los resultados apuntan que la conquista de la Hacienda Cunha contribuyó para la producción agroecológica, ya que representó la retomada del territorio del agronegocio. La producción territorial del Asentamiento Cunha, fruto de la disputa del Movimiento de los trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), con la base, el Estado y la Confederación de los Trabajadores en la Agricultura (CONTAG), no impidió la producción agroecológica, pero dificultó la formación del territorio agroecológico más amplio. Pues la disposición de los límites negligenciaron principios de la agroecología, como la autonomía de los productores, por medio de la agrobiodiversidad. Ya la economía del agroindustria interfiere en la territorialidad del asentamiento, como el cercamiento material por medio de la producción en Cristalina. Además de los resultados del pacto de poder de la agroindustria, que determina los caminos políticos agrícolas.

Palabras clave: Territorio; agroecologia; campesinado; agroindustria; disputa territorial.

Introdução

Este artigo é resultado da pesquisa de dissertação de mestrado, defendida no Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás. Analisa as disputas pela conquista e produção territorial do Assentamento Cunha (Figura 1) como possibilidades para a produção agroecológica, assim como, aponta a interferência do agronegócio na territorialidade cotidiana do assentamento. Parte do pressuposto teórico-metodológico de que há uma disputa territorial no Cerrado, reafirmada por Calaça e Chaveiro (2012), quando refletem sobre a disputa entre a agricultura camponesa e a monocultura no Cerrado goiano. Nesse sentido, esses autores acreditam que há um conflito entre o agronegócio, pactuado com o Estado e com a mídia, entre outros atores, e o campesinato, articulado nos movimentos sociais e apoiado por organizações aliadas.

Nesse ínterim, se há a disputa por projetos entre atores, representado pelos monocultivos de um lado e pela agroecologia, como projeto de reprodução social do campesinato do outro, qual foi a contribuição da disputa pela conquista e produção territorial do Assentamento Cunha para a construção do território da produção agroecológica? Qual é a atuação do agronegócio no interior do assentamento? O recorte espacial se justificou pela existência no Assentamento Cunha de experiências agroecológicas de Polos Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAS). Quanto ao recorte temporal, se concentra no período de 1997 a 2013, momento em que ocorre a ocupação, o acampamento e a consolidação do assentamento. Para responder às indagações acima se procedeu a pesquisa bibliográfica com o intuito de compreender categorias e conceitos como: território, campesinato, agronegócio e agroecologia. A leitura e fichamento de obras forneceram arcabouço teórico-metodológico às análises empreendidas. A pesquisa também implicou no levantamento de dados secundários sobre o assentamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), assim como na Via Campesina, acerca da agroecologia como possibilidade de reprodução social do campesinato.

E na tentativa de compreender o movimento da totalidade, das mediações, das contradições que envolvem a disputa entre atores na produção de alimentos, foram primordiais os dados primários e informações da pesquisa de campo. Assim, de início se definiu que seriam realizadas entrevistas com as sessenta e duas famílias assentadas. No entanto, uma delas se negou a prestar informações, com isso, foram entrevistadas sessenta e uma famílias.

Figura 1

A entrevista se deu na modalidade estruturada, com formulário previamente elaborado. Além dele, sempre se tinha em mãos a caderneta de campo, para anotar informações e dados primários, assim como a máquina fotográfica, para registro das impressões das observações simples, diretas a campo. Para as entrevistas semi-estruturadas se elegeu líderes que participaram da formação do assentamento e que viveram no espaço herdado. As entrevistas foram desenvolvidas entre dezembro de 2012 e junho de 2013. E, como no decorrer da pesquisa se notou a importância do MST no assentamento, foi aplicado um questionário com uma liderança da Via Campesina/MST nacional, para abordar a questão referente ao modelo de produção territorial dos assentamentos como possibilidade para a produção agroecológica.

Dessa forma, os dados primários, secundários e as informações coletadas foram tabulados e apresentados em mapas, gráficos, fotos e no corpo do texto. Nas referências aos discursos dos entrevistados foram adotados nomes fictícios, tendo em vista preservarem a integridade dos mesmos, exceto nos casos em que houve autorização expressa dos interlocutores. Contudo, em determinados depoimentos sequer o nome fictício foi utilizado, se adotou a denominação dirigente ou membro. O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, a discussão se concentra nas categorias campesinato e território, enquanto na segunda, as reflexões se vertem para os conceitos de agroecologia e agronegócio, já na terceira as análises se relacionam à importância da disputa pela conquista e produção territorial do Assentamento Cunha para a produção agroecológica. Na quarta, o debate se vincula à interferência do agronegócio na territorialidade da produção agroecológica do assentamento em questão. Nesse ínterim, nas próximas páginas a análise se voltará para as categorias território e campesinato.

Território e campesinato: elementos teóricos para construir o concreto pensado

As transformações históricas impõem a necessidade de repensar as categorias geográficas, para entender a realidade espacial. O território, por longos decênios esteve vinculado ao território nacional. No entanto, surgiram novas leituras e há tanto convergências como divergências entre elas. Segundo Haesbaert (2004), ora são mais idealistas, ora mais materialistas, ora tentam conciliar estes dois extremos. Gomes (2008, p. 38), por exemplo, o entende da seguinte forma: "[...] o território é a forma espacial instrumentalizada como forma de poder, pelo domínio sobre a distribuição ou simplesmente pelo controle dos objetos espacializados [...]." Nesse conceito, a centralidade está no arranjo e controle dos objetos no espaço, quem controla tanto sua organização quanto sua existência cotidiana detém o território.

No entanto, o controle da organização das formas espaciais nem sempre implica o controle direto dos homens, mesmo que se leve em conta os atores hegemônicos. A luta pela terra comprova que o controle do arranjo espacial pelos latifundiários e grupos multinacionais, amparados pelo Estado, não implica em domínio completo dos camponeses nem em sua extinção. A necessidade de terra, pelos sujeitos que delam precisam, faz originar os acampamentos, as ocupações e os assentamentos. O território se encontra em constante construção porque as relações de conflito por ele e nele não cessam. Essa dinâmica é denominada de territorialização/desterritorialização/reterritorialização (TDR). Segundo Haesbaert (2004), a territorialização é o controle/domínio dos indivíduos de um espaço; a desterritorialização é a perda de controle/domínio dele, sendo a reterritorialização a retomada de controle/domínio do espaço.

No que tange ao território, Fernandes (2009), também defende os elementos materiais e imateriais em sua construção. A formação do território envolve a aceitação de domínio, todo poder se faz também por um corpo teórico que o legitima. O discurso de modernização, articulado pelo agronegócio, prega a irracionalidade das práticas camponesas. Sua intenção é construir território imaterial/material no campo. Já outros autores se distanciam da perspectiva materialista e dão importância às relações sociais, o espaço torna-se quase um substrato. Souza (2007, p. 97) em crítica a Raffestin afirma:

> Ao que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial. (Sem sombra de dúvida, pode o exercício do poder depender muito diretamente da organização espacial, das formas espaciais; mas aí falamos dos trunfos espaciais da defesa do território e, não, do conceito de território em si).

A materialidade tem pouca relevância na definição de Souza (2007). Haesbaert (2001) critica, na conceituação de território, o desprezo pela materialidade, que é parte não apenas do jogo de enfrentamento pelo controle de um espaço, mas também permite apontar quem se apropria/domina quem em determinado lugar e em determinado momento. Concorda-se com Haesbaert (2001), a materialidade é importante no campo de forças estabelecido entre atores sociais, seja para a conquista de porções do espaço, ou para a defesa delas, além disso, não existem territórios fora da materialidade. Portanto, o substrato é parte do conceito de território. As ocupações, os acampamentos e os assentamentos são ações importantes no campo de forças com outros atores, tanto para a conquista do direito à terra, quanto para articular outra perspectiva de campo com a agroecologia. A terra para o camponês é o seu território. Na Geografia, alguns pesquisadores buscam pôr fim à dicotomia materialista-idealista, procuram um equilíbrio entre as duas perspectivas, como nota-se em Haesbaert (2009, p. 106):

> Considerando os dois extremos (que, se existissem, seriam apenas enquanto 'tipos ideais'), diríamos que não é possível conceber territórios puramente funcionais (já que sempre, por menos expressiva que seja, estará neles contida uma dimensão simbólica), nem territórios puramente simbólicos (neste caso, alguma referência a um espaço material, por alguns denominados espaço, ou território-"de referência identitária", deverá estar presente).

Nesta compreensão o território é ao mesmo tempo material e simbólico para os seus sujeitos. De fato, não se pode negligenciar a cultura como elemento político. Por meio dela o camponês, nas disputas territoriais, pode articular formas de resistência para continuar a existir no campo. Ou seja, potencializa a construção de outros usos dos espaços dos assentamentos. O certo é que essas reflexões trouxeram subsídios importantes ao trabalho. Mas os questionamentos da pesquisa levaram-nos a dar maior atenção às concepções de Raffestin (1993), Saquet (2011, 2007) e Calaça e Chaveiro (2012). Raffestin (1993) parte de uma perspectiva relacional. O autor define território nos seguintes termos: "O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território." (RAFFESTIN, 1993, p. 07). Em outra parte complementa: "[...] é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível." (RAFFESTIN 1993, p. 128). Nestes dois momentos o território, concreto ou abstrato, é entendido como produto do trabalho realizado pelos atores sociais. Sendo que a produção territorial provoca a desterritorialização de sujeitos sociais territorializados, cria disputas. Saquet (2011), em sua reflexão sobre território, se aproxima de Raffestin (1993) e elabora importantes contribuições. Nas obras de 2007 e 2011, considera importantes os seguintes elementos no estudo do território:

> I) A primeira, elaborada por Giuseppe Dematteis [...] a) identificar e explicar a rede local de sujeitos [...] as interações entre indivíduos num território local b) caracterizar o *milieu* local [...] c) entender a relação da rede local com o milieu local d) compreender a relação interativa da rede local com redes extralocais [...] II) A segunda, construída ao longo da trajetória de Claude Raffestin, [...] a) o ator (individual ou coletivo) [...] b) o trabalho humano [...] c) os mediadores materiais [...] d) o programa do ator [...] III) A terceira, elaborada por Brunet (2009) [...] a) lei da apropriação [...] b) da intercomunicação [...] c) dos lugares de poder [...] d) da concentração de atividades e pessoas e) da centralidade; f) dos lugares estratégicos [...] g) da segregação espacial; h) da delimitação i) da interface [...] j) da descontinuidade; k) da assimetria [...] m) da extinção IV) A quarta é nossa [...] a) os sujeitos sociais e suas relações [...] b) as apropriações (i) materiais [...] b1) como dominação [...] b2) como uso, manejo, interferência na natureza exterior [...] c) as técnicas e tecnologias [...] d) as relações de poder e trabalho como consumo de energia [...] e) os objetivos, as metas e as finalidades [...] f) as relações do homem com a sua natureza [...] g) as continuidades e descontinuidades [...] h) as temporalidades [...] e as territorialidades (SAQUET 2011, p. 73).

Além dos elementos mencionados, aparecem também outros considerados importantes na abordagem relacional e histórico-crítica proposta por Saquet (2011), tais como: os fluxos, o território enquanto instância e como condição para reprodução social. Há em Saquet (2011) uma abordagem (i)material, que leva em conta a complexidade multidimensional das relações de poder. Já Calaça e Chaveiro (2012, p. 195) definem a abordagem territorial do Cerrado nos seguintes termos:

> A edificação de uma abordagem territorial do Cerrado, ao tomar como cerne o seu uso e a sua ocupação, coloca como necessidade a compreensão de um jogo de mediações entre os atores e os sujeitos que agem nessa dinâmica; as suas intencionalidades e as estratégias ideológicas que lhes dão suporte; os pactos entre os atores e a participação do Estado; a relação

> entre as classes sociais e as diferentes estratégias de absorções de cada lugar no mundo dos negócios. E ainda: o papel da infraestrutura, e da cultura, bem ao modo como Almeida (2005) denomina de 'natureza culturalizada.

Há uma proximidade entre esses geógrafos, guardadas as especificidades das ideias de cada autor. Mas, Além disso, nas reflexões de Raffestin (1993, p.135), são representativas as análises sobre a produção territorial. "Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma 'produção territorial' que faz intervir tessitura, nó e rede." Segundo o autor, a disposição no espaço, dos nós, redes e tessituras é divergente de um ator para outro. Por isso, antes de entender o produto territorial é importante analisar quem articula a produção dele, isso remete às tramas tecidas na ocupação do espaço.

Raffestin (1993, p. 152), na discussão da produção territorial, assegura: "[...] os limites não são nem inocentes, nem naturais, muito menos arbitrários. Eles fazem parte de nosso jogo de reprodução social: produção, troca, consumo." A prática espacial é carregada de intenções e pode assumir um caráter negativo ou positivo para o campesinato. Se controlada por atores externos que impõem limites, dificulta a unidade camponesa. A forma da produção territorial é consequência da expansão dos investimentos capitalistas, mas sofre a influência da territorialidade dos próprios grupos sociais. Afinal, como declara Raffestin (1993), há elementos histórico-identitários que tornam os limites mais rígidos. No seu conceito de territorialidade ele afirma: "[...] a territorialidade [...] reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial [...]" (RAFFESTIN 1993, p. 142-143).

Na definição, territorialidade é expressão das relações de poder cotidianas dos indivíduos, seja com o meio, seja com outros atores sociais, que os leva a produzir e a consumir o território, além de trocar experiências e a compartilhar modos de construí-lo, o que resultam em saberes quanto às formas de dividir o espaço. Portanto, as análises desse texto se inserem nessa perspectiva, porque se entende que há atores para além do Estado no conflito pela terra e permanência nela no Assentamento Cunha. De um lado estão os camponeses, organizados em movimentos sociais e suas alianças com outras organizações. Do outro está o agronegócio, os pactos tecidos nessa disputa assumem caráter de classe. O fato é que o campesinato, não somente conquista territórios, como luta por uma produção territorial favorável à sua reprodução social. Mas afinal o que é o campesinato? Na discussão marxista ortodoxa, o campesinato é entendido como resíduo histórico. Segundo Fabrini & Marcos (2010), Marx (1818-1883), de início teve posições favoráveis aos camponeses. Mas a possibilidade histórica da revolução socialista em 1848, em que os camponeses franceses se negaram a pegar em armas, o fez rever essa posição.

Todavia, em seus últimos anos de vida, ocorre uma virada em seu pensamento, isso é notório na carta a Vera Sassulitch de 1881 (2005), em que aponta para as possibilidades socialistas da comuna rural, até de regeneração da sociedade russa. Mas os marxistas ortodoxos, segundo Guzmán; Molina (2005) utilizam Kautsky (1998) para reafirmar a eliminação do camponês com o desenvolvimento do capitalismo. Guzmán; Molina (2005) defendem esta interpretação como equivocada, já que Kautsky (1998) acreditava na existência de um setor camponês no capitalismo, como fonte de acumulação contínua. Já Luxemburgo (1985) defende uma lacuna na teoria marxista ao não considerar que o capitalismo necessita de formas não capitalistas de produção para se reproduzir. Vergés (2011) declara que o campesinato é produto das necessidades de reprodução do capitalismo, sendo explorado por diversos caminhos. Contudo, afirma que ele, enquanto classe, também é produto da luta contra a ação expropriadora do capital. No viés cultural, Woortmann (1990) afirma que há três categorias culturais fundamentais para entender o camponês, sendo elas: terra, família e trabalho, dentro dessa tríade há relações de reciprocidade. Com isso, chama a atenção para a subjetividade das ações camponesas.

No entanto, como declara Bourdieu (1983), a subjetividade é resultado da relação entre a interioridade e a exterioridade, expressa no conceito de *habitus,* entendido como o *modus operandi* dos sujeitos sociais. Com isso, Almeida (2006) propõe o conceito de *habitus* de classe do campesinato, que expressaria a identidade camponesa a partir da ideia da tradição dinâmica. O fato é que a identidade camponesa se assemelha ao conceito pensado por Castells (1999), é identidade de resistência frente às contradições produzidas pela economia do agronegócio. Dessa maneira, entende-se que o campesinato, como portador de uma identidade coletiva de resistência, não é produto apenas das necessidades de reprodução ampliada do capital, mas da luta organizada contra o sistema capitalista. E como declara Shanin (2005), entre suas características centrais está à presença do estabelecimento rural familiar, como fator de organização da vida econômica e social, além das relações internas e externas que estabelece com o acontecer político-econômico global. Nesse ínterim, no próximo item o debate se verte para os conceitos de agronegócio e agroecologia, para refletir sobre os projetos em disputa no Assentamento Cunha.

Agronegócio e agroecologia: o imperialismo *versus* a autonomia camponesa

A Segunda Revolução Agrícola representa o germe do agronegócio, já que, como afirmam Leite e Medeiros (2012), esse termo também contempla o uso de máquinas e insumos na agricultura. Nesse sentido, ela resultou na subordinação da agricultura à indústria e o seu discurso imperialista/colonialista criou as bases para o início do agronegócio no continente europeu. Com a "Revolução Verde" se aprofunda esse processo, segundo Fernandes e Welch (2008), as multinacionais do agronegócio foram beneficiadas, pois passaram a manipular a produção do conhecimento, as tecnologias, as políticas agrícolas, os discursos e o mercado de alimentos. Ela institui em período recente a biotecnologia bioimperialista, de acordo com Gonçalves (2012, p. 238): "[...] uma modificação radical da biotecnologia, que tende a se tornar uma produção de laboratório, com barreira de acesso-propriedade intelectual-posto que priva a maior parte dos agricultores do acesso à propriedade." Essa biotecnologia permitiu a fabricação de sementes-objeto, que têm funções determinadas e possuem obsolescência programada. Portanto, o agronegócio internacionalizado se destaca pelo "controle" e mercantilização da vida, os agricultores são submetidos à renda dos *royalties*. Segundo Calaça (2010, p. 7):

> A biotecnologia proporcionou, ao agronegócio, alterações no padrão técnico de produção à custa de maior dependência das tecnologias empregadas e dos insumos necessários ao desenvolvimento das atividades agrícolas e pastoris. A agricultura moderna reduz a maturidade dos ecossistemas e a diversidade de espécies animais e vegetais [...].

Portanto, o conceito de agronegócio deve incorporar a ideia de processo e principalmente de projeto imperialista do capital industrial/financeiro pós-Segunda Guerra Mundial. Leite e Medeiros (2012) afirmam que nesse projeto há aspectos econômicos, políticos, sociais e institucionais envolvidos. Por isso, existe o esforço de algumas instituições de construírem discursos positivos que o vincule ao moderno, dinâmico, produtor de divisas e fundamental para a economia nacional. Entretanto, essa construção simbólica visa esconder mazelas sociais e disputar no Estado fatias maiores de recursos públicos. Como destaca Delgado (2013), o agronegócio deve ser compreendido como um pacto de poder de economia política, em que entram as multinacionais, os empresários rurais e os latifundiários, o capital financeiro, comercial e especulativo, que contam com o amparo do Estado, via pressão da bancada ruralista. Como antítese ao agronegócio, organizações camponesas mundiais adotaram a agroecologia como matriz para o desenvolvimento de seus territórios. Com isso, há uma disputa territorial quando organizações como a Via Campesina propõe no documento: "*De Maputo a Yakarta: 5 anos de Agroecologia na Via*

Campesina (2013)", a agroecologia como modelo que atende aos interesses do campesinato mundial.

Na discussão acadêmica há duas escolas de agroecologia. Segundo Guhur e Toná (2012), uma de matriz americana, que privilegia a dimensão técnica, outra de origem europeia, que se centraliza nos aspectos sociais. Quando comparada a outras vertentes da agricultura orgânica, a agroecologia se diferencia pela maior atenção aos aspectos políticos, econômicos e culturais. Segundo Altieri (2012), ela é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. Como ciência, se baseia na Ecologia para o estudo, desenho e manejo dos agroecossistemas. Para o autor, a agroecologia não deve se restringir à dimensão técnica, precisa incorporar a perspectiva social. Ortega e Miranda *et al.* (2009) se aproximam dessa compreensão. Afirmam que a agroecologia como conhecimento interdisciplinar é a aplicação de conceitos e princípios da Ecologia. Já Machado (2009) a concebe como a agronomia da década de 1940. Para ele, esse modelo se contrapõe à agronomia convencional e adota como princípios: a dialética na relação sociedade/natureza, o respeito aos tempos da natureza, a não vinculação apenas aos aspectos técnicos, mas também aos elementos sociais. Caporal (2009) entende a agroecologia como enfoque científico holístico, interdisciplinar, que está no campo do pensar complexo.

Costa Neto (2009) também a compreende como enfoque teórico metodológico interdisciplinar, antagônico à "Revolução Verde", que leva em conta elementos técnicos e sócio-culturais. Molina (2009), todavia, adverte que as discussões da agroecoelogia têm privilegiado a técnica, em detrimento dos aspectos político-econômicos e defende a necessidade de buscar as contribuições da Ecologia política para fortalecer a agroecologia, pois nenhuma forma de produção escapa às relações de poder, pelo contrário, são determinadas por elas. Há diversas concepções de agroecologia com uma clara disputa conceitual. Compreende-se que sua redução aos aspectos técnicos a torna similar à agricultura orgânica de mercado. É importante a incorporação dos elementos político-econômicos e culturais. Em suma, a agroecologia precisa ser entendida como uma práxis fundamental para a construção de outro modelo de agricultura e, consequentemente, de sociedade. No próximo item o debate se volta para os resultados da pesquisa, especificamente para a disputa na conquista e produção territorial do Assentamento Cunha como possibilidade para a produção agroecológica.

A conquista e produção territorial do Assentamento Cunha como possibilidade para a territorialização da agroecologia

No Cerrado após 1970 se intensificou a mudança da base técnica e o sentido da agricultura com a modernização e os conflitos inerentes a esse processo. A propriedade conquistada pelos assentados era antes ocupada por culturas vinculadas ao agronegócio. O Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (2011) relata a utilização da Fazenda Cunha para o plantio de soja, com uso de maquinário pesado. A década de 1980 foi de expansão da produção de soja na Microrregião do Entorno de Brasília, onde o assentamento se localiza. O uso anterior do seu espaço resultou em sérios prejuízos ao meio natural. Em seu relato, por ter vivenciado esse processo, o Sr. João nos afirmou:

> Era um solo bastante compactado, solo deteriorado, detonado, né? Só tinha carrapicho, num tinha outra coisa, né? Carrapicho e lobera, num tinha mais nada. Na lavora de soja é deteriorado, tirado tudo, ocê tem que aprovetá o máximo de espaço que ocê tivé. Até dento dos corgo, nas berada dos barranco dos cargo ocê empurra. Nóis fazia muito isso, e acabô nóis teno impacto na questão de água. Então, um corguinho, que é o corgo Cunha, que hoje traz o nome do assentamento era um corgo seco.(Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia dezessete de Dezembro de 2012).

A fala desnuda como o tempo do capital desrespeita o tempo da natureza exterior, sustentado pelo poder dos discursos simbólicos de eficiência, produtividade e modernidade. Com isso, escondem as graves agressões a sócio-biodiversidade do Cerrado. Mas esse uso destrutivo deu lugar à produção agroecológica. Este projeto, gestado pelas organizações camponesas, além do desafio de recuperação do espaço herdado, teve de travar uma luta dura contra os atores do agronegócio. Os camponeses organizados pelo MST tiveram de ocupar, acampar, resistir na terra. As estratégias comprovam a existência da disputa territorial. Esses atores se levantaram contra as relações dissimétricas para construir outro território. Assim relatou o Sr. João:

> Em 97 a gente fizemo a ocupação do Cunha, fizemo acampamento do MST na região do Paranoá com 360 e pouca família, e fizemo ocupação no Cunha no dia 02 de novembro de 97. E depois de garantida a área, foi uma luta bastante grande por causa da questão dos Roriz, que era um impacto político muito forte, no município os juiz, os adevogado era tudo ligado à família, né?

Na disputa os camponeses reconheceram o viés de classe deste processo. O campesinato lutou contra o agronegócio que, como esclarecem Fernandes e Welch (2008), é formado por um conjunto de atores que costuram alianças, atuam conjuntamente e se aproximam por interesses similares e, além disso, penetram por dentro do Estado. Assim, os proprietários nominais da terra à época, devido ao apoio da oligarquia regional, com posições privilegiadas no poder judiciário, conseguiram contestar a ação camponesa com medidas judiciais para a desocupação da área. A ação do Estado a favor da oligarquia agrária, no entanto, também aconteceu por meio do poder repressivo. O Sr. Joaquim relata:

> No início nóis entramo no Três Conquista, ao lado do PADF. Aí os dirigente do MST conseguiu essa fazenda aqui. Nóis ocupamo dia dois de novembro de 1997, a uma hora da madrugada. Chegamo e armamo as barraca, no outro dia tinha preocupação com os latifundiário, nóis não dormia. No outro dia, a polícia já estava aqui. Nóis trouxemo alimento pra quinze dias. A polícia ficô de campana, com olheiros nos morros para evitá a nossa saída e aumentar a pressão. (Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e dois de Fevereiro de 2013).

A luta pela terra no assentamento referido significou a subversão à ordem imposta e acirrou a luta de classes. Os latifundiários podiam reagir a qualquer momento. Mas eles não se deram a esse trabalho. O aparelho repressivo do Estado passou a intimidar os camponeses acampados e atribuir-lhes crimes até mesmo fora da área ocupada. O Sr. Aparecido, a respeito das dificuldades do período de acampamento, declara: "*O mais difícil foi a repressão da polícia, eu fiquei detido 10 horas porque tava trazendo alimentos pro acampamento."* (Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Fevereiro de 2013). Integrar movimentos sociais já é motivo para ser considerado criminoso, não importam as razões da luta, o principio da propriedade privada tem caráter absoluto no Brasil. Para protegê-la o Estado restringe o acesso do camponês ao alimento, tanto deixando a terra improdutiva, quanto proibindo o direito a circulação em momentos de luta. Contudo, as ameaças não resultaram em recuo, os grilhões já estavam rompidos. A retomada do território, entendido não somente como campo de forças, mas como domínio/apropriação da materialidade se tornou fundamental para garantir a sobrevivência das famílias camponesas.

Dona Marta relata as estratégias construídas no período de cerco ao acampamento: "*Sinceramente, vou dizê pra você, o confronto que enfrentamo com a polícia foi brabo, ficamo ilhado doze dia e sobrevivemo do que tinha, cobra, peixe, a polícia veio pra cá pra desocupá."* (Assentada do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Março de 2013). A pressão do MST fez com que a ação do Estado, totalmente vertida para os interesses do agronegócio, se voltasse também para o

atendimento de necessidades dos camponeses. Mas os assentados relataram que os alimentos entregues pelo INCRA eram de péssima qualidade. Além disso, as quantidades entregues eram insuficientes. Desse modo, as ações do Estado, disputadas pelas classes sociais, são determinadas pela dissimetria de poder entre elas. No Assentamento Cunha esse processo se manifestou de forma clara. Portanto, a territorialização dos camponeses implicou na luta pela retomada do território. As informações obtidas no Assentamento Cunha dão conta que das trezentas sessenta e duas famílias que ficaram acampadas, sessenta e duas foram assentadas no próprio local, as demais foram assentadas em outros assentamentos da microrregião do Entorno de Brasília. Segundo Almeida *et al.* (2008), as famílias do acampamento na Fazenda Cunha realizaram cinco ocupações nos municípios de Padre Bernardo e Luziânia, e foram assentadas em quatro assentamentos entre os anos de 1998 e 2000, informação confirmada nas entrevistas com os assentados.

Assim, os camponeses numa disputa dura contestaram a ação impetrada pelo latifundiário, minando sua base de sustentação jurídica. Após a ocupação que ocorreu em dois de novembro de 1997, decorreu mais de três anos para a criação do assentamento e acesso definitivo à terra pelos assentados. A luta pelas terras do Assentamento Cunha reafirma-o como território-assentamento construído a partir da disputa entre classes sociais. A conquista dele encerra a longa marcha dos camponeses, eivada de dores, sofrimentos, angústias, preconceitos e dilaceramento familiar. A esse respeito o Sr. Reginaldo relata:

> Fiquei nove ano e oito mês em acampamento, longe da família. Teve filho que foi comigo e num tinha como estudá. Quando tinha escola, os oto menino da escola chamava ele de “Sem Terra.” O sofrimento feiz ele começá a negá a í pra escola, porque o preconceito era muito grande. Foi muito sofrimento, muito sofrimento... (Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Março de 2013).

A obtenção da terra possibilitou a territorialização de projetos articulados pelas organizações camponesas em associação com outros atores, como o da agroecologia, contraposto ao do agronegócio. A construção da agricultura agroecológica se constitui em importante elemento na luta do campesinato pela apropriação/domínio do território do agronegócio. De acordo com Molina (2009) e Altieri (2012), a conquista dos camponeses de terras do agronegócio é fundamental para a construção da produção agroecológica, pois permite ter acesso ao território. O campesinato não escapa do agronegócio, mas como declaram Fernandes e Welch (2008) nele sua posição será subalterna. Além disso, como defende Altieri (2012), propriedades camponesas apresentam potencialidades agroecológicas, pois são mais agrobiodiversas, atendem melhor às demandas de consumo familiar e de mercado, tem uso mais eficiente dos recursos locais, são mais produtivas, além de conservar os recursos naturais e resfriar o clima, elementos não atendidos pelas monoculturas do agronegócio. Desse modo, para que a produção agroecológica se realize, o primeiro passo na correlação de forças é ter áreas sobre o controle do campesinato. Além disso, como destaca Vergés (2011), a terra continua sendo um meio de produção fundamental para o camponês e como relata Luxemburgo (1985), o imperialismo tende a expropriar o camponês da terra de forma violenta.

A conquista da terra implica na continuidade da luta para permanência nela, por exemplo, para determinar os rumos da sua organização interna. No Assentamento Cunha a produção territorial envolveu disputas entre organizações mediadoras camponesas e o Estado. Assim como, desencontros das famílias camponesas com os dirigentes do MST e dissidências entre dirigentes que provocaram a territorialização de outras agências mediadoras no assentamento. A origem do desencontro entre as famílias assentadas e os dirigentes do MST estava na proposta de organização territorial do assentamento para a produção coletiva. A esse respeito relata um dos dirigentes:

> Então... Na época, a gente fez a ocupação, nóis tinha a visão, como nóis, os dirigente, era todos dirigente era de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, na época dos dirigente do MST na época. O que que nóis quiria? Nóis

> queria fazê um assentamento, perto de Brasília, modelo. Então esse era o objetivo do MST da época, fazê um assentamento modelo pra você se espelhá naquele assentamento pra depois você fazê outras região, porque aqui nóis pegamo DF, Goiás, e Minas Gerais, a sede de Brasília pega essas três região. Então a ideia era nóis fazê um assentamento modelo, nos modelo de Santa Catarina e Paraná. (Antigo dirigente do MST residente no Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Abril de 2013).

A produção coletiva era defendida pelos dirigentes, o que demonstra uma perspectiva de vanguarda na atuação com a base. Nos movimentos sociais esse processo é fortalecido com a participação dos líderes em cursos de formação, entre outros meios de acesso ao conhecimento acumulado. Com isso, leem de forma leninista as propostas governamentais de reforma agrária. Já a base concebe esse processo a partir da lógica camponesa, sustentada na tríade terra-trabalho-família. Esse conflito demandaria um aprofundamento do debate a respeito das concepções políticas, econômicas e sociais dos projetos em jogo na produção territorial dos assentamentos. O Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (2011, p. 90) reafirma a proposta de produção territorial do MST:

> A discussão embrionária do Assentamento Cunha, inicialmente fomentada pelo MST, partia da ideia de que ele pudesse se constituir em um assentamento de referência, onde todas as famílias estivessem organizadas coletivamente, diferenciando-se principalmente da organização em lotes individualizados, muito comum nos projetos de assentamento da região.

A divergência entre a territorialidade dos dirigentes e das famílias assentadas, acerca da produção territorial do assentamento, ficou evidente nas falas dos entrevistados. Sr. Joaquim nesse sentido destaca: *"Eu penso no coletivo; trabalhá na sua chácara e depois comercializá coletivamente. Num tenho nada contra coletivo, a união faiz a força, desde que tenha união, que as pessoas colaborem um na chácara do outro."* Essa proposição de produção territorial é antagônica a anterior, enquanto na primeira a produção coletiva está assentada em elementos econômicos, político-ideológicos, na segunda os elementos socioculturais adquirem centralidade.

O termo "chácara", que substitui a denominação "parcela", remete a ideia de "sítio." Segundo Woortmann (1990), o camponês concebe o "sítio" como o espaço de trabalho da família e *lócus* de realização do seu *habitus* de classe. Já as necessidades de trabalho não atendidas pela família seriam resolvidas pelas formas de ajuda mútua, como: a troca de dias, a "traição" e o mutirão. A segunda prática é cada vez menos utilizada em Goiás. O mutirão e a traição se constituem na oferta de trabalho que os camponeses prestam a outro camponês, reunindo-se todos da redondeza e realizando o trabalho em proveito de um só, que é o gratificado, mas que nesse dia faz os gastos de uma festa ou função. Esse trabalho pode ser o plantio, a limpeza da lavoura, a colheita, etc. A diferença entre essas práticas é que no Mutirão o camponês necessitado pede ajuda ou a sua organização se dá com o conhecimento do camponês necessitado, enquanto a "Traição" é organizada sem o seu conhecimento, sendo acordado pelos amigos com a "alvorada" – chegada dos vizinhos e amigos em cantoria.

O MST questiona os assentamentos centrados na propriedade individual e com isso negligencia a lógica camponesa de organização do território. Para o movimento o individualismo fortalece o isolamento das famílias, além disso, constitui-se em barreira para o controle coletivo do processo produtivo. No acampamento e em outros espaços de formação, o MST identifica sujeitos sociais, que nos assentamentos se constituem como "novo camponês em movimento", como destaca Misnerovicz (2012). Mas a tentativa de produção deste novo sujeito social esbarra nos dogmatismos, nos equívocos, no tempo exíguo do acampamento e na negação da lógica camponesa. Com isso, há um desencontro de anseios e projetos dos dirigentes com as famílias assentadas. Almeida (2006), ao estudar a formação dos assentamentos no Mato Grosso do Sul, entende que o MST, ao

lutar para evitar a lógica do "quadrado burro" do INCRA, ou seja, a individualização das parcelas, com a formação de grandes quadrados, margeados por estradas vicinais, defende a coletivização total das áreas conquistadas. Com isso, desconsidera mediações culturais importantes que devem ser levadas em conta na produção territorial de assentamentos, isso provoca resistências na base do movimento. A esse respeito dona Marta relata:

> Todos entrô aqui pelo MST. Eu mesmo fui formada militante do MST. Aí decidiro por um regime interno coletivo, uma agrovila, com o restante da área pra plantá. Isso levou o conflito com o MST e acabô que uma parte grande do pessoal ficô com o sindicato, a CONTAG. Isso foi um grande problema. Nóis não aceitamo mais as condição do MST. O MST pra mim foi uma luz na frente, me mostrou outra visão. Mais o problema é que tudo tem defeito, e o do MST é que eles impõe um regime de imposição, autoritário.

O relato demonstra que o modelo de produção territorial dos dirigentes do MST se assentava no projeto político-ideológico do movimento. Enquanto a base defendia a formação de acordo com seu *habitus* de classe, sustentado na tríade terra-trabalho-família. A presença da CONTAG, historicamente mais vinculada ao Estado e com projeto político contraposto ao do MST foi outro complicador na organização territorial do assentamento. Sua territorialização foi resultado da expulsão de dirigentes. Uma assentada esclarece:

> O racha aqui foi assim: três coordenadores do MST foro expulso do movimento. Aí eles fizero o seguinte: eles trabalharo com a base, contra o movimento, o MST. Eles era autoritário, dissero que o assentamento era deles, dizia isso já na fase de pré- assentamento. Mais aí, mais ou menos 12 pessoas foro contra. Como eles era esperto, se aliaram à CONTAG. (Assentada do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Maio de 2013).

Para alguns assentados os dirigentes expulsos tinham uma atuação centralizadora, autoritária. Muitos entrevistados, no entanto disseram que vieram para o assentamento graças ao convite deles. Segundo Woortmann (1990), o camponês sustenta suas ações no princípio da reciprocidade, do dar e receber. Com isso, entende-se que muitos assentados acreditavam ter uma dívida moral com os dirigentes expulsos. Sendo assim, aderiram a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Brasília e Entorno (FETADEFE). Um dos expulsos explicou da seguinte forma as razões da expulsão:

> O problema é o seguinte: quando nóis entrô na área com um grupo do MST, eu era um dos dirigente, mais outros dois companheiros. Nóis era as principal liderança do MST, só que nóis cresceu muito, fizemo muita ocupação com a bandeira do movimento. Aí nóis criamo, dentro do MST, ciúmes, no DF, o MST não avançava. Nos acusaram de desvio político, aí se criou um grupo no Cunha, inicialmente um grupo de 11 famílias, mais ou menos, elas continuaram com o MST. O restante das famílias foi pro sistema CONTAG, num total de mais ou menos 50 famílias. (dirigente do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Maio de 2013).

Nos relatos muitos assentados rebateram a tese de "*ciúmes."* Segundo eles, houve cooptação desses dirigentes pela oligarquia agrária local. Além disso, os interlocutores defendem que em torno de quatorze famílias permaneceram como integrantes do MST, as demais se vincularam a CONTAG. Nesse sentido, a disputa entre estas organizações e a desconsideração dos *habitus* de classe do campesinato, culminou na forma particular de tessitura dos limites no Assentamento Cunha. Nas entrevistas, os dirigentes da primeira organização demonstraram rejeição à presença da segunda, pois isso complicaria mais a discussão da organização territorial. Além disso, a territorialização do modelo coletivo, também esbarrou na proposta de reforma agrária do Estado brasileiro, que contou com o

apoio político da CONTAG, na correlação de forças o MST perdeu espaço. No Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (2011, p. 91), fica evidente esse processo: "[...] a maioria das famílias em acordo com o INCRA optou pelo parcelamento individual da terra, inviabilizando a aplicação da proposta em todo o assentamento [...]." Assim, havia uma proposição de organização territorial do órgão estatal, que foi apoiada pelas famílias vinculadas a CONTAG. Mas a superintendência regional do INCRA do Distrito Federal e Entorno decidiu pelo projeto semicoletivo. Quanto a isso o Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (2011) destaca:

> O Assentamento Cunha teve sua configuração original composta pelo parcelamento de 62 lotes a serem ocupados pelas famílias, 01 área comunitária para instalação de sede comunitária, templos religiosos, áreas de lazer, escolas e demais infraestruturas coletivas, estradas de acesso, 06 áreas de exploração coletiva – AEC destinadas a empreendimentos produtivos coletivos e comerciais e áreas de Reserva Legal – RL e Preservação Permanente – APP, (PR DO ASSENTAMENTO CUNHA, 2011, p. 83).

Não obstante, o projeto coletivo também encontrou dificuldades diante das exigências do Banco do Brasil. Assim relata um dos dirigentes: "*Fizemo o projeto do Pronaf, fomo assentado em 2000, aí fizemo todo um projeto do Pronaf, todo voltado pro sistema coletivo, o Banco do Brasil também não aceitou o projeto." (*Dirigente do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013). Os relatos reafirmam que a produção territorial dos assentamentos está no centro de disputas político-ideológicas. A implantação da organização coletiva esbarra em dificuldades, devido aos diferentes projetos em jogo. Há uma coerência na defesa da produção coletiva, todavia, os dirigentes dos movimentos desconsideram formas históricas de coletivização do campesinato, o que inviabiliza o diálogo. A produção territorial do assentamento pode ser observada na Figura 2 e o desdobramento deste processo na Figura 3. Como mencionado o mesmo foi criado no modelo semicoletivo. Segundo o Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (2011), na demarcação original há um número total de 62 parcelas, cada uma tendo 6 hectares. O restante da área produtiva ficou distribuído na área coletiva, que detinha 335,86 hectares. As áreas de reserva legal tem 204,27 hectares, de preservação permanente 113,75 hectares e o espaço comunitário, 4 hectares.

O resultado das disputas entre os atores pode ser verificado na disposição das tessituras, assim como as diferentes territorialidades que intervieram na demarcação dos limites. Nela se observam também as quatorze famílias que resistiram às delimitações do INCRA, com a constituição do grupo coletivo "Eldorado dos Carajás." Estas famílias estavam organizadas em cerca de 70 hectares, onde residiam e mais 69,89 hectares integrado à área coletiva do assentamento, (Figura 2). Segundo dirigentes do MST, o objetivo da formação do assentamento no modelo coletivo era viabilizar a produção agroecológica. Algumas famílias do coletivo corroboraram com está assertiva, segundo elas, assim teriam maior controle dos insumos e dos canais de comercialização, isso facilitaria a construção da produção agroecológica, já que viabilizaria decisões coletivas na produção.

Figura 2 – Município de Cidade Ocidental - GO – Assentamento Cunha – Formação Inicial -1998

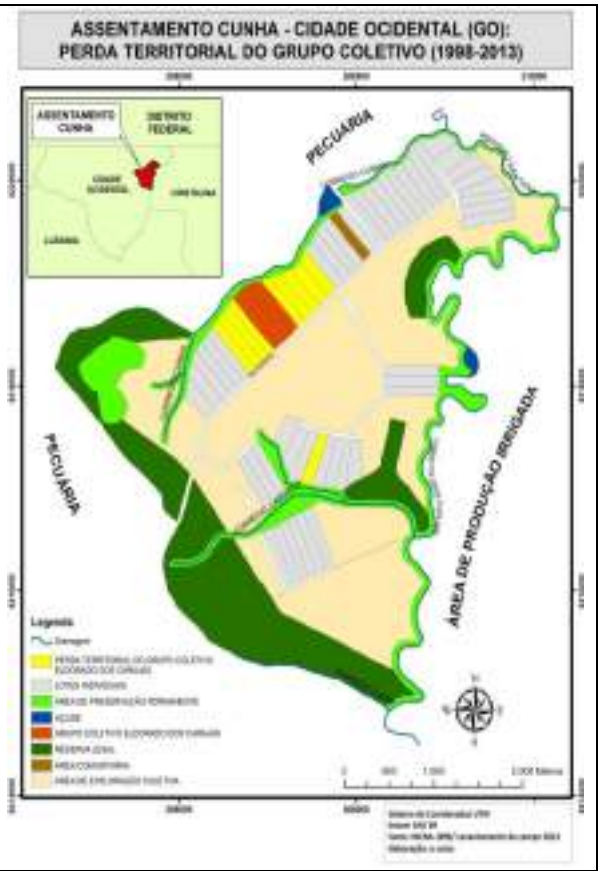


Figura 3 – Município de Cidade Ocidental - GO – Assentamento Cunha – Perda Territorial do Grupo Coletivo Eldorado dos Carajás -1998 – 2013

O depoimento das famílias do coletivo “Eldorado dos Carajás” se aproxima da explicação de Correia (2007), acerca da revisão do modelo de assentamentos pelo MST. Segundo o autor, como resultado da crise do sistema de cooperação de 1990, o movimento decidiu que a organização territorial deveria privilegiar a formação de pequenos núcleos de moradia cooperados, para aproximar as famílias e evitar a criação de propriedades individuais. Assim, seria possível fortalecer a produção agroecológica com a gestão comunitária dos recursos naturais e do território, além da titulação coletiva da terra. Tomaz, integrante da coordenação nacional do MST/Via Campesina, acerca da produção territorial dos assentamentos como possibilidade para a produção agroecológica também destaca:

> Primeiramente, há a necessidade de coletivização dos meios de produção no nível máximo possível de acordo com a consciência e o processo histórico daquele coletivo que está se territorializando. Essa coletivização permite desde a otimização no uso de maquinário até, no caso das áreas produtivas coletivas, o melhor planejamento do agroecossistema, de acordo com as condições edáficas e microclimáticas do território conquistado. Há também a necessidade de um projeto coletivo de agroindustrialização, que liberte os camponeses da escravidão dos produtos in natura e permita projetos de comercialização mais avançados que alcancem mercados populares distantes. A comercialização institucional é outra base da produção territorial. É papel do Estado garantir alimentos de qualidade, saudáveis, para a população escolar, hospitalar. E, para garantir a transição agroecológica efetiva, a comercialização institucional, com bonificação para alimentos agroecológicos, é decisiva para proteger o campesinato do ataque do capital que está em volta do território e não quer que uma

> proposta territorial autônoma vingue. Por último, e também em relação ao elemento acima descrito, o território conquistado necessita ter conexão direta com as massas trabalhadoras da região, seja nas pequenas, médias ou mesmo grandes cidades. A produção agroecológica deve estar alimentando o povo, não a burguesia. (Liderança da Via Campesina/MST em questionário aplicado por Silva no dia vinte e quatro de junho de 2013).

Da fala se depreende que os limites não são inocentes. A disposição deles reflete as estratégias dos atores sociais. Para o MST a propriedade privada é contrária à produção agroecológica, porque dificulta o controle coletivo dos meios de produção e a organização política, elementos fundamentais para a autonomia camponesa frente ao capitalismo financeiro, industrial, usurário e comercial, além da luta por políticas públicas favoráveis do Estado. Nesse sentido, Molina (2009) também destaca que a propriedade privada viabiliza a criação apenas da produção orgânica, pois se cria a dependência dos agricultores a insumos externos. Segundo o autor, é preciso lutar em defesa de territórios agroecológicos amplos. O Estado, em detrimento, apoiado por organizações como a CONTAG, divide o espaço com intenções geopolíticas de domínio/controle dos camponeses. O fato é que o desencontro entre os atores envolvidos resultou na trama territorial expressa na Figura 3. Nela se nota a redução da área de produção coletiva em consequência das disputas políticas internas no Assentamento Cunha. De um lado, o coletivo “Eldorado dos Carajás”, produto da resistência dos camponeses do MST, do outro, os lotes individuais e a área coletiva, apoiados pelos demais camponeses vinculados à CONTAG. Os assentados vinculados á CONTAG afirmam que o modelo semicoletivo trouxe prejuízos para as famílias desenvolverem as atividades produtivas. Segundo eles, é difícil conciliar atividades na área individual com as da área coletiva, principalmente devido à redução da mão-de-obra familiar.

Os usos atuais da área coletiva se vinculam à criação de bovinos e equinos, como se pode observar na Figura 4. Essa utilização produz conflitos entre as famílias assentadas. Segundo os entrevistados, com a inviabilização do uso coletivo, devido às dificuldades de organização política e à falta de acesso a crédito para investimento coletivo se decidiu pelo seu parcelamento. Segundo o Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (2011), no ano de 2002 a comunidade propôs ao INCRA o seu parcelamento. No entanto, apesar de contar com a concordância da instituição, as famílias tiveram de pagar pelo serviço topográfico de demarcação dos lotes complementares. Como o coletivo “Eldorado dos Carajás” optou por demarcar seus lotes na área de exploração coletiva V e sete famílias não participaram do processo, apenas quarenta e seis famílias se dispuseram a pagar pelo serviço. Assim, restam dezesseis famílias que não tiveram seus lotes complementares demarcados. Além disso, segundo o Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (2011), a alocação física desses 46 lotes ainda não foi realizada. Com a indefinição do processo, apenas duas famílias cercaram seus lotes de 5 hectares. Portanto, as áreas de exploração coletiva continuam sendo utilizadas apenas pelas famílias que têm criações animais, sendo que poderia ser *lócus* da integração lavoura/pecuária, prática fundamental na produção agroecológica. Portanto, aumentam as dificuldades das famílias de ter o controle dos meios de produção, o que fortaleceria a produção agroecológica.

Muitos assentados precisam comprar adubos orgânicos, outros tentaram a integração lavoura/pecuária nas parcelas individuais. Mas com uma área de seis hectares, o gado evade e entra em outras propriedades. Isso resulta em conflitos entre vizinhos. Descapitalizados para implantar a pecuária intensiva, alguns venderam o rebanho, o que resultou em perda dos produtos derivados do leite, da poupança camponesa em períodos de crise, assim como do adubo, importante para práticas agroecológicas. A proposta de produção territorial do MST, derrotada na correlação de forças com outros atores, ficou circunscrita ao coletivo “Eldorado dos Carajás.” Esse já nasceu fragmentado, como se observa na Figura 3. Também sua descontinuidade territorial provocou a deseconomia no deslocamento da mão-de-obra, ou seja, houve ampliação do tempo gasto no deslocamento para realizar o trabalho. O fato é que houve dificuldades de formação do território agroecológico amplo com a consequente fragilidade na adoção de práticas agroecológicas,

como ciclagem de nutrientes e energia e territorialização do princípio da agrobiodiversidade. Assim como, na Figura 3, nota-se que esse coletivo sofreu perdas territoriais entre 1998 e 2013.

Figura 4 - Assentamento Cunha - Bovino na Área Coletiva do Assentamento

Org. Autor. Abr. 2013.

Em consequência, das quatorze famílias que o integravam em 1998 restam somente quatro. A disputa do MST com a base e a CONTAG/Estado resultou num ambiente de discórdia que dificultou a consolidação do coletivo. Além disso, segundo ex-integrantes do grupo, o projeto de experiência agroecológica do MST, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), assentado no coletivo "Eldorado dos Carajás", sofreu com o centralismo das atividades em algumas parcelas, com benefícios para determinadas famílias. No entanto, a ação do Estado, pactuado com o agronegócio, também contribuiu para dilacerar o coletivo e sua proposta de produção agroecológica. Há uma escala de poder em que se situam os camponeses e suas organizações. Esse aspecto é central para entender a produção territorial e viabilidade econômica dos assentamentos, tal como o Assentamento Cunha. A respeito disso, no próximo item, a reflexão está focada na análise da interferência do agronegócio na territorialidade do assentamento em questão e, por conseguinte, os prejuízos acarretados à produção agroecológica.

A ação do agronegócio no Assentamento Cunha

O Assentamento Cunha está "cercado" pela produção do agronegócio. Essa contiguidade espacial implica em pressão direta sobre os camponeses assentados. As dificuldades para desenvolver as atividades produtivas com uso de práticas agroecológicas são correntes nos relatos dos assentados. Dessa forma, um dirigente do assentamento relata:

> Na agroecologia nóis temo um problema seríssimo com a mosca branca [Bemesia tabaci). Do outro lado do rio São Bartolomeu já é Cristalina, lá tem os pivôs de soja, milho e sorgo [sorghum indicum l.], irrigado. Eles produz no sistema de rotação e usa muito agrotóxico. Eles pulveriza lá com avião.

> Então, quando eles bate lá, os inseto vêm tudo pras nossas parcela. O pessoal tá perdeno todas as safra de feijão por causa da mosca branca. Tem gente aí que prantô muito feijão e num colheu quase nada.(dirigente do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e cinco de Maio de 2013).

Nas entrevistas outros assentados declararam que houve queda da área produtiva e da produtividade de feijão nos últimos anos, devido ao ataque de insetos vindos da produção monocultora limítrofe. O ataque ocorre não somente no feijão, mas em outras culturas agrícolas. Outro dirigente afirma: *"Só de verdura eu perdi esse ano uns R$ 1.800,00. A mosca branca atacou demais."* (dirigente do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Maio de 2013). Os assentados não têm dúvida quanto à origem das "espécies-praga" que atacam as lavouras. Muitos conseguem inclusive identificar algumas delas, como indicado pelo Sr. Fernandes: *"A soja do oto lado do Rio São Bartolomeu troxe esses inseto pra cá. Essa tal de mosca branca, vaquinha* [Diabrotica speciosa]*, besouro* [Caleoptera]*, vários inseto." (*Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013).

Nota-se que a produção do agronegócio promove prejuízos à produção agroecológica. Assim o Sr. Josué se expressa: "*Quando as vaquinha ataca elas bota pra quebrá. Eu tenho certeza que elas vêm da soja." (*Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013). No mesmo sentido, destaca Sr. José: *"Olha aqui pô cê vê. A mosca branca atacô meu feijão de corda. Ela chupa a varge. Fica esses pontinho e a semente fica menor. Perde valor. Eu num sei como nóis vai fazê. Os dono da soja bate veneno lá os inseto vem tudo prá cá*." (Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013). Na Figura 5 se observa o limite do Assentamento Cunha com a área de produção do agronegócio territorializada no município de Cristalina. O Rio São Bartolomeu, com sua área de preservação permanente, se constitui na única barreira entre os dois espaços, o que acarreta na migração das "espécies-praga", no deslocamento de agrotóxico para o assentamento. Assim como na contaminação das sementes das culturas agrícolas, produzidas nas experiências de melhoramento fitoparticipativo com a EMBRAPA, além da poluição e apropriação dos recursos hídricos.

Figura 5 - Assentamento Cunha - Limite do Assentamento Cunha com Produção do Agronegócio no Município de Cristalina

Org. Autor. Set. 2013.

Pela análise da Figura 5, verifica-se paisagens que expressam processos produtivos diferenciados. Em destaque, parte da Área de Preservação Permanente do assentamento (APP) e ao fundo área de produção do agronegócio. O que se evidencia é, de um lado, a produção agrícola assentada nos princípios da agroecologia e, ao fundo, a homogeneização da produção com os monocultivos. Como afirma Altieri (2012), a coexistência da produção do agronegócio, com aquela pensada a partir de princípios e conceitos da agroecologia se revela impossível. A aplicação de agrotóxicos contamina as famílias e suas produções

agrícolas. O limite existente, o rio São Bartolomeu, não impede o deslocamento do agrotóxico pulverizado com aeronaves. O plantio de sementes híbridas ou transgênicas de milho pode resultar na contaminação das sementes utilizadas por muitas famílias camponesas, causando o fenômeno denominado por Altieri (2012) de introgressão, em que os polens das primeiras contaminam as da última.

O desequilíbrio ecológico provocado pela produção do agronegócio resulta em consequências graves para os camponeses do Assentamento Cunha. Além disso, a precariedade das políticas públicas para a agricultura camponesa ocasiona a migração de mão-de-obra do assentamento, devido ao exíguo retorno de renda das atividades desenvolvidas na parcela. O pacto de poder de economia política do agronegócio atua diretamente na territorialidade cotidiana do Assentamento Cunha. O fato é que o conflito do agronegócio com a agroecologia expressa as racionalidades diferentes desses paradigmas produtivos. O primeiro, promovido pela economia do agronegócio e concretizado por meio da monocultura, se assenta na uniformidade genética, na aplicação de agrotóxicos, nos fertilizantes químicos, na mecanização, na utilização de sementes transgênicas, em suma, na simplificação dos agroecossistemas. Já a segunda se sustenta em práticas como a policultura, a diversidade genética, o uso dos adubos orgânicos, entre outras ações, desse modo, na diversidade dos agroecossistemas.

E não há apenas um cercamento material da produção agroecológica do Assentamento Cunha. Delgado (2013), destaca que com o pacto de poder instalado com a crise cambial de 1999, delineou-se uma estratégia para capturar a renda da terra, por meio da economia do agronegócio, com o uso de aparatos ideológicos, que envolve a expansão do crédito público e o direcionamento dos rumos da política agrícola. Neste processo existem sujeitos sociais excluídos deste pacto, como os camponeses. Isso reflete nas políticas públicas no interior dos assentamentos, com características precárias e isoladas. Por exemplo, a agricultura com princípios agroecológicos instalada no Assentamento Cunha sofre com a falta de acesso à logística de beneficiamento, armazenamento e transporte da produção. Dona Alzira relata: "*Poderia ser compensador, mas não tenho transporte." (*Assentada do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Maio de 2013). Na avaliação dos assentados, os programas de compra institucional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são mecanismos importantes. Tanto que o Sr. Severo defende: *"Tem de aumentá as instituição de compra direta do governo federal."* (Assentado do Assentamento Cunha, em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013). Um dos dirigentes é enfático quanto à importância da referida política pública:

> Sem sombra de dúvida, com o PAA e PNAE melhorou substancialmente, entrou em torno de cento e vinte mil reais a partir do PAA e PNAE. Há uma parceria com o município de Cidade Ocidental, entregamos em colégios, asilos, creches. Temos no Cunha hoje em torno de 20 famílias com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Nóis podemo vendê hoje em torno de R$ 24.800, 00 para o governo federal. (dirigente do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013).

Na pesquisa de campo, constatou-se que dezenove famílias estão vinculadas aos programas de compra institucional, com possibilidades de ampliação desse número. Mas num universo de sessenta e duas famílias, esse número representa um acesso restrito, o que permite a exploração da maior parte delas pelo capital comercial, no momento de realização da mercadoria. Além disso, as promessas e expectativas geradas com os programas promovem a desmobilização da maior parte das famílias para a conquista de outras organizações que libertem os camponeses da escravidão do *in natura, a*ssim como a construção de outras alianças com os trabalhadores urbanos. Mas, o Sr. João deixa claro que os canais de venda institucional não são a panaceia para todos os males:

> Com a política do governo, da merenda escolar, do' cê introduzi pelo meno na merenda escolar, pelo meno 30%, 40% tem que sê ecológico, então deu um avanço com os produtor. Que nem o pessoal nosso aqui, vende a maioria pra merenda escolar. Mas o limite ainda é muito pequeno. Não tem como ampliá muito, porque o DAP é poquinho.

No assentamento, os programas de compra institucional têm sido importantes para a produção agroecológica. Muitas famílias que a haviam abandonado retomaram-na devido a esses programas. No entanto, para os assentados os limites de compra deles, a pequena quantidade de agricultores inscritos, a necessidade de famílias entregarem na DAP de outras traz a importância da formação de outras organizações produtivas. A consolidação da produção agroecológica encontra limites para se realizar por inteiro dentro do modo de produção capitalista. Já que não se autodetermina é submetida à reprodução ampliada do capital. O Sr. João declara:

> É difícil sobrevivê na agroecologia, porque na nossa região, por exemplo, se ocê produz agroecológico, num tem pra quem vendê, não tem cooperativa. Por exemplo, o pequeno produtor só consegue comercializá se ele tem cooperativa. Se ele não tivé cooperativa ele vai vendê pra quem? Cê vai colhê 20 saco de feijão, vai vendê pra quem? Cê vai colhe 100 saco de milho vai vende pra quem? Não tem como comercializá, o pequeno, na nossa região. Isso é um estudo que foi feito na região de Luziânia com as cooperativa do Paraná. Os cara questionaram como é que ocês vai tê pequeno produtor na região se não tem cooperativa aqui? Ocês vão vendê pra quem? É o exemplo nosso, ano passado. Eu te contei a história ontem. Eu colhi 40 saco de feijão, não tinha pra quem vendê. Ocê vai vendê 40 saco de feijão pra quem? Na fêra ocê absolve um poquinho, mais o feijão ocê não consegue guardá, feijão bão, dum ano pra Oto. O feijão é sazonal. Cada três, quatro mês cê tem que tê feijão novo, senão cê só tem feijão velho. Cabamo perdeno 40 saco de feijão que não conseguimo comercializá. Num tem comércio. Ocê vai colocá isso aonde? O grande ele consegue colocá. Mas o pequeno vai colocá aonde? Essas coisas, por exemplo. Se ocê colhê 100 saco de milho, ocê vai vendê pra quem? Ocê tem que vendê picado, aqui, acolá, pra quem acha de comprá. Aqui nóis temo exemplo. Esse meu vizinho, ele tá com galpon cheio de milho do ano passado ainda. Não consegue vendê o milho. E é tudo orgânico. Tá com o galpon cheio de milho. E agora já plantô ôto milho e o milho véio tá no galpon, ainda. Cê não sabe o que faz. Fica vendeno um saco pra um, pra outro, pra qui dentro mesmo, pó pessoal daqui. Num tem onde vendê, né. Ocê, ocê num tem apoio do governo. Ocê num tem nada. Como que ocê vai colocá. Num tem política voltada pó pequeno produtor na região. Só tem voltada pro grande. Pó pequeno não tem.

O interlocutor menciona a precariedade da logística de transporte, armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção. Com isso, acontece a exploração do capital comercial por meio dos intermediários, sobretudo os proprietários de restaurantes, churrascarias, supermercados, açougues e agroindústrias. Nesse sentido, os assentados ou se submetem a eles ou perdem todo o excedente da produção, porque conseguem comercializar somente pequenas quantidades nas vendas institucionais, ou diretas ao consumidor. Como declara Delgado (2013), as políticas públicas como redutos de contra hegemonia, não são articuladas para estabelecer limites às estratégias do agronegócio, pelo contrário o fortalece nos assentamentos. Neste campo de forças estabelecido está em jogo a apropriação da renda da terra. Vergés (2011) destaca que o Estado deve atuar na destruição do lucro extra dos capitalistas intermediários. Mas, para isso, necessita implantar uma política que contenha ações conjuntas e não isoladas. Como a exploração do campesinato pelo capital se dá por diversos caminhos - na compra dos meios de produção, na venda da mercadoria camponesa, na aquisição de empréstimos, na obtenção de meios de vida- a sua diminuição passa pela política de crédito, insumos, bens de consumo e não

apenas pelas ações de compra institucional. Evidentemente não se escapa da transferência de riquezas ao capital global, mas se pode diminuí-la.

Os assentados tentaram organizar uma cooperativa no coletivo "Eldorado dos Carajás", por meio do Programa de Verticalização da Pequena Produção Rural, (PROVE). Machado; Machado *et al.* (2007) afirmam que em 2004 o projeto previa a construção de uma agroindústria para o processamento de hortaliças e frutos do Cerrado. Mas, com o fim do PROVE, o dinheiro destinado à aquisição dos equipamentos não foi repassado, restando a estrutura física construída pelas famílias, destinada atualmente à extração de mel. No entanto, os assentados buscam formas de resistência ao capital. Nesse sentido, vinte famílias, devido à proximidade do assentamento de centros urbanos de Goiás e Distrito Federal, vendem também sua produção de forma direta ao consumidor. Além disso, doze famílias comercializam principalmente em feiras livres convencionais do Distrito do ABC, do centro urbano de Cidade Ocidental e de cidades-satélites do Distrito Federal. As famílias procuram diversificar suas estratégias de venda, por meio dos programas de compra institucional, negociando em feiras livres ou vendas diretas ao consumidor. Portanto, buscam vários canais de comercialização para diminuir a exploração do capital, sendo que apenas duas delas estão inseridas nos nichos de mercado da produção orgânica.

No assentamento, a assistência técnica é outra política pública precária que intervém na territorialidade cotidiana da produção agroecológica. Altieri (2012) chama a atenção para o fato de que não se trata apenas de garantir assistência técnica aos camponeses, mas com qual perspectiva política essa assistência será efetivada. O autor considera fundamental substituir o viés vertical, de imposição do pacote tecnológico das corporações multinacionais, pela metodologia horizontal, adotando o principio agroecológico de diálogo de saberes. No Assentamento Cunha a empresa de assistência técnica desenvolve o trabalho dentro da política de assistência técnica em agroecologia. Não obstante, 46% dos assentados mencionaram que não há assistência técnica no assentamento; 21% deles consideraram-na extremamente precária; enquanto apenas 17% avaliaram-na como razoável. Dos entrevistados, 16% não responderam a essa questão. O Sr. Paulo assim declara: *"Aqui na minha parcela nunca veio assistência técnica." (*Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013). Dona Raimunda também afirma: *"Nunca vi isso aqui na minha parcela."* (Assentada do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013). Já o Sr. Renato assevera: "*Que eu saiba, não existe assistência técnica. Se tem, nunca passo. Num existe."* O Sr. Josué acrescenta: *"Num tem assistência técnica. Perdi vinte e tantas cabeça de porco aqui por causa de um morcego branco* [Ectopophylla Alba]*. Ele chupava o sangue dos animais." (*Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013).

Também uma dos dirigentes protesta: "*Não, nóis num tem assistência técnica. É um dinhero que o governo federal tá jogano fora, na lata do lixo."* (dirigente do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Junho de 2013). Entre os assentados que reconhece a existência de assistência técnica, muitos destacam a sua precariedade para consolidar a produção agroecológica. Dona Alzira relata: *"O técnico da Rede Terra visita duas vezes no ano. É uma vergonha. Por isso não se avança em nada."* Outro dirigente complementa: *"É preciso mais verbas pra assistência técnica, pra tê acompanhamento contínuo*." (dirigente do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Junho de 2013). O Sr. Aníbal é enfático: "*O maior problema pra essas questão ecológica é a assistência técnica." (*Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013).

A fala dos entrevistados reafirma a dificuldade de desenvolvimento da produção agroecológica diante da precariedade da política pública analisada. O assentado fica à mercê dos interesses das corporações multinacionais e circunscrito quase sempre, ao conhecimento camponês, que, segundo Machado (2009) e Altieri (2012), possui seus limites para manejar ambientes ecológicos desequilibrados. O Sr. Joaquim afirma: *"Nóis plantamo pelo que aprendemo com os pais. Eu já perdi um projeto de maracujá por falta de assistência técnica. O certo seria a empresa fazê o acompanhamento contínuo. Se tem*

algum fungo, doença, a gente tem de tê orientação." No inicio do assentamento, quando o MST tinha uma atuação mais efetiva, houve a preocupação com a construção de parcerias com a Empresa de Assistência Técnica do Distrito Federal (EMATER-DF) e a formação de técnicos próprios, mas o enfraquecimento do movimento no assentamento eliminou está aliança. O fato é que no Assentamento Cunha a precariedade dessa política pública dificulta a realização da produção agroecológica. Isso fica claro na fala Sr. Manoel: "*A dificuldade pá trabalhá com a agroecologia é tê acesso a produtos alternativos. Se houvesse uma assistência técnica maior seria mais fácil. Como ocê vai tê acesso a método alternativo pra combatê inseto, utilizá adubo e outros insumo agroecológico?" (*Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e cinco de Maio de 2013).

Portanto, o fortalecimento de uma assistência técnica horizontal é importante para garantir o diálogo de saberes e, por conseguinte, a autonomia camponesa no Assentamento Cunha. A precariedade das políticas públicas atinge também os financiamentos. No Assentamento Cunha, 67% das famílias tiveram acesso ao crédito. No entanto, mesmo com a sua ampliação para a agricultura camponesa, 33% delas não receberam financiamento. O próprio Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (2011) confirma que parte das famílias não teve direito aos financiamentos. Entre aquelas que receberam, 48% foram do Pronaf, 34% foram do Crédito Habitação e 18% do Crédito Reforma. Muitos assentados reclamaram dessa dificuldade de acesso aos financiamentos. O Sr. Severo afirma: "*Falta incentivo do governo federal. Só incentiva o grande. O pequeno tem muita dificuldade pra acessá o banco. O Estado incentiva só o grande."* A explicação do assentado para esse processo está no amparo do Estado à economia do agronegócio, em detrimento da agricultura camponesa. O Sr. João acrescenta que há alianças do setor bancário com os grandes proprietários:

> O banco não tem interesse de fazê projeto com pequeno produtô. Na região de Luziânia, que a gente conhece todo mundo, a questão deles é fazê projeto com agronegócio, com fazendêro. Eles num interessa de maneira nenhuma na agricultura familiar. Pequeno num interessa, num interessa.

Segundo Delgado (2013), na economia do agronegócio há um pacto de poder dos capitais bancários, industriais, agrários e especulativos com o Estado para apropriação da renda da terra. Com isso, maiores financiamentos são destinados aos empresários rurais. Esse pacto tem por objetivo garantir saldos comerciais positivos na balança comercial e, com isso, gerar reservas cambiais para atrair os especuladores estrangeiros. A agricultura camponesa, dentro dessa correlação de forças tem menos capital disponibilizado pelo Estado. Isso afeta a realização das atividades produtivas nos assentamentos. O Sr. Fernandes é claro quanto a isso: "*Num peguei nenhum financiamento. Tô pagano juro pessoal porque eu num consegui no banco. Tô deveno empréstimo pessoal. No Brasil é assim, o rico que num paga consegue."* Vergés (2011) destaca que a inexistência de política pública sólida de financiamento para a agricultura camponesa submete o campesinato à exploração do capital usurário. Com isso, para realizar sua atividade produtiva, o camponês se submete a juros abusivos. O resultado desse processo é a exploração, com a consequente drenagem da renda da terra para os capitalistas usurários. Associada a isso, há as exigências dos programas de financiamento para a adoção de determinada espécie animal ou vegetal e que muitas vezes não atende às necessidades dos camponeses. E no caso do Assentamento Cunha resultou em dificuldades de pagamento dos financiamentos pelas famílias assentadas. A esse respeito dona Marta relata:

> Sou inadimplente porque perdi as produção de galinha e porco. Além disso, devido à forma como foi dividido os lote, tive de canalizá água, e cum isso vendi a maioria do gado. Os porco, o único remédio que tinha era do mato. Esse porco do projeto do PRONAF era aquele Duroc, num era caipira. Aí deu doença e morreu tudo. O técnico não ajudava pra nada. Era de mentira, fachada.

Nesse sentido, a efetivação conjunta de políticas públicas demandadas pelo campesinato contribuiria efetivamente para a permanência dos camponeses na terra. No entanto, políticas estatais de financiamento isoladas tem provocado endividamento. Além disso, a política de financiamentos para a produção agroecológica enfrenta outros problemas. Correia (2007) afirma que o crédito disponibilizado tem promovido o aprofundamento do modelo industrial e a seletividade dos camponeses. O autor menciona a importância da política criada no governo LULA, para a transição do modelo tecnológico para a produção agroecológica. Esse programa, contudo, está em fase inicial de implantação e conta com reduzido orçamento. Portanto, não altera substancialmente o modelo de produção preconizado para a agricultura camponesa. Segundo Molina (2009), para o fortalecimento da produção agroecológica são necessárias políticas de âmbito regional e nacional, além de marcos institucionais legais. De acordo com ele, a ideia da agroecologia como novo paradigma de produção no campo, manietada pela organização social coletiva dos movimentos sociais articulados em territórios-rede é a via para promover mudanças na política agrícola e na planificação do território. No Assentamento Cunha um dirigente defendeu que o Estado precisa construir políticas favoráveis à produção agroecológica: "*Nóis tivemo um congresso da produção agroecológica em Brasília há três ano atrás. Nóis colocamo que o Estado estava muito ausente da questão ecológica, da agroecologia, do pequeno produtô."(*dirigente do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Junho de 2013).

A fala do entrevistado reafirma a dimensão política da agroecologia e a precariedade das políticas públicas para a produção agroecológica. A obtenção de legislações e políticas em defesa da produção agroecológica tem sido fruto da luta organizada dos movimentos sociais. Há dificuldades para obtenção da certificação orgânica no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e de regularização de canais de comercialização direta. A consolidação da agroecologia escapa à questão técnica. É parte da luta de classes materializada em disputas territoriais. Portanto, o que os dados e informações da pesquisa comprovam, é que há um cercamento material da produção agroecológica do Assentamento Cunha pela produção do agronegócio. Além disso, Delgado (2013) afirma que dentro do pacto de poder da economia do agronegócio, a bancada ruralista associada aos *lobby*s das multinacionais, direcionam os rumos da política agrícola. O que também ocasiona as políticas públicas precárias, principalmente aquelas vinculadas à produção agroecológica. Portanto, existe interferência do agronegócio na territorialidade cotidiana da produção agroecológica do Assentamento Cunha.

Considerações finais

A análise empírica demonstra que a conquista da terra garantiu aos camponeses o direito a recamponeização e consequentemente a possibilidade de instalação da produção agroecológica. Portanto, na correlação de forças com o agronegócio, a agroecologia precisa retomar e reocupar os espaços territorializados pelo agronegócio. Há uma disputa (i)material instalada, que se verte para conquista de porções do espaço e também pela determinação dos rumos dos processos que se instalam no território. Evidencia-se que a disputa fundamental do campesinato é para entrar e permanecer na terra. Disputa-se a disposição das linhas, nós e redes, enfim a produção do território. A pesquisa demonstrou que a disposição das tessituras do Assentamento Cunha promoveu o conflito do MST com a sua base e com o Estado/CONTAG. O MST foi derrotado na correlação de forças com outros sujeitos e seu projeto de organização do território se tornou voto vencido, pelo menos até a finalização desta pesquisa. O modelo adotado dificultou a instalação do território agroecológico amplo. Assim como a adoção de práticas agroecológicas de integração lavoura/pecuária, formação de ciclos de nutrientes e energia e entraves à formação de nichos ecológicos para predadores das "espécies-praga." Em suma, restringiu a territorialização da agrobiodiversidade. É preciso amadurecer e construir processos dialógicos no interior dos movimentos sociais camponeses e deles com outras organizações

políticas, para articular a unidade da luta contra a economia do agronegócio. Esse é o *front* de batalha do campesinato, para garantir sua reprodução social.

O fato é que o agronegócio intervém na territorialidade cotidiana do Assentamento Cunha. Os camponeses herdaram da Fazenda Cunha um solo envenenado, compactado e as áreas de preservação permanente e recursos hídricos degradados. Além disso, eles estão cercados pela pulverização de agrotóxicos da monocultura do município de Cristalina, que polui, envenena recursos hídricos, solos e a própria comunidade assentada. Esse cercamento provoca também a migração de "espécies-praga" para o assentamento, com a destruição das lavouras, além da promoção da erosão genética das variedades participativas cultivadas pelos assentados. A asfixia da produção agroecológica do Assentamento Cunha também é resultado do pacto de poder da economia do agronegócio, com a consequente determinação dos rumos da política agrícola. Nesse sentido, a pesquisa demonstrou a precariedade das políticas públicas destinadas à agricultura camponesa. Dessa forma, o Assentamento Cunha é uma resistência política frente à ação imperialista do capital. Seu fortalecimento, assim como de outros territórios de produção agroecológica, depende de alianças do campesinato com os grupos sociais explorados pelo capitalismo.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção:** A luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: editora UNESP, 2006. 377 p.

ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares de; FRANÇA, Rodrigues Machado de; TAVARES, Marcelo Souto de Oliveira Cabral. **Manejo dos recursos naturais com ênfase na agrobiodiversidade: o caso do Assentamento Cunha.** 15 p, 2008. Disponível em: htpp://www.entorno.df.gov.br.html. Acesso em: 13 fev. 2013.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 400 p.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. *In:* ORTIZ, Renato (org.). **Sociologia.** (Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi). São Paulo: Ática, 1983. p. 48-81.

CALAÇA, M. TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL: Biotecnologia, Biodiversidade e seus impactos no Cerrado. *In:* **Ateliê Geográfico**: edição Especial, 2010, vol. 1 nº 9, p. 6 – 23. Disponível em: http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/16680 Acesso em: 31 jan. 2011.

CALAÇA, Manoel; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Por uma abordagem territorial do Cerrado goiano. *In:* CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; SAQUET, Marcos Aurélio (orgs.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial:** experiências brasileiras e italianas. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 191-206.

CAPORAL, Francisco Roberto. Em Defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: Compromisso com as Atuais e Nosso Legado para as Futuras Gerações. *In:* BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 267-311.

CASTELLS, Manoel. Paraísos Comunais: identidade e significado na sociedade em rede. *In:* _____. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 21-43.

CORREIA, Ciro Eduardo. **O MST em Marcha para a Agroecologia:** uma aproximação à construção histórica da Agroecologia no MST. 2007. 61 p. Dissertação de Mestrado (Curso

Master en Agroecologia: um enfoque sustentable de la agricultura ecológica)- Universidade Internacional de Andaluzia e Universidade de Cordobá, Espanha, 2006/2007.

COSTA NETO, Canrobert. Relações entre Agronegócio e Agroecologia no Contexto do desenvolvimento rural brasileiro. *In:* FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina:** a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 71-81.

DELGADO, Guilherme Costa. Economia do Agronegócio (anos 2000) como pacto de poder com os donos da terra. *In:* **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA:** Agronegócio e Realidade Agrária no Brasil. Edição especial, v.º 01, n.º01. p 61-68.

FABRINI, João Edmilson; MARCOS, Valéria de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva.** São Paulo: Expressão Popular, 2010. 149 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de território. *In:* SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades:** Teorias, processos e conflito. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. *In:* FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina:** a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-69.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Sobre territórios, escalas, e responsabilidade. *In:* HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Claúdia Luísa Z.; UEDA, Vanda. (orgs.). **A emergência da multiterritorialidade:** A ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Editora Ulbra; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 37-46.

GONÇALVES, Carlos W.P. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012. 461 p.

GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. Las experiências agroecológicas y su incidência en el desarollo rural sostenible. La necessidad de una agroecológica política. *In*: BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-70.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. Rio de Janeiro: Encontro nacional da ANPUR (UFRJ), 2001. p. 17-38.

_____. Dilema de Conceitos: Espaço-Território e Contenção Territorial. *In:* SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e Territorialidades:** Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. p. 95-120.

_____. O **mito da desterritorialização:** do fim dos territórios á multiterritorialidade. RJ: Bertrand Brasil, 2004. 391 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Plano de Recuperação do Assentamento Cunha, Cidade Ocidental-GO.** Cristalina: Rede Terra, 2011. 200 p.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. 586 p.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. *In:* ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete et. al (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 79-85.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. (Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Mass). São Paulo: Nova Cultural, 1985. 415 p.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo et. al (orgs.). **Diagnóstico Participativo de Agroecossitemas na Área de Produção Coletiva do Assentamento Cunha em Cidade Ocidental, GO:** agrobiodiversidade e práticas agroecológicas. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2007. 37 p.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. As necessidades Humanas, os Saberes, a Utopia: A Agroecologia, os Cerrados e sua Proteção. *In:* BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 235-266.

MARX, Karl. Rascunhos da Carta à Vera Sassulitch de 1881. (Tradução de Edgard Malagodi e Rogério Silva Bezerra). *In:* **Raízes,** Campina Grande, vol. 22, nº. 02, jul./dez. 2005. p. 110-123.

MISNEROVICZ, José Valdir. **Criação do Novo Camponês em Movimento nas Lutas pela Terra e Reforma Agrária no Final no Século XX e Início do XXI**. 2012. 180 f. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Geografia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Presidente Prudente – SP, 2012.

PERIOTO GUHUR, Dominique Michèle; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. *In:* ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete et. al (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 57-65.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. 266 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras expressões, 2011. 123 p.

_____. **Abordagens e concepções de território**. SP: Expressão popular, 2007. 178 p.

SEVILHA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96 p.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações- o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 08, nº 07, 1-21 p. jul./dez 2005. Disponível em: revista.fct.unesp.br/index.php/nera. Acesso em: 15 Fev. 2013.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In:* CASTRO, Iná Elias; CORREA, Roberto Lobato et al. (orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 78-116.

TRUJILLO ORTEGA, Laura Elena; RAMÍREZ MIRANDA, César et. al (orgs.). Agroecologia Y Desarrollo Rural en Mexico: bases agroecológicas, sistemas sostenibles y soberanía alimentaria. *In*: BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 101-140.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses:** leituras a partir do México profundo. (Tradução de Maria Angélica Pandolfi). São Paulo: Cultura Acadêmica; Catédra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011. 339 p.

VIA CAMPESINA. **De Maputo a Yakarta:** 5 años de Agroecologia em la via campesina (Comisión Internacional de Trabajo sobre Agricultura Campesina Sustentable). Indonésia: La Via Campesina, 2013. Disponível em: www.viacampesina.org. Acesso em: 10 jul. 2013.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se neguceia. – O campesinato como ordem Moral. *In:* **Anuário Antropológico.** Ed. UNB- tempo brasileiro, 1990. 71 p.

Recebido para publicação em 23 de julho de 2014

Devolvido para revisão em 16 de março de 2015

Aceito para publicação em 15 de abril de 2015

Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)[1]

Joana Salém Vasconcelos
Formada em História pela Universidade de São Paulo (USP)
Mestra em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP (área de História Econômica)
Leciona nas Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos.
e-mail: joana.salem@gmail.com

Resumo

Este artigo é parte de uma dissertação de mestrado que investigou as reformas agrárias e estratégias de desenvolvimento da revolução cubana, entre 1958 e 1970. A primeira reforma agrária de Cuba criou duas novas formas de propriedade coletiva: as Cooperativas Canavieiras (mistas) e as Granjas do Povo (estatais). Em setembro de 1962, as Cooperativas se converteram em Granjas. O presente artigo reconstrói a polêmica provocada por tal conversão, aqui nomeada como o "pequeno debate agrário" de 1961 e 1962, já que antecipou alguns elementos do "grande debate econômico cubano" de 1963 e 1964.

Palavras-chave: Cuba; reforma agrária; cooperativas; granjas do povo; debate econômico.

Abstract

Collective property in debate: paths of agrarian revolution in Cuba (1959-1964)

This article is part of a master's thesis, resulted from a research on the Cuban's agrarian reforms and development strategies between 1958 and 1970. The first agrarian reform in Cuba created two new forms of collective property: the sugarcane Cooperatives (mixed) and the *Granjas del Pueblo* (State Farms). In September 1962, the Cooperatives were converted into *Granjas*. This article reconstructs the arguments of the controversy caused by this conversion, named as the "small agrarian debate" of 1961 and 1962 because it anticipated some elements of the Cuban "great economic debate" of 1963 and 1964.

Key-words: Cuba; agrarian reform; cooperatives; *granjas del pueblo*; economic debate.

Resumen

Propiedad colectiva en debate: caminos de la revolución agrária en Cuba (1959-1964)

Este artículo forma parte de una tesis de maestría, fruto de una investigación sobre las reformas agrarias y estrategias de desarrollo de la revolución cubana entre 1958 y 1970. La primera reforma agraria de Cuba creó dos nuevas formas de propiedad colectiva: las Cooperativas Cañeras (mixtas) y las Granjas del Pueblo (estatales). En septiembre de 1962, las Cooperativas se convirtieron en Granjas. En este artículo se reconstruye la argumentación de la polémica provocada por tal conversión, aquí nombrada como el

[1] Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada "Acumulação socialista em Cuba: a herança da *plantation* na reforma agrária - 1959 a 1970", realizada com Bolsa da FAPESP no IE/UNICAMP.

“pequeño debate agrario” de 1961 e 1962, ya que anticipó algunos elementos del “gran debate económico cubano” de 1963 e 1964.

Palabras-clave: Cuba; reforma agraria; cooperativas; granjas del pueblo; debate económico.

Introdução

A primeira lei de reforma agrária de Cuba foi promulgada em 17 de maio de 1959, no contexto de uma ampla revolução social. Suas diretrizes eram as mesmas da Lei nº 3 da Sierra Maestra, anunciada pelo Exército Rebelde em outubro de 1958, em plena guerrilha. As transformações estruturais desencadeadas se sustentavam em quatro eixos: (a) a proibição do latifúndio maior que 30 caballerías (poupando excepcionalmente algumas unidades de alta produtividade que não poderiam passar de 100 caballerías); (b) a redistribuição de parcelas de terra chamadas “mínimo vital”, que consistiam em 2 caballerías para cada família de trabalhadores sem terra composta em média por 5 membros; (c) a abolição da atividade especulativa que enredava arrendamentos e subarrendamentos; (d) e enfim, a punição de proprietários que permanecessem com terras improdutivas[2].

Antes da revolução, 46% da superfície dos latifúndios era mantida improdutiva e, usualmente, 20% da plantação canavieira não era colhida (CHONCHOL, 1961, p. 8, 11-12). Além disso, 25% da indústria açucareira cubana também se encontrava ociosa (FURTADO, 1969, p. 349). A subutilização das capacidades produtivas era uma das características mais marcantes da estrutura agrária da ilha antes da revolução, decorrência direta da forte dependência do açúcar cubano em relação às flutuações de preços do mercado mundial e, particularmente, aos circuitos de apostas de Wall Street, que induziam a uma margem especulativa na produção. Este traço se reforçara em 1958, quando o controle de proprietários estadunidenses sobre a economia açucareira cubana atingiu 40% da produção[3] (JUCEPLAN apud CEPAL, 1980, p. 14).

Passado um ano, o governo cubano havia expropriado 89.358 caballerías de terra somente pela lei de reforma agrária. Incluídos outros mecanismos de nacionalização e estatização dos recursos produtivos, como a Lei de Recuperação dos Bens Malversados, as Vendas Voluntárias, as doações ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), as Leis de Nacionalização 851 e 890 e a modificação do artigo 24 da Lei Fundamental (que tomava posse de propriedades de cubanos que haviam abandonado a ilha), a superfície expropriada somava 374.071 caballerías, isto é, 55% das terras agrícolas cubanas (CHONCHOL, 1961, p. 28; ACOSTA, 1972b, p. 107).

Apesar de garantir a permanência da propriedade privada até 30 caballerías, o que para muitos países poderia ser considerado uma unidade de grande escala, o grau de concentração fundiária era tal que 85% das terras agrícolas do país faziam parte de alguma propriedade que foi ao menos parcialmente atingida pela lei. Isso porque no início de 1959, três mil pessoas eram proprietárias de 62% da área agrícola total de Cuba (CHONCHOL, 1963, p. 74). Até 12 de junho de 1961, aproximadamente 110 mil caballerías foram distribuídas em pequenas propriedades individuais pelo INRA (CHONCHOL, 1961, p. 28).

As expropriações das unidades pecuárias ocorreram mais rapidamente que as agrícolas, pois os grandes proprietários (*cebadores*) e os médios (melhoradores) reagiram às novas medidas paralisando subitamente a compra de gados filhotes criados pelos pequenos proprietários. Isso comprometeu o dinamismo do setor e forçou o governo a antecipar-se como agente comprador dos gados filhotes. Pelas especificidades do setor

[2] Uma caballería equivale a 13,42 hectares (CHONCHOL, 1961, p. 28). É a unidade referência para medida de superfície em Cuba e será usada como padrão no presente artigo. A lei de reforma agrária foi publicada em Padrino, 1960, p. 47-67.

[3] O grupo Rockefeller-Sullivan, por exemplo, comandava, por meio do *The National City Bank*, 18 centrais açucareiras, mais de 35 mil caballerías de terra e quase 80 mil trabalhadores, segundo a enciclopédia das empresas atuantes na ilha em 1958, de Guillermo Jimenez (JIMENEZ, 2000).

pecuário, as unidades se converteram predominantemente em propriedades estatais de administração direta (posteriormente Granjas do Povo). Já as plantações de cana e arroz só foram expropriadas depois da colheita da safra de 1960 e se tornaram predominantemente Cooperativas (CHONCHOL, 1961, p. 26). Sendo assim, a estrutura agrária cubana passou a ser composta por quatro formas de propriedade.

Em primeiro lugar, as Granjas do Povo, que concentravam as melhores parcelas da pecuária sob comando direto do Estado. Em maio de 1961, as Granjas possuíam 24% da superfície da ilha em propriedades.

Em segundo lugar, as Cooperativas, herdeiras das canas de administração e, portanto, das melhores terras[4]. Possuíam caráter misto: eram regulamentadas e dirigidas pelo Estado, podendo simultaneamente obter excedentes privados. No mesmo período, as Cooperativas ocupavam 8% da superfície em propriedades. Granjas e Cooperativas eram formas de propriedade coletiva inéditas no país.

Em terceiro lugar, ampliou-se a superfície das pequenas propriedades privadas de até 5 caballerías, que foram redistribuídas pelo governo. Estes pequenos proprietários estavam representados, desde 17 de maio de 1961, pela Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP), que, ao ser composta pelos beneficiários diretos da reforma agrária, possuía forte afinidade com a revolução (BARRIOS, 1987, p. 20). À época, o setor ocupava 24% da superfície demarcada da ilha.

Em quarto lugar, havia as propriedades privadas entre 5 e 100 caballerías, remanescentes da estrutura agrária anterior. Este setor ainda detinha expressivos 44% da superfície em propriedades (CHONCHOL, 1961, p. 28, 44, 65-66).

O processo de expropriações foi decisivamente influenciado pela declaração do caráter socialista da revolução em 16 de abril de 1961, em seguida à invasão estadunidense de Playa Girón. As finalidades originais da revolução cubana, identificadas com a busca do igualitarismo e da soberania nacional, se converteram em um horizonte de superação das relações capitalistas. Com isso, as novas formas de propriedade agrária em Cuba, Granjas e Cooperativas, foram lançadas no turbilhão dos debates econômicos da transição ao socialismo. A partir de então, dois complexos desafios históricos se entrelaçaram na mesma realidade: superar o subdesenvolvimento e socializar a economia. No impulso da nova estratégia, as Cooperativas foram convertidas em Granjas, em setembro de 1962, por decisão do Congresso Nacional de Cooperativas, com 1.381 votos favoráveis e 3 contrários (FERNANDES, 2007, p. 186).

O fim das Cooperativas Canavieiras foi marcado por um debate. De um lado, os dirigentes cubanos, especialmente Fidel Castro, Carlos Rafael Rodríguez e Ernesto Guevara, acreditavam nos benefícios das Granjas do Povo em relação à forma Cooperativa e estimularam a conversão. De outro lado, três especialistas estrangeiros que estavam na ilha para assessorar a reforma agrária manifestaram críticas às Granjas, argumentando em defesa das Cooperativas: Jacques Chonchol, René Dumont e Michel Gutelman.

O engenheiro agrônomo Jacques Chonchol foi Ministro da Agricultura do Chile durante o governo Salvador Allende, quando dirigiu o processo de reforma agrária de seu país. Uma década antes, em 1961, havia sido convocado pela *Food and Agriculture Organization* (FAO/ONU) para liderar uma missão técnica de assistência a Cuba. Na ocasião, produziu o que é considerado um dos mais completos relatórios sobre a estrutura agrária cubana do período (ver CHONCHOL, 1961, 1963). Chonchol foi entrevistado pela autora em 18 de julho de 2011. Já René Dumont, agrônomo francês, esteve em Cuba para assessorar o processo de reforma agrária no mesmo período de Chonchol, com quem compartilhava algumas opiniões. E Michel Gutelman foi um agrônomo francês da equipe do economista Charles Bettelheim, que esteve na ilha para assessorar o governo revolucionário entre 1961 e 1967. Bettelheim foi muito atuante no "grande debate econômico" cubano

[4] "Canas de administração" eram os canaviais de propriedade dos *hacendados* (donos das indústrias açucareiras). Na primeira metade do século XX, os *hacendados* passaram a plantar canaviais, tornando-se independentes da matéria prima dos colonos (plantadores de cana). Sobre isso ver PINO-SANTOS, 1983.

sobre a transição ao socialismo ocorrido entre 1963 e 1964, se opondo frontalmente à proposta econômica de Guevara (ver BETTELHEIM, 1982).

Tal controvérsia, que aqui chamamos "pequeno debate agrário" de 1961 e 1962, é precisamente o objeto deste artigo. Assim, faz-se referência ao célebre "grande debate econômico" cubano entre 1963 e 1964. Ambos os debates possuíam elementos em comum, ainda que a polarização tenha ocorrido de maneira bastante distinta em cada um deles. Enquanto o primeiro abordava as formas da propriedade coletiva, opondo Cooperativas a Granjas Estatais, o segundo remetia ao conjunto da economia de transição, opondo o sistema de cálculo econômico defendido por Carlos Rafael Rodríguez ao sistema orçamentário de financiamento de Ernesto Guevara. Fidel Castro atuou no grande debate como uma espécie de árbitro, tendo apoiado ora um, ora outro sistema durante a década de 1960[5].

Identificamos três eixos fundamentais do "pequeno debate agrário": a gestão, a escala e o assalariamento estatal. Como pano de fundo estava a dificuldade de definir quais deveriam ser os mecanismos de controle estatal sobre a utilização privada dos excedentes, que melhor coordenassem formas econômicas socializantes com o aumento da produtividade geral do trabalho. O papel dos excedentes privados na transição ao socialismo constitui uma das polêmicas econômicas mais importantes das revoluções do século XX. O núcleo filosófico do problema estava na ordem prioritária da mudança, isto é, se seria preciso desenvolver as forças produtivas por meios capitalistas (com excedente privado) como condição de surgimento de uma nova cultura socialista, ou se, ao contrário, não seria possível fundar esta nova cultura socialista senão a partir do desenvolvimento das forças produtivas alavancado por formas econômicas já socializadas. Vejamos o ponto de partida desta polêmica em Cuba.

O camponês-proletário e a preservação da escala

A principal especificidade da reforma agrária cubana foi a preservação da escala das unidades produtivas. Durante sua execução, o governo revolucionário tomou consciência de que o perfil sociológico e psicológico do camponês cubano era fortemente proletarizado. Isso significava que em Cuba a "fome por terras" era menos intensa que a "fome por salários", o que permitia que as unidades produtivas não fossem fragmentadas em pequenas propriedades individuais, preservando as vantagens da escala da *plantation* modernizada.

O perfil proletário do campesinato cubano foi identificado por muitos especialistas que se aproximaram da reforma agrária da ilha[6]. Isso porque Cuba, ainda que fosse essencialmente agrária, não era essencialmente camponesa. O cubano José Acosta confirmou: "A produção açucareira determinou o surgimento e desenvolvimento de um proletariado agrícola com um peso relativo majoritário no total da população rural e vinculado à atividade econômica básica do setor agropecuário" (1972a, p. 80-81, tradução do autor).

Antes da revolução, dois terços da superfície agrícola cubana eram trabalhados por "métodos não camponeses" (RODRÍGUEZ, 1966, p. 25). Segundo censo de 1952, 63% dos trabalhadores agrícolas eram assalariados (MANITZAS, 1978, p. 23). Somava-se a isto uma insegurança histórica do camponês cubano em relação à propriedade individual da terra. Ao longo de um século, os camponeses foram desalojados e deslocados para as fronteiras agrícolas pouco férteis, perdendo suas casas e plantações, sem condições objetivas de resistência. A expansão agrícola dos latifundiários e companhias estrangeiras desde meados do século XIX se agravou com o surgimento da Guarda Rural em 1898, que

[5] Para ver os artigos do grande debate: GUEVARA, 1982, 2006 e RODRÍGUEZ, 1963a, 1963b. Uma recomposição histórica pode ser consultada em PERICÁS, 2004.

[6] Chonchol sustentou em entrevista: "a maior parte dos trabalhadores canavieiros não tinha uma mentalidade de agricultor, mas sim uma mentalidade de proletário. Então, era fácil passar de uma empresa de proletários capitalistas a uma de proletários socialistas" (CHONCHOL, 2011, informação verbal, tradução do autor).

executava a espoliação com violência, contribuindo para gerar insegurança do camponês em relação à própria terra. Por isso, este segmento da população rural passou a identificar no assalariamento um meio de vida muito mais estável e promissor. Sem dúvida, a vocação assalariada do camponês cubano acelerou sua inserção na nova economia estatal. Carlos Rafael Rodríguez explicou o fenômeno:

> A visão ao redor dos camponeses pobres que viviam em condições comparáveis à sua própria ou inferiores, a lembrança das vicissitudes de uma época ainda recente em que eram também camponeses e a experiência de que era possível melhorar sua situação mediante a luta por elevação dos salários e das condições de vida como proletários, conduziu aos trabalhadores agrícolas, em seu conjunto, a não projetar o objetivo de conquistar a terra para nela trabalharem como agricultores pequenos. Isso não quer dizer que eram indiferentes à posse ou não de alguma quantidade de terra (1978, p. 119, tradução do autor).

A distribuição da propriedade individual da terra foi uma das diretrizes fortes da lei de reforma agrária. Contudo, cultivar alimentos nas 2 caballerías do mínimo vital foi mais uma atividade complementar ao assalariamento que um meio de vida autossuficiente. O meio de vida predominante do trabalhador rural cubano a partir da reforma agrária foi a propriedade coletiva. A pequena propriedade individual certamente auxiliava no abastecimento familiar, mas as precárias condições técnicas tornavam os excedentes privados do pequeno camponês ainda mais incertos, dependentes de preços, subsídios e créditos. Esta "preferência pelo assalariamento" criava condições subjetivas para uma economia centralmente planificada. Sobre isso, afirmaram Paul Sweezy e Leo Huberman:

> As reformas agrárias burguesas tiveram sempre como objetivo dividir os grandes latifúndios em pequenas propriedades de camponeses. Ideias mais radicais, pelo menos a partir de Marx, rejeitam essa solução com o duplo argumento de que a agricultura em pequena escala, feita pelos camponeses, é insoluvelmente ineficiente e constitui inevitavelmente uma força contrarrevolucionária (1960, p. 145).

Antes mesmo de ser declarada socialista, a revolução identificou essa especificidade e evitou a fragmentação das unidades produtivas. Enfim, não foi apenas o perfil do camponês cubano que cumpriu um papel na preservação da escala. Houve uma conjunção de outros fatores, entre eles as condições técnicas herdadas, a política igualitarista do governo revolucionário, a influência da tradição marxista em defesa da concentração dos meios de produção e a iminência do conflito com os Estados Unidos. As formas da propriedade coletiva serão analisadas a seguir.

Cooperativas canavieiras

Com as expropriações, as Cooperativas passaram a controlar 45% dos canaviais do país (CUBA, 1960a, p. 43). Foi uma maneira de evitar o retalhamento da terra em parcelas individuais, ainda que em muitos casos tenham sido fundadas várias Cooperativas a partir de um único latifúndio. Há que se diferenciar as Cooperativas criadas na primeira reforma agrária das Cooperativas de Créditos e Serviços e das Sociedades Agropecuárias dos camponeses da ANAP. Enquanto as primeiras foram estabelecidas nas canas de administração, por trabalhadores que já eram assalariados e se tornaram, coletivamente, donos de parcelas das propriedades de seus patrões, as segundas foram formadas por diferentes modalidades de coletivização de propriedades privadas individuais.

No universo dos debates socialistas, a Cooperativa era uma forma particularmente polêmica, pois representava um híbrido entre a propriedade privada individual e a propriedade socializada, no qual os excedentes privados ainda cumpriam um papel de força

motriz. Teoricamente as Cooperativas são propriedades privadas coletivas, que podem guardar semelhanças com sociedades empresariais tipicamente capitalistas. Entretanto, as Cooperativas cubanas nasceram organicamente vinculadas à direção do INRA e à planificação centralizada da economia e, portanto, eram mais similares à propriedade socializada do que à propriedade privada. No Regulamento Geral de Cooperativas de Cana, aprovado em 3 de maio de 1960, definiu-se que, durante cinco anos, 80% dos lucros das Cooperativas deveriam ser gastos em construções de casas e outros propósitos coletivos (de instalações agropecuárias a serviços médicos). Os outros 20% seriam distribuídos entre os cooperativados na forma de excedente privado (CUBA, 1960a, p. 41-42). Os insumos para produção, afirmava o Regulamento, seriam distribuídos pela Administração Geral das Cooperativas de Cana do INRA. Além disso, determinava-se que 30% da superfície das Cooperativas deveriam ser destinadas a cultivos não canavieiros, para alimentação dos cooperativados e para o mercado interno. Cada cooperativa recebeu do Estado 200 vacas leiteiras, 50 porcas e 1 touro para iniciar sua produção (CHONCHOL, 1963, p. 111). Tudo isso fazia com que as Cooperativas fossem extremamente dependentes do poder central e, embora possuíssem uma margem de decisão na utilização do excedente privado, esta era bastante estreita.

Os objetivos das Cooperativas definidos pelo Regulamento ditavam as seguintes diretrizes: fomentar e cultivar os canaviais; intensificar a produção da cana, plantando variedades de alto rendimento; diversificar a agricultura e alcançar soberania alimentar interna; aumentar a renda dos cooperativistas; garantir o bem estar social e educação de seus membros; construir casas e edifícios; colaborar com o INRA para o desenvolvimento econômico; cumprir os objetivos da reforma agrária. Os cooperativados poderiam sair da sociedade voluntariamente, mas estavam proibidos de vender seus direitos (CUBA, 1960a, p. 41-42).

Na teoria, a gestão das Cooperativas combinava autonomia local com centralização. O Regulamento criava as Assembleias Gerais das Cooperativas, espaço soberano para discussões e deliberações internas. Nas Assembleias se votava livremente um Conselho de Direção e um coordenador da Cooperativa, que seria o representante desta perante o Estado, o INRA e os organismos externos (CUBA, 1960a, p. 42). Porém, constatando que as Cooperativas ainda não possuíam capacidade administrativa e técnica para executar seus objetivos com êxito, o Regulamento estabelecia que o INRA designaria um administrador para, junto com o coordenador, dirigir a gestão da produção. Neste sentido, como sustentava o Regulamento, a cooperativa: “em sua etapa inicial, estará sob a direção do Instituto Nacional de Reforma Agrária, para efeito de assegurar seu melhor desenvolvimento mediante ajuda e orientação técnica” (CUBA, 1960a, p. 43, tradução do autor). Na prática, porém, os organismos de poder local não agregaram tanta participação e o funcionamento das Cooperativas, em seus dois anos e meio de vida, foi marcado pela escassez de iniciativa econômica local.

Em maio de 1960, existiam 622 Cooperativas ocupando um total de 60.316 caballerías. Delas participavam 122.448 cooperativistas e mais 46.614 trabalhadores eventuais. Estes cooperativistas se tornaram um importante polo militar de defesa da revolução. Para proteger as plantações das agressões externas e internas, 54% dos cooperativistas participavam das Milícias Nacionais Revolucionárias (CHONCHOL, 1961, p. 57). No início de 1960, as Centrais Adelaida e Punta Alegre, sob o comando de Cooperativas agrícolas, foram atingidas por bombas lançadas de aviões, gerando um incêndio de grandes proporções. No total, foram queimadas 9,7 milhões de arrobas de cana. Para salvar a safra, trabalhadores de todas as Cooperativas da região foram cortá-la imediatamente e decidiu-se que o açúcar seria produzido nas Centrais vizinhas: Morón, Violeta, Pátria, e na própria Adelaida. Este episódio foi apenas um pequeno exemplo da tensão crescente entre os trabalhadores agrícolas e as forças armadas que buscavam derrotar a revolução (CUBA, 1960b, p. 86-87). A revista INRA publicou, em março de 1960, o recado enviado por um trabalhador rural para Fidel Castro, por meio do jornalista Waldo Medina:

> Diga ao Fidel, assim que encontrá-lo, que aqui enviamos este dinheirinho para [compra de] aviões que defendam Cuba. Mas se estes tipos de fora não quiserem vender aviões, que não os compre, pois os facões de trinta e poucos mil parceiros bastarão para liquidar os bandidos (apud MEDINA, 1960, p. 83, tradução do autor).

Entretanto, tal envolvimento militar dos cooperativistas não correspondeu com uma participação administrativa esperada nas unidades de produção.

Granjas do povo

As Granjas do Povo não constavam como uma forma de propriedade prevista na lei de reforma agrária e surgiram em fins de 1959 como uma solução particular para os latifúndios do setor pecuário. As Granjas eram enormes fazendas estatais com trabalhadores assalariados e possuíam um padrão formalmente centralizado de decisão econômica. Foram criadas a partir de três argumentos.

Em primeiro lugar, do ponto de vista técnico, o caráter rústico e extensivo da atividade pecuária não permitia a redução repentina da escala, pois não havia tecnologia instalada que viabilizasse a rápida conversão ao modelo intensivo. O modelo extensivo se baseava em uma escala gigante, que foi preservada nas Granjas. Em segundo lugar, do ponto de vista econômico, surgiu a necessidade de controlar o consumo de carne. Quando o Exército Rebelde confiscou rebanhos e repartiu vacas entre pequenos camponeses que não possuíam o conhecimento para criá-las, houve um sacrifício generalizado dos animais para fins alimentares, em flagrante desperdício da criação leiteira. Muitos camponeses nunca tinham comido carne bovina antes e a mudança sem precedentes do padrão alimentar gerou certa euforia. Entre 1958 e 1960, o peso da massa bovina sacrificada cresceu 22% e Chonchol alertou para uma eventual crise pecuária, que representava: “um dos problemas mais sérios que a Reforma Agrária Cubana enfrenta hoje em dia” (CHONCHOL, 1961, p. 73-74, tradução do autor). Em 1961, na tentativa de reverter a perda de animais sacrificados, foi criada a Operação Vaca, pela qual foram importadas 13 mil vacas de raça, a 400 milhões de dólares (CEPAL, 1964, p. 288). Por isso, o controle estatal da pecuária exercido pelas Granjas era uma necessidade econômica. O terceiro argumento era de natureza política e social, relacionado com a finalidade igualitária da revolução. As propriedades pecuárias possuíam poucos trabalhadores, às vezes um único homem a cada 50 caballerías, e o governo hesitou em aplicar o modelo cooperativo antevendo que seriam formadas unidades privilegiadas, com poucos trabalhadores e muito excedente, gerando desproporções de renda em relação às Cooperativas (CHONCHOL, 1961, p. 37). Por estas três razões, o governo decidiu controlar diretamente a pecuária através do modelo estatal das Granjas do Povo.

Outro fator fundamental se somou às circunstâncias descritas e alçou as Granjas a um papel estratégico. Quando a revolução cubana se declarou socialista, referenciais marxistas passaram a influenciar a nova organização econômica.

Na percepção de Karl Marx, a concentração de capital representava o desenvolvimento histórico da escala como alavanca técnica e social da produtividade, aglomerando massas de capital e trabalho em grandes instalações industriais (MARX, 2006, Capítulo XXIII). No que diz respeito à concentração das forças produtivas agrárias, Marx defendeu a superioridade da grande escala em um artigo publicado no *The International Herald*, em 15 de junho de 1872, com título “A Nacionalização da Terra”. Nele, Marx criticou a pequena propriedade agrária:

> Na França, é certo, o solo está acessível a todos os que o podem comprar, mas precisamente esta facilidade trouxe consigo uma divisão em pequenos lotes cultivados por homens com meios muito pequenos [...]. Esta forma de propriedade fundiária e o cultivo retalhado de que necessita uma vez que exclui todas as aplicações de melhoramentos agrícolas modernos —

> converte o próprio lavrador *[tiller]* no mais decidido inimigo do progresso social e, acima de tudo, da nacionalização da terra [...]. Agarra-se na mesma com apego fanático ao seu pedaço de terra e à sua condição de proprietário meramente nominal. Por este caminho, o camponês francês foi atirado para o mais fatal antagonismo com a classe operária industrial (MARX, 1982).

Igualmente, quando a primeira geração marxista analisou os determinantes da fase monopolista do capitalismo, identificou a concentração de capital como um fator de aumento de eficiência, rentabilidade e poder. Não seria à toa que o capitalismo monopolista, com superioridade técnica e vocação estatal-militar, suplantara historicamente o capitalismo concorrencial (LÊNIN, 2007). Como Marx, Lênin foi um crítico da pequena propriedade, considerada o principal inimigo da transição ao socialismo na Rússia. Em 1921, Lênin defendeu que, nas circunstâncias da revolução soviética, o capitalismo de Estado guardava afinidades históricas com o socialismo. Em seu célebre panfleto *Sobre o Imposto em Espécie*, no qual defendeu a Nova Política Econômica (NEP) para substituir o "comunismo de guerra", Lênin propunha a adoção do capitalismo de Estado como recuo tático para reestabelecer a aliança da revolução com o pequeno camponês tradicional russo. Nessa ocasião, fez a seguinte ressalva:

> Não é o capitalismo de Estado que está em guerra com o socialismo, mas a pequena-burguesia somada ao capitalismo privado que lutam juntas contra o capitalismo de Estado e o socialismo. A pequena-burguesia se opõe a qualquer forma de intervenção estatal, contabilidade e controle, seja no capitalismo de Estado, seja no socialismo de Estado. [...] A continuação da anarquia da pequena propriedade é o maior e o mais sério perigo e certamente será nossa derrota (LÊNIN, 1965, tradução do autor).

A chave deste combate político era a luta entre a economia centralmente planificada e a economia autônoma especulativa. No debate econômico cubano de 1963 e 1964, Guevara foi fortemente influenciado por estas concepções de Lênin e frequentemente citou seus textos. Em fevereiro de 1964, ao defender a proposta do Sistema Orçamentário de Financiamento, Guevara afirmou:

> Como técnica, o antecessor do sistema orçamentário de financiamento é o monopólio imperialista radicado em Cuba [...]. Quando os monopolistas se retiraram, levaram seus quadros superiores e alguns intermediários; ao mesmo tempo, nosso conceito imaturo da revolução nos levou a arrasar com uma série de procedimentos estabelecidos, pelo simples fato de serem capitalistas. Por isso, nosso sistema não alcançou ainda o grau de eficiência que tinham as sucursais '*criollas'* dos monopólios, no que se refere à direção e ao controle da produção (1982, p. 188).

Quando Cuba adentrou no universo dos debates da transição ao socialismo, as Granjas do Povo já existiam, mas certamente foram fortalecidas pela defesa marxista da grande propriedade estatal como "forma superior" de organização técnico-econômica. Em maio de 1961, estavam organizadas 266 Granjas do Povo, que ocupavam 181.330 caballerías nas quais trabalhavam 96.498 assalariados, sendo 71% destes trabalhadores temporários. As unidades eram de larguíssima escala: 682 caballerías em média (CHONCHOL, 1961, p. 41-42).

Tabela 1 - Cooperativas e Granjas do Povo (Maio/1961)

	Cooperativas	Granjas do Povo
Unidades Produtivas	622	266
Superfície total (caballerías)	60.317	181.330
Caballería/Unidade (média)	96,9	682
Trabalhadores fixos	122.448	27.321

Trabalhadores eventuais	46.614	69.177
Trabalhadores fixos/Unidade produtiva (média)	197	103
Caballería/Trabalhador fixo (média)	0,49	6,64
Fonte: CHONCHOL, 1961, p. 41-42, 53.		

Em síntese, as Granjas do Povo se originaram das circunstâncias concretas do setor pecuário e, em seguida, entraram em consonância com os princípios marxistas que orientaram explicitamente a economia cubana a partir de abril de 1961. A não fragmentação da terra se transformou na defesa da escala máxima como imperativo da socialização. A Granja do Povo passou a ser definida como uma forma superior de propriedade porque, como diziam os cubanos: "pertence a todo o povo, e não a uma parte do povo" (CHONCHOL, 1961, p. 45, tradução do autor). A tabela 1 mostra uma radiografia das Cooperativas e das Granjas do Povo em maio de 1961.

Pequeno debate agrário

A proposta de conversão das Cooperativas em Granjas havia sido submetida a dois meses de debate nos Conselhos e Assembleias das unidades produtivas antes de ser votada em setembro de 1962 no Congresso Nacional de Cooperativas (FERNANDES, 2007, p. 186). Os dirigentes cubanos incentivaram a conversão com o argumento igualitarista de Fidel Castro: as Cooperativas geravam desigualdades sociais a partir de diferenças naturais da fertilidade da terra e isso não poderia ser aturado na nova sociedade socialista. Fidel alegava:

> A Cooperativa é um bom sistema de produção, mas que tem também seus defeitos, como o que se origina na diversidade de terras, das distintas fertilidades de cada terra, daquela comunidade que está em uma Cooperativa de terra boa e receberá benefícios superiores àquela que está em uma Cooperativa de terra ruim [...]. Contudo, não será assim nas Granjas do Povo. Não importa que uma Granja tenha terra pobre e a outra tenha terra rica. Os trabalhadores de todas as Granjas receberão os mesmos benefícios; as crianças de todas as Granjas receberão iguais benefícios, seja pobre ou rica a terra onde as Granjas estão (apud CHONCHOL, 1961, p. 45, tradução do autor).

A conversão das Cooperativas em Granjas foi bastante criticada pelos agrônomos estrangeiros que assessoravam a revolução à época. Vejamos, primeiro, os argumentos cubanos e, posteriormente, as críticas dos especialistas estrangeiros que constituíram o debate.

Juan Valdés Paz é certamente um dos maiores especialistas da agricultura cubana e foi entrevistado pela autora em julho de 2012. Sua história pessoal é tão interessante quanto a própria revolução. Relatou-nos que no início de 1960, aos 19 anos, se engajou como professor voluntário para as campanhas de alfabetização. Algumas semanas mais tarde, após o treinamento, lhe avisaram que não seria mais professor voluntário, mas sim diplomata e para isso faria outro curso. Mas a velocidade da revolução era tão alucinante que em uma madrugada de outubro de 1960, quando se promulgou a Lei de Nacionalizações nº 890, os jovens professores voluntários foram transformados em administradores da indústria açucareira por designação direta de Fidel Castro. Foi assim que Valdés Paz passou 20 anos trabalhando como administrador do setor (VALDÉS PAZ, 2012, informação verbal)[7]. Para efeito de síntese, Juan Valdés Paz esquematizou os problemas das Cooperativas Canavieiras cubanas em seis esferas de análise: (1)

[7] Entrevista realizada pelo autor em julho de 2012, em Havana.

econômica; (2) territorial; (3) administrativa; (4) do trabalho; (5) política e social; e (6) ideológica (VALDÉS PAZ, 2009, p. 20).

Na esfera econômica, as Cooperativas apresentavam três problemas. O primeiro deles eram as imensas dificuldades de autofinanciamento, que bloqueavam a autonomia econômica em relação ao Estado. Isso gerou frustração, pois os cooperativistas não alcançavam os rendimentos necessários para que os 20% de excedentes privados previstos para utilização "livre" fossem satisfatórios. O segundo problema foi a queda da renda média anual dos cooperativistas devido à ineficiência econômica. O terceiro foi de produtividade: apesar de o Regulamento ditar que os cooperativistas receberiam salários equivalentes às suas jornadas de trabalho acrescidos dos excedentes (CUBA, 1960a, p. 41), esta determinação não ocorreu na prática. Valdés Paz constatou que a distribuição do excedente interno da Cooperativa não correspondia aos diferentes esforços de cada um, o que gerou afrouxamento das normas de trabalho.

A falta de correspondência entre a jornada e o salário também se originou da ausência do capataz como força coercitiva de organização do trabalho. Valdés Paz diagnosticou:

> Na agricultura capitalista há um capataz. O capataz é um arbitrário, impõe a norma que quer e paga o que quer, salvo a resistência que se pode apresentar da parte dos trabalhadores [...]. Quando nós substituímos esse esquema de exploração, suprimimos o capataz. Ao suprimir o capataz, essa função que era até simbolicamente a representação da exploração, rompemos com o elo que organiza o trabalho. Porque em trabalhos manuais em campo livre, a céu aberto, como a agricultura e a construção, a presença direta daquele que controla a força de trabalho é determinante. Senão, ninguém trabalha, porque a agricultura é muito dura e a construção também[8] (VALDÉS PAZ, 2012, informação verbal, tradução do autor).

Na esfera territorial, se apresentava um problema inerente à luta histórica da reforma agrária. Muitas Cooperativas possuíam descontinuidades territoriais, pois estavam atravessadas pela propriedade do antigo latifundiário. Tratando-se de um período de transição, a estrutura agrária anterior e a nova estrutura estavam ainda interpenetradas geograficamente. Sendo as Cooperativas unidades ainda economicamente frágeis, esse fator as afetou mais fortemente. Havia Cooperativas da mesma agrupação muito distantes umas das outras, com poucos recursos para transporte, inviabilizando uma gestão coletiva eficaz. Ao mesmo tempo, havia uma desorganização dos próprios cultivos, pois o bloqueio econômico estadunidense e o incentivo governamental à diversificação agrária fizeram proliferar produções pequenas para autoconsumo. Isso gerou dispersão dos cultivos, pequenas plantações isoladas dentro e fora das Cooperativas, prejudicando a eficiência agrícola.

Na esfera administrativa surgiu a tendência de substituição do poder local pelo administrador central. Neste sentido, a combinação entre autonomia e centralização proposta pelo Regulamento das Cooperativas não havia funcionado como esperado[9]. Ademais, a dispersão territorial dificultava enormemente o trabalho do administrador do INRA que, ao não poder contar com um poder administrativo local, via redobrar suas tarefas. Isso gerou perda de controle da contabilidade interna, prejudicando a participação das Cooperativas nos planos estatais.

Na esfera do trabalho, três outros problemas surgiram. Primeiro, como decorrência da dispersão territorial, vários cooperativistas viviam fora das suas unidades, gerando uma desagregação entre trabalhadores e comunidade produtiva. Esta desagregação induzia uma segunda dificuldade: muitos dos cooperativistas trabalhavam várias horas para produtores privados ou em parcelas próprias, reduzindo o esforço coletivo interno à Cooperativa. Enfim,

[8] O tema do afrouxamento da coerção nas relações de trabalho foi desenvolvido em um dos capítulos da dissertação de mestrado que subjaz a este artigo.

[9] Constatou Valdés Paz: "A participação dos atores de base foi mínima ou nenhuma, tanto para a elaboração de propostas, como para tomada de decisões organizativas" (2009, p. 147, tradução do autor).

o terceiro problema era relacionado à desigualdade de renda entre trabalhadores eventuais e cooperativistas. Se os membros fixos apresentavam queda de rendimento devido às dificuldades de autofinanciamento das unidades, a situação dos eventuais era ainda mais insegura. Quando as Cooperativas foram convertidas em Granjas se enfatizou a necessidade de reduzir a proporção de trabalhadores eventuais.

Na esfera política e social, havia três ordens de problemas. Primeiro, a vocação assalariada dos cooperativistas criou uma "inviabilidade sociológica" do autogoverno, devido a um despreparo cultural e político herdado da situação anterior. Mostrou-se impossível converter, em tão pouco tempo, um assalariado que realizava apenas um procedimento da cadeia produtiva capitalista, em um sujeito com responsabilidade sobre a terra, o processo econômico e seus desdobramentos administrativos. (VALDÉS PAZ, 2009, p. 20). Em segundo lugar, não havia um organismo político de representação social específica dos cooperativistas (como foi a ANAP para os pequenos agricultores). Isso dificultava a organização coletiva e a formação de autoconsciência deste segmento, comprometendo sua comunicação com o governo. Em terceiro lugar, os cooperativistas sentiram-se ainda mais insatisfeitos porque os trabalhadores das Granjas possuíam maiores salários e estabilidade, gerando condições visivelmente desiguais de bem estar. Tudo isso se agravava devido à ausência de uma "cultura cooperativista", o que dificultava a criação do ambiente político para a autogestão. Enfim, Carlos Rafael Rodríguez sustentou que: "as tentativas realizadas entre 1960 e 1962 para converter aos antigos trabalhadores agrícolas da cana em proprietários coletivos através de formas Cooperativas baseadas no usufruto permanente da terra encontraram pouco interesse por parte destes trabalhadores" (1978, p. 146-147, tradução do autor).

Por último, na esfera da percepção ideológica, surgiram disparidades no grau de coletivização da terra de cada Cooperativa. As dificuldades fizeram com que alguns grupos limitassem a socialização da terra e encontrassem soluções privadas para a ineficiência da produção coletiva. Desse quadro, não surpreende que tenha havido queda da sindicalização dos trabalhadores cooperativistas, que perderam seus vínculos com a luta assalariada. Todos estes problemas enfrentados pelas Cooperativas estão sumariados na tabela 2.

Tabela 2 - Problemas das Cooperativas Canavieiras (Setembro/1962)

Esfera	Contradições Funcionais
Econômica	Inviabilidade de autofinanciamento
	Ausência de rendimentos distribuíveis e queda da renda média anual (salários)
	Distribuição igualitária da renda independente das horas trabalhadas
Territorial	Descontinuidade territorial e dispersão dos cooperativistas
	Proliferação de parcelas de autoconsumo dentro e fora da cooperativa
Administração	Tendência à substituição do poder local pelo central
	Escassa participação dos cooperativistas e dissolução das Assembleias
	Perda de controle administrativo
	Alta proporção de cooperativistas que vivem fora da cooperativa
Trabalho	Cooperativistas trabalham para produtores privados ou em parcelas próprias
	Trabalhadores eventuais com direitos, condições de trabalho e renda diferentes
	"Inviabilidade sociológica" da conversão de trabalhadores assalariados em cooperativistas (desconhecimento do processo produtivo global)
Política e Social	Ausência de uma entidade representação social e política dos cooperativistas
	Condições de vida inferior ao assalariado da Granja
	Falta de uma cultura cooperativista
	Diferenças de nível de coletivização entre as Cooperativas
Ideológica	Grupos cooperativos que limitavam a socialização da terra
	Cooperativistas que investiam em propriedades privadas
	Queda da sindicalização

Fonte: VALDÉS PAZ, 2009, p. 20, tradução do autor.

Carlos Rafael Rodríguez viu com muito otimismo a conversão das Cooperativas em Granjas. Para ele, tratava-se de uma exigência da construção do socialismo, que foi antecipada pelas circunstâncias:

> A fé dos trabalhadores agrícolas da cana na Revolução fez possível que aquilo que poderia originar uma crise, se resolvesse – mediante decisão democrática em que participaram todos os cooperativistas – com a transformação das Cooperativas em Granjas Canavieiras, precipitando-se assim, com bom resultado, um processo que estava programado para vários anos (1963a, p. 8, tradução do autor).

As posições de Rodríguez revelam as diferenças fundamentais do "pequeno debate agrário" em relação ao "grande debate econômico". No primeiro, a controvérsia sobre Cooperativas e Granjas reflete a luta entre a propriedade privada coletiva e a propriedade estatal. Neste caso, Rodríguez defendia a estatização como forma superior. Já no segundo, a polêmica expressava-se *no interior* do setor estatal. Rodríguez defendia a autogestão e o poder de decisão local dentro da economia estatal, incluindo incentivos materiais à produtividade que diferenciavam a escala de salários.

Para Valdés Paz, a convivência entre as duas formas da propriedade coletiva colocou em evidência os problemas das Cooperativas e acelerou o processo de coletivização no caminho dos *solkhozes* soviéticos, porém por motivação voluntária (VALDÉS PAZ, 2009, p. 16). O próprio Valdés Paz, contudo, não deixou de constatar os novos inconvenientes das Granjas. Entre eles, a escala demasiadamente grande para as condições técnico-administrativas existentes; a homogeneidade do aparato administrativo das Granjas, inadequado para a diversidade de tamanhos e cultivos das unidades produtivas; e a perda de especialização decorrente da excessiva diversificação agrícola estimulada pelo governo (VALDÉS PAZ, 2009, p. 18).

Apesar de todos estes contratempos vividos pelas Cooperativas, os citados especialistas estrangeiros a consideravam a forma mais adequada ao desenvolvimento agrário cubano. Eles criticaram duramente o modelo das Granjas do Povo, especialmente por três aspectos: o gigantismo da escala, o excessivo centralismo da gestão e o assalariamento estatal igualitário prejudicial à produtividade. Vejamos, antes, com quais argumentos defendiam as Cooperativas.

As Cooperativas foram especialmente elogiadas por Chonchol e Dumont, por dois motivos principais: sua escala tecnicamente adequada e sua aptidão política para absorver a vontade direta dos trabalhadores nas decisões de produção. Em 1961, Chonchol postulou:

> O tamanho corrente de cada cooperativa (entre 1.000 e 1.500 hectares) e entre 200 e 300 trabalhadores (considerando os eventuais), é um tamanho que permite conjugar, em uma mesma empresa agrícola, as vantagens da diversificação, rotação de cultivos, agricultura mista (produção agrícola e pecuária) com as economias de escala, divisão do trabalho, mecanização dos trabalhos e um controle administrativo eficiente [...]. Esta organização com sua estruturação regional e a representação ativa dos trabalhadores no processo de direção das empresas, têm, ademais, a vantagem de facilitar a ascensão social e psicológica destes e de equilibrar a necessidade de programas nacionais (básicos em uma economia planificada) com as realidades concretas das empresas (1961, p. 57-58, tradução do autor).

Eram, em suma, duas as principais virtudes das Cooperativas. Primeiro, a virtude da escala: além de ser tecnicamente mais viável, possuía maior vocação para adaptar-se a um modelo intensivo de produção. A relação de caballerías por trabalhadores fixos eram quase 14 vezes maior na Granja que, por sua origem pecuária, havia herdado a experiência mais extrema do modelo extensivo. Na avaliação de Chonchol, esta constituía uma das piores heranças da estrutura agrária pré-revolucionária e a escala da Cooperativa criava as condições adequadas para superá-la. A segunda virtude da Cooperativa era da autogestão: era uma forma capaz de aliviar a tensão entre o plano econômico centralizado e a

democracia na unidade produtiva. Para ele, as Assembleias das Cooperativas serviriam como prática política catalisadora do desenvolvimento cultural dos trabalhadores, forjando a consciência econômica de cada cooperativista e alargando a solidariedade comunitária necessária ao autogoverno. Além disso, ao aguçar-se a percepção administrativa dos trabalhadores, a produtividade deveria crescer devido ao interesse material direto de cada um pela propriedade coletiva. Haveria, na opinião de Chonchol, uma correlação inevitável entre interesse material individual e aumento da produtividade do trabalho, que a forma cooperativa poderia articular de modo virtuoso através da autogestão, sem que isso significasse abandono da consciência social.

Chonchol respondeu criticamente a três argumentos da direção revolucionária para a nova orientação, relacionados ao igualitarismo, ao controle estatal da alimentação e à ideia da máxima escala como "forma superior". Sobre a busca do igualitarismo, Chonchol sustentava que seria simples e possível resolver as disparidades sociais geradas por diferenças da fertilidade do solo por meio de regulação fiscal[10]. Sobre o controle estatal da produção de alimentos, o engenheiro reconheceu que esta poderia ser uma vantagem efetiva das Granjas no caminho da soberania alimentar, pois a baixa rentabilidade de muitos cultivos demandava subsídio estatal. Porém, a esta ressalva agregou que considerava possível conciliar controle estatal com autonomia de gestão, por meio da coordenação dialética entre o plano centralizado e os interesses locais:

> Deve-se realizar a planificação dos orçamentos a partir de um plano de produção que nasce em nível local, com instruções gerais que podem vir da parte central. Depois, na administração dos recursos, pode haver muito mais influência da parte central. Porém, não devemos esquecer uma coisa: são as eficiências administrativas. Sempre quando há excessiva centralização, há ineficiência administrativa em algum lugar. E isso afeta em definitivo o resultado produtivo. Eu sou partidário de maior autonomia para a base, com as relações fundamentais com o poder central. Mas com uma autonomia suficiente para poder ser eficiente na base [...]. Da parte central, deve haver grandes diretrizes, grandes orientações básicas. Definir qual é a estratégia de desenvolvimento em um país é uma coisa que se faz desde o centro. Mas na aplicação disso, é preciso muita entrega de autonomias e um diálogo entre o centro e a base. Sem isso, creio que o exercício do centralismo conduz a um desastre. E a excessiva autonomia sem uma orientação geral conduz a que cada um faça o que queira. Há uma combinação que não é fácil de determinar (CHONCHOL, 2011, informação verbal, tradução do autor).

Sobre a ideia da máxima escala como forma superior, Chonchol identificou duas influências: por um lado a tradição econômica marxista e, por outro, a tradição da *plantation* estadunidense. O mesmo confirmou Valdés Paz: "a referência para a oligarquia capitalista da grande produção se buscaria, primeiro, na grande fazenda e nas companhias capitalistas e, depois, nos *solkhoses* soviéticos" (2009, p. 14). Sobre isso, Dumont notou que a caballería era uma unidade 200 vezes maior que o Mou chinês e, consideradas as proporções de cada país, percebia-se que o "gigantismo" seria de fato uma influência pré-revolucionária (1970).

Além de responder a estes três argumentos do governo cubano, Chonchol alegava que as Granjas do Povo eram um desastre em termos de organização da agricultura, por nada menos que sete motivos. Em primeiro lugar, seu gigantismo prejudicava tanto a eficácia administrativa, quanto a qualidade técnica da produção, especialmente num contexto de escassez de especialistas agrários, muitos dos quais tinham deixado a ilha após a revolução (CHONCHOL, 1963, p. 118). Ademais, a grande empresa agrícola requeria proporcionalmente muito mais quadros técnicos do que a empresa média ou pequena.

[10] Alegou: "Daqueles que obtêm muitos lucros, se pode tomar o excedente por meio de impostos. E o tamanho das Cooperativas não era tão grande para produzir grandes lucros" (CHONCHOL, 2011, informação verbal, tradução do autor).

Naquelas condições, seria quase impossível administrar satisfatoriamente Granjas com 682 caballerías em média. Um dos efeitos da precariedade técnico-administrativa era uma "defeituosa distribuição territorial das inversões" (CHONCHOL, 1961, p. 48, tradução do autor).

Em segundo lugar, o gigantismo das Granjas aumentaria os custos de transporte dentro de cada unidade, gerando falhas decorrentes das dificuldades de locomoção do administrador e dos técnicos agrícolas, fruto de uma irracionalidade geográfica que trazia fortes prejuízos (CHONCHOL, 1961, p. 50). As dificuldades de transporte também geravam atrasos de pagamentos e de insumos que perdiam o momento climático correto. Afinal, a escala gigante das Granjas agravava a fragmentação territorial já problemática das Cooperativas:

> Nem sempre as Granjas do Povo estabelecidas constituem uma só unidade territorial. Em muitos casos, uma mesma Granja se compõe de 2, 3, 4 ou 5 lotes de terra isolados uns dos outros por outras unidades (privadas ou Cooperativas canavieiras) e às vezes as distâncias entre os lotes extremos são bastante consideráveis. Tudo isso é produto do desejo de estabelecer grandes unidades e da distribuição territorial das propriedades que se integraram como Granjas do Povo (CHONCHOL, 1961, p. 41, tradução do autor).

A fragmentação territorial de cada unidade, com "pedaços" separados e distantes, intercalados por vastas propriedades privadas, tornava impossível aproveitar as eventuais vantagens de escala. Esse problema só seria efetivamente resolvido com a segunda reforma agrária de outubro de 1963.

A terceira crítica de Chonchol era que a enormidade da Granja aumentava a distância social entre administradores e trabalhadores, reproduzindo a divisão entre trabalho intelectual e manual que teoricamente se queria superar. Seria preciso, na opinião dele, que houvesse organismos intermediários entre a administração das Granjas e os trabalhadores, pois o gigantismo impedia a integração consciente do trabalhador local ao processo produtivo, sem falar do plano agropecuário nacional. Afinal, o modelo das Granjas reforçaria a mentalidade assalariada capitalista ao inibir a participação da base na gestão da empresa, fomentando a falta de consciência sobre a totalidade do processo produtivo (CHONCHOL, 1961, p. 51).

A quarta crítica de Chonchol às Granjas era que o gigantismo seria fruto da equivocada transposição de um princípio industrial para a agricultura, desconsiderando seus limites naturais. Na prática, isso anulava os supostos ganhos de escala. Esta transposição decorreria de um raciocínio muito teórico e pouco técnico:

> Teoricamente, a grande empresa agrícola deveria ter as mesmas vantagens econômicas da grande empresa industrial: especialização máxima dos distintos grupos de trabalhadores, operações em cadeia, produção em massa, redução de gastos gerais de administração, rentabilidade econômica a um baixo custo unitário de produto obtido. Na prática, porém, o processo de produção agrícola é muito mais complexo, variável e inseguro, especialmente devido à ação de uma série de fatores naturais imprevisíveis e no mínimo difíceis de controlar (CHONCHOL, 1961, p. 46, 48-49, tradução do autor).

Uma quinta crítica ao gigantismo das Granjas era que este induzia à perpetuação do modelo extensivo (ver, na tabela 1, a relação de superfície por trabalhador). Uma sexta crítica era que as Granjas eram deficitárias por definição, uma vez que os salários não correspondiam à produtividade do trabalho e isso exigia que o Estado arcasse com as diferenças. O déficit era uma condição provável da busca da soberania alimentar, como

reconheceu o próprio Chonchol[11]. Mesmo assim, o engenheiro defendia que houvesse maior correspondência entre salários e jornadas de trabalho, para garantir um patamar mínimo de produtividade.

Por fim, a sétima crítica de Chonchol era em relação à postura dos dirigentes da revolução que, na tentativa de evitar a burocratização excessiva da agricultura, acabavam enxugando as equipes administrativas de modo a torná-las extremamente ineptas. Exemplificou o problema com as palavras de um Chefe de Província do INRA: "burocratismo ocorre quando, no lugar em que se necessita 5 pessoas, haja 8. Porém, se para evitar o burocratismo, onde se necessitem 4 pessoas haja somente 1 ou 2, isso já é contraproducente, antieconômico e ineficaz"[12] (apud CHONCHOL, 1961, p. 50, tradução do autor).

René Dumont foi ainda mais crítico ao modelo agrário adotado, pois, sendo um defensor aguerrido da autogestão, problematizou tanto as Granjas, quanto as Cooperativas. Para Dumont havia dois problemas centrais que afetavam as duas formas de propriedade: o excesso de centralismo na gestão e o assalariamento estatal igualitário. Acreditava que a revolução cubana estava sendo excessivamente generosa com os trabalhadores. Escreveu: "se a URSS explora seus camponeses, Cuba os está mimando demais!" (DUMONT, 1970, p. 36, tradução do autor). De fato, a ANAP, em seu II Congresso em 1963, realizou uma autocrítica do funcionamento das Sociedades Agropecuárias. Definiram o equívoco como "comunismo prematuro", sintetizado em duas medidas: primeiro, o salário fixo mensal igual para todos, independentemente da quantidade de horas trabalhadas e sem levar em conta a produção; segundo, a repartição gratuita e igualitária de produtos agrícolas da própria Sociedade para livre autoconsumo de seus membros. Forjou-se neste segmento uma autocrítica deste problema sinalizado por Dumont (BARRIOS, 1987, p. 54).

Quanto às Cooperativas, Dumont pensava que, na realidade, eram propriedades estatais, já que a obrigatoriedade do emprego de 80% do excedente com fins pré-determinados pelo Estado sufocava a iniciativa local. Além disso, tratar-se-ia de uma norma débil, pois não especificava o custo máximo das obras, dando margem para desperdício de recursos importados. Apesar da escala tecnicamente adequada das Cooperativas cubanas, Dumont alegava que a excessiva centralização de seu funcionamento poderia bloquear sua evolução, pois tanto a utilização privada do excedente, quanto o sentimento de cada trabalhador como proprietário, seriam importantes estímulos ao trabalho. Em agosto de 1960, ele expressou sua opinião pessoalmente a Guevara e propôs a criação de um sistema de prêmios aos trabalhadores mais disciplinados, através do qual conquistariam "ações" da empresa cooperativa e, portanto, maior participação no excedente. Dumont estava definitivamente deslocado do igualitarismo radical da revolução, mas se justificava com argumentos econômicos realistas: em 1962, por exemplo, das 622 Cooperativas, apenas 3 obtiveram balanços lucrativos, um sintoma de problemas estruturais nas relações de produção (DUMONT, 1970, p. 51).

Sobre as Granjas, suas críticas eram ainda mais enfáticas. Alegou que a escala era tão equivocada que seus técnicos passavam mais tempo se deslocando de um lado a outro e ocupados com papeladas burocráticas do que propriamente melhorando as condições técnicas da produção. Ironizou: "o gigantismo não é um artigo da fé marxista, que apenas condena – corretamente – o microfundismo como um obstáculo para a técnica moderna" (DUMONT, 1970, p. 55, tradução do autor). Além disso, ele alertava para o fato de que, em 1963, a produtividade do Setor ANAP havia sido duas vezes maior que das Granjas, de modo que na prática a ideia da "forma superior" não se sustentava (1970, p. 73).

[11] Sobre isso, sustentou: "Creio que é fundamental para qualquer tipo de país, tanto socialista, como capitalista, se quer ter autonomia, ter em seu mercado interno uma alta proporção de produtos alimentícios básicos produzidos internamente, mesmo que custe mais caro" (CHONCHOL, 2011, informação verbal, tradução do autor).

[12] Para Valdés Paz, o excesso de centralismo e a ineficácia administrativa da gestão agrária nos primeiros anos da revolução foram mais um fruto da escassez de quadros técnicos e políticos do que de uma precaução ideológica, e teria sido corrigido em 1963 (2009, p. 14).

Mas a principal crítica de Dumont às Granjas era contra o assalariamento estatal igualitário, um dos "excessos de generosidade" dos dirigentes cubanos. O assalariamento estatal igualitário seria um fator inerente de indisciplina laboral, negligência com os custos de produção, desperdício de recursos e incapacidade contábil[13]. Para ele, o modelo era inevitavelmente deficitário e não haveria sequer um plano de desenvolvimento para arcar com tal déficit. Apesar de suas sugestões, a grande contribuição de Dumont para a revolução cubana não se referia às polêmicas sobre gestão: foi sua proposta de diversificação agrária especializada, plenamente acatada pela direção revolucionária em 1963.

Já Michel Gutelman desaprovou a excessiva centralização das unidades produtivas agrárias, que teria sido agravada pela conversão das Cooperativas em Granjas. No caso de Gutelman, suas críticas estavam organicamente vinculadas ao "grande debate" e eram alinhadas à defesa do cálculo econômico[14]. Sustentou: "essa vontade de impor o esquema rígido do plano a processos de produção que, por natureza, não se podem desenvolver em quadros rígidos, conduzia a negar a planificação em si própria e provocava uma série de círculos viciosos de desorganização econômica" (1975, p. 140). Para ele, a combinação de centralização com autonomia proposta no Regulamento das Cooperativas nunca havia sido posta em prática uma vez que: "as unidades de produção encontravam-se em estado de inferioridade permanente" em relação ao poder central (1975, p. 133).

Valdés Paz comentou diretamente a opinião de Gutelman, com o argumento de que o agrônomo, ao escrever sua crítica, desconsiderava as condições históricas mais amplas da revolução cubana que determinaram a centralização, entre elas, as agressões militares externas e internas para derrubar o novo governo; o bloqueio econômico dos Estados Unidos; a escassez de técnicos que impunha uma escala inadequada; a instabilidade gerada pela acelerada e radical transformação dos regimes de propriedades, cultivos e trabalho na agropecuária; e a necessidade ainda não cumprida de criação de novos padrões de gestão e de normas de trabalho. Em síntese, sem desconsiderar as diferentes naturezas das missões de cada um destes especialistas internacionais, Valdés Paz alegou que as críticas pecaram por um equívoco comum: a desconsideração da correlação de forças sociais e geopolíticas daquele momento histórico. Nas suas palavras:

> Eles [os especialistas estrangeiros] estão aqui em um período em que ocorreu a invasão de Girón, a crise de outubro, a Operação Mangosta, a luta contra os bandidos, há um conflito militar que acompanha a revolução e eles não se deram por inteirados – como se as decisões políticas sobre a agricultura não guardassem relação com isso também. Defendeu-se uma política agrária, como se esta pudesse desenhar-se em separado do cenário de conflito em que está toda a revolução cubana neste período (VALDÉS PAZ, 2011, informação verbal).

Enfim, a máxima centralização dos recursos produtivos da ilha sob comando do Estado refletia mais a urgência geoeconômica e militar de um momento histórico determinado, do que a preocupação direta com a produção agropecuária ou com o modelo mais apropriado de propriedade socialista. Tal debate, ao fim e ao cabo, representou um breve ensaio da grande contenda que estava por vir nos anos seguintes.

Considerações finais

O "pequeno debate agrário" entre Granjas e Cooperativas pendeu democrática e definitivamente em favor das Granjas, por ao menos três fatores: as lideranças cubanas se

[13] Dumont insistia que: "o salário diário garantido, que é alto e é pago independentemente de quanto trabalho foi executado, relaxou a disciplina laboral, especialmente tendo em vista que agora há um sentimento predominante de que ninguém nunca será demitido, mesmo se trabalhar pouco" (1970, p. 120, tradução do autor).

[14] Para seu grupo, era patente a: "impossibilidade prática de exercer uma gestão a partir do centro, dado o nível atingido de desenvolvimento das forças produtivas" (Gutelman, 1975, p. 148).

unificaram em torno da mesma proposta, a situação histórica demandava centralização de recursos e os cooperativistas preferiram o assalariamento. Tudo isso não impediu, contudo, que os agrônomos estrangeiros manifestassem suas opiniões e fossem respeitosamente escutados.

Já a solução do grande debate econômico foi mais contraditória e complexa, afetando igualmente as decisões sobre política agropecuária. Argumentos importantes dos especialistas estrangeiros em defesa da autogestão das Cooperativas durante o "pequeno debate" foram retomados por Carlos Rafael Rodríguez no "grande debate", porém agora orientados para o interior da administração estatal.

No "grande debate", os instrumentos econômicos propostos por Rodríguez para alavancar a produtividade ampliavam as margens do excedente privado no interior do setor estatal em duas dimensões. Primeiro, na dimensão individual, por meio de um sistema de incentivos materiais para aumento da eficiência de cada trabalhador. Segundo, na dimensão coletiva, com o autofinanciamento das Granjas, ou seja, uma relativa autonomia das propriedades estatais em relação ao próprio Estado que só seria possível com o crescimento do excedente retido na unidade produtiva. Isto fomentaria, como consequência, uma diferenciação social entre os indivíduos e entre diferentes Granjas, no interior de uma economia estatizada. Ao contrário, o sistema orçamentário de financiamento concebido por Guevara convertia todo excedente em orçamento estatal, posteriormente redistribuído. A proposta de Guevara reduzia a autonomia local das unidades produtivas e evitava qualquer forma de diferenciação social.

Diante do impasse entre os dois modelos, Fidel Castro arbitrou para que ambos fossem experimentados:

> Há um momento em que essa polêmica é resolvida por Fidel Castro com a decisão de que um modelo de gestão como o sistema orçamentário que propunha o Che fosse ensaiado em certos setores da economia, fundamentalmente na indústria e comércio exterior, e que o sistema de cálculo econômico se ensaiasse na agricultura e no comércio interior (VALDÉS PAZ, 2011, informação verbal, tradução do autor).

Contudo, segundo Valdés Paz, a dualidade de modelos possuía um equívoco originário. O cálculo econômico foi adotado no setor com menores rendimentos, sem recursos para alimentar o sistema de incentivos e o autofinanciamento. Já o sistema orçamentário foi adotado no setor com maiores rendimentos, com recursos suficientes para um sistema de incentivos que, no entanto, era bloqueado pela centralização radical dos excedentes e pela opção prioritária aos incentivos morais. Como resultado:

> As contradições entre ambos os sistemas tornou cada vez mais difícil conciliá-los em um plano único, assim como seus subsistemas de controle. Por outro lado, a incongruência entre cada sistema e a realidade econômica de seu respectivo setor – inviabilidade de custear os setores de cálculo econômico e rentabilidade nos setores orçamentários – fez cada vez mais supérflua a busca de vantagens baseadas nestas experiências (VALDÉS PAZ, 2009, p. 33, tradução do autor).

De modo geral, entre 1961 e 1964, a sociedade cubana atravessou um contexto de pressão militar internacional e, simultaneamente, lidou com estas controvérsias internas sobre o regime de propriedades. Junto disso, a busca de soluções econômicas aos impasses históricos do subdesenvolvimento e da transição ao socialismo foi limitada pelas estreitas margens de excedente disponível. Conforme a sociedade cubana realizou suas experiências de produção e administração orientadas pelo igualitarismo e pela soberania nacional, esbarrou em obstáculos referentes à produtividade do trabalho e a dependência tecnológica, realizando muitas inflexões nas políticas agrárias. Na realidade, o "pequeno debate agrário" representa um momento particular de uma controvérsia prolongada e constante, que pendula, desde então, entre duas perguntas. Primeiro: qual seria a função do

excedente privado na edificação socialista e como lidar com as diferenciações sociais por ele engendradas? Segundo: como evitar a queda da produtividade do trabalho em um contexto de afrouxamento das forças coercitivas nas relações de produção, em um país limitado pela dependência tecnológica? Até hoje, estas são fontes de inquietações e polêmicas dentro da sociedade cubana.

Referências

ACOSTA, J. La estructura agraria y el sector agropecuario al triunfo de la revolución. **Economía y Desarrollo***,* La Habana, n. 9, p. 50-82, 1972a.

_____. Las Leyes de reforma agraria en Cuba y el sector privado campesino. **Economía y Desarrollo**, La Habana, n. 12, p. 84-115, 1972b*.*

BARRIOS, A. **La ANAP:** 25 años de trabajo. 1. ed. La Habana: Editora Política, 1987.

BETTELHEIM, C. Formas e métodos do planejamento socialista e nível de desenvolvimento das forças produtivas. In: GUEVARA, E. **Textos Econômicos para a transformação do socialismo**. 1. ed. São Paulo: Edições Populares, 1982, V. 8, p. 226-240.

CEPAL. La economía cubana en el periodo 1959-1963. In: **Estudio Económico y Social de América Latina y el Caribe**. 1. ed. Santiago de Chile: CEPAL, 1964.

CHONCHOL, J. **La reforma agraria cubana - realizaciones y perspectivas.** Informe Final de Misión el Gobierno Cubano. La Habana: FAO, 1961.

_____. Análisis Crítico de la reforma agraria cubana. **Trimestre Económico**, n. 117, Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1963, p. 69-143.

_____: depoimento [jul. 2011], Entrevistador: AUTOR. [Santiago de Chile], informação verbal, gravação digital, 70 min.

CUBA. Instituto Nacional de Reforma Agrária. **Cooperativas Cañeras:** Orientación y Reglamento. La Habana: INRA, 1960a.

_____. Criminal incendio de la caña. **Revista INRA**, La Habana, n. 2, 1960b.

DUMONT, R. **Cuba:** socialism and development. 1. ed. New York: Grove, 1970.

FERNANDES, F. **Da guerrilha ao socialismo – A revolução cubana**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FURTADO, C. **Formação Econômica da América Latina.** Rio de Janeiro: Lia Editor, 1969.

GUEVARA, E. **Textos Econômicos para a transformação do socialismo**, 1. ed. São Paulo: Edições Populares, 1982.

_____. **El Gran Debate sobre la economía cubana 1963-1964**. 1. ed. New York: Ocean Press, 2006.

GUTELMAN, M. **A agricultura socializada em Cuba**. 2. ed. Lisboa: Prelo, 1975.

HUBERMAN, L.; SWEEZY, P. **Cuba:** anatomia de uma revolução. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

JIMENEZ, G. **Las empresas en Cuba, 1958**. 1. ed. Miami, Ediciones Universal, 2000.

LÊNIN, V. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo*.* 1. ed. Brasília: Nova Palavra, 2007.

_____. The Tax in Kind. **Collected Works**. Moscow: Progress, 1965, V. 32. Disponível em <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1921/apr/21.htm>. Acesso em 25 maio, 2014, 11:50:00.

MANITZAS, N. El marco de la revolución. In: _____.; BARKIN, D. (Org.), **Cuba: Camino Abierto**. 1. ed. México: Siglo XXI, 1978.

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política**. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, Livro II, Vol.1.

_____. A Nacionalização da Terra. **Obras Escolhidas**. Lisboa/Moscou: Progresso/Editorial Avante!, 1982. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1872/06/15.htm>. Acesso em 25 maio .2014, 12:00:00.

MEDINA, W. Adiós a la aparceria. **Revista INRA**, La Habana, n. 3, p. 82-83, 1960.

PADRINO, R. (org.). **Leyes Agrarias Revolucionarias Promulgadas en 1959**. 1. ed. La Habana: INRA, 1960

PERICÁS, L. B. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2004.

PINO-SANTO, O. **Cuba: Historia y Economía**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

RODRÍGUEZ, C. R. Cuatro años de reforma agraria. **Cuba Socialista**, n. 21, p. 1-30, Maio 1963a.

_____. El nuevo camino de la agricultura cubana. **Cuba Socialista***,* n. 27, p. 71-78, Out. 1963b.

_____. La revolución cubana y el campesinado, **Cuba Socialista**, n. 53, p. 24-53, Jan. 1966.

VALDÉS PAZ, J. **Los Procesos de Organización Agraria en Cuba, 1959-2006**. 1. ed. La Habana: Fundación Antonio Nuñez Jimenez, 2009.

_____: depoimento [jul. 2012], Entrevistador: AUTOR. [Havana], informação verbal, gravação digital, 300 min.

Recebido para publicação em 25 de maio de 2014

Devolvido para revisão em 18 de janeiro de 2015

Aceito para publicação em 18 de janeiro de 2015

Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina[♣]

Raúl Paz
Investigador del CONICET/INDES
Facultad de Humanidades y Cs. Sociales y de la Salud - UNSE
e-mail: pazraul5@hotmail.com

Héctor Lipshitz
Docente investigador da Facultad de Humanidades y Cs. Sociales y de la Salud - UNSE
e-mail: hectorlip@arnet.com.ar

Hugo Raúl Zerda
Docente investigador do Instituto de Proteccion vegetal - Facultad de Cs. Forestales - UNSE
e-mail: hzerda@unse.edu.ar

José Tiedeman
Docente investigador do Instituto de Proteccion vegetal - Facultad de Cs. Forestales - UNSE
e-mail: mann@unse.edu.ar

Resumen

Este trabajo es el resultado de una revisión bibliográfica y de la integración de información derivada de terreno y de satélite mediante sistema de información geográfica. El avance de la frontera agropecuaria, posibilitó entender y comprender los distintos espacios de lucha y disputa, en los que se advierte un progresivo deterioro ambiental, fuertes conflictos por y en la tierra, el debilitamiento de las relaciones sociales y de la diversidad técnica y productiva. La expansión de la frontera agropecuaria se debe a la disponibilidad de tierras agrícolas de bajo costo y sin regularizar, a la rentabilidad económica cortoplacista, a la variación de precios internos y externos y a la presencia/ausencia de pobladores. La expansión de la frontera agropecuaria es la expresión de un capitalismo agrario inspirado en el agro-negocio. El ordenamiento territorial de la agricultura familiar resulta actualmente imprescindible, en él se debe considerar las demandas legítimas de los poseedores y sus capacidades productivas en el tiempo, promoviendo, por sobre todas las cosas, el desarrollo de un ambiente sano y socialmente justo.

Palabras claves: Ordenamiento territorial; frontera agropecuaria; agricultura familiar; deforestación; agronegocio.

Abstract

Agrarian structure, family farming clustering and expanding processes of the agricultural border in Santiago del Estero, Argentina

This work is the result of a thorough literature review and of the integration of information collected on the ground and out of satellite using geographic information system. The

[♣] Este artículo se realizó en el marco del proyecto PICTO 0074 FONCYT – Ordenamiento Territorial: "Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero: aportes para el ordenamiento territorial".

advancement of the agricultural frontier made it possible the understanding and comprehension of the various settings of struggle and dispute where an increasing environmental decline, strong conflicts for and on the land, the weakening of both the social relationships and the technical and productive diversity are all observed. The agricultural frontier extension is the realization of the agribusiness-inspired capitalism brought about by the availability of low-cost and non-regularized lands, the short-term profitability, the variation of internal and external prices, and dwellers presence/absence. It is an imperative today the territorial organization of family agriculture where the legitimate demands of the land-owners and their productive possibilities in time must be considered while at the same time and above anything else the development of a healthy and socially just environment is promoted.

Keywords: Territorial organization; agricultural frontier; family farming; deforestation; agribusiness

Resumo

Estrutura agrária, áreas de concentração da agricultura familiar e processos de expansão da fronteira agrícola em Santiago Del Estero, Argentina

Este trabalho é o resultado de uma profunda revisão bibliográfica e da integração de informação de campo e de satélite através de informação geográfica. O avance da fronteira agropecuária, possibilitou entender e compreender os distintos espaços de luta e disputa pela terra, nos quais se observa uma degradação das relações sociais, da diversidade técnica e produtiva e, uma progressiva degradação ambiental. Esta expansão deve-se a disponibilidade de terras agrícolas de baixo custo e sem regularização; à rentabilidade econômica de curto prazo; à variação de preços internos e externos e à presença/ausência de habitantes. É a expressão de um capitalismo agrário inspirado no agronegócio. Atualmente é imprescindível o ordenamento territorial da agricultura familiar. Este deve considerar as legítimas demandas dos pequenos produtores rurais e de suas capacidades produtivas no tempo, promovendo o desenvolvimento de um ambiente sadio e socialmente justo.

Palavras-chaves: Ordenamento do território; fronteira agrícola; agricultura familiar; desmatamento; agronegócio.

Introducción

Desde una perspectiva amplia, se podría decir que la forma de ocupación del espacio es el resultado de procesos históricos y geográficos que se sostienen, reproducen y reconfiguran a través de los cambios políticos, económicos, sociales, ecológicos y ambientales tanto en el ámbito local como en el contexto internacional (HARVEY, 2003 y 2005; VALENZUELA, 2005).

Al analizar los paisajes rurales se reconoce por un lado, los objetos que le son propios y que provienen de la bondad misma de la naturaleza (la fertilidad del suelo por ejemplo) y por otro lado, los otros objetos que son el resultado del propio trabajo y del proceso productivo (la producción por ejemplo). Por lo tanto la configuración territorial tiene una existencia material propia, pero su existencia real está dada por las relaciones sociales (SANTOS, 2002 y 2006).

Cuando se introduce la dimensión de las relaciones sociales, se incorpora también una intencionalidad de quien ocupa ese espacio geográfico. Desde una perspectiva capitalista, tal intencionalidad suele ser mercantil; es decir que se produce para obtener dinero. Así, tanto el sistema de objetos como de acciones suelen ser más artificiales y ajenos al propio sector rural; desde esta visión el desarrollo rural suele ser pensado a partir

de la incorporación de factores u objetos externos más que de los propios recursos locales entre los cuales se encuentran los factores entregados por la naturaleza pero también aquellos recursos humanos con sus experiencias, historias de vida y cosmovisiones del mundo (PAZ, 2014).

El territorio rural es el escenario de las relaciones sociales desplegadas por múltiples actores (Estado, grupos de organizaciones, pobladores originarios, agricultores familiares, campesinos, empresas locales, nacionales y multinacionales, entre otros) y por lo tanto su capacidad real para apropiarse del territorio también es desigual (MONTANEZ GÓMEZ. Y DELGADO MEHECHA, 1998). La diversidad territorial (múltiples territorialidades con intencionalidades diferentes) da lugar a dinámicas más complejos por disputas del y en el territorio, con sus variados y complejos procesos de conflictualidad (FERNANDES MANÇANO, 2009).

El desarrollo del capitalismo, a través de distintos procesos, como por ejemplo el de la expansión de la frontera agropecuaria va construyendo nuevos territorios a la vez que va también desterritorializando otros, en especial aquellos que no responden a las relaciones sociales de producción propias del capitalismo actual, donde la agricultura familiar constituye uno de los principales actores de las relaciones no capitalistas.

Los debates actuales sobre la cuestión agraria ofrecen interesantes elementos para el análisis del desarrollo capitalista en la agricultura, especialmente el de su impacto sobre el campesinado y su resistencia a desaparecer. De acuerdo a AKRAM-LODHI Y KAY (2009), existen distintas formas de aproximación a la Nueva Cuestión Agraria. Una de ellas y es la que interesa resaltar al momento de analizar la estructura agraria, puede ser llamada la cuestión agraria de las fuerzas de clases. Esta perspectiva pone énfasis en las múltiples relaciones de cooperación y conflictos entre quienes poseen los medios de producción, partiendo de la idea de que el colonialismo introdujo relaciones capitalistas, pero que esto no se dio de una única forma ya que el capitalismo puede convivir e incluso reforzar y recrear otras formas de producción como la campesina por ejemplo.

Una frase muy bonita de Milton Santos, extraído de FERNÁNDEZ MANÇANO (2009) "O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência", sintetiza de alguna manera lo que es la estructura agraria como configuración territorial.

La estructura agraria constituye una manera de ocupación del espacio y se establece como una formación histórica particular que cristaliza relaciones de poder entre sujetos con distintas lógicas de territorialización y portadores de modelos de desarrollo en pugna (FERNÁNDEZ MANÇANO, 2009). En otras palabras refleja la permanente conflictualidad en la disputa por modelos de desarrollo diferentes y muchas veces hasta contrastantes donde la razón de uno implica la desaparición de los otros (hegemonía territorial desde una sola intencionalidad).

A partir de una mayor comprensión de la conformación de las estructuras agrarias, es posible entender los actuales procesos que están relacionados con la ocupación del espacio geográfico por parte de los actores agrarios, que desde la lógica del desarrollo capitalista son marginales (agricultura familiar: campesinos, pueblos originarios, trabajadores rurales sin tierra, entre otros), así como también por aquellos actores que están en concordancia con esa lógica (empresas capitalistas).

Desde esta perspectiva conceptual resulta interesante analizar la estructura agraria de Santiago del Estero por ser una provincia periférica dentro de un país periférico agroexportador. También es un caso interesante de analizar en cuanto presenta una estructura agraria bimodal[1] que expresa no solamente una marcada concentración y polarización de la propiedad; también es la provincia argentina que ostenta el mayor porcentaje de tenencia precaria con posesiones de la tierra sin título legal y una

[1] La distribución poco equitativa del recurso tierra suele denominarse *estructura agraria bimodal*. Dicha estructura es muy similar al resto de América Latina.

participación de las explotaciones campesinas que ronda el 70 % del total de explotaciones agropecuarias.

Estos aspectos vinculados a la tenencia de la tierra, han generado numerosos hechos de conflictividad entre los empresarios del campo y los agricultores familiares. La incertidumbre sobre los derechos de propiedad reconoce su origen en distintos momentos de la historia santiagueña, ya que los mecanismos de apropiación de la tierra pública se hicieron en el marco de un aparato legal que no se preocupó en regular las prácticas de ocupación (BANZATO y ROSSI, 2010; FERNÁNDEZ MANÇANO, 2010; PAZ y JARA, 2012).

Cuando en esa estructura agraria bimodal existe una fuerte presencia de agricultores familiares con persistencia de explotaciones agropecuarias sin límites definidos (PAZ, 2013), los procesos de expansión de la frontera agropecuaria se suele dar a costa de las posesiones campesinas[2]. Nuevamente las dimensiones de la cuestión agraria, la conflictualidad y el territorio cobran vigencia al momento de analizar la estructura agraria y es desde esta perspectiva que se analizarán tales procesos de configuración territorial.

El avance del capitalismo, que se materializa en dicha expansión, evidencia la fuerza con que se va instalando un modelo empresario modernizante y concentrador, muchas veces contrapuesto a aquellos modelos de agricultura familiar que proponen un desarrollo inclusivo, de mayor igualdad de ingresos y ambientalmente sostenible.

Uno de los aspectos centrales para pensar en el desarrollo rural, especialmente en estructuras agrarias complejas y con un importante sector de agricultura familiar, consiste en el efectivo control sobre los recursos productivos, especialmente la tierra, por parte de los sectores rurales más pobres (AKRAM-LODHI y KAY, 2009). El reporte anual del Banco Mundial (WORLD BANK, 2005) reconoce el acceso a la tierra como una cuestión clave para combatir la pobreza rural y la inequidad.

Sobre la base de lo expuesto, el objetivo del artículo es comprender algunas dimensiones que dan cuenta del proceso de territorialización, en especial de las áreas de concentración donde se asienta la agricultura familiar y de los procesos de expansión de la frontera agropecuaria.

Para una mejor compresión, el artículo está organizado de la siguiente manera. En primer lugar se expone una mirada panorámica de la estructura agraria de Santiago del Estero a partir de datos censales. Esto permite dar cuenta de la importancia cuantitativa de los sujetos agrarios que conforman el sector de la agricultura familiar. Posteriormente se examina dicha estructura y su relación con las áreas de concentración de la agricultura familiar delineando algunas hipótesis en relación al desarrollo agrario provincial y la forma de ocupación en el territorio desde una perspectiva histórica, tomando en cuenta las variables de larga duración que ayudan a entender a la conformación del espacio geográfico como un proceso dinámico. En tercer término, se indagan sobre los procesos más recientes de expansión de la frontera agropecuaria para el período 1970/2010, buscando interpretar la forma de ocupación del espacio y sus implicancias más importantes. Aquí es necesario comprender al fenómeno de la expansión de la frontera agropecuaria como proceso de reocupación del territorio desde la perspectiva del modelo dominante de expansión del capitalismo agrario argentino en las últimas décadas*.*

Para el logro de tales objetivos se hace uso de mapas, cartografías e información proveniente de los censos nacionales agropecuarios como también de más de 13.000 registros de agricultura familiar relevados en la provincia. Desde la construcción de mapas se busca localizar y delimitar los procesos vinculados con la distribución espacial de la agricultura familiar.

La interpretación de los procesos de desarrollo agrario o de las transformaciones sociales como la estructura agraria, ubicación espacial de la agricultura familiar y la expansión de la frontera agropecuaria, pueden ser interpretadas a partir de marcos

[2] Un relevamiento desarrollado por técnicos de la Subsecretaría de Agricultura Familiar de Santiago del Estero indica que, hasta la fecha, se identifica alrededor de 70 situaciones de conflictos entre campesinos y empresas agropecuarias en el conjunto territorial provincial.

espaciales, donde la geografía y la historia constituyen disciplinas de convergencia temática desde la cual se pueden construir marcos conceptuales interesantes (HARVEY, 2005).

Estructura agraria de Santiago del Estero: agricultura familiar y explotaciones sin límites definidos

La estructura agraria constituye una formación histórica particular que materializa relaciones de poder y luchas por la ocupación del espacio entre sujetos con distintas lógicas de territorialización, cuya contextualización responde a variables de larga duración y a dinámicas más recientes, como la expansión de la frontera agropecuaria y el acaparamiento mundial de tierra de la última década (PAZ y JARA, 2013).

Históricamente, el patrón de poblamiento en la provincia se organizó sobre los cursos de los dos principales ríos (el Dulce y el Salado) con sus respectivos cauces mientras que por fuera del área de interfluvios húmedos, existía hacia al este, una economía basada en la depredación, ya sea por caza, recolección o pesca (TOGO. 2005).

Con la llegada de los conquistadores, el uso del suelo santiagueño y el tipo de asentamiento humano cambia substancialmente. Las tierras consideradas comunitarias por los nativos pasaron a ser de propiedad privada, ya sea encomienda, merced o particular. En el siglo XVII, las encomiendas son reemplazadas por las reducciones. Y posteriormente (siglos XVIII y XIX), los fortines por las estancias, con espacios cada vez más amplios. Así, se fue conformando una nueva forma de ocupación del territorio por parte de criollos desarrolladas en grandes espacios abiertos y sin límites precisos (TOGO, 2005).

Por consiguiente, muchos de los pueblos surgen sobre la base de la ocupación del espacio productivo de las estancias – en contraposición a las villas o pueblos con mayor concentración de habitantes y que se ubican a la vera de los dos ríos principales.

Hacia fines del siglo XIX, comienza a producirse la denominada colonización agraria, entendida como la ocupación de la tierra por inmigrantes extranjeros impulsada desde los gobiernos federales, dando lugar a un nuevo tipo de poblamiento y a una distribución de la tierra en cuadrículas bien definidas en sus límites. Sin embargo, en Santiago del Estero la colonización agraria quedó limitada a espacios muy reducidos (ejemplo de ello son las instalaciones de las colonias como Selva, Malbrán, Pinto, Bandera, Colonia Dora, Icaño, entre otras).

Mientras que la producción agrícola constituyó la base de la economía en aquellas colonias, en el monte santiagueño se desarrollaría otro estilo de producción y ocupación territorial denominado el *obraje*, es decir, capitales invertidos en los montes santiagueños para explotar las especies maderables, especialmente el quebracho colorado. El carácter extractivo del mismo y el sistema de explotación del hachero comportaron consecuencias socioeconómicas y ecológicas desastrosas en todo el Chaco Sudamericano[3] (DARLGOTZ, 2003).

Por su parte, Tasso señala que tanto la estancia como el obraje generaron *"un régimen social rígido que fortaleció el vasallaje antiguo bajo formas capitalistas y consolidó estilos políticos de tipo patronal*" (TASSO, 2005). Esa configuración social donde se articulan sistemas de servidumbre e integración a la económica de mercado mediante la producción primaria, constituyó la base de la estructura agraria santiagueña.

[3] El obraje alude a un sistema de producción en un contexto histórico regional del Gran Chaco entre finales del siglo XIX y principio del siglo XX. Los obrajes consistieron en instalaciones dentro de los bosques de quebracho colorado para la tala de árboles a gran escala. Una de su característica distintiva era la temporalidad, o sea que la permanencia en un sitio dependía de la abundancia y calidad del quebracho. Consistió en una forma de producción integrada al capitalismo mundial basada en un sistema de enganche y retención de la mano de obra altamente precarizada. El destino de los trabajadores estaba unido a la voluntad del contratista, el capataz o el patrón. En el trabajo participaba toda la familia. Los niños y las mujeres ayudaban al hachero en tareas de limpieza. La actividad de los hombres era complementada con otras actividades del grupo doméstico como el trabajo de las mujeres en lavandería, el cuidado de niños y la venta de comidas. Su dependencia con respecto al aprovisionamiento de mercancías configuró un mercado cautivo de obreros permanentemente endeudados.

Hacia mediado del siglo XX, la explotación forestal perdió la rentabilidad y los obrajes emprendieron su retirada. Por tanto, muchos de los antiguos hacheros permanecieron en esas tierras mediante un proceso de recampenización, aunque sin regularizar, en los términos del código civil, sus posesiones de la tierra. La vulnerabilidad de estos productores sin títulos, expuestos a desalojos, se intensificó durante la década del '60, cuando grandes inversionistas eligieron las tierras fiscales del Chaco Santiagueño como foco de inversión para el algodón, las cuales se recuperaban tras el desastre dejado años antes por los obrajes (DARGOLTZ, 2003).

En consecuencia, los conflictos de tierra por la falta de regularización de la titularidad se fueron expandiendo agravados por causas más inmediatas, de tendencias mundiales, relacionadas a la expansión de la frontera agropecuaria y el acaparamiento de tierra. Sin embargo, los agricultores familiares han desarrollado mecanismos de resistencia económica y política lo cual hace que su presencia continúe siendo relativamente alta hasta la actualidad (PAZ, 2011; PAZ y JARA, 2012; JARA y PAZ, 2013).

Los procesos antes mencionados explican en gran parte la conformación de una estructura agraria, compuesta por 20.948 explotaciones agropecuarias (EAPs) de las cuales 10.830 tienen límites definidos y ocupan un espacio de 5.393.632 hectáreas (Argentina, 2002). El resto, es decir las otras 10.119, son explotaciones sin límites definidos y están distribuidas en un espacio de 7.000.000 de hectáreas aproximadamente.

Lo característico de las EAPs sin límites definidos es la de tener límites imprecisos o no tenerlos. La tierra entonces presenta una situación de precariedad en cuanto a la falta de títulos de dominio que avalen su tenencia. Una de las consecuencias más graves de esta situación es que frente al proceso de expansión de la frontera agropecuaria, dichas tierras se convierten en un territorio de disputa y se dan fuertes conflictos entre las empresas agrícolas, ganaderas y forestales con los poseedores tradicionales de esas tierras (SLUTZKY, 2006). Cabe aclarar que la importancia cuantitativa de las explotaciones sin límites definidos, que en 2002 constituían el 48,30 % del total de explotaciones, se repite en la mayoría de las provincias que componen el Norte Argentino[4] (PAZ, 2006*a*).

Además de la falta de seguridad jurídica que aqueja a los campesinos que vienen trabajando esas tierra por varias generaciones (DE DIOS, 2012), se suma los problemas de desigualdad en el acceso y la distribución de la tierra. La falta de acceso a la tierra y la regularidad de los títulos de propiedad, son aspectos que se relacionan fuertemente con la pobreza rural (AKRAM-LODHi, BORRAS y KAY, 2007). Esta distribución poco equitativa del recurso se materializa en una estructura agraria bimodal (Cuadro 1), muy similar al resto de América Latina.

Cuadro 1 - Porcentaje de EAPs. y hectáreas que ocupan según estrato menor a mayor a 100 hectáreas[5], Santiago del Estero

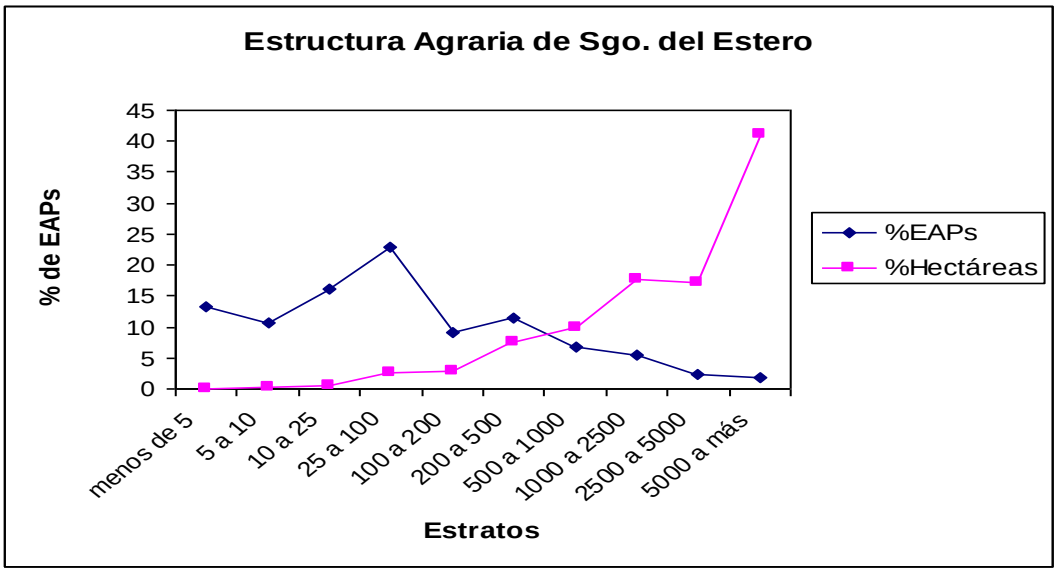
Estratos	*% EAPs.*	*% Hectáreas que ocupan*
Menos de 100 has.	62,90	3,50
De 100 has. a más	37,10	96,50
	100,00	100,00

En el Gráfico 1 se puede ver con más detalle la distribución de las EAPs a partir de estratos de productores.

[4] Para Jujuy representa el 55 %, Salta el 46 %, La Rioja 28 %, Catamarca el 27 %, Formosa el 10 % y Chaco el 7 % y en menor proporción Corrientes, Tucumán y Misiones.

[5] El Minifundio en la Argentina constituye uno de los trabajos pioneros en el intento por cuantificar a este tipo de explotaciones. Dicho documento considera a las explotaciones minifundistas o campesinas a aquellas menores a 10 hectáreas que se ubican en la zona de riego y 100 hectáreas para aquellas establecidas en el área de secano. El corte de 100 hectáreas fue tomado bajo ese criterio.

Gráfico 1 - Estructura agraria de la provincia de Santiago del Estero por estratos



Santiago del Estero se caracteriza también por presentar uno de los más altos porcentajes de unidades campesinas dentro de su estructura agraria. PAZ (1994), utilizando información proveniente del ARGENTINA (1988), considera a las explotaciones campesinas desde el punto de vista operativo, a todas aquellas unidades que poseen una cantidad determinada de tierra y sus límites varían en función de la ubicación espacial de las mismas, según departamentos. Ello sólo es para las explotaciones con límites definidos, mientras que las explotaciones sin límites son apreciadas en su totalidad como campesinas. El mismo abordaje metodológico fue utilizado con los datos provenientes del ARGENTINA (2002) a los efectos de hacer comparable tal información.

Cuadro 2 - Número de explotaciones campesinas, discriminada por límites definidos y sin definir y variación porcentual sobre la base del Censo Argentina 1988 y 2002, Santiago del Estero

Santiago del Estero	Total EAPs		
	Argentina 88	Argentina 02	Var %
Explotaciones Agropecuarias Totales	21.122	20.949	- 0,82
EAPs campesinas con límites definidos	4.992	4.096	- 17,5
EAPs campesinas sin límites definidos	9.329	10.119	8,47
EAPs campesinas totales	14.321	14.215	- 0,07
% EAPs campesinas con respecto al total	67,80	67,80	0

Los datos muestran entonces que el número de las explotaciones totales se ha mantenido constante. Estos valores distan mucho de parecerse a la dinámica del capitalismo de la región pampeana (MANZANAl, 1995) donde prácticamente para el mismo período se han perdido más de 60.000 explotaciones agropecuarias (PAZ, 2006*b* y 2011) y donde los "*pools*" de siembra y los contratos constituyen una nueva modalidad y muestran una fuerte centralización en términos de distribución de la tierra (MURMIS y MURMIS, 2012).

Por su parte, las explotaciones campesinas en su conjunto también se mantuvieron constantes en Santiago del Estero durante el período entre 1988 y 2002, observándose una pequeña disminución en las EAPs campesinas con límites definidos y un aumento en las EAPs sin límites.

Pese a la importancia cuantitativa de las explotaciones campesinas en la estructura agraria santiagueña, no han recibido mucha atención y su verdadero significado ha sido subestimado por los sistemas de ciencia y técnica como también por el Estado.

Distribución y áreas de concentración de la agricultura familiar

Los censos nacionales agropecuarios usan la categoría de explotaciones agropecuarias (EAPs) y no existe una conexión directa entre las estadísticas agrarias y la agricultura familiar; tampoco con la campesina. Ello exige entonces, de un esfuerzo inferencial tanto conceptual como metodológico, al momento de buscar captar y cuantificar a estos actores sociales agrarios. Es por ello que en distintos momentos del artículo se observa el uso de los términos campesinos o agricultura familiar, aspecto que está en función del tipo de información censal que se maneja y la forma en que ha sido construida.

Es por ello que constantemente se observará durante el desarrollo del texto una cierta tensión entre estos dos términos (agricultura familiar y campesino); sin embargo se utilizará más el término AF puesto que es el que ha sido adoptado por el propio Registro Nacional para la Agricultura Familiar (RENAF).

El concepto de agricultura familiar[6] es más abarcativo, mas amplio que el de campesino; en todo caso lo incluye a éste. "Bajo la denominación de agricultura familiar se encuadran distintos conceptos que se han usado o se usan en diferentes momentos (también *en contextos regionales y de formación histórico-social diferentes; el agregado es nuestro*), como son: pequeño productor, minifundista, campesino, chacarero, colono, productor familiar y, para este caso, también los campesinos y productores rurales sin tierra y las comunidades de pueblos originarios" (Extraído del Documento del Foro Nacional de la Agricultura Familiar: Año 2006, pág. 3).

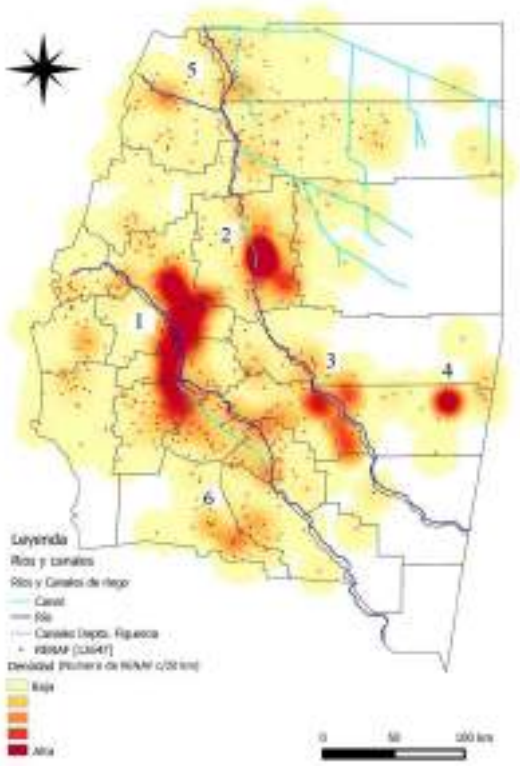
La distribución espacial de la agricultura familiar en Santiago del Estero se presenta en el Mapa 1, este fue confeccionado a partir de la base de datos derivados de 13.072 encuestas en el marco del Registro Nacional para la Agricultura Familiar (RENAF). La Delegación de Santiago del Estero de la Sub Secretaría de Agricultura Familiar realizó el procesamiento con los 13.072 RENAF relevados hasta mediados del 2012. Para ello, se conformó un equipo técnico en el Centro de Formación para la Agricultura Familiar (CEPAF) conjuntamente con el Instituto de Estudios Sociales (INDES) de la Universidad Nacional de Santiago del Estero, que diseñó una matriz (119 variables por 13.072 registros) en el que cada uno de los registros fue georeferenciado y ubicado en el espacio de la geografía provincial[7].

El mapa presenta la ubicación espacial de las encuestas; también se resalta el sistema hídrico (ríos y canales) de la provincia.

[6] En PAZ (2014) se busca interpretar al término agricultura familiar desde tres dimensiones que son vinculantes y que buscan abarcar la complejidad del término: la dimensión académico-científca, la técnico-operativa y la político-epistemológica. El análisis de manera crítica de estas tres dimensiones pone énfasis en la percepción controversial sobre categorías como minifundista, campesino, pequeño productor, empresa familiar y farmer, que de una u otra forma constituyen la base de esta nueva categoría.

[7] Actualmente existe una publicación que lleva por título "*La agricultura familiar en Santiago del Estero. Cuantificación y Análisis a partir de los datos del RENAF*" (PAZ, DE DIOS y GUTIERREZ; 2014) que entrega una caracterización general del sector, con datos totales y promedios acerca de su importancia demográfica, de sus principales actividades productivas, de la magnitud y origen diversificado de sus ingresos, de las formas de tenencia de la tierra y de algunos indicadores de la infraestructura y equipamiento disponibles.

Mapa 1 - Áreas de concentración de la agricultura familiar a partir de la geo referenciación de los 13.072 encuestas del RENAF (Registro Nacional de AF)



En primer lugar se observa una concentración importante de agricultura familiar sobre la línea de los dos ríos; el Río Dulce al sur y el Río Salado al norte (líneas azul oscuro).

En el área de riego del Río Dulce, la cual está comprendida por cinco departamentos que rodean a la capital (1), se observa la concentración más importante de agricultura familiar que acompaña a la propia infraestructura de distribución del riego.

Algo similar se observa para las áreas regadas del Río Salado, aunque debe señalarse que éstas tienen su infraestructura deteriorada, lo que define al servicio de riego como eventual. Ello comprende el área de riego del Dpto. Figueroa (2) y Avellaneda (Sistema de riego Colonia Dora) (3). Otra concentración importante de explotaciones en secano de la Agricultura Familiar se observa en la localidad de Los Juries (4) en el Dpto. Taboada. En el noroeste (5), existe una pequeña área de riego eventual alimentada por el Río Horcones (Dpto. Pellegrini). Es significativa, pero de menor densidad, la concentración de la AF en los Dptos. Ojo de Agua y Quebrachos (6), en las zona serrana al sur de la provincia.

Es llamativo en el paisaje de la distribución de la agricultura familiar, observar toda la zona este santiagueña, escasamente poblada por este tipo de agricultor. Este aspecto se puede relacionar con la presencia/ausencia de monte. Gran parte de la agricultura familiar de secano (sin riego) se ubica en la zona norte de la provincia donde aún hay monte nativo que les permite a estos agricultores familiares el despliegue de distintas estrategias productivas. Tales estrategias suele hacerse sobre la base de recursos que provee el monte, ya sea leña, carbón, madera y también como oferta forrajera para el desarrollo del ganado caprino y bovino principalmente.

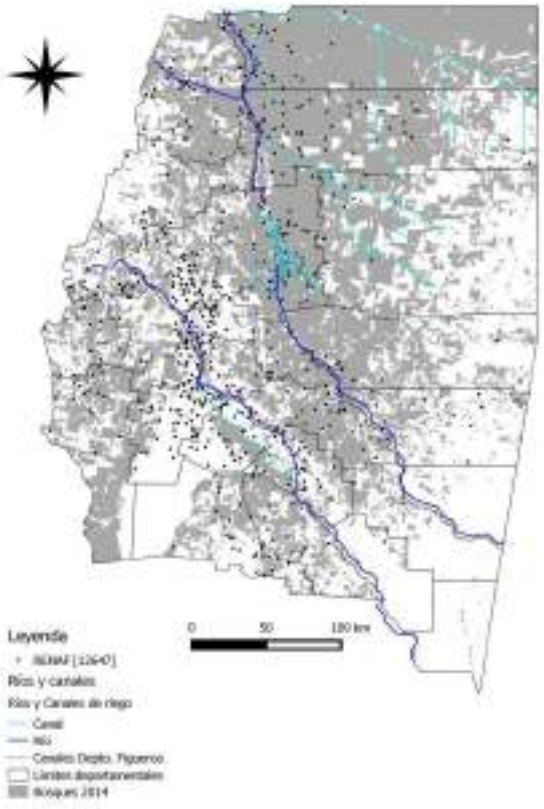
Los datos relevados por el RENAF para los 13.072 NAF, dan cuenta de la existencia de una cantidad considerable de especies ganaderas, evidenciando una amplia difusión de la actividad pecuaria en general. En consecuencia, el manejo y el uso del recurso pecuario sigue siendo un dato clave al momento de entender la vigencia del sector de la agricultura familiar en la provincia. El rol de la ganadería en las economías campesinas es un tema que

aunque conocido (ORSKOV y VIGLIZZO, 1994), aún no se ha logrado desarrollar un corpus teórico sobre ella. Según RÍOS OSCA (1992) “el aporte de la ganadería en las economías campesinas es una realidad todavía sin teoría”.

Cuadro 3 - Cantidad de animales por especie, participación de las explotaciones agropecuarias familiares (EAF) en % para cada especie y promedio de animales por explotación

Especies	Número de cabezas	% EAF con esa especie	Promedio de animales por EAF
Aves	301.713	84	27
Caprinos	322.607	65	38
Porcinos	53.657	60	7
Equinos	25.441	42	5
Bovinos	86.995	39	17
Ovinos	44.584	17	19
Mulares	2.651	8	2
Colmenas	17.241	1	92

Mapa 2 - Distribución espacial de la agricultura familiar a partir de las 13.072 encuestas del RENAF (Registro Nacional de AF en puntos negros) y su relación con la distribución espacial del Bosque Chaqueño semiárido (superficie en color gris)



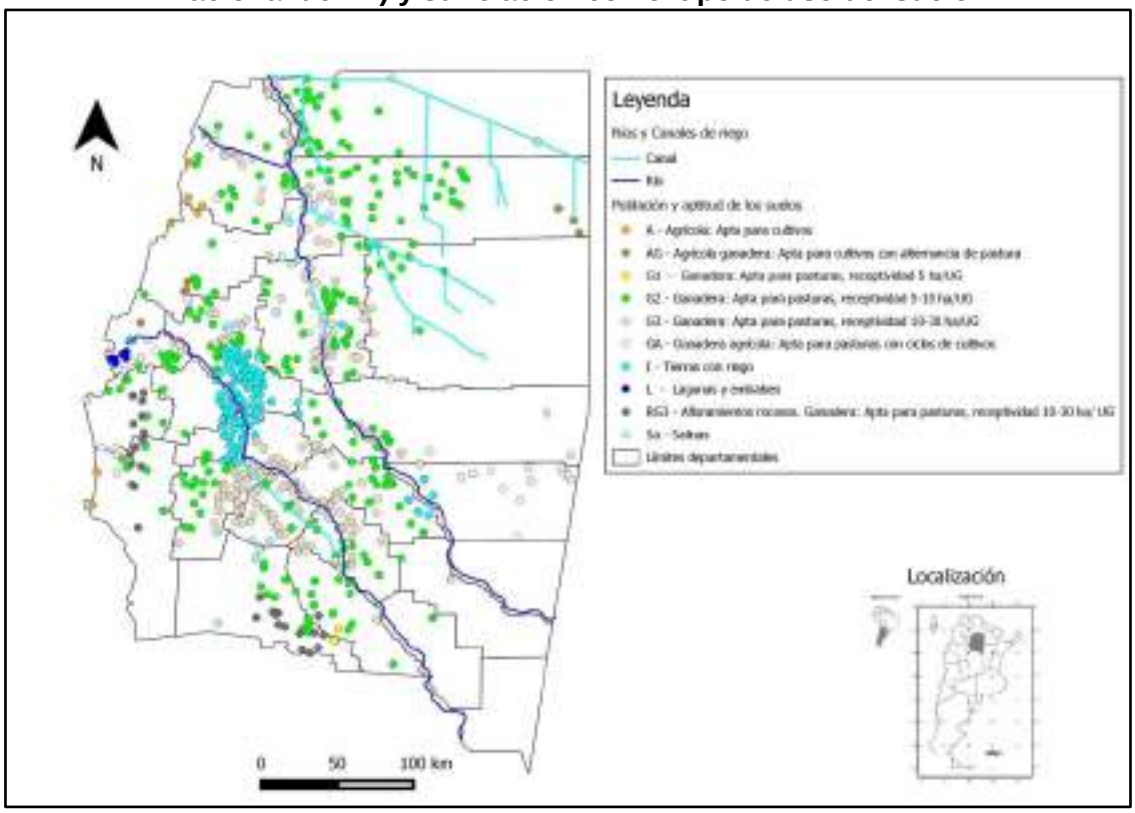
La base de la persistencia por parte de estos actores agrarios, al igual que muchos campesinos ubicados en amplios espacios, radica en las grandes extensiones de tierra asociada a la presencia de un sistema pecuario considerable junto a un proceso de escasa mercantilización. Concretamente, la ganadería a monte de ganado vacuno, caprino y ovino constituye una estrategia productiva extendida entre los pequeños productores que no

aparece en la imagen satelital; ésta solo muestra la superficie como bosque nativo (los bosques implantados son casi inexistentes en la provincia).

La dimensión pecuaria y su movilidad en grandes extensiones, resultan elementos claves para el mantenimiento de estos sistemas, donde los procesos de mercantilización/no mercantilización son incluidos en las estrategias productivas y reproductivas.

La parte del *este* provincial conforma un espacio geográfico con fuerte presencia de empresas agropecuarias que participan en la expansión de la frontera agropecuaria que se viene dando desde principios de 1970.

Mapa 3 - Distribución espacial de la AF de las 13.072 encuestas del RENAF (Registro Nacional de AF) y su relación con el tipo de uso del suelo



En el Mapa 3 se puede observar que una parte considerable (más del 90 %) de la agricultura familiar se encuentra distribuida en suelos con menor aptitud agrícola, excepto la zona de Los Juríes.

Según el relevamiento citado, el 82 % de los productores familiares no tiene represas, el 70 % no posee agua para riego y el 16 % no posee agua para el consumo animal. Con respecto a los servicios básicos el 35 % tiene electricidad, el 22 % agua de red y el acceso de gas es prácticamente inexistente, donde el 94 % de las familias usa como combustible la leña y el carbón (PAZ, DE DIOS y GUTIERREZ, 2014).

La distribución espacial de los agricultores familiares explica también los fuertes conflictos que se dan por la tierra entre los propios agricultores y los distintos agentes (inversionistas, empresarios, entre otros) que propician la expansión de la frontera agropecuaria. Asociado a estos conflictos está la falta de seguridad jurídica sobre la tierra por parte de los productores familiares, campesinos y pueblos originarios que no han podido acceder a las escrituras de dominio individuales o comunitarias (SLUTZKY, 2006, DE DIOS, 2012).

Así para el total de 13.072 explotaciones relevadas de la agricultura familiar el 31 % presentan propiedad privada, el 67 % posesión sin títulos y el 2 % con otras formas de tenencia como arredamiento, aparcería o mediería (PAZ, DE DIOS y GUTIERREZ, 2014).

La importante presencia de pobladores en el espacio geográfico, en combinación con una tenencia precaria de la tierra y el proceso de avance de la frontera agropecuaria, resultan el principal motivo de la proliferación de conflictos entre empresarios y campesinos.

Según un estudio del Observatorio de Derechos Humanos de las Comunidades Campesinas de la Subsecretaría de Derechos Humanos de la Provincia, entre el año 2004 y el año 2011 se registraron unos 420 reclamos por conflictos producidos a raíz del problema de tierras. En la gran mayoría de los casos se trata de conflictos registrados en tierras con y sin límites definidos, que están en situación de posesión. Los reclamos hacen referencia al avance o a la usurpación de la tierra en posesión, al incorrecto accionar de la policía y de la justicia, a las clausuras de accesos a caminos, escuelas, fuentes de agua y a las amenazas con guardias armados. La superficie total registrada, en situación de conflicto, asciende a las 475.101 hectáreas (PAZ, DE DIOS y GUTIÉRREZ, 2014).

Expansión de la frontera agropecuaria desde una perspectiva regional

La expansión de la frontera agropecuaria es un fenómeno de ocupación, reocupación y reorganización de un territorio. Es la expresión de un modo de capitalismo agrario que se expande desde la región con mayor dinamismo capitalista (región pampeana) hacia regiones con un desarrollo capitalista más lento (el NOA en este caso). VALENZUELA (2012) expresa que “El advenimiento de estos nuevos agentes productivos, oriundos y residentes en otras provincias del área pampeana, atraídos por los bajos precios de la tierra, generó la ruptura de la cadena comercial en las localidades del interior, por cuanto la renta agrícola se salió del circuito local. Los nuevos agentes productivos cordobeses y santafesinos encontraron en el área sudoeste del Chaco extensiones suficientes para expandirse, (ya que esa zona del Chaco, no registró una subdivisión tan marcada como el área central, donde se concentra el minifundio) y conjugaron la tecnología de insumos y procesos -contratada- con la toma de tierras en arrendamiento por un año o dos, disponiendo de liquidez para pagar de forma adelantada la renta del campo, antes de comenzar la implantación”.

El proceso de expansión de la frontera agropecuaria en la provincia del Chaco tiene rasgos similares a lo sucedido en la provincia de Santiago del Estero, incluso en la magnitud de tierras desmontadas y presencia del cultivo predominante (la soja).

En el mapeo de las superficies sembradas puede apreciarse que hay un elemento geográfico de continuidad entre el sudoeste del Chaco y el este de Santiago, continuidad que se dio primero con la expansión del algodón entre los años 1994-1998, y luego con la soja cuando esta la reemplazó en esa zona. Los intereses y actores empresariales son de los mismos grupos, a uno y otro lado de la frontera interprovincial, aunque puede observarse que los centros de servicios asociados (desmotadoras de algodón primero; luego, silos, insumos) se radicaron en el Chaco (Gancedo). Cabe aclarar que los datos productivos de los años 2010-13 señalan que Chaco sigue siendo la 1º provincia algodonera y Santiago la 2º, aunque en esta región haya sido parcialmente sustituido por soja y maíz; lo mismo ocurre con las fronteras interprovinciales con Tucumán, Salta y Santa Fé.

En relación al NOA, la estación experimental Obispo Colombres con sede en Tucumán señala que el mayor crecimiento en hectáreas sembradas se produjo en Salta y Santiago del Estero, provincias que presentan una mayor cantidad de tierras con posibilidad de incorporarse al cultivo. Jujuy y Catamarca crecieron en proporción de manera significativa, pero en hectáreas (valor absoluto) el número no es sustancial comparando con el resto. Tucumán tuvo una tasa de crecimiento intermedia, la que estuvo más bien vinculada con la escasa disponibilidad de tierras.

Cuadro 4 - Evolución de la superficie cultivada en hectáreas con soja en la Región del Noroeste Argentino (NOA), a partir de los datos 2000/01 - 2010/11

Provincia	2000/01	2010/11	Crecimiento de la superficie en %
Sgo. del Estero	521.576	1.048.330	101,2
Salta	322.427	603.445	87,1
Tucumán	241.016	273.265	13,4
Catamarca	34.343	51.825	50,9
Jujuy	Sin datos	12.330	
NOA	1.129.362	1.989.195	76,1

Para el período considerado, el crecimiento de la soja (el principal cultivo responsable de la expansión de la frontera agropecuaria en el NOA, aunque no el único), tuvo su mayor expresión en Santiago del Estero y Salta, duplicándose las superficies sembradas.

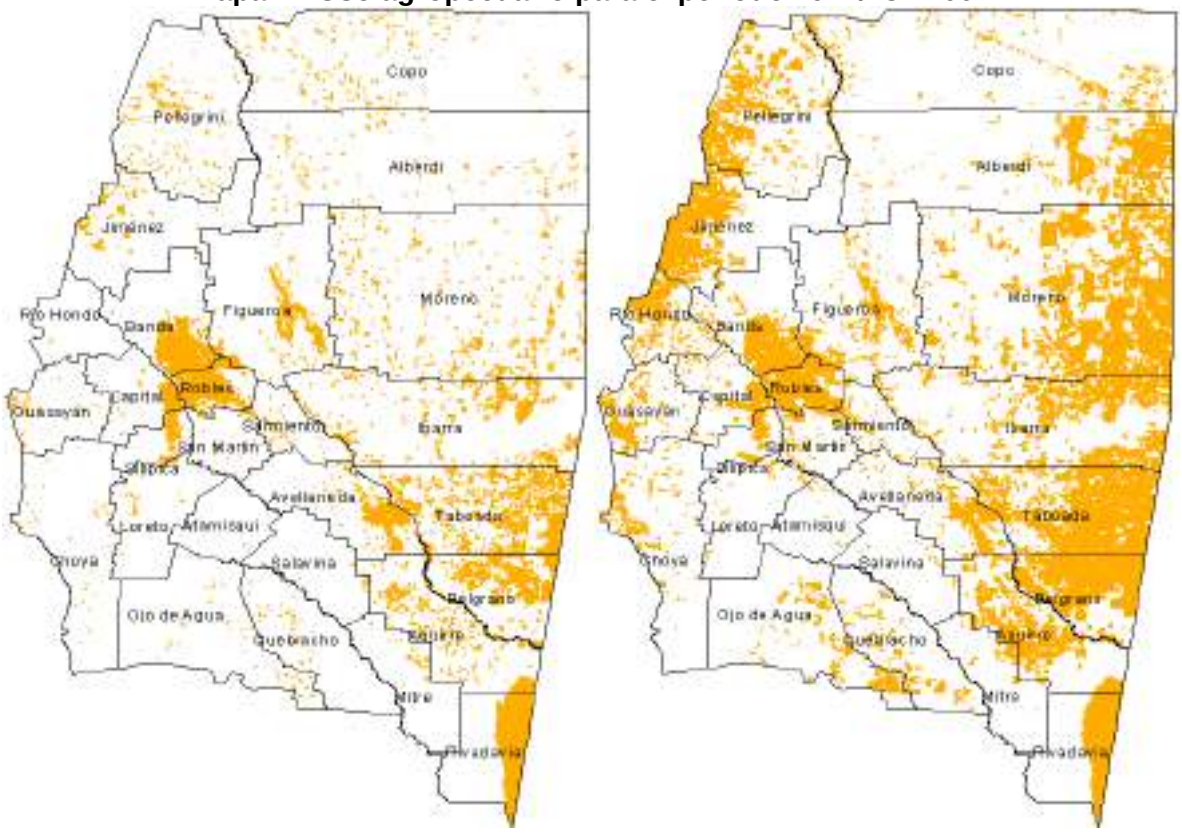
La dimensión territorial de la expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero

La región del Chaco argentino, es conocida por sus bosques xerofíticos, amplia variabilidad climática, distribuida predominantemente sobre una gran planicie y en menor proporción en ambientes serranos del oeste-suroeste. La provincia de Santiago del Estero, incluida totalmente en esta formación, presenta una superficie de tierras forestales de 8,31 millones de ha, de las cuales 6,28 corresponden a bosques en diversos estados de aprovechamiento (SAYDS, 2005). En la provincia predominan las condiciones semiáridas, con grandes variaciones en factores climáticos como la precipitación (BOLETTA *et al.*, 1982). Justamente bajo estas condiciones agroclimáticas es donde se inicia a mediados de los años 80, el modelo actual de expansión agropecuaria de grandes superficies en el centro-oeste provincial (ZERDA, 1991).

A partir de finales de los años 90 comienza una segunda etapa del proceso, en una verdadera situación de deforestación provincial (ZERDA y MOREIRA, 2006). El incremento de las precipitaciones en regiones limítrofes con otras provincias más húmedas (los extremos este y oeste), asociados a precios favorables de los *comodities* de la región pampeana, principalmente la producción de soja y carne bovina para exportación, conjuntamente con las importantes mejoras tecnológicas, en particular la siembra directa y el mejoramiento genético de semillas, fueron las principales causas que dispararon un importante proceso de deforestación

Según el trabajo de ZERDA y MOREIRA (2001) desde 1972-78 al 2002, 1,55 millones de hectáreas han sido deforestadas en la provincia de Santiago del Estero; los departamentos en donde este fenómeno se manifiesta con mayor intensidad (crecimiento del INOC) en el período analizado son: Belgrano: 40,6%; Taboada: 37,5 %; Robles:28,2%; Jiménez: 26,6%; Moreno: 25,0 %; Aguirre: 23,5 % (Mapa 4).

Mapa 4 - Uso agropecuario para el período 1972/78 - 2002



El mapa de la izquierda muestra la situación espacial en 1972/78 por la ocupación con cultivos; a la izquierda la situación en el año 2002. En 30 años (1972-2002) la expansión de la superficie para la producción agropecuaria se ha incrementado notoriamente, mientras que el área con monte a decrecido en 1,55 millones de hectáreas. En paralelo al incremento de la producción agrícola también se dio un aumento de la actividad ganadera, aún en los departamentos que expandieron la agricultura. En Santiago del Estero y en contraste con la región pampeana, no se generalizó la figura del "pequeño rentista"[8] como sucedió en las provincias que componen la región de la pampa húmeda, sino más bien la ocupación y la posterior apropiación de tierras que comprenden las explotaciones sin límites definidos ocupada por los campesinos desde tiempos lejanos.

A la conformación espacial de la expansión de la frontera agropecuaria se le puede incorporar una dimensión temporal. Así es posible identificar al menos tres períodos de expansión/contracción de las grandes superficies incorporadas a la producción agrícola y ganadera y su correlato de grandes desmontes de bosque nativo[9]:

- la década de los años 70: en el departamento Belgrano (Bandera). Superficies que se desmontan para agricultura doble propósito (sorgo) y ganadería vacuna.
- la década de los años 90: en sudeste, noroeste y este provincial. Superficies destinadas a la producción agrícola extensiva con cultivos como el algodón, maíz, sorgo, trigo, soja, con su correlato en provincias limítrofes.
- desde el año 2000 en adelante: ampliación de la superficie agrícola en las mismas áreas anteriores, extendiéndose hacia el interior provincial (zonas con menos

[8] En la zona de Los Juríes, (Departamento Moreno) hay conocimiento que en los últimos años se dieron casos de pequeños arriendos a contratistas más chicos que vienen del sur y "juntan campo", trabajando varios lotes cercanos con el objeto de lograr escalas de producción.

[9] En el fenómeno de expansión de la frontera agropecuaria no se consideran las áreas desmontadas con fines de riego. Estas fueron pensadas como áreas de colonización para pequeños y medianos productores, además su extensión es relativamente modesta frente a los grandes campos desmontados para actividades agropecuarias de secano.

precipitaciones). El principal cultivo es la soja, aunque también crece el maíz, el trigo y la ganadería vacuna, no así el algodón (Ver Cuadro 5).

Cuadro 5 - Superficie cultivada con granos y algodón en el NOA y en Santiago del Estero para la campaña 2010-11

Provincia	Soja	Maíz	Trigo	Algodón	Total
Sgo. Estero	1.048.330 (54,2%)	381.220 (19,7%)	401.945 (20,8%)	102.150 (5,2%)	1.933.645 (100%)
Total NOA	1.989.195 (56,1%)	633.695 (17,9%)	805.300 (22,7%)	112.065 (3,2%)	3.540.255 (100%)
Participación Santiago (%)	52,7	60,2	49,9	92,0	54,6

Fuente INTA – EEA Santiago del Estero

En Santiago del Estero, estos 4 principales cultivos suman 1.933.645 ha. La soja es el de mayor ocupación (54,2%). El trigo está asociado a la soja, como cultivo de invierno que contribuye a preparar la cama de siembra directa (actividad trigo-soja). Excepto el trigo, los demás cultivos utilizan preferentemente semillas genéticamente modificadas.

La provincia de Santiago del Estero, es la que cuenta con las mayores superficies en el NOA asociadas a al expansión de los principales granos de la región pampeana (54,6%), lo cual muestra su condición de zona transicional (o marginal según algunos autores) de la región templado húmeda al chaco subhúmedo y semiárido.

Sin embargo la ocupación del territorio por parte de estos cultivos no se dio de manera homogénea. Por el contrario, se concentró fuertemente en el este de la provincia y es donde en la actualidad se observa (Ver Mapa 2) la ausencia de monte nativo conjuntamente con una muy baja concentración de agricultura familiar.

Cuadro 6 - Distribución geográfica de la superficie cultivada con granos y algodón en Santiago del Estero (Campaña 2010-11)

	Soja	Maíz	Trigo	Algodón	Total
Noreste	467.210	218.720	143.290	62.150	891.370
Sudeste	398.410	90.775	181.610	8.500	679.295
Total Este	865.620	309.495	324.900	70.650	1.570.665
Total Sgo.	1.048.330	381.220	401.945	102.150	1.933.645
Participación Este (%)	82,57	81,19	80,83	69,16	81,2
Resto de la provincia (%)	17,43	18,81	19,17	30,84	18,80

Fuente INTA – EEA Santiago del Estero

Como se mencionó anteriormente, la mayor parte de la expansión de la frontera agrícola se hizo a partir de la soja, trigo, maíz y algodón. Estos cultivos se concentran en el este provincial y explican el 81,2 % de su participación; sin embargo es importante destacar que ésta expansión de la frontera agrícola es el resultado de procesos similares que se dan en zonas contiguas a las provincias del Chaco y Santa Fe.

Una breve caracterización sobre la dinámica productiva en el este santiagueño, permite tener una idea del tipo de explotación agropecuaria. En general, predominan los

campos grandes, con viejos (Depto Belgrano, Bandera) y nuevos desmontes (Dpto Moreno, Quimilí; Dpto Taboada, Los Juríes). La agricultura se realiza con contratistas de maquinarias (a porcentaje de cosecha y de servicios) (DE DIOS, 2012); hay también propietarios que realizan rotaciones con ganadería vacuna y siembran sorgo doble propósito (cosecha y pastoreo) y pasturas perennes megatérmicas (*Panicum máximum*, *Chloris gayana*, entre otros). El 18,8% restante de la superficie ocupada por estos cultivos, está ubicada casi en su totalidad en la zona del noroeste provincial (soja, maíz), en las cercanías de la frontera con la provincia de Tucumán (Dptos. Jiménez, Pellegrini).
Hay también algunos lotes sembrados con soja en el sur provincial, cerca de la localidad de Sol de Julio (Dptos Ojo de Agua, Quebrachos), en la zona fronteriza con la provincia de Córdoba, en campos de grandes extensiones (estancias).

En estos modelos productivos extensivos, las inversiones prediales son escasas. Con un planteo de corto plazo que introduce pocas gramíneas y con un ritmo de deforestación acelerado. Todo indica un proceso de baja sustentabilidad local que se hará visible cuando los precios decaigan y en consecuencia el beneficio económico también disminuya.

En otros momentos de la historia agraria santiagueña ya hubo síntomas similares entre 1994-98 en el sudeste de la provincia, cuando se expandió el algodón en grandes superficies, que luego quedaron como campos abandonados cuando bajó el precio internacional. Muchos de esos campos desmontados son los que otros empresarios consiguieron luego como tierra barata para hacer soja.

Tipologías de la expansión de la frontera agropecuaria: una crítica hacia la pampeanización como proceso homogéneo

La expansión de la frontera agropecuaria en la provincia se dio a partir de un fuerte proceso de agriculturización[10] que fue acompañado también con la actividad de cría de invernada y engorde bovino (ROFMAN, 2012). Este proceso de agriculturización se dio a partir de cultivos que son propios de la región pampeana (comprendido por las provincias de Santa Fe, Córdoba, Entre Ríos, Buenos Aires y La Pampa), por lo cual lleva el nombre de *pampeanización*. Este fenómeno de pampeanización no sólo muestra la introducción de cultivos que resultan foráneos a las condiciones socioagroclimáticas de la propia región como es el noroeste argentino, sino además constituye una extensión del capitalismo agrario moderno pampeano a otras zonas, imponiendo su propia lógica y en consecuencia modificando los patrones de asentamiento, ocupación del territorio y circuitos de distribución de los beneficios, entre otros aspectos.

Sin embargo, aunque el concepto de pampeanización resulta útil para entender los procesos de expansión de la frontera agropecuaria en el norte argentino, éste puede llegar a incurrir en ciertas simplificaciones y percepciones erróneas. La lógica del modelo del desarrollo capitalista en el agro pampeano, basado en la ampliación de escala, intensificación de capital a partir de la incorporación de las innovaciones tecnológicas y el aumento de productividad del trabajo, lleva a pensar que las mismas causas provocarán siempre los mismos efectos. Es entonces más que esperable que la penetración del capital desde los grandes emprendimientos privados y empresariales, genere un escenario de gran uniformidad y homogeneidad en la estructura agraria donde la destrucción y por ende la desaparición de las explotaciones de la agricultura familiar constituya un hecho inexorable.

En Santiago del Estero se pueden observar distintos tipos de procesos de expansión de la frontera agropecuaria. Ellos reconocen a su interior diversas heterogeneidades, dependiendo de los momentos históricos, actores intervinientes, calidad del suelo, tipos de tenencia de la tierra con sus conflictos, perfiles productivos y el grado de densidad de

[10] Se entiende al fenómeno de agriculturización como un proceso donde existe un fuerte predominio de la producción agrícola por sobre la producción ganadera. Ahora bien cuando en este proceso de agriculturización es el cultivo de la soja el principal rubro productivo, entonces se suele hablar del proceso de sojización.

agricultores familiares presentes en el territorio, que ameritan ensayar una tipología que los caracterice con mas precisión.

- *Tipología 1 - con gran predominio de la agriculturización*: iniciada en la década de 1970, en el departamento Belgrano y Gral. Tabeada (Bandera y aledaños), originalmente desmontando para producciones mixtas (agrícolas ganaderas). Luego en la década del 90, entrando desde Tucumán hacia el noroeste (Dptos. Pellegrini, Jiménez y parte de Río Hondo); ingresando desde el Chaco y Santa Fé en el este provincial, primero con el cultivo de algodón (Dpots. Gral. Taboada, Moreno, Alberdi; con centros de servicios en Los Juríes, Quimilí, Sachayoj, y aledaños). Desde el año 2000 en adelante reemplazado por la soja de 1º, trigo-soja de 2º y el maíz. Grandes desmontes en grandes campos que modificaron ampliamente el paisaje original, modelo productivo mecanizado y extensivo, capitales extraprovinciales con tecnología importada desde la región pampeana. Desaparición casi completa de las explotaciones campesinas, excepto pequeñas áreas como en Los Juríes.

- *Tipología 2 – con predominio de la agriculturización, con la presencia de enclaves de la agricultura familiar y campesina*: se trata de una zona contigua a la anterior, pero desplazada más hacia el oeste, con mayor riesgo de cosecha (localidades como El Aspirante, Campo Toledo, Libertad, Casares, Yuchan). También prevalecen los campos grandes, con amplios desmontes, algunos con actividad mixta. En esa geografía pueden encontrarse pequeñas localidades en donde viven comunidades que han quedado "encerradas" por las grandes propiedades. Tienen pequeñas parcelas o cercos en donde crían sus animales y siembran para el autoconsumo; a menudo ofrecen su fuerza de trabajo a las estancias contiguas. En este tipo la frontera agrícola está en movimiento o expansión, son las zonas de ampliación mas reciente y ya presentan una continuidad territorial con la tipología anterior.

- *Tipología 3 – con presencia de campos "nuevos", mixtos, ganaderos vacunos y cultivos doble propósito (sorgo, maíz, en secano), eventual aprovechamiento de la madera*: también es un modelo basado en la gran extensión, mas desplazado hacia el centro de la provincia, en áreas con menores precipitaciones. En el territorio se advierte un verdadero mosaico de lotes desmontados y cercados, con bosque nativo en distintos estados de degradación. En estos últimos hay numerosas comunidades campesinas que tienen sus ganados (cabras, vacas) en monte abierto o parcialmente cercado; son frecuentes los conflictos por la propiedad de la tierra. Son zonas con menor infraestructura pública, con dificultades para vincularse con los mercados, aún así hay inversiones de capitales extra provinciales que apuestan a futuras revalorizaciones del precio de la tierra.

- *Tipología 4 - con predominio de las explotaciones de la agricultura familiar; campesinas, de pueblos originarios*: es posible advertir su presencia mayoritaria en los departamentos del norte y centro de la provincia, (Dptos. Copo, Alberdi, Figueroa, Ibarra, Avellaneda, Salavina), con mayor concentración a la vera del Río Salado. En esta región se conservan las mayores superficies de bosque nativo en mejor estado de conservación. Todavía no se advierte claramente un fenómeno de expansión de frontera, pero sí hay numerosos ejemplos de grandes empresas que han comprado o intentan comprar tierra con presencia de conflictos.

Conclusiones

La expansión de la frontera agropecuaria es un fenómeno de carácter regional (NOA), con mayor desarrollo en la provincia de Santiago del Estero (mas del 50% de la superficie), debido a una importante disponibilidad de tierras "baratas" y condiciones agro

ecológicas en parte de su territorio que resultan aptas para la aplicación del paquete tecnológico desarrollado en la región pampeana. Así entender la expansión de la frontera agropecuaria en la provincia requiere, en una primera instancia, de la comprensión más amplia de los procesos que se están dando fuera de los límites provinciales y en especial en las provincias vecinas.

La expansión no solo se limita a la actividad agrícola sino también hay una expansión de la frontera ganadera vacuna. Sin embargo la dinámica de los procesos a partir de la agricultura y ganadería, son muy diferentes. Así, la expansión sobre la base de la producción bovina es más lenta por el carácter biológico de la actividad y en consecuencia el retorno del capital y las inversiones también. La ganadería principalmente está avanzando sobre zonas en donde existen importantes concentraciones de población campesina y genera numerosos conflictos. Santiago del Estero a la fecha tiene más del 50% de las existencias de ganado vacuno del NOA, y este proceso va en crecimiento, lo que resulta en posibles conflictos en el corto plazo.

Siguiendo con la dinámica, la frontera agropecuaria muestra, a lo largo de estas últimas décadas, ciclos de expansión y contracción; dicho en otros términos, el desarrollo de la frontera agropecuaria suele darse por pulsos y no de manera homogénea tanto espacial como temporalmente. La sustitución de una actividad productiva por otra, expectativas de rentabilidad económica de corto plazo, modificaciones en los niveles de precios internos como internacionales de los productos involucrados, especulación en la compra de tierras por tener títulos de dominio sin regularizar o poco claros, presencia/ausencia de pobladores en el territorio donde se está dando el fenómeno, son algunas de las situaciones que explican la dinámica y tipo de expansión.

La llamada expansión de la frontera agropecuaria en la provincia es sin dudas la expresión de un capitalismo agrario que reproduce o extiende un modelo inspirado en el agronegocio, que está más cerca de responder a las fuerzas del mercado que a una planificación ordenada del espacio territorial. Por tal motivo el ordenamiento territorial debe tener en cuenta como primera medida, la cuantificación del sector de la agricultura familiar y su posterior distribución espacial, estableciendo su capacidad productiva actual y potencial en el territorio. Estos aspectos conjuntamente con el acelerado proceso de ocupación de la tierra, desarrollado por las empresas inversoras que vienen protagonizando el avance de la frontera agropecuaria, permite entender y comprender los distintos espacios de lucha y disputa, en los que se advierte un progresivo deterioro de la sostenibilidad ambiental condicionada por el monocultivo de la soja, fuertes conflictos por y en la tierra, el debilitamiento de las relaciones sociales y de la diversidad técnica y productiva, entre otros.

En síntesis, es necesario pensar en un ordenamiento territorial tendientes a conformar una estructura agraria que no sólo satisfaga a las demandas legítimas de los poseedores, sino también que promuevan un desarrollo ambiental y socialmente justo. Esto lleva a pensar en una propuesta que incluya de forma activa a la agricultura familiar, donde se reconozca, se problematice y se celebre la diversidad cultural y económica.

Referencias

AKRAM-LODHI, BORRAS B., KAY C. **Land, Poverty and Livelihoods in an Era of Globalization: Perspectives from Developing and Transition Countries**. Londres, Inglaterra: Routledge. 2007.

AKRAM-LODHI, H. AND KAY, C. **Peasants and Globalization**. Ed. Routledge. Londres. 2009.

ARGENTINA. INDEC. **Censo Nacional Agropecuario 1988**. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos. Secretaría de Planificación. Tomo Provincia de Córdoba. 1988. [Links]

_____. NDEC. **Censo Nacional Agropecuario 2002**. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos. Ministerio de Planificación Federal. Tomo Provincia de Córdoba. 2002. [Links]

BANZATO, G. Y ROSSI, M. C. **El mercado de tierras en las fronteras interiores argentinas. La expansión territorial de Buenos Aires y Santiago del Estero en la segunda mitad del siglo XIX**. América Latina en la Historia Económica, N° 34, 7-34. 2010.

BOLETTA, P. E.; ACUÑA, L. R. y DE MOYA, M. L. Y. **Análisis de las características climáticas de la provincia de Santiago del Estero y comportamiento del tiempo durante la sequía de la campaña agrícola 1988/89**. INTA, EEA Santiago del Estero/UNSE, A4/92. 1992.

DARGOLTZ, R. **Hacha y Quebracho. Historia ecológica y Social de Santiago del Estero***.* Santiago del Estero. 2003.

DE DIOS, R. **Ordenamiento territorial e inclusión social en Santiago del Estero**. Revista Realidad Económica Nº 268. Buenos Aires. Ed. IADE. 2012.

FERNANDES, MANÇANO, B. Sobre a Tipologia de Territórios In: SAQUET, Marco Aurélio e SPOSITO, Eliseu Sáverio (orgs). Territórios e Territorialidades. Teoria, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES MANÇANO, B. **Cuestión agraria: conflictualidad y desarrollo territorial**. Paper presented in seminars at the Lincoln Center Institute of Land Policy and in Havard University on access to land and rural conflicts in Brazil,. 2004.

FERNANDES MANÇANO, B. **Territorios en disputa: campesinos y agribusiness**. http://www.acciontierra.org/IMG/pdf/Bernardo_halifax_esp.pdf. 2010

HARVEY, D. **Espacios de esperanza**. Madrid. Ed. Akal. 2003

_____. **El "nuevo" imperialismo : acumulación por desposesión**. Socialist register. Buenos Aires. CLACSO. 2005. http://biblioteca.clacso.org.ar/clacso/se/20130702120830/harvey.pdf.

JARA, C. y PAZ, R. O**rdenar el territorio para detener el acaparamiento mundial de tierras. La conflictividad de la estructura agraria de Santiago del Estero y el papel del estado.** En Revista Proyección Nº 15, pág.171-195. Publicado por el CIFOT. Argentina. 2013

MANZANAL, M. **Globalización y ajuste en la realidad regional argentina: ¿Reestructuración o difusión de la pobreza?**. Revista Realidad Económica Nº 134. Argentina: IADE. 1995

MONTANEZ GÓMEZ, G. Y DELGADO MEHECHA, **O. Espacio, territorio y región: conceptos básicos para un proyecto nacional**. Cuadernos de Geografla, Vol. VII, No. 1 -2, Bogotá, Colombia. 1998

MURMIS, M. y MURMIS. M. **El caso de Argentina**. En Soto Baquero, F y Gómez S. Dinámicas del Mercado de la Tierra en América Latina y el Caribe: Concentración y Extranjerización. FAO. 2012

ORSKOV y VIGLIZZO E. **The role of animals in spreading farmer´s risks: a new paradigm for animal sciencie**. Outlook on Agriculture Vol. 23. 1994

PAZ, R. **Aproximación cuantitativa del sector campesino en la provincia de Santiago del Estero**. Santiago del Estero: Programa Social Agropecuario - Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca de la Nación. 1994

_____. **¿Desaparición o permanencia de los campesinos ocupantes en el noroeste argentino? Evolución y crecimiento en la última década**. Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies Vol. 31, No. 61. Canadá. 2006a.

_____. **El campesinado en el agro argentino: ¿repensando el debate teórico o un intento de re conceptualización?.** *European Review of Latin American and Caribbean Studies* n. 81, pp. 65-85. Amsterdam: CEDLA. 2006b.

_____. **Agricultura familiar y procesos de transformación en el agro argentino: una contribución al debate sobre el futuro del campesinado**. Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe Nº 91: 49- 70. Ed. CEDLA (Centro de Estudios y Documentación Latinoamericanos). Ámsterdam. 2011.

_____. **Explotaciones sin límites definidos y desarrollo rural en Santiago del Estero: hacia un ordenamiento**. Realidad Económica Nº 277. Ed. IADE. Buenos Aires. Argentina. 2013.

_____. **¿Qué es la agricultura familiar? Algunos intentos conceptuales para su comprensión**. Realidad Económica Nº 281. Ëd. IADE. Buenos Aires. Argentina. 2014

_____.**Agricultura familiar y sus principales dimensiones: la pampeanización del término.** Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios Nº 41 – Ed. UBA. Buenos Aires, Argentina. 2014

_____. y JARA, C. **El campesino en Santiago del Estero (Argentina): la pobreza de un sector que se resiste a desaparecer (1988-2002)**. Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural Nº 12. Zaragoza. España. 2012.

_____. y JARA, C. **Las nuevas dinámicas de los antiguos conflictos de tierra en regiones extrapampeanas**. Revista Fenix, Nº 27, pág. 33-43. Ed. Fenix. Buenos Aires, Argentina. 2013.

_____, DE DIOS, R. Y GUTIÉRREZ, M. **Los núcleos de agricultores familiares en Santiago del Estero. Su cuantificación y análisis a partir de los datos del Registro Nacional de Agricultura Familiar**. Ed. Magna. Tucumán. 2014.

RÍOS OCSA, B. **Ganadería y economía campesina. La importancia de los animales en los sistemas tradicionales de producción en la Sierra Sur de Cusco**. Ed. Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas. Cusco. Perú. 1992.

ROFMAN, A. **El avance de la frontera agrícola en regiones extrapampeanas**. Revista Fenix, Nº 12, pág. 104-112. Ed. Fenix. Buenos Aires, Argentina. 2012.

SANTOS, MILTON. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos;1)
SANTOS, MILTON. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha; SILVA, Carlos Alberto Franco da; et alii. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

SAyDS. **Primer Inventario Nacional de Bosques Nativos.** Informe Regional Parque Chaqueño. Proyecto Bosques Nativos y Áreas Protegidas BIRF 4085-AR. Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable, Ministerio de Salud y Ambiente, Argentina. 2005.

SLUTZKY, D. **Situaciones problemáticas de tenencia de la tierra en Argentina**. Documento PROINDER. Ministerio de economía y producción. Argentina. 2006.

TASSO, A. **Vida humana y organización social en condiciones de escasez.** En *Santiago del Estero, una mirada ambiental*. Santiago del Estero: UNSE-Facultad de Ciencias Forestales. 2005.

TOGO, J. **Asentamientos humanos y aprovechamiento de los recursos en Santiago del Estero**. En: *Santiago del Estero, una mirada ambiental*. Santiago del Estero. UNSE-Facultad de Ciencias Forestales. 2005.

VALENZUELA, C. **Transformaciones y conflictos en el agro chaqueño durante los 90. Articulaciones territoriales de una nueva racionalidad productiva**. Mundo Agrario Vol. 5 N° 10. Universidad Nacional de La Plata. Ed. Centros de Estudios Históricos Rurales. 2005.

WORLD BANK. **Annual Report.** Disponible En: http://siteresources.worldbank.org/INTANNREP2K5/Resources/51563_English.pdf 2005.

ZERDA, H. **Monitoreo y evaluación de los desmontes en el noroeste de Santiago del Estero a través del uso de imágenes satelitales MSS Landsat**. 1ras Jornadas de Ciencia y Técnica del NOA, CICyT-Universidad Nacional de Santiago del Estero, 1991.

_____ y MOREIRA, L. **Monitoreo del avance de la frontera agropecuaria en el Chaco Argentino**. En: Anais do VII Seminario de Atualização em Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Aplicados à Engenharia Florestal. Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. 2006.

Recebido para publicação em 16 de março de 2015

Devolvido para revisão em 07 de junho de 2015

Aceito para publicação em 15 de julho de 2015

Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán

David Gallar Hernández
Professor da Universidad de Córdoba

Rosemeire Aparecida de Almeida[1]
Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
e-mail: raaalm@gmail.com

El alimento de las luchas campesinas y por la soberanía alimentaria son las incontables prácticas que recorren el mundo reclamando el derecho a producir, comer y vivir dignamente, de forma sostenible. Allí están grabadas y están siendo exploradas las bases para una democratización radical, comunitaria e inclusiva de cómo la humanidad puede satisfacer armoniosamente sus necesidades básicas. Pero también es justo destacar que dichos caminos emancipatorios se sostienen desde la reflexión, la sistematización, el acompañamiento y la memoria de personas como Eduardo Sevilla Guzmán. Eduardo nos sigue aportando claves para entender, críticamente, el sistema agroalimentario en su conjunto. Durante tres décadas, este catedrático, ahora jubilado de la Universidad de Córdoba (España) pero no de la agroecología, ha estado visibilizando saberes y manejos colectivos y locales que hacen posible una agroecología emergente. Y emergente tiene aquí un doble sentido. Por una parte, el que le otorga Boaventura de Sousa Santos: construir una sociología aplicada que permita visibilizar y potenciar aquellas iniciativas que pueden cambiar el mundo, que pueden devolvernos dignidad desde la diversidad. Y, por otra parte, aludimos también a la interpretación freireana de que "el mundo no es, el mundo está siendo". Es decir, el mundo siempre está en "emergencia", y nuestro posicionamiento en la vida cotidiana, en la esfera de producción o en el ámbito académico nos obliga a estar atentos y atentas a las innovaciones que surgen, así como a la renovación de dialécticas materiales, políticas y culturales que se dan en este mundo desigual.

Eduardo Sevilla fundó a comienzos de la década de los 80 el Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC). Con sede en la Universidad de Córdoba, tiene tres décadas de andadura aportando investigaciones empíricas en torno a la Agroecología y desarrollando una actividad de permanente encuentro a partir de sus programas de doctorado y de maestría. Su producción transdisciplinar está marcada por el hacer y el decir de los movimientos rurales y campesinos en América Latina y en Andalucía, fundamentalmente. Partiendo de una crítica del Desarrollo, el ISEC fue moviéndose desde la Sociología Rural hacia una arqueología más global de cómo el poder atraviesa los sistemas agroalimentarios (mundializados), y cómo hacemos los humanos para resistir y proponer otros sistemas más habitables. Siempre desde un énfasis en el protagonismo de las luchas agroecológicas y desde la investigación acción participativa.

Ángel Calle Collado
UCO/ISEC. Córdoba-ES, Primavera de 2015.

[1] Entrevista realizada por David Gallar Hernández (Universidad de Córdoba) y Rosemeire Aparecida de Almeida (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista de Estágio Sênior da Capes Proc. N° 17662-12-5) el día 23 de abril de 2014, en la casa del Prof. Eduardo Sevilla Guzmán, en Córdoba-ES. Transcripción hecha por Nieves Rayo Martínez y Daniel Marfil Vara.

Rosemeire Almeida: PROFESOR EDUARDO, CUÉNTENOS SU TRAYECTORIA DE INVESTIGACIÓN CON EL CAMPESINADO ANDALUZ.

Eduardo Sevilla: Voy a empezar a contároslo porque precisamente estoy preparando aquí, y me voy a guiar por eso, un curso que voy a dar en la Universidad de La Matanza en Argentina, una de las universidades de Buenos Aires y me han pedido precisamente que cuente cómo empecé lo que fuimos haciendo, cómo se fue actualizando y tal. Hablo de la génesis de la agroecología pero en la praxis campesina de Latinoamérica y Andalucía desde el apoyo académico del ISEC. Empiezo contando las primeras acciones de acompañamiento que desde el ISEC empezamos a hacer a gente que estaba en el campo enfrentándose de alguna manera al manejo industrial. Apareció en aquel momento unas comisiones sindicales de jornaleros que estaban luchando por la reforma agraria, fijaros esto es en los años ochenta, y su lucha era conseguir tierra porque el gobierno andaluz, socialista, había propuesto llevar a cabo una reforma agraria y ellos iban a reivindicarla. Buscaban fincas que estaban abandonadas, entraban y las ocupaban. Hacían primero ocupaciones simbólicas y yo me enteré de eso. En el año setenta y cinco empezaron esas ocupaciones y yo cuando llegué al ISEC, pues nada más llegar y colocar mis cosas y tal y sin haber empezado a trabajar ni nada me dijeron “hay una ocupación simbólica en Cádiz” y yo cogí y me fui con el coche corriendo para allá. Entonces encontré un grupo de gente que se había metido en una finca y habían puesto tiendas y entré con ellos y dije “yo quiero apoyar esta acción que hacéis y vamos a empezar, voy a empezar a trabajar en la Universidad de Córdoba y queremos acompañaros en vuestras reivindicaciones y tal”, y dijeron “ah, bueno muy bien” y empezamos ahí. Fue el primer contacto que tuve con esta gente. Entonces a las cinco o seis horas de haber empezado la conversación, vino la Guardia Civil y nos echó a todos. Nos echó pegándonos porque no querían irse, pero nos fuimos. Nos quedamos fuera y cuando se fue la policía entramos otra vez y la ocupamos de nuevo. Al día siguiente volvieron a echarnos y así empezó esta serie de reivindicaciones, empezaron a multiplicarse las ocupaciones por varios grupos y hubo como seis o siete fincas que los dueños no fueron a reclamar. Entonces esas fincas se quedaron ahí y allí se establecieron los primeros puntos de una reivindicación de ocupaciones rurales para obtener la tierra. A mí lo que más me llamó la atención de aquello es que empezando a hablar con ellos, empezando a tener una amistad, ellos se definían así mismos como “campesinos sin tierra” y decían que eran campesinos sin tierra porque la tierra que había allí era de sus abuelos, de sus antepasados y ellos lo sabían y estaban intentando recuperarla porque se la habían quitado y, efectivamente, el proceso de desamortización a través del cual se empezaron a llevar a cabo la apropiación latifundista de la tierra implicaba haber quitado los bienes comunales que tenía toda la gente y que utilizaban como algo normal. Entonces tenían razón en su reivindicación y yo empecé a buscar cómo justificar desde el punto de vista académico aquello que hacían y empezar a buscar en el pensamiento social agrario una justificación académica de todo aquello que hacían y buscando los antecedentes. Así empezamos a tener las primeras discusiones con ellos. Claro, lo que yo encontré se basaba en el pensamiento marxista y libertario fundamentalmente y empezamos a discutir ese tipo de cosas. Ellos tenían una base teórica importante de eso porque todos provenían de reuniones que había habido en intentos de crear partidos políticos de izquierdas vinculados al Partido de los Trabajadores. Pero después en los años noventa la reforma agraria fue un fracaso total y de allí surgió un movimiento muy fuerte ya organizado que fue un sindicato que se llamó el SOC, el Sindicato de Obreros del Campo, y desde entonces el ISEC se centró en apoyar a ese sindicato y trabajar con él.

David Gallar: EMPEZÁSTEIS A APOYAR AL MOVIMIENTO SINDICAL DE LOS JORNALEROS, Y, ADEMÁS DEL ACCESO A LA TIERRA, ¿CUÁL ERA LA PROPUESTA DE LOS JORNALEROS?

Eduardo Sevilla: En aquellas fincas que habían sido ocupadas y que seguían manteniendo ellos el trabajo, ellos querían primero recuperar las semillas autóctonas de cada lugar, no

querían utilizar las semillas modernas, querían utilizar las semillas de ese lugar. Y era imposible porque no había por ningún lado y entonces montamos varios viajes para ir a buscar en qué sitio podíamos encontrar las semillas y tuvimos que ir y obtuvimos las semillas de sitios donde había semillas conservadas. En Valencia me acuerdo que fue. Entonces recuperamos sus semillas y empezamos a meterlas allí pero aquellas semillas estaban conservadas in vitro, se degradan bastante y tardan mucho en ponerse en marcha. Entonces, el volver a trabajar con las semillas fue toda una experiencia, porque hubo que buscar las personas mayores que tenían esas semillasy poco a poco fueron adaptando aquellas semillas que habíamos llevado y a recuperar sus semillas autóctonas que fue un proceso muy largo, muy interesante, aquello fue toda una aventura. Así fue como empezamos de aquellas reuniones que teníamos con la gente de empezar a intentar recuperar, preguntando a los viejos, el manejo que hacían de los recursos naturales en cada sitio y cómo empezaban a poner en cultivo… Esas fueron las primeras experiencias de agroecología que se hicieron. Nosotros apoyábamos, no teníamos ni idea de cómo hacían las cosas, pero estábamos ayudándoles e intentando apoyar con lo que nosotros sabíamos desde el punto de vista de lo que nos habían enseñado en agronomía, apoyarles con su conocimiento local, que fue lo que movió todo realmente. Nosotros lo que hacíamos era llevar cosas a los laboratorios, analizar tierras, analizar cosas, ayudarles en lo que podíamos. Pero el tipo de manejo, cómo lo hacían y esas cosas, surgió de ellos. Y así apareció el primer estilo de manejo de los recursos naturales agroecológico específicamente andaluz, igual que en distintos lugares de Latinoamérica fueron apareciendo formas de manejo específicamente de cada lugar.

David Gallar: ¿CÓMO FUE EL PROCESO DE VINCULACIÓN CON AMÉRICA LATINA DESDE ANDALUCÍA?

Eduardo Sevilla: Una cosa que me llamó mucho la atención fue que ellos querían establecer contacto con sus hermanos del “tercer mundo”, querían vincularse con los movimientos campesinos que ellos sabían que existían en Latinoamérica porque había un cura, que se llamaba Diamantino García, que era un líder, vivía en un pueblo que se llamaba Los Corrales y que estuvo en Francia mucho tiempo exilado. Luego se fue a Latinoamérica, trabajó mucho tiempo por allá y luego se vino aquí y se puso como párroco de su pueblo pero tenía contactos con Latinoamérica. Él sabía de todas las movidas que había allí en aquel momento y se lo había contado a ellos. Entonces ellos querían establecer un puente con lo que pasaba en Latinoamérica… Para mí fue muy bonito porque a través de eso empecé a vincularme con los movimientos que había en Latinoamérica.
En 1981 hubo un primer congreso al que yo asistí en Nicaragua en la época del sandinismo, y a mí me invitaron a ese congreso y a Manuel Pérez Yruela que estábamos trabajando en el ISEC. Nos invitaron a los dos y no sabíamos por qué nos habían invitado a aquello pero fuimos, claro. Conseguimos dinero para poder ir allí, teníamos una invitación para asistir a un encuentro sobre la reforma agraria y los movimientos campesinos en Latinoamérica. Entonces, cuando llegamos allí fuimos a dar conferencias que nos pidieron. Yo di una conferencia, Manolo dio otra. Había muchos norteamericanos que trabajaban en Latinoamérica, había gente como Gliessman y todos estos que habían trabajado mucho en Latinoamérica, y eran como si fueran latinoamericanos. Aunque realmente casi todos provenían de universidades de Estados Unidos, porque allí se daban clases en castellano también y tenían este tipo de inquietudes. Entonces bueno, después de dar las conferencias en determinados momentos nos quedábamos solos, los conferencistas que nos llamábamos y todo el mundo desaparecía y nosotros estábamos extrañados : “¿Qué pasa aquí? ¿Por qué hacen esto?”, y en un determinado momento veo a Diamantino, al cura este que os digo, que estaba allí al fondo y vino y me dio un abrazo: “¡Eduardo!”. Y a partir de ese momento nos invitaron, a Manolo Pérez Yruela y a mí, a que fuéramos a las reuniones que estaban haciendo. Estaban creando una cosa que se llamó la CLOC, la Confederación Latinoamericana de Organizaciones Campesinas e Indígenas, y participamos en aquello que había. Fue muy lindo, fue una experiencia preciosa.

Nosotros a la vuelta de allí empezamos a trabajar con la gente de los sindicatos y pensamos que el apoyo más importante podía venir de lo que en aquel momento se estaba creando en Latinoamérica. Aquí no había organizaciones no gubernamentales, y creamos la primera organización no gubernamental que se hizo en Andalucía que se llamó ASPA y otra que creó Diamantino, específicamente porque él trabajaba mucho con Marruecos, para apoyar al movimiento que había allí que se llamó "Entre Pueblos". Fueron las dos primeras organizaciones no gubernamentales que hubo allí. Así fue como empezamos a establecer las primeras vinculaciones con gente que venía de Latinoamérica para ver lo que nosotros estábamos haciendo en las ocupaciones, cómo trabajábamos y qué es lo que hacíamos. Esta gente que venía, años más tarde, fíjate, crearon la organización del MST - yo me enteré porque en uno de los congresos que fui en Latinoamérica me encontré a varios que estaban, habían estado, cuando se creó la CLOC y vi que eran los mismos.

Rosemeire Almeida: ¿CÓMO SE CONCRETÓ ESA VINCULACIÓN CON LATINOAMÉRICA?

Eduardo Sevilla: Empezamos a hablar y a establecer contactos y se estableció la primera interacción entre el movimiento jornalero aquí para hacer acciones conjuntas. Fue una dinámica muy interesante que se fue creando. ¿Qué es lo que hicimos nosotros? En aquel momento creamos lo que se llamaban Comités de Apoyo al MST y luego los Comités de Apoyo al Movimiento Zapatista que apareció en México. Empezaron en Andalucía, pero luego en toda Europa empezaron a crearse y fue un elemento de apoyo muy importante para sus reivindicaciones tan importante hasta el punto que cuando el movimiento zapatista quiso venir a Europa y mostrar lo que estaban haciendo y establecer una caravana que recorrió toda Europa, eso terminó en Andalucía en una finca que se llamaba "El Indiano" que era una de las fincas ocupadas que había. Entonces allí fue la clausura de aquel recorrido que hicieron. Lo que ellos llamaron el "Encuentro Intergaláctico contra el Neoliberalismo y por la Humanidad" que tuvo lugar allí, en "El Indiano".
Todo esto que estaba funcionando de esa forma quisimos darle una dimensión más institucional, entonces yo recuerdo que Miguel Altieri organizó una reunión en Chile, financiada por la FAO, para tratar de definir algo que él estaba intentando hacer que era definir la agroecología. Para eso convocó a una serie de gente de distintos países que estaban haciendo cosas de ese tipo. En aquella reunión que hubo en Santiago de Chile fue donde conocí a Freddy Delgado, de AGRUCO en Bolivia, a la gente de México, había varios también que contactamos de distintos países de Latinoamérica que estaban haciendo cosas de agroecología. Nosotros contamos lo que estábamos haciendo en Andalucía y fue la primera confrontación que hubo entre lo que se hacía allí y lo que se hacía aquí desde el punto de vista académico. Quisimos fortalecer eso intentando, creamos entonces el programa de posgrado, la maestría de Agroecología. Aquí había un programa de doctorado, era un programa de doctorado sobre temas sociológicos pero le metimos por primera vez el nombre de agroecología y empezamos a buscar personas de aquellos que habíamos contactado por Latinoamérica, buscar becas para que pudieran venir aquí y hacer sus tesis doctorales y, al mismo tiempo, hacerlas sobre las experiencias que estaban haciendo allí. Así fue como vino Freddy Delgado, como vino Nelson Tapia que fue el primero de todos los bolivianos, como los mexicanos que vinieron después. Se establecieron convenios con sus universidades para establecer vínculos más fuertes y empezamos a sistematizar un poco a través de esas tesis doctorales. Realmente eran tesis doctorales que tenían un producto académico final aquí pero que lo que buscaban era reforzar las experiencias que estaban teniendo lugar en Latinoamérica. Todos eran de lugares donde había gente trabajando, apoyando, acompañando a los movimientos agroecológicos. Y las tesis eran un elemento de fortalecimiento porque establecían un puente y una vinculación para conseguir fondos para ellos, cosas de ese tipo, lo que podíamos hacer.

David Gallar: LA PARTICIPACIÓN JUNTO A LOS CAMPESINOS TIENE QUE VER CON EL RESCATE DE LAS SEMILLAS Y TAMBIÉN TIENE LA PARTE DE LA LUCHA MÁS

POLÍTICA, COMO EN LATINOAMÉRICA, POR EL ACCESO A LA TIERRA Y EL CAMBIO DE MODELO AGRARIO, ¿NO?

Eduardo Sevilla: Vamos a ver. La vinculación política existía desde un principio porque todo este movimiento surgió, como he contado antes, de las ocupaciones de tierra, de la reivindicación de la tierra. El gobierno andaluz quiso apoyar algunas reivindicaciones y luego se asustó y se echó para atrás y dejó a toda esta gente que estaba allí sin realmente llevar a cabo ninguna transformación real. Al principio se generó una expectativa brutal. Pero se echaron para atrás y no hicieron nada al final.
Entonces esa dimensión política apareció desde un principio y eran ocupaciones que cuestionaban la legitimidad de la propiedad que tenía los latifundistas y lo reivindicaban como algo suyo: por eso se llamaban "campesinos sin tierra". Esa dimensión existía desde un principio y era una lucha anticapitalista ¿Por qué? Porque ellos querían generar una manera de producir que se enfrentara al manejo industrial de los recursos naturales donde estaba regido por la lógica del lucro y por la búsqueda de los mercados convencionales. Donde había una extracción del excedente, ellos creaban mercados alternativos que eran lo que buscaban y así empezaron a crearse las primeras asociaciones de productores-consumidores de productos ecológicos de Andalucía -que lo que hacían era crear mercados alternativos para crear eso. O sea, esa reivindicación política existía porque era un enfrentamiento al capitalismo y a la modernidad, lo que se trataba era de dar visibilidad a todas aquellas experiencias que no utilizaban el mercado convencional y que tenían mucha fuerza en muchas partes del mundo y que no se veían. Ellos reivindicaban eso.

Rosemeire Almeida: ¿LA REFORMA AGRARIA CONTINÚA SIENDO UN TEMA IMPORTANTE EN ANDALUCÍA?

Eduardo Sevilla: Sigue vigente totalmente, claro. La Reforma Agraria sigue siendo un tema y será siempre un tema importante en Andalucía. El problema que hay es que la degradación política que ha habido de la democracia impide que se pueda llevar a cabo nada así... La democracia ha perdido su naturaleza. Vivimos dentro de un sistema de dominación política que impide que se lleven a cabo transformaciones de ese tipo; desde el punto de vista pacífico es imposible llevar a cabo eso. Y en aquel momento lo era porque la democracia era una herramienta que estábamos utilizando para llevar a cabo. Hay que tener en cuenta que es el momento de la transición política en España y era un momento en el que la democracia podía haber tenido un cariz de tipo socialista, que es lo que se reivindicaba. Pero en ese momento el socialismo del PSOE se degrada, y deja de existir como tal, y es una pantomima como hay ahora que abraza el neoliberalismo. ¿Qué vamos a hacer? Por supuesto que tiene vigencia, claro que tiene vigencia. Pero tiene vigencia el enfrentamiento globalmente al capitalismo en que vivimos y eso existe todavía y está funcionando, claro que sí.

David Gallar: ¿CUÁL ES EL SUJETO POLÍTICO QUE RECLAMA AHORA EN ANDALUCÍA?

Eduardo Sevilla: Yo creo que el error es pensar que hay un sujeto político. Eso es algo que históricamente se creaba cuando el marxismo reivindicaba un sujeto político. Ahora mismo hay multitud de sujetos políticos que se unen de una manera dispersa para crear una forma de enfrentamiento múltiple que aparece por muchos lados, pero no hay un sujeto político revolucionario, no, por desgracia eso ya no es así. Los movimientos sociales históricos que existen en Latinoamérica están funcionando con fuerza en ese sentido. Acá en Andalucía, en España, lo que había eran las asociaciones de productores-consumidores de productos ecológicos que tenían esa dimensión pero ahora mismo aquí no tiene sentido eso, no aparece por ningún lado. ¿Hay gente que piensa de otra manera y que quiere actuar? Sí, pero aquí estamos anestesiados por el consumo y por todo. Aquí no tiene sentido, esto tiene sentido en Latinoamérica y allí está funcionando y está funcionando en articulaciones muy

valiosas que existen por muchos sitios y que estamos acompañando ¿Por qué en Latinoamérica? Porque es allí donde se pueden hacer cosas, aquí, ¿qué se puede hacer aquí? Yo no vivo aquí por eso, yo tengo que vivir luchando contra algo. Donde la gente está viva y puede funcionar, ¿pero aquí? Si dan a la gente dinero para que no trabaje, ¿qué se va a conseguir aquí? Aquí no tiene sentido, está anestesiado todo el mundo. En los lugares donde hay un salario vinculado al paro de la gente ¿Eso qué es? Aunque haya una crisis muy grande, y aunque digamos que aquí hay una situación espantosa para la gente, esto comparado con lo que pasa realmente en Latinoamérica es una sociedad de la abundancia.

Rosemeire Almeida: PROFESOR EDUARDO, ¿CREES QUE LOS ORÍGENES DE LA AGROECOLOGÍA ESTÁN EN EL MODO DE VIDA CAMPESINO E INDÍGENA?

Eduardo Sevilla: Claro. Eso es algo que aparece desde la génesis de la agroecología. Tenemos que pensar que la agroecología surge en Latinoamérica y surge como consecuencia de que los pueblos indígenas y los campesinos se vinculan en un determinado momento intentando articular su parcialidad sociocultural diferenciada para enfrentarse a algo a lo que los oprimía a ellos ¿Qué les oprimía? Les oprimía cuando la Revolución Verde empieza a funcionar en todo el mundo y todos los pequeños agricultores empiezan a fundirse. Empieza a haber un problema enorme porque las semillas que les han dado están rompiendo su manejo de los recursos naturales e industrializándolo y eso les lleva a meterse en el mercado y a acabar arruinados todos ¿Qué es lo que sucede? Ahí se genera una plataforma de resistencia entre los indígenas que lo tenían muy claro porque no quieren mezclarse con eso y aquellos campesinos disidentes y ahí aparecen los primeros vínculos. Yo esos vínculos los encontré en los años ochenta en Managua en aquella reunión que os he contado antes donde vi a Diamantino y vi que sucedía todo eso. Entonces ahí vi un grupo de campesinos y de indígenas que empezaron a hablar de intercambio de semillas, de cómo manejaban ellos y en qué pisos ecológicos había. Había muchos andinos que se ponían a hablar con indígenas de muy distintos sitios había nahuatl, había huicholes, sobre todo mexicanos, había gente del mundo andino. Ahí estaban los quechuas y los aymaras y entre esta gente empezaron a discutir cosas con campesinos que no tenían ni idea de todo aquello que hablaban y que yo recuerdo que les estaban intentando devolver su lectura de las estrellas: porque el manejo que hacían de los recursos naturales de cada lugar estaba basado en cómo funciona la naturaleza y cómo ellos saben leer en las estrellas qué es lo que va a pasar. La lectura de las estrellas para ellos es una metáfora porque es cuando observan la naturaleza y según va cambiando una estación y otra empiezan a aparecer indicadores de las malas hierbas de lo que va surgiendo que ellos saben cómo manejarlo para poder trabajar en cada uno de los cultivos… Y eso es lo que se estaban intercambiando, pero teniendo en cuenta la cosmovisión de cada uno de ellos. Y era precioso verles como discutían entre ellos. Yo estuve varios días con ellos viendo lo que hacían allí y a raíz de eso empecé a seguirles en lo que hacían y lo que hacían era tener reuniones periódicas donde iban intercambiando cosas y ahí empieza a surgir lo que nosotros llamamos ahora la hibridación tecnológica entre el conocimiento nuestro de los técnicos y el conocimiento campesino. El diálogo de saberes antes de llegar a ser un diálogo entre lo que nosotros podemos aportar y lo que ellos tienen, ellos lo empezaron a hacer dentro de los indígenas y de los campesinos y los indígenas les enseñaban a los campesinos esto, cómo volver a leer en las estrellas porque ellos lo recordaban, montones de cosas y en cada lugar la cosmovisión degradada de cada sitio la tenían y les intentaban ayudar a recuperar esa cosmovisión. Es increíble lo que hacían ¿no? Entonces yo, a la vista de eso, intentamos empezar a reproducir eso mismo cuando empezamos a trabajar con los jornaleros entre nosotros. Pero, claro, lo que nosotros podíamos darle era mínimo y los jornaleros no tenían ni idea del manejo del conocimiento local, así que les preguntaban a los viejos cómo lo hacían, pero ahí prácticamente no había nada de ese conocimiento. Pero sí que hubo una reconstrucción de lo que antes había pero no tiene por qué haber ya: tú puedes crear. Puedes crear un conocimiento local propio observando lo que pasa y empezando a trabajar de esa forma y preguntando. Ya no tienes la cosmovisión vinculada a

tu identidad sociocultural histórica porque ya no tenemos eso, pero allá donde existe va apareciendo y te lo van transmitiendo.
Ese es el primer momento agroecológico importante que tiene lugar en los años ochenta. En los años noventa es cuando la agroecología toma el diálogo de saberes desde el punto de vista de lo que aparece en aquello que hay de campesino o indígena y que nosotros llamamos conocimiento local. Conocimiento local con el conocimiento científico con una crítica a la perversidad que mete la modernidad en la ciencia. Desde la crítica que la agroecología hace a la ciencia aparece un sustrato que es lo que nos permite aportar a nosotros cómo hemos criticado históricamente a la ciencia y a las deficiencias que tiene y cómo al final lo que pretende con la ocultación de todo lo que es distinto a la manera de ver el mundo de occidente, las demás parcialidades se ocultan. Y todo aquello que se escapa del mercado y de la lógica de la modernidad desaparece y se disuelve. Entonces la lucha contra eso es lo que hace la agroecología: enfrentarse a ese proceso de ocultamiento es la dimensión política de la agroecología, que es la lucha que tenemos por todos lados.
En los años noventa se consolida, y a partir del 2.000 ya aparece una vinculación con movimientos sociales. Una aparición como consecuencia de que ya existe La Vía Campesina, de que ya existen una serie de organizaciones formales que se enfrentan también desde un punto de vista más institucional a la modernidad y que reivindican la manera de lucha anticapitalista que presenta la agroecología. Y que lo pueden llamar de distintas formas, pero que nosotros le llamamos agroecología solo porque hemos empezado desde el manejo de los recursos naturales, desde facultades de agronomía, al ver lo que pasa, a darnos cuenta de eso y establecer una lucha desde ahí pero que termina en un enfrentamiento político de devolver la visibilidad a todo lo que está ahí. Con las denuncias que hacemos de lo que hace el capitalismo y con presentar alternativas realmente viables como hay en muchas partes del mundo. ¿Qué hay en España? Poquísimo. Las asociaciones de productores-consumidores de productos ecológicos pues es lo primero que empezó a funcionar, pero que acabó un poco absorbida por el sistema. Montones de experiencias pequeñitas en sitios de gente que está intentando consumir de otra manera y enfrentarse desde los “espacios vacíos de capitalismo”, pero nada más.

Rosemeire Almeida: ANTE TANTAS EXPERIENCIAS, ESPECIALMENTE EN LATINOAMÉRICA, ¿PODEMOS AFIRMAR QUE EL PROBLEMA DE LA AGROECOLOGÍA HOY ES MÁS POLÍTICO QUE TÉCNICO?

Eduardo Sevilla: Solo político. Técnicamente está absolutamente resuelto todo, o sea, ahora mismo la agroecología ha demostrado que desde el punto de vista técnico agronómico están resueltos todos los problemas de una manera clarísima. No hay ningún problema. Está demostrado en montones de sitios ya, esto es algo que históricamente lo hemos superado totalmente. El problema es un problema absolutamente político. Es un problema que el poder no puede permitir que se esté demostrando que es mentira la realidad virtual que nos colocan que la agricultura industrializada es mucho más productiva, está demostrado que no lo es. Pero ellos siguen manteniendo ese discurso y siguen inyectando por todos lados, con las subvenciones y con todo el mantenimiento de algo absolutamente falso: el funcionamiento de los mercados y el funcionamiento de la agricultura capitalista es algo que si le quitas las subvenciones se hunde todo, es mentira, es falso. Y, sin embargo, sin ningún apoyo de ningún tipo la agricultura ecológica que se hace desde la agroecología funciona pero eso implica una manera distinta de vivir. Saber que cuando tú compras algo estás realizando un acto político, estás premiando aquella persona que ha creado ese producto que tú compras. Entonces estás vinculándote a una multinacional cuando te metes en un supermercado a consumir los productos que hay allí. La gente que hace eso va en contra de la agroecología, o sea, lo primero que tenemos que hacer es darnos cuenta que entrar a un supermercado es estar premiando las multinacionales que están metidas ahí y abasteciendo eso. Solo en un mercado alternativo, donde se evite la extracción del excedente que se está produciendo desde un punto de vista capitalista, es cuando estamos trabajando desde el punto de vista de la agroecología y esto

en muy pocos sitios se realiza realmente. Se realiza donde estamos creando esos focos anticapitalistas, en los países enriquecidos no se ven, en los países empobrecidos es donde se ve porque la gente está viva y está luchando contra eso.

Rosemeire Almeida: ¿LA AGROECOLOGÍA PUEDE SER UNA ALTERNATIVA QUE SIGUE CRECIENDO, DESARROLLÁNDOSE O SEGUIRÁ SIENDO UNA SALIDA SOLO PARA LOS QUE SEAN EXPULSADOS POR EL SISTEMA?

Eduardo Sevilla: La gente no es solo expulsada por el sistema, yo creo que hay gente que desea salir del sistema, busca salir del sistema y trabajar en la agroecología. Porque si te metes en el sistema no puedes entrar en la agroecología, ese es el problema. Hay pequeños espacios que están funcionando que pueden coordinarse mayor y tener una presencia mayor como consecuencia de que esa coordinación funcione, pero realmente es mínimo comparado con el funcionamiento del peso que tiene el poder de los Estados. Solo a través de esa crisis a la que vamos a llegar, y que se está llegando porque hay unos límites ecológicos, ese cambio se producirá, pero es un cambio que tiene que ir vinculado al poder político. Pero desde abajo tenemos que seguir luchando porque es la manera de demostrar que eso es posible: llevar a cabo eso es posible y hay muchas experiencias que lo están demostrando y esas experiencias están siendo invisibilizadas y lo que hace la agroecología es mostrar su visibilidad en la lucha que llevan a cabo. Como he dicho, esa es la dimensión política: devolver la visibilidad a esas experiencias que, aunque sean en pequeña escala, realmente tienen una relevancia muy fuerte y esa relevancia es lo que invisibiliza la modernidad capitalista con su funcionamiento y ahí es donde estamos luchando, mostrando que es posible.

David Gallar: ¿CREES QUE ESTAMOS ASISTIENDO A PROCESOS DE RECAMPESINIZACIÓN EN EUROPA Y EN ESPAÑA?

Eduardo Sevilla: Claro, pero las cosas que hay por aquí en algunos sitios tienen una menor visibilidad que, por ejemplo, en Francia que hay una coordinación mejor y que están mostrándolo mucho más. Mira los trabajos de Silvia Pérez Vitoria y cómo ha mostrado eso allí. En España está muy ocultado y es muy difícil mostrarlo, muy difícil. En Latinoamérica se ve y tiene una vida propia y una lucha propia, yo creo que efectivamente es en los países empobrecidos donde realmente alcanza esos procesos. Pero en Europa, en los países enriquecidos, imposible hasta que no venga la crisis que muestre que lo que están haciendo es rompiendo el planeta. Se están cargando la biosfera, su forma de consumir y de producir, destrozando el mundo. En este sentido, La Vía Campesina es una muestra que a nivel europeo hubo un momento que funcionó muy bien pero que, ahora mismo, está empequeñecida y muy vinculada a lo que pasa, sobre todo, en Brasil.

David Gallar: ¿QUÉ PAPEL TIENEN HOY ESTOS MOVIMIENTOS CAMPESINOS?

Eduardo Sevilla: El papel de mostrar que eso es posible. El papel de mostrar que hay muchas experiencias que realmente funcionan y que esas experiencias que funcionan se pueden mantener. Pero sólo pueden mantenerse a través de seguir una restricción del consumo fuerte y a través de demostrar que consumir es un acto político. Y que ese acto político se refleja en nuestras vidas, en nuestra manera de movernos y de hacer las cosas y mostrando que eso sí es posible. Pero si seguimos yendo a Carrefour, a las multinacionales para abastecernos, pues estamos premiando eso. Nuestra política va en contra de nuestras ideas cuando hacemos eso. Y la mayor parte de la gente tiene esa contradicción aquí en el "primer mundo". Ese es el problema fundamental, que no somos consecuentes con cómo pensamos. Por eso las experiencias aquí son cortitas.

David Gallar: ¿ENTONCES, LA AGROECOLOGÍA SE ENCUENTRA CON GRANDES DESAFÍOS?

Eduardo Sevilla: Estamos anestesiados por el consumo. Es lo que os he dicho al principio. Incluso las experiencias agroecológicas mejores que hay aquí. ¿Qué pasa con las asociaciones de productores-consumidores? ¿Hasta qué punto lo que están vendiendo ahí no está ya vinculado a procesos de depredación en el "tercer mundo", como está pasando, a través de las importaciones y de lo que se está haciendo en el comercio internacional? Pues nos estamos cargamos todo eso. El consumo local estricto y la lucha desde ese punto de vista es lo más importante y casi no se lleva a cabo aquí. En general, en todos los países enriquecidos pasa eso. Y eso es lo grave: que no somos consecuentes con ello. La gravedad está ahí: somos nosotros los que estamos fallando, claro.

Rosemeire Almeida: PROFESOR, ¿LA IDEA DE FINALISMO DE LA HISTORIA NO TE PARECE MUY PELIGROSA?

Eduardo Sevilla: No, no. No es el finalismo de la historia. Es que el deterioro que se va produciendo, cada vez mayor, es algo que continúa y que no nos importa que siga así. A los gobiernos les importa estar creciendo y funcionando así. Nosotros tenemos que cortar con eso y darnos cuenta de que no va a terminar la historia. Son muchas las generaciones que va a haber, pero el deterioro es cada vez mayor, que es lo que está pasando.

Rosemeire Almeida: ¿CUÁL ES EL PAPEL DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS EN EL DESARROLLO DE LA AGROECOLOGÍA? ¿ES UNA FORMA DE DISPUTA DEL PODER?

Eduardo Sevilla: La agroecología puede incidir en las políticas públicas, que es lo que hemos buscado y se ha conseguido en varios países. En varios países ha habido momentos en que ha habido atisbos importantes. Uno de los países ha sido Brasil. En Brasil, primero en Rio Grande do Sul, yo recuerdo que estuvimos trabajando como locos en el momento en que Caporal termina su tesis doctoral y vuelve a Emater, en Rio Grande do Sul, y empieza a trabajar allí y tiene un apoyo gubernamental muy fuerte porque el PT en aquel momento tiene el poder. Empezamos a trabajar allí, y después llega Lula y dice que va a hacer lo mismo. Y empezamos a funcionar. Y hay un momento que parece que va a haber cambios y empiezan a pasar cosas y transformaciones importantes. Se introducen elementos que determinan que la agroecología agarre en muchos sitios con más fuerza. Pero después, políticamente, se hunde todo. ¿Por qué? Porque Lula dio marcha atrás, todos dieron marcha atrás.

La agroecología puede incidir en políticas públicas, pero la agroecología no puede tomar el poder político porque nosotros trabajamos desde lo local para transformar las cosas y articularnos incidiendo en lo que hagamos para transformar las cosas. Pero el poder para nosotros está en las redes que montamos. Incidir en las políticas en determinados momentos y en todo lo que podamos, sí. Pero tomar el poder, no ha habido ninguna experiencia en tomar el poder nunca. Nunca. Ni en el socialismo, ni en el capitalismo, en ningún sitio. Nunca.

¿Qué podemos hacer? Seguir luchando. No tenemos otra alternativa más que la experiencia histórica que vamos conociendo, qué es lo que va pasando. La transformación va despacito pero el neoliberalismo y la globalización han cambiado todo de tal forma que estamos metidos en una red que no podemos conseguir más. Lo importante es no desfallecer y seguir funcionando. Yo no veo una alternativa distinta a eso. Yo creo que no existe. Una alternativa a eso, no existe. Tendremos que seguir funcionando así para que llegue el momento en que el derrumbe se produzca como consecuencia de que no puedan seguir funcionando porque el capitalismo ya no dé más de sí. Y entonces se ve que va a tener que cambiarse eso. Y entonces ahí estamos para demostrar que ya venimos funcionando así y mostrar que hay alternativas reales que pueden permitir ese cambio. Entonces se producirá el cambio. Pero antes yo creo que no. Y eso no es ser maximalista, no. Es que yo no veo otra manera. Es triste decir eso, pero es así.

David Gallar: ¿CUAL ES LA PRINCIPAL CONTRIBUICIÓN DEL ISEC PARA LA CAUSA CAMPESINA?

Eduardo Sevilla: Miraos las tesis doctorales que hay del mundo andino, su cosmovisión aparece por todos sitios y cómo funciona. Esa labor que hemos intentado hacer de ir reproduciendo todo y sistematizándolo para ponerlo en marcha, es ejemplo de nuestros trabajos. En nuestra labor académica de acompañamiento, lo que hemos hecho en el ISEC, está sirviendo para montones de cosas y no se ha quedado en el ISEC, está esparcido por todos aquellos sitios y no somos nosotros aquí: son la gente que sigue reproduciendo cosas por allí que no ha surgido del ISEC, ha surgido de ellos. Nosotros hemos aportado lo que hemos podido.
Creo que lo más importante es haber conseguido que, sobre todo a través de la maestría y el doctorado, haya habido una reproducción importante de la visión crítica que nosotros dábamos desde la agroecología que se ha esparcido por otros lugares. Entonces, ahora mismo, yo diría que en toda Latinoamérica y otros lugares hay experiencias agroecológicas por todos sitios: visualizarlas y mostrar su existencia es lo que, normalmente, hacen quienes están vinculados a al ISEC. Y esa labor de visualización es muy importante.

Rosemeire Almeida: PROFESOR, ¿QUÉ APORTACIONES DE PENSAMIENTO MARXISTA PODEMOS USAR PARA ENTENDER EL CAMPESINADO Y PARA ENTENDER ESTE MOMENTO QUE VIVE EL CAPITALISMO?

Eduardo Sevilla: Acabo de preparar para lo que voy a dar en el curso este de La Matanza algo os puede gustar mucho y que voy a resumíroslo en mi intervención ahora, fíjate. Yo lo llamo a esto “La aportación académica desde el acompañamiento del ISEC”, y es la búsqueda del campesinado en su funcionamiento, que se puede definir como la antigua tradición de los estudios campesinos, que es el debate histórico sobre la cuestión agraria.
En la antigua tradición de los estudios campesinos surge un momento en que se plantea que el campesinado tiene que desaparecer y ser sustituido por el manejo industrial de los recursos naturales. Por el contrario, como defendía el narodnismo, por ejemplo, en Rusia, se plantea que el campesinado puede generar una manera de producir utilizando todo lo que históricamente ha existido vinculado con la introducción de nuevas tecnologías que sean compatibles con su parcialidad sociocultural, en cada lugar. El narodnismo se basa en una serie de puntos, que es el momento en que se contextualiza por primera vez el campesinado desde el punto de vista de su potencialidad transformadora. Fijaros, el campesinado, decían los narodnistas, tiene un estado de solidaridad que determina que el capitalismo no pueda introducirse en su lógica de funcionamiento. Esta es la raíz de la pregunta que me hacías tú antes: ¿realmente el campesinado posee una forma de resistencia a la reproducción ampliada del capital o no? Eso es, desde el punto de vista marxista, lo importante. ¿Por qué? El colectivismo que el campesinado históricamente ha realizado en sus formas de manejo en aquellas comunidades donde ha habido unos bienes comunales que han sabido llevar a cabo, allí se ha producido siempre un estado de solidaridad que ha impedido que entre el mercado capitalista. Eso es lo primero que dice el narodnismo. Y luego establece algo muy importante, y es que dice: esto solo puede funcionar si hay un apoyo externo importante porque los intelectuales debemos ir al campo y fundirnos con el pueblo. La idea de fundirse con el pueblo es una conceptualización del narodnismo que tiene lugar como consecuencia de que, cuando en Rusia se intenta llevar a cabo la ruptura de la organización del Mir, desde las universidades hay estudiantes que se van con los campesinos para trabajar con ellos y defenderse de aquello que está pasando. Esto lo que significa es que el diálogo de saberes que luego toma la agroecología aparece allí por primera vez. De ahí la importancia de la antigua tradición de los estudios campesinos. Porque fundirse con el pueblo implica desarrollar con él, en pie de igualdad, los mecanismos de cooperación solidaria que permiten crear un progreso social que incorpore a la tecnología y a la modernidad, introduzca sobre todo la justicia y la moral que no tiene la tecnología. Y por eso se ha vinculado históricamente frente al capitalismo. Si introduces la dimensión de la justicia

y la moral en el manejo de los recursos naturales no se podrá impedir que aparezcan innovaciones tecnológicas que eviten la destrucción de la justicia y la moral ahí donde se produce. Y eso es lo que precisamente la tecnología no hace, sino todo lo contrario. Lo más importante es que la mano de obra sea cada vez menor para ahorrar más y, sin embargo, ¿Qué decían ellos? Lo más importante es que haya cada vez más mano de obra para que haya un nivel de igual y que se pueda funcionar con eso. Vamos a hacer una tecnología de acuerdo con eso y que esté vinculado a una organización social que permita ese tipo de cosas.

¿Qué supone eso? Cambiar el concepto de propiedad, que es lo primero que busca. Por eso tiene sentido la reforma agraria hoy y siempre. Porque hay que cambiar el concepto de propiedad. El concepto de propiedad capitalista, tal como existe hoy en día, que puedes hacer lo que te dé la gana en un lugar implica privar de eso a los demás. Y la lucha contra eso es algo que no se puede perder: está vinculado a la justicia y la moral y los narodnistas lo dijeron aquí por primera vez.

Os sigo contando. Uno de los marcos teóricos importantes del debate sobre la cuestión agraria es lo que establece, por ejemplo, Chernishevski. Y aquí lo desarrollo. Cuando estudié en Inglaterra, tuve la suerte de trabajar con Teodor Shanin, que me pasó los materiales de todo esto y cómo funcionaba todo esto y luego me pude meter a ello. Y entonces, la teoría de la marcha atrás era posible. La teoría de la marcha atrás dice: allá donde el capitalismo está muy desarrollado es posible dar una marcha atrás cuando haya políticas públicas que permitan ir transformando y evitando la extracción del excedente. Pero para eso hay introducir la justicia y la moral en ello. Entonces, si aparecen políticas públicas que funcionen en ese sentido se puede dar una marcha atrás, que es lo que se buscaba en aquel momento. Hay elaboraciones en la antigua tradición de los estudios campesinos muy bonitas en base a todo esto. Una de las personas clave en estas conceptualizaciones fue lo que hizo Chayanov.

Por otro lado, desarrollo el concepto de sociología subjetiva como una etapa del narodnismo clásico, donde Lavrov y otra serie de autores, empiezan una crítica al pensamiento científico muy fuerte y decir que la subjetividad es un elemento central dentro la ciencia. Y que la ciencia que pretende ser objetiva nos está engañando porque, con la utilización de ese concepto, está tratando de justificar todas aquellas transformaciones que evitan que la moral y la justicia entren. Porque la objetividad rompe la aparición de esa equidad que hay que introducir.

¿Qué más? La teoría del campesinado como agente revolucionario de Bakunin muestra cosas muy interesantes. Elementos positivos y negativos, pero lo más importante es el concepto de apoyo mutuo que Kropotkin desarrolla durante muchos sitios viendo dónde existe el apoyo mutuo. ¿Qué es el apoyo mutuo? Realmente el apoyo mutuo es la búsqueda a establecer esa equidad en el manejo de los recursos naturales donde exista la creación de lazos de solidaridad para ir trabajando todos juntos conjuntamente e ir resolviendo los problemas de una manera colectiva, no individualizada. Y esto históricamente se desarrolla en varios sitios. El trabajo del apoyo mutuo de Kropotkin es un ejemplo realmente valiosísimo.

Pero sobre todo me meto en el marxismo y en hacer una tipología del marxismo. Porque no hay un marxismo: hay muchos marxismos, y hay que entenderlos. Hay algo perverso que ocupa una posición hegemónica y que yo llamo el marxismo ortodoxo. Y el marxismo ortodoxo lo defino con todo detalle y en su aplicación a la agricultura: porque lo primero que viene a decir el marxismo ortodoxo es que hay una evolución unilineal en el proceso histórico de tal forma que se va pasando de un estadio a otros y esa evolución unilineal determina que cada vez nos encontremos mejor y que vayamos hacia un mundo en que las desigualdades se rompan. Pero antes de llegar a ese cielo del socialismo, hay que bajar al infierno del capitalismo. Entonces eso es lo que destroza todo: que una secuencia histórica tiene que ir produciéndose, que el campesinado tiene que disolverse primero porque hay una superioridad de la gran empresa frente a la pequeña y todo eso. Algo que está demostrado que es absolutamente falso.

Hay una caracterización de lo que llamo el marxismo leniniano y que es muy interesante porque muestra las aportaciones que hizo Lenin en un libro clásico que es "El desarrollo del capitalismo en Rusia", donde se ha dicho que él predicaba la disolución del campesinado. No trata de mostrar aquello a lo que ineluctablemente estamos avocados a ir. Por el contrario, lo que hace es analizar cómo funcionó eso en Rusia en un determinado momento y cómo el campesinado tenía unos elementos de resistencia y de funcionamiento realmente valiosos.

Rosemeire Almeida: CHAYANOV ES CONSIDERADO UN MARCO DE LOS ESTUDIOS CAMPESINOS PERO TAMBIÉN PESAN SOBRE ÉL CRÍTICAS, COMO EL HECHO DE CONSIDERAR LA TESIS AUTONOMISTA A PARTIR DEL PRINCIPIO DE EQUILIBRIO PARA PENSAR LA SUSTENTABILIDAD.

Eduardo Sevilla: ¿Cuáles son las tendencias que Chayanov muestra a lo largo de su recorrido? Chayanov no piensa lo mismo en todo su recorrido. Chayanov quiere llegar a construir una agronomía social donde lo que históricamente decía el narodnismo pueda ser aplicado en cada momento histórico y que implica intentar introducir en la tecnología la equidad y esa dimensión moral que él quería. ¿Cómo se consigue eso? Él hace una propuesta muy clara: el cooperativismo y los óptimos diferenciales que establece. Entonces yo a eso lo llamo la aparición de un marxismo chayanoviano. Porque Chayanov hace un análisis del marxismo muy válido que en su agronomía social aparece. Y sin embargo su agronomía social como propuesta en las críticas que se le han hecho no aparece nunca. Y yo creo que eso es lo importante.

Rosemeire Almeida: ¿EL LEMA DE LOS NARODNISTAS "TIERRA Y LIBERTAD" ES VÁLIDO HOY PARA PENSAR EL CAMPESINADO?

Eduardo Sevilla: Es válido desde el punto de vista en que la tierra no es la propiedad de la tierra, sino el uso. El narodnismo decía que lo importante de la tierra es el que el campesino tenga una estabilidad histórica. Si tú tienes una estabilidad en respecto a la tierra que utilizas, aunque no sea tuya, pero que no te la puedan quitar, que tengas esa vinculación, puede seguir funcionando. La tierra es necesaria para el funcionamiento del campesinado. El manejo campesino no acepta el concepto de hidroponía, no acepta el concepto de trabajar sin tierra. Tienes que trabajar con los recursos naturales que tienes. Y tienes que funcionar con la tierra y, luego, la libertad es algo que se construye socialmente, claro que sí. Pero introduciendo la moral en esa libertad. Porque la libertad falsa que te da el capitalismo no es tal libertad. Utiliza el concepto de democracia para engañarte y decirte que es algo consensuado a lo que se llega. Pero realmente es algo impuesto. Porque realmente la democracia está siendo adulterada siempre cuando los límites a los que se llega rompen el funcionamiento de la modernidad capitalista. Eso lo grave. Que la democracia se vincula y se articula con la modernidad capitalista. Y entonces lo tergiversa todo. Y estamos luchando contra eso.

Entonces, lo de "tierra y libertad", en las acepciones que va teniendo históricamente esos términos, pueden ser aplicados ahora también. Pero tienes que analizar qué significa tierra hoy y qué significaba entonces. Y qué significaba libertad entonces y qué significa ahora. Eso varía totalmente. Entonces es una adecuación de todo eso. Tenemos que tener la inteligencia de traducirlo al momento actual. Que es lo que la antigua tradición de los estudios campesinos aporta a la agroecología. La agroecología lo que ha hecho es traducir todo aquello y ponerlo ahora. El fundirse con el pueblo. ¿Qué es lo que hizo la agroecología? Decir: aquello es la hibridación tecnológica que se produce entre el conocimiento local, el campesino indígena y el conocimiento científico cuando critica la ciencia y transforma esa ciencia y permite que trabaje. Pues es lo mismo. Es ir viendo cómo funciona en cada momento y cómo se van produciendo las transformaciones.

Intento hacer un recorrido de todos aquellos autores cuando empezábamos a trabajar con los jornaleros. Y empezamos a hablar primero que el campesinado, cómo aparece

históricamente definiéndose como una cultura parcial dentro otra cultura mayor, y cómo, aunque tenga una especificidad cultural fuerte, hay un campesinado en el primer mundo, otro campesinado en los países empobrecidos y cómo hay muchos campesinados en los distintos lugares como parcialidades de otras culturas. Y cómo eso se va produciendo y la complejidad que eso tiene. Para entender al campesinado hay que meterse en eso como primer elemento de análisis. Ver que existe una diversidad muy fuerte.

Rosemeire Almeida: ¿PERO ESTA COMPRENSIÓN DE LOS CAMPESINOS COMO "UNA CULTURA PARCIAL" NO CONTRIBUYE A REFORZAR LA IDEA DE SU INCAPACIDAD POLÍTICA?

Eduardo Sevilla: La incapacidad política del campesinado es algo que en montones de trabajos de la nueva tradición de los estudios campesinos se demuestra que no existe, como los trabajos de Eric Wolf. Pero es una cultura parcial y el primer autor que analizo sobre eso es Redfield. Él hizo una serie de trabajos, en México primero, estudiando varias comunidades rurales y empezó a definir el campesinado como una cultura parcial dentro de una sociedad parcial.

David Gallar: ¿Y CUÁLES SON LOS PRINCIPALES REFERENTES PARA COMPRENDER LA CULTURA CAMPESINA?

Yo trabajo con los autores que proponen la estrategia del materialismo cultural ecológico, como Julian Steward, Sidney Mintz o Eric Wolf. Uno de ellos fue mi maestro, Ángel Palerm, un mexicano al que llegué a conocer cuando yo estaba estudiando en Inglaterra. Vino a dar una conferencia, le conté lo que estaba haciendo yo de tesis doctoral, le encantó y me dijo "vente conmigo que podemos trabajar juntos". Y yo, cuando terminé mi tesis, en un momento dado, que todavía no había presentado la tesis en España, pero ya la tenía terminada en una primera versión, me fui a México para hablar con él. Y cuando llegué a México, se había muerto. Y me quedé hecho polvo. Me volví aquí, presenté mi tesis y tal, y luego me encontré un montón de gente y de discípulos suyos que habían llegado a conclusiones análogas a los que yo había hecho en mi tesis. Entre ellos Víctor Manuel Toledo, que empezamos a trabajar juntos.
Además, hay un análisis de todos aquellos que definieron la estrategia en materialismo cultural, que eran personas que estudiaron en Estados Unidos en un lugar donde sus fuentes eran Leslie White y varios autores que no se definían como marxistas, porque allí en Estados Unidos no podía aparecer la palabra marxismo en aquellos años, pero que utilizaban el marxismo totalmente. Y ellos eran discípulos suyos sin saberlo. E introdujeron el marxismo con una fuerza increíble al aplicar la agricultura. Eran Leslie White y Gordon Childe los que hicieron eso.
Hago un seguimiento de algunas revistas importantes como es el *Journal of Peasant Studies*, que poco a poco cuando apareció históricamente era un foco realmente valiosísimo. Luego cambió. Analizo lo que hace Sidney Mintz como el campesinado como ranura histórica. Hasta la aparición de, por ejemplo, los trabajos de Shanin sobre *El último Marx*. Y cómo aparece luego el Efraín Hernández Xolocotzi, que era un indígena en México, que es el que empieza a crear grupos de agrónomos, antropólogos, sociólogos y ecólogos juntos para comprender por qué con la ciencia parcializada en distintas materias no permitían entender el funcionamiento del campesinado. De ahí el error de que no se entienda el funcionamiento campesinado. Porque el campesinado lo ve todo holísticamente. Y la ciencia intenta ver la realidad en trocitos y no entiende nada. Entonces el que descubrió esto fue Hernández Xolocotzi y dijo "necesitamos la visión de distintas disciplinas para ponerlas todas juntas y crear una visión". Primero fue multidisciplinar. Luego interdisciplinar, creando conceptualizaciones híbridas. Pero al final nos dimos cuenta que tenía que ser transdisciplinar. O sea, lo que nosotros aportáramos junto con el conocimiento local. Y así llegamos a la hibridación, no sólo tecnológica, sino sociocultural y política de nuestras reivindicaciones. Porque las reivindicaciones de la agroecología en su dimensión política no

las establecemos nosotros: las establecen en cada lugar. Las reivindicaciones que tienen cada ellos a través de la construcción de elementos de resistencia al avance del capitalismo en cada lugar. Tenemos que hacerlo con ellos acompañándonos y descubriendo todo eso: intentar sistematizarlo y unirlo luego. De ahí la transdisciplinariedad que busca tener la agroecología. Una de las personas que definió esto mejor fue Martínez Alier, por ejemplo. Y aquí os pongo los autores con los que yo he estado trabajando. Otro de ellos, que tú conoces bien, es Jan Douwe Van Der Ploeg, pero analizo también aquí los trabajos de Harriet Friedmann, una mujer espectacular que definió utilizando el marxismo chayanoviano cosas muy interesantes. Y ahí me paro. Porque yo los últimos años no he seguido profundizando. Lo he parado ahí. Pero yo no creo que haya mucho más. Yo creo que ya mismo tendréis que tomar vosotros el legado y seguir.

David Gallar: EL PAPEL DE LA ECONOMÍA MORAL DE HOBSBAWN, ¿CÓMO ENCAJA?

Eduardo Sevilla: Pues encaja como un elemento esencial desde el principio. La economía de los pobres. La no aceptación del desarrollo del capitalismo que rompía su manera de vivir y de ser, y cómo les forzaron a meterse a trabajar de esa manera. La economía moral de los pobres es un elemento clave y está vinculado a lo que yo os he contado antes del narodnismo histórico. Porque es lo mismo realmente en otro lugar y de otra forma. Pero es el mismo concepto. La tecnología no puede funcionar sin el elemento de equidad que introduzca una justicia y una moral en su funcionamiento. Es que la abundancia implica un desperdicio que no tiene que producirse. Porque ese desperdicio implica el olvidar el concebirte tú como una parcialidad. La abundancia implica que la identidad sociocultural histórica que desarrolla el capitalismo se erige como la única que tiene la verdad en el mundo y que funciona así. Ignora a otras parcialidades socioculturales que tienen respuestas al funcionamiento del mundo y de la vida distintos, diferenciados. Eso lleva a pensar que la ciencia es la producción máxima para llevar a cabo su hegemonía a la parcialidad sociocultural occidental. A través de ella, arrasa todo lo demás. El que la ciencia tenga la humildad de considerarse como una parcialidad y, en pie de igualdad, intercambie con otras parcialidades socioculturales es lo que dará realmente a la ciencia un poder para funcionar y completarse.

Esa parcialidad es lo que la agroecología consigue, al hacer una crítica a la ciencia y mostrar que necesita de complementarse con otras visiones del mundo que ofrecen las diferentes culturas, que proponen una manera de ser y de vivir distinta donde no aparece la abundancia. La abundancia solo aparece como consecuencia de la aniquilación de otros y de tener un excedente que te permita producir eso. Pero eso lo estás produciendo aniquilando a otros.

La agroecología es una visión que admite la aparición de distintas parcialidades, que sólo vean de distinta manera y que pongan alternativas a lo otro. Eso es lo importante, claro: la crítica al pensamiento científico realmente.

Rosemeire Almeida: PROFESOR, ¿QUÉ PIENSAS DEL DEBATE DE CLASE DEL CAMPESINADO?

Eduardo Sevilla: Si el campesinado es o no una clase es un debate irrelevante. El campesinado históricamente ha realizado acciones de clase muchas veces. ¿El campesinado es una clase en sí o una clase para sí? Es algo irrelevante. En momentos históricos el campesinado ha explotado y se ha defendido y ha realizado transformaciones como muestran muchos de los trabajos que hemos visto y de las cosas que han pasado históricamente. Pero hay otras veces que lo que ha hecho es mantener una resistencia y un funcionamiento propio. La lucha de clases es algo aparece nítido en determinados momentos pero que siempre existe en la historia de distinta forma. El poder siempre ha estado intentando aniquilar, claro. Porque las manifestaciones de eso son muy variadas en distintos momentos. Pero no se puede aceptar que eso permita una linealidad única. La crítica al marxismo ortodoxo aparece así porque la lucha de clases como la conflictividad

histórica del poder aniquilador va variando a lo largo de la historia. Pero no se puede uno basar en la creación de la identidad sociocultural occidental, como hace el marxismo, para establecer una visión unilineal del mundo. Si lo analizas hacia otra identidad sociocultural pueden haber pasado otras muchas cosas, ¿entiendes? Lo importante es introducir una dimensión conflictiva a cómo el poder oprime a aquellos elementos que se resisten a la imposición de aquello que va generando, cada vez más, estableciendo una diferenciación de clase.

David Gallar: ¿POR ESO HAY VECES QUE ENCAJA MEJOR TODA LA LÓGICA DE LOS ESTUDIOS SUBALTERNOS? EL JUGAR CON LA SUBALTERNIDAD, CON LA INFRAPOLÍTICA, VER CUÁLES SON ESAS CAPACIDADES DE RESISTENCIA DEL CAMPESINADO, MÁS QUE DECIR "SOMOS UN SUJETO POLÍTICO ÚNICO, EXCLUSIVO".

Eduardo Sevilla: Creo que es una teoría complementaria de la teoría de la lucha de clases. Y hay que saber cómo son las herramientas que nos permiten analizar lo que pasa. Pero no podemos centrarnos sólo en el análisis de aquello ha generado nuestra identidad sociocultural. Porque lo que hemos hecho es invisibilizar y aniquilar otras identidades que existen por otros lados, y que pueden funcionar igual que nosotros. Pero nosotros, desde el poder de la tecnología que hemos desarrollado a través de crear la modernidad capitalista, hemos aniquilado todo lo demás. Entonces lo que hay que hacer es demostrar que existen esas propuestas socioculturales diferenciadas en muchos sitios donde hay otras formas de vivir. Y lo único no es el funcionamiento del capitalismo tal como aparece, hegemónico, que parece que todo el mundo. Es mentira eso. Es una visión equivocada. Es muy poquito lo que hay de capitalismo funcionando así, pero parece que hoy todo es capitalismo. ¿Cuánto hay que no es capitalista? Está invisibilizado, claro, pero ahí está. Entonces demostrar que eso está ahí y devolver la visibilidad a todo eso es lo que nos interesa. Mostrar que hay otras identidades socioculturales funcionando y que ofrecen alternativas distintas a la porquería que nos ofrece el neoliberalismo actual, y que utiliza el funcionamiento de la globalidad de esa forma.

David Gallar: EN 2008, CON LA CRISIS DEL CAPITAL FINANCIERO, LA BURBUJA INMOBILIARIA, LAS CRISIS ALIMENTARIAS, ETC., ¿HUBO UN CAMBIO DE ESCENARIO CON NUEVAS ALTERNATIVAS?

Eduardo Sevilla: Pudo haber sido un cambio potente en el panorama. En Argentina fue mucho más fuerte antes: en Argentina hubo un período en que el dólar y el peso estaban igualados durante un montón de tiempo, pero luego se produjo el hundimiento y la gente no podía vivir: entonces se crearon mercados alternativos increíbles. Recuerdo que en aquel momento estaba viviendo en Rosario y nos reuníamos toda la gente por barrios para intercambiar el servicio médico de un señor por la comida que hacía otro, o sea, hubo un trueque de servicios, de comida, de bienes y entonces se destruyó el mercado ¿Qué pasó? Que cuando aparece de nuevo el capitalismo acaba con esas alternativas: por eso es una lucha continua. No hay un final, tenemos que luchar viviendo con eso. Es el camino el que determina la forma de transformación social y la gente que aceptamos vivir de esa manera y enfrentarnos a eso, pues somos los que podemos ir llevando a cabo. Con los años, con las dificultades que se van produciendo, con las cargas que te van llevando, te metes en lo convencional de nuevo y acabas aprisionado y no puedes salir, que es como hay mucha gente hecha polvo así. Pero no ha habido realmente un cambio sustantivo en esos momentos de crisis que ha habido ¿Por qué? Porque el capitalismo tiene tantas herramientas para volver, porque está vinculado totalmente al poder, que te destroza.
Lo que viví allí en Argentina fue una cosa genial: estábamos ilusionados y decíamos "va a ser posible", pero no fue posible y yo creo que no se podrá dar así. Creo que se dará cuando termine el petróleo, cuando la crisis ecológica aparezca con fuerza y entonces haya que recurrir a otra cosa. Haya que cambiar la manera de vivir, pero ya eso está vinculado a

una crisis mucho más gorda que tiene que haber y yo no sé cómo terminará eso. Nosotros no lo veremos, nos habremos muerto ya, pero eso se dará, se tiene que dar porque hay unos límites ecológicos.

Recebido para publicação em 22 de junho de 2015

Devolvido para revisão em 24 de junho de 2015

Aceito para publicação em 29 de junho de 2015

RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária

Edson Sabatini Ribeiro
Graduando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista
Campus de Presidente Prudente
e-mail: edson.sabatini@hotmail.com

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Unesp, 2011. 171p.

Sobre o autor

Henry Bernstein é professor emérito do Departamento de Estudos de Desenvolvimento, vinculado à *School of Oriental and African Studies (SOAS)*, da Universidade de Londres, e Professor Adjunto no *College of Humanities and Development Studies,* da Universidade Agrícola da China, em *Beijing*. Pensador preocupado com as dinâmicas de classe existente na mudança agrária, o autor faz uma análise buscando nas origens do capitalismo até os dias atuais da globalização, o entendimento dos processos pelos quais o campo foi sendo modificado e adaptado para se tornar uma das formas de acumulação do capitalismo agrário, via exploração da mão de obra do homem do campo e a expropriação de seus meios de produção, neste caso, a terra. Bernstein destaca que a questão agrária está presente em todos os povos, mas, nos países ditos do Terceiro Mundo, esta relação se da por meio de uma intervenção capitalista nas políticas públicas destinadas à regulamentação do campo, que impõe o pensamento neoliberal para o desenvolvimento agrário através de instituições internacionais como o Banco Mundial e o FMI.

Introdução

Entre os séculos XIV e XVII, os mercadores se tornaram ricos e poderosos: capitalizaram-se, diversificaram a oferta de produtos ao mesmo tempo em que buscaram novas formas de produção de mercadorias e exploração de mão de obra. Esse processo não se deu da mesma maneira por toda parte, mas, em todos os lugares por onde surgiu, almejou destruir o uso comunal da terra e privatizá-la, transformando, por conseguinte, os camponeses em “livres trabalhadores” cujo único bem que lhes restava era a sua força de trabalho.

Conforme se industrializaram os países estenderam o processo tecnológico para a agricultura, conseguindo maior produtividade com menor uso de mão de obra assalariada, aumentando seus lucros. Também surgiram novos termos como agricultura familiar e agricultura capitalista, para diferenciar as novas configurações espaciais em relação aos interesses econômicos, sociológicos, políticos e ideológicos. Nos países chamados “subdesenvolvidos” ou de “Terceiro Mundo” – Bernstein analisa mais minuciosamente o caso da Índia a partir do final do século XIX -, houve uma invasão por economias mais desenvolvidas que implantaram o seu modo de produção capitalista, incrementando a monocultura extensiva, o uso de produtos químicos e de máquinas em grande escala. Tal apropriação provocou êxodos rurais, concentrações de terras ainda maiores e desagregações sociais com a perda de identidade cultural. Ao mesmo tempo, provocou o inchaço das cidades, simplesmente transferindo a pobreza rural para o meio urbano e, com isso, gerando novos problemas.

O resultado é que, hoje, há uma diminuição da mão de obra rural nos países industrializados, enquanto que, nos países do “Terceiro Mundo”, grandes parcelas de suas

populações estão no campo. Entre essas populações rurais, a variação de suas características permite apontar, por exemplo, as diferenças no que se entende pelo tamanho de uma propriedade. Enquanto na América do Sul, uma área com algumas dezenas de hectares pode ser considerada pequena e empregar a mão de obra de uma família, nos países da Ásia, seria uma área suficientemente grande para empregar várias famílias camponesas. Da mesma forma, surgem reflexões referentes aos direitos entre gêneros, quando se trata da divisão da renda da terra que, geralmente, é apropriado pelo homem.

Segundo Bernstein, a dominação dos países industrializados estimula a divisão de classes nos ambientes agrários mais pobres do "Terceiro Mundo". O quadro se completa com a presença do Estado, que exerce pressão sobre o campo – via crédito rural -, na mesma intensidade em que sofre cobrança do grande produtor, denotando uma clara interferência do desenvolvimento capitalista na configuração da questão agrária.

Dinâmicas de classe da mudança agrária

O livro *Dinâmicas de classe da mudança agrária* inaugura a série "Estudos Camponeses e Mudança Agrária", da Editora Unesp, que pretende divulgar livros básicos sobre a Questão Agrária. No primeiro capítulo intitulado "Produção e Produtividade", Bernstein se ampara nos ensinamentos de Marx ao conceituar *produção* como a ação exercida pelo homem para mudar a natureza, empregando, nesse ato, o seu propósito, conhecimento, habilidade e energia. Bernstein direciona sua análise para a lavoura entendendo que, nela, a produtividade se traduz pela safra ou pelo rendimento da terra e se mede em relação ao trabalho empregado para tal. O autor alerta que a produção do campo está relacionada ao seu meio e compara o agricultor norte-americano que emprega tecnologia avançada, o agricultor indiano que ara a terra com equipamentos puxados por bois e o lavrador africano subsaariano que cultiva a terra com o uso de enxadas.

No entanto, Bernstein pondera que não é somente o uso de tecnologia mecânica que pode aumentar a produtividade. Há a questão dos insumos, chamado por ele de agricultura a montante, ou seja, a disposição de sementes, adubos, fertilizantes, irrigações, mercados para a terra, trabalho e crédito. O emprego de tecnologia avançada potencializam o rendimento de cada trabalhador, diminuindo a necessidade de mão de obra para obter grandes colheitas. O autor faz um alerta dizendo que seja qual for o tipo de equipamento empregado, as relações sociais estão presentes e indicam o modo da organização e da divisão social do trabalho. Encerrando o primeiro capítulo, Bernstein cita a economia política como a geradora de questionamentos basilares no trato com as relações sociais de produção e reprodução, quer sejam: Quem possui o quê? Quem faz o quê? Quem fica com o quê? O que fazem com isso?

No segundo capítulo, "Origem e Início do Desenvolvimento do Capitalismo", Bernstein faz contraposições entre estudiosos que definem o surgimento do capitalismo com o advento das Revoluções Industriais do fim do século XVIII e estudiosos que definem o início do capitalismo na transição do feudalismo. Analisando as via prussiana e a norte-americana, Bernstein se vale dos estudos de Lênin que, de forma cristalina, mostra as diferenças dos dois processos. Segundo Lênin, enquanto houve uma evolução semelhante à da Inglaterra na Prússia, ou seja, com origens no feudalismo e seu consequente ocaso, a via norte-americana se diferenciou pela submissão dos pequenos proprietários às relações mercantis no final do século XVIII.

Outra perspectiva apontada por Bernstein toma os estudos de Byres, que analisou a Ásia Oriental e se concentrou na evolução ocorrida no Japão e na Coréia do Sul. Diferentemente do caso inglês, não houve a transição para o capitalismo agrário, mas, sim, uma acumulação primitiva que se voltou para a industrialização sob uma forte orientação do aparato estatal. Ao abordar o desenvolvimento do capitalismo comercial a partir do século XII, o autor busca, nas obras de Jairus Banaji, Giovanni Arrighi e Jason Moore, os padrões de acumulação e as fronteiras mercantis da produção especializada organizada pelas classes aristocráticas donas de terras. Esse acontecimento teria sido o início da exploração

da mão de obra, que, na visão capitalista, "livrou" o lavrador do ônus de ter um pedaço de terra para lavrar e lhe permitiu vender sua força de trabalho a quem pagasse mais.

Iniciando o capítulo III intitulado "Colonialismo e capitalismo", Bernstein estabelece que o capitalismo como sistema atual e mundial só ocorreu devido aos tipos diferentes de colonialismos na América Latina, Ásia e África. Descreve suas fases partindo das crises do feudalismo e, com o capitalismo comercial no século XVI, a Europa impõe seu domínio sobre as Antilhas e América Latina por meio da Espanha e de Portugal. Ao mesmo tempo, a Inglaterra iniciou a exploração na América do Norte, utilizando a mão de obra de servos europeus em um primeiro momento para, mais tarde, iniciar o trabalho escravo com os negros. A partir do século XVII, com o declínio no comércio internacional, o Brasil assume a liderança no recebimento de escravos para sua lavoura de cana-de-açúcar e os holandeses nas Antilhas. Mas, no século XVIII, acontece a retomada da expansão europeia, intensifica-se o comércio escravagista e as guerras entre estados europeus pelo domínio comercial internacional, ocasionando assim uma divisão de trabalho internacional.

No século XIX e início do XX, a Segunda Revolução Industrial intensifica a industrialização da economia capitalista mundial. Os estados nacionais assumem a expansão colonial em lugar das empresas privadas e passam a explorar os recursos agrícolas e minerais das colônias. Na Conferência de Berlim entre 1884 e 1885 se define a "corrida pela África". Na África Subsaariana, a sistematização da colonização produziu três macrorregiões: a primeira, voltada à agricultura de exportação, não gerou expropriação e foi feita por lavradores camponeses e nativos; a segunda macrorregião formou uma área de reserva de mão de obra para trabalhar nas grandes fazendas, com enorme alienação das terras em favor dos colonos brancos, e se estendia do oeste até o centro e o sul da África. Ainda no final do século XVIII, a Inglaterra tentou consolidar uma classe burguesa também no sul da Ásia a fim de reproduzir o capitalismo agrário britânico, sem muito sucesso. Ao sul da Índia, tentou implantar o sistema *ryotwari* que confirmava o direito de propriedade da terra a quem a cultivasse. Sem as características de um colonialismo de povoamento, houve pouca expropriação, mas muita exploração, principalmente de madeira, o que levou à destruição de boa parte das florestas e à redução dos recursos de subsistência dos lavradores camponeses.

No capítulo IV "Lavoura e agricultura, local e global", Bernstein expõe didaticamente o que entende por lavoura e agricultura. Lavoura é cultivar o solo e criar animais em campos determinados e pastos demarcados, bem como possuir conhecimentos das condições ecológicas, das incertezas e dos riscos, tendo, na família rural a principal unidade social para assegurar a sua realização. Na agricultura ou setor agrícola no capitalismo moderno, a lavoura significa acompanhar os interesses econômicos e institucionais, a montante pelo uso de insumos, o mercado da terra, o trabalho e o crédito, e a jusante, pela comercialização, o processamento e a distribuição da produção. Essa definição permite compreender a mudança agrária ocorrida a partir dos anos 1870 até a década de 1970, possibilitando apontar a passagem da lavoura para a agricultura, como alguns aspectos fundamentais: a base industrial da mudança técnica; a formação de mercados globais e as divisões de trabalho na agricultura; a formação do 'setor agrícola' como objeto da elaboração de políticas públicas. Considera o aumento de escala, a expansão geográfica do mercado agrícola e as suas fontes de oferta e demanda no capitalismo a partir de três grandes acontecimentos no século XX, que abalaram as estruturas do capitalismo: a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais e a grande depressão dos anos trinta nos Estados Unidos.

Com fim da Segunda Guerra, países que eram colônias passaram a lutar pela sua libertação, ao mesmo tempo em que os norte-americanos e soviéticos surgiram como os grandes vencedores, dividindo o mundo em capitalistas e socialistas e disputando o controle dos países recém-independentes, notadamente da Ásia e da África, que ainda eram sociedades agrárias. Sob o comando do Estado, entre as décadas de 1950 até 1970, grande parte dessas nações sacrificou a sua produção de grão e passou a importá-los devido ao preço mais compensador em decorrência das super safras nos países desenvolvidos, ou esperou para modernizar a sua agricultura, até que a sua indústria se

desenvolvesse a ponto de produzir os insumos que o campo precisava. A política agrícola passou a ser gerenciada no sentido de diminuir tensões sociais e as reformas agrárias surgiram com alguma força, todavia, com configurações específicas em cada país. O Banco Mundial e o FMI ofereceram ajuda financeira, principalmente aos países da América Central e do Sul para brecar o avanço comunista alimentado tanto pelo brilho e o sucesso conseguido pelos norte-vietnamitas de cunho camponês e comunista na guerra contra os norte-americanos, quanto pela revolução cubana camponesa também de ideologia comunista e a Revolução chinesa.

No capítulo V "Globalização neoliberal e agricultura mundial", Bernstein chama a atenção para as profundas mudanças ocorridas a partir da década de 1970 na economia mundial capitalista, conhecida como globalização. Com o declínio da competitividade da indústria norte-americana e a incapacidade em manter sua hegemonia capitalista mundial, estabeleceu-se uma crise na mão de obra. Surge, assim, a 'globalização neoliberal', um programa político e ideológico que promove a liberdade e mobilidade do capital, a rechaça do Estado como promotor do bem-estar, a desregulamentação dos mercados de capitais, reduzindo as conquistas das classes trabalhadoras e a capacidade dos Estados implantarem políticas macroeconômicas, a privatização de empresas e serviços públicos e a mercantilização de todos os aspectos da vida social.

Também nos anos setenta, os americanos conseguiram uma super safra de grãos, suspenderam o embargo sobre o trigo para a URSS enviando-lhes uma enorme quantidade do produto, a tal ponto de desestabilizar o fornecimento mundial, manter o preço elevado e colapsar o segundo Regime Alimentar Internacional (RAI), forçando por causa das sucessivas super safras, a inclusão dos produtos agrícolas nos acordos do GATT, que até então os americanos eram terminantemente contra. Além disso, o surgimento das políticas neoliberais impostas pelo FMI, Banco Mundial e governo norte-americano aos países do sul forçaram a adoção de medidas aplicadas ao campo para sua inclusão no modo capitalista agrário globalizado, provocando uma maior concentração de terras, mercantilização da subsistência camponesa, incentivo à monocultura de produtos para a exportação, precarização da mão de obra rural e sua consequente submissão ao capital.

No capitulo VI, "Agricultura capitalista e lavradores não capitalistas?", o autor enfatiza as desigualdades existentes no capitalismo relacionado à lavoura, destacando como se da a reprodução capitalista no campo. Segundo Bernstein, quando se destina à produção manufatureira, o capital utiliza um processo que inicia na apropriação da Natureza e, neste contexto, mantém o controle total dos meios de produção. Na lavoura capitalista, esse processo sofre uma limitação que é quase intransponível, ou seja, além das incertezas climáticas e das pragas, o tempo de produção excede o tempo trabalho, porque há um ritmo natural de desenvolvimento de animais e plantas no qual o capital fica imobilizado. Por outro lado, não é possível a exploração da mão de obra em tempo integral como é na produção manufatureira. O mesmo limite temporal de maturação dos produtos se transfere para a mão de obra que, nesse período, fica ociosa ou faz pequenos serviços de conservação, não rendendo o suficiente para compensar o gasto com ela. O autor propõe que, neste contexto, é mais interessante e rentável ao capital abrir espaço para a agricultura familiar, porque é mais atrativo dominar a montante e a jusante do processo produtivo agrícola. Finalizando, Bernstein cita o papel da resistência e das reformas agrárias como uma possibilidade de lutas contra a mercantilização da subsistência camponesa, a expropriação do lavrador e sua consequente transformação em assalariado.

No capítulo VII, "Formação de classes no campo", o autor procurou abordar os pontos em que o Estado, como promotor de distribuição de terras, se comporta para consolidar os pequenos produtores rurais e torná-los produtores competitivos de mercadorias para que sobrevivam no mercado. Para ele, a mercantilização como um processo cria relações sociais entre o capital e o trabalho assalariado e as condições para alguns acumular patrimônio e reproduzir o capital possibilitando a mercantilização da subsistência, da divisão sexual, da propriedade, trabalho, renda e gastos, da qual Lênin classificou em camponeses ricos, médios e pobres.

Esse complexo conduz o autor, no capítulo VIII, “Complexidades de classe”, a destacar como as análises de classes possuem múltiplas formas de organização e produção. Em uma dessas análises, por exemplo, alerta para uma reflexão: nem tudo posto como inerente ao capitalismo existe para servir aos seus propósitos. Dessa forma, há uma dinâmica contraditória nas relações sociais capitalistas: elas reconfiguraram-se ao modo do capital para servi-lo, mas também para dele se servir.

Partindo desse pressuposto, Bernstein procura delimitar a ordem capitalista, afirmando que o seu poder social e econômico é garantido por uma dominação política e ideológica que tem no Estado um de seus grandes provedores. A heterogeneidade das classes do trabalho não permite a percepção da exploração e opressão das classes, porque são transmudadas em identidades específicas do trabalho e o capital aproveita essas diferenças relacionais, na produtiva conjuntura organizacional para arrefecer as resistências das classes trabalhadoras.

Por isso, a importância em se recriar ambientes de luta pela terra como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na América do Sul, especificamente no Brasil. No entanto, as diferentes experiências pessoais dos membros do MST trazem expectativas divergentes às imaginadas pelo comando do movimento, o que afeta os relacionamentos e expõe as divisões e os conflitos entre as classes trabalhadoras rurais. Isso ocorre de forma sistemática em outros lugares, como, no caso da Índia, onde a associação de lavradores do Estado de Karnataka manifestou forte oposição à semente de algodão transgênico conseguindo barrá-la, mas é acusada de defender os interesses dos lavradores ricos e médios que exploram a mão de obra rural. Além disso, também implica em uma disputa do “povo da cidade” contra o “povo da terra”, gerando antagonismos entre as classes sociais dos dois segmentos.

Considerações finais

Bernstein conclui seu livro apresentando questionamentos que suscitam uma reflexão mais aprofundada sobre a questão agrária no modo capitalista de produção, de tal forma que mostra o quão abrangente deve ser a discussão e a necessidade de envolver todas as classes sociais. Dessa forma, ele nos convida a refletir sobre um dos principais questionamentos que traz uma realidade pouco discutida pelos movimentos sociais: se hoje a população mundial aumentou exponencialmente desde o início das primeiras configurações do capitalismo e as relações sociais se tornaram tão complexas que em nada se assemelham às existentes naquela época, como viabilizar uma lavoura camponesa que dê conta de sustentar a atual população majoritariamente citadina?

Recebido para publicação em 03 de fevereiro de 2015

Devolvido para revisão em 19 de maio de 2015

Aceito para publicação em 19 de maio de 2015

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45 – 58, 1998**.**

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos**. Ano 1, n. 2 p. 51 – 73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68 – 94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5 – 19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42 – 49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do "rural": breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1 – 12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos "movimentos" pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56 – 62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63 – 72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73 – 85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. "**Marching as to war": a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92 – 117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economia política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídoras do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. "**Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07– 21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas"**. Ano 12, n. 15 p. 34–65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense**: **Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o "levante comunista" de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe**. ¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itenerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **"Campesinato como ordem moral": (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09 – 20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 15, Edição Especial, p. 43 – 54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55 – 78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 15, Edição Especial, p. 79 – 92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93 – 102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103 – 126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155 – 176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177 – 184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP**. Ano 16. n. 22. p. 55-81.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder**. Ano 16. n. 22. p. 111-126.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108.

MORALES, Selene. **La "sojización" y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A "nova" questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17. n. 24. p. 09-35.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; MANRIQUE, Luis Felipe Rincón. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-190.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia**. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11.28.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205.

COMPÊNDIO AUTORES

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07– 21, 2009.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A "nova" questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93 – 102, 2012.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63 – 72, 2004.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino**. Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre:** Araraquara-SP. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1 – 12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas"**. Ano 12, n. 15 p. 34–65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-190.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103 – 126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55 – 78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68 – 94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. "**Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09 – 20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **"Campesinato como ordem moral": (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5 – 19, 2004.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; MANRIQUE, Luis Felipe Rincón. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

KARRIEM, Abdurazack. "**Marching as to war": a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder**. Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos**. Ano 1, n. 2 p. 51 – 73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 15, Edição Especial, p. 43 – 54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídoras do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MORALES, Selene. **La "sojización" y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155 – 176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o "levante comunista" de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73 – 85, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos "movimentos" pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92 – 117, 2005.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45 – 58, 1998**.**

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

RINCÓN, Luis Felipe**. ¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56 – 62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense**: **Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 15, Edição Especial, p. 79 – 92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42 – 49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177 – 184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do "rural": breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economia política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia**. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11.28, 2015.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itenerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200.